



**REVISTA DE
CIÊNCIAS
SOCIAIS**

**Novos sujeitos,
novos direitos e
cidadania:
pluralismo e
perspectivas do Sul**

Volume 50 – número 3 – 2019

Universidade Federal do Ceará—UFC
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Revista de Ciências Sociais

Novos sujeitos, novos direitos e cidadania:
pluralismos e perspectivas do Sul

ISSN, v. eletrônica 2318-4620.

Fortaleza, v. 50, n. 3, nov. 2019/fev. 2020, p. 1–602.

Ficha Catalográfica

Revista de Ciências Sociais — periódico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará — UFC

n. 1 (1970) - Fortaleza, UFC, 2018

Quadrimestral

ISSN, v. eletrônica 2318-4620

1. Direitos; 2. Cidadania; 3. Pluralismo.

I — Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades



Revista de Ciências Sociais

Volume 50, número 3, 2019

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

Conselho Editorial

André Luiz Coelho Farias de Souza, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil
Bela Feldman-Bianco, Universidade de Campinas, Brasil
Boaventura de Sousa Santos, CES, Universidade de Coimbra, Portugal
Carlos Gilberto Zárate Botía, Universidad Nacional de Colombia (sede Amazonia), Colômbia
Céli Regina Jardim Pinto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
César Barreira, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Fernanda Antonia da Fonseca Sobral, Universidade de Brasília
Fernando Mayorga, Centro de Estudios Superiores Universitarios (CESU)/Universidad Mayor de San Simón (UMSS), Bolívia
Fidel Irving Pérez Flores, IREL/UnB, Brasil
Florencia Aguin Antía, Instituto de Ciencia Política/Facultad de Ciencias Sociales/Universidad de la República, Uruguai
François Laplantine, Universidade de Lyon 2, França
Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Jawdat Abu-El-Haj, Universidade Federal do Ceará, Brasil
José Machado Pais, ICS, Universidade de Lisboa,, Portugal
Lucio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México, México
Luiz Felipe Baeta Neves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Helena Villas Boas Concone, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
Maria Virginia Quiroga, Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC)/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina
Moacir Palmeira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Ruben George Oliven, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Ralph Della Cava, ILAS, Columbia University, Estados Unidos da América do Norte
Ronald H. Chilcote, Universidade da Califórnia, Estados Unidos da América do Norte
Véronique Nahoum-Grappe, Centre National de la Recherche Scientifique, França
Yanina Welp, University of Zurich/Zentrum für Demokratie Aarau (ZDA), Suíça
Yuri Kasahara, Norwegian Institute for Urban and Regional Research/Oslo Metropolitan University, Noruega

Comissão Editorial

Clayton Mendonça Cunha Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Irapuan Peixoto Lima Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Irllys Alencar Barreira, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Luís Silva Barros, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Editor de Diagramação

Jakson Alves de Aquino, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Assistentes de Edição

Airton Rodrigues Barroso Júnior, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Ana Alice Lima de Sousa, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Francisco Sócrates Costa de Abreu, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Organização do dossiê

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo, Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil
Walkyria Chagas da Silva Santos, Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil

Revisão

Irapuan Peixoto Lima Filho
Francisco Sócrates Costa de Abreu
Airton Rodrigues Barroso Júnior

Contato

Revista de Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais
Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica)
60.020-181
Fortaleza, Ceará/BRASIL

Telefone: +55 (85) 3366.7416
Correio eletrônico: rcs@ufc.br
Sítio: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso>

Sumário

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,
v. 50, n. 3, 2019

// DOSSIÊ: Novos sujeitos, novos direitos e cidadania: pluralismos e perspectivas do Sul

- 15 Novos sujeitos, novos direitos e cidadania: pluralismos e perspectivas do Sul – aspectos iniciais
Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo, Walkyria Chagas da Silva Santos
- 29 PPP da Escola Estadual Indígena Kijêtxawê Zabelê: a narrativa de um sonho
Vera Lúcia da Silva
- 73 Juventudes em destaque: aspectos demográficos e socioeconômicos do jovem indígena pataxó da Bahia
Altemar Felberg, Elismar Fernandes dos Santos
- 115 LGBTQI+fobia: um estudo sobre a elaboração de normas antidiscriminatórias como forma de ação afirmativa no Brasil
Luiz Fernando de Oliveira, Israel de Jesus Azevedo
- 159 Mulheres negras do Sul Catarinense: os sentidos atribuídos a suas vivências de escolarização
Gabriela Pereira Vidal, Fernanda Zanette de Oliveira, Janaina Damasio Vitorio, Fabia Alberton da Silva Galvane
- 195 Os "segredos" socioculturais por detrás dos nomes da etnia bakongo: a língua e a cultura em debate
Manuel Paulo Bengui, Alexandre António Timbane

- 223 Albarradas: pertinencia de los saberes ancestrales frente a la colonialidad del desarrollismo
María Fernanda Vallejo Aristizábal
- 249 Na América decolonial: crianças ou infâncias? Uma interrogação sobre a teorização da fase inicial da vida
Maira Prieto Bento Dourado
- 267 Escolaridade e trabalho: juventude e desigualdades
Maria Inês Caetano Ferreira, André Silva Pomponet
- 303 Um mês que não terminou: uma análise qualitativa, com base na história oral, do Movimento Passe Livre (MPL) nas jornadas de junho de 2013, em São Paulo
Edmar Aparecido de Barra e Lopes
- 349 Relações étnico-raciais na Argentina: história, desigualdades e resistência
Wlange Keindé, Vitor Rebello Ramos Mello

// ENTREVISTAS

- 375 Trajetória de um sociólogo entre os mundos da província e da cosmópolis: entrevista com Paulo Henrique Martins
Jânia Perla Diógenes de Aquino, Mariana Mont'Alverne Barreto Lima

// ARTIGOS

- 423 O Movimento dos Atingidos por Barragens: interpelando o debate do desenvolvimento no Brasil e na Amazônia
Sergio Roberto Moraes Corrêa
- 469 Um baile de classe: distinção e fronteiras entre elites
Joana Brito de Lima Silva

- 525 Diminuir as despesas militares e impulsionar o desenvolvimento humano: argumentos contidos nos relatórios publicados entre 2006 e 2014 do PNUD/ONU
Maria José de Rezende
- 569 A presença de grupos religiosos conservadores nos espaços públicos da contemporaneidade
Celso Gabatz

// RESENHAS

- 595 Sobre etnicidades e infâncias quilombolas
Alexandre de Oliveira Fernandes

Contents

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,
v. 50, n. 3, 2019

// DOSSIER: New subjects, new rights and citizenship: Southern pluralism and perspectives

- 15 New subjects, new rights and citizenship: southern pluralisms and perspectives – initial aspects
Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo, Walkyria Chagas da Silva Santos
- 29 Pedagogical plan of the Kijêtxawê Zabelê Indigenous State School: the narrative of a dream
Vera Lúcia da Silva
- 73 Youth in highlight: demographic and socioeconomic aspects of the young indigenous pataxó of Bahia
Altemar Felberg, Elismar Fernandes dos Santos
- 115 LGBTQI+phobia: a study about the elaboration of anti-discriminatory standards as a form of affirmative action in Brazil
Luiz Fernando de Oliveira, Israel de Jesus Azevedo
- 159 Black women of the Catarinian South: the subjective senses produced in their living of schooling
Gabriela Pereira Vidal, Fernanda Zanette de Oliveira, Janaina Damasio Vitorio, Fabia Alberton da Silva Galvane
- 195 The sociocultural 'secrets' behind the names of the Bakhong ethnicity: language and culture under debate
Manuel Paulo Bengui, Alexandre António Timbane

- 223 Albarradas: relevance of ancestral knowledge vs the coloniality of developmentalism
María Fernanda Vallejo Aristizábal
- 249 In decolonial America: children or childhoods? A question about the theorization of the initial phase of life
Maira Prieto Bento Dourado
- 267 Schooling and work: youth and inequalities
Maria Inês Caetano Ferreira, André Silva Pomponet
- 303 A month that has not ended: a qualitative analysis, based on oral history, of the Free Pass Movement (MPL) in the June 2013 journeys in São Paulo
Edmar Aparecido de Barra e Lopes
- 349 Ethnic-racial relations in Argentina: history, inequalities and resistance
Wlange Keindé, Vitor Rebello Ramos Mello

// INTERVIEWS

- 375 Trajectory of a sociologist between the provincial and cosmopolis worlds: Interview with Paulo Henrique Martins
Jânia Perla Diógenes de Aquino, Mariana Mont'Alverne Barreto Lima

// ARTICLES

- 423 The Barrage Affected Movement: interpellating the debate of development in Brazil and in Amazon
Sergio Roberto Moraes Corrêa
- 469 A dance of class: distinction and borders between elites
Joana Brito de Lima Silva

- 525 Reduce military expenditure and boost human development: the arguments contained in UNDP/UN reports published between 2006 and 2014
Maria José de Rezende
- 569 The presence of conservative religious groups in the public spaces of the contemporaneity
Celso Gabatz

// BOOK REVIEWS

- 595 About ethnicities and quilombola childhoods
Alexandre de Oliveira Fernandes

// **Dossiê**

Novos sujeitos, novos direitos e
cidadania: pluralismos e perspectivas do
Sul

Novos sujeitos, novos direitos e cidadania: pluralismos e perspectivas do Sul – aspectos iniciais

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo

Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-7918-4126>

dannymedeiro@hotmail.com

Walkyria Chagas da Silva Santos

Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil

Universidade de Brasília, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-3515-0311>

kyriachagas@yahoo.com.br

Os grupos marginalizados se constituem em uma pluralidade de modos de vida que vão se organizando distintamente no espaço social a partir de uma ordem própria. As ausências quanto à satisfação das necessidades humanas relativas a um processo de subjetividade, modos de vida, desejos e valores, ocasionariam o surgimento de “novos” direitos, entendidos não apenas literalmente como novos no espaço social, mas por um modo de obtenção de direitos que não passa mais pelas vias tradicionais – legislativa e judicial, e sim revelam um processo de lutas específicas e conquista das identidades coletivas plurais

para serem reconhecidos pelo Estado ou pela ordem pública constituída (WOLKMER, 2013). Agrega-se a isso o caráter de especificação destes grupos, que consiste na determinação dos sujeitos titulares de direitos em relação, por exemplo, ao gênero, seja às várias fases da vida, seja à diferença entre estado normal e estados excepcionais na existência humana (BOBBIO, 2004).

A partir da demanda por direitos no século XX, vários sujeitos excluídos historicamente do acesso aos direitos ganharam status nas Constituições dos seus países. Assim, negros, mulheres, indígenas, quilombolas, crianças, juventude, religiões afro-brasileiras, pessoas com deficiência, idosos e LGBTQI conseguiram resguardar alguns direitos, pelo menos formalmente. Mas, estes não são sujeitos homogêneos, apesar de terem o viés de luta por direitos, cada um possui suas peculiaridades.

Portanto, devem ser pensados a partir da pluralidade que os compõe, inclusive quanto a sua localização geográfica, seu lugar no mundo, suas percepções. De acordo com Menezes (2008), as relações entre Norte-Sul estão atreladas à influência do capitalismo e do imperialismo. Enquanto no Norte, para além da ciência e da técnica, os outros saberes são excluídos da racionalidade moderna, sendo a colonização epistêmica um dos legados que ainda se impõem nos dias de hoje, a hierarquização dos saberes fortalece a persistência da colonização epistêmica, da reprodução de estereótipos e formas de discriminação. A proposta de um conhecimento ecológico, que privilegie diferentes saberes, seria um caminho para se trazer voz aos saberes subalternizados (SANTOS, 2007). São esses novos atores e as novas experiências que tendem a alargar as bases de discussão crítica sobre o colonialismo e o racismo epistêmico (MENEZES, 2008).

Pensar nos sujeitos a partir do Sul é diferente de pensar a partir das

perspectivas do Norte, portanto, as teorias hegemônicas não são suficientes ou não são adequadas para analisar os fenômenos que decorrem dos modos de vida dos sujeitos citados. Os problemas enfrentados pelas populações historicamente excluídas são de toda ordem, desde o ínfimo acesso à saúde, a educação de baixa qualidade, moradia precária, violação de direitos como o acesso à terra, a livre utilização do corpo, etc. Há vários autores que não são estudados com frequência, mas que analisam de forma profunda os novos sujeitos e os novos direitos, isso deriva do racismo epistêmico, que deixa de fora os(as) autores(as) que não estão localizados nos grandes centros da Academia mundial, ou que, a partir da sua raça, gênero, orientação sexual, etc., são segregados do mundo acadêmico.

O racismo epistêmico¹ possibilita que ainda hoje as populações marginalizadas não sejam consideradas produtoras do conhecimento e que a verdadeira pesquisa seja baseada na neutralidade, nos grandes cânones do norte global, dos países considerados evoluídos, civilizados e desenvolvidos e, nesse contexto, as pesquisas realizadas por sujeitos históricos não seriam pesquisas, mas mera militância. Assim como Fals Borda e Hall, compreendemos que a pesquisa requer envolvimento, comprometimento, e não neutralidade, que a pesquisa deve servir a um fim, a auxiliar na mudança de comportamentos, em ações mais eficazes, em defesa das lutas sociais e dos sujeitos históricos. (FALS BORDA, 2015; HALL, 2003). Portanto, compreendemos que é função dos sujeitos históricos politizados² que estão na Academia, “fazer um trabalho teórico que contribua para uma ideolo-

1. O racismo epistêmico e a não visibilidade dos sujeitos históricos na academia são algumas formas de manifestação das múltiplas violências que as minorias historicamente enfrentam no país.

2. Incluímos aqui as pessoas que não são sujeitos mas que possuem em suas pesquisas abordagens que respeitam o seu lugar no mundo, tratando-os como sujeitos e não como objetos de pesquisa.

gia e uma cultura ‘populares’ em contraposição à cultura do bloco de poder” (HALL, 2003, p. 10).

Além disso, fala-se também de produção de um conhecimento contextualizado, que une o global e o local. A ausência da contextualização determina uma racionalidade fechada, abstrata e unidimensional. Aqui, a escolha pela teoria da complexidade promete abrir os portões fechados pelos pilares³ da ciência moderna a fim de reatar articulações que foram destruídas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento; ela reconhece a natureza multidimensional do conhecimento e faz dos princípios da incompletude e da incerteza os seus cernes (MORIN, 2000).

O Dossiê privilegia estudos que agregam saberes locais e parciais. Para Haraway (1994), o conhecimento pode ser construído a partir da parcialidade, de fragmentos, de um lugar desprezado que recusa as polaridades, que foge de uma teoria totalizadora, responsável pela perda de grande parte da realidade. Como a contribuição de Haraway, o que se pretende é a defesa de um conhecimento situado, que exponha a visão parcial desde um corpo contraditório e complexo em contraposição a uma visão de cima e simplista, que busque as possibilidades de conexões e aberturas inesperadas a partir de um viver dentro de limites e contradições.

De acordo com a autora, “o único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular” (HARAWAY, 1994, p. 33). Os saberes localizados posicionam o “objeto do conhecimento” como um ator e agente, possibilitando que os sujeitos transformem o projeto de produção de teoria social fugindo do lugar de escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e

3. Os princípios da ordem, da separação, da redução e o caráter absoluto da lógica indutivo-dedutivo-identitária.

em sua autoridade de conhecimento “objetivo”, externalizando assim a violência implícita que existe nas práticas de visualização. Dessa forma, para Haraway (1994), a visão é sempre uma questão do poder de ver.

Portanto, é a partir da linguagem e dos estudos de autores do Sul, sem desprezar os ensinamentos que possuem pertinência e que são do norte, que é possível analisar com maior fidedignidade os novos sujeitos e novos direitos, posto que, eles não estão falando de fora, dos gabinetes, muitas vezes é o próprio sujeito falando sobre si. O Dossiê *Novos sujeitos, novos direitos e cidadania: perspectivas do Sul* propôs-se a estimular a elaboração de análises que refletissem sobre os novos sujeitos e novos direitos a partir de autores, epistemologias e debates do Sul. Pretende contribuir para a descolonização do saber, priorizando e incluindo saberes subalternizados e experiências de conhecimentos negados pela racionalidade do Norte, possibilitando assim uma discussão mais ampla sobre os pluralismos no mundo atual.

Uma pergunta que norteia o nosso Dossiê é: a garantia de novos direitos resultou em efetivação da cidadania para os novos sujeitos? Assim, o Dossiê buscou acolher estudos inéditos, preferencialmente derivados de pesquisas empíricas, que realizam o diálogo entre a Ciência Política, a Sociologia, a História, o Direito e outras áreas afins e que, de alguma forma, respondem a essa questão norteadora.

Após o período de recebimento dos textos, coube a difícil tarefa de escolhermos dez a partir dos mais de vinte artigos recebidos, todos abordando a temática central do dossiê e de ótima qualidade. Assim, nossa escolha foi norteadora a partir da pergunta citada acima e no esforço de garantir o máximo de participação de textos que abordassem novos sujeitos, e assim possibilitar um debate mais amplo sobre como os novos direitos têm sido vivenciados após mais de trinta anos

da promulgação da Constituição de 1988. Uma vez que o Estado, as classes dominantes, as elites não asseguram para a maioria da população que é pobre as condições básicas para a realização e efetividade dos direitos humanos, tornando grande parte da população não privilegiada pertencente a uma “democracia sem cidadania” (MÉNDEZ; O’DONNELL; PINHEIRO, 2000, p. 11).

Nosso dossiê é iniciado com dois textos sobre comunidades indígenas do sul da Bahia, o povo Pataxó. O primeiro, de autoria de Vera Lúcia da Silva, *PPP da Escola Estadual Indígena Kijêtxawê Zabelê: a narrativa de um sonho* aborda o projeto político pedagógico da escola situada em Cumuruxatiba no município de Prado/BA, criada por iniciativa e luta do povo Pataxó, e realiza a leitura da experiência intercultural pensada e vivida pelo povo Pataxó no cotidiano de suas práticas escolares. A autora indica a educação intercultural como meio para garantir que a diferença será reconhecida, na mesma medida em que as desigualdades que remontam há séculos serão problematizadas e/ou solucionadas, no campo das disputas por reconhecimento e direitos.

O segundo texto, de autoria de Altemar Felberg e Elismar Fernandes dos Santos, tem como título *Juventudes em destaque: aspectos demográficos e socioeconômicos do jovem indígena Pataxó da Bahia* e traça um panorama das políticas públicas voltadas à juventude e apresenta aspectos demográficos e socioeconômicos do Jovem Pataxó da Bahia, a partir de pesquisa quali e quantitativa realizada no âmbito do “Projeto Avante Juventude Pataxó: Formação Social e Qualificação Profissional de Jovens Indígenas da Etnia Pataxó do Território de Identidade Costa do Descobrimento”. Como resultado, o texto apresenta o desafio de construir, aperfeiçoar e implantar novos projetos e ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida, formação social

e qualificação profissional do povo Pataxó.

Outra temática de grande relevância é a diversidade sexual. De acordo com o Relatório do Grupo Gay da Bahia – 2017⁴, 445 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) morreram no Brasil, (incluindo-se três nacionais mortos no exterior), em 2017, vítimas da homotransfobia: 387 assassinatos e 58 suicídios. Para tratar desse tema, o texto de autoria de Luiz Fernando de Oliveira e Israel de Jesus Azevedo, com o título *LGBTQI+fobia: um estudo sobre a elaboração de normas antidiscriminatórias como forma de ação afirmativa no Brasil*, aborda a ineficácia das leis diante das violências sofridas pela população, ocorridas a partir de discursos de ódio e atos criminosos, e analisa como o poder público tem tratado os direitos sexuais dos LGBTQI's. Os autores dialogam com a Teoria Tridimensional do Direito para discutir a LGBTQI+fobia e trazem convergências entre os movimentos racial, de gênero e sexual e analisa a atuação estatal face à disputa pelo reconhecimento da identidade de gênero e orientação sexual. Como resultado, os autores afirmam que a mera lei penalizadora é insuficiente para efetivar direitos antidiscriminatórios e que é necessário refletir sobre meios para tornar eficaz, de fato, princípios constitucionais e direitos humanos.

Dentro da perspectiva étnico-racial, o quarto texto traz abordagem sobre as mulheres negras e escolarização, com autoria de Gabriela Pereira Vidal, Fernanda Zanette de Oliveira, Janaina Damasio Vitorio e Fabia Alberton da Silva Galvane, o artigo *Mulheres negras do sul catarinense: os sentidos subjetivos produzidos em suas vivências de escolarização* apresenta pesquisa em que as autoras buscaram conhecer os sentidos subjetivos atribuídos ao processo de escolarização por

4. Disponível em: homofobiamata.files.wordpress.com. Acesso em: 20 set. 2019.

mulheres negras no sul catarinense. A busca por igualdade nos espaços educativos é uma questão a ser tratada no contexto de debates sobre questões étnico-raciais e de gênero. Como resultado das entrevistas realizadas com mulheres negras relacionadas ao movimento negro do sul catarinense, as entrevistadas relataram ter vivenciado o preconceito na escola e na comunidade, além de dificuldades em dar continuidade aos estudos por conta da baixa renda familiar, o texto ressalta que elas apontaram a importância da escolarização em suas histórias de vida, sobretudo, como via de ascensão social.

Continuando o debate, temos o texto de autoria de Manuel Paulo Bengui e Alexandre António Timbane, com o título *Os “segredos” socioculturais por detrás dos nomes da etnia Bakongo: a língua e a cultura em debate*. O texto traz análise e discussão sobre a atribuição do nome na cultura dos Bakongo de Angola. A partir de uma pesquisa bibliográfica, com coleta de informações dos pais, avós e anciões, os autores buscaram compreender os significados que o nome carrega, além das relações entre a cultura e a linguística. Como resultado, o artigo informa que o nome carrega elementos da cultura para além de transmitir uma identidade sociocultural Bakongo.

Nesse contexto de luta por direitos, é importante também pensar nas populações que vivem a partir de mecanismos tradicionais e que estão sendo ameaçadas por projetos de “desenvolvimento” territorial. No texto de María Fernanda Vallejo Aristizábal, que tem como título *Albarradas: pertinencia de los saberes ancestrales frente a la colonialidad del desarrollismo*, a autora aborda sobre as “albarradas”, sistema hidráulico tradicional localizado em áreas do Equador e Peru. O texto visa a discutir os aspectos sociais que tais mudanças trazem para grupos periféricos do Equador e do Peru. Esse sistema permite o abastecimento de água em áreas carentes durante a maior parte do

ano a partir de técnicas de construção, manutenção, e mecanismos de biocontrole para a qualidade da água. As “albarradas” são apoio fundamental para a reprodução social, econômica e ambiental da população e a presença de grandes indústrias e projetos têm ameaçado a continuidade desse sistema estratégico para vida rural das populações que o utilizam.

Outro ponto central do nosso Dossiê são os estudos sobre a infância e a juventude, pensadas a partir de uma perspectiva pluralista, que reconhece as diferenças dos contextos sociais, econômicos e culturais para o processo de subjetivação e identidade. No texto *Na América decolonial crianças ou infâncias? Uma interrogação sobre a teorização da fase inicial da vida*, a autora Maira Prieto Bento Dourado traz à cena reflexões sobre o desenvolvimento da criança no horizonte histórico de um Brasil decolonial. A partir do diálogo entre o pensamento decolonial e a perspectiva fenomenológico-existencial (Heidegger), a criança é pensada como ser-no-mundo, rompendo com a criança esquadrihada pelas teorias do desenvolvimento infantil e desenvolvendo críticas a um modelo eurocêntrico originadas no interior das crises políticas, econômicas e sociais. Segundo a autora, o pensamento decolonial contribui para um pensamento crítico, que agrega a historicidade e a temporalidade, valorizando as particularidades de cada local na construção social das múltiplas infâncias.

Discutindo questões relacionadas à juventude, temos o texto *Escolaridade e trabalho: juventude e desigualdades*, de Maria Inês Caetano Ferreira e André Silva Pomponet. O artigo investiga mecanismos de reprodução da desigualdade de gênero, de raça e de renda entre os anos de 2006 e 2013, período positivo da economia para os trabalhadores, por meio das diferenças nas formas de inserção no mercado de trabalho de diferentes grupos de jovens. Os dados demonstram que,

apesar da ampliação de acesso ao ensino e da criação de novas vagas no mercado de trabalho, ocorreram processos de renovação da desigualdade. Como resultado da análise, os autores apresentam que os processos de desigualdade prejudicam jovens pretos e pardos e os de menor renda, com dificuldade de acesso ao ensino e inserção precária no mercado de trabalho, as jovens trabalhadoras.

Para agregar ao Dossiê, foi incluído texto que aborda o tema da soberania popular, pilar do Estado Democrático de Direito, consubstanciado pelo art. 1º, parágrafo único da Carta Magna de 1988, a saber, “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Sobre a participação social nos últimos anos, fortalecida pelos mecanismos presentes na Constituição de 1988, temos as discussões trazidas pelo texto *Um mês que não terminou: uma análise qualitativa, com base na história oral, do Movimento Passe Livre (MPL) nas jornadas de junho de 2013, em São Paulo*, de autoria de Edmar Aparecido de Barra e Lopes. O artigo traz reflexão sobre as mobilizações do Movimento Passe Livre (MPL), de junho de 2013, na cidade de São Paulo, enquanto forma específica de ativismo contemporâneo. A partir da história oral, o autor busca discutir como, dentro de um modelo dominante de cidade e urbanidade, espaço público e cidadania, na ordem urbana neoliberal, se constroem de forma conflituosa os vínculos entre processos de subjetivação, identificação e ação coletiva e suas interfaces com dinâmicas específicas da memória individual e coletiva em questão.

Por fim, para tratar de tema invisibilizado na Academia, o dossiê é finalizado com o texto *Relações étnico-raciais na Argentina: história, desigualdades e resistência*, de autoria de Wlange Keindé e Vitor Rebello Ramos Mello. O artigo busca traçar caminhos para entender

e desmitificar a ideia de uma “Argentina Branca” e defrontar as questões da desigualdade racial na Argentina e no Brasil. A partir da análise da narrativa predominante sobre a formação do Estado Nacional argentino, busca-se entender a redução da população afro-argentina, esta não foi extinta, mas invisibilizada. Portanto, os autores buscam analisar as questões étnico-raciais no país a partir de uma perspectiva histórica e demográfica para entender como funciona o racismo e a invisibilização dos afro-argentinóis e quais medidas o Estado e a sociedade civil têm aplicado em relação a essa questão.

Portanto, a abordagem da temática proposta auxiliará no debate quanto à legitimidade de visão de mundo decorrente de cada sujeito histórico trazido no Dossiê. É necessário falar das violências, das lutas, dos avanços e dos retrocessos, da efetivação ou não da cidadania, é necessário falar dos estudos que estão sendo propostos a partir dos autores do Sul. É preciso que os sujeitos históricos tenham voz para mostrar tudo que passaram e passam, para que a sua historicidade não seja contestada, que suas dores não sejam diminuídas e a sua memória não seja apagada.

Referências

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FALS BORDA, Orlando. *Una sociologia sentipensante para América Latina*. México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik, Tradução Adelaine La Guardia Resende [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARAWAY, Donna. Um manifesto para os *ciborgs*: ciência, tecnologia e

feminismo socialista na década de 80. In: *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Org: Heloísa Buarque de Hollanda. Rocco: Rio de Janeiro. 1994.

MORIN, Edgar. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Petrópolis. 2000.

MENEZES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, 2008.

MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Democracia, violência e injustiça: o não-estado de direito na América Latina*. [S.l: s.n.], 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Revista Novos Estudos*, n. 79, novembro, 2007.

WOLKMER, Antônio Carlos. Introdução aos fundamentos de uma teoria geral dos “novos” direitos. *Revista Jurídica*, v. 2, n. 31, 2013.

Resumo:

Uma pergunta que norteia o nosso dossiê é: a garantia de novos direitos resultou em efetivação da cidadania para os novos sujeitos? Assim, o dossiê buscou acolher estudos inéditos, preferencialmente derivados de pesquisas empíricas, que realizam o diálogo entre a Ciência Política, a Sociologia, a História, o Direito e outras áreas afins, e que de alguma forma respondem a nossa pergunta norteadora. Portanto, é a partir da linguagem e dos estudos de autores do Sul, sem desprezar os ensinamentos que possuem pertinência e que são do norte, que é possível analisar com maior fidedignidade os novos sujeitos, posto que, eles não estão falando de fora, dos gabinetes, muitas vezes é o próprio sujeito falando sobre si. Portanto, o dossiê “Novos sujeitos, novos direitos e cidadania: perspectivas do Sul”, propôs-se a estimular a elaboração de análises que refletissem sobre os novos sujeitos e novos direitos a partir de autores, epistemologias e debates do Sul.

Palavras-chave: Novos sujeitos; novos direitos; cidadania; pluralismos; perspectivas do Sul.

Abstract:

One question that guides our dossier is: did the guarantee of new rights result in the realization of citizenship for the new subjects? Thus, the dossier sought to receive unpublished studies, preferably derived from empirical research, which conduct the dialogue between Political Science, Sociology, History, Law and other related areas, and that somehow answer our guiding question. Therefore, it is from the language and studies of authors from the South, without disregarding the pertinent and northern teachings, that it is possible to more reliably analyze the new subjects, since they are not speaking from outside cabinets is often the subject himself talking about himself. Therefore, the dossier “New subjects, new rights and citizenship: perspectives of the South”, proposed to stimulate the elaboration of analyzes that reflect on the new subjects and new rights from authors, epistemologies and debates of the South.

Keywords: New subjects; new rights; citizenship; pluralisms; perspectives of South.

Recebido para publicação em 30/09/2019.

Aceito em 30/09/2019.

PPP da Escola Estadual Indígena Kijêtxawê Zabelê: a narrativa de um sonho

Vera Lúcia da Silva

Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-5454-2081>

vsilva.lucia@hotmail.com

Introdução ou situando o projeto político pedagógico

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da *Escola Estadual Indígena Kijêtxawê Zabelê*, localizada na vila de Cumuruxatiba, no município de Prado, na Bahia, segundo a atual diretora, Rita de Oliveira, foi provavelmente construído em 2010. A informação é reforçada pelo ano que aparece no cabeçalho do que seria a matriz curricular do ensino fundamental de 1ª a 4ª série, aparentemente produzida também pela comunidade e a ser utilizada pela instituição.

Conforme informações contidas no corpo do documento, este foi elaborado por membros da comunidade do Território Indígena Cahy-Pequi ou Comexatiba e professores indígenas em parceria com a *Uni-*

versidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus X de Teixeira de Freitas, através do Projeto de Extensão *A Academia Vai à Aldeia*, conforme pode ser lido na seção intitulada “Marco legal”:

O presente Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Indígena Pataxó Kijêtxawê Zabelê é um instrumento intercultural, específico, diferenciado e referenciado nos meios de vida, de organização e de produção de conhecimento, das identidades, das relações de alteridade, democraticamente discutido e elaborado, legitimado pelas organizações comunitárias locais, pelas lideranças, pelos mais velhos, pelos jovens e crianças (PPP, 2010, p. 11).

Chama a atenção a forte presença do pronome de primeira pessoa do plural na escrita de todo o Projeto, como que para atestar o caráter coletivo do texto, para marcar a presença das diversas vozes mencionadas no fragmento citado. O *nós* comparece desde a primeira parte do PPP, “Quem somos”: “somos Pataxó, originários do Extremo Sul da Bahia” (PPP, p. 3); “não fomos empobrecidos sozinhos, junto a nós” (PPP, p. 5). Todavia, ainda no mesmo texto de apresentação, ocorre o uso do pronome de terceira pessoa em “segundo *eles* (grifo meu) próprios, tem sido neste ambiente de conflitos, que começaram a sofrer ataques a sua alteridade e identidade.” (PPP, p. 6). Essa e outras ocorrências mais ou menos explícitas no documento fazem pensar a respeito do nível de participação efetiva dos atores que de fato pertencem a essa Escola e a atuação das instituições parceiras, nesse caso a universidade, que tem se configurado como uma das mais presentes junto às questões indígenas, tanto que foi a primeira da Bahia a implantar a Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena – a LICEEI –, em 2009, financiada pelo Ministério da Educação através do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas – PROLIND (2005).

A respeito vale trazer para esse trabalho trechos das entrevistas

realizadas por Daniel Munduruku como parte de sua tese de doutorado em educação defendida na *Universidade de São Paulo – USP*. Munduruku nos mostra que não há consenso entre os principais representantes do Movimento Indígena acerca do papel desempenhado pelos seus parceiros. Para Ailton Krenak e Álvaro Tukano, o que há é uma convergência circunstancial de forças, de forma que o aliado do presente poderá ser o opositor em um contexto diverso. Já Carlos Taukane, “vê muito positivamente a atuação dos parceiros do movimento” (MUNDURUKU, 2012, p. 189), visto que sua presença garantiu suporte logístico e assessorias para que as vozes indígenas ganhassem forma, fossem ouvidas. O grande intelectual da tradição, como ele mesmo se apresenta, o pajé Manoel Moura mostra-se agradecido às instituições que apoiam as causas de seu povo.

Apesar de avaliações agradecidas como a do sábio Manoel Moura, com a ampliação do acesso à educação formal em nível superior e de pós-graduação, a tendência é que a atuação das instituições parceiras tenha seu espaço reconfigurado constantemente. É possível que a fala de Álvaro Tukano descrita a seguir seja uma representação desse caminho que, ao que parece, ruma no sentido contrário ao do paternalismo que desde o fim, ao menos oficial, das políticas de extermínio, pautaram as relações entre indígenas e não indígenas.

Temos lideranças que não precisam de alguém para amamentá-las ou levá-las de braços dados para organismos nacionais e internacionais, como se fossem crianças.

[...]

O Movimento indígena precisa ser dirigido por líderes sérios e comprometidos com a causa. Os índios preparados e/ou instruídos nas universidades devem assumir os órgãos de governo que tratem de nossos assuntos [...]. As organizações parceiras e governamentais não devem falar pelos índios. (MUNDURUKU, p. 92-3).

Assim, a leitura do PPP que se pretende aqui não pode ignorar o comparecimento de uma voz que representa um terceiro em relação à comunidade indígena, mas que no momento em que se conta a história dos sujeitos que atuam na Escola, refere-se a estes como terceiros, como um *eles* a respeito de quem se fala, marcando uma certa dificuldade de falar com. É preciso considerar então que o discurso desses outros não indígenas acaba por influenciar não apenas os textos escritos oficiais, mas também as modulações dos discursos indígenas sobre si mesmos. O uso do verbo amamentar por Tukano entendido como alimentar, sustentar, remete a uma certa dependência das forças vitais do outro, às palavras colocadas na boca e no imaginário indígena.

Escola Estadual Indígena Kijêtxawê Zabelê: um sonho tomando corpo

A *Escola Estadual Indígena Kijêtxawê Zabelê* foi criada pela Portaria nº 1181, Código 78223, em 25 de fevereiro de 2006 para atender à comunidade Pataxó das aldeias Tibá, Matwrembá, Alegria Nova, Kaí e Pequi. Segundo o PPP, a comunidade contava então com um mil e trezentos indivíduos provenientes de 224 famílias, todas elas devidamente cadastradas. Desse total, seriam atendidos pela instituição cento e noventa e oito estudantes distribuídos em três níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental (na época somente as séries iniciais), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

No que se refere à origem desses alunos, o projeto informa que uma parte é proveniente das *Escolas Municipais Algeziro Moura e Antônio Climério*, ambas localizadas no distrito da cidade de Prado, Cumuruxatiba, e outra “é constituída por estudantes, nucleados e vinculados anteriormente à Escola Estadual de Corumbauzinho pela Se-

cretaria de Educação da Bahia – SEE/BA, que os assistiu em caráter emergencial em 2005” (PPP, 2010, p. 2). Apesar do acordo de colaboração em que o município de Prado forneceu o meio de transporte a fim de que os estudantes indígenas estudassem na escola de Corumbauzinho, grande parte dos pais optaram por manter seus filhos nas instituições do distrito, pois a distância a ser percorrida até a aldeia irmã representava perigo devido à “presença de caçadores, traficantes de madeira ilegal e pistoleiros que protegem as fazendas” (PPP, p. 7) e os próprios fazendeiros do entorno.

Entendo aqui que os pais das crianças depositaram grande confiança na escola recém-criada ao desvinculá-las de escolas já estruturadas, tanto física quanto pedagogicamente, para matriculá-las em uma instituição nova. E essa novidade não se refere apenas ao ato burocrático de sua criação, mas ao seu caráter de invenção e experimentação, já que nenhum dos sujeitos que passaram a atuar nela como docentes havia passado sequer por qualquer formação em escola indígena.

Essa vontade coletiva é expressa também na forma através da qual a Escola ganhou corpo, materializou-se. A princípio, os Pataxó construíram as salas de aula com recursos próprios e coletivamente, que é como normalmente se constrói os espaços nas aldeias. Em alguns casos, houve a decisão conjunta de utilizar a infraestrutura já existente para instalação das salas, a exemplo da aldeia Alegria Nova que cedeu sua cozinha comunitária, também local de reuniões, para que os alunos fossem atendidos.

O desejo de que as futuras gerações Pataxó tenham acesso à educação formal em uma escola indígena relaciona-se diretamente com o que é narrado no próprio PPP:

As crianças e os jovens Pataxó passaram a frequentar a escola dominada pelos “brancos”, que, segundo eles próprios, tem sido neste

ambiente de conflito, que começaram a sofrer ataques a sua alteridade e identidade. Tornaram-se vítimas, cada vez mais frequentes da ridicularização e folclorização de seus modos e costumes, da imposição sobre sua língua materna¹. A reação a este modelo pedagógico colonizador em pleno final do século 20 foi a evasão (leia-se expulsão), a repetência e inúmeros conflitos “entre índios e não-índios”. (PPP, p. 6).

Acrescento ao texto do Projeto a narrativa angustiada da menina Karine, que justifica a necessidade de construir uma escola só para o povo Pataxó:

Precisamos construir um colégio só para a gente, porque nós estudamos em um colégio de brancos, sofremos preconceito que pedimos um colégio, porque o pessoal da escola fica falando, fica fazendo piadinha, entende? A gente fica escabreado, e nossos colegas mangam muito da gente, dos índios, às vezes ficamos cantando nossas músicas lá para o pessoal e os nossos colegas começam a mangar da gente, das nossas músicas, do nosso Toré que a gente dança, eles zombam da cara da gente e falam que Cumuruxatiba não é lugar de índio. (RODRIGUES *et al.*, 2005, p. 6).

As narrativas denunciam a maneira perversa como os sujeitos tratados pela alcunha depreciativa de “índios” eram vistos nas escolas de currículo ocidentalizado: ou como empecilho ao modelo de desenvolvimento, cuja base na região é a construção de grandes hotéis, pousadas e outros espaços de atendimento a turistas, ou como uma das atrações oferecidas a estes durante os períodos de alta temporada do forte turismo da região. O discurso escolar traduzido pela menina Karine dá visibilidade ao pensamento dominante que ainda concebe o indígena como alguém pertencente a um passado impossível de atualização. É contra esse estereótipo que o jovem Rodrigo Santana Pedro,

1. Ressalto que já não havia mais uma língua indígena a ser substituída, pois em 2010 os Pataxó já não usavam sua língua materna cotidianamente, como ainda não a usam hoje.

Mãdin Pataxó (PPP, 2010, p. 15), protesta: “não somos um povo pré-histórico”, e acrescenta: “nossa cultura é viva, permanente”.

Nesse sentido, Munduruku (2012, p. 74) discute que a passagem do indígena pela educação formal implica muitas vezes em processos de colonização, violação da identidade, subalternização, submissão e inferiorização de sua cultura com vistas ao extermínio, assimilação ou incorporação à comunidade nacional. É ainda o escritor quem nos fala sobre a necessidade de uma insurgência contra os significados² criados por uma educação com pretensões homogeneizadoras e universalizantes. Assim, a própria criação da *Escola Estadual Indígena Kijêtxawê Zabelê* já constituiu uma reação, a possibilidade de uma escola diferenciada e específica em suas concepções, objetivos e métodos.

Segundo o PPP da Escola, a conquista do direito a uma educação diferenciada foi resultado de uma luta que teve seu início desde 2000, justamente quando a luta pelo território ganha repercussão e intensidade. Para os Pataxó (PPP, 2010, p. 8), “a demora no processo de demarcação definitiva de seu território, vinha impedindo tal atendimento, como se o direito à educação fosse direito secundário e não fundamental”, apesar da Resolução CEB 01/CNE, publicada no Diário Oficial da União, Brasília, em 13 de abril de 1999 (Seção 1, p. 18), Art. 2º que, em seu Parágrafo Único, diz que “A escola indígena será criada em atendimento à reivindicação ou por iniciativa de comunidade interessada, ou com a anuência da mesma, respeitadas as formas

2. Apesar de não ser o objetivo desse trabalho discutir mais detidamente as questões concernentes à insurgência contra os significados construídos historicamente à revelia dos desejos e das vozes indígenas, é interessante lembrar que muitas vezes o que permite uma certa insurgência, eu diria, audível, é a inscrição do pensamento indígena via codificações próprias do ocidente. E talvez não seja o caso de tão somente propor a inauguração de novos códigos, mas de discutir o que se ganha e o que se perde com essas inscrições através da cultura do outro.

de representação”. Vale ressaltar ainda a existência do Decreto 6040, de 07 de fevereiro de 2007, assinado pelo então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, posterior à criação da Escola, mas que assegura a sua existência e legalidade. O documento trata da garantia do Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, o que inclui o direito à educação às comunidades e às aldeias indígenas em territórios ocupados.

Conforme os indígenas:

o crescente processo de implantação da Escola Indígena Kijêtxawê Zabelê já vem se configurando, em si mesmo, em motor de organização e mudanças na comunidade. À medida que vamos melhorando a educação novas famílias se sentem encorajadas, ora a permanecer, ora em passar a morar na aldeia, ao invés de morar no distrito de Cumuruxatiba, no Prado ou outra cidade, sem encontrar perspectiva. Daí porque cremos que muitos estudantes Pataxó, atualmente matriculados nas Escolas Municipais em funcionamento em Cumuruxativa, como: Tiradentes, Antônio Climério e Algeziro Moura deverão migrar para a Escola Kijêtxawê Zabelê, aproximando seus vínculos com os parentes, com nossa cultura e aldeias. Este é o nosso sonho! (PPP, p. 8)

A partir dessa reflexão, que julgo coletiva, entende-se que a Escola conquistada, assim como o seu funcionamento de acordo com os anseios da comunidade, vai muito além do atendimento a uma demanda por educação formal oferecida em ambiente escolar. Parece-me que a existência da Kijêtxawê relaciona-se, entre outras coisas, estreitamente com a permanência do povo Pataxó em seu território ancestral retomado. Para o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2001, p. 45), “a territorialidade é sem dúvida, uma dimensão fundamental da afirmação” de “direitos coletivos” e “é nela que reside a garantia de reconhecimento de uma identidade coletiva e dos direitos coletivos dos povos indígenas”.

A reflexão de Sousa Santos sintoniza-se com a constatação de que a Escola, ao encorajar a ocupação efetiva do território indígena Comexatiba, garante também a sua própria existência como instituição representativa do direito individual e coletivo à educação indígena bilíngue, diferenciada, específica e intercultural. Além disso, essa existência coletiva na aldeia reforçaria os vínculos com os parentes e com a cultura³, aqui entendida como o conjunto das práticas ancestrais, como os modos de viver e estar no mundo próprios ao povo Pataxó.

“Este é o nosso sonho!” Talvez essa exclamação traduza o que de fato significa a Escola, cujo nome homenageia Dona Luciana Ferreira, dona Zabelê, mulher com nome de pássaro, filha da aldeia mãe Barra Velha, sobrevivente do Fogo de 51⁴, valorosa guerreira na luta pelos direitos indígenas à identidade e ao território e que hoje, segundo números do Sistema Geral de Estudantes da Bahia – SGE, atende a trezentos e dez estudantes, organizados em turmas multisseriadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental de nove anos, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio, em seis aldeias, a saber: Cahy, Tibá, Alegria Nova, Monte Dourado, Dois Irmãos e Renascer. Um sonho tomando corpo.

“Posso ser quem você é sem deixar de ser o que sou”

Parece que o slogan do Movimento Indígena Brasileiro, nascido na década de 1970, posto como título do texto que ora se seguirá, re-

3. Na seção “Objetivos” do Projeto Político Pedagógico da Escola (2010, p. 14) consta a necessidade de “Promover a revitalização da cultura Pataxó (tradições, costumes, festas, histórias, lendas e crenças), além da revitalização do Patxohã, e ou,” a língua do guerreiro, idioma Pataxó, sua língua materna”.

4. Para mais informações sobre o evento, informo link de artigo: www.maxwell.vrac.puc-rio.br

apresenta um pensamento/sentimento latente no Projeto Político-Pedagógico da *Escola Estadual Indígena Kijêtxawê Zabelê* e que de alguma maneira articula objetivos, finalidades, a ideia de currículo e ações a serem desenvolvidas. O que me leva a essa inferência é a recorrência do termo interculturalidade em diversas partes do texto, tal como em “o projeto político-pedagógico a ser instalado norteará o exercício dos objetivos, meios e fins da educação escolar indígena intercultural e diferenciada, bem como o cumprimento de sua função sociocultural” (PPP, 2010 p. 1).

Porém, antes do início da leitura do texto do PPP, penso ser interessante para a discussão promover uma reflexão em torno das definições de multiculturalismo úteis para pensar o interculturalismo proposto pelo povo Pataxó e sua aproximação com as políticas indigenistas colocadas em prática desde a chegada dos europeus ao Brasil. Claro que a divisão em fases, proposta por Munduruku também na tese já mencionada, é meramente didática, porém, pode nos ajudar a compreender melhor a história indígena pós-invasão. À primeira fase, a que o autor (MUNDURUKU, 2012, p. 27) se refere como exterminacionista, que tem como objetivo “a destruição em massa dos povos indígenas” justificada pela ausência de alma e de humanidade, não será possível a associação de nenhum conceito específico de multiculturalismo. Ainda citando Munduruku (2012, p. 28), o que define essa fase é uma “brutalidade física contra as sociedades autóctones, pelo assassinato de coletividades inteiras, com o propósito de promover uma ‘limpeza étnica’ que abrisse os caminhos para o progresso e para o desenvolvimento de uma nação dita ‘civilizada’.”

Para Stuart Hall, teórico dos estudos culturais (2003, p. 51), o multiculturalismo liberal insiste na assimilação do que é diferente às tradições e costumes de uma maioria dominante. Para ele, “o multicult-

turalismo liberal busca integrar os diferentes grupos culturais o mais rápido possível à sociedade majoritária”. Esse conceito liga-se diretamente ao paradigma integracionista discutido por Munduruku:

Caracterizava-se pela concepção de que os povos indígenas, suas culturas, suas formas de organização social, suas crenças, seus modos de educar e viver eram inferiores aos dos colonizadores europeus, estando fadados ao desaparecimento. Isso sujeitava os indígenas libertos do cativeiro, na qualidade de indivíduos considerados incapazes, à tutela orfanológica, prevista na lei de 27 de outubro de 1831, como forma de protegê-los, prover seu sustento, ensiná-los um ofício e, assim, “integrar” aqueles que foram retirados do convívio de suas culturas tradicionais à sociedade nacional. (MUNDURUKU, 2012, p. 30-1).

Apesar da legalização da tutela integracionista só acontecer na primeira metade do século XIX, já nos primeiros anos da colonização eram colocadas em prática políticas de cunho assimilacionista. Munduruku denuncia:

A catequese e a educação ministradas aos povos indígenas significaram, na verdade, o emprego de outro tipo de violência contra esses povos, configurada pela imposição de valores sociais, morais e religiosos, acarretando a desintegração e a conseqüente destruição de incontáveis sociedades indígenas, o que caracteriza o etnocídio, um processo diverso do genocídio, porém com resultados igualmente nefastos para os povos dominados. (MUNDURUKU, 2012, p. 29).

Entende-se então que os mesmos jesuítas que justificavam o extermínio físico dos indígenas com argumentos religiosos, trabalhavam também no sentido de integrá-los a um tipo de vida mais adequado aos objetivos políticos e econômicos dos colonizadores. Essa tarefa era cumprida especialmente através do ensino da língua portuguesa e dos princípios da religião católica. Os indígenas eram selvagens sem nenhuma cultura, crença e conhecimentos e, portanto aptos a serem

civilizados, assimilados e utilizados como mão de obra escrava ou análoga à escravidão no projeto civilizatório português.

Todavia, em seu estudo sobre os povos indígenas brasileiros que compreende o final do século XIX e os primeiros sessenta anos do XX, o antropólogo Darcy Ribeiro responde contrariamente a respeito dos resultados das políticas de assimilação:

Nenhum grupo indígena jamais foi assimilado (grifo meu). É uma ilusão dos historiadores que trabalham com documentação escrita a suposição de que onde havia uma aldeia de índios e onde floresceu, depois, uma vila brasileira, tenha ocorrido continuidade, uma se convertendo na outra. Em todos os casos examinados por nós, numerosíssimos, isso não sucedeu. Os índios foram morrendo, vítimas de toda sorte de violência, e uma população neobrasileira foi crescendo no antigo território tribal, onde se implantou uma forma totalmente nova de vida e criou sua própria identificação étnica (RIBEIRO, 2004, p. 12)

Para Ribeiro, o projeto de assimilação não rendeu frutos devido à capacidade indígena de resistir às mudanças que lhe eram impostas e ao forte sentimento de identificação étnica, mesmo em pequenos grupos, que fazia com que lutassem até a morte para manter suas identidades, sua cultura e autonomia. Outro aspecto, segundo o antropólogo, foi a incapacidade da própria sociedade brasileira para assimilar grupos indígenas, dadas as suas dificuldades de oferecer-se a estes como alternativa atraente. Assim, o que se entende é que os povos indígenas extintos foram mesmo exterminados. Nesse ponto, vale lembrar que os Pataxó foram anunciados como povo extinto, assimilado, em 1957⁵. Apesar dessa constatação, hoje conta-se mais de onze mil indivíduos cadastrados.

5. A data é fornecida pelo Plano de Gestão Territorial do povo Pataxó de Águas Belas e Barra Velha de 2012, bem como em outras narrativas orais e escritas das comunidades.

Já o multiculturalismo pluralista, segundo critica Hall (2003, p. 51), “avaliza diferenças grupais em termos culturais e concede direitos de grupos distintos a diferentes comunidades dentro de uma ordem política comunitária.” Parece-me que a definição leva ao encontro dos essencialismos que concebem as culturas como algo definido e circunscrito a determinados espaços. Nesse sentido, o filósofo esloveno Slavoj Žižek reflete:

O multiculturalismo é um racismo que esvazia a sua própria posição de qualquer conteúdo positivo (o multiculturalismo não é um racista direto, ele não opõe ao Outro valores particulares da sua própria cultura), mas não obstante conserva a sua posição enquanto ponto vazio que privilegiado de universalidade a partir do qual se podem apreciar (e depreciar) de uma maneira adequada outras culturas em particular. (Žižek *apud* Santos, 2001, p. 44).

Dessa maneira, não seria demais dizer que o respeito professado nessa forma de multiculturalismo seria uma maneira de afirmar hierarquias e nelas a própria superioridade de uma cultura dita universal. Na prática, em relação aos povos indígenas, ocorre quando se defende que é preciso que vivam isolados em reservas e que para um indivíduo ser considerado “índio” é preciso carregar certos sinais diacríticos no corpo que garantam a identificação racial. É comum as pessoas se assustarem com a “mestiçagem” evidente em parte dos membros do etnônimo pataxó e perguntarem se são “índios de verdade”. Para o professor Edson Machado de Brito, mais conhecido como Edson Kayapó (2013b)⁶, “Os Pataxó são Pataxó porque eles se afirmam assim, se autoidentificam e se reconhecem como Pataxó. O fato de terem tido relações interétnicas, com outros povos, com brancos, não os desqualificam, continuam sendo Pataxó. Pureza nunca existiu”.

6. Entrevista concedida à autora em 11 de abril de 2013, no Instituto de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia – IFBA, em Porto Seguro.

Ao nosso diálogo, interessa ainda o multiculturalismo de butique citado por Hall (2003) como aquele que reconhece e celebra a diferença com vistas a comercializá-la, fazer dela um objeto de consumo. Para Munduruku (2010), a visibilidade que a diversidade cultural ganhou, possui como contraponto sua orquestração pela sociedade da informação e do conhecimento. Acrescentaria, sem equívocos, consumo. Segue a crítica e conclui que, ao mesmo tempo em que o contemporâneo permite viver a esperança da diversidade, essa riqueza é capturada e pilhada pelo mercado.

Encontro convergência entre o pensamento do escritor indígena e do antropólogo Néstor Canclini (1983, p. 141) quando este afirma que “Os índios não querem ter sua cultura embalsamada, nem querem se tornar espetáculos recreativos do turismo.” Talvez em decorrência dessa apropriação do mercado, os Pataxó de Coroa Vermelha e Barra Velha, foram apresentados pelo antropólogo Rodrigo de Azeredo Grünewald (1999, p. 317), em sua tese de doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, como indígenas que, “frente ao turismo histórico que alcança Coroa Vermelha, [...] se elaboram como índios do descobrimento, se mercadorizando histórica e culturalmente como atrativo turístico.”

Como não importa seguir discorrendo sobre todos os modos do multiculturalismo, pois julgo até aqui já haver exposto os principais termos do debate em torno da ideia, suas tensões e divergências interessantes para esse trabalho, será discutido então o conceito de multiculturalismo interativo ou interculturalidade a partir das reflexões da professora Vera Maria Candau (2008, p. 51). Para ela, essa é a forma mais interessante se o objetivo for produzir sociedades democráticas e menos desiguais, mais inclusivas e que “articulem políticas de igualdade com políticas de identidade”.

A reflexão de Candau contribuirá para a leitura da vontade de interculturalidade presente no PPP da *Kijêtxawê Zabelê*, visto que todo o documento rejeita o ímpeto assimilacionista do multiculturalismo liberal, o isolamento subjacente à abordagem pluralista, assim como o multiculturalismo de boutique que mercadoriza a diferença e a oferece como produto a ser comercializado. Então, é o multiculturalismo interativo ou interculturalidade, já que o próprio Projeto esforça-se para articular política e pedagogicamente igualdade e identidade, a forma do multiculturalismo mais produtiva para fazer agir e pôr em movimento o texto do PPP.

Candau (2008, p. 51-2) elenca características próprias à perspectiva intercultural que enumerarei resumidamente: 1) promoção deliberada das inter-relações entre diferentes grupos culturais presentes em uma determinada sociedade; 2) concepção de cultura como algo em processo permanente de elaboração, construção e reconstrução; 3) afirmação de que nas sociedades em que vivemos os processos de hibridização cultural são intensos e mobilizadores da construção de identidades abertas, em construção permanente, o que supõe que as culturas não são puras; 4) a consciência dos mecanismos de poder que permeiam as relações culturais; 5) a não desvinculação das questões da diferença e da desigualdade.

Com relação à primeira característica apontada por Candau (2008), que certamente vai de encontro às perspectivas assimilacionistas do multiculturalismo liberal, bem como às perspectivas essencialistas do multiculturalismo pluralista, transcrevo aqui o seguinte trecho do PPP da *Escola Estadual Indígena Kijêtxawê Zabelê*:

Queríamos uma escola nossa, com a nossa cara, em nosso território retomado, onde não houvesse discriminação ou preconceito, em que coubesse nossa tradição, a nossa cultura, sem culpa ou vergonha.

Onde as carteiras pudessem ser arrumadas de outro modo, sem que fosse preciso olhar para a nuca do outro. (PPP, 2010, p. 9).

Inicialmente a declaração dos Pataxó parece atritar com a característica que Candau julga elementar para que algo assuma uma perspectiva intercultural, aproximando-se muito mais de uma postura com vistas a um essencialismo, que demarca fronteiras bem definidas nos terrenos da cultura e das identidades. Porém, após consulta aos documentos referentes ao mapeamento da educação do campo na Bahia, que incluiu escolas indígenas e quilombolas, certifiquei-me de que não é uma regra das instituições escolares indígenas não receber alunos não indígenas, tanto é que nas unidades de Corumbauzinho e Bom Jesus, situadas em território já demarcado ou parcialmente demarcado, há alunos, poucos bem verdade, não indígenas. Quanto a Kijêtxawê, esta não atende a nenhum estudante que não seja Pataxó, o que não é estranho dados os problemas relacionados ao território e que comprometem a segurança de todos nas comunidades. Pode-se acrescentar a isso, as condições precárias de oferta do transporte disponibilizado pela Secretaria de Educação, além das péssimas condições das estradas de acesso Cumuruxatiba-aldeias⁷.

A todos os problemas relacionados, acrescento o fato de a *Kijêtxawê Zabelê* ser uma instituição de estrutura nucleada, ou seja, há uma ou mais salas de aula em cada aldeia, quase sempre improvisadas e em condições muito aquém do que se compreende como aceitável para uma escola. Acrescento a falta de sanitários com fossas sépticas, oferta regular de merenda, acesso à água tratada e as dificuldades com energia, normalmente conseguida através de baterias utilizadas

7. Essas informações também constam no instrumento I do mapeamento das escolas do campo 2013, realizado pela Secretaria Estadual de Educação via Coordenação de Educação do Campo com o objetivo de conhecer a situação das escolas situadas no campo ou que atendem a populações rurais.

em automóveis⁸. Claro que não se pode ignorar, como motivo para a não entrada de alunos não indígenas na instituição, o forte preconceito ainda sofrido pelos Pataxó no distrito.

Portanto, esse desejo de uma escola deles não configura a tomada de uma posição de cunho essencialista, que pretenda encerrar a cultura e a identidade indígena dentro de um território circunscrito e proibido aos não indígenas e sim o desejo de participar de uma instituição pensada pelos Pataxó e para eles, onde suas tradições, sua cultura possam ser experienciadas sem passar pelo olhar preconceituoso e discriminatório do outro. A questão tem a ver mesmo com o processo educativo de que sempre foram vítimas os povos indígenas brasileiros. A respeito, Brito nos diz:

Historicamente, a escola tem funcionado como agência de opressão dos povos indígenas, arrancando-lhes suas identidades, sob a promessa da salvação da alma e da implantação dos hábitos ditos “civilizados”. Catequizar, civilizar, assimilar, pacificar, incorporar e abrasileirar são algumas das intenções explícitas e implícitas que identificam a violência praticada pela “educação para os índios” no Brasil (BRITO, 2013a, p. 58).

Quanto aos professores e demais profissionais da Escola, estes são escolhidos pelos “pais, as mães, membros da comunidade, as lideranças, o cacique, os mais velhos, os que moram na aldeia e ou comunidade” (PPP, 2010 p. 20). Essa dinâmica é justificada pelo princípio de que as lideranças e os mais velhos possuem mais sabedoria que os jovens, conforme afirma Daniele Silva Conceição (PPP, 2010 p. 20), estudante da Kijêtxawê Zabelê: “As lideranças, os mais velhos e a comunidade é mais experiente que nós, jovens. A participação do cacique é muito importante.”

8. A única aldeia atendida pela Kijêtxawê Zabelê que possui uma placa de energia solar é a Alegria Nova e parte da Dois Irmãos possui energia elétrica.

De certo modo, esse quadro em que a comunidade é ouvida e integralmente respeitada já foi, apenas em parte⁹, reconfigurado, pois, diante da reivindicação dos próprios indígenas através dos fóruns de educação e demais encontros em que o assunto é pauta constante, conforme se pode ler na Carta Final do IX Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas – ELESÍ¹⁰, em seu tópico treze: “Regularizar nos municípios e estados com oferta de educação escolar indígena a carreira de professor indígena seguido de concurso público específico e diferenciado para professores e servidores das unidades escolares indígenas”. O governo da Bahia realizou, em vinte e nove de novembro de 2013, concurso para provimento de cargo efetivo de professor indígena, que passa então a ser parte integrante do quadro de magistério público do Estado, com a oferta de trezentas e noventa vagas distribuídas entre todas as comunidades da Bahia.

Segundo o texto do PPP, é preciso possuir alguns pré-requisitos para atuar na Escola:

Ser índio pertencente à comunidade ou outra indígena, quando na comunidade não houver.

Ter estudo específico para exercer a profissão ou ser formado.

Ser pesquisador ou ter espírito curioso em torno do que vem acontecendo com o mundo dentro e fora da comunidade, ao longo dos tempos.

Deve dominar habilidades e conhecimentos dos meios e modos de se trabalhar coletivamente.

Deve compreender como a cultura indígena funciona – conhecer a cultura, a história e a luta da comunidade; comprometer-se com ela.

9. A ressalva deve-se ao fato de o concurso não suprir efetivamente a demanda das comunidades, de forma que os docentes e demais profissionais continuarão a ser indicados por elas.

10. O ELESÍ reuniu mais de vinte e sete etnias do País inteiro no Campus do IFBA, em Porto Seguro, no período de 22 a 26 de outubro de 2012.

Ser manso, gostar de trabalhar com crianças, ser rigoroso quando necessário, inteligente, ser paciente e carinhoso com os alunos e as crianças.

[...]

Morar e permanecer na comunidade, ser pontual, cumprir com seus compromissos e responsabilidades profissionais. Ter preparo para representar a comunidade, fazer a interlocução com o que vem de fora, representar a comunidade externamente (PPP, p. 20-1).

Para reforçar e complementar o texto citado, é importante transcrever também a fala do professor Leandro Oliveira Luiz a respeito de que diretrizes devem orientar a escolha dos educadores que trabalharão na Escola Pataxó:

O professor deve estar por dentro da cultura e ser uma pessoa da comunidade que tenha amor pela causa [...]. Só sendo indígena para entender como ensinar nossa cultura, para despertar o respeito entre professor-aluno [...]. Se nós queremos uma educação diferenciada, precisamos aprender a realidade do que se passa no nosso dia a dia. Os professores devem apresentar espírito de luta para formar lideranças críticas na comunidade. (PPP, 2010, p. 20).

A partir da leitura do fragmento do PPP, assim como do depoimento do docente contido nele, fica patente a preocupação da comunidade com o fato de que o professor deva ser indígena conhecedor da cultura e das histórias de luta de seu povo. Dá-se ênfase ainda ao compromisso que ele deve firmar com a “causa”, que pode ser entendida aqui para além do âmbito da educação escolar, já que no último dos pré-requisitos se pontua que o professor “deve ter preparo para representar a comunidade”, e indo mais além, é ele que, “na falta do cacique e das lideranças, deve assumir à frente da comunidade”. Entendo então que o educador na comunidade indígena é uma autoridade e liderança, é alguém que pode falar e deve ser ouvido e que, provavelmente, não pode, mesmo fora do horário de trabalho em sala de aula,

se destituir de seu cargo, ou seja, dentro da comunidade é o tempo todo professor, exemplo de sabedoria, equilíbrio e compromisso.

Em certa medida, o edital do concurso, ao passo em que conta com a colaboração dos representantes indígenas na Secretaria de Educação do Estado, através de suas coordenações em âmbito estadual e regional, contempla as diretrizes que já norteavam a escolha dos professores, uma vez que este fixa como condições para participar do concurso ser indígena e pertencer prioritariamente à etnia da comunidade onde se situa a unidade de ensino onde pretende atuar; apresentar declaração do líder local (cacique ou grupo de lideranças), bem como da própria FUNAI; conhecer a comunidade, suas práticas culturais, de ensino e aprendizagem com vistas à promoção da interculturalidade e cidadania.

Talvez pelos papéis conferidos a ele, “só sendo mesmo indígena” para atuar em uma escola com as características da Kijêtxawê Zabelê. Lembro aqui todas as dificuldades elencadas quando foi discutido em que medida a ausência de estudantes não indígenas comprometeria e invalidaria a perspectiva intercultural que a instituição pretende assumir.

Com relação à atuação de professores não indígenas na educação indígena, Darlene Taukane, em entrevista concedida a Munduruku, narra outras questões relacionadas ao assunto:

Comecei a ser alfabetizada aos seis anos e levei dez anos para terminar o ensino fundamental de I a IV. Levei todo esse tempo porque os professores não indígenas não paravam em nossa aldeia, e éramos totalmente dependentes de pessoas de fora para nos dar aulas. Portanto, nossos ensinamentos eram sempre interrompidos. E, hoje, felizmente, isso não acontece mais, pois todos os professores são indígenas.

[...]

Essa falta de compromisso da parte dos não-indígenas, fez com que eu começasse a sonhar em ser professora da minha aldeia¹¹. (MUNDURUKU, 2012, p. 108).

É ainda atribuição do professor “fazer a interlocução com o que vem de fora”, de forma que a atuação deste implica uma prática intercultural, em que seu papel seja o de mediador de culturas, um tradutor que tornará inteligíveis os conhecimentos do ocidente, bem como suas linguagens e discursos, ao mesmo tempo em que criará condições para as “pronunciabilidades” (SANTOS, 2001) dentro de sua própria cultura. Reconheço também, nesse mesmo fragmento do PPP, uma vontade de diálogo intercultural, como “troca não apenas de saberes, mas também entre diferentes culturas, ou seja, entre universos de sentido diferentes e, em grande medida, incomensuráveis.” (PPP, 2010, p. 22). Assim, o professor é aquele que deve trazer outros mundos para dentro da aldeia e exercer a difícil tarefa de traduzi-los e complexificá-los.

Com relação ao professor de cultura, as atribuições deste são descritas em subseção específica, o que é justificado no próprio texto: “O professor de cultura tem um papel fundamental em nossa escola, uma vez que estamos passando por um processo de revitalização/construção cultural.” (PPP, p. 21). Abaixo, apenas dois dos objetivos de seu trabalho:

Planejar junto com os (as) demais professores (as) referenciando os conteúdos e a práxis na cultura Pataxó;

Promover momentos periódicos de estudo/formação/pesquisa com os (as) demais professores (as) e outros (as) da comunidade, levando para dentro da escola saberes de lideranças, velhos e crianças da

11. Darlene Taukane é professora e foi a primeira mulher indígena brasileira a conseguir o título de mestre em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT).

comunidade. (PPP, p. 21).

A opção por colocar em destaque apenas os objetivos citados deve-se ao fato de que os dois possuem relação direta com a ideia de interculturalidade. O primeiro parece-me que é aquele que irá garantir o caráter intercultural da Escola, na medida em que o professor de cultura planejará junto com o professor das disciplinas da base comum do currículo, a fim de referenciar os conteúdos de natureza prática e teórica que os organizam na cultura Pataxó, de forma que todo o conhecimento ocidental dialogaria com o conhecimento ancestral indígena. Quanto ao segundo objetivo citado, este solicita que sejam levados para dentro da Escola, os saberes “de lideranças, velhos e crianças da comunidade”. Chama-me a atenção o cuidado evidenciado com os saberes dos velhos e das crianças, sujeitos, via de regra, a quem, nas sociedades de base ocidental, não se confia a tarefa de ensinar.

Para reflexão em torno da segunda característica da perspectiva intercultural elencada por Candau (2008, p. 51), que concebe cultura como algo em processo permanente de elaboração, construção e reconstrução, cito texto do jovem professor Pataxó Rodrigo Santana Pedro, inserido no corpo do documento ora lido, a respeito de que finalidades devem nortear o trabalho de formação na *Escola Estadual indígena Kijêtxawê Zabelê*:

Deve ser uma escola de visão atualizada. Nossa escola deve servir para formar guerreiros (a) s capazes de fazer avaliações críticas e defender nossos direitos. Deverá ensinar que não somos um povo pré-histórico. Mas, que nossa cultura é viva, permanente. Que se encontra em constante movimento e desenvolvimento. Por isso, deve ensinar a cultura Pataxó e indígena em geral. Deve incluir o acesso à iniciação às novas tecnologias. Com as novas tecnologias ficou mais fácil expressar cada vez mais para o mundo, a nossa forma de

ser e estar no presente (PPP, 2010, p. 16).

Entendo que, quando o docente afirma que a escola deverá ensinar que o povo indígena não é “pré-histórico”, apresenta um pensamento de acordo com a concepção de cultura como algo em processo permanente de elaboração, construção e reconstrução tal como discutido por Candau (2008). Segue afirmando o que a princípio parece contraditório, uma cultura ao mesmo tempo viva, “em constante movimento e desenvolvimento”, mas ao mesmo tempo permanente. Candau aponta para o fato de que a cultura de cada comunidade possui raízes históricas, mas que mesmo estas são dinâmicas e não fixam as pessoas dentro de padrões imutáveis. Talvez a permanência da qual nos fala o professor Pataxó refira-se a essas raízes, a pretensas práticas culturais que seriam originárias de seu povo, “aquilo que parece fixo”, mas que “continua a ser dialogicamente reapropriado” (HALL, 2003, p. 33).

Parece-me que a característica, segundo Candau (2008), própria da perspectiva intercultural e presente no discurso de Pedro (PPP, 2010, p. 16), relaciona-se diretamente com o conceito de cultura discutido por Hall:

A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu trabalho “produtivo”. Depende de um conhecimento da tradição enquanto “o mesmo em mutação e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse “desvio através de passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das tradições [...]. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar. (HALL, 2003, p. 43).

A proposta de Pedro evidencia que ele é sabedor dos estereótipos criados pela sociedade nacional em torno da imagem do indígena, tanto daqueles que o colocam como traiçoeiro, bárbaro, indolente, pre-

guiçoso, pagão, instável, imprestável e perigoso, enfim, nas palavras de Nóbrega, “besta” que deve ser escravizada e, caso não houvesse resposta positiva, exterminada, quanto daqueles que o tratam como um ser belo, naturalmente bom, forte e ingênuo. Lembro aqui a imagem do índio alencariano, que é a princípio admirado, louvado pela sua ingenuidade, receptividade (o que lembra a primeira impressão de Pero Vaz de Caminha), para em seguida ter suas maneiras de ser, viver e crer desqualificadas. Surge então, a necessidade de assimilar, de civilizar essa personagem, que é batizada conforme os preceitos da poderosa religião do outro, e a partir disso ou abandona os seus para viver conforme a cultura etnocêntrica ou não resistindo ao encontro com o que lhe é tão estranho, morre. De qualquer maneira a vitória é do colonizador.

Os Pataxó, através da fala do docente citado, (PPP, 2010, p. 16) rejeitam essas imagens distorcidas que remetem sempre a uma condição de inferioridade e incapacidade de viver no tempo presente no mesmo plano da sociedade brasileira de princípios ocidentais, rejeitam a ideia de que os indígenas são povos retrógrados, para quem não há mais espaço. Sobre o assunto, Munduruku afirma que

O Brasil oficial desenvolveu seu pensamento a respeito dos povos indígenas desde os primórdios da colonização até a década de 1990, que é até onde vai a pesquisa. Pude, assim, constatar que a visão equivocada – e propositadamente estereotipada – sobre nossos povos foi perversamente orquestrada, retirando deles – em muitas circunstâncias – a humanidade de sua visão de mundo e colocando-os como empecilho para o desenvolvimento proposto pelo estado brasileiro e que passava pelo extermínio – depois assimilação e integração – das suas diferenças culturais e espirituais. (MUNDURUKU, 2012, p. 16).

Mesmo que a constatação do pesquisador esteja situada em um determinado tempo, parece-me, a julgar pela preocupação de Pedro

em ensinar que o povo indígena Pataxó não é pré-histórico (entendo que seja uma mesma forma para designar atrasado, incapaz de viver o presente e estar no futuro), que ainda hoje a sociedade não indígena não conhece, não entende e por isso não respeita as cosmologias indígenas, suas maneiras de pensar a vida, o humano, o outro, o presente, o espaço e o próprio conceito de progresso. Não é demais lembrar, que não há um único pensar que caracteriza todos os povos indígenas brasileiros, afinal são mais de duzentas e cinquenta nações falando mais de cento e oitenta línguas, experimentando a vida e o mundo conforme a dinâmica de suas próprias culturas. Cito como pontos de encontro o conceito cíclico da vida, o respeito e a integração com as outras formas de vida, o conhecimento gerado através da experiência, a valorização da memória, dos velhos e o viver coletivo.

O que aqui menciono como confluências entre os diversos povos indígenas brasileiros é o que de alguma forma garante visibilidade, autenticidade e principalmente representatividade a eles diante da sociedade nacional, ganha forma e repercussão através da articulação do Movimento Indígena, que passa a reivindicar que “as pessoas e os grupos sociais têm direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.” (SANTOS, 2001 p. 28) e passa a se apropriar de códigos impostos pela colonização para lutar pelos direitos indígenas, não apenas de um, mas de todos os povos brasileiros. É interessante acrescentar que o termo índio a princípio foi resgatado pelos líderes do Movimento e passou a funcionar deliberadamente para articular os interesses de todos os povos, enfim, houve uma reapropriação do vocábulo antes utilizado para transformar a diversidade em uma falsa massa homogênea a ser controlada e combatida.

Munduruku marca bem o início desse processo, que considero fundamental para que diversos povos do Nordeste brasileiro, entre eles,

os Pataxó, retomem seus territórios tradicionais e figurem hoje como povos ressurgidos.

Tudo começou em meados da década de 1970, quando as lideranças indígenas ultrapassaram as esferas de suas próprias comunidades originárias. Até então, estas comunidades estavam voltadas muito mais para suas próprias necessidades e dificuldades de sobrevivência, como já afirmei. Para isso, procuravam resolver suas demandas em nível local, sem se envolverem – até por não terem acesso ao cenário nacional – com problemas e dificuldades dos povos que estavam além de suas fronteiras.

Quando esse novo movimento de participação começou a acontecer, principalmente pelo envolvimento de novas lideranças no processo histórico, constitui-se um “sentimento de fraternidade indígena”, de solidariedade pelas condições de vida por que passavam outras tantas comunidades e sociedades. (MUNDURUKU, 2012, p. 45-6).

Interessante dizer que o discurso indígena de maneira geral é permeado pelas reapropriações do léxico estereotipado produzido por não indígenas. Munduruku (2013, p. 3), por exemplo, ao comentar a carta de Caminha escreve que Cabral “encontrou uma gente relativamente pacata, vivendo uma vida relativamente pacata, sem pressa e sem medo” evocando a ideia de uma vida anterior paradisíaca e sem problemas, tais como as figurações românticas que marcaram fortemente as artes de grande parte do século XIX. Percebo em tal apropriação um caráter político ao passo que reforça e evidencia o processo invasivo e violento instalado pelos colonizadores em um território pacífico, marca a diferença entre indígenas e “brancos”, entre um antes ideal (mesmo que ele nunca tenha existido) e um depois imposto.

O Movimento organizou a Marcha Indígena que percorreu todo o Brasil e culminou na Conferência Indígena em Porto Seguro, em abril de 2000. Sabe-se que a Conferência fazia parte de um movimento nacional ainda maior Brasil: 500 anos de Resistência indígena, Negra

e Popular, mais conhecido como *Brasil, outros 500*. A Marcha percorreu várias cidades brasileiras com a participação de cerca de 3.600 indígenas. Já a Conferência, entre os dias 18 e 21, reuniu uma média de seis mil indígenas, representantes de cento e quarenta povos de todo o país.

Esse evento é narrado no Projeto Político Pedagógico da *Escola Indígena Kijêtxawê Zabelê* na seção “Quem somos”:

Foi nesta fronteira da exclusão social que 120 famílias Pataxó decidiram deflagrar o processo de reconhecimento de sua identidade étnica, de luta pela retomada e demarcação de seu território imemorial, em abril do ano 2000. Ocasão da passagem dos 500 anos do desembarque do português Nicolau Coelho na barra do Rio Kaí e da tripulação da esquadra de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro (PPP, 2010, p. 7).

Sobre esse movimento que se articulou em torno das comemorações oficiais dos quinhentos anos do descobrimento, o cacique Joel Braz faz um histórico do que antecedeu e sucedeu aos eventos em Porto Seguro. Percebe-se que o relato do PPP está situado no de Braz, quando este cita as retomadas da Barra do Cahy e Pequi.

Nós tínhamos que receber os nossos parentes que vinham para as manifestações contra os 500 e nós não tínhamos áreas suficientes para abrigar a todos. Foi aí que de imediato retomamos aquela fazenda antes do Parque para os nossos parentes ficarem acampados. E continuamos com as retomadas. Retomamos aquela fazenda onde hoje é aldeia Guaxuma. Retomamos a fazenda próxima a aldeia de Corumbauzinho que está em posse do prefeito de Iamaraju. Retomamos outra perto de Águas Belas, *outra na Barra do Caí, outra no Pequi* (grifo meu). Foi uma série de retomadas. O que me deixou impressionado foi quando retomamos esse Parque que outros parentes retomaram outros nove Parques Brasil afora (POVO PATAXÓ DO PRADO, 2007, p. 26).

Além disso, logo após, diante de um Conselho de Caciques (cri-

ado em 1995) corrompido e manipulado pelos governos municipal e estadual, conforme denuncia Braz, foi criada a Frente de Resistência e Luta Pataxó que, junto a outras entidades posteriormente criadas, vêm coordenando e articulando as ações de retomadas territoriais, bem como outras relacionadas à reivindicação dos direitos indígenas.

Não há como pensar que esses processos de retomada foram pacificamente dialogados. Os Pataxó contam em seu PPP (2010, p. 7) que, após a retomada do território Cahy (Fazenda Boa Vista), as “famílias com suas crianças e jovens foram violentamente expulsas por ação de pistoleiros contratados pelo suposto proprietário Vitor Dequeche”. A ação teria envolvido a participação de outros fazendeiros da região temerosos da onda de invasões. Maria D’Ajuda Ferreira, da aldeia Tibá (RODRIGUES *et al*, 2005, p. 13-5), conta que parte de seus parentes havia viajado para a Conferência em Coroa Vermelha, de forma que apenas cinco homens, cinco mulheres e treze crianças ficaram na aldeia na noite do tiroteio que os expulsou novamente de seu território. Conta que, apesar de não possuírem armas de fogo, conseguiram fugir todos vivos e, ajudados pelo conhecimento que possuem da região, chegar à aldeia de Águas Belas e no dia seguinte seguir para Porto Seguro para iniciar um processo que apuraria as responsabilidades pela violenta ação empreendida contra os Pataxó.

Penso que à medida que a narrativa do PPP é costurada a outras narrativas, a *Escola Indígena Kijêtxawê Zabelê* vai sendo entendida como resultado de um processo de luta pelo direito de ser indígena Pataxó, de viver em seu território imemorial aprendendo, ensinando e experimentando uma cultura em estado permanente de (re)invenção, como povo que há menos de duas décadas iniciou sua retomada territorial e étnica. Mesmo que o desejo de uma escola “só nossa”, expresso tanto na narrativa da menina Karine (RODRIGUES *et al.*, 2005),

quanto no próprio PPP (2010), contrarie a primeira característica da perspectiva intercultural elencada por Candau (2008), que diz da necessidade de promover inter-relações entre diferentes grupos, vejo-o, por ora, como o único possível dadas as dificuldades ainda enfrentadas pela instituição e que a impedem de oferecer condições físicas, bem como um ensino que seja atrativo para a sociedade do entorno, que certamente possui outras compreensões do que seja uma boa escola.

Quanto à terceira característica, Candau (2008, p. 51) discute que esta é “constituída pela afirmação de que nas sociedades em que vivemos os processos de hibridização cultural são intensos e mobilizadores da construção de identidades abertas, em construção permanente, o que supõe que as culturas não são puras.” Um bom exemplo dessa característica da perspectiva intercultural no PPP ora lido é a descrição da seção “Quem somos”:

Do ponto de vista antropológico pertencemos ao tronco Macro-Jê, no cotidiano falamos português. Embora nossa língua tenha sido considerada extinta por alguns autores, o *patxohã*, nosso idioma original, ou seja, a linguagem do guerreiro está sendo revitalizada com a colaboração da Zabelê, Dona Luciana, liderança Pataxó, filha da Aldeia de Barra Velha, de alguns (mas) pesquisadores (as), parentes nossos [...] e sobretudo com a atuação dos professores de cultura que vem atuando com a sistematização de nossos saberes tradicionais (PPP, 2010, p. 3).

Entendo que talvez a maior evidência de que os Pataxó viveram e ainda vivem um intenso processo de hibridização é o fato de utilizarem, mesmo de forma fragmentária, duas diferentes línguas no cotidiano das aldeias, já que, conforme eles mesmos informam, o *patxohã* é uma língua em estado de pesquisa, descrição e por isso de uso limitado. É possível que a própria língua, denominada por eles

de idioma original, seja resultado dos contextos interculturais experimentados com intensidade a partir da colonização europeia, uma vez que o próprio etnônimo pataxó reuniu vários outros povos menores, como estratégia de sobrevivência mesmo.

Além desses povos incorporados, é importante ressaltar ainda a forte e longa duração da relação entre os Pataxó e os Maxacali. Claro que, qualquer que fosse o idioma falado no momento em que os portugueses aportaram no Brasil, este sofreu mudanças radicais a partir das lutas e diálogos que se articularam desde então, ao ponto mesmo de ser dado como extinto. Dessa forma, o *patxohã* falado e escrito com muitas limitações, orgulho e muita vontade de fazê-lo de novo passível de uso cotidiano é uma língua reinventada a partir de fragmentos extraídos das memórias de anciãos como Zabelê e da colaboração de linguistas indígenas e não indígenas que pesquisam o idioma falado pelos Maxacali para compor o idioma Pataxó¹².

Nesse contexto de intenso e, na maioria das vezes, violento contato com os colonizadores, não foi apenas a língua que os Pataxó perderam. Em seu PPP (2010, p. 5), eles afirmam que o processo de desterritorialização empobreceu-os e condenou-os à miséria e à fome, já que suas formas tradicionais de sobrevivência não possuíam mais validade nos cenários econômicos que se desenharam à revelia de sua vontade. A respeito desse problema, os Pataxó nos contam:

A coleta e a caça foram desaparecendo, ao mesmo tempo em que a mata ia sendo derrubada na faixa litorânea. Atualmente, até a matéria-prima do artesanato está cada vez mais escassa. A própria agricultura ficou comprometida. E, tem se tornado cada vez mais

12. O professor Edson Machado de Brito, em entrevista já citada, ressalta: “A possibilidade de revitalização de uma língua está nos velhos, e os indígenas têm grande sensibilidade para isso, os Pataxó criaram um grupo, o *patxohã*. O *patxohã* privilegia a pesquisa junto aos velhos, a título de revitalização da língua. Eles encontram muitas dificuldades, mas estão nesse caminho há mais de dez anos.”

limitada por causa da falta de terras suficientes para plantar, coletar, caçar, pescar. (2010, p. 5).

Ainda no que se refere às mudanças engendradas a partir do contato com o outro estranho à cultura Pataxó, estes narram que “gente de toda crença e de todo credo vieram a somar com os cultos e ou se instalar como nova opção religiosa no povoado e mediações. Ainda predomina a religião católica.” A chegada de outras religiões a Cumuruxatiba, de alguma maneira fragiliza o papel dos pajés como líderes espirituais nas comunidades Pataxó, pois, por mais que não seja do agrado de todos, há muitos indígenas que frequentam os cultos das diversas igrejas protestantes e, claro, da igreja católica da antiga Vila Índia. Para esses convertidos às religiões ocidentais, os pajés passam a ser respeitados apenas pelos conhecimentos em torno da medicina tradicional e como velhos sábios que são.

Por último, no tocante ainda à terceira característica elencada por Candau (2008), o próprio PPP, narrativa lida nesse trabalho, constitui um tecido de vozes híbridas e que certamente possui potencial para provocar certo movimento na forma como a Escola e seus atores se percebem, se concebem e atuam dentro da instituição. Narra-se, no PPP (2010, p. 9), que este “nasceu do desejo coletivo dos membros da comunidade e da parceria entre professore (a) s indígenas e a *UNEB* em Teixeira de Freitas, através do Projeto de Extensão ‘A Academia Vai à Aldeia’”. Acrescenta-se que, a partir do documento, as práticas serão melhor qualificadas e as ações ganharão outros rumos com vistas à “materialização de uma Escola Intercultural Diferenciada.”

Assim, entende-se que essas práticas e ações serão qualificadas não segundo um olhar exclusivamente Pataxó, que em si mesmo, dadas suas condições de existência, já traz consigo outros pontos de vista, mas sim a partir de uma trama de discursos e desejos que pa-

recem muitas vezes entrar em conflito. Ao mesmo tempo em que se pergunta “Para que e a quem serve a escola?” e se responde que “para formar lideranças críticas e comprometidas com a comunidade e as lutas de seu povo.” (2010, p. 15), se afirma que a *Kijêtxawê Zabelê* está “compromissada com uma escola pública de qualidade” (2010, p. 19) e que esta deve zelar pela “permanência e sucesso na progressão e conclusão do aprendizado” (2010, p. 14). Há ainda uma referência sobre a universalização do acesso à educação e ao conhecimento. Ora, qualidade e sucesso são termos que se relacionam diretamente ao discurso hegemônico, enquanto a educação indígena supõe exatamente um movimento oposto, contra-hegemônico em seus princípios e práticas. Ressalto que o uso dos termos não desqualifica a narrativa de educação em construção, apenas mostra a existência de disputas e contradições no campo discursivo. Quanto a garantias no tocante ao acesso à educação, importa lembrar que todas as relações nas comunidades indígenas são pautadas pelo ensino e pela aprendizagem e que a escola é apenas mais um local, uma casa onde se aprende e se ensina. Isso nos é dito no próprio nome da Escola, já que *Kijêtxawê*, em *patxohã*, quer dizer “casa onde se experiencia a cultura” (2010, p. 9).

Dando seguimento à reflexão que vem se desenvolvendo, cito a quarta característica posta por Candau (2008) como necessária a uma perspectiva intercultural:

A consciência dos mecanismos de poder que permeiam as relações culturais constitui outra característica dessa perspectiva. As relações culturais não são relações idílicas, não são relações românticas; estão construídas na história e, portanto, estão atravessadas por questões de poder, por relações fortemente hierarquizadas, marcadas pelo preconceito e pela discriminação de determinados grupos (CANDAU, 2008, p. 51).

Para discussão dessa marca das abordagens que se pretendem interculturais, transcrevo todos os objetivos elencados no Projeto da *Escola Estadual Indígena Kijêtxawê Zabelê*:

Garantir o acesso, a permanência e a progressão do(a)s educando(a)s à Educação Escolar Indígena Intercultural, Específica, Diferenciada e Bilíngue às crianças, jovens e adultos das aldeias Pequi, Alegria Nova, Kaí, Tibá e Matwrembá.

Promover a revitalização da cultura Pataxó (tradições, costumes, festas, histórias, lendas e crenças).

Revitalizar o “Patxohã”, e ou, “a língua do guerreiro, idioma pataxó, sua língua materna.”

Promover a autossustentabilidade nas aldeias.

Incentivar a arte Pataxó (biojóias, redes de tucum, vestimentas, culinária, armas, medicina, trançado com cipó, músicas, etc)

Promover o autorreconhecimento e o etnorreconhecimento Pataxó. (PPP, 2010, p. 14).

Afirmar uma educação intercultural é, ao que parece, pensar uma escola em que os vários saberes dialoguem, é trazer para o campo epistemológico a possibilidade não de dissolver as diferenças culturais e todas as relações de poder implicadas nelas, mas a possibilidade de construção de um espaço que abrigue e/ou coloque em confronto os saberes indígenas e ocidentais. Penso que é a negação mesmo de “o conhecimento”, admitido como modelo de pensar, ser e estar no mundo, ao mesmo tempo em que se ilumina a existência de saberes construídos coletivamente, repassados graças a toda uma dinâmica social específica e validados pela experiência, mas que foram subalternizados em função das violentas políticas adotadas pelo colonialismo. Importante dizer que, muitas vezes, quando esses saberes ganham algum espaço, alguma visibilidade é para serem tratados como exotismo, folclore e resultado do fato de a ciência verdadeira não haver ainda alcançado

todos, ou seja, há o reconhecimento para, na sequência, se operar a desqualificação e a substituição.

Com relação aos adjetivos “diferenciada” e “específica”, penso ver marcado aqui o desejo de que a educação escolar para as futuras gerações indígenas seja tão distante quanto possível da escola etnocida que historicamente foi oferecida aos povos indígenas brasileiros. Segundo Brito (2013b), a maioria dos indígenas que passaram pela experiência violenta da Escola “não quer nem saber de ser índio, de pertencimento ou atrelamento às comunidades indígenas”. Segue afirmando que a formação dos indígenas não precisa ser atravessada pela violência e pela imposição da cultura hegemônica.

Quanto à educação escolar indígena ser específica, aqui há uma preocupação em evidenciar a verdade de que no Brasil não há índios, há povos indígenas, conforme discute Munduruku (2013):

Aqui não há índios, há indígenas; não há tribos, mas povos; não há UMA gente indígena, mas MUITAS gentes, muitas cores, muitos saberes e sabores. Cada povo precisa ser tratado com dignidade e cada pessoa que traz a marca de sua ancestralidade, precisa ser respeitada em sua humanidade. Ninguém pode ser chamado de “índio”, mas precisa ser reconhecido a partir de sua gene Munduruku, Kayapó, Yanomami, Xavante ou Xucuru-Kariri, entre tantos outros. (MUNDURUKU, 2013, p. 3)

Assim, a educação escolar Pataxó deve atender aos desejos e necessidades desse povo, assim como os conteúdos, como já foi narrado no PPP da Escola Estadual Indígena Intercultural, Específica, Diferenciada e Bilíngue Kijêtxawê Zabelê, sejam eles próprios do currículo ocidental ou pertencentes ao contexto de outros povos indígenas, devem ser referenciados sempre na cultura Pataxó. A especificidade que particulariza a escola construída por cada povo indígena do país tem a ver com a afirmação da igualdade do direito ao acesso, à autonomia,

mas também com a marcação de uma diferença que, se dissolvida, enfraquece, homogêneiza, nega a diversidade de formas de ser e estar no mundo de cerca de duzentos e cinquenta povos indígenas vivendo em territórios do norte a sul do Brasil.

No tocante ao ensino e aprendizagem do *patxohã*, no intuito de que ele possa vir a ser falado novamente – mesmo que nessa estrutura e até léxico que assume agora, nunca tenha sido de fato falado pelos Pataxó, acredito que haja aí uma questão relacionada à recusa, à difícil resistência à língua portadora do poder do português colonizador. O uso do *patxohã*, mesmo que precário, afirma a impossibilidade de unificação étnica e cultural do País, o fracasso das políticas de extermínio e assimilação, lembro aqui Darcy Ribeiro, quando este nos afirma, após cuidadosa pesquisa, que os indígenas nunca foram assimilados: ou estão mortos ou continuam indígenas. O *patxohã* em fragmentos testemunha o quanto foi bruto e destrutivo o contato com o branco invasor.

Porém, os Pataxó sabem de outra habilidade da língua oficial que tem a ver com exclusão e marginalidade, já que é nela que são engendradas todas as relações com o Estado e suas instituições, de forma que quem não a domina, inclusive em sua modalidade escrita, tem sua voz potencialmente política abafada. Em decorrência desse saber é que narram, no seu Projeto de educação escolar, a necessidade de “formar guerreiro(a)s capazes de fazer avaliações críticas e defender” os direitos indígenas Pataxó. Sabem ainda que para isso é preciso dominar certas tecnologias, entre elas, a da língua portuguesa escrita. Isso fica claro quando, no PPP, há a recomendação de que, ao planejar suas atividades, o professor deve observar que é preciso ensinar/aprender “ler, escrever no *patxohã* e no português, na *língua padrão*” (2010, grifo meu). Chama a atenção a preocupação da comunidade com o

manejo da língua portuguesa em sua variante socialmente privilegiada, a que norteia e estabelece relações de poder.

A perspectiva Pataxó frente à revitalização de uma língua que, mesmo fragmentária, os identifica e fortalece como povo, relaciona-se diretamente com a discussão barthesiana em torno da língua como expressão obrigatória da linguagem e objeto em que “desde toda eternidade humana” se inscreve o poder, instrumento fascista que não impede de dizer, mas que obriga a dizer (1994, p. 14). Assim, não abdicar de uma língua materna, mesmo que se tenha que (re)inventá-la, produzi-la como algo original, constitui uma *trapaça*, atributo que o semiólogo Roland Barthes atribui à literatura, face à língua oficial que, ao obrigar a dizer, obriga também às práticas sociais, culturais e econômicas da sociedade que a impôs. Lembro novamente o uso das palavras “qualidade”, “sucesso” e “o conhecimento” neste PPP, dentre outras.

Além das características da perspectiva intercultural já discutidas no decorrer da reflexão empreendida a partir do PPP indígena Pataxó, Candau (2008) ainda propõe uma quinta e última:

Uma última característica que gostaria de assinalar, diz respeito ao fato de não desvincular as questões da diferença e da desigualdade presentes hoje de modo particularmente conflitivo, tanto no plano mundial quanto em cada sociedade. A perspectiva intercultural afirma essa relação, que é complexa e admite diferentes configurações em cada realidade, sem reduzir um pólo ao outro (CANDAU, 2008, p. 51).

Parece-me que esse caráter não reducionista próprio das perspectivas interculturais, encontra-se presente no PPP elaborado pela comunidade Pataxó das aldeias do território Cahy-Pequi na seção “Identificação” quando se afirma que:

A proposta é uma Escola Intercultural, bilíngue, Indígena Pataxó, Diferenciada, de Qualidade, Democrática, Participativa e Comunitária – espaço de socialização e desenvolvimento do aprendizado do(a) educando(a) e da co-evolução intergeracional coletiva, preparando a todo(a)s para o pleno exercício e gozo dos direitos e do cumprimento dos deveres, como cidadãos e cidadãs brasileiro(a)s (PPP, 2010, p. 10).

Aqui há a reafirmação da necessidade da construção de uma instituição que seja diferente das escolas “brancas”, as quais, segundo eles, se configuravam como “ambientes de conflitos” onde sofriam ataques “a sua alteridade e identidade”, já que seus modos de ser, suas tradições e costumes eram ridicularizados e folclorizados. Porém, essa Escola que se pretende diferenciada, especificamente Pataxó (por isso bilíngue), participativa e comunitária, pretende-se também democrática e de qualidade. Entendo que democracia e qualidade aqui estejam relacionadas à reconfiguração do cenário em que a diferença reforça e justifica a desigualdade. Os Pataxó requerem o direito de ser diferentes e de ser admitidos como cidadãos brasileiros plenos no exercício e gozo de direitos e deveres inerentes a qualquer outro indivíduo que tenha o Brasil como pátria.

Considerações possíveis

Assim, a Kijêtxawê Zabelê narra, em seu PPP, o direito à diferença e o direito à igualdade como direitos não dicotômicos em sua efetivação. Tanto é que, na seção relacionada ao planejamento de atividades e desenvolvimento do currículo, solicita-se do professor que, em sua prática pedagógica, leve em consideração “Que desta escola poderá sair médicos, advogados, delegados, escritores, etc.” Analisando esse texto no âmbito de todo o PPP e articulando-o a minha própria experiência junto ao povo Pataxó e outros povos indígenas arrisco dizer

que, apesar de nenhum esclarecimento nesse sentido se seguir, que as formações, ocupações e carreiras citadas como possibilidades para os estudantes indígenas não se configuram como conquistas apenas individuais. A conquista de uma profissão significa maiores chances de ocupação de espaços na sociedade nacional no sentido de torná-los menos unívocos e unilaterais, certa garantia de representatividade com vistas à autonomia necessária ao exercício da diferença e da igualdade pleiteadas pelos povos indígenas como direitos coletivos.

Parece-me que o reconhecimento de que os indígenas devem requerer esses espaços: saúde, justiça, educação e cultura, sintoniza-se com o que discute o professor João Arriscado Nunes sobre diferença e igualdade:

As reivindicações de justiça de reconhecimento da diferença ou da cidadania serão inteligíveis apenas na linguagem do Estado moderno ou da cidadania moderna, independentemente dos sujeitos coletivos que as formulam. A resistência e as alternativas terão possibilidade de sucesso apenas na medida em que sejam capazes de alcançar esse reconhecimento e essa legitimidade por parte do Estado. (NUNES, 2003, p. 38).

Nunes (2003) chama a atenção ainda para o fato de que o reconhecimento, que implica tradução e identificação de campos comuns, não implica de modo algum no desaparecimento da autonomia e da diferença. Talvez, o que não permite esse desaparecimento e perda de autonomia é a cultura como espaço conflitivo de resistência, de afirmações políticas, mas também da crítica, da negociação e do encontro com vistas à promoção da justiça social, de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não implique na produção, na reprodução e na consequente continuidade das desigualdades.

Todo o PPP parece convergir para o que Nunes discute como sendo

A defesa da diferença cultural, da identidade coletiva, da autonomia ou da autodeterminação [...] como forma de luta pela igualdade de acesso a direitos ou a recursos, pelo reconhecimento e efetivo de direitos ou a recursos, pelo reconhecimento efetivo de direitos de cidadania ou pela exigência de justiça. (NUNES, 2003, p. 43).

Na narrativa de educação escolar indígena construída coletivamente pelos Pataxó, o termo cultura, utilizado reiteradamente por eles no corpo de todo o texto, configura uma potente estratégia política e emancipatória com vistas ao seu reconhecimento como povo indígena pela sociedade nacional e indígenas de outras etnias. Quanto à perspectiva intercultural assumida, creio que é ela que garantirá que a diferença será reconhecida na mesma medida em que as desigualdades sociais serão problematizadas e solucionadas. Por isso definem em seu PPP (2010, p. 18) que “No currículo da escola, convivem culturas, saberes e práticas diferentes, o que vem da cultura e do conhecimento dos brancos e o que vem da cultura Pataxó e de outros povos indígenas. Portanto, um currículo intercultural”. Ainda nesse sentido, mais adiante acrescentam que o ensino deve ser pautado de forma a “favorecer o acesso ao conhecimento de outras culturas sem prejudicar o conhecimento da sua própria, inclusive preparar a todos para conviver com a cidade.” (PPP, 2010).

Em conformidade com o que deseja o Projeto de Escola Pataxó, Brito resume o que talvez se configure, no contexto do PPP, o maior objetivo da educação intercultural nele proposta:

No final das contas a educação escolar indígena diferenciada, intercultural, tem que formar pessoas que tenham trânsito livre em qualquer lugar, que vá nos Estados Unidos da América, no Japão, que circule nos gabinetes para conversar com o presidente, deputado, senadores, prefeitos e que vivam dentro das aldeias e que tenham trânsito tranquilo em qualquer um desses lugares, mas que acima de tudo tenha bastante clareza com relação ao pertencimento, bastante

clareza sobre quem se é, de onde se vem. Em um processo de afirmação identitária, você pode estar em qualquer lugar do mundo com clareza absoluta do lugar de onde se veio, de quem se é em relação à tradição indígena (BRITO, 2013b).

A fala do professor Kayapó diz, através de outra linguagem, o que a narrativa de fundação dos Pataxó conta de um ponto de vista mítico, mágico: Pataxó é água da chuva batendo na terra, nas pedras, indo embora para o rio e o mar (Braz, 1997). Desde um tempo imemorial, eles se deslocam, percorrem caminhos, misturam sua substância original a outras encontradas no percurso, contornam dificuldades, têm suas características atualizadas em decorrência de outro contexto, mas sabem que são filhos da água da chuva e herdeiros de Txopai, o primeiro Pataxó.

Referências

- BARTHES, Roland. *Aula*. Tradução Leyla Perrone-Moisés. 6º Ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BETTENCOURT, L. Cartas brasileiras: visão e revisão dos índios. In: GRUPIONI, L. D. B. (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994. p. 39-46
- BRAZ, Salvino dos Santos. *Txopai e Itôhã*. Belo Horizonte: SSE/MG, 1997. Disponível em: www.livrogratis.com.br. Acesso em: 15 de fev. 2013.
- BRITO, Edson Machado. *Entrevista concedida à pesquisadora*. Porto Seguro: 11 abr. de 2013a.
- BRITO, Edson Machado. Licenciatura intercultural indígena do IFBA: transformando a opressão em demanda. Formação de professores: política, saberes e práticas. Feira de Santana: Shekinah, 2013 b. p. 57-78.
- CAMINHA, P. V. de. *Carta de Achamento do Brasil*. Disponível em: www.biblio.com.br. Acesso em: 23 maio 2013.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São

Paulo: Brasiliense, 1983.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*. v.13, n. 37, jan/abr. 2008. p. 45-185.

CARDOSO, T. M.; PINHEIRO, M. B. (org.). *Aragwaksã: Plano de Gestão Territorial do povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas*. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012. Disponível em: www.funai.gov.br. Acesso em: 03 de maio 2013.

ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA KIJÊTXAWÊ ZABELÊ. *Projeto Político-Pedagógico*. Prado: 2010.

GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Os “índios do descobrimento”: tradição e turismo (tese). Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 1999. Disponível em: indiosnonordeste.com.br. Acesso em: 30 abr. 2013.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MONTEIRO, Jonh. O escravo índio: esse desconhecido. In: GRUPIONI, L. D. B. (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994, p. 105-120.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

_____. *Equívocos nossos de cada dia*. Disponível em danielmunduruku.blogspot.com.br. Acesso em: 30 de abr. 2013.

NUNES, João Arriscado; SANTOS, Boaventura de Sousa. Para ampliar o cânone da diferença e da igualdade. In: *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p. 25-68.

POVO PATAXÓ DO PRADO. *Índios na visão dos índios: Pataxó do Prado*. Salvador: Secretaria de Educação da Bahia, 2007.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações*

indígenas no Brasil Moderno. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

RODRIGUES *et al.* *Esperança Luminosa: histórias, contos e cantos Pataxó*. Brasília: Cimi, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma concepção multicultural dos direitos humanos. *In: Contexto internacional*. Rio de Janeiro, vol. 23, n. 1, jan./jun. 2001, p. 7-34.

_____. (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

Resumo:

O artigo pretende realizar uma leitura respeitosa e contextualizada do projeto político pedagógico da Escola Estadual Indígena Kijêtxawê Zabelê, situada em Cumuruxatiba, no município de Prado, na Bahia, criada por iniciativa e luta do povo Pataxó. Tal leitura pretende cotejar qual é a experiência intercultural pensada e vivida por eles no cotidiano de suas práticas escolares. Para tanto, autores indígenas e não indígenas serão postos em diálogo, a saber: Daniel Munduruku (2012a; 2013b), Nestor Canclini (1983), Vera Candau (2008) e Stuart Hall (2003). Todas essas leituras apontam para a educação intercultural como meio para garantir que a diferença será reconhecida, na mesma medida em que as desigualdades que remontam a séculos serão problematizadas e solucionadas no campo das disputas por reconhecimento e direitos.

Palavras-chave: Educação; PPP; Interculturalidade; Indígena; Pataxó.

Abstract:

This article intends to carry out a respectful and contextualized reading of the political pedagogical project of the Kijêtxawê Zabelê Indigenous State School, located in Cumuruxatiba in the municipality of Prado in Bahia, created by initiative and struggle of the Pataxó people. Such reading aims to compare what is the intercultural experience thought and lived by them in the daily routine of their school practices. For this purpose, indigenous and non-indigenous authors will be placed into dialogue, namely: Daniel Munduruku (2012a; 2013b), Nestor Canclini (1983), Vera Candau (2008) and Stuart Hall (2003). All these readings point to intercultural education as a means to ensure that difference will be recognized, to the same extent that inequalities dating back centuries will be problematized and solved, in the field of recognition and rights disputes.

Keywords: Education; PPP; Interculturality; Indigenous; Pataxó.

Recebido para publicação em 02/04/2019.

Aceito em 14/08/2019.

Juventudes em destaque: aspectos demográficos e socioeconômicos do jovem indígena pataxó da Bahia

Altamar Felberg

Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-8795-3768>

felberg_int@hotmail.com

Elismar Fernandes dos Santos

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-7445-8434>

elismar_fernandes@hotmail.com

Introdução

Este artigo tem por objetivo traçar um panorama das políticas públicas voltadas à juventude, bem como apresentar o retrato do Jovem Indígena Pataxó Costa do Descobrimento, especificamente do segmento composto por jovens pertencentes à faixa etária de 14 a 29 anos, selecionados para participarem como público participante do “Projeto Avante Juventude Pataxó: Formação Social e Qualificação Profissional de Jovens Indígenas da Etnia Pataxó do Território de Identidade Costa do Descobrimento”.

O Projeto “Avante Juventude Pataxó” foi um dos projetos do Instituto Mãe Terra (Organização da Sociedade Civil sem Fins Lucrativos) contemplados na seleção pública de 2014 do Programa Petrobrás Desenvolvimento & Cidadania, com o objetivo de promover a formação social e qualificação profissional de 300 jovens indígenas da etnia Pataxó de 12 Aldeias do Território de Identidade Costa do Descobrimento (04 no Município de Santa Cruz Cabralia – Coroa Vermelha, Juerana, Aroeira e Mata Medonha; e 08 no Município de Porto Seguro – Aldeia Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Aldeia Nova, Pé do Monte, Imbiriba, Guaxuma e Barra Velha), rumo à construção de um país onde todos os brasileiros e brasileiras, indiscriminadamente, tenham direito à inclusão socioprofissional.

O projeto tinha como expectativa de impacto social: reduzir os índices de exclusão social da juventude Pataxó, com incremento do acesso desses no mercado de trabalho, maior exercício da cidadania, bem como maior participação no processo de desenvolvimento de suas comunidades. De forma específica, objetivava: 1) Promover o desenvolvimento pessoal e social dos jovens, para um maior exercício da cidadania, participação popular e afirmação da sua identidade cultural; 2) Aumentar o nível de conhecimento dos jovens para atuarem no mercado de trabalho em áreas específicas; 3) Formar e empoderar os jovens para assumirem lideranças em suas comunidades, desenvolverem seus territórios e fomentarem a implantação e aperfeiçoamento de políticas públicas e; 4) Capacitar os jovens em metodologias participativas e na elaboração de planos de ação de intervenção comunitária.

Dada a escassez de dados socioeconômicos sobre as comunidades indígenas no nosso país, o que reflete também uma realidade local/territorial, optou-se por fazer a seleção dos jovens por meio da

aplicação de uma pesquisa social visando, além de cadastrar os participantes do projeto, traçar um perfil socioeconômico e cultural desses sujeitos.

Assim, neste trabalho, são tratados aspectos demográficos e socioeconômicos considerados como relevantes para o conhecimento dessa população, tais como idade, estado civil e sexo. Também são tratados: o grau de escolaridade; a qualificação profissional; a participação social; o projeto de vida; a expectativa em relação à melhoria da qualidade de vida na comunidade; o acesso aos meios de comunicação; a ocupação e a renda; além de informações sobre suas famílias; e características físicas e legais das suas unidades habitacionais, dentre outros aspectos, como a violação de direitos.

Para o levantamento dos dados e informações necessários ao desenvolvimento deste artigo, foram utilizadas as 345 fichas de cadastramento de cada um dos membros desse público, cujo preenchimento foi condição para participação no Projeto, além dos pré-requisitos básicos e específicos, tais como: 1) ser indígena da Etnia Pataxó e ter idade entre 14 e 29 anos; 2) estar matriculado ou ter concluído estudos em escola pública; 3) ser oriundo de famílias com renda mensal *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo; 4) ser oriundo de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; 5) não estar fazendo estágio regular, nem ter emprego formal; e 6) não estar participando de outro projeto para a juventude.

A Juventude em destaque nas Políticas Públicas¹

Para Sposito e Carrano (2003, p. 31), as temáticas que permearam as ações governamentais no período que antecedeu a Política Nacional de Juventude (2005) foram “o protagonismo juvenil e os jovens em situação de risco e vulnerabilidade social”, ainda que, à época, não existissem diagnósticos e planos sobre a situação da infância e juventude que respaldassem ações mais articuladas e que permitissem ações de monitoramento e avaliação.

Segundo o autor “projetos isolados, sem avaliação, configurando a inexistência de um desenho institucional mínimo que assegure algum tipo de unidade” (Ibidem) caracterizam, assim, a herança dos governos pré-Era Lula.

Desde então, a pauta da juventude ganhou novos contornos no Brasil, o que vem contribuindo positivamente para o surgimento de novas perspectivas de análise e atuação governamentais mais estruturados. Sabidamente, como consequência do processo de redemocratização do país, novos grupos juvenis organizados começaram a se mobilizar e apresentar demandas, especialmente nas áreas da educação e cultura (SPOSITO; CARRANO, 2003). É este cenário que antecede a criação de uma Política Nacional de Juventude, que começou a se materializar, de fato, a partir de 2003.

Em 2003, já no início do governo de Lula, foi lançada a Frente Parlamentar da Juventude, visando ao acompanhamento dos projetos governamentais destinados aos jovens. Nesse momento, foi criada a Comissão Especial destinada ao acompanhamento e ao estudo de pro-

1. O texto compõe projeto de doutoramento em andamento junto à Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

postas de Políticas Públicas para a Juventude, formada por parlamentares da Câmara Federal: a Cejuvete. Assim, em 2004, foi elaborado e proposto pela Comissão Especial da Juventude, o Projeto de Lei nº 4.529, que versava sobre o Estatuto da Juventude, e o Projeto de Lei nº 4530/2004, que tratava do Plano Nacional, estabelecendo as diretrizes, objetivos e metas visando à melhoria das condições de vida da juventude brasileira.

Inicialmente, com o objetivo de realizar um diagnóstico situacional da juventude e apontar sugestões para a Política Nacional da Juventude foi criado, em 2004, o Grupo Interministerial, que reuniu representantes de 19 Ministérios e secretarias especiais. O grupo “mapeou dados sobre as condições em que vivem os jovens brasileiros, os programas federais voltados para eles, os desafios para construção de uma política nacional de juventude e recomendações para a elaboração desta política” (BRASIL, 2011, p. 33).

Segundo documento divulgado pelo Grupo Interministerial sobre o balanço das ações governamentais de Juventude na primeira gestão do Governo Lula, foram identificadas mais de 150 ações federais desenvolvidas em 45 programas e implementadas por 18 Ministérios ou secretarias de Estado. Do total de ações identificadas, apenas 19 eram específicas para o público jovem (15 a 24 anos). As demais ações, ainda que contemplassem os jovens, não foram desenhadas exclusivamente para eles. (Ibidem).

Lançada em 2005, a Política Nacional de Juventude, a partir das sugestões do grupo, propiciou a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PNIJ). Para viabilizar essa Política, foram estabelecidos nove desafios balizadores: 1) ampliação do acesso e permanência em escolas públicas de qualidade; 2) erradicação do analfabetismo entre os jovens; 3) preparação para o mundo

do trabalho; 4) geração de trabalho e renda; 5) promoção de vida saudável; 6) democratização do acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia de informação; 7) promoção dos direitos humanos e das políticas afirmativas; 8) estímulo à cidadania e à participação social e; 9) melhoria da qualidade de vida dos jovens do meio rural e das comunidades tradicionais.

Segundo Castro e Aquino (2008), as ações empreendidas a partir de 2004, no sentido de consolidar uma Política Nacional de Juventude, foram:

i) Realização da Conferência Nacional de Juventude pela Comissão Especial de Juventude da Câmara Federal, que organizou debates (conferências regionais) em todo o país sobre as principais preocupações dos jovens brasileiros e possíveis soluções para seus problemas; ii) criação do Grupo Interministerial ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República, que realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e ações do governo federal voltados total ou parcialmente para a população juvenil; iii) realização do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que também propôs como metodologia debates regionais e temáticos e organizou uma pesquisa nacional para traçar o perfil da juventude (CASTRO; AQUINO, 2008, p. 141).

No período de 2003 a 2005, vale destacar, ainda, a criação e articulação de diversos movimentos juvenis de amplitude nacional, com o intuito de influenciar as ações governamentais rumo à consolidação de uma política específica de juventude. Segundo o documento “Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude, 2003-2010” (BRASIL, 2011), é possível identificar, nesse período, a criação de inúmeros fóruns e movimentos voltados à garantia e defesa dos direitos do jovem, a exemplo da Rede Juventude pelo Meio Ambiente (Rejuma); Rede Nacional de Organizações, Movimentos e Grupos de Juventude (Renaju); Rede Sou de Atitude e o Fórum Nacional de Movimentos e

Organizações Juvenis (Fonajuves), dentre outros. Vale a ressalva que desde 1998 já existia a Rede de Jovens do Nordeste (RJNE).

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) foi o primeiro órgão da Secretaria Geral da Presidência da República criada com o objetivo específico de gerir e articular as políticas direcionadas aos jovens dentro da estrutura do governo. Além disso, por meio da Medida Provisória nº 238, de 01/02/2005, sendo posteriormente transformada na Lei 11.129, de 30/06/2005, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) compôs emergencialmente essa política nacional, com o objetivo de proporcionar a formação integral aos jovens de 18 a 24 anos, a partir da associação da formação básica, qualificação profissional e participação cidadã, possuindo quatro vertentes: ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador. São jovens que:

Moram nas periferias das grandes cidades; excluídos da escola e do trabalho; marcados por processos de discriminação étnica e racial, de gênero, geracional e de religião, entre outros; Que vivenciam experiência geracional inédita que os conecta a processos globais de comunicação e, ao mesmo tempo, a complexas realidades locais de exclusão; Que apresentam especificidades quanto a linguagens, motivações, valores, comportamentos, modos de vida e, ainda, em relação ao trabalho, escola, saúde, religião, violência, questões sexuais etc.; E que revelam trajetórias pessoais bastante diferenciadas entre si, marcadas pelos ditames da sociedade de consumo, por experiências de risco e por situações de violência, mas também por novas formas de engajamento social geradora de autovalorização e construtora de identidades coletivas (BRASIL, 2008, p. 25).

O ProJovem rompe com os conceitos de “protagonismo juvenil e jovem em situação de risco” da política anterior, e institui as premissas dos “direitos e oportunidades” para a juventude (NOVAES, 2007). Este arranjo pretendeu atender a três importantes objetivos:

i) articular as ações federais voltadas ao público juvenil (majoritariamente destinadas aos jovens de baixa renda); ii) promover a participação dos representantes dos vários grupos e organizações de jovens na reflexão e formulação da política de juventude; e iii) melhorar as condições de vida dos jovens em situação de vulnerabilidade social extrema, por meio de transferências de renda e de ações de elevação dos índices de alfabetização e de escolaridade e de qualificação profissional – escopo original do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) –, na perspectiva de melhorar suas chances de inserção no mundo do trabalho (CASTRO; AQUINO, 2008, p. 30).

Além do Projovem, é possível identificar inúmeros outros programas, projetos e ações voltados para a juventude ao longo do Governo Lula. Conforme consta no Guia de Políticas Públicas (BRASIL, 2006), estes foram norteados pela perspectiva de compreensão das diversidades das juventudes e garantia de direitos com inclusão e justiça social.

Para apresentação desse panorama, considerando a impossibilidade e limitação neste trabalho de contextualização minuciosa de cada um deles, vamos utilizar a metodologia proposta por Castro e Aquino (2008), dividindo esse conjunto de programas, projetos e ações federais em 05 eixos temáticos, existentes até 2007, período no qual a Política Nacional de Juventude ainda não havia passado por uma avaliação e reestruturação. No Eixo 01 – Elevação de Escolaridade, Capacitação Profissional e Cidadania: Agente Jovem (MDS), Juventude Cidadã (MTE), Saberes da Terra (MDA/MEC/MTE) e Proeja (MEC); No Eixo 02 – Qualificação Profissional: Escola de Fábrica (MEC), Soldado Cidadão (MD), Consórcio Nacional de Juventude (MTE), Empreendedorismo Juvenil (MTE) e Jovem Aprendiz (MTE); No Eixo 03 – Educação Ensino Superior: Universidade para Todos – PROUNI (MEC) e Projeto Rondon (MD); No Eixo 04 – Financiamento, Crédito Rural e Meio Ambiente: Nossa Primeira Terra (MDA),

PRONAF Jovem (MDA) e Juventude e Meio Ambiente (MME/MEC); No Eixo – Esporte, Cultura e Lazer: Bolsa Atleta (ME), Escola Aberta (MEC), Pontos de Cultura (MEC) e Segundo Tempo (ME).

Mesmo com muitos avanços, esses programas ainda se caracterizavam, de forma geral, por “ações pontuais, fragmentadas e paralelas” (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 52); o que somente foi revisto em 2008, com o redesenho da Política Nacional de Juventude no segundo mandato do Governo Lula (2007-2010), cujo debate tinha como propósito:

i) Ampliar o potencial de integração entre os programas emergenciais (ProJovem, Escola de Fábrica, Consórcio Nacional de Juventude, Juventude Cidadã e Saberes da Terra) e destes com outro conjunto de ações consideradas mais estruturantes, vinculadas às áreas de educação, saúde, esporte e cultura; e ii) aumentar a escala de atendimento dos programas emergenciais para todo o universo de jovens brasileiros considerados excluídos, definidos como os jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, não trabalham e vivem em domicílios com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ SM – este universo alcança cerca de 4,0 milhões, de acordo com a Pnad de 2006 (CASTRO; AQUINO, 2008, p. 147).

Por meio da mesma MP 238 que criou o ProJovem, foi criado o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), composto por 60 membros: 20 do Poder Público e 40 da Sociedade Civil, órgão também ligado à Secretaria Geral da Presidência da República, com o intuito de viabilizar a interlocução entre os diversos atores partícipes, e mais especificadamente “[...] assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na elaboração, desenvolvimento e avaliação das políticas de juventude” (SILVA; SILVA, 2011, p. 668). Compete ao conselho participar na:

Formulação de diretrizes da ação governamental; promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; e assegurar

que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã (BRASIL, 2006, p. 9).

Naquele mesmo ano (2005) foi encaminhada à Câmara dos Deputados, como proposta de emenda à Constituição, a PEC nº 394/2005, requerendo a inclusão do termo "jovem" na denominação do Capítulo VII e solicitando a alteração do artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que passou a ter nova redação²:

Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao *jovem*, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1990, grifo nosso).

Mais adiante, em 2006, o CONJUVE elaborou o documento intitulado "Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas", visando orientar a construção de políticas para a juventude no Brasil. Outro documento também em tramitação no Congresso à época, o Estatuto da Juventude, foi proposto como Projeto de Lei nº 4.529/2004, elaborado pela Comissão Especial da Juventude³. Um dos seus dois grandes temas trata da Regulamentação dos Direitos dos Jovens entre 15 e 29 anos, e outro se refere à Criação do Sistema Nacional de Juventude, conferindo competências e obrigações à União, aos Estados e aos Municípios. Foi instituído em 2013, por meio da Lei nº 12.852, de 05 de agosto.

2. Transformada em Norma Jurídica por meio da Emenda Constitucional nº 65, de 13/07/2010.

3. Encontra-se igualmente em tramitação o Projeto de Lei nº 27, de 2007, do Senhor Deputado Reginaldo Lopes, que dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências.

Em 2008, com a intenção de estreitar o diálogo entre a SNJ, as organizações de juventude e os jovens participantes de todo processo, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Políticas de Juventude, com o tema “Levante sua Bandeira”, precedida de Conferências Livres, Conferências Estaduais e Consulta Nacional aos Povos e Comunidades Tradicionais. E, no sentido de comprometer o poder público e a sociedade civil com as 22 Resoluções da Conferência Nacional e com as Diretrizes elaboradas pelo Conselho, foi realizado pelo CONJUVE o Pacto pela Juventude, também em 2008, que tem por objetivo a construção conjunta de uma agenda pública de juventude, de modo a garantir os direitos dos cerca de milhões de brasileiros/as na faixa etária de 15 a 29 anos.

Dessa forma, a indicação da consolidação de políticas públicas como políticas de Estado emergiu como uma resposta efetiva aos desafios de desenvolvimento de nosso país e, para tanto, deveria ter o Estado como indutor, propiciando condições de ascensão social e garantindo direitos que tornassem a vivência juvenil uma trajetória de emancipação.

Neste mesmo momento, com o objetivo de incluir o termo “juventude” no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando aos jovens a prioridade no acesso aos Direitos Constitucionais, a exemplo da saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização e cultura, já garantidos às crianças, aos adolescentes e aos idosos, foi aprovado pelo Congresso, em setembro de 2010, o Projeto de Emenda Constitucional, elaborado e apresentado em 2003, a PEC 42/2008, mais conhecida como PEC da Juventude.

Os subsídios apresentados pelo Conjuve, por meio da Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas (CAPP), em 2010, nos quais estava um balanço das políticas de juventude desenvolvidas en-

tre 2003 e 2010, período esse de encerramento do governo, permitiram a realização, em 2011, da 2ª Conferência Nacional de Juventude. Nesse evento, foram aprovados 44 objetivos, distribuídos em cinco eixos temáticos, e seu documento final apresenta como proposta uma reforma política que garanta a participação dos jovens no poder. Os temas de seus eixos, de forma compacta, propõem: 1) defesa da luta pela consolidação de políticas educacionais e de cultura e o acesso dos jovens à comunicação das questões ligadas ao meio ambiente; 2) direito ao território, com a instituição de programas habitacionais para a juventude, e aos que trabalham na agricultura familiar, camponesa, assalariada rural e integrantes dos povos e comunidades tradicionais, direito a benefícios, acesso à terra e que se faça a reforma agrária; 3) direito à experimentação e à qualidade de vida; 4) direito à diversidade e à vida segura, e a reinserção socioafetiva dos jovens infratores; 5) descriminalização e legalização do aborto, apontado como “um grave problema de saúde pública”.

Vale ressaltar que todo o processo de reflexão e pesquisa, que permitiu subsídios aos novos gestores dos governos Federal e Estadual, bem como aos debates ocorridos durante a 2ª Conferência, conforme o documento produzido “Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003 – 2010” visava “[...] apresentar um olhar político em torno das iniciativas mais expressivas, que não é conclusivo, mas que deve ser provocador de novas reflexões” (BRASIL, 2011).

Em 2013 é realizada a 3ª Conferência Nacional da Juventude, que tem como objetivo “atualizar a agenda da juventude para o desenvolvimento do Brasil, reconhecendo e potencializando as múltiplas formas de expressão juvenil, além de fortalecer o combate a todas as formas de preconceito” (BRASIL, 2013).

Ao serem citados esses documentos, constata-se que, com o de-

correr do tempo, foram se tornando alvos de maior atenção os jovens pertencentes aos diversos segmentos da população (comunidades rurais, mulheres, LGBTQs, negros, povos e comunidades tradicionais, deficientes etc.), até então inseridos como simplesmente pertencentes ao todo, sem destaque para as suas particularidades e, entre estes, os referentes às populações indígenas.

Políticas Públicas de Juventude Indígena: a inclusão social de novos sujeitos

Preliminarmente à abordagem da questão indígena no fazer das políticas públicas, cabe-nos situar o leitor num contexto histórico mais geral acerca dos sujeitos centrais desse artigo, trazendo algumas informações sobre o Povo Pataxó – suas características étnicas e desafios contemporâneos enfrentados na afirmação de sua etnicidade.

O Povo Pataxó, pelas diversas fontes históricas, vivia tradicionalmente entre as bacias dos rios João Tiba e São Mateus, ao Sul, e Pardo e Contas, ao Norte, convivendo com um bom número de outras etnias. Segundo informações levantadas pelo historiador, Francisco Cancela (2007), que descreve os contatos interétnicos entre índios e não-índios nas vilas de índios da Capitania de Porto Seguro, entre os anos de 1758 e 1820, os Pataxós que habitavam a região do Monte Pascoal e parte do Espírito Santo dividiam o território com outros grupos indígenas (Capuchos, Cumanachos, Maxakalis e os Panhamis) do tronco linguístico Macro-Jê – índios aliados que interagiam e possuíam afinidades de maneiras e costumes.

A história do Povo Pataxó é marcada por lutas e momentos de dispersão em decorrência inicialmente da pressão de outros povos indígenas, como os Tupis, estabelecidos à beira mar, como também pela chegada dos colonizadores, e, mais recentemente, pela intensa pres-

são que sofreram (e ainda sofrem) com a expansão da atividade turística e criação de unidades de conservação em seus territórios (CARDOSO *et al.*, 2012).

De acordo Cardoso e Pinheiro (2012), os Pataxós chegaram a ser descritos pela literatura como um Povo extinto nos anos 1950, logo após eventos que marcaram fortemente o modo de vida e a história desse Povo. Referimo-nos ao evento que os Pataxós denominam de “Fogo de 51” e a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, onde os Pataxós da Aldeia Mãe Barra Velha foram massacrados. Os índios sobreviventes distribuíram-se novamente por toda região, formando outras aldeias, a exemplo da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha, em 1973. Desde essa época, os Pataxós vêm lutando para manterem-se no território e garantirem seus direitos. Atualmente estão localizados nos Territórios Pataxós Barra Velha, Kay/Pequi (Comexatibá), Coroa Vermelha e Mata Medonha, distribuídos em aproximadamente 42 aldeias. Há também aldeias Pataxós nos municípios de Carmesia, Araçuaí, Açucena e Itapicirica, em Minas Gerais.

Hoje, fruto de uma política nacional de assimilação compulsória, os Pataxós lutam arduamente para reconstruir sua língua perdida, atualmente chamada de Patxohã, e para resgatar traços característicos de uma ancestralidade indígena comum. A reivindicação por uma educação escolar indígena e saúde diferenciada, por exemplo, hoje realidade nas aldeias, foi muito em função dessa “viagem da volta”⁴. Como destaca Lima (2015, p. 437-438) “Os povos indígenas do Nordeste têm buscado reconstruir sua cultura material, seus rituais, defrontando-se com o duplo preconceito da discriminação por serem indígenas e por serem considerados indígenas inautênticos”. Essa

4. Termo utilizado por João Pacheco de Oliveira (1999) para retratar esse processo de reelaboração cultural.

“inautenticidade” é atribuída à mistura resultante do processo de aculturação planejada, o que criou uma categoria de “índios misturados” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p. 48), ou seja, “populações tidas como de pouca distinção cultural (ou seja, culturalmente ‘misturadas’)”. Na avaliação das lideranças Pataxós, o Brasil vive à beira da deflagração de uma guerra civil contra os povos originários, particularmente os que vivenciam atualmente processos de etnogênese, os quais, na frente das outras demandas, estão na luta pela demarcação territorial – direito fundamental para sobrevivência das etnias, reprodução física e cultural, e preservação do meio ambiente, das línguas, costumes e tradições.

Voltando à questão das políticas públicas, conforme exposto anteriormente, ainda que genericamente considerada no âmbito da Política Nacional de Juventude, a população indígena, dada sua especificidade étnica e modos de vida singulares, carece de políticas públicas específicas e diferenciadas. Nesse sentido, importantes iniciativas vêm sendo construídas com vistas a viabilizar espaços próprios para o debate das questões indígenas, a exemplo da Comissão Nacional de Juventude Indígena, Seminário Nacional de Juventude Indígena e Conferência Nacional de Política Indigenista, para citar os mais importantes e que merecem breve apresentação neste trabalho.

Segundo dados da FUNAI (2018), o I Seminário Nacional de Juventude Indígena foi realizado em novembro de 2009, em Brasília/DF, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com apoio da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), contando com a participação de aproximadamente 70 jovens, representando 42 povos indígenas de todo o país. Foi resultado de uma série de oficinas e encontros regionais organizados pela rede interinstitucional de parceiros dos povos indígenas, onde foram levantados os principais problemas e dificuldades

enfrentados pelos jovens indígenas do país, assim como os principais desafios e demandas.

O grande objetivo do encontro foi criar, organizar, estruturar e eleger a primeira diretoria da CNJI. A Comissão Nacional de Juventude Indígena foi criada com o objetivo de “articular e efetivar a participação da juventude indígena no conselho; mobilizar a participação da juventude nos conselhos estaduais e municipais e; fortalecer e efetivar a participação da juventude indígena nos processos políticos específicos para a juventude indígena” (CNJI, 2009). Conta com 15 membros titulares e 15 suplentes, escolhidos através das organizações regionais, sendo: 05 (10) vagas para a COIAB; 03 (06) vagas para APOINME; 03 (06) vagas para o Centro-Oeste (ATY GUASU, ARPINPAN, Povos de MT); 02 (04) vagas para a ARPINSUL e; 02 (04) vagas para a ARPINSUDESTE.

Outro importante objetivo do encontro foi sensibilizar e qualificar os jovens indígenas participantes para atuarem como “jovens agentes multiplicadores”, no sentido de disseminar, apoiar e orientar a formulação, elaboração, implantação e avaliação de programas, projetos e ações direcionadas para a juventude indígena, sejam fruto de políticas públicas, ou por iniciativa da iniciativa privada e organismos internacionais.

Na oportunidade, foram discutidos assuntos de interesse de todas as etnias representadas, como: a relação entre a cultura, saúde e sexualidade, com foco na prevenção e combate às DSTs; direitos territoriais; educação e esporte indígena; registro civil e nome indígena; resgate e afirmação das línguas maternas; dentre outros assuntos.

Com o intuito de “dar visibilidade às suas questões e discutir soluções para os problemas das comunidades indígenas, incluindo a pre-

servação e promoção de suas expressões culturais” (CNJI, 2012)⁵, já o II Seminário Nacional de Juventude Indígena, com público estimado em 150 indígenas, foi realizado três anos depois, também em Brasília/DF, no período de 26 a 29 de novembro de 2012, por iniciativa da CNJI, em parceria com o Ministério da Cultura, FUNAI/ Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, UNICEF, IDAC, APIB, CIMI, GIZ, Cooperação República Federativa do Brasil e República Federal da Alemanha.

Fizeram parte da programação: i) a apresentação de um histórico do movimento indígena e do processo de construção do II Seminário; ii) a premiação a Raoni Metuktire, líder indígena brasileiro da etnia Kayapó e internacionalmente reconhecido por sua história de luta pelos direitos indígenas e pela preservação da Amazônia – Prêmio Culturas Indígenas, promovido pelo Ministério da Cultura (MinC); iii) mesas redondas com os temas “O movimento indígena: saberes tradicionais e desafios atuais” e “Território e ambiente: impactos dos empreendimentos aos povos indígenas” e; iv) discussões sobre ações nas áreas da Cultura, Esporte e Lazer; Educação Indígena e; Saúde e Prevenção contra Álcool e Outras Drogas e; v) Eleição da Nova Diretoria da Comissão Nacional de Juventude Indígena.

Na perspectiva de viabilizar meios para fazer frente às demandas e reivindicações dos próprios jovens indígenas levantadas nos seminários nacionais, a CNJI realizou no período de 27 a 31 de outubro de 2014, em Brasília/DF, a Oficina de Formação Política para Juventude Indígena, que contou com a participação de 32 jovens representantes das cinco regiões geográficas do país, além de indígenas acadêmicos da Universidade de Brasília (UNB). O encontro contou com a colabo-

5. Disponível em: racismoambiental.net.br. Acesso em: 04 mai. 2019.

ração da Rede de Juventude Indígena (REJUIND), em parceria com a FUNAI e diversos órgãos da administração pública federal, e teve apoio do Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e da entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, a ONU Mulheres Brasil.

Essa segunda iniciativa de formação política da juventude indígena, desde a criação da CNJI, objetivou “ampliar os conhecimentos e troca de dados e informações sobre as questões políticas e os direitos indígenas no Brasil e no mundo” (FUNAI, 2014)⁶.

Os participantes discutiram assuntos de interesse coletivo, como os instrumentos jurídico-legais para defesa e fortalecimento do protagonismo e da autonomia dos indígenas, entre outros os direitos diferenciados indígenas, as políticas de atenção à saúde, os programas de educação escolar e comunitária indígena, as questões pertinentes ao acervo cultural, a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, assuntos de gênero, juventude e envelhecimento indígena, bem como os assuntos fundiários, tramitação de projetos de lei que tratam da regularização das terras indígenas, sobre a gestão ambiental e territorial, patrimônio genético e conhecimentos tradicionais, política nacional de participação social, além do foco na respectiva legislação internacional e as contribuições da Juventude Indígena pela defesa dos instrumentos jurídicos que o Brasil é signatário, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas – ONU, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (FUNAI, 2014)⁷.

Com o tema “Carta ao Estado Brasileiro e Organismos Internacionais”, o III e mais recente Seminário Nacional de Juventude Indígena foi realizado em São Luís/MA, nos dias 14 e 16 de novembro de 2016, por iniciativa de diversos movimentos representativos indígenas, com

6. Disponível em: www.funai.gov.br. Acesso em: 04 mai. 2019.

7. Disponível em: www.funai.gov.br. Acesso em: 04 mai. 2019.

apoio da Comissão Nacional de Juventude Indígena (CNJI), Rede de Juventude Indígena (REJUIND), Jovens Indígenas do Maranhão (JIM), Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP); Secretaria Extraordinária da Juventude (SEEJUV); GT Gênero, Raça e Etnia da ONU Brasil; Grupo Assessor Interagencial sobre Juventude da ONU Brasil e Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF). Participaram do evento cerca de 70 indígenas das cinco regiões do Brasil, com presença da diversidade dos povos originários: Kaingang, Gavião, Krikati, Truká, Baré, Tuxá, Potiguara, Guarani, Guarani-Kaiowá, Terena, Juruna, Manchineri, *Pataxó*, Xokleng, Kayapó, Manoki Arapasso, Xavante e Guajajara.

Os debates recaíram sobre problemas que são comuns aos povos indígenas do país: i) a precariedade das escolas indígenas e os desafios para implementação de uma educação escolar indígena diferenciada e de qualidade – assunto bastante recorrente do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena; ii) a importância de se trabalhar a memória ancestral indígena como ferramenta de luta, autonomia e protagonismo; iii) a legalização e garantia dos territórios indígenas enquanto espaços integradores de reprodução física e cultural, fonte de vida para os povos originários; iv) a necessidade de se discutir a política partidária dentro das aldeias – pela juventude, comunidade e movimentos indígenas; v) a interferência religiosa das igrejas fundamentalistas dentro das aldeias, que vem prejudicando o processo de afirmação e resgate cultural, comprometendo a luta dos povos indígenas e; vi) a importância da articulação e aliança da juventude indígenas com demais segmentos juvenis, particularmente com os movimentos sociais de outros povos e comunidades tradicionais.

No encontro, manifestaram repúdio:

- i) ao corte orçamentário da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

que afeta a continuidade e qualidade dos serviços de proteção e vigilância dos territórios indígenas, bem como fragiliza as ações para promoção e execução de políticas públicas aos povos indígenas, em especial à juventude indígena; ii) Qualquer ação de tentativa e/ou ação efetiva de militarização da FUNAI a nível nacional, regional e local; iii) A criminalização dos movimentos sociais, em especial as jovens lideranças indígenas; iv) As ações discriminatórias nos serviços de atenção à saúde indígena, em relação a juventude indígena em contexto urbano; v) A insistência do Governo Federal e Congresso Nacional em criar propostas e emendas constitucionais que desrespeitam a Constituição Federal de 1988, a exemplo da PEC 55/16, PEC 215/15 e a Portaria 1907/16; vi) A não consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas em relação aos assuntos que nos atingem e aos impactos dos empreendimentos em nossos territórios; vii) O abuso de poder das autoridades públicas em todas as esferas de governo. (CNJI, 2012)⁸

No mesmo documento, fizeram recomendações ao Estado, que respeite e execute:

i) As políticas públicas de atenção à saúde indígena; a uma educação escolar indígena específica e diferenciada do ensino básico e ensino superior; ii) Que seja considerada a diversidade da juventude indígena para incidência nos espaços de tomada de decisões; iii) As orientações da Relatoria Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas das Nações Unidas, em visita no Brasil/2016; iv) O fortalecimento e reconhecimento dos profissionais indígenas das diversas áreas, como ambiental, saúde, educação (agentes florestais, professores, agente indígena de saúde, entre outros) e; v) Respeito à nossa identidade indígena, nossos costumes, nossa história, ancestralidade, espiritualidade e memória em nossa diversidade. (Ibid.)

Vale destacar a realização da I Conferência Nacional de Política Indigenista, realizada em Brasília/DF, entre os dias 14 e 17/12 de 2015, pela FUNAI, organizações indígenas de todo o país e outros 11 órgãos de governo, constituindo-se “como uma importante instância de

8. Disponível em: racismoambiental.net.br. Acesso em: 04 mai. 2019.

participação social diferenciada, visando à promoção de um espaço de diálogo e atuação conjunta entre a administração pública e os mais de 300 povos indígenas do Brasil” (FUNAI, 2016)⁹, elencando 868 propostas, sendo 216 consideradas urgentes, discutidas e deliberadas por cerca de 1.500 representantes indígenas.

As propostas foram divididas em seis eixos temáticos direcionados a uma reflexão sobre os princípios da proteção territorial, da participação social e do direito à consulta, do desenvolvimento sustentável, dos direitos individuais e coletivos, da reafirmação da diversidade cultural e étnica do Brasil e do direito à memória e à verdade (FUNAI, 2016)¹⁰. Previamente à realização da etapa nacional, foram realizadas 142 conferências locais e 26 etapas regionais, onde os indígenas:

[...] formularam diretrizes, em forma de propostas, que deverão conduzir a política nacional indigenista, com o objetivo de consolidar e aprimorar os direitos já reconhecidos pela Constituição Federal de 1988. Ao avaliar a ação indigenista do estado brasileiro, as representações indígenas não somente reafirmaram seus direitos constitucionais, como também pautaram ações e políticas específicas que deverão ser construídas, de forma participativa, mediante a perspectiva da descolonização da relação do Estado brasileiro com esses povos (FUNAI, 2016).

Cabe ressaltar que foi durante a etapa regional, realizada na Aldeia Indígena Pataxó Barra Velha, que os jovens Pataxós reivindicaram um espaço próprio para a juventude debater os eixos propostos pela FUNAI, nascendo, daí, a ideia de constituir o Conselho Territorial da Juventude Pataxó da Bahia e realizar o I Encontro Territorial da Juventude Pataxó da Bahia.

De forma específica, é importante também destacar a realização, em 2012, do “Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó de Barra Ve-

9. Disponível em: www.funai.gov.br. Acesso em: 04 mai. 2019.

10. Disponível em: www.funai.gov.br. Acesso em: 04 mai. 2019.

lha e Águas Belas” (*Aragwaksã*), sob a iniciativa da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT), entre outras instituições, construído de forma intercultural, como uma inovação no campo da política ambiental e indigenista. “A proposta da construção de um plano de gestão territorial surgiu a partir da realização do etnomapeamento e do estudo etnoecológico dos territórios de Barra Velha e Águas Claras, que buscou compreender [...] e tomar conhecimento da [...] forma que os Pataxós dominam os ambientes, conhecem e os manejam, indicando os principais problemas socioambientais que os desafiam [...]” (CARDOSO *et al.*, 2012, p. 10).

Ademais, para entender o processo de evolução das intenções de possibilitar melhores e maiores condições de respeito aos direitos do jovem Pataxó, é importante a busca do conhecimento sobre as suas aspirações, o que querem, anseiam e desejam para o seu futuro.

Procedimentos Metodológicos

A partir do seu objetivo maior – traçar um panorama das políticas públicas voltadas à juventude e apresentar aspectos demográficos e socioeconômicos do Jovem Indígena Pataxó Costa do Descobrimento – os dados e as informações contidos nas fichas de cadastramento foram computados e sistematizados em quadros e gráficos, visando à facilitação da sua análise. Participaram da pesquisa 345 jovens indígenas de 12 Aldeias Indígenas Pataxós Costa do Descobrimento, sendo quatro do Município de Santa Cruz Cabrália – Coroa Vermelha, Juerana, Aroeira e Mata Medonha; e oito no Município de Porto Seguro – Aldeia Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Aldeia Nova, Pé do Monte, Imbiriba, Guaxuma e Barra Velha.

Essas 12 comunidades foram escolhidas como beneficiárias do

Projeto a partir dos critérios de vulnerabilidade social de sua juventude, demanda latente por iniciativas de qualificação profissional e dificuldades de acesso às políticas públicas, sobretudo as de inclusão socioproductiva. Essa seleção se deu a partir de escuta prévia realizada junto às lideranças indígenas da região e a representantes da Superintendência de Assuntos Indígenas de Porto Seguro – SAIPS e Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá Costa do Descobrimento (FINPAT).

A faixa etária estabelecida originalmente para o público participante do Projeto era de 18 aos 29 anos; entretanto, ela fora alterada levando-se em consideração a especificidade da cultura indígena, onde é fato que a maturidade de homens e mulheres é mais prematura se comparada à comunidade não indígena, observando-se nas Aldeias Pataxós, jovens de 15 e 16 anos já com filhos e chefiando famílias, os quais precisam de oportunidades de qualificação profissional como a ofertada pelo Projeto Avante. Outro fator relevante para a alteração da faixa etária tratou da necessidade de se trabalhar a prevenção, uma vez que o maior foco de casos de jovens envolvidos com drogas e atos de violência é entre a faixa etária de 14 a 18 anos.

O assunto foi discutido pelos membros do Conselho Gestor do Projeto, cuja 1ª deliberação fora submetida e acatada pela Petrobras, ficando então a faixa etária a ser estudada a compreendida entre 14 e 29 anos.

Quanto à quantidade de 300 jovens, esta se justifica em face de nas 12 Comunidades Indígenas escolhidas pelos critérios anteriormente mencionados, se encontrarem 2.263 famílias, o que corresponde a aproximadamente 15.800 indígenas. A partir do conhecimento de que, em média, 25% dessa população é de jovens, ou seja, 3.960 indígenas encontram-se na faixa etária de 14 a 29 anos, foi utilizado um procedi-

Tabela 1: Tabela 1: Número de famílias e total de pessoas por comunidade Pataxó localizadas nos municípios de Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro, Território de Identidade Extremo Sul, origem do público participante do projeto

Comunidade	Nº Famílias	Nº Pessoas	Município	Terra
Mata Medonha	48	336	Santa Cruz	TI
Aroeira	55	385	Cabralia	TI
Coroa Vermelha	1.292	9.044		TI
Juerana	60	420		TI
Aldeia Velha	180	1.260		TI
Imbiriba	55	385		TI
Barra Velha	230	1.610		TI
Meio da Mata	54	378	Porto Seguro	TI
Pé do Monte	24	168		TI
Guaxuma	47	329		TI
Boca da Mata	190	1.330		TI
Aldeia Nova	28 (*)	196		TIN
Total	2.263	15.841		

Fonte: Elaboração própria com base em *Povos Indígenas do Estado da Bahia* (BAHIA, 2012), e Superintendência de Assuntos Indígenas do Município de Porto Seguro, 2014, Informações Verbais. TI = Terra Indígena Regularizada; TIN = Terra Indígena Não Regularizada.

mento estatístico¹¹ para definição do nº de jovens que representariam a população total de jovens indígenas e que participariam do Projeto, haja vista as limitações de recursos orçamentários.

Foi então, através do referido procedimento, um dos utilizados pelo Banco Mundial, que ficou definido como percentual o valor de 7,6% como representativo do total, ou seja, 300 jovens, meta estabelecida para o Projeto.

11. KREJCIE, R, V.; MORGAN, D.W. Determining sample size for research activities. *Educational and Psychological Measurement*, v. 30, p. 607-610, 1970 (Esses tamanhos de amostras são para um intervalo de confiança de 95% e um erro de amostragem de +/-5%).

Para este trabalho, foi considerado o número de 345 jovens cadastrados no Sistema de Avaliação e Monitoramento do Investimento Social da Petrobras (MAIS), haja vista a necessidade de precaução quanto a uma possível evasão quando da convocação para a aula inaugural e, ainda, por possibilitar, pelo maior volume da amostra, a melhoria da qualidade da análise da situação em estudo. Foram então sistematizados e analisados dados e informações desses 345 jovens indígenas, sendo 219 (63,5%) do Município de Porto Seguro e 126 (36, 5%) do Município de Santa Cruz Cabralia.

Resultados

Ao ser iniciada a apresentação dos resultados obtidos na pesquisa, vale ressaltar que, em determinados itens em estudo, os resultados apresentados em quantidades absolutas e/ou em percentuais não correspondem aos totais de 345 ou 100%, haja vista não estarem computadas informações com pequenos valores quantitativos e/ ou mesmo não declaradas.

Esta população é composta por uma maioria de mulheres em número de 198 (57,4%) e por 147(42,6%) homens. Esses totais estão distribuídos pelas faixas etárias de 12 a 14, 15 a 17 e 18 a 27 anos, correspondendo às mulheres 11,1%, 31,9% e 57%, respectivamente. Quanto aos homens nessas mesmas faixas, eles correspondem a 19%, 35,4% e 45,6%.

A partir desse esclarecimento, cabe destacar que a população em estudo, com base na tabela 2 a seguir, é composta por 311 (90,1%), jovens solteiros, e apresenta quanto aos aspectos socioeconômicos: 230 (66,7%) jovens indígenas atualmente estudando e 109 (31,6%) que não estudam ou que já concluíram os estudos. Entretanto sete (2,7%), dos 130 (37,7%) que têm o Ensino Fundamental como grau de escolaridade, concluíram o curso, sendo que a maioria dos 123 (35,7%) não o completou. Já em relação ao Ensino Médio, 84 (24,5%) completaram o curso e 122 (34,5%) não o concluíram. Como situação bastante particular, encontra-se o Ensino Universitário, cujo acesso total foi de nove (2,6%) indígenas, dos quais oito (2,30%) não completaram seus cursos, e um (0,3%) jovem concluído o curso superior.

Tabela 2: Aspectos Socioeconômicos de Jovens da Etnia Pataxó

Aspectos socioeconômicos	Quant.	%
<i>Escolaridade</i>		

Continua na próxima página

– continuação da página anterior

Aspectos socioeconômicos	Quant.	%
Estuda Atualmente	230	66,7
<i>Grau de Escolaridade</i>		
Ensino Fundamental Completo	7	2,7
Ensino Fundamental Incompleto	123	35,7
Ensino Médio Completo	84	24,5
Ensino Médio Incompleto	122	34,5
Ensino Superior Completo	1	0,3
Ensino Superior Incompleto	8	2,3
<i>Profissionalização</i>		
Profissionalizados	56	16,2
Escola Profissionalizante	13	3,8
Sistema “S” ONGs Empresas Outras Instituições	04	1,2
ONGs Empresas Outras Instituições	14	4,1
Empresas Outras Instituições	03	0,7
Outras Instituições	22	6,4
<i>Participação Comunitária</i>		
Associação de Bairro	58	16,8
Escola de Filho	61	17,7
Unidades de Saúde	29	8,4
Igrejas – Pastoral	120	34,8
Associações Recreativas e Desportivas	04	1,2
Cooperativas, Associações Produtivas e Sindicatos	27	7,8
<i>Expectativas quanto ao Projeto Avante Juventude Pataxó</i>		
Oportunidade de qualificação	328	95
Aquisição de novos conhecimentos	328	95
Qualificação para o Mercado de Trabalho	328	95
Contribuir com o Desenvolvimento da Comunidade	331	96
<i>Área Profissional de Preferência</i>		
Informática	118	34,2
Turismo	60	17,4

Continua na próxima página

– continuação da página anterior

Aspectos socioeconômicos	Quant.	%
Saúde	45	13,0
Artesanato e Reciclagem	35	10,1
Esporte e Lazer	34	9,9
Gestão – Associativismo e Cooperativismo	20	5,8
Agricultura e Produção	13	3,8
<i>Projeto de Vida Educacional e Profissional</i>		
Cursar o Ensino Superior e Trabalhar	257	74,5
Concluir o Ensino Médio e Trabalhar	67	19,4
<i>Como espera contribuir para melhorar as condições de vida da Comunidade</i>		
Participando de Projetos Comunitários	266	77,1
Desenvolvendo Trabalho Voluntário	60	17,4
<i>A Família e o nº de Pessoas que coabitam com os jovens indígenas</i>		
Até 02 Pessoas	28	8,1
De 3 a 5 6 ou mais Pessoas	158	45
6 ou mais Pessoas	148	42,9
<i>A Família e a Renda Mensal</i>		
Até meio Salário Mínimo	158	45
01 Salário Mínimo	132	38,3
Até 02 Salários Mínimos	28	8,1
03 Salários Mínimos	03	0,9
04 Salários Mínimos	02	0,5
<i>A Família e o atual estágio de Educação Formal de seus membros</i>		
Estudam atualmente	230	66,7
Não estudam atualmente	109	31,6
<i>A Família e o CADÚNICO</i>		
Famílias Cadastradas	239	69,3
Famílias Não Cadastradas	48	13,9

Continua na próxima página

– continuação da página anterior

Aspectos socioeconômicos	Quant.	%
<i>A Família e os Programas de Transferência de Renda dos Governos Federal e Estadual</i>		
Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família	131	38,0
Famílias não Beneficiárias do Programa Bolsa Família, mas Enquadráveis	214	62,0
<i>A Família e Situações Especiais nela ocorridas recentemente</i>		
Indígenas em fuga, desaparecimento ou morando na rua	34	6,5
Indígenas em estado de gravidez precoce	143	27,4
Casos de violência dentro ou fora de casa	60	11,5
Indígenas em conflito com a lei (prisão ou medida socioeducativa)	84	16,1
Indígenas em cuidados constantes por problemas de saúde	08	1,5
Casos de crianças responsáveis por cuidados a outra criança no dia a dia	03	0,6
Crianças ou Adolescentes trabalhando fora de casa	128	24,5
Casos de uso e abuso de bebidas alcoólicas	07	1,3
Casos de uso e abuso de Drogas Ilícitas	55	10,5
<i>Serviços disponíveis nas vizinhanças das habitações (distância média equivalente a 15 minutos a pé)</i>		
Declararam a existência de Creche e ou Escola Fundamental	28	8,4
Declararam a existência de Escolas Públicas de Ensino Fundamental	158	47,3
Declararam Escolas Públicas de Ensino Médio	148	44,3
<i>Características Físicas das Unidades Habitacionais</i>		
Unidade Tipo Oca	10	2,9
Unidade Tipo Casa	278	80,6
Unidade Tipo Barraco	44	12,8
Unidade Tipo Cômodo	9	2,6

Continua na próxima página

– continuação da página anterior

Aspectos socioeconômicos	Quant.	%
<i>Características dos Serviços de Infraestrutura das Unidades Habitacionais</i>		
Unidades Atendidas pela Rede de Distribuição de Água da Embasa	39	11,3
Unidades Atendidas por Ligações Clandestinas de Água	24	7,0
Unidades Atendidas pela Rede de Distribuição de Energia Elétrica da Coelba	139	40,3
Unidades Atendidas por Ligações Clandestinas de Energia Elétrica	35	10,1
Unidades Atendidas com Rede de Esgotamento Sanitário	26	7,5
Unidades Não Atendidas por Rede de Esgotamento Sanitário	101	29,3
<i>Características da Situação Legal Quanto ao Uso das Unidades Habitacionais</i>		
Própria	311	90,2
Cedida	15	4,3
Alugada	09	2,6
Invadida	01	0,3

Quanto ao processo de profissionalização, 56 indígenas se declararam profissionalizados, tendo 13 (3,8%) estudado em Escola Profissionalizante, quatro (1,2%) no Sistema S, 14 (4,1%) em ONGs, 03 (0,7%) em Empresas e 22 (6,4%) em outras instituições. Ressalta-se, entretanto, a parcela de 289, ou seja, 83,8% que não declararam a sua formação profissional.

Destaque deve ser feito sobre o interesse pela participação comunitária desses jovens, que é posto em prática principalmente em reuniões nas Instituições. Essa prática é concretizada com 58 (16,8%) deles frequentando Associações de Bairro e 61 (17,7%) Escolas de Filhos. Ainda se concretiza por meio de reuniões em Unidades de Saúde, a exemplo de Postos de Saúde onde participam 29 (8,4%) deles; em reuniões em Igrejas, por meio da Pastoral, frequentadas por 120 (34,8%); em Associações Recreativas e Desportivas, onde se apresentam quatro (1,2%); e nas Cooperativas, Associações Produtivas e Sindicatos com 27 (7,8%) presentes. Do total, 46 (13,3%)

não declararam a participação neste tipo de atividade.

Esses jovens têm em sua maior parte, 257 (74,5%), como Projeto de Vida Educacional e Profissional cursar o Ensino Superior, enquanto outra parcela, correspondente a 67 indígenas, (19,4%), concluir o Ensino Médio. Como Área Profissional de preferência, 118 deles (34,2%) elegeram a Área de Informática, seguidos por 60 (17,4%) que optaram pela Área de Turismo, 45 (13,0%) pela Área de Saúde, 35 (10,1%) pela Área de Artesanato e Reciclagem, 34 (9,9%) pela Área de Esporte e Lazer, 20 (5,8%) pela Área de Gestão – Associativismo Cooperativismo e 13 (3,8%) pela Área de Agricultura e Produção. 20 Jovens não responderam à questão, o que corresponde a 5,8%.

Como contribuição visando à melhoria da qualidade de vida, a principal preocupação desses jovens volta-se para a necessidade de melhoria da qualidade de vida da comunidade e, para tanto, têm como principal expectativa a sua participação em Projetos Comunitários. Por essa razão, 266 jovens, ou seja, 77,1%, esperam participar desses Projetos. Como outra opção, encontra-se o Trabalho Voluntário, quando 60 desses jovens (17,4%) declararam essa intenção. Como outras opções e não declararam se encontram 05 e 14 jovens, respectivamente.

Como meio de informação e comunicação, 130 (37,7%) desses jovens utilizam Internet, tendo sido constatado que eles ainda utilizam os seguintes equipamentos: oito – aparelhos de telefonia fixa, 141 – aparelhos de telefonia móvel, 60 – aparelhos de televisão, 118 – aparelhos de DVD e 45 – computadores. Possuem, também, 15 automóveis, 46 motos e 71 bicicletas. Como aparelhos eletrodomésticos se encontram 20 fornos elétricos ou micro-ondas, 156 geladeiras, 35 máquinas de lavar, além de 70 tanquinhos e 173 fogões.

Em relação ao rendimento das famílias desses jovens, 158 (45,0%), apresentam renda mensal equivalente até meio Salário Mínimo, enquanto 132 (38,3%) alcançam um Salário Mínimo. Com rendimentos até 02 Salários Mínimos, existem 28 (8,1%) famílias, e com três e quatro Salários Mínimos encontram-se três e duas famílias, respectivamente (0,9% e 0,5%). Esta informação não foi fornecida por 22 jovens.

O número de pessoas que coabitam com os jovens indígenas varia de até duas pessoas, em número de 28 (8,1%), até seis ou mais pessoas, que correspondem a 148 (42,9%), passando pela faixa de três a cinco pessoas, 158, ou seja, 45%. Do total, 11 pessoas (3,2%) não responderam à questão.

Do total das famílias dos 345 jovens cadastrados, 239 (69,3%) estão inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚNICO, enquanto

48 (13,9%) não se encontram, e 58 (16,8%) não informaram a sua situação. Cabe ressaltar que, das 345 famílias, 131 (38,0%) são beneficiárias e as outras 214 (62,0%) não beneficiárias, são enquadráveis nos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal ou do Governo Estadual. Pode-se constatar que todas as 131 famílias beneficiárias participam do Programa Bolsa Família, enquanto as demais são enquadráveis nesse Programa, do qual podem fazer parte as famílias com renda mensal no valor de até R\$140,00 por pessoa no CADÚNICO.

Esses jovens indígenas que se encontram no centro do conjunto de graves problemas causados por questões de desigualdade social e de desestruturação da sociedade, apontaram 522 casos de violação de direitos e outras situações ocorridas em suas famílias, tais como: 34 indígenas (6,5%) em fuga, desaparecimento ou morando na rua; 143 (27,4%) em estado de gravidez precoce; 60 (11,5%) casos de violência dentro ou fora de casa; 84 (16,1%) em conflito com a lei (prisão ou medida socioeducativa); oito (1,5%) em cuidados constantes por problema de saúde; três (0,6%) casos de crianças responsáveis pelos cuidados a outra criança no dia a dia; 128 (24,5%) casos de criança ou adolescente trabalhando fora de casa; sete (1,3%) casos de uso e abuso de bebidas alcoólicas; 55 (10,5%) casos de uso e abuso de drogas ilícitas.

Nos arredores de seus domicílios, com acesso a pé em espaço de tempo médio aproximado de 15 minutos, os jovens indígenas sinalizaram a existência de alguns equipamentos, tendo 28 (8,4%) sinalizado Creches e/ou Escolas Públicas Infantis; 158 (47,3%) sinalizado Escolas Públicas de Ensino Fundamental; e 148 (44,3%) sinalizado Escolas Públicas de Ensino Médio.

Quanto ao tipo e às condições das Unidades Habitacionais nestas 12 Aldeias, a configuração é a seguinte: 10 (2,9%) do tipo Oca; 278 (80,6%) do tipo Casa; 44 (12,8%) do tipo Barraco; 09 (2,6%) do tipo Cômodo. Não foram especificados os tipos de 04 (1,1%) habitações. Em relação à Situação Legal quanto ao seu uso, foi a maioria identificada como Própria, ou seja, 311 (90,2%), seguindo-se por 15 Cedidas (4,3%), nove Alugadas (2,6%), e uma Invadida (0,3%). Não foi identificada essa situação para nove habitações (2,6%).

Dessas Unidades Habitacionais, 39 (11,3%) são atendidas pela Rede de Distribuição de Água da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – EMBASA, e 139 (40,3%) pela Rede de Distribuição de Energia da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, e 26 (7,5%) possuem Esgotamento Sanitário, sendo que, respectivamente, 24 (7,0%) e 35 (10,1%) têm Ligação Clandestina (Gatos), e 101 (29,3%) não possuem Rede de Esgo-

tamento Sanitário. Registrou-se que 278 (80,6%) não informaram a situação em relação ao Abastecimento de Água, 171 (49,6%) em relação à Energia Elétrica e 218 (63,2%) em relação ao Esgotamento Sanitário.

Esses, portanto, são dados e informações sobre os Jovens Indígenas Pataxós contemplados nas fichas de cadastramento do Projeto Avante Juventude Pataxó, e que possibilitarão, na parte seguinte deste trabalho, melhor conhecer a sua forma de conviver coletivamente ou mesmo a necessidade de pertencer a um grupo social, ponto de partida do sentimento de pertencimento, considerado a maior razão pela qual se formam grupos, comunidades, sociedades. Para subsidiar esta etapa, foram tomados como referências documentos teóricos e institucionais selecionados, tratados na introdução deste trabalho.

Discussões

Neste momento, vale registrar que no breve histórico do processo de reconhecimento dos direitos do Jovem, a partir de determinado momento, começaram a ser destacados segmentos até o momento diluídos no todo, como o do Jovem Indígena. Apresenta-se, então, um especial cenário construído pelo elevado grau de expectativa e de disposição em contribuir com as intervenções que devem ser tomadas para a solução de seus problemas. Isso pode ser constatado por meio de várias iniciativas específicas, entre as quais se encontra o evento do qual participaram lideranças e representantes de 26 Etnias e de 14 Estados brasileiros – o II Encontro Nacional dos Povos das Florestas, realizado em Brasília – DF, em 2007. Nesse evento, foram apresentadas ao Governo e às Organizações Indígenas do País propostas para garantir a toda população indígena: educação de qualidade; a promoção de uma vida digna; a afirmação e valorização das suas culturas e identidade; o incentivo de meios para assegurar e garantir os seus direitos, a sua integridade e a retomada para ampliação de seus territórios e; a construção de políticas públicas de geração de emprego e renda.

Esse antecedente permite estabelecer o relacionamento dessas demandas e expectativas propostas, apresentadas de forma estratificada, com alguns dos aspectos demográficos e socioeconômicos conhecidos e expostos na parte anterior deste trabalho. Para melhor compreensão desse relacionamento, foram tomados como referências estudos e trabalhos elaborados mais recentemente sobre a questão indígena, a exemplo do *Aragwaksã*: Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó Territorial de Barra Velha e Águas Be-

las – 2012 (CARDOSO *et al.*, 2012) e Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010 (BRASIL, 2011), visando à efetividade de futuros programas e projetos, propostos como instrumentos de promoção da inclusão socioproductiva do Jovem Indígena da Etnia Pataxó Costa do Descobrimento.

Ao serem pontualizadas as referidas demandas e expectativas expostas no II Encontro Nacional dos Povos das Florestas, realizado em Brasília (DF) em 2007; tem-se que “[...] é fundamental ampliar e diversificar as oportunidades de acesso ao ensino superior, perspectivas distantes para a maioria dos jovens indígenas, que também precisam de formação técnica e acadêmica” (SOARES, 2007). Os dados levantados constataam que, dos 345 participantes deste trabalho, somente nove (2,6% do total) tiveram acesso ao Ensino Universitário, dos quais oito (2,3%) não o completaram e, conseqüentemente, somente um jovem logrou concluir o curso. Esse resultado corrobora os conteúdos de um dos documentos tomados como referencial teórico onde, como uma das recomendações, em seu item “Política Pública de Juventude e Educação”, visa a “[...] Garantir o acesso e a permanência de povos e comunidades tradicionais, em especial da juventude, nas instituições de ensino superior, por meio de programas de assistência juvenil que garantam residência, alimentação, material didático e bolsas de estudo”, e ainda, em outro documento, como Problemáticas e Ações referentes ao item “Formação Continuada de Professores Indígenas e Acesso e Permanência nas Universidades Públicas e Particulares”, que propõe: “[...] Buscar apoio maior aos programas de incentivo ao ensino superior, para entrada (divulgação de processos seletivos, inscrição dos alunos pela Funai, etc.) e permanência do estudante indígena nas universidades públicas e particulares. Parceiros: FUNAI, Governos Federal e Estadual”. Importante ressaltar que, sejam as Recomendações e/ou as Problemáticas e Ações, estas coincidem com a intenção da parcela dos 345 jovens, da qual 257 (74,5%) tem como Projeto de Vida Educacional e Profissional cursar o Ensino Superior.

A importância que representa outra demanda, “[...] participação de adolescentes e jovens indígenas, pois nós conhecemos nossa realidade e sabemos das nossas necessidades”, está expressa nos dados dos aspectos socioeconômicos sobre o interesse desses jovens em participar na vida da comunidade por meio de reuniões em instituições, principalmente nas realizadas em igrejas através da Pastoral, onde 120 (34,8%) jovens afirmam frequentá-las, seguidas pela participação nas reuniões realizadas em Escolas de Filhos e Associações de Bairro, onde foi registrada a frequência de 61(17,7%) e 58(16,8%) jovens, respectivamente.

Assim, com a concepção do conhecimento da realidade em que vivem e das suas necessidades, reafirmam a sua necessária contribuição para a melhoria da vida em comunidade quando revelam suas intenções de participar no desenvolvimento de Projetos Comunitários, desejo este de 266 respondentes, ou seja, 77,1% dos jovens questionados. Ainda como outra opção no intuito de contribuição, 60 desses jovens (17,4%) se predispõem a participar de Trabalhos Voluntários. Neste cenário, ainda em relação à convicção do conhecimento de sua realidade e necessidades, esta pode ser reafirmada quando, através dos aspectos socioeconômicos, os olhares de 20 (5,8%) dos jovens se direcionam à Área de Gestão – Associativismo e Cooperativismo como preferência profissional.

Quanto aos aspectos da saúde do jovem indígena, “São necessários trabalhos voltados para a educação em saúde dos adolescentes e jovens indígenas com temas voltados para sexualidade, prevenção das DST/AIDS e outros necessários para a prevenção de nossa saúde, levando em consideração os conhecimentos tradicionais de cada povo”. Essa demanda está inserida nas Recomendações para uma Política Pública de Juventude e Saúde, especificamente em seu item 13: “Articular com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/Ministério da Saúde) e Fundação Nacional do Índio (Funai) a elaboração de diretrizes para atenção integral, prevenção e assistência à saúde reprodutiva e agravos relacionados ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas na população jovem indígena”; e no item 23: “Ampliar programas e equipamentos de saúde voltados à juventude do campo, indígenas e de populações tradicionais”. No *Aragwaksã*, especificamente em relação à Saúde indígena, destaque é feito quanto à medicina tradicional e, entre as Problemáticas e Ações encontra-se a “Promoção e Valorização da Medicina Tradicional” que tem, no rol das principais ações: “Realizar encontros, intercâmbios e assembleias entre os conhecedores(as) da medicina tradicional e pajés com comunidades da TI, para que esses conhecimentos sejam valorizados e não se percam com o tempo” (CARDOSO *et al.*, 2012, p. 88). Com essa preocupação, 45 (13,0%) indígenas escolheram a Saúde como Área Profissional de Preferência, posição esta que pode ser traduzida como a necessidade de expressar o sentimento de pertencimento a sua cultura e está registrada como uma das demandas e expectativas do mais uma vez referido Encontro dos Povos das Florestas: “Queremos o respeito e a garantia dos nossos conhecimentos tradicionais, a não discriminação e racismo, para que assim possamos promover uma cultura de paz para o respeito a todo tipo de diversidade” (SOARES, 2007).

Também como resultados dos aspectos socioeconômicos em relação aos

rendimentos das famílias desses jovens, foram constatadas 158 (45,0%) Famílias com Renda Mensal equivalente a meio Salário Mínimo, seguidas por mais 132 (38,3%) com até um Salário Mínimo, e as demais com rendimentos variáveis de dois a quatro também Salários Mínimos. Essa situação permite aos jovens a formulação de demandas como: “[...] queremos a oportunidade de permanecer em nossas aldeias, a partir da implantação de políticas públicas de geração de trabalho e renda em nossas comunidades”; e “Temos potencial de fonte de renda, mas precisamos de incentivos técnicos para a criação de cooperativas e associações, para divulgarmos nossa cultura e nossas tradições através de atividades como artesanato, agricultura, piscicultura, artes e turismo, e assim gerando renda e possibilitando a permanência nas nossas comunidades”. Constata-se, portanto, a necessidade da implantação e implantação de políticas oficiais voltadas para a dimensão do trabalho para o público jovem, contemplando iniciativas que vão desde as que elevam a escolaridade e a qualificação dos jovens, àquelas que favoreçam, direta e/ou indiretamente, a sua inserção no mercado de trabalho. Assim, essas iniciativas, como vimos na parte introdutória deste trabalho, contemplam desde a capacitação profissional e/ou a ampliação da escolaridade, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Campo e Projovem Trabalhador, até as iniciativas voltadas para oportunidades de inserção no mercado de trabalho, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF Jovem.

Estas constatações quanto às políticas existentes em relação à geração de renda e inserção no mercado chocam-se com os rendimentos declarados por família, mais precisamente com o conhecimento dos dados registrados no levantamento dos aspectos socioeconômicos, quando se verifica o número de pessoas que coabitam com os jovens indígenas, que variam de até duas pessoas, em número de 28 (8,1%), a até seis ou mais pessoas, que correspondem a 148 (42,9%), e passando pela faixa de três a cinco pessoas, 158, ou seja, 45%.

Para melhor apreensão do cenário apresentado, deve-se retornar às famílias dos 345 jovens cadastrados, onde 239 (69,3%) estão inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚNICO, enquanto 48 (13,9%) não se encontram inscritas e ainda que, das 345 famílias, 131 (38,0%) são beneficiárias e as outras 214 (62,0%) não beneficiárias são enquadráveis nos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal ou do Governo Estadual. Todas as 131 famílias beneficiárias participam do Programa Bolsa Família, enquanto as demais são enquadráveis nesse Programa, do qual podem fazer parte famílias com Renda Mensal no valor de até R\$140,00 por

pessoa inscrita no CADÚNICO.

Ao se ter o conhecimento da demanda – “[...] queremos a tecnologia em nossas aldeias, para garantir a inclusão digital dos povos indígenas com instalação de computadores e pontos da Internet nas aldeias” –, constata-se o atual posicionamento do jovem indígena em demonstrar, conforme o Aragwaksã (CARDOSO *et al.*, 2012, p. 81), a preocupação com o tema Educação e Fortalecimento da Cultura, em que, entre as Problemáticas e Ações, encontra-se a Internet e a proposta de implantá-la nas aldeias, escolas e centros culturais, em parceria com Municípios, Estado e a Funai. No rol das Políticas Públicas de Cultura e Juventude, encontra-se o Programa Cultura Viva-Arte, Educação e Cidadania (desde 2004) e, como uma das suas Ações, os Pontos de Cultura. Assim, a fim de se apropriarem de meios de instrumentos tecnológicos, em especial a Internet, buscam meios para beneficiar suas comunidades. Vale ressaltar que os dados dos aspectos socioeconômicos constata a Área Profissional de maior preferência como a Área de Informática, preferida por 118 jovens (34,2%), sendo ainda informado que 130 já utilizam a Internet.

Ao se observar que os jovens em estudo reconhecidamente se encontram no centro do conjunto de graves problemas, os dados apontaram para 522 casos de violação de direitos e outras situações ocorridas em suas famílias, causadas pelas situações de desigualdade social e de desestruturação da sociedade. Situações estas que a Política Nacional da Juventude trata por meio de Programas especiais tais como o Programa Nacional de Segurança Pública – PRONASCI, o Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte – PPCAAM e o Programa de Redução da Violência Legal – PRVL.

Ao ser tratado o aspecto socioeconômico Situação Legal das Unidades Habitacionais, constata-se que a sua grande maioria está localizada em terras indígena – TI, com exceção das que se encontram na Aldeia Nova. Esta Situação Legal quanto ao seu uso foi identificada como Própria no total de 311 (90,2%) Unidades, seguindo-se por 15 Cedidas (4,3%), nove Alugadas (2,6%), e uma Invasora (0,3%). Dessas Unidades Habitacionais, 10 (2,9%) são definidas como do tipo Oca; 278 (80,6%) do tipo Casa; 44 (12,8%) do tipo Barraco; e nove (2,6%) do tipo Cômodo.

Conclusão

O presente trabalho caracterizou o Jovem Indígena Pataxó, por meio de dados e informações de um grupo composto por 345 Jovens Indígenas Pataxós no Estado da Bahia, pertencentes à faixa etária de 14 a 29 anos e selecionados para participar do “Projeto Avante Juventude Pataxó: Formação Social e Qualificação Profissional de Jovens Indígenas da Etnia Pataxó do Território de Identidade Costa do Descobrimento”. Nesse trabalho, foram tratados aspectos demográficos e socioeconômicos considerados como relevantes para conhecimento dessa população, em particular do Jovem Indígena, e vale ressaltar que, por serem interdependentes, muitas vezes não puderam ser considerados de forma isolada.

Dessa forma, com o conhecimento desses aspectos, que permite uma melhor compreensão do Jovem Pataxó, este trabalho pretende subsidiar propostas para a elaboração e implantação de novos Projetos e Ações voltados para a melhoria da qualidade de vida da população em estudo, seja quanto à sua formação social, qualificação profissional, entre outros aspectos. Entretanto, ressalta-se que tudo isso depende da necessária apreensão dos seus anseios e desejos, expressos em parte como dados primários no rol das respostas dos questionários disponibilizados e, também, em outra parte, identificados nos documentos tratados na introdução deste trabalho. Nesses documentos, além da participação de representantes da juventude indígena, está registrada a ativa participação de técnicos, representantes da sociedade civil e gestores de instituições municipais, estaduais e federais.

Ainda, foram bastante oportunas e importantes as relações realizadas por intermédio das respostas primárias obtidas com os questionários, as problemáticas e ações e as demandas de diversos documentos, particularmente os voltados especialmente para os povos indígenas, que marcaram e marcam o processo de reconhecimento dos direitos dos jovens, em relação aos aspectos da cultura, educação, saúde e questões territoriais, entre outras.

A análise dos resultados dos aspectos demográficos e socioeconômicos revela uma situação que merece especial atenção, haja vista que, diante da evolução dos textos apresentados, com intervenções e iniciativas específicas, constata-se, por meio dos dados primários levantados, que o desafio de construir, aperfeiçoar e implantar novos projetos e ações voltados para a melhoria da qualidade de vida da população em estudo, e para a formação Social, qualificação profissional, entre outros aspectos, significa a elaboração de difíceis propostas que implicam mudanças sociais, culturais e de valores.

Referências

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. Superintendência de Inclusão e Assistência Alimentar. Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional. *Povos Indígenas do Estado da Bahia*. Salvador, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Juventude. Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003–2010. Brasília, 2011. Disponível em: www.juventude.gov.br. Acesso em: 16 set. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). “*Constituição da República Federativa do Brasil*”: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juares de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. *Guia de políticas públicas de juventude*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

BRASIL. *Projeto Pedagógico integrado – Projovem Urbano*. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2008. 83p.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. *Política Nacional de Juventude*. Brasília, 2011. Disponível em: www.juventude.gov.br. Acesso em: 16 set. 2014.

CANCELA, Francisco. A presença de não-índios nas vilas de índios de porto seguro: relações interétnicas, territórios multiculturais e reconfiguração de identidade – reflexões iniciais. *Espaço ameríndio*, porto alegre, v. 1, n. 1, p. 42-61, jul./dez. 2007.

CARDOSO, Thiago Mota; PARRA, Lilian Bulbarelli; SANT’ANA, Graziela Reis de; PINHEIRO, Maíra Bueno. (Org.). *Araqwaksã: Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas*. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012.

CASTRO, Jorge Abrahão de, AQUINO, Luseni (Org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, texto para discussão nº 1335, 2008.

KREJCIE, R, V.; MORGAN, D.W. Determining sample size for research activities. *Educational and Psychological Measurement*, v. 30, p. 607-610, 1970.

LIMA, Antônio Carlos de Souza Lima. Sobre Tutela e Participação: povos

indígenas e formas de governo no Brasil, Séculos XX/XXI. *Mana* 21(2): 425-457, 2015 – DOI dx.doi.org.

NOVAES, Regina. Políticas de Juventude no Brasil: continuidades e rupturas. IN: *Juventude e Contemporaneidade*. FÁVERO, Osmar, SPÓSITO, Marília, CARRANO, Paulo, NOVAES, Regina Reys. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 4(1):47- 77, 1998.

_____. (Org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. 350 p.

SILVA, Enid R. A. da; ANDRADE, Carla C. de. A Política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abraão *et al.* (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009.

SILVA, Roselane S. da, e SILVA, Vini R. da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. *Caderno CRH*. Salvador, v. 24, nº63, 2011. p. 663-678.

SOARES, Waldemir Alfaia. *II Encontro Nacional dos Povos das Florestas é lançado em Brasília*. Rede de Educação Cidadã, 29/06/2007. Disponível em: recid.redelivre.org.br. Acesso em: 8 set. 2014.

SPOSITO, Marília P., CARRANO, Paulo C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: *Revista brasileira de educação*. Set/out./nov./dez, 2003. *Revista brasileira de educação*. Set/out./nov./dez, 2003. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 30 jul. 2017.

Legislação Indigenista Fundamental:

Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas – ONU – 13.09.2007.

Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT – Decreto n.º 5.051, de 19.04.2004.

Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos – ONU – Decreto nº 592, de 06.07.1992.

Pacto Internacional Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – ONU – Decreto nº 591, de 06.07.1992.

Convenção Americana sobre Direitos Humanos – OEA – Pacto de São José da Costa Rica – Decreto n.º 678, de 06.11.1992.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Estatuto do Índio – Lei nº 6.001, de 19.12.1973.

Resumo:

Como um dos resultados do Projeto Avante Juventude Pataxó: Formação Social e Qualificação Profissional de Jovens Indígenas da Etnia Pataxó do Território de Identidade Costa do Descobrimento, este artigo tem por objetivo traçar um panorama das políticas públicas voltadas à juventude e apresentar aspectos demográficos e socioeconômicos do Jovem Pataxó da Bahia, a partir de pesquisa quali-quantitativa, com aplicação de questionário semiestruturado, realizada junto a 345 jovens oriundos de 12 (doze) aldeias indígenas. A análise dos resultados revela que o desafio de construir, aperfeiçoar e implantar novos projetos e ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população em estudo e para a sua formação social e qualificação profissional, entre outros aspectos, significa a elaboração de difíceis propostas que implicam mudanças sociais, culturais e de valores.

Palavras-chave: Educação; Políticas Públicas; População Indígena; Povo Pataxó; Aspectos Demográficos e Socioeconômicos.

Abstract:

As one of the results of the Pataxó Youth Advance Project: Social Formation and Professional Qualification of Indigenous Peoples of the Pataxó Ethnicity of the Costa do Descobrimento Identity Territory this article aims to outline the public policies aimed at youth and to present demographic and socioeconomic aspects of the Young Pataxó of Bahia based on qualitative research with the application of a semistructured questionnaire conducted with 345 young people from 12 (twelve) indigenous villages. The analysis of the results reveals that the challenge of constructing, perfecting and implementing new projects and actions aimed at improving the quality of life of the population under study and their social formation and professional qualification among other aspects means the elaboration of difficult proposals which imply social, cultural and values changes.

Keywords: Education; Public Policy; Indigenous Population; Pataxó People; Demographic and Socioeconomic Aspects.

Recebido para publicação em 04/05/2019.

Aceito em 09/08/2019.

LGBTQI+fobia: um estudo sobre a elaboração de normas antidiscriminatórias como forma de ação afirmativa no Brasil

Luiz Fernando de Oliveira

Universidade Católica de Brasília, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-4275-1817>

luizfernandokerix@hotmail.com

Israel de Jesus Azevedo

Universidade Católica de Brasília, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-0894-1740>

israeldej.azevedo@hotmail.com

Introdução

A necessidade de proteção e restituição, de forma eficaz, de direitos omitidos a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, *intersex* e outras pessoas ligadas a esse movimento social, por meio de normas e de ações afirmativas, deve ser analisada, pois a população LGBTQI+ é uma das minorias que mais sofrem preconceito e discriminação. Ressalta-se que orientação sexual e identidade de gênero são assuntos de suma relevância atualmente, tendo em vista a ascensão dos casos de LGBTQI+fobia, o boicote de empresas que tratam

sobre a temática, bem como a amplificação de discursos de ódio na política.

Embora existam iniciativas antidiscriminatórias sobre a temática, a comunidade LGBTQI+ tem direitos básicos inobservados social e institucionalmente, razão que levanta o questionamento sobre como são tratadas as pautas LGBTQI+ pelo Estado, tanto no Poder Legislativo, quando no Executivo e no Judiciário.

Portanto, objetiva-se analisar o modo pelo qual o poder público vem tratando os assuntos de orientação sexual e identidade de gênero, com a finalidade de reconhecer a isonomia e a dignidade da pessoa humana. Para isto, pretende-se compreender a necessidade de garantir o resguardo e a restauração de direitos ao LGBTQI+, delinear semelhanças entre movimentos que buscam garantias emancipatórias, bem como observar a atuação dos três Poderes sobre os direitos sexuais.

Discorrerá o texto, na primeira seção, sobre o emprego da Teoria Tridimensional do Direito para averiguar a viabilidade de regulação contra a LGBTQI+fobia. Posteriormente, na segunda seção, estabelecer-se-ão aspectos semelhantes entre as discriminações de raça, gênero e orientação sexual e, na terceira seção, por fim, examinará como o Estado procura tutelar os direitos de pessoas LGBTQI+, eficazmente, seja por iniciativas legislativas, ações afirmativas ou pela jurisdição.

Considerar-se-ão os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero previstos nos Princípios de Yogyakarta (2007), em que se compreende orientação sexual a capacidade de cada pessoa ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos; enquanto que identidade de gênero é a experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, não necessariamente correspondente ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo, inclusive

por vestimenta, modo de falar e maneirismos.

A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, por consultas a artigos e legislações, utilizando o método do procedimento socioanalítico e da abordagem dedutiva. Salienta-se a importância do saber, não apenas para a aquisição de conhecimento, mas também para permitir o extravio do modo de ver e refletir, diferentemente da tradicional compreensão do tema. Almeja-se, por conseguinte, uma percepção crítica sobre identidade de gênero e orientação sexual, e assim, refletir sobre possíveis caminhos para se garantir princípios constitucionais e direitos humanos às pessoas LGBTQI+.

A tutela dos direitos LGBTQI+: necessidade e significados pelo viés do tridimensionalismo jurídico

A orientação sexual e a identidade de gênero são fenômenos que carregam no meio social uma alta carga valorativa, a ponto de desenvolverem no meio jurídico um conjunto de normas que tratam do tema. De acordo com o pensamento tridimensional do direito de Miguel Reale (2000), o fato, o valor e a norma estão sempre presentes e correlacionados em qualquer expressão da vida jurídica, seja ela estudada pelo filósofo ou o sociólogo do direito, ou ainda pelo jurista como tal. O valor é o desenvolvimento histórico de ligação entre os outros aspectos jurídicos, porque é dele que, em colisão com o fato, resulta a criação da norma, como resposta aos limites circunstanciais de lugar e tempo. Sobre esse aspecto, ressalta o jusfilósofo que:

Essa compreensão da problemática jurídica pressupõe a consideração do valor como objeto autônomo, irreduzível aos objetos ideais, cujo prisma é dado pela categoria do ser. Sendo os valores fundan-

tes do dever ser, a sua objetividade é impensável sem ser referida ao plano da história, entendida como “experiência espiritual”, na qual são discerníveis certas “invariantes axiológicas”, expressões de um valor-fonte (a pessoa humana) que condiciona todas as formas de convivência juridicamente ordenada (historicismo axiológico). (REALE, 2000, p. 63)

O direito, pois, deve ser entendido como realidade social, encontrando na conduta humana a sua fonte constitutiva, sem deixar de observar que a experiência jurídica não é apenas um fenômeno comportamental, senão também axiológico. Não obstante, o direito “não é um fato que plana na abstração, ou seja, solto no espaço e no tempo, porque também está imerso na vida humana, que é um complexo de sentimento e estimativas” (REALE, 2000, p. 123) e, portanto, não é uma estrutura estática, o que demonstra a importância de uma experiência dialetizante do elemento fático-axiológico-normativo.

Na análise destes aspectos dialéticos, a visão integral do direito capta como característica a historicidade, como consequência de o homem transcender seu valor e atualizar-se como pessoa e experiências. Para confirmar este entendimento, Reale afirma que:

Se o valor da pessoa humana condiciona a experiência estimativa do homem, o que quer dizer a sua história, é claro que é nos ciclos culturais que se desenvolvem os esforços de realização do humano, de maneira que em torno do fulcro central vão-se ordenando constelações axiológicas distintas, múltiplas expressões do Espírito no processo de seu desvelar-se. (*Ibidem*, 2000, p. 141)

Pierre Bourdieu (2012) entende que apreender o que é instituído, bem como quais são as representações disto, é saber que se trata de uma resultante, de um dado momento, de determinada luta para existir (ou inexistir), percebendo as estruturas objetivas, ou seja, o *opus operatum* (produto) e a relação com elas, com o intuito de modificá-las,

explicar a realidade e compreender as possibilidades que ela oferece às diferentes pretensões subjetivistas, isto é, o *modus operandi* (processo).

Destarte, salienta-se a relevância de analisar a necessidade de integridade legislativa, para a observância dos direitos sobre orientação sexual e identidade de gênero, por meio da Teoria Tridimensional do Direito, haja vista a transcendentalidade dos fatos, valores e normas, tendo como pressuposto que, compreendendo os institutos e as estruturas simbólicas, é possível modificar a realidade, uma vez que a “dominação à qual é preciso escapar para a objectivar só se exerce porque é ignorada como tal” e que a ideologia, pois, “não aparece e não se assume como tal, e é deste desconhecimento que lhe vem a sua eficácia simbólica” (BOURDIEU, 2012, p. 48).

Na visão sociológica deste estudo, é de suma importância destacar que, quando o assunto é discriminação entre o grupo LGBTQI+, nota-se a conquista de direitos essenciais, como o da união estável, do casamento, da adoção de crianças e da estabilidade junto ao parceiro no âmbito de benefícios previdenciários. Todavia a sociedade continua reprimendo, menosprezando e negando a estes grupos outros direitos fundamentais à dignidade social (MISKOLCI, 2009; ROCHA, S., 2015). A população LGBTQI+ continua morrendo tão somente por pertencer a determinado grupo ainda marginalizado.

O Brasil é conhecido como um dos países em que há o maior número de assassinatos por orientação sexual. Mesmo que não haja tipo penal específico, a homossexualidade é especialmente considerada de modo pejorativo (PIOVESAN; RIOS, 2003; RIOS, 2001). De acordo com o *Relatório de Violências Homofóbicas do Governo Federal* (BRASIL, 2016), em 2013 foram registradas cinco denúncias de violências por dia contra pessoas LGBTQI+, o que representa 166%

a mais em relação à 2012. Não obstante, o *Grupo Gay da Bahia* – organização não-governamental que apresenta estatísticas sobre as temáticas de orientação sexual e identidade de gênero – elaborou relatórios revelando que em 2015 foram registradas uma morte a cada 27 horas e, desde o início de 2017, foram registradas uma morte a cada 22 horas (GRUPO GAY DA BAHIA, [2015]; [2016]).

Cabe destacar o alerta da *Organização das Nações Unidas* ao noticiar que a expectativa de vida de uma mulher trans, na América Latina, não ultrapassa os 35 anos (ONU, 2017). Ressalta-se que estas estatísticas são realizadas tendo por base as notícias de jornais e revistas eletrônicas, bem como em *blogs*, televisão e rádio, sendo inexorável afirmar que as violências que ocorrem de fato são maiores, já que nem sempre são denunciadas ou informadas (RUFINO, 2014). Isto demonstra que a luta em oposição à LGBTQI+fobia é contra a violência vivida cotidianamente por esses segmentos da população, demonstrando a necessidade de uma ação contundente do Poder Público, visando a coibir a violência física, psicológica e as expressões de preconceito e discriminação.

“A sexualidade”, afirma Richard Miskolci (2009, p. 153), “tornou-se objeto de sexólogos, psiquiatras, psicanalistas, educadores, de forma a ser descrita e, ao mesmo tempo, regulada, saneada, normalizada por meio da delimitação de suas formas em aceitáveis e perversas”. Ao encontro deste entendimento, Michel Foucault percebe a superprodução de saber teórico sobre a sexualidade, assumindo rapidamente uma forma científica, tentando criar uma ciência sexual (*scientia sexualis*) sobre a sexualidade das pessoas, objetivando saber a verdade do sexo. Ele ainda demonstra que há, nas sociedades ocidentais, procedimentos e técnicas para vigiar e controlar os atos e comportamentos dos indivíduos (FOUCAULT, 2011; 2012). O filó-

sofo traz um importante questionamento:

[...] como, por que e sob que forma a atividade sexual foi constituída como domínio moral? Por que esse cuidado ético tão insistente, apesar de variável em suas formas e em sua intensidade? Por que essa problematização? (FOUCAULT, 2012, p. 193)

Entre as grandes objeções do direito democrático da sexualidade, invocam-se razões morais para opor-se a tal direito. A resposta a tal objeção é que a democracia deve acolher a moralidade crítica, em que os argumentos de gosto, tradição e nojo, bem como o sentimento de repulsa da maioria não podem ser finais. Uma vez que há ausência de dano relevante a terceiros e a existência livre e espontânea do consentimento, não há que se falar em objeção moral diante da liberdade sexual. Ressalta-se que o debate sobre os direitos sexuais se dá em conformidade com o Estado laico e democrático de direito e com os ideais republicanos, pois, sendo imposta uma moral única, inviabiliza-se e existência de uma sociedade aberta e pluralista (MASIERO, 2015; PIOVESAN; SILVA, S., 2015; RIOS, 2006).

Na existência de um padrão dominante na sociedade, que é branca, masculina, cristã, heterossexista, pode-se falar em minoria (PIOVESAN; RIOS, 2001). Assim, a pessoa sobrevive desde que se encaixe nesses padrões, ou seja, as mulheres, os negros e o grupo LGBTQI+ devem se comportar e aceitar a visão de mundo dos homens brancos heterossexuais. Portanto, o sujeito se verá obrigado a obedecer às normas que regulam sua cultura (BUTLER, 1999 apud LOURO, 2004; FOUCAULT, 2011; PIOVESAN; RIOS, 2001).

Esta ordem é reiterada constantemente, seja de modo implícito ou explícito. Todavia, ainda que haja planos e estratégias, haverá os que rompem com as regras e transgridem a ordenação. Estes serão, conforme explica Louro (2004), os alvos preferenciais das pedagogias

corretivas e das medidas punitivas ou de recuperação, para os quais a sociedade reservará penalidades, sanções, reformas e exclusões. Destarte, o padrão cultural, ao mesmo tempo que delimita o que deve ser seguido, fornece, paradoxalmente, a pauta para as transgressões. Percebe-se, o que Foucault afirma ser, a onipresença de poder, reiterando identidades:

[...] o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E “o” poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. (FOUCAULT, 2011, p. 103)

Formam-se, assim, sistemas simbólicos cumprindo a função política de imposição ou de dominação, que asseguram o domínio, produzindo violências simbólicas, dando reforço à própria força que contribui para a dominação. Papel importante, também, é que este poder simbólico, poder que constitui, confirma e transforma a visão do mundo, é quase mágico, uma vez que é ignorado como arbitrário, pois sua ideologia não aparece e não se assume como tal. Deste desconhecimento é nítida a eficácia simbólica (BOURDIEU, 2012), inclusive na relação de poder entre o dominante e o grupo LGBTQI+, em que há uma construção social ancorada no estigma e na discriminação (RIOS, 2007 apud CARVALHO, 2012, p. 197).

No viés axiológico, é necessário se debruçar sobre a suficiência ou não dos juízos valorativos indicados na fundamentação para eventual tutela à população LGBTQI+, uma vez que somente em razão da justificação do tratamento desigual é que há de falar que não há violação do princípio da igualdade. Ora, a motivação da diferenciação é uma questão de valorações abertas ao legislado, surgindo o juízo arbitrário no respaldo estabelecido (RIOS, 2001). É primordial elencar para o

campo valorativo a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948 (BRASIL, 1992b), uma vez que traz a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos. Universalidade, sob a crença de que a condição de pessoa é o único requisito para a titularidade de direitos, uma vez que o ser humano é dotado de unicidade existencial e dignidade, intrínsecos à humanidade. Indivisibilidade, porque é necessária a garantia dos direitos civis e políticos para a observância dos demais direitos, como sociais, econômicos e culturais e vice-versa. Assim sendo, reconhecer estes direitos requer enfrentar a injustiça cultural, os preconceitos e os padrões discriminatórios, transformando culturalmente e adotando políticas de reconhecimento (PIOVESAN; SILVA, S., 2015).

Além do mais, o *Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966*, recepcionado pelo Brasil por meio do *Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992*, em seu artigo 2º garante que:

Os Estados Partes do presente pacto comprometem-se a respeitar e garantir a todos os indivíduos que se achem em seu território e que estejam sujeitos a sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer condição. (BRASIL, 1992a)

Destaca-se que o *Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – comitê das Organização das Nações Unidas –*, no *Comentário Geral nº 20*, observou a inclusão da orientação sexual na expressão “outra situação”, constante do artigo 2º do Pacto (ONU, 2009). Não menos importante, os *Princípios de Yogyakarta*, princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, declara que todos os direitos são universais, interdependentes, indivisíveis e inter-relacionais e

que ninguém pode ser motivo de discriminação ou abuso por orientação sexual ou identidade de gênero, pois estes são de suma importância para a dignidade e humanidade de cada pessoa (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007).

Cumprе ressaltar que a *Constituição da República Federativa do Brasil* declara como princípio fundamental, no seu art. 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988). À vista disto, há o princípio da igualdade, tanto na dimensão formal (igualdade perante a lei), quanto na material (igualdade na lei), que proíbe a discriminação por orientação sexual (CARVALHO, 2012; GOMES, 2003; PIOVESAN; RIOS, 2003; PIOVESAN, 2005; 2015; RIOS, 2001; 2015). Conforme trazido por Roger Raupp Rios, no Seminário Internacional sobre As Minorias e o Direito:

A discriminação por orientação sexual é um caso paradigmático de teste para a eficácia dos direitos fundamentais. Trata-se de hipótese de preconceito difuso por todas as categorias. Exige-se levar a sério princípios absolutamente fundamentais de liberdade e de igualdade que formam todos os regimes democráticos e que são desafiados por eles. Regimes democráticos fortes, como os da América do Norte e Europa, muitas vezes não sabem responder diante desses dilemas. É necessário falar sobre discriminação por orientação sexual, porque os direitos humanos são mais necessários onde são mais combatidos e mais desafiados. (PIOVESAN; RIOS, 2003, p. 165)

Já no campo jurídico, apesar de se constatar, pouco a pouco, uma evolução da jurisprudência e da legislação, que vêm reconhecendo o princípio isonômico (RIOS, 2001), percebe-se que o cenário social pós-moderno e as relações humanas tornaram-se complexas a ponto de se observar a existência de uma crise no sistema jurisdicional, uma vez que se torna difícil a jurisdição para as demandas contemporâneas, causando um distanciamento da realidade social e das respostas dadas pelo sistema estatal. A realidade jurisdicional decorre da inser-

ção do caso concreto no aparato legal e, na omissão legislativa, principalmente nos direitos transindividuais de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, *queer* e *intersex*, o que acarreta um grande empoderamento do julgador e de seu livre-arbítrio. Assim, a nova realidade fática carece da criação de novos instrumentos legais e da reformulação das mentalidades, pois os mecanismos lógico-formais hodiernos não acatam as respostas buscadas para os conflitos de direitos além dos individuais. Ademais, o caráter reducionista e autosuficiente do normativismo jurídico por vezes impossibilita a participação de outras áreas dos saberes, o que acarreta superficialidade das decisões e o não atendimento às reais necessidades dos conflitantes (CACENOTE; MARTINS, 2015). Assim, reconhece-se que o direito e a jurisprudência operam com juízos valorativos, demonstrando um campo com convicções morais subjetivas dos operadores do direito (ALEXY, 2005 *apud* ÁVILA; RIOS, 2016).

Entretanto, não basta a lei para revoluções dos direitos humanos. Carmen Lúcia A. Rocha (2003, p. 81), ministra do STF, declara que existe “hoje uma vasta legislação; o problema é que não conseguimos aplicar as leis que temos. A efetividade dos direitos humanos é a grande tônica desses primeiros cem anos do milênio. Ter leis é necessário, porque, se não as tivermos, não teremos instrumentos para lutar”. Joaquim Barbosa Gomes (2003), vai ao encontro deste pensamento, ao afirmar que:

apesar da existência de inumeráveis disposições normativas constitucionais e legais, muitas delas instituídas com o objetivo explícito de fazer cessar o status de inferioridade em que se encontravam os grupos sociais historicamente discriminados, passaram-se os anos (e séculos) e a situação desses grupos marginalizados pouco ou quase nada mudou. (GOMES, 2003, p. 92)

Nessa perspectiva, o Estado tem duas formas de posicionamentos

possíveis: a) manter-se neutro e permitir a subjugação dos grupos sociais desprovidos de força política; ou b) atuar ativamente no sentido da mitigação das desigualdades sociais através de ações afirmativas (GOMES, 2003). Já no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, percebem-se duas estratégias utilizadas para enfrentar a discriminação: a) repressiva punitiva, que tem o intuito de punir e proibir a discriminação; e b) promocional, objetivando promover e fomentar a igualdade. Inexorável a compreensão de que ambas as estratégias devem ser utilizadas concomitantemente, pois se “o combate à discriminação é medida emergencial à implementação do direito à igualdade, por si só é, todavia, medida insuficiente. Vale dizer, é fundamental conjugar a vertente repressiva punitiva com a vertente promocional” (PIOVESAN, 2005, p. 49).

Resta lembrar que a ideia equivocada em torno da minoria de que determinados direitos, principalmente os protetivos contra a discriminação, são ditos como “direitos especiais” não merece prosperar, pois a elaboração de medidas afirmativas, ainda que por meio de iniciativas legislativas antidiscriminatórias, apenas concretiza os princípios fundamentais e os direitos humanos de todos – o que não pertence apenas à maioria e às minorias toleradas. Ainda que se discuta a legitimação democrática de juízes e legisladores ao proferirem decisões e medidas protetivas da “sexualidade desviante” contrárias à opinião pública majoritária, percebe-se que tais decisões apenas cumprem a função fundamental dos direitos humanos: proteger os indivíduos e grupos contra violações perpetradas por maiorias (RIOS, 2006).

No mais, para que sejam reconhecidos os plenos direitos de identidade de gênero e orientação sexual, “é necessária uma neutralidade ética da ordem jurídica e política, ou seja, que o Estado garanta os direitos fundamentais e liberdades subjetivas de qualquer indivíduo, in-

dependentemente de sua expressão identitária” (HABERMAS, 2002 *apud* CACENOTE; MARTINS, 2015, p. 48).

Importante, desta forma, o estudo sobre a necessidade, a aplicabilidade e a eficácia de normas jurídicas, como forma de ação afirmativa, para a tutela dos direitos que foram negados ao grupo LGBTQI+, bem como para demonstrar a relevância de se observar direitos humanos, princípios internacionais e constitucionais e o aspecto fático-axiológico, como meio de enfrentamento a dispositivos normativos e mentalidades inócuos e desconexos com a emergência de observância desta minoria qualitativa.

Interseccionalidade entre as discriminações por raça, gênero e orientação sexual

A interseccionalidade analisa a inter-relação das identidades sociais, pois acredita que as discriminações se sobrepõem e se interseccionam múltipla e simultaneamente (CRENSHAW, 2004; RIOS; SILVA, R., 2017). Assim, é viável que ações antidiscriminatórias a determinado grupo tenham dinâmicas semelhantes às que protegem outros indivíduos.

A demanda do movimento LGBTQI+ recebeu apoio de movimentos sociais similares na perspectiva emancipatória, a exemplo do movimento das mulheres e do movimento negro, que consideram legítima a inclusão dos temas relativos à orientação sexual e à identidade de gênero na legislação (CARVALHO, 2012). A insuficiência normativa deixa a comunidade LGBTQI+ mais vulnerável à violência e se apresenta de forma discriminatória, quando se percebe que os movimentos das mulheres e de negros obtiveram seus estatutos criminalizadores (MASIERO, 2015).

Instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos demonstram a luta pela eliminação de discriminações racial e gênero, em especial quando se observa a *Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial* e a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*. Entretanto, não há consenso internacional suficiente para a adoção de uma Convenção sobre a Eliminação da Discriminação por Orientação Sexual e Identidade de Gênero, porque muitos países ainda criminalizam (ou toleram de forma mínima) as práticas homossexuais, mesmo que o combate à discriminação seja fundamental para garantir o pleno exercício de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais (PIOVESAN; SILVA, 2015).

Importante observar que a tutela dos direitos LGBTQI+ é necessária, da mesma forma que foram as leis que protegem e reconhecem direitos específicos quanto à luta contra o racismo e a misoginia. Por exemplo, a *Lei Maria da Penha* provocou um debate ainda mais intenso sobre o problema da violência doméstica na sociedade brasileira e a necessidade de reduzir tal prática, bem como as mulheres passaram a se sentir acolhidas pelo serviço de atendimento e ascendeu o número de denúncias. Não obstante, quanto à questão racial, desencadeou-se clara mudança cultural, não tanto pela lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, mas mais pela inclusão da injúria racial no *Código Penal Brasileiro*. Hoje, não se imagina exteriorizar, sem risco algum, afirmações injuriosas contra os negros (MASIERO, 2015). Enquanto a misoginia e racismo são condenados pelas instituições, a LGBTQI+fobia continua sendo considerada quase uma opinião de bom senso (BORRILLO, 2010 apud MASIERO, 2015, p. 872). Já nas questões de gênero, a *Lei 11.340/2006*, conhecida como *Lei Maria da Penha*, procurou criar um sistema jurídico

autônomo, que não pode ser qualificado tão somente em “penal” ou “civil”, regido por regras próprias de interpretação, aplicação e execução, ao desenvolver a categoria normativa de violência de gênero, redefinir a expressão “vítima”, estabelecer demasiadas medidas protetivas e criar o Juizado de Violência Doméstica e Familiar, com competência civil e penal (BRASIL, 2006).

No entanto, as lutas contra a misoginia e contra o racismo se apresentam de maneiras distintas no Brasil. Na questão racial, enquanto a *Lei 7.716/1989* optou por criar um sistema próprio de criminalização das condutas por preconceito racial ou discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, objetivando à responsabilização penal de impedimentos, recusas e obstaculizações de oportunidades, serviços e locais (BRASIL, 1989); a *Lei 10.741/2003* criou o tipo penal de injúria racial, com a inserção do §3º, no art. 140, do *Código de Penal* (BRASIL, 2003a).

Ao analisar a conquista de menor exposição à violência alcançada por movimentos racial e de gênero, percebe-se que o progresso maior se deu “no plano simbólico e discursivo, ou seja, na produção de um significado cultural de expressão de intolerância em relação à violência [...], do que efetivamente o aumento das práticas cotidianas de criminalização e de encarceramento” (CARVALHO, 2012, p. 204). Assim, sob o aspecto crítico da criminologia, a criminalização pouco auxilia na redução da violência, possuindo efeito simbólico, isto é, a impressão de que “algo está sendo feito” (GARLAND, 2008 apud MASIERO, 2015, p. 869-870).

Considerando movimentos sociais, a nomeação da criminalização da LGBTQI+fobia, seja por meio de agravantes, qualificadoras ou tipo próprio no ordenamento jurídico, destacaria o reconhecimento formal pelo poder público, podendo impactar positivamente na cul-

tura, desestabilizando os preconceitos e discriminações enraizadas no tecido social, tendo em vista o papel que o direito penal ainda exerce na cultura brasileira, reflexo do efeito simbólico. Todavia, por uma cultura embriagada pelo punitivismo, o efeito simbólico é o único efeito virtuoso que se pode esperar da criminalização de preconceito e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero (CARVALHO, 2012; MASIERO, 2015). Assim, de acordo com Salo de Carvalho:

a pauta político-criminal do movimento LGBTs estaria adequada às premissas de um direito penal de garantias se, em primeiro lugar, as condutas identificadas como homofóbicas fossem circunscritas àquele horizonte de criminalização da violência contra pessoa concretas de carne e osso e, em segundo, se a criminalização ficasse restrita ao plano simbólico de nominação da violência, sem habilitação do poder punitivo sancionador. (CARVALHO, 2012, p. 205)

Portanto, a mera criminalização da LGBTQI+fobia pode oferecer mais um efeito simbólico, com o reconhecimento do movimento, pelo Estado, do que a redução, de fato, da violência, preconceito e discriminação que o LGBTQI+ sofre. Conforme realçado por Hans Kelsen (1998, p. 42), “o elemento de coerção é relevante apenas como parte do conteúdo da norma jurídica, apenas como um ato estipulado por essa norma. As regras que constituem um sistema de moralidade não possuem tal significação”.

Não obstante, percebe-se que demasiados sujeitos que proferem discursos de ódio quanto às questões raciais e sexuais parecem se esconder atrás da liberdade de expressão, direito fundamental previsto na *Constituição Federal*. Todavia, este discurso, ao contrário do que afirmam, não encontra respaldo legal, tampouco constitucional. O Supremo Tribunal Federal já fixou entendimento de que a liberdade de expressão não é superior à dignidade da pessoa humana e à isonomia.

Neste sentido:

Liberdade de expressão. Garantia constitucional que não se tem como absoluta. Limites morais e jurídicos. O direito à livre expressão não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal. As liberdades públicas não são incondicionais, por isso devem ser exercidas de maneira harmônica, observados os limites definidos na própria CF (CF, art. 5º, § 2º, primeira parte). O preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o “direito à incitação ao racismo”, dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra. Prevalência dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade jurídica. [HC 82.424, rel. p/ o ac. min. Maurício Corrêa, j. 17-9-2003, P, DJ de 19-3-2004.] (BRASIL, 2003b)

Além do mais, os movimentos raciais, de identidade de gênero e de orientação sexual mostram um outro aspecto das violências sofridas: não se lida com grupos distintos de pessoas, mas com grupos sobrepostos, e que é necessário identificar o que acontece quando diversas formas de discriminação se correlacionam e afetam as vidas de determinadas pessoas (CRENSHAW, 2004). Corroborando com este raciocínio, Roger Raupp Rios e Silva entende que:

De fato, o fenômeno discriminatório é múltiplo e complexo. Os diferentes contextos, redes relacionais, fatores intercorrentes e motivações que emergem quando, no trato social, indivíduos e grupos são discriminados, não se deixam reduzir a um ou outro critério isolado. (RIOS; SILVA, R., 2017, p. 45)

Uma das características do movimento LGBTQI+ é a diferenciação de vários sujeitos políticos internos: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queer*, *intersex* e mais, com foco em demandas específicas de cada um desses coletivos.

De acordo com pesquisa realizada em 2015 no Distrito Federal,

a atribuição de características culturalmente associadas às mulheres, como a passividade, é considerada o pior meio de insultar o homem homossexual (BAERE; ZANELLO; ROMERO, 2015). Conforme afirma Regina Facchini:

Os homens homossexuais conservam certas prerrogativas de gênero, negadas às lésbicas, que aproximam estas últimas do movimento feminista. Existem formas de violência de gênero que fazem com que homens homo e bissexuais sofram mais violência em espaços públicos, enquanto mulheres homo e bissexuais são mais vitimizadas em ambientes privados, sobretudo no ambiente familiar e de vizinhança. (FACCHINI, 2011, p. 195)

A discriminação múltipla na perspectiva quantitativa é caracterizada como aditiva ou composta. Enquanto na aditiva ocorre quando alguém é discriminado com base em diversos critérios discriminatórios, em momentos diferentes, a composta provém da concomitância de fatores em uma mesma situação. Já a discriminação múltipla na perspectiva qualitativa, também chamada de discriminação interseccional, implica a análise contextualizada, dinâmica e estrutural, a partir de mais de um critério discriminatório, como fenômeno original, irreduzível e inassimilável ao somatório de diversos critérios proibidos de discriminação, sejam simultâneos ou não (RIOS, 2015).

Ao notar as modalidades de discriminação, são necessárias respostas e compreensão jurídica específicas. Na questão racial, por exemplo, reconhece-se, seja nacional ou internacionalmente, a ocorrência da interseccionalidade. Na *Convenção Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância*, prevê que “as vítimas podem sofrer formas de discriminação múltiplas ou agravadas com base em outros factores conexos como o sexo, a língua, a religião, a opinião política, a origem social, a fortuna, o nascimento ou outra situação” (ONU, 2001). Ademais, no *Estatuto de Igualdade Ra-*

cial brasileiro, art. 1º, inciso III, reconhece a interseccionalidade entre gênero e raça, distanciando as mulheres negras e os demais segmentos sociais (BRASIL, 2010). Na questão de gênero, a *Lei Maria da Penha* tem previsão de diretrizes para atenção de intersecções de raça, classe e etnia em casos de violência contra a mulher (RIOS, 2015).

Portanto, é indubitável a necessidade de analisar a história dos movimentos racial e o de gênero, pois demonstram que somente a criminalização não é a opção mais aconselhável para a proteção dos direitos LGBTQI+, uma vez que um dos poucos benefícios que se pode ter é a produção do efeito simbólico, e não de uma mudança socialmente eficaz. Além do mais, demonstram a necessidade de observar os vários contextos e sobreposições de características discriminatórias, já que os sujeitos políticos dos grupos vulneráveis tendem fazer parte de outros grupos que também tem os direitos fundamentais omissos, como é o caso da lésbica negra, que sofre discriminação interseccional entre orientação sexual, identidade de gênero e racial.

Abordagem estatal quanto ao reconhecimento dos direitos de identidade de gênero e orientação sexual

Ação afirmativa pode ser entendida como um conjunto de políticas públicas e privadas, com o uso deliberado de critérios raciais, étnicos ou sexuais com o propósito específico de beneficiar um grupo em situação de desvantagem social, decorrente de discriminação disseminada nas esferas social e estatal, em virtude da respectiva condição racial, étnica ou sexual (GOMES, 2003). Diferentemente das políticas governamentais antidiscriminatórias baseadas em leis meramente proibitivas, que oferecem tão somente caráter reparatório e de inter-

venção após o fato, as ações afirmativas têm natureza multifacetária e procuram evitar a discriminação nas formas usualmente conhecidas.

Neste cenário, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado por todos, em que a harmonia e a paz social são as causas finais, que são seriamente perturbadas quando um grupo social se vê à margem do processo produtivo e dos benefícios do progresso (RIOS, 2008). Ademais, Joaquim Barbosa afirma que:

Tal estado de coisas conduz a duas constatações indisputáveis. Em primeiro lugar, à convicção de que proclamações jurídicas por si sós, sejam elas de natureza constitucional ou de inferior posicionamento na hierarquia normativa, não são suficientes para reverter um quadro social que finca âncoras na tradição cultural de cada país, no imaginário coletivo, em suma, na percepção generalizada de que a uns devem ser reservados papéis de franca dominação e a outros, papéis indicativos do status de inferioridade, de subordinação. Em segundo lugar, ao reconhecimento de que a reversão de um tal quadro só é viável mediante a renúncia do Estado a sua histórica neutralidade em questões sociais, devendo assumir, ao revés, uma posição ativa, até mesmo radical se vista à luz dos princípios norteadores da sociedade liberal clássica. (GOMES, 2003, p. 93)

Um debate crucial, contudo, a respeito das ações afirmativas é a destinação de recursos públicos. O Estado Moderno é resultado do imperativo iluminista de que o conjunto dos recursos deve ser convertido para o bem-estar geral da coletividade. Então, emergiu o Estado de Bem-Estar Social, interventivo e regulador, sem ignorar as noções básicas e reservando a uma pequena minoria os instrumentos de aprimoramento possíveis à prosperidade e ao bem-estar individual e coletivo, pois há a consciência de desigualdades que devem ser remediadas (GOMES, 2003).

Dentre os argumentos que justificam as ações afirmativas, pode-

se citar: a) combate aos efeitos atuais da discriminação passada; b) promoção da diversidade; c) natureza compensatória ou reparatória das ações afirmativas; d) criação de modelos positivos; e e) provisão de melhores serviços às comunidades minoritárias (RIOS, 2008). Portanto, ações afirmativas objetivam novas condições de vida, mediante a criação da igualdade fática.

Sabe-se que o anseio de se criar uma sociedade igualitária é presente no direito brasileiro. A *Constituição Federal* se preocupa, por exemplo, com a construção de uma sociedade justa e solidária, com a erradicação da pobreza e da marginalização, com a redução das desigualdades regionais e com a promoção do bem de todos, sem preconceito (BRASIL, 1988).

Como já afirmado, o combate à discriminação faz-se por proibir discriminações concomitantemente a instituição de políticas compensatórias, pois a legislação repressiva não é suficiente. Essenciais, portanto, as estratégias promocionais capazes de estimular a inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais, superando as tradicionais abordagens repressivas e forjando condições para um direito da sexualidade que seja emancipatório por natureza em seu espírito (PIOVESAN; SILVA, 2015; RIOS, 2006).

O *Projeto de Lei n.º 122, de 2006*, que visou a criminalizar a homofobia, com a inclusão deste na *Lei 7.716/1989*, é um exemplo disso, pois retratava uma proposta legislativa meramente repressiva. Importante lembrar que o *PLC n.º 122* foi anexado ao *Projeto de Lei do Senado PLS n.º 236/2012*, que trata da reforma do *Código Penal*. A segunda e última versão do substitutivo à reforma do *Código Penal* retirou do texto as menções à orientação sexual e à identidade de gênero, resultando em retrocesso aos termos do *PLC n.º 122* (RIOS, 2015). Embora o Projeto não mais subsista, ressaltam-se os pensamentos de

Salo de Carvalho:

Neste sentido, acredito que a via eleita pelo movimento LGBTs, ao optar pela inclusão da homofobia na Lei 7.716/1989, foi extremamente inadequada. Primeiro porque dilui a ideia de preconceito e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas questões de raça, cor, religião, etnia e procedência nacional. Por mais que a homofobia possa ser enquadrada teoricamente nos crimes de ódio (hate crimes) e guarde uma significativa identificação com a xenofobia, o racismo e o antissemitismo, cada um destes fenômenos guarda uma complexidade própria que merece ser analisada individualmente. Segundo, porque as condutas tipificadas pela Lei 7.716/1989, acrescidas de outras propostas no PL 122/2006, referem, em sua maioria, obstaculizações ou impedimentos de acesso e oportunidades, bens, serviços ou locais, situações que, desde uma perspectiva garantista/minimalista, poderiam ser geridas de forma mais adequada fora do âmbito do direito penal, como, por exemplo, nas esferas civil, trabalhista, consumerista ou administrativa. Em terceiro, e de forma mais contundente, porque o PL 122/2006 não nomina, como crime homofóbico, as condutas violentas praticadas contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros motivadas por preconceito ou discriminação. A questão parece ser de fundamental análise porque são exatamente estes dados sobre o volume de delitos violentos, impulsionados pela homofobia, que justificam empiricamente a demanda de criminalização. (CARVALHO, 2012, p. 205)

O *Projeto do Estatuto da Diversidade Sexual (PEDS)*, elaborado pela *Ordem dos Advogados do Brasil*, que incorpora propostas sobre combate à homofobia e defesa dos direitos LGBTQI+, também recebe bastantes críticas. De acordo com Rios (2011), o *PEDS* carece de precisão quanto ao objeto de proteção jurídica que visa a promover. O artigo 2º, por exemplo, arrola os sujeitos de direito determinados, de acordo com a orientação sexual e identidade de gênero, todavia, não traz clareza conceitual quanto à definição jurídica sobre gênero, orientação sexual ou identidade de gênero. Além do mais, o *PEDS* não

esclarece quem são os destinatários da proteção antidiscriminatória, nem responde ao questionamento de a proteção ser tão somente para alguém que se identifica como tal ou também daquele que é identificado apenas por terceiros.

Quanto aos aspectos penais, a redação do *PEDS* é idêntica ao *PLC 122*, com o acréscimo de um tipo penal geral de “homofobia”. A restrição da proteção penal apenas para as esferas do mercado de trabalho, das relações de consumo e para hipótese de incitação de violência é inadequada e deixa faltando, do ponto de vista penal, toda a proteção contra a discriminação que a Constituição dispõe em muitas outras esferas essenciais da vida (RIOS, 2011).

É notório que por demasiadas vezes as leis penais não ofendem, tampouco complementam o sentido das normas constitucionais, envolvendo espaços de conformação que a *Constituição* deixa ao legislador. Ora, é substancial o diálogo entre Direito Constitucional e Penal para a abertura da ciência penalística com a realidade social buscada, pois a função constitucional do Direito Penal é servir de instrumento para proteger direitos fundamentais, individuais e sociais, e “não há verdadeira hermenêutica constitucional quando se desprezam os fatos sociais” (GONÇALVES, 2013).

Hoje a estratégia normativa utilizada pelo movimento LGBTQI+ é priorizar o *Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 7.582/2014*, que define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, não apenas quanto à orientação sexual e identidade e expressão de gênero, mas quanto ao enfrentamento de toda e qualquer forma de discriminação aos grupos em situação de maior vulnerabilidade social. Este projeto, além de trazer dispositivos penais que não se limitam ao mercado de trabalho, tampouco às relações consumeristas, também traz previsões sobre diversos ramos do ordenamento

jurídico, como o direito processual, o direito à saúde, o direito à assistência e o direito à educação (CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2016; BRASIL, 2014).

Ademais, até o final da década passada, a atuação do movimento LGBT estava focado no Poder Legislativo, todavia, atualmente, devido às resistências decorrentes de demandas relativas a direitos sexuais e reprodutivos, o movimento voltou o foco para atuação do Poder Executivo, que é exemplificado pelo crescente número de portarias, decretos, resoluções que disciplinam o uso de nomes sociais por travestis e transexuais em diferentes estados e municípios. Todavia, os atos normativos secundários do Poder Executivo são dotados de menos força normativa, quando comparados com as leis, proporcionando grande insegurança jurídica, pois podem ser revogados por vontade do governante.

Nota-se, portanto, alternativas parciais e de alcance limitado, contrariando a tradição de um federalismo centralizado, próprio do Estado brasileiro, tornando vulneráveis os direitos assegurados, já que não existe uma normativa de alcance nacional, que atenda às reivindicações de maneira mais ampla e uniforme possível. Embora a pauta LGBTQI+ tenha iniciativas fragmentadas, ainda não são objetos de políticas públicas mais articuladas e de alcance nacional, mesmo que elas sejam de suma importância para manutenção e superação das opressões de gênero e sexuais (BRITO; MELLO; MAROJA, 2013). E, neste contexto, demasiadas indagações são realizadas, no momento em que se assume a relevância das políticas públicas, inclusive questionando sobre o modo que se apresentam, quando voltadas à comunidade LGBTQI+.

Neste sentido:

[...] o que são políticas públicas para a população LGBT? Organizar eventos que promovam a visibilidade da luta pela garantia da cidadania de pessoas LGBT é uma política pública? Aprovar leis municipais e estaduais que instituem dia do orgulho gay, lésbico, travesti, transexual ou LGBT é uma iniciativa que se materializa em políticas públicas? Criar “cursos de capacitação” sobre direitos sexuais e combate à homofobia, voltados para segmentos profissionais e sociais diversos, constitui uma política pública? A resposta a essas e outras questões, que se reportam a um número significativo de ações hoje promovidas pelos governos federal, estaduais e municipais no âmbito dos direitos da população LGBT, será quase sempre ambivalente. Na maior parte das vezes, tais iniciativas são, menos que políticas públicas de Estado consistentes e de largo alcance, políticas de governo resultantes da ação e dedicação de um grupo reduzido de gestoras, não estando articuladas, todavia, a instrumentos de planejamento potencialmente capazes de lhes assegurar efetividade, em especial o orçamento público. Apesar disso, políticas públicas e políticas públicas para a população LGBT são expressão cada vez mais utilizadas no contexto das demandas por garantia de direitos no Brasil, ainda que muitas vezes não se saiba exatamente o que significam. (BRITO; MELLO; MAROJA, 2013, p. 416)

Percebe-se a partir do exposto acima que, embora haja demasiadas iniciativas públicas, estas falham em ser reconhecidas como políticas públicas, uma vez que estas compreendem o processo que o governo produz resultado ou mudanças desejadas no mundo real, objetivando a reduzir desigualdades.

As políticas públicas eficazes, consoante Brito, Mello e Maroja (2010, *online*), podem ser resumidas em cinco tópicos:

um marco jurídico que ampare a formulação da política pública, esclarecendo a necessidade de proteção dos direitos;

um programa/plano que trace princípios, diretrizes, objetivos, metas e eixos estratégicos;

- um órgão responsável pela elaboração e execução das políticas;
- um conselho responsável pelo controle social do programa/plano que materializa as políticas públicas propostas; e
- dotação orçamentária.

Atualmente, as iniciativas de políticas públicas para a população LGBTQI+ contam apenas com um órgão responsável (*Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT*, vinculada à *Secretaria de Direitos Humanos*) e com um conselho (*Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*), omitindo-se quanto aos outros tópicos. O *Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)* (BRASIL, 2009), instituído pelo *Decreto nº 7.037/2009*, que busca a efetivação dos direitos humanos como uma política de Estado, traz como objetivo estratégico o respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, com oito ações programáticas. Algumas já foram concluídas e outras são de natureza continuada.

A primeira ação programática, por exemplo, que é desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito, para enfrentar os determinantes econômicos, sociais, culturais e ambientais da violência que afetam negativamente a população LGBTQI+, pretende criar um *Sistema Nacional LGBT*, que estimule a criação de políticas públicas LGBTQI+ nos estados, municípios e Distrito Federal, além de criar uma rede de atendimento e enfrentamento à violência. Uma das atuais iniciativas desta ação, conforme site da *Secretaria dos Direitos Humanos*, é a articulação da adesão das Unidades Federativas que não assinaram o *Termo de Cooperação Técnica de Combate à Homofobia* (Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia e São

Paulo) (BRASIL, [ca. 2017]).

Contudo, ainda que não tenham assinado o Termo, estes entes federativos apresentam normas que tutelam direitos LGBTQI+, como a Bahia, que tem o *Decreto n.º 11.959/2010*, que institui o *Comitê Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*, o *Decreto n.º 12.018/2010*, que aprova o *Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos da Bahia* e o *Decreto n.º 12.019/2010*, que aprova o *Plano Estadual de Direitos Humanos da Bahia*. Também, o Distrito Federal, que aprovou a *Lei n.º 2.615/2000*, determinando sanções às práticas discriminadas em razão da orientação sexual das pessoas (ressalta-se que o decreto que regulamentava a lei distrital foi derrubado pela Câmara Legislativa). É notório que a busca por efetivação dos direitos ao grupo LGBTQI+, pelos entes federativos, está restringida à criação de Comitês, Convenções, Planos de Educação e sanções administrativas, tendo em vista que demasiadas competências aproveitáveis à luta pertencem privativamente à União, tendo a título de exemplo o poder de legislar sobre os direitos civil, penal e processual, bem como sobre as diretrizes e bases da educação nacional, previstas no art. 22 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Ponto de desavença foi a retirada dos termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” da proposta da *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. A *BNCC* estabelece direitos, conhecimentos, competências e objetivos de aprendizagem para todas as crianças e adolescentes brasileiros desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Inviabilizar o debate sobre estes temas poderá recrudescer os índices de homofobia, lesbofobia e transfobia, acarretando reprodução do estigma, discriminação e violência contra LGBTQI+. Ademais, tratar sobre orientação sexual e identidade de gênero é tratar de questões

sociais sérias, que merecem atenção e intervenção das políticas de educação (ABGLT, 2017).

Ser omissos e não nominar especificamente a orientação sexual e identidade de gênero na *BNCC* significa respaldar e ser conivente com o preconceito, a discriminação, o estigma e a violência vivenciados por estudantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, *intersex* e outras pessoas (LGBT) nos ambientes educacionais e, pior, significa indiferença e inércia por parte das autoridades constituídas em assumir sua obrigação de tomar medidas para garantir a segurança e a permanência de todos/todas os/as estudantes nas escolas, inclusive os/as estudantes LGBTQI+, ferindo assim a *Constituição Federal*, os marcos normativos da educação brasileira e as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. (ABGLT, 2017)

Não obstante as falhas presentes no Executivo e Legislativo, percebe-se a participação, por vezes negativa, do Poder Judiciário. Alguns doutrinadores acreditam que o movimento LGBTQI+ brasileiro tem ampliado suas conquistas, nos últimos anos, graças à ingerência positiva do Judiciário, encontrando espaço de constatação de direitos, exemplificado na união estável e no casamento civil, com reflexos nos direitos sucessório e previdenciário, o que representa um expressivo avanço na luta pela isonomia e diminuição de preconceitos (CARVALHO, 2012), demonstrando que boa parte das discussões a respeito das atribuições estatais estão voltadas ao Judiciário, que tem como função assegurar a justiça nas relações e no convívio social.

É emblemático nesse sentido a discussão realizada no ano de 2019 no Supremo Tribunal Federal a respeito da criminalização da ‘LGBTfobia’ com base na *Lei Antirracismo*, diante da inércia e omissão por parte do Poder Legislativo.

Entretanto, acredita-se que a mera intervenção do Estado através

de processos jurisdicionais não assegura o devido reconhecimento dos direitos LGBT (CACENOTE; MARTINS, 2015). Não obstante, pode-se afirmar que existe uma ineficiência do sistema jurisdicional em sanar os anseios sociais, já que por vezes há desarmonia entre a demanda judicial e a decisão prolatada, embora o Judiciário seja o Poder mais atuante a favor dos direitos LGBTQI+. Ademais, é clara a incompetência dos agentes jurídicos em trabalhar com novas realidades fáticas, que se tornam cada vez mais multifacetadas.

Destaca-se que a maioria dos profissionais da área jurídica se encontra presos ao modelo positivista, não se permitindo, assim, a compreensão por meio de outros campos, como o da filosofia, da psicologia, da antropologia, da sociologia, entre outros. "[...] Outrossim, o Poder Legislativo brasileiro, em razão das ideologias de grande parte dos seus representantes, se empodera de um discurso fundamentalista e discriminatório no tocante ao devido reconhecimento das identidades sexuais. (CACENOTE; MARTINS, 2015, p. 35)

Isto é perceptível com o advento do *Novo Código Processual Civil (NCPC)*, que concretiza ainda mais a garantia constitucional da fundamentação da decisão judicial, prevista no art. 93, inciso IX, da *Constituição Federal* (BRASIL, 1998). O *NCPC* objetiva ao magistrado, no exercício do *munus publico*, considerar as rápidas mudanças culturais, sociais, políticas e econômicas, para além de uma simples subsunção matemática do fato à norma (SOUZA, 2015), objetivo este que por vezes não é observado, indo de encontro a princípios constitucionais, como da ponderação, proporcionalidade e razoabilidade.

Apenas no ano de 2017, por exemplo, foram notórias decisões judiciais contrariando o saber jurídico sobre direitos sexuais.

Uma delas foi proferida quando demandada, em Jundiá, em sede de tutela de urgência, para a suspensão de uma peça teatral que trouxe

a figura de Jesus Cristo representada por uma travesti, propondo seu retorno na condição de transexual, trazendo uma reflexão a respeito do preconceito que recai sobre orientações sexuais das pessoas.

No deferimento da tutela, o juiz decidiu que:

[...] Desse cenário extrai-se, portanto, que a tutela de urgência almejada comporta deferimento, uma vez que, muito embora o Brasil seja um Estado laico, não é menos verdadeiro o fato de se obstar que figuras religiosas e até mesmo sagradas sejam expostas ao ridículo, além de ser uma peça de indiscutível mau gosto e desrespeitosa ao extremo, inclusive.

De fato, não se olvide da crença religiosa em nosso Estado, que tem JESUS CRISTO, como o filho de DEUS, e em se permitindo uma peça em que este HOMEM SAGRADO seja encenado como um travesti, a toda evidência, caracteriza-se ofensa a um sem número de pessoas.

[...]

Nessa esteira, levando-se em conta que a liberdade de expressão não se confunde com agressão e falta de respeito [...] não se pode admitir a exibição de uma peça com um baixíssimo nível intelectual que chega até mesmo a invadir a existência do senso comum, que deve sempre permear por toda a sociedade. (SÃO PAULO, 2017, p. 19-20)

É perceptível na decisão supracitada a parcialidade e não laicidade do juiz, uma vez que este julga a demanda com a intervenção de fatores psicológicos. Basicamente, o magistrado demonstra a sua ausência de laicidade, caracterizado pelas palavras “JESUS CRISTO”, “filho de DEUS” e “HOMEM SAGRADO”. A falta de conhecimento sobre conceitos e termos sobre identidade de gênero é explícita, pois o julgador fala, equivocadamente, em “um travesti”, em vez de “uma travesti”. Além disso, não se pode proibir trabalho artístico, que não tenha conteúdo criminoso, tão somente por entender que o conteúdo é repugnante. É função da arte provocar, instigar, despertar sentidos

que muitas vezes estão tapados por uma camada praticamente intransponível de senso comum. O juiz pode ter sua religião, e isso faz parte, inclusive, de sua cosmovisão enquanto magistrado que decide pela livre convicção. O que não deve acontecer é, ausente uma conduta antijurídica e criminosa, ressaltar uma imposição religiosa a ponto de tolher direitos e garantias fundamentais de pessoas que tenham crenças distintas ou mesmo a não crença, com decisões sob o manto do livre convencimento, mas este de maneira desmotivada e sem fundamentos jurídicos plausíveis.

Outrossim, este julgado representa os muitos que registram nexos desprovidos de lógica e coerência entre a identidade de gênero ou orientação sexual e as consequências jurídicas, insatisfazendo a clareza e correção argumentativa exigível das decisões, ofendendo a garantia da motivação, fenômeno que possui estreita relação com a “cultura do ódio”, uma vez que demonstra nos julgadores (togados ou não) demasiados preconceitos (RIOS, 2001).

Outra decisão judicial que proporcionou demasiadas críticas foi a Ação Popular, com pedido de liminar, objetivando a suspensão dos efeitos da *Resolução 001/1999*, do Conselho Federal de Psicologia, a qual estabeleceu normas de atuação para os psicólogos em relação às questões relacionadas à orientação sexual, que veda estudos e terapias para (re)orientação. Tal ação foi deferida liminarmente sob o argumento de ferir a liberdade científica. O juiz entendeu que:

Por todo exposto, vislumbro a presença dos pressupostos necessários à concessão parcial da liminar vindicada, visto que: a aparência do bom direito resta evidenciada pela interpretação dada à Resolução nº 001/1999, pelo C.F.P, no sentido de proibir o aprofundamento dos estudos científicos do País e, por consequência, se patrimônio cultural, na medida em que impede a inviabiliza a investigação de aspecto importantíssimo da psicologia, qual seja, a sexualidade hu-

mana. O perigo da demora também se faz presente, uma vez que, não obstante o ato impugnado datar da década de 90, os autores encontram-se impedidos de clinicar ou promover estudos científicos acerca da (re)orientação sexual [...]. (BRASIL, 2017)

Ora, até os dias atuais, lamentavelmente, uma das pautas do movimento LGBTQI+ é a descriminalização e a despatologização da homossexualidade, que retrata a repressão histórica da diversidade sexual. O saber psiquiátrico “indica permanecer assentado em uma lógica (inquisitiva) pré-secularização e, exatamente por este motivo, acaba obedecendo a um código interpretativo moralizador que aproxima, senão funde e confunde, os conceitos de doença (natureza) e pecado (moral)” (CARVALHO, 2012, p. 196). Tanto é que os autores ajuizaram anteriormente demanda semelhante, fundamentada em citações bíblicas (VASSALLO, 2017), destituídas em praticamente todos os casos de uma hermenêutica bíblica honesta e que leva em conta a exegese dos textos, deturpando significados ou reproduzindo deturpações interpretativas apenas com o objetivo de condenar condutas ligadas à condição existencial LGBTQI+.

A proteção à saúde humana compreende um complexo de interesses físico, psicológico e até mesmo espiritual, causando o diálogo entre a bioética, educação secular e religiosa. Sob outro viés, não necessariamente conflitante, está a liberdade científica, abrangendo a pesquisa com biomaterial, bem como o direito à liberdade profissional de pesquisadores. Ocorre que, indiretamente, vêm como pauta os interesses que podem beneficiar com os esperados resultados das pesquisas.

Apesar de o Estado não poder obrigar a produção de certo e determinado resultado, uma vez que a liberdade científica não pode ser diretamente instrumentalizada, há consenso majoritário de que a liberdade científica, que é um direito fundamental, colide-se com outros direi-

tos fundamentais. Ora, da mesma forma que nem o legislador é livre para legislar conforme o livre arbítrio, já que encontra limites no direito, é inadequado pensar que o pesquisador pode livremente realizar pesquisas. Ademais, quanto à ciência, busca-se o reconhecimento por terceiros e a avaliação da “comunidade científica” (MARTINS; SCHLINK, 2014). Cabe ressaltar que esta mesma “*scientific community*” é majoritária ao afirmar, há décadas, a impossibilidade de reversão da orientação sexual. Além de inexistir consenso ou muito menos reconhecimento oficial no meio científico acerca do caráter patológico de muitas das identidades e práticas sexuais estigmatizadas, o desenvolvimento do direito da sexualidade em bases democráticas e atento aos direitos humanos não pode deixar-se dirigir exclusivamente por postulados médicos ou biológicos, cujo papel como instrumento de controle social e político tem sido há muito tempo desvelado. (RIOS, 2006)

Não obstante, percebe-se, nestas duas decisões judiciais, a problemática por vezes encontrada nas respostas judiciais com o emprego de conceitos juridicamente indeterminados: a arbitrariedade.

Mas fundamentar também evoca ideia de motivar, apresentar os motivos, as razões, as causas para a decisão. Entretanto, não é qualquer razão ou motivo. A fundamentação só se contenta com um firme lastro na ordem jurídica de onde a decisão provém. Não pode ser simplesmente um “eu quero” típico do discurso político, mas um “eu sei”, embora queira dizer, claro, um “eu quero”. A fundamentação, neste contexto, deve se manifestar como razão, embora evoque um ato de vontade, de escolha. Isso fica patente na obra de Hans Kelsen, que afirma ser o ato de aplicação um ato de vontade, permeado pela inteligência. (SILVA, B., 2015, p. 451)

É notório que demasiados magistrados acabam por se deixar levar

por fatores psicológicos que os influenciam na fundamentação, ainda que estes mecanismos psicológicos sejam irrelevantes, se considerada uma visão estritamente positivista dos fenômenos jurídicos.

Todas as peculiaridades do caso concreto – o caráter do juiz, a sua disposição, a sua filosofia de vida, e a sua condição física – são, é verdade, fatos essenciais para uma compreensão real dos encadeamentos causais. Mas eles não têm importância alguma para a estimativa das possibilidades quanto à decisão futura do juiz, na qual está interessada a jurisprudência sociológica. (KELSEN, 1998)

Em que pese haja decisões desfavoráveis à comunidade LGBTQI+, não se pode ignorar que no Poder Judiciário e no Ministério Público há maior concentração de atuações favoráveis.

Da mesma forma que foi ajuizada ação em Jundiá, com o intuito de suspender a apresentação da peça teatral, também foi demandado pedido, em Porto Alegre, com o mesmo objetivo. Diferentemente do que foi fundamentado em São Paulo, o magistrado do Rio Grande do Sul indeferiu a liminar, com a seguinte decisão:

A liberdade de expressão tem de ser garantida e não cerceada – pelo Judiciário. Censurar arte é censurar pensamento e censurar pensamento é impedir desenvolvimento humano. O crime e a imoralidade que fere têm de ser oprimidos pelo julgador. A liberdade preservada.

[...]

Se a ideia é de bom ou mal gosto, para mim ou para outra pessoa, pouco importa. Ao Juiz é vedado proibir que cada ser humano expresse sua fé ou a falta desta da maneira que melhor lhe aprouver. Não lhe compete essa censura.

[...]

Não, ao Juiz não compete censurar a fé ou sua ausência. A alegada questão da sexualidade de personagens, imaginada para o espetáculo, é absolutamente irrelevante. Transexual, heterossexual, homossexual, bissexual, constituem seres humanos idênticos na essên-

cia, não sendo minimamente sustentável a tese de que uma ou outra opção possa diminuir ou enobrecer quem quer que seja representado no teatro.

[...]

Não há falar em agressão à cultura ou a formação do caráter de quem quer que seja. No popular, diríamos, irá quem quiser ver. E, sem citar um único artigo de lei, vamos garantir a liberdade de expressão dos homens, das mulheres, da dramaturga transgênero e da travesti atriz, pelo mais simples e verdadeiro motivo: porque somos todos iguais. Je suis Charlie. (RIO GRANDE DO SUL, 2017)

Outro caso do ano de 2017 foi o indeferimento de notícia de fato pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, de homem que alegou sofrer “heterofobia”, uma vez que uma academia de dança de salão em Brasília abriu uma turma dedicada preferencialmente a casais LGBTQI+. O promotor entendeu que:

Assim sendo, no presente caso, houve discriminação positiva, vez que teve por finalidade selecionar pessoas que estavam em situação de desvantagem, favorecendo-as com uma medida que as tornem menos desiguais e melhorem sua qualidade de vida. Com efeito, não se vislumbra na conduta da requerida menosprezo ou desrespeito pelas pessoas heterossexuais, de modo que a intervenção do Ministério Público na hipótese somente implicaria prejuízos de ordem financeira à requerida e de ordem moral aos alunos interessados na aludida turma especial. (GARONCE, 2017)

Por fim, pode-se afirmar que no Brasil muito se tem feito, mais no Executivo que no Legislativo, mas pouco resultado se alcançou nos últimos anos em relação à diminuição de preconceitos e discriminações, embora haja programas que visam à igualdade fática. Percebe-se que a ausência de arcabouço jurídico federal explícito, que formule e implemente políticas públicas voltadas à garantia da cidadania da população LGBTQI+, ainda é uma adversidade, e a discriminação continua a ser uma escolha política e ideológica.

Ademais, ante a ineficácia ou ausência do Legislativo e Executivo, demasiadas demandas são destinadas ao Judiciário, cuja essência é o conhecimento dos anseios sociais, ainda que complexos. Assim como há decisões proferidas que ignoram a contemporaneidade ou se deixam levar pelo moralismo individual, há decisões positivas que refletem o verdadeiro Estado Democrático. As discussões sobre a criminalização da LGBTfobia no Supremo Tribunal Federal no ano de 2019 trazem à tona essa demanda e ressaltam a importância no combate a toda forma de discriminação.

Todos os três Poderes ainda têm muito a observar, quanto à necessidade de assegurar os direitos da lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, *intersex* e todas outras pessoas que não se adequam aos padrões da heteronormatividade, a fim de tornar eficaz, de fato, os princípios constitucionais e os direitos humanos.

Considerações finais

Reconhecer, pois, a aplicabilidade da Teoria Tridimensional do Direito é necessário para discorrer sobre a importância das ações estatais quanto à proteção de direitos de identidade de gênero e orientação sexual, tendo em vista que são notórias as fatídicas inviabilizações, à população LGBTQI+, de direitos fundamentais (fato), conquanto esteja claro o entendimento de que a dignidade da pessoa humana cabe a todos (valor). Tanto no aspecto sociológico, quanto nos axiológico e normativo, garante-se a tutela de direitos sexuais demandados por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras maneiras de expressar a existência humana. Estamos diante da necessidade de harmonia entre fatos, valores e normas.

Embora os movimentos raciais, de gênero e sexuais tenham pau-

tas distintas, é visível a presença de pontos convergentes. Enquanto as discriminações racial e de gênero encontram obstáculos específicos no ordenamento jurídico brasileiro, a discriminação por identidade de gênero e orientação sexual não tem o mesmo tratamento. O movimento racial e o movimento de gênero não apenas buscam reconhecimento emancipatório, mas também esclarecem que as iniciativas do Estado que visam tão somente a medidas repressivas, seja com a criação de leis criminalizadoras, ou com sanções administrativas, que são inócuas para o atendimento de princípios constitucionais, como a isonomia e a dignidade da pessoa humana, pois um dos poucos efeitos que apresentam é o caráter simbólico, reproduzindo estratégia política e ineficiência estatal.

Não obstante, é perceptível a interseccionalidade entre as três discriminações supracitadas, uma vez que a discriminação nem sempre ocorre de forma isolada, mas também carrega demasiados outros preconceitos. A título de exemplo, pode-se falar na mulher negra lésbica, que não sofre preconceito meramente pela orientação sexual, senão também por questões raciais e de gênero.

Arremata-se constatando que há um desenvolvimento na abordagem estatal quanto aos direitos sexuais, contudo até então se vive por dependência das escolhas ideológicas do poder público, seja no Legislativo, no Executivo ou Judiciário.

No Poder Legislativo, a lacuna de norma de interesse nacional não assegura proteção eficaz, pois proporciona um federalismo descentralizado, de maneira que cada ente federativo tende a reconhecer os direitos LGBTQI+ de forma distinta e regionalizada, causando insegurança jurídica. Ademais, como a União detém consideráveis competências para reconhecer eficazmente os direitos LGBTQI+, aos Estados e Municípios restam competências suplementares que pouco

ajudam na discussão contra a LGBTQI+fobia.

Por consequência da omissão do Poder Legislativo, o movimento LGBTQI+ tem voltado ao Poder Executivo, que, por meio de decretos, cria Comitês, Convenções, Planos de Educação e sanções administrativas, os quais também são de pouca eficácia para reconhecer os direitos LGBTQI+. Tal cenário é um pouco mais crítico, se considerada a história do tempo presente no Brasil. Destaca-se que, por serem atos normativos secundários, os decretos demandam pouca segurança, tendo em vista a possibilidade de revogação.

Apesar de ser constatada mutação jurisprudencial, identidade de gênero e orientação sexual continuam dependendo de fatores psicológicos do julgador. O Poder Judiciário é o Poder mais atuante, de forma positiva, para reconhecer os direitos sexuais. Todavia, a jurisdição por vezes apresenta imaturidade hermenêutica, inobserva as contemporâneas complexidades sociais brasileiras, bem como não traz clareza nas definições jurídicas.

Por isso, ações afirmativas devem ser um ponto de partida para efetivar o princípio da isonomia em relação ao movimento LGBTQI+, averiguando as semelhanças da luta pela emancipação dos movimento racial e de gênero e reconhecendo a interseccionalidade entre estas minorias, uma vez que as discriminações não ocorrem de forma isolada, senão sobrepostas. Percebe-se que as políticas públicas devem ser voltadas não apenas pela elaboração de medidas repressivas, mas, principalmente, por medidas promocionais de igualdade. Assim, o Estado deve reconhecer os direitos de identidade de gênero e orientação sexual, justificado nos princípios constitucionais e internacionais, e proteger contra a violência sofrida cotidianamente, deixando de fazer da discriminação uma escolha política.

Referências

ÁVILA, Ana Paula; RIOS, Roger Raupp. Mutação constitucional e proibição de discriminação por motivo de sexo. *Revista Direito e Práxis*, v. 65, 2016.

BAERE, Felipe de; ZANELLO, Valeska; ROMERO, Ana Carolina. Xingamentos entre homossexuais: transgressão da heteronormatividade ou replicação dos valores de gênero?. *Revista Bioética*, Brasília, v. 23, p. 623-633, 2015. Disponível em: revistabioetica.cfm.org.br. Acesso em: 10 mar. 2019.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em: 27 jan. 2019.

_____. *Lei n. 11.340*, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 05 set. 2018.

CACENOTE, Ana Paula; MARTINS, Paulo Adroir Magalhães. A necessidade de uma integridade legislativa para o devido... In: Encontro Nacional do CONPEDI, 24., 2015, Florianópolis, Anais.... Disponível em: www.conpedi.org.br. Acesso em: 10 mai. 2019.

CARVALHO, Salo de. Sobre a criminalização da homofobia: perspectivas desde a criminologia queer. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: RT, v. 99, p. 187-212, 2012.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Disponível em: www.acaoeducativa.org.br Acesso em: 10 mai. 2018.

FACCHINI, Regina. “Visibilidade é legitimidade? O movimento social e a promoção da cidadania LGBT no Brasil”. In: Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Brasília: CFP, p. 179-197, 2011.

FOUCAULT, Michel. In: MOTTA, Manoel Barros da (Coord.). *Ética, sexualidade, política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

GARONCE, Luiza. Homem alega ‘heterofobia’ por academia do DF oferecer dança para casais LGBTI. G1 DF, 2017. Disponível em: g1.globo.com. Acesso em: 15 fev. 2019.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS MINORIAS E O DIREITO –

2001: BRASÍLIA. As minorias e o direito. Brasília: Conselho da Justiça Federal; AJUFE; Fundação Pedro Jorge de Mello e Silva; The British Council, p. 95-132, 2003.

GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. Punir para proteger direitos. Proteger os direitos dos que se pune. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, v. 7, 2013.

GRUPO GAY DA BAHIA. Assassinato de LGBT no Brasil: Relatório 2015, [2015?]. Disponível em: pt.calameo.com. Acesso em: 27 ago. 2018.

_____. Assassinato de LGBT no Brasil: Relatório 2016, [2016?]. Disponível em: homofobiamata.files.wordpress.com. Acesso em: 27 ago. 2018.

KELSEN, Hans. *Teoria geral do direito e do estado*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

MARTINS, Leonardo; SCHLINK, Bernhard. Bioética à luz da liberdade científica: estudo de caso baseado na decisão do STF sobre a constitucionalidade da Lei de biossegurança e no direito comparado. São Paulo: Atlas, 2014.

MASIERO, Clara Moura. O movimento LGBT e a criminalização da homossexualidade. In: SEFFNER, Fernando; CAETANO, Marcio. (Org.). *Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas, pedagogias e políticas públicas*. 1. ed. Rio Grande: Editora da FURG, p. 861-876, 2015.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma análise da normalização. *Sociologias*, v. 21, p. 150-182, 2009.

ONU. Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, de 8 agosto a 31 de setembro de 2001. Disponível em: direitoshumanos.gddc.pt. Acesso em: 05 set. 2018.

_____. Expectativa de vida de uma mulher trans não ultrapassa os 35 anos na América Latina, alerta ativista. ONUBR, 2017. Disponível em: nacoesunidas.org. Acesso em: 21 ago. 2017.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. *Cadernos de Pesquisas*, v. 35, p. 43-55, 2005.

_____; RIOS, Roger Raupp. A discriminação por gênero e por orientação sexual. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS MINORIAS E O DIREITO – 2001: BRASÍLIA. *As minorias e o direito*. Brasília: Conselho da Justiça Federal; AJUFE; Fundação Pedro Jorge de Mello e Silva; The British Council, p. 154-175, 2003.

_____; SILVA, Sandro Gorski. Diversidade sexual e o contexto global: desafios à plena implementação dos direitos humanos LGBTI. *Quaestio Iuris*, v. 8, p. 2613-2650, 2015.

PRINCIPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, 2007. Disponível em: www.dhnet.org.br. Acesso em: 05 set. 2018.

REALE, Miguel. *Teoria tridimensional do direito*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Processo 9038978-35.2017.8.21.0001. Ação de obrigação de não fazer c/c pedido de tutela de urgência. Julgador: Juiz José Antônio Coitinho. Porto Alegre, 19 set. 2017. Disponível em: www.tjrs.jus.br. Acesso em: 15 out. 2018.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. A proteção das minorias no direito brasileiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS MINORIAS E O DIREITO – 2001: BRASÍLIA. *As minorias e o direito*. Brasília: Conselho da Justiça Federal; AJUFE; Fundação Pedro Jorge de Mello e Silva; The British Council, p. 60-84, 2003.

RUFINO, Andréa. Lesbofobia: violência e precarização da vida. In: DINIZ, Debora;

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo. Processo 1016422-86.2017-8.26.0309.

Tutela Antecipada Antecedente – Liminar. Julgador: Luiz Antonio de Cam-

pos Júnior.

Jundiaí, 15 set. 2017. Disponível em: d2f17dr7ourrh3.cloudfront.net. Acesso em: 15 out. 2017.

VASSALLO, Luiz. Psicóloga usou bíblia para defender reversão sexual. Estadão, 2017. Disponível em: politica.estadao.com.br. Acesso em: 15 fev. 2019.

Resumo:

É comum no Brasil ver direitos de pessoas LGBTQI+ serem ignorados de forma social e institucional. Apesar das iniciativas estatais voltadas à tutela LGBTQI+, é notória a ineficácia destas, uma vez que discursos de ódio e atos criminosos são frequentes. A partir do método socioanalítico e da abordagem dedutiva, o texto analisa como o poder público tem tratado deste aspecto no contexto de direitos sexuais. Ao dialogar com a Teoria Tridimensional do Direito, discute a LGBTQI+fobia, aborda convergências entre os movimentos racial, de gênero e sexual e analisa a atuação estatal face à disputa pelo reconhecimento da identidade de gênero e orientação sexual. Sustenta ao final que a mera lei penalizadora é insuficiente para efetivar direitos antidiscriminatórios e, assim, reflete sobre meios para tornar eficaz, de fato, princípios constitucionais e direitos humanos.

Palavras-chave: LGBTQI+fobia; Ação afirmativa; Teoria tridimensional do direito; Teoria da Interseccionalidade; Direito sexual.

Abstract:

It is common in Brazil to see the rights of LGBTQI + people to be ignored socially and institutionally. Despite the state initiatives aimed at LGBTQI+ tutelage, their ineffectiveness is notorious, since discourses of hatred and criminal acts are frequent. Using the socioanalytical method and the deductive approach, the text analyzes how the public power has dealt with this aspect in the context of sexual rights. In discussing the three-dimensional theory of law, it discusses the LGBTQI+phobia, addresses convergences between racial, gender and sexual movements and analyzes the state's action in the face of the dispute over the recognition of gender identity and sexual orientation. It maintains at the end that mere penalizing law is insufficient to enforce anti-discriminatory rights and thus reflects on ways to effectively make constitutional principles and human rights effective.

Keywords: LGBTQI+phobia; Affirmative action; Three-dimensional theory of law; Theory of Intersectionality; Sexual rights.

Recebido para publicação em 23/04/2019.

Aceito em 26/08/2019.

Mulheres negras do Sul Catarinense: os sentidos atribuídos a suas vivências de escolarização

Gabriela Pereira Vidal

Centro Universitário Barriga Verde, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-4382-0845>
gabrielavidaal@gmail.com

Fernanda Zanette de Oliveira

Centro Universitário Barriga Verde, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-3420-571X>
fernanda.oliveira@msn.com

Janaina Damasio Vitorio

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-7285-8861>
jdv@unescc.net

Fabia Alberton da Silva Galvane

Centro Universitário Barriga Verde, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-7344-214X>
biagalvani@hotmail.com

Introdução

Esta pesquisa diz respeito aos sentidos subjetivos que mulheres negras atribuem ao seu processo de escolarização, visto que o Brasil pode ser considerado um país marcado historicamente pelas desigualdades nos seus diversos aspectos, como, raciais, de classe social e de gênero. O intuito de problematizar tais desigualdades caminha no sentido de fugir às naturalizações, e, portanto, evidenciá-las para então, modificá-las.

Em meio a este cenário, aponta-se o ambiente escolar como um espaço importante no qual as desigualdades podem perpassar as histórias de vida, desde as idades mais tenras até os níveis mais elevados de ensino (SILVA, 2017; CRISOSTOMO, REIGOTA, 2010; CARNEIRO, 2015; HENRIQUES, 2017). Quanto ao Ensino Superior, podemos destacar os enfrentamentos vivenciados por mulheres negras quanto ao acesso e a permanência, visto que concorrem com outras pessoas com mais recursos e privilégios. Também ocorre o sentimento de não pertencimento ao espaço acadêmico, que se constituiu como local destinado a homens brancos e com bom poder aquisitivo, reforçando uma ideia de supremacia masculina e de preconceito de classe (DAVIS, 2016).

Neste sentido, no Brasil surgiram por volta dos anos 1970 as discussões do movimento feminista e do movimento negro, buscando o direito à democracia e o fim das desigualdades sociais. Em ambos os grupos, a mulher negra não se encontrava contemplada em suas lutas, visto que no movimento feminista havia diferenças entre as pautas e vivências de mulheres brancas e negras e no movimento negro, diferenças entre enfrentamentos de homens negros e mulheres negras. Pleiteando um espaço e visibilidade para suas demandas sociais, as

mulheres negras participantes nesses dois movimentos, percorreram um caminho de busca de direitos e iniciaram a construção de um movimento autônomo de mulheres negras (RIBEIRO, 1995).

Deste modo, o objetivo do estudo foi conhecer os sentidos subjetivos atribuídos ao processo de escolarização por mulheres negras de um município do sul catarinense. O estado de Santa Catarina possui um dos menores índices de mulheres negras do país de acordo com o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, realizado pelo IPEA (2018). Este documento pontua que os dados se referem a uma agregação das categorias pretos e pardos, formando uma categoria de negros, para uma melhor comparação de variáveis como educação, saúde e outros aspectos. Por esse motivo, os dados aqui mencionados quanto à população serão trabalhados de uma mesma forma. Os dados demográficos da região sul, quanto ao número de mulheres brancas e negras, contrapõem-se os dados referentes à população de mulheres nacional, sendo que o número de mulheres negras (55.613.764) é maior que o de mulheres brancas (48.926.555). Quanto à distribuição de mulheres negras nas grandes regiões brasileiras, a região sul é que possui o menor número de mulheres negras, correspondendo a 6% (3.180.501) da população geral, conforme gráfico abaixo:

Não podemos considerar que mulheres negras sejam retratadas como minoria, visto o número considerável de mulheres que se auto-declaram negras no Brasil. Porém quando visualizamos a distribuição destas mulheres por região, vê-se que na região sul são representadas como minoria populacional.

Trata-se de uma pesquisa de campo, de cunho exploratório, qualitativa, tendo base a perspectiva epistemológica de pesquisa qualitativa proposta por Fernando González Rey. O estudo qualitativo é uma busca e explicação de “processos que não são acessíveis à experiên-

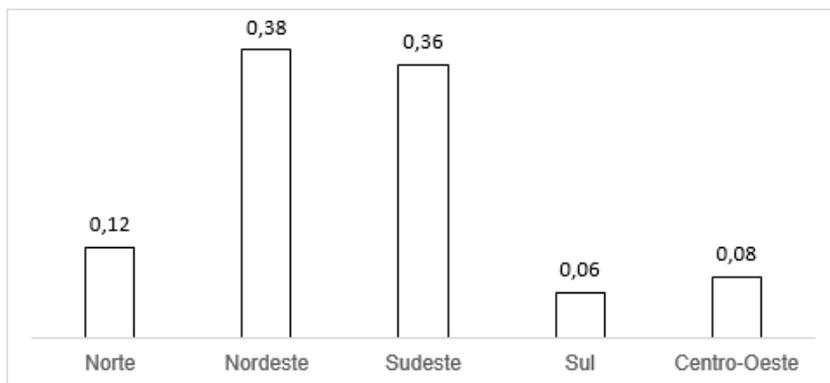


Gráfico 1: Distribuição das mulheres negras no Brasil

Fonte: Ipea (2018).

cia” (GONZÁLEZ REY, 2002, p. 50), que existem em inter-relações complexas e dinâmicas que exigem um estudo integral para uma compreensão das expressões humanas.

A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa (Parecer 2.797.219 02 de 0020 agosto de 2018). As entrevistas foram gravadas mediante a autorização das participantes e transcritas. A análise envolveu a leitura detalhada das transcrições, visando identificar indicadores que possibilitassem a construção de zonas de sentidos. A elaboração de zonas de sentido consistiu em uma etapa intuitiva e interpretativa do contexto em que emerge as falas das sujeitas. Esta etapa somente é possível devido ao conhecimento prévio da teoria pelas pesquisadoras e retrata os elementos de sentidos e significados compartilhados pelos sujeitos que agem em um espaço social, podendo ser perceptível por meio da subjetividade individual que se relaciona a uma subjetividade social, que se dá por uma interação dialética (GONZÁLEZ REY, 2002).

Quanto à caracterização das entrevistadas, participaram da pesquisa dez mulheres que se autodeclararam negras, associadas à As-

sociação Movimento Afro Negro Braçonortense, com idade acima de 18 anos. O critério de idade foi estabelecido devido ao fato desta idade ser aproximada ao final do Ensino Médio, e o número de entrevistadas obedeceu aos critérios de saturação informativa (GIL, 2008).

Tabela 1: Tabela 1: Caracterização das entrevistadas

	Idade	Escolaridade	Escolaridade dos pais	Profissão
E1	64	Ens. Fundamental Completo	Não estudaram	Aposentada
E2	44	Ens. Médio Completo.	Não estudaram	Operadora de máquina de molduras
E3	55	Ens. Fundamental Completo	Não estudaram	Auxiliar de Limpeza
E4	45	Cursando Ensino Médio (EJA)	Não estudaram	Doméstica
E5	48	Ens. Fundamental Completo	Não estudaram	Cozinheira
E6	25	Pós-graduanda	Não chegam ao ensino médio	Enfermeira
E7	40	Pós-graduada	Pai: Ens. Primário Completo Mãe: Ens. Fundamental Compl.	Assistente de educação
E8	29	Ens. Superior Completo	Pai: Ensino Primário Completo Mãe: Ens. Fundamental Compl.	Advogada
E9	61	Ens. Fundamental Completo	Mãe: Não estudou Pai: Ensino primário incompleto	Aposentada
E10	19	Ens. Superior Incompleto	Pai: Ens. Fundamental Completo Mãe: Ensino médio completo	Estilista Têxtil

Fonte: pesquisa das autoras, 2018.

A idade das entrevistadas foi de 19 a 64 anos de idade. Quanto à escolaridade, 4 possuíam Ensino Fundamental completo, 1 possuía Ensino Médio em andamento, 1 Ensino Médio completo, 1 Ensino Superior incompleto e 3 Ensino Superior completo, sendo que destas uma faz pós-graduação e outra já é pós-graduada. No que se refere à escolaridade também é importante ressaltar que 4 destas mulheres cursaram ou cursam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para concluir parte dos estudos. Quanto à escolaridade dos pais das entrevistadas é possível perceber que a maioria tem baixa ou nenhuma escolaridade.

Metade dessas mulheres trabalha/trabalhou em atividades que exigem pouca ou nenhuma instrução e com baixa remuneração. De acordo com Jones (2017, p. 1005) “a baixa escala de rendimentos que a mulher negra recebe está diretamente relacionada à sua quase completa exclusão da maioria das áreas de trabalho, exceto as mais servis e mal pagas, nomeadamente o trabalho doméstico”.

As entrevistadas também se concentram em faixas geracionais distintas, 19 a 64 anos, e a baixa escolaridade dos pais é um dado para todas elas. Desta forma, a amostra reforça a ideia de diferença de oportunidades, visto que pela baixa escolarização delas ou dos pais, em geral as mulheres também vêm ou são de baixa classe social.

Mulheres negras: intersecção raça e gênero

Por volta da década de 1970, no Brasil, surgiram os movimentos feminista e negro, buscando a igualdade, a conquista pela cidadania e democracia. Porém as demandas das mulheres negras não diziam respeito em sua totalidade a nenhum desses dois movimentos. Havia diferenças sociais, econômicas, culturais, identitárias e afetivas diferentes da mulher branca feminista e do homem negro. Traçando um

caminho de conscientização acerca de sua importância histórica, iniciaram um caminho de construção de um movimento autônomo de mulheres negras (RIBEIRO, 1995).

Neste trabalho, para pautar o feminismo é necessário dialogar sobre o feminismo negro. Ribeiro (2017) retoma o discurso de Sojourner Truth na Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akron, em Ohio, nos EUA: *E eu não sou uma mulher?* que evidenciou o grande dilema que o feminismo hegemônico. Para Truth, a hegemonia no movimento feminista ocorre quando existe a universalização da categoria mulheres, tratando como uma só pauta, sem levar em conta as outras intersecções, como raça, orientação sexual, identidade de gênero. O discurso de Truth e histórias de resistências de outras mulheres negras nos faz perceber que o debate já vinha sendo feito, desde antes do período escravocrata, e que a principal questão desta discussão recai sobre a falta de visibilidade.

[...] Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”). É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, por que você me impediria de completar a minha medida?

Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso.

Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem. [...] (RIBEIRO, 2017, p. 20-21)

O feminismo é um movimento que busca mudança acerca das diferenças, desigualdades e opressões que mulheres vivenciam. Alves e Pitanguy (1985) afirmam que conscientizando-se de que as relações interpessoais têm um componente de poder e de hierarquia, o feminismo busca superar as formas tradicionais de organização social permeadas por diferenças e autoritarismo. Dessa forma:

o feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades ‘masculinas’ e ‘femininas’ sejam atributos do ser humano em sua globalidade (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 9).

A autora clássica dos estudos feministas, Simone de Beauvoir (1970) transcende a ideia de uma essencialidade feminina e compreende a mulher, no âmbito social e cultural como um “fazer-se”. Um ser que toma consciência de sua feminilidade na sociedade em que é membro, se constituindo subjetivamente no tempo histórico em que se insere caracterizado por questões culturais e relações interpessoais específicas. Beauvoir (1967, p. 9) resume essa construção em sua frase ilustre, “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”; e esse tornar-se, é diferente para cada mulher, pois relaciona-se ao seu entendimento de feminilidade.

Desde os primeiros movimentos feministas organizados, até os dias atuais, é possível apontar importantes conquistas: direito ao voto, direito a educação formal, ao trabalho, direitos reprodutivos. Entretanto, vale destacar que o movimento feminista, assim como suas lutas, é tão diverso quanto as mulheres que tenta representar. E foi justamente com o objetivo de romper com uma essência de mulher, assim como demonstrar que as desigualdades – entre homens e mulheres e entre mulheres de diferentes classes, etnias e raças – se dá por longos processos culturais e históricos que o termo “gênero” passou a ser utilizado como uma importante categoria de análise entre feministas historiadoras (SCOTT, 1995). Para esta autora, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Guacira Lopes Louro (1995) analisando o estudo de Scott quanto ao conceito de gênero, resume da seguinte forma:

Ser do gênero feminino ou do gênero masculino leva a perceber o mundo diferentemente, a estar no mundo de modos diferentes – e, em tudo isso, há diferenças quanto à distribuição de poder, o que vai significar que o gênero está implicado na concepção e na construção do poder (LOURO, 1995, p. 106).

Com esse conceito, Scott inicia a discussão no meio acadêmico e insere o gênero como um elemento da história, fazendo surgir um olhar realmente visível a grupos que até então eram escondidos nos estudos tradicionais (LOURO, 1995). Scott é quem também trouxe à discussão a ideia de que classe e raça deveriam ser unidas ao gênero nas pesquisas, ampliando ainda mais a discussão acerca das desigualdades nas relações de poder (CARNEIRO, 2015).

Para a mulher negra, é diferente. De acordo com Ribeiro (2017,

p. 35), “existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções”, ou seja, a mulher é pensada sempre em comparação ao homem, um outro que não é homem. Mas para a mulher negra, isso é ainda pior, já que por não serem nem brancas e nem homens, o contrário de branquitude e masculinidade, um outro do outro (KILOMBA, 2012). A ideia de branquitude de acordo com Bento (2003a) foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira que considera o branco como um padrão de referência da espécie, onde tudo aquilo que não está neste padrão, não é bom o suficiente.

Outro conceito importante nesta pesquisa é o de raça. A raça é uma categoria socialmente construída através de características físicas, referências sociais, culturais e históricas que influencia, interfere e até mesmo delimita a posição dos sujeitos e as relações de poder envolvidas (CARNEIRO, 2015; BARRETO, 2005). Assim como gênero, a raça é um marcador social que pressupõe uma caracterização identitária que situa os sujeitos em espaços sociais marcados por relações de poder e marginalização.

[...] o racismo brasileiro é muito eficaz. Seu funcionamento não pode ser aferido, não teria um padrão, não é palpável nem evidente... A perversidade do racismo está dissimulada nos argumentos jurídicos que escondem os conflitos e os transformam no que o juiz denomina de deselegante, falta de provas... E sugere que tudo seja transformado em um pedido de desculpas (SANTOS, 2013, p. 181).

Nessa mesma discussão, cabe citar a ideia de branqueamento, algo que é sempre voltado como um problema dos negros e não dos brancos, onde “descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais” (BENTO, 2003b, p. 25). Há uma falta de reflexão acerca do papel do branco perante as desigualdades raciais, destacando como um problema apenas do negro que é sujeito de uma

dessas desigualdades. Quando evita-se incluir o branco nestas reflexões, evitamos a discussão referente aos privilégios dessa brancura (BENTO, 2003b). Essas diferenciações, racial e de gênero colocaram e colocam a mulher negra em situação de vulnerabilidade nos diversos contextos e situações.

A realidade vivenciada pelas mulheres negras em grande parte dos países do continente americano envolve a intersecção de dois marcadores sociais importantes: raça e gênero; o que, no Brasil as situa em um estrato social diferente do homem branco. Quanto à raça, no contexto das ciências sociais, a discussão é relevante por fazer parte da construção das sociedades modernas, que buscavam a branquitude. Em decorrência disso, até hoje, negros e negras, assim como outros grupos não brancos, ainda encontram dificuldades em adentrar a espaços antigamente vistos como vinculados apenas à população branca (FELIPE, TEYURA, TEIXEIRA, 2015). No que se refere ao gênero, o feminismo contemporâneo busca também uma igualdade entre homens e mulheres, onde as diferenças entre sexo não resultem em relações de poder nos diversos contextos sociais (ALVES, PITANGUY, 1985).

Nesse sentido se faz necessária a visão da interseccionalidade, para compreender as diferenças da mulher negra, sendo essa uma categoria voltada à multiplicidade de diferenças que se dão em conjunto no indivíduo perante a sociedade. Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177) define a interseccionalidade como “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Ainda segundo Crenshaw (2002, p. 171), “as discriminações de raça e de gênero não são fenômenos mutuamente excludentes[...]”, a proposta se insere em uma segmentação provisória que auxilie na identificação das formas

de subordinação e os efeitos das discriminações que envolvam estes dois marcadores – raça e gênero.

Moore (2000, p. 16) aponta que:

Em um momento, o racial pode ter prioridade sobre o sexual, e em outro a etnicidade pode ser a diferença definidora. O que é claro é que essas formas da diferença estão mutuamente imbricadas, e que, embora possamos falar de prioridades ou determinações entre conjuntos de diferenças, devemos estar cientes de que elas nunca poderão ser cabalmente separadas entre si.

A subjetivação dessas mulheres vai se constituindo marcada pelas experiências em ser mulher e ser negra, porém mesmo que em alguns momentos essas experiências estejam relacionadas a uma coisa ou a outra, há uma intersecção dessas duas características.

A escolarização das mulheres negras no Brasil

O direito a educação formal foi (e ainda é) uma das principais pautas defendidas pelos movimentos feministas. No Brasil, a história de educação formal se deu, inicialmente, com forte influência da igreja católica. Mesmo após a proclamação da república, momento onde havia fervorosas discussões acerca do alinhamento ou não do Brasil às exigências da modernidade, o conservadorismo vigente considerava que o baixo nível de escolarização das mulheres era positivo para a manutenção e proteção da família (SAFFIOTI, 2013). Mesmo na instauração da República, quando foi possível desvincular a educação formal da igreja, o Estado não possibilitou a elaboração de políticas de educação que visassem à transformação social.

À conservação do mesmo estilo de ensino superior, bacharelado e alheio aos problemas nacionais, herdado do Império, adicionou-se a manutenção de ensino secundário mais aquisitivo do que formativo,

voltado para superior e privilégio das camadas abastadas (SAFFI-OTI, 2013, p. 303).

Nesse sentido, é impossível problematizar a questão do acesso à educação formal no Brasil sem situar a os marcadores de classe social, gênero e raça. As mulheres negras no Brasil, após a institucionalização da Lei Áurea¹, ainda sofriam dupla discriminação por serem mulheres e negras, por esse motivo, foram negados a elas direitos sociais simples como a escolarização. Assim as mulheres brancas entravam no mercado de trabalho formal já escolarizadas, enquanto as mulheres negras não tinham esse benefício, interferindo diretamente nos postos de trabalho acessados, posto que, pela baixa escolarização, as mulheres negras acabavam realizando trabalhos precarizados, como serviços domésticos, enquanto as mulheres brancas tinham mais acesso a trabalhos diferenciados e com melhor remuneração. Atualmente, algumas dessas mulheres, por meio da escolarização, vêm gradativamente rompendo barreiras e conseguindo alcançar espaços que antes eram inacessíveis (RIBEIRO, 2017; PEREIRA, 2010).

De acordo com Carneiro (2015, p. 87):

O desafio da educação na atualidade é a articulação entre a educação escolar e os processos educativos que se dão fora da escola, nos movimentos sociais, nos espaços culturais, nos diversos grupos que se configuram na sociedade, nos processos políticos e tantos outros que formam e informam a sociedade.

É evidente que a educação necessita de mudanças quanto à forma de encarar as diferenças, já que estas são vistas atualmente como um “complexo espaço em que as desigualdades se encontram e se reproduzem, sendo também um espaço de construção e reconstrução de

1. Lei Imperial n. 3.353 de 13 de maio de 1888 que extinguiu a escravidão no Brasil.

hierarquias de gênero, raça, econômicas, políticas, sociais e culturais” (CARNEIRO, 2015, p. 87).

De acordo com o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (IPEA, 2018), a média de anos de estudo das mulheres negras no Brasil em 2015 era de 7,7 anos, sendo que a mesma média de anos das mulheres brancas foi de 9,1. Novamente nestes dados percebe-se a desigualdade na escolarização de mulheres brancas e negras, visto que as mulheres negras tiveram um atraso em relação ao ingresso nos cursos superiores, quando comparadas às mulheres brancas.

É importante retomarmos de que forma ocorreu esse ingresso. Na década de 1990, a luta do movimento negro ganhou um novo olhar para ações afirmativas, com a retomada das ações pré-vestibulares comunitárias no Rio de Janeiro e na Bahia. Essas ações passaram a recrutar e qualificar trabalhadores negros e carentes para o exame e para a militância negra, buscando a democratização da educação superior pública no Brasil (HENRIQUES, 2017). Dessa forma, a Educação Superior negada por tanto tempo à população negra, em especial a mulher negra, passa a estar mais próxima, principalmente da juventude que assistiu à geração anterior de seus pais ter esse acesso negado. Mas, somente depois de dez anos da instauração de ações afirmativas e das lutas do Movimento Negro é que o Governo Federal, por meio da Lei nº 12.711/12, implantou de forma oficial uma política de cotas nas Universidades Federais do Brasil. Essa legislação reserva 50% das vagas de Educação Superior e profissional tecnológica para candidatos que tenham cursado o Ensino Médio e fundamental em escolas públicas e/ou consigam a certificação do Ensino Médio através do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (HENRIQUES, 2017).

De acordo com Cordeiro (2013), o acesso, a permanência e o sucesso no Ensino Superior, configura uma mobilidade social, ofere-

cendo um novo status na vida destas mulheres e possibilitando mais avanços e crescimentos nesse sentido.

A família também pode representar um grande enfoque quanto à escolarização, incentivando ou não essas mulheres a continuarem os estudos. Como representa a pesquisa realizada por Silva (2017), na qual a entrevistada relata ter tido acesso a narrativas sobre racismo e desigualdades no contexto doméstico e fora dele, mas sempre com o apoio da família perante sua escolarização. Mesmo não tendo um poder absoluto em relação às escolhas do indivíduo, a visão familiar pode ter alguma influência.

Tornar-se negra no sul do Brasil: constituição da identidade frente aos enfrentamentos

Os marcadores sociais gênero e raça relacionam-se diretamente à constituição subjetiva e identitária de mulheres negras e retratam a forma como são vistas e se relacionam socialmente. Ambas as características estão interligadas nesta mulher, tornando difícil uma separação de até onde os enfrentamentos ocorrem por ser mulher ou por ser negra (MOORE, 2000). A entrevistada 8, em seu relato, expõe que apesar de possuir os requisitos para estar atuando como advogada na cidade, sua competência chegou a ser questionada por clientes.

Entrevistada 8: aqui da cidade eu fui a primeira né, mulher, negra e advogada que atuou efetivamente na comarca, que abriu escritório sozinha, então... a minha primeira experiência de trabalho como advogada que foi em um outro escritório, teve um cliente que me questionou se eu era boa o suficiente pra tá ali naquela vaga, porque, ele né, como? Eu surgi, de repente em um escritório maior, um quadro de quinze advogados, e de repente surgiu uma advogada negra, então ele questionou se eu era boa o suficiente pra tá ali naquela vaga, se eu ia dar conta de atender ele.

Este relato se deu em um momento da entrevista em que foi perguntado o quanto ela percebia a interferência dos marcadores sociais gênero e raça em seu cotidiano.

Algumas entrevistadas também trouxeram a classe social como algo relevante no que se refere à percepção de outras pessoas sobre elas. A escola apareceu nas falas como um espaço em que preconceitos e discriminações, por pertencerem a classes sociais mais pobres, foram bastante marcantes. Na cidade estudada, foi relatado que por muito tempo existiram apenas escolas públicas em que pessoas de diferentes classes sociais estudavam e conviviam juntas.

Entrevistada 5: ...então lá era rico, era pobre, era tudo lá misturado, mas tinha, querendo ou não tinha o preconceito pra cima da gente né, a gente tinha que ter o espaço mas brigando, ah, porque brigava, porque brigava no colégio, se não brigasse não teria teu espaço. Ai na época eu lembro que a gente ia pro colégio, a gente não tinha sapato né, não tinha sapato, não tinha mochila, ai nós quando ganhava assim uma conga, um tênis da patroa da mãe da gente, a gente ia descalça até lá pra botar, pra não gastar. Na hora de apostar corrida na educação física nós sempre perdia, nós tava naquele arião e descalça, elas tudo de tênis. Tinha bastante desse tipo assim né.

Nos estudos de Crenshaw (2002, p. 177), a autora menciona que a interseccionalidade diz respeito justamente sobre a forma como “[...] o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”. As diferenças de condições para participar de forma igualitária em atividades da escola foram também evidenciadas pela entrevistada 5, quando ela trouxe que nas aulas de educação física, já que ela estava sempre descalça ao apostar corrida e “elas” (colegas brancas e ricas) estavam de tênis.

A cidade estudada está situada em uma região de colonização europeia, portanto, a maioria das entrevistadas também relatou ter estudado com pouquíssimos colegas negros.

Entrevistada 3: A gente estudava muito no meio de alemão naquela época, eu né, tem que falar por mim né. Que era uma escolinha lá no meio dos alemão, a gente se sentia meia excluída, não tinha muita liberdade pra conversar, pra fazer amizade, nem nada.

Entrevistada 9: ...lá a gente tinha bastante dificuldade, porque era uma colônia de italiano e era só eu e a minha prima de negro...

De acordo com Leite (1996), a maioria das pesquisas mostra a especificidade da região Sul do Brasil quanto aos descendentes de africanos.² Esta autora aponta que na literatura sobre o estado encontram-se muitas ideias positivistas acerca do porquê disto, mas que muitos são mitos construídos sobre a relação mais igualitária com o escravo, onde senhores trabalham lado a lado com o escravo negro, etc. De acordo com a autora, mitos assim são uma forma de justificativa para o esquecimento, para a aceitação da desigualdade (LEITE, 1996).

Diante de todas as vivências descritas, algumas entrevistadas transpareceram sentimentos de autodepreciação. A Entrevistada 1, por exemplo, atribuiu sua incapacidade intelectual ao fato de não ter dado continuidade aos estudos “...mas a gente, a cabeça da gente é meia fraca.” (Entrevistada 1).

Já a entrevistada 5 relatou um sentimento de inferioridade em relação às colegas devido às características pessoais, que denotam inclu-

2. São duas especificidades apontadas por Leite (1996) no que se refere a contribuição dos descendentes africanos no Sul do Brasil: a primeira diz respeito a presença rara ou até mesmo insignificante do negro, que é atribuída a ausência de uma necessidade de mão de obra escrava como base para exportações, diferente do que ocorreu em outras regiões do Brasil; a segunda pressupõe que ocorriam relações mais democráticas e igualitárias em alguns tipos de atividade que careciam da mão de obra de negros e brancos.

sive um abismo de classes sociais. “...às vezes a gente ah... porque se sentia inferior porque elas tava mais arrumadinha e a gente não né, eu acho que era isso.” (Entrevistada 5).

O sentimento de inferioridade em mulheres negras precisa ser compreendido em uma dinâmica mais abrangente que problematize a forma que sua constituição identitária se dá frente ao enfrentamento de uma série de preconceitos. Uma ideia similar é discutida por Bento (2003a) que apontam o lugar de referência que o branco ocupa na sociedade atual, como se o outro que é diferente deste branco fosse inferior:

Ou bem se nega a discriminação racial e se explica as desigualdades em função de uma inferioridade negra, apoiada num imaginário no qual o “negro” aparece como feio, maléfico ou incompetente, ou se reconhece as desigualdades raciais, explicadas como uma herança negra do período escravocrata (BENTO, 2003b, p. 41).

Muitas destas mulheres, justamente pela intersecção com a classe social tiveram ou escolheram deixar de estudar para trabalhar. Este ingresso no mundo do trabalho por mulheres negras se dá geralmente de forma precoce e precarizada, como no relato da Entrevistada 9: “A gente foi trabalhar muito cedo...Treze ano eu já tava trabalhando na casa dos outro de empregada doméstica”.

No caso de algumas entrevistas, a necessidade econômica e de sobrevivência do grupo familiar tencionou a busca por um trabalho remunerado e o abandono da escola e em outras situações, a escolha por trabalhar significou uma prospecção rápida de um futuro com mais dignidade e expectativa de melhor rendimento financeiro.

Entrevistada 2: ...porque eu queria trabalhar, porque os pais também eram muito pobre, não tinham condições de dar as coisas que a gente queria, melhores né, vamos dizer assim, daí a gente se obriga a trabalhar pra ter as coisas da gente.

Entrevistada 5: Minha mãe trabalhou a vida inteira ... e ai eu acredito que ela incentivava a estudar mais pra não passar pelo aquilo ali né. Eu lembro até hoje quando foi pra ela tirar eu do colégio ela chorava, que eu sai direto daqui fui trabalhar em outra cidade de babá, imagina...

Silva (2013, p. 110) afirma que para as mulheres brancas e de classe média chegarem a autonomia, é necessário conseguir um trabalho remunerado, mas quando trata-se das “mulheres negras das classes mais pobres, a participação no mundo do trabalho é, em geral, precoce, precarizada e as inscreve, de partida, em patamares desvantajosos”. Além disso, a autora também obteve como resultado em sua pesquisa que, a pobreza se apresenta muito mais presente na população negra, no entanto, as mulheres e em especial as mulheres negras, tem uma forma diferente tanto de acesso aos rendimentos como de obtenção de um trabalho.

Das entrevistadas que pararam os estudos, seu caminho profissional foi direcionado para a ocupação de postos de trabalho precarizados e de baixa remuneração. Algumas relataram sentimento de arrependimento por não terem dado continuidade aos estudos.

Entrevistada 2: ...daí a gente no começo quer trabalhar, quer adquirir, casei, depois eu senti falta do estudo, em conversar com as pessoas, em escrever...

Entrevistada 3: Ai, eu queria ter estudado né, ter mais inteligência, saber falar melhor e tudo mais né.

Entrevistada 4: ... quem é pobre a gente pensa assim né, “ah, pagamento, vou deixar de estudar né, agora eu tenho dinheiro”, e que arrependimento.

Entrevistada 5: porque eu gostava muito de estudar né, eu sempre fui muito de ler, o meu hábito é a leitura no caso né e eu queria assim, ter estudado mais, eu queria ser professora, eu queria mas não deu né, a gente tinha que trabalhar.

A opressão e racismo na escola: vivências de escolarização de mulheres negras no sul catarinense

Durante o processo de escolarização as entrevistadas relatam ter sofrido em muitos momentos com apelidos pejorativos vindos dos colegas da escola. Sendo assim, a escola mostrou-se um cenário no qual sua negritude tornou-se motivo de piadas e comentários pejorativos, das lembranças trazidas nas entrevistas, o sofrimento fazia-se presente no dia-a-dia da escola.

Entrevistada 2: ...eles chamavo muito de nega, eles te provocavo muito, a gente ia embora até, vamo dizer brigando, porque a gente ia embora na estrada, eles iam inticando [...], quem não era amigo da pessoa, vivio rindo da gente né, pegando no pé, inticando, chamando de negro, macaco, essas coisa assim né.

Entrevistada 8: Eu tenho amigos desde o jardim, acho que a questão de indiferença, de sofrer bullying, de ter apelidinho, piadinha, rir do cabelo, eu acho que em todas as fases aconteceu.

Essas vivências escolares fazem parte da constituição da criança, visto que a escola configura um dos primeiros espaços de aprendizagem social. É também neste espaço que acontecem as primeiras vivências relacionadas a tensões raciais e econômicas. Por meio das experiências de discriminação e racismo vivenciadas no ambiente escolar, a criança negra pode desenvolver uma postura introvertida para “não ser vista”, ou então, incorporar o discurso opressor, reconhecendo a desqualificação como aspecto da identidade, interferindo no modo como ela vê a si mesma. Estas vivências podem estar relacionadas ao abandono escolar, visto que existe o apreço pelo estudo, porém o ambiente se coloca como amedrontador (MENEZES, 2003).

Um ponto que vale ser ressaltado, é que durante as entrevistas algumas mulheres relataram perceber um “racismo vindo do próprio negro”, conforme os relatos a seguir:

Entrevistada 4: Sabe, que eu acho assim, existe racismo sim, mas vem muito racismo também da parte negra. O negro tem... assim, eu acho né.

Entrevistada 5: ...eu acho que a gente se separava, eu acho que a gente se separava porque a gente já se sentia... porque assim ó, maior preconceito vem da gente né, porque se aquela lá veio arrumadinha, aquela não vamo chegar perto né. Eu acredito, eu acredito que o preconceito vem até da própria raça não é...

Inicialmente, de acordo com CFP – Conselho Federal de Psicologia (2017, p. 10), o racismo “Trata-se de uma estratégia de dominação que estrutura a nação e cada um de nós e é pautada na presunção de que existem raças superiores e inferiores”, desta forma, isso na verdade não é racismo, mas sim uma reação de defesa psíquica contra os enfrentamentos vividos na visão de branquitude, onde o negro é inferior.

Ribeiro (2018) afirma que não existe racismo reverso, que é importante se ater aos conceitos, pois como o racismo é um sistema de opressão, se deve considerar que para haver racismo é necessário haver relações de poder, negros não possuem poder institucional para serem racistas. Cabe lembrar que a história de opressão e violência que os excluí. Alguns fatos que se utilizam para atribuir eventos como racismo, são na verdade situações de preconceito. É muito importante identificar a origem de cada situação e opressão a qual se referem.

Não se pode confundir racismo com preconceito e má educação. É errado xingar alguém, mas para haver relação de poder, e a população negra não está no poder. Acreditar em racismo reverso é mais um modo de mascarar o racismo perverso com que vivemos. É

a mesma coisa que acreditar em unicórnios, com o diferencial de que se está causando mal e perpetuando a desigualdade. (RIBEIRO, 2018b, p. 43).

Gonçalves Filho (2004, p. 16) afirma que essa violência dos oprimidos é uma “resposta desajeitada, mas inadiável, contra o que não se pode aguentar mais e em favor do irresistível anseio sempre frustrado” (sic). Ou seja, é uma resposta às situações enfrentadas desde cedo, não só do indivíduo em si, mas de sua família, seu grupo ou um povo inteiro.

Além do preconceito explícito há também formas de preconceitos sutis, veladas, que parecem ser disfarçadas. Essas situações foram relatadas pelas entrevistadas em diversos momentos e situações da vida, desde o passado até atualmente.

Entrevistada 2: ainda é disfarçado, bastante, é porque hoje, se tu ter um preconceito, se tu demonstrar, as pessoas pode botar um processo ... é crime, isso ai mesmo. Então as pessoas disfarço que não tem preconceito, mas ainda tem e bastante, bastante mesmo.

Entrevistada 5: se tinha piolho é porque era preto, não podia ter, branco tinha piolho, mas os preto que levava o piolho pro colégio (risos), é verdade, até hoje é assim, até hoje, hoje não sei mas assim, até na criação dos meus filhos na creche, cansei de brigar porque eu limpava a cabeça da minha filha, ela pegava piolho na creche, reclamavam porque a fulana veio com piolho, mas eu limpava e tinha mãe ai que não limpava, eu sabia né

Estes relatos evidenciam o racismo institucional, que não se expressa em situações explícitas ou declaradas, mas sim atua de forma disfarçada no cotidiano de instituições e organizações. Pode ser definido como o fracasso coletivo das organizações e das instituições em promover um serviço adequado às pessoas em virtude da sua cor, raça ou etnia através de práticas discriminatórias no cotidiano das instituições (SILVA et. al., 2009).

Neste sentido, a Entrevistada 7 menciona ainda que, o fato de ser negra, pressupõe provar duplamente sua validação nos espaços sociais. ”o negro ele tem que tá sempre provando que ele é melhor, porque se ele se deixar a peteca cair, o pessoal vem e ó, monta em cima e eu sempre fui de me posicionar assim.” (Entrevistada 7).

Souza (1983, p. 53) menciona que “Ser negro é ter que ser o mais”. Visando o reconhecimento social, busca-se atingir o “padrão branco”, objetivo injustiçado, visto que em uma série de situações a pessoa negra precisa dispendir uma série de enfrentamentos para alcançar um mesmo objetivo que uma pessoa branca.

Em alguns momentos, esse preconceito era ainda mais explícito ou mais demonstrado. Algumas entrevistadas relatam que negros e brancos eram separados nos espaços sociais como bailes e refeitórios escolares na cidade em que viviam.

Entrevistada 1: Ser nego eles achavam que era doença né eu acho, eu acho que é, porque até hoje ainda é né, eles dizem que não, mas tem muito racismo ainda e como tem, a diferença é enorme.

Entrevistada 3: É que antigamente era muito separado né, o preto com branco... em tudo, até o baile né, tinha um clube, um lugar lá que era repartido uma corda, tinha uma corda no meio, o salão era aberto mas tinha uma corda que dum lado dançava os preto, do outro dançava os branco.

Entrevistada 5: Já tinha aquilo, acho que já vinha de casa com aquilo que ‘não se mistura, ó, não vai lá perto daquele lá, tu evita aquela turma lá, aquela turma do congo³, a negada, era a negada do congo né’, eu acho que já vinho preparada pra aquilo ali...

Segundo Santos (2017), a Constituição da República Federativa

3. Expressão popularmente utilizada na cidade pesquisada para denominar uma região de um dos bairros caracterizada na história da cidade como local onde habitavam muitos negros e que ficou conhecida assim pela associação ao país africano Congo.

do Brasil há trinta e um anos cria a Lei 7.716/88, já trata que racismo é crime imprescritível, inafiançável. Kabengele Munanga (1996) é um dos maiores especialistas na questão racial no Brasil e figura fundamental no debate nacional em defesa da implantação das cotas e ações afirmativas. De acordo com ele, o racismo brasileiro é o crime perfeito: “Além de matar de verdade, fisicamente, ele mata pelo silêncio: tanto a consciência das vítimas como a da sociedade como um todo, dos brancos e negros”. Munanga afirma que, o racismo não se resolve pelas leis, mas pela educação, que começa no lar e depois vai para as ruas, para a escola. Para conscientizar as pessoas é necessária uma educação que mostre que a diversidade é uma riqueza da humanidade. Somos o que somos porque somos diferentes.

Como relatam as entrevistadas o racismo ocorre em diversas situações e todas podem impedi-las de movimentos sociais já que causam sofrimento psíquico, sendo que estereótipos, preconceitos e discriminações são as principais formas de racismo (CFP, 2017). Em meio a tantos enfrentamentos, cada uma dessas mulheres acabou desenvolvendo sua forma de lidar com essas situações. Algumas delas relatam buscar uma invisibilidade, não ser reparada, outras usavam da agressividade para se defender e buscar seu espaço.

Entrevistada 1: só que quando eles chamavo de nego eu brigava, avançava, socava, que eu achava que não tinham que chamar

Entrevistada 2: Estudava, ia pro colégio, mas eu acho que a gente queria afinal não tá lá, eu vou dizer assim, porque eu sentava na última carteira, procurava a professora nem me ver pra não fazer pergunta... eu não sei se isso já era uma coisa da gente, assim ó, é como eu digo, antes a gente não tinha o memo conhecimento, a gente as vezes passava por aquilo e não tava entendendo que a gente tava sofrendo com aquilo ali, porque agora que eu mudei, mas assim ó, até depois que eu sai do colégio, eu sempre fui assim ó, se eu vou numa reunião, gostava de ficar por último, atrás, pra os outro nem

fazer pergunta pra mim, pra não precisar nem falar na frente dos outros, afinal é um modo de se esconder né.

Entrevistada 3: sempre chamava de nego, tinha que sempre briga por isso, batia né, a gente não brigava, a gente batia (risos)... a gente quase não falava porque a gente já tinha medo assim, por ser preta né.

A busca pela invisibilidade, como no relato acima da entrevistada 2, parece ter iniciado de maneira mais contundente na escola. Portanto, a escola pode ser palco de respeito e valorização às identidades diversas, ou reproduzir opressões de um sistema macro. Para Gonzalez-Rey (2005, p. 203)

[...] na subjetividade social da escola, além dos elementos de sentido da natureza integrativa gerados no espaço escolar se integram à constituição subjetiva deste espaço elementos de sentido procedentes de outras regiões da subjetividade social, como podem ser elementos de gênero de posição socioeconômica, de raça, costumes, famílias, etc., que se integram como elementos imediatos dos processos sociais atuais da escola.

A escola como espaço de constituição subjetiva e seu inerente processo de escolarização, situa-se como lócus de opressão, mas também, num movimento dialético, o local de tensões e rupturas onde encontram-se possibilidade de transformação.

A educação como via de transformação social para as mulheres negras

Muitas das entrevistadas eram incentivadas a estudar, o que normalmente ocorria por outras mulheres. As entrevistadas 1, 2, 3 e 7 trouxeram a mãe como principal figura incentivadora. *”A mãe mesmo sempre incentivou nós a estudar, ela queria que nós fosse alguma*

coisa na vida, ela achava que a gente devia continuar” (Entrevistada 1). Para estas entrevistadas, suas mães eram a responsáveis pela criação dos filhos, pela chefia da casa, tiveram uma vida dura e com o anseio de que a vida das filhas fosse diferente da delas, incentivavam a continuidade dos estudos e aumento do nível de escolarização das filhas.

Ramos (2017) nos apresenta um mundo onde a representatividade fortalece e possibilita ao indivíduo perceber quem está ao seu redor e o lugar em que ele é aceito e compreendido como integrante real, para avanços e conquistas por uma educação menos racista e aberta ao outro, à diversidade e inclusiva, precisamos reconhecer que há muito que ser feito como aponta o próprio autor.

Se não existirem referências da cultura negra, ou se todas elas forem negativas ou por demais insignificantes, isso não impactará diretamente em nossa capacidade de sonhar, de nos sentirmos possíveis, de nos identificarmos com alguém? (RAMOS, 2017, p. 78).

A presença personagens negros que não estejam estereotipados na literatura infantil é uma demanda em curso, bem como a presença de personalidades negras presentes em nossa história, desenhos e heróis em que a figura do negro apareça positivamente também.

Os desafios de ascender socialmente e se inserir em outra realidade sendo uma exceção. Os olhares de soslaio. Os subtextos que se percebem nas entrelinhas. Os medos e as sutilezas do preconceito. A solidão. Será que consigo vencê-los? E será que consigo vencê-los suprimindo também o desejo de exercer minha profissão com liberdade e criatividade? (RAMOS, 2017, p. 60).

As tias também apareceram como figuras importantes como o relato da entrevistada 6:

Entrevistada 6: Dos pais, das minhas tias, sempre ‘vai estudar, vai

estudar’, pegavam bastante no pé, fazia redação, fazia tabuada, sempre tinha uma aula de reforço em casa então, a prioridade sempre era o estudo, se não estudasse, não fizesse tarefa, não brincava. Era assim o negócio.

Além do incentivo em casa, a escola e os professores foram retratados como tendo um papel relevante no sentido de fomentar as discussões sobre raça e diversidade, trazendo as discussões em aulas e projetos interdisciplinares. Estas mulheres percebem esta ação como uma forma de gerar a mudança na sociedade.

Entrevistada 4: Até agora, nós tamo na aula de história, ele fala bastante sobre isso, como era o racismo né, bastante. É discutido bastante como o negro é excluído na verdade né, é bem excluído.

Entrevistada 5: ...eu acredito que quem puxa mais isso aí é os professores negros, que tão procurando mais, como é que eu vou dizer, botar isso na escola. Tipo, eu falei com uma colega da associação, ela disse que um dia foi fazer o dia da raça negra, ela foi e pediu pros aluno fazer um cartaz falando sobre a raça negra, os professores ficaram meio assim né, mas como ela era negra ela pediu o que ela achou que devia, ela disse que deu um trabalho pra ela conseguir botar um cartaz daquilo ali. Então acho que agora sim que tem bastante professor negro, que eles tão tentando trazer pra sala de aula isso aí.

Entrevistada 7: ... eu fazia né, todo ano um projeto do 20 de novembro né, na escola, teve o ano passado mesmo a gente fez um projeto, assim, eu nunca tive uma abertura muito grande, tipo ‘tu faz, mas tu faz sozinha’, ninguém me ajudava, eu tinha que me dar conta sozinha. E o ano passado a gente conseguiu fazer um projeto bem legal, bem grande, que a gente abrangeu a escola inteira, então a gente fez nos três turnos, apresentações, fizemos várias coisas pra lembrar o dia 20 de novembro. E com aquilo ali assim, eu vi que os alunos, eles deram uma despertada assim que eles tem que lutar pela causa negra também né.

As mudanças institucionais se situam por meio de ações que problematizem as opressões naturalizadas. Ao observar o relato da entre-

vistada 5, quando percebe que os professores negros e negras trazem fortemente as discussões sobre o racismo e o papel social de negros e negras, evidencia-se a ideia do sujeito que é constituído, mas também é constituinte por sua ação no espaço social (GONZALEZ-REY, 2005). Mesmo os professores negros tendo um destaque neste âmbito, Bento (2003b) afirma que não só negros devem estar nesse movimento, mas também brancos que buscam a ruptura com o racismo, já que poderiam oferecer um modelo para outras pessoas brancas de uma nova maneira de entender a própria branquitude.

A maioria das entrevistadas também demonstra que o ato de estudar tem muita importância em sua vida, que proporcionou e proporciona uma série de benefícios, dentre eles a possibilidade de ocupar postos de maior qualificação e remuneração no mercado de trabalho.

Entrevistada 1: eu acho que de bom pode trazer muita coisa, que a gente as vezes é meia relaxado, mas que a escola a gente nunca devia deixar de ver, continuar, pra ser alguma coisa na vida, não devia parar.

Entrevistada 4: ... até em casos assim de emprego né, que tu batalhar, eu penso assim, o trabalho doméstico, eu adoro trabalhar na casa que eu trabalho, mas porque que eu não posso tentar outra coisa? Porque que eu não posso estudar e tentar fazer o que eu quero né?

Nessa perspectiva de que o estudo engrandece, abre possibilidades, dá destaque e crescimento as pessoas, muitas entrevistadas percebem que o estudo está muito ligado ao crescimento social da raça negra.

Entrevistada 7: a educação, a escolarização ela é libertadora, pra começar a tua liberdade né, porque a gente só realmente se sente livre quando a gente sabe que tu tens condições de tocar a tua vida, de seguir o teu curso de vida, independente de qualquer coisa né, independente de cor, de sexo, de tudo assim, então a educação ela te liberta, ela te abre, então assim, se eu tenho a minha formação...

ninguém pode tirar de mim, eles pode, ah mas, tu pode ser negra, tu pode ser pobre, mas se tu tá formada ninguém tira.

Entrevistada 8: De fato, é a única maneira que o pobre, o rico, o branco, o negro, mestiço, vai conseguir se igualar, ficar no mesmo pedestal, é só através do estudo, não tem outro caminho, é só mesmo estudando, não tem outra saída... acho que tudo que tu adquire através do estudo, no pessoal assim, te engrandece, te deixa mais feliz né. E no social né, como eu falei anteriormente, acho que é o único meio pra conseguir mudar, mudar as diferenças, mudar essas rotulagens, é só estudando, só pela educação.

Angela Davis (2016), ao fazer uma releitura sobre a luta de mulheres negras nos Estados Unidos, remonta que para os negros inicialmente a emancipação se dava com a “chegada do senhor” e que, aos poucos, foi-se compreendendo que a educação da qual foram privados durante muitos anos seria a sua principal via de libertação. Para a ideologia dominante, o povo negro era visto como incapaz de desenvolver sua intelectualidade; e apesar das proibições, sempre tiveram o desejo de adquirir conhecimento. A autora ainda contextualiza que os negros que conseguiram acessar a educação, associaram o seu conhecimento adquirido às lutas de negros e negras de conquista pela liberdade. Neste sentido, a entrevistada 7 entende que estudar pode ser uma das atitudes importantes associadas à luta de mulheres negras.

Entrevistada 7: o que que é tu lutar pela causa negra, é tu estudar, tu te formar, é tu ter uma profissão e tu te mostrar pra sociedade, saber que tu pode, tu pode ser né, tu pode ser um advogado, um médico, um professor, um dentista, que tu pode ser e hoje em dia tá tão mais fácil

Por ocuparem historicamente um espaço social de subalternização, em que suas vozes não são valorizadas (SPIVAK, 2010), sendo percebidas como força de trabalho braçal ou objeto de satisfação sexual,

as mulheres, quando conquistam compreendem criticamente a estrutura de segmentação racial que as cerca, sentem-se mais seguras para ocuparem espaços de protagonismo.

Entrevistada 2: se for pra ir num lugar falar, hoje eu falo, não gosto de falar em microfone e coisa, porque a minha voz não ajuda também né e eu falo muita palavra errada. Mas hoje, nesse ponto de vista assim, eu já não tenho mais, não tenho mesmo.

De acordo com este relato, percebe-se que o medo vai perdendo espaço à medida que esta mulher teve a oportunidade de concluir o ensino médio e fazer parte de um movimento social negro em sua cidade, que fomenta discussões sobre participação social de negros e negras. Outras entrevistadas também mencionaram que estudar ofereceu subsídios para que sentissem mais segurança de se colocarem socialmente em lugares de maior visibilidade, apropriadas de sua identidade negra.

Considerações Finais

Com o intuito de conhecer os sentidos subjetivos atribuídos ao processo de escolarização por mulheres negras no sul catarinense, no decorrer desta pesquisa ficou evidenciado que os atos de estar na escola e dar continuidade aos estudos foram marcados por uma série de preconceitos e enfrentamentos.

Cabe mencionar que a articulação das categorias gênero e raça tornam-se fundamentais para compreensão do objeto que este estudo se propôs e que classe social apareceu como um outro forte marcador, mesmo não sendo um dos critérios de escolha para as participantes desta pesquisa.

Como se pode perceber, as experiências apontam para episódios,

onde as mulheres negras entrevistadas foram alvo na escola de piadas e comentários pejorativos e preconceituosos, em algum momento muitas tiveram que escolher entre trabalhar ou estudar e convivem até hoje com preconceitos no mercado de trabalho e sociedade. Ainda assim, observou-se ao longo das entrevistas que estas mesmas mulheres colocam o estudo em uma posição de magnitude. Para elas estudar é a possibilidade de “ser alguma coisa na vida” – expressão utilizada por algumas delas.

Os relatos trazidos configuraram destaque nesta pesquisa, pois vêm ao encontro de oportunizar protagonismo às mulheres negras de uma região do país em que representam minoria populacional. Seus sentidos subjetivos sintetizam um cenário cultural e social macro no qual, ao mesmo tempo que a escola configurou espaço de vivências de racismo, foi por meio da escolarização que as possibilidades de implicar práticas que rompam com a lógica instituída, surgiram.

Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia González**. Mestrado em História (Dissertação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 128 p. 2005.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs). *Psicologia social do racismo*, 2 ed. Petrópolis: Vozes. 2003, p. 147-162.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs). *Psicologia social do racismo*, 2 ed. Petrópolis: Vozes. 2003, p. 25-58.

CARNEIRO, Aparecida Suelaine. *Mulheres e educação: gênero, raça e identidades*. Tese (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba. 181 p., 2015.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os*. Brasília: CFP, 2017. 147 p. Disponível em: site.cfp.org.br. Acesso em: 28 out. 2018.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves. Ações afirmativas na educação superior: mulheres negras cotistas e mobilidade social. *Revista Pedagógica*, v. 15, n. 30, p. 297-314, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171, jan. 2002. ISSN 1806-9584. Disponível em: periodicos.ufsc.br. Acesso em: 29 abr. 2018.

CRISOSTOMO, Maria Aparecida dos Santos; REIGOTA, Marcos Antonio dos Santos. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, v. 15, n. 2, p. 93-106, July 2010. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 04 abr. 2018.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko; TEIXEIRA, Filomena. Doutorado Sanduíche: outras possibilidades de olhar a relação educação escolar, negritude e narrativas midiáticas. *Quaestio*, Sorocaba, SP, v. 17, n. 1, p. 121-139, maio 2015.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GONÇALVES FILHO, J. M. (2004). A invisibilidade pública (prefácio). In DA COSTA, F. B. *Homens invisíveis – relatos de uma humilhação social* (p. 1-27). São Paulo: Globo, 2004.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. Thomson Learning Editores, 2002.

_____. *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São

Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HENRIQUES, Cibele da Silva. Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, RJ, nº 37, p. 153-172, Jan. a Abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema de Recuperação automática – SIDRA. Disponível em: sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 28 out. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em 25 abr. 2018.

JONES, Claudia. Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra!. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1001-1016, Dec. 2017. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 22 out. de 2018.

KILOMBA, Grada. *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: schwarzemilch.files.wordpress.com. Acesso em: 08 dez. 2018.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Letras Contemporâneas, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

MENEZES, Waléria. *O preconceito racial e suas repercussões na instituição escola*. Cadernos de estudos sociais, v. 19, n. 1, 2003. Disponível em: periodicos.fundaj.gov.br. Acesso em: 08 dez. 2018.

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 14, p. 13-44, jun. 2000. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br. Acesso em: 30 mar. 2018.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. Editora Ática, 1996. Universidade do Texas.

PEREIRA, Edilene Machado. Marias que venceram na vida: uma análise da

ascensão da mulher negra via escolarização em Salvador, BA. *Revista África e Africanidades*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, fev. 2010. Disponível em: tede2.pucsp.br. Acesso em: 19 mai. 2018.

- RAMOS, Lázaro. *Na minha pele*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte – MG: Letramento: Justificando, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras: 2018.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras de Bertioga a Beijing. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: periodicos.ufsc.br. Acesso em: 30 mar. 2018.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *Direitos humanos e as práticas de racismo*. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.
- SANTOS, Jorge Christiano. *Crimes de Preconceito e de Discriminação*. Editora Saraiva, 2017.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.
- SILVA, J. et al. A promoção a igualdade racial em 2006 e o Programa de Combate ao Racismo Institucional. In: JACCOUD, L. (Org.). *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos vinte anos*. Brasília: Ipea, 2009. p. 147-70.
- SILVA, Marcos Antonio Batista da. Relatos de uma mulher negra na pós-graduação: Trajetória educacional. *Itinerarius Reflectionis*, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 1- 19, mar. 2017. ISSN 1807-9342. Disponível em: www.revistas.ufg.br. Acesso em: 04 abr. 2018.
- SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. *Dossiê Mulheres Negras*, p. 109, 2013.
- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro, ou, as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFGM, 2010.

Resumo:

Esta pesquisa buscou conhecer os sentidos subjetivos atribuídos ao processo de escolarização por mulheres negras no sul catarinense. Em meio a questões étnico-raciais e de gênero, a busca pela igualdade surge como temática, sobretudo em espaços educativos, como escolas e universidades. Trata-se de uma pesquisa de campo, qualitativa de cunho exploratório. Nesta pesquisa foram entrevistadas dez mulheres negras de uma associação relacionada ao movimento negro da cidade pesquisada. Dentre os pontos discutidos na análise, destaca-se que, as entrevistadas relataram ter vivenciado o preconceito na escola e na comunidade, além de dificuldades em dar continuidade aos estudos por conta da baixa renda familiar. Ao mesmo tempo, apontaram a importância da escolarização em suas histórias de vidas, sobretudo, como via de ascensão social.

Palavras-chave: Gender; Race; Education.

Abstract:

This research sought to know the subjective meanings attributed to the schooling process by black women in southern Santa Catarina. Among ethnic-racial and gender issues, the search for equality emerges as thematic, especially in educational spaces such as schools and universities. It is a field research, qualitative of exploratory nature. In this research were interviewed ten black women of an association related to the black movement of the city researched. As a result, the interviewees reported experiencing prejudice at school and in the community, as well as difficulties in continuing their studies due to low family income. At the same time, they pointed out the importance of schooling in their life histories, above all, as a way of social ascension.

Keywords: Gênero; Raça; Educação.

Recebido para publicação em 30/04/2019.

Aceito em 16/08/2019.

Os “segredos” socioculturais por detrás dos nomes da etnia bakongo: a língua e a cultura em debate

Manuel Paulo Bengui

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-2924-7421>
manuelbengui95@gmail.com

Alexandre António Timbane

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-2061-9391>
alextimbana@gmail.com

Considerações iniciais

Todas as sociedades possuem práticas tradicionais próprias que participam na construção da identidade. A língua e a cultura têm sido elementos entrelaçados e despertam interesse a muitos pesquisadores desde antropólogos, historiadores, sociólogos, psicólogos até linguistas. Nos tempos atuais temos presenciado acontecimentos sociais que

nos fazem crer que a modernidade está, de certo modo, apagando alguns aspectos culturais e tradicionais do povo Bakongo especialmente nas áreas urbanas onde se concentra cerca de meio milhão de Bakongo (PEREIRA, 2013). É evidente que nas últimas décadas, já não é comum falar a língua kikongo nas grandes cidades pelos próprios Bakongo.

O fenômeno da aculturação¹ iniciou com a chegada dos colonizadores holandeses e portugueses que introduziram o conceito ‘civilização’ trazendo a ideia de que o povo angolano precisa de uma ‘civilização’ para que se transforme em humanos, como se os angolanos não tivessem nenhuma forma de civilização. Todos os grupos étnicos possuem uma civilização própria que caracteriza o seu grupo. Uma vez que, para os portugueses, a civilização corresponde a ‘imitação’ dos modos de ser e de estar de europeus, passaram a obrigar que todo angolano tivesse uma ‘assimilação’² da cultura europeia. Os centros urbanos eram os grandes centros de aculturação mental e cultural.

Para além disso, os colonos obrigaram o uso do português, proibindo o uso das diversas línguas africanas faladas pela maioria dos an-

1. A aculturação seria uma forma de transformação cultural promovida por fatores externos (contato entre padrões culturais diversos) oposta daquele processo permanente que ocorre no interior da própria cultura, isto é, dentro da própria sociedade ao longo da história (RIBEIRO e PAWLAS, 2013). Para Barreto, é “o conjunto dos fenômenos resultantes da circunstância de certos grupos de indivíduos, de culturas diferentes, entrarem em contacto contínuo e directo com as subseqüentes mudanças nos padrões culturais originais de um ou de ambos os grupos.” (BARRETO, s.d., p. 480-481).

2. O assimilado era aquele nativo africano que pelo contacto directo com o europeu, quer através da escola ou através do trabalho, adoptava os hábitos dos europeus, enquanto o indígena era aquele que o europeu considerava como tendo uma cultura inferior e a quem era preciso dar ajuda para alcançar a cultura superior. Para o sistema colonial, a educação escolar representava o meio eficaz para o nativo alcançar o estatuto de assimilado. Através da instrução escolar e da assimilação dos valores europeus, o indígena podia tornar-se um assimilado. Mas o indígena nunca teria o mesmo estatuto do europeu (TANGA, 2012, p. 7).

golanos. Se a língua é um meio de expressão da cultura, então com a obrigatoriedade do uso do português ficaram perdidos diversos traços culturais que normalmente são expressos pela língua local. Importa de igual modo realçar que a língua de um determinado grupo ou povo é vista como o principal veículo de identidade cultural.

Segundo Couto (2007), o ecossistema fundamental de língua corresponde à união de três fatores: língua, território e população. A ausência de um destes elementos implica um bloqueio. O ecossistema linguístico local (comunidade de fala) se dá a partir da ecologia comunicativa constituída por qualquer agrupamento de “pessoas que convivam de modo duradouro em determinado espaço e que interajam ente si, tanto que se fala também em comunidade de interação e até a comunidade de comunicação.” (COUTO, COUTO & BORGES, 2015, p. 106).

Uma vez que a língua é uma construção social, é lógico que depende da sociedade para existir. A sociedade localiza-se em determinado espaço geográfico. A língua baniwa, por exemplo, é uma língua localizada geograficamente na América do Sul, especificamente nas regiões fronteiriças da Colômbia e Venezuela, mas também falada no Brasil (São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos no Estado de Amazonas). Desta forma, a língua kikongo é falada pelo povo Bakongo localizado geograficamente no antigo reino kongo ao Norte de Angola (Cabinda, Uige e Zaire). O kikongo é também falado na República Democrática do Congo e em Congo Brazzaville (PEREIRA, 2013).

Para o aprofundamento do tema discutiremos os conceitos dos nomes e seus significados no contexto Bakongo. De fato, quanto ao nome, importa-nos salientar que é a denominação que se dá a uma pessoa, animal ou objeto para distingui-lo dos demais e atribuir-lhe

uma identidade. Portanto, um dos aspectos que também trataremos é com relação ao parentesco na aculturação moderna.

De acordo com Péliissier (2009), Angola situa-se na África Central Ocidental, ao Sul do equador. O território estende-se entre os 5 e 18 graus de latitude Sul, e entre os 12 e 24 graus de longitude a Leste Greenwich. A topografia de Angola pode ser dividida em três zonas principais, de Oeste para Leste, em direção ao interior. Primeiro, há uma região costeira de terras baixas, com pouco mais de 150 km no seu ponto mais largo, que abrange quase toda sua faixa longitudinal do país desde o extremo Norte, junto à foz do Rio Congo, até ao extremo Sul. Posteriormente, Pelissier (2009) encontrou uma faixa estreita de subplanalto que se eleva de 300 a 1.000m de altitude. A zona mais oriental, um verdadeiro planalto, eleva-se numa série de mesetas (pequenos planaltos) com uma atitude entre 1200 a 2100 metros aproximadamente.

Angola tem uma grande variedade de vegetação e relevo com um clima seco (que ocorre nos meses de maio a agosto) e clima chuvoso (que ocorre nos meses de outubro a abril). Este clima permite que haja uma vegetação única, com nomes de plantas e animais em línguas locais. Algumas regiões de Angola oriental e norte de Angola pertencem à grande bacia de drenagem do Congo, à África Central e à bacia hidrográfica do sistema Zambeze Congo. A região costeira e ocidental de Angola está voltada para o atlântico sul. Estas características geográfico-ambientais são importantes para compreender as relações entre a língua e o meio ambiente em que os falantes estão envolvidos. Essa ciência que estuda as relações entre a língua e meio ambiente em que a comunidade linguística está envolvida se chama ecolinguística (COUTO, 2007).

Os limites geográficos são diferentes dos limites políticos. Todos

limites dos países africanos são artificiais, foram ‘inventadas’ na Conferência de Berlim (1884/1885). Essa divisão bruta separou povos e línguas, separou culturas e tradições que ficaram separadas e isoladas por meio de um arame farpado criado pelos colonizadores europeus. O território angolano é demarcado ao Norte e a Nordeste pela República Democrática do Congo, a Leste pela Zâmbia, ao Sul pela Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Sendo que o país é extenso e é, portanto, composto por dezoito províncias, cuja a capital é Luanda.

Como se pode perceber, os nomes das províncias angolanas e as respectivas capitais estão ligadas as línguas e ao ambiente local. Timbane (2018) demonstra como o léxico do português emprestou muitas palavras de frutos, animais e muitas plantas que não ocorrem em Portugal ou em qualquer outra parte do mundo. Boas (2005, p. 61) afirmou que “as condições ambientais podem estimular as atividades culturais, mas não têm força criativa [...] o mesmo meio ambiente irá influenciar a cultura de maneiras diversas, de acordo com os bens culturais dos povos.” Calvet (2016, p. 366) mostra que “a evolução interna das línguas pode ser considerada, segundo Darwin, como o produto de uma seleção natural, mas é, sobretudo nas relações entre elas que essa seleção se manifesta.” (CALVET, 2016, p. 366). O autor acrescenta que

As línguas pertencem àqueles que as falam, e só existem nas práticas de comunicação. Nesse sentido, é difícil de aproximá-las das espécies. O modelo gravitacional, assim como a análise do peso das línguas nos mostraram que seu futuro não depende de características internas, mas de fatores externos (CALVET, 2016, p. 369).

O nome não é apenas uma simples sequência de sons. É identidade, é cultura, é tradição e é uma marca e símbolo de comunicação com antepassados. A língua, sendo instrumento de comunicação, re-

vela traços culturais, em especial no nome. Que relação existiria entre o nome nas tradições Bakongo e a cultura? Este questionamento resulta da observação do fato de que atribuição do nome exige um ritual próprio que carrega elementos de identidade. Desta forma avançam-se três hipóteses: a) existe uma relação extrínseca entre o nome e a cultura dos povos Bakongo, porque o nome carrega identidade socio-cultural; b) sendo o nome um elemento fundamental nas tradições ele é dado por meio de um ritual que ocorre por meio de um ancião ou responsável legal da família c) A cultura está presente na língua e é através da língua que se atribui o significado do nome e a oração da atribuição do mesmo.

Todavia, o fundamento da estrutura social Bakongo é baseado no clã, que é o conjunto de matrinhagens, e é de fato uma característica que não se alterou na sua base, embora tenha sofrido certas mudanças ao longo dos tempos. O processo de atribuição do nome não é pacífico quando não é seguido de procedimentos legais aceites pela tradição. Se o nome for dado erradamente, há consequências atribuídas aos antepassados ou aos maus espíritos: a criança chora sem parar ou adocece incessantemente. A explicação desses fenômenos não é encontrada na ciência, mas sim na tradição cuja base é o culto aos antepassados.

A pesquisa visa demonstrar como a língua se liga à cultura do povo Bakongo por meio da atribuição dos nomes e os significados a ele atribuídos. Especificamente a pesquisa visa: analisar sociológica e culturalmente a língua do grupo em questão; identificar as características culturais dos Bakongo e, descrever as práticas tradicionais da atribuição do nome e sua relação com a cultura.

A escolha do tema surge da necessidade de compreender aspectos ligados ao nome nas tradições Bakongo, sendo membro pertencente à etnia local. É que as práticas culturais Bakongo assim como o uso

da língua kikongo foram proibidas no tempo colonial porque quem desejasse ser assimilado tinha que abandonar inteiramente os usos e costumes dos povos africanos, ser monogâmico, saber ler e escrever e falar em português (TIMBANE, 2018, p. 17). Nascemos e crescemos numa sociedade em que a mentalidade ainda continua sendo colonizada eurocentricamente. Esse comportamento relega as realidades africanas, camufla a riqueza cultural e eleva a cultura europeia. É tendência real o angolano valorizar a cultura europeia e renegar a sua própria identidade cultural. Foi a partir de reflexões sobre a realidade da etnia bakongo que pensamos pesquisar e discutir a presente temática como forma de contribuir para a preservação da cultura Bakongo e elevar a autoestima Bakongo que tende a desaparecer especialmente nos grandes centros urbanos.

Havendo poucas pesquisas sobre a temática, nas diversas áreas do saber (sociologia, antropologia, etc.), achamos interessante pesquisar sobre este assunto para que haja divulgação e disseminação da rica cultura dos povos Bakongo de Angola que infelizmente ainda é pouco conhecida pelo mundo afora. Desta forma, a pesquisa contribuirá bastante para o conhecimento e divulgação da cultura do referido grupo.

O artigo inicia apresentando o povo Bakongo, sua localização geográfica no espaço angolano, outras principais etnias angolanas, dando enfoque nas características peculiares do grupo Bakongo. Na segunda seção provocam-se debates acerca das relações entre a língua e a cultura introduzindo o termo *cultuliquística*. Esse termo é inexistente na literatura. Foi criado para acolher as discussões sobre as relações entre a língua e a cultura. Na terceira seção, o texto define o nome, apresenta a concepção ideológica, linguística e antropológica para os Bakongo e interpreta os significados que os nomes carregam na construção da identidade daquele povo. Por fim, o texto termina fazendo

considerações finais sem se preocupar em fechar as ideias, mas pelo contrário abrindo espaço para que pesquisas futuras possam avançar mais além.

Os bakongo de Angola: localização e características peculiares

Antes de descrever sobre o grupo em questão, é importante situar que a gramática das línguas bantu funciona com base nos prefixos. Por isso, o *Ba* no nome *Bakongo* é prefixo do plural e *kongo* é o nome da etnia. Portanto, *Ba+Kongo=Bakongo* que significa “os kongos” em português. Os Bakongo é um grupo étnico bantu que vive numa larga faixa ao longo da Costa Atlântica da África, desde o Sul do Gabão até às províncias angolanas do Zaire (M’banza Congo), Uíge, passando pela República do Congo, pelo enclave de Cabinda e pela República Democrática do Congo. Sendo que em Angola é considerado o terceiro maior grupo étnico, segundo Mamona (2016).

Os Bakongo, cuja a língua é o kikongo ocupavam o vale do rio Congo em meados do século XIII e formaram o reino do Kongo, que até a chegada dos portugueses, no final do século XV, era forte e unificado. Sua capital era M’banza Kongo e ficava na atual província angolana do Zaire, tal como ilustra o Mapa 1.

Os limites políticos são diferentes dos limites etnolinguísticos (DONEUX, 2003). Grande parte dos bakongo se localiza fora de Angola. As guerras (pela independência e pela democracia) incentivaram o deslocamento de muitos Bakongo para outros países e para as grandes cidades. Alguns Bakongo regressaram ao país, após a guerra, mas outros preferiam permanecer no estrangeiro. Segundo Pereira (2008) dos 13,5% que representavam os Bakongo em 1960 apenas re-

capital Luanda. E para outras cidades economicamente estáveis

Segundo Bauman (2005), a identidade é uma convenção socialmente necessária e que é usada com extremo desinteresse no intuito de moldar e dar substância a biografias pouco originais. A identidade cultural constitui um sentimento de pertencimento a um grupo que se manifesta por meio de adoção de características e comportamento. Um(a) jovem Bakongo, por exemplo, será diferenciado de um(a) jovem kuanyama ou ngaguela através de seu comportamento e práticas que se firmam na identidade dos Bakongo. Um(a) Bakongo carrega traços que o identificam e o tornam efetivamente Bakongo. Segundo Pereira (2008), a dupla herança do jovem Bakongo parece ser ao mesmo tempo um desafio para a manutenção dos aspectos que identificam a vida cultural kongo e, ao mesmo tempo, tem a potencialidade de repor a vitalidade desta mesma cultura, caracterizada pela capacidade de renovação e assimilação de características de outras culturas.

A cultulinguística: a língua e a cultura em debate

A língua é “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” (SAUSSURE, 2006, p. 17). A língua é um instrumento de comunicação, sendo composta por um sistema linguístico que agrupa elementos da gramática, do léxico, da semântica e da fonética e fonologia. A língua é um fato social cuja existência se funda nas necessidades comunicativas. Quem molda a língua é a sociedade, através das convenções que ocorrem na sua maioria de forma arbitrária. Por isso, Saussure fala da

arbitrariedade do signo, que é composto por um conceito e uma imagem acústica. A escolha da sequência sonora ‘porta’, por exemplo, não se liga ao objeto. A individualidade não pode alterar a língua porque a língua pertence ao social. Todas as transformações linguísticas dependem de uma convenção social.

Os discípulos de Ferdinand de Saussure Charles Bally e Albert Sechehaye compreenderam a língua como um objeto abstrato ideal, uma vez que a língua é inalcançável fisicamente, mas a fala sendo um elemento individual é mais concreta. Vários linguistas têm tratado a língua como um objeto autônomo, social, homogêneo, sistemático, constante, duradoura, conservadora e virtual. A língua é depositada virtualmente no cérebro de cada um dos membros pertencentes à comunidade linguística. Faraco (2006) defende que as línguas estão envolvidas num complexo fluxo espaço/temporal de mutações, de substituições, de aparecimentos, de desaparecimentos, de conservação e de inovação.

Partindo de uma visão geral, a língua constitui um patrimônio cultural de todos os povos do mundo, não interessa o grau de escolaridade dos falantes nem das crenças e culturas. A língua kikongo é, portanto, tida como a língua oficial do antigo reino do Kongo (MUFWENE, 2009). O kikongo adaptou os caracteres latinos para a escrita criando o primeiro dicionário kikongo em 1648 da autoria Manuel Robredo.

Sabemos da política e do planejamento linguístico feito pelos angolanos no período pós-colonial que privilegiou o português deixando de lado as diversas línguas africanas. Aliás, as Constituições de 1975, 1992 e 2010 são a prova disso. O perigo de extinção das línguas angolanas já não é do sistema colonial. Os colonos saíram de Angola em 1975 e deixaram os destinos do país com os próprios angolanos. Se os angolanos não se preocupam em resgatar, preservar, ensinar, promo-

ver e descrever as suas línguas locais já não é culpa dos portugueses. A culpa é dos políticos angolanos que adoptam políticas linguísticas falhas.

Segundo a Constituição da República de Angola de 2010, no seu artigo 19º, “a língua oficial da República de Angola é o português”. Como também, o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas da comunicação internacional. Portanto, a segunda passagem deste artigo 19º é bem mais teórica do que prática. Porque nas escolas angolanas não se estuda em línguas angolanas.

O atendimento nos hospitais, nos serviços públicos, na justiça e na administração pública é feito apenas em português. Quem não sabe falar, ler e escrever em português fica automaticamente excluído da vida urbana. Essa situação de exclusão linguística que afeta o lado econômico e social se verifica no Brasil, em Moçambique e em vários outros países. Timbane e Rezende (2016) abordam que a língua portuguesa é usada como instrumento de opressão, de segregação e de humilhação social, política e econômica. O português oprime

quando um simples cidadão analfabeto é privado dos seus direitos devido ao fraco domínio da norma padrão. Por exemplo, para ser deputado é obrigatório que seja alfabetizado e que domine as quatro competências: expressão oral, comunicação oral, expressão escrita e comunicação escrita [...]. Passa a ser opressor porque provoca descontentamento dos cidadãos. Quem não sabe português não consegue fazer requerimento, não consegue preencher formulários, não consegue passar nos concursos públicos, não consegue fazer pedido, reclamações nem se defender na justiça em português (TIMBANE & REZENDE, 2016, p. 402).

Voltando para a língua kikongo, é necessário considerar que uma língua só se torna mais visível quando a política linguística atribui um estatuto privilegiado. A oficialidade das línguas africanas traria

uma visibilidade e daria o prestígio que hoje não existe com relação aos falantes de línguas de origem africana. Portanto, a forma como é hoje escrito o kikongo tem sido uma preocupação para os intelectuais Bakongo. Atualmente não há padronização ortográfica de kikongo, com uma variedade de uso na escrita, principalmente jornais, panfletos e em publicidades diversas. O fator linguístico (comentado e discutido na mídia angolana) tem sido muito pouco tratado em políticas públicas de promoção, ensino e pesquisa de línguas. Segundo Bagno, (2003, p. 110-112), “toda língua muda com o tempo”, portanto, a língua kikongo como uma outra qualquer língua viva, sofreu alterações ou mudanças ao decorrer do tempo, mudanças essas que podem ser percebidas tanto na escrita quanto na oralidade. As mudanças da língua ocorrem pela dinâmica social e pelas influências da cultura e os falantes percebem a existência de mudanças ou variações (FARACO, 2006).

Sendo a língua uma construção social, é difícil estudá-la fora do seu contexto social. Isso acontece porque vários traços culturais são interpretados dentro da língua. Segundo Câmara Jr. (1955, p. 54) “a língua, em face do resto da cultura, é o resultado dessa cultura, ou sua sùmula, é o meio para ela operar, é a condição para ela subsistir.” Desta forma Câmara Jr aponta que

- 1) a língua é parte da cultura; 2) É, porém, parte autônoma, que se opõe ao resto da cultura; 3) Explica-se até certo ponto pela cultura e até certo ponto explica a cultura; 4) Tem não obstante uma individualidade própria, que deve ser estudada em si; 5) Apresenta um progresso que é o seu reajustamento incessante com a cultura; 6) É uma estrutura cultural modelo, que nos permite ver a estrutura menos nítida, imanente em outros aspectos da cultura (CÂMARA JR, 1955, p. 58-59).

Por essa razão a cultura deve ser analisada a partir do ponto de

vista sincrônico. De acordo com Malinowski, citado por, Goldenberg (2004), cada cultura tem como função a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos que a compõem, criando instituições capazes de responder a estas necessidades. Segundo, Cotrim (2006, p. 17) “a cultura pode ser considerada um amplo conjunto de conceitos símbolos, valores e atitudes que modela uma sociedade.” Cada cultura é dotada de um ‘estilo’ particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também da arte, mas não apenas desta maneira (CUCHE, 1999, p. 45).

Por essa razão, não existe uma cultura superior a outra porque todas as culturas representam as identidades dos seus respectivos povos ou etnias. Há no mundo atual uma tentativa de globalizar a cultura. A globalização, ao nosso ver, torna o mundo desinteressante, porque a aculturação elimina das diferenças. A forma como compreendemos e interpretamos o mundo depende da forma como enxergamos o mundo. Por exemplo, a lexicultura é um exemplo prático de como a léxico e a cultura se entrelaçam. Entendamos por lexicultura, “o conjunto de itens lexicais que caracterizam e especificam uma determinada comunidade linguística.” (TIMBANE, 2014, p. 46). A lexicultura pode ser geral quando constitui léxico de uma comunidade de fala como todo e pode ser específica quando caracterizam uma variedade ou variante específica.

A seguir apresentaremos alguns exemplos extraídos do “Dicionário kikongo” (DEREAU, 1957) que mostram a relação entre a palavra e a cultura em que os falantes estão inseridos: a) *bulasana-bulasane*: bater-se mutuamente; b) *bumpumbulu*: maldade enviada a alguém; c) *n’situ*: lugar da floresta onde se fazem os ritos da cultura; d) *yukusu-yukusulu*: estarem habituados um do outro.

Essas unidades lexicais são intraduzíveis em português, que é uma

l3ngua europeia que carrega outras culturas. 3 um esfor3o grande para encontrar o equivalente destas palavras em portugu3s, porque elas abordam uma realidade socioculturalmente encontrada na cultura Bakongo. No entanto, a cultura, 3 um tema de impacto bastante relevante, pois 3 um assunto que desperta interesse de muitos fazedores de opini3o, pesquisadores, e muitos outros, 3 um conte3do que n3o possui uma defini33o concreta e, portanto, pode ser definida de v3rias maneiras. Sendo assim questiona-se o sentido do termo cultura. Para responder a essa indaga33o, Cotrim, (2006, 17) usou o termo ‘cultura’ em perspectivas distintas.

Os bi3logos, por exemplo, referem-se 3 cria33o de certos animais falando em cultura de germes, cultura de carpas etc. Na linguagem cotidiana, dizemos que uma pessoa tem cultura quando frequentou boas escolas, leu bons livros, adquiriu conhecimentos cient3ficos etc. Na Gr3cia Antiga o termo cultura adquiriu uma significa33o toda especial, ligada 3 forma33o individual do cidad3o, ou a cultura numa abordagem mais filos3fica, a resposta oferecida pelos grupos humanos ao desafio da exist3ncia. Empregada por antrop3logos, historiadores e soci3logos, cultura designa o conjunto dos modos de vida criados e transmitidos de uma gera33o para outra, entre os membros de uma sociedade. Ela abrange conhecimentos, cren3as, arte normas, costumes e muitos outros elementos adquiridos socialmente pelos homens. (COTRIM, 2006, p. 17).

A cultura pode ser considerada um amplo conjunto de conceitos, s3mbolos, valores e atitudes que modelam uma sociedade. Neste sentido, todas as sociedades humanas, da pr3-hist3ria aos dias atuais, possuem uma cultura. A cultura 3 duradoura embora os indiv3duos que comp3em um determinado grupo desapare3am. No entanto, a cultura tamb3m se modifica conforme mudam as normas e entendimentos. Para o antrop3logo L3vi-Strauss, “as culturas humanas diferem entre si, se essas diferen3as se anulam ou se contradizem, ou se concorrem

para formar um conjunto harmonioso, é preciso primeiramente tentar esboçar seu inventário” (LÉVI-STRAUSS, 1993, p. 330).

Pode-se afirmar que a cultura vive nas mentes dos membros da comunidade. Ela é aprendida de forma abstrata e comanda as formas de ser e de estar em sociedade. Mas as pessoas não nascem com ela; adquirem-na à medida que crescem. Suponha que um bebê húngaro recém-nascido seja adotado por uma por uma família residente nos Estados Unidos da América, e que nunca digam a essa criança que ela é húngara. Ela crescerá tão alheia à cultura húngara e viverá e se comportará como qualquer outro americano (COTRIM, 2006).

O nome e os seus significados nos povos

Bakongo: análises

O nome próprio é uma sequência sonora que identifica um indivíduo. Serve para diferenciar pessoas embora não sendo o único elemento da diferenciação. As características físicas também diferenciam os indivíduos. Segundo Guérios (apud CARVALHINHOS, 2007) há quatro causas da atribuição do nome: (i) influencias históricas, políticas e religiosas; (ii) circunstâncias, lugar e tempo de nascimento: particularidades físicas ou qualidades morais; (iii) nomes relativos a profissões; (iv) nomes curiosos ou excêntricos. As principais categorias antroponímias dos nomes próprios humanos são: a) nome próprio (ou individual); b) nome completo (que envolve relações de parentesco, aquele que é exigido na oficialidade e é registrado nos documentos oficiais) e c) alcunha ou apelido ou apodo (nomes informais, geralmente atribuído por amigos, familiares, etc.).

A presente pesquisa é de caráter bibliográfico porque se baseia na leitura e discussão dos diversos teóricos que debatem o assunto. Para

além disso, trouxemos experiência real pelo fato de sermos membros da comunidade Bakongo, buscando exemplos mais comuns na tradição Bakongo. Uma vez que os povos Bakongo são de tradição oral, muitos registros sobre aspectos daquela cultura ainda não foram publicados. Nesta pesquisa contamos com consulta aos pais e anciãos Bakongo para compreender os significados que os nomes carregam, assim como a interpretação dada. Esta é uma contribuição para a divulgação da cultura daquele povo pelo mundo afora.

O ser humano tende a atribuir nome a tudo e a todos que o rodeiam como forma de identificá-los e de não confundir com outros. Segundo Timbane e Coelho (2018, p. 229) a Bíblia Sagrada “quando fala sobre a criação do mundo diz que foi atribuída ao Adão, a tarefa de dar nomes à todas as coisas (seres animados e inanimados). Até aos dias de hoje, o ser humano precisa do nome para ser identificado.” O significado do nome na cultura Bakongo, possui uma relevância enorme, pois nessa cultura Bakongo não se atribui nome de qualquer maneira, sem que esteja alinhado à tradição. Todo nome carrega significados e realidades conectadas às tradições. Segundo Pereira (2008), a criança pode receber vários nomes e assumindo outros ao longo de sua vida, porém, o primeiro nome, em kikongo é o mais importante.

Na cultura Bakongo, o primeiro nome é o princípio de um provérbio que faz referência às condições de nascimento, como por exemplo: *Lufankenda* nome de uma menina que significa “sentem pena”, proveniente de *kenda*=pena e *lufwa*=sentem. Outro exemplo é do nome *Vavakala* que significa “esteve aqui”, sendo *vavá* =aqui; *kala*=esteve. O nome é formado a partir de classes de palavras, especificamente substantivos, adjetivos, verbos e advérbios para formar uma única unidade. O objetivo da formação do nome a partir de elementos dessas classes de palavras visa descrever e marcar as condições em que a cri-

ança foi nascida. Esse fenômeno não se verifica nos nomes de origem europeia.

O segundo nome atribuído nos Bakongo homenageia alguém importante, um benfeitor, padrinho, padre, pastor ou é o nome de um avô, avó ou parente do pai. Essa atribuição do nome não pode ser feita por qualquer membro da família, mas sim tem de ser alguém qualificada socioculturalmente. Para que o nome vinque é necessário que haja uma cerimônia para informar aos antepassados. Na cultura dos povos Bakongo, o(a) finado(a) não desaparece. Ele/ela continua na vida dos vivos influenciando-os no cotidiano. Os curandeiros têm o poder de estabelecer a comunicação entre os vivos e mortos.

No séc. XXI, as famílias Bakongo (especialmente os que moram nas zonas urbanas e suburbanas das grandes cidades angolanas) abandonaram a tradição e atribuem nomes europeus para que os filhos não sejam excluídos na sociedade urbana. Essa perda de identidade é perigosa se queremos uma sociedade com identidade própria e com características próprias. Alguns pais escolhem um nome público ou mais oficial, certas vezes, quando o indivíduo se torna adulto. Desta feita, o sujeito pode ainda adotar um terceiro nome, não raro em função de conversão religiosa, ou por circunstâncias de sua vida. Os pais não são os únicos a dar nome ao filho. No fim dos ritos de circuncisão nas cerimônias de iniciação alguns anciões atribuem novo nome ao adolescente ou jovem.

Todavia, alguns destes nomes que indicam a ordem dos iniciados numa classe de idade continuam a existir, tais como *Mbala*, *Kiala*, *Lukoki*. Contudo, a nomeação feita ao final dos ritos de iniciação pode ter se deslocado para o batismo cristão, mantendo o costume da nomeação em momentos diferentes e marcantes da vida. Sendo assim, uma moça que recebe o nome da avó, além de ser chamada

pela família de ‘avozinha’, pode ser chamada também pelas irmãs da avó de ‘irmã’, pelos filhos classificatórios desta avó de ‘mãe’ ou ‘mãezinha’ e assim sucessivamente. A mesma forma de tratamento pode ser dispensada aos ‘xarás’, independentemente da posição que ocupem na hierarquia familiar. O xará recebe o mesmo respeito que o dono do nome, mesmo quando ainda é criança ou adolescente.

Por outro lado, fora do contexto Bakongo, Cabral (2007, p. 21) descreve que os nomes, para além de classificar socialmente as pessoas, agem ativamente sobre a situação em que os sujeitos se encontram e as formas de vida que levam. Desta feita, os nomes congelam toda uma série de identificações e diferenciações ocorridas no passado. Ao puxarem as pessoas e narrativas, os nomes de pessoas atuam não só sobre as pessoas que os transportam, mais também sobre todos nós que com eles nos cruzamos.

Vejamos alguns nomes Bakongo. Colocamos o significado que cada nome tem:

Bengui: alguém que a família tem como defensor

Kiala: homem corajoso

Makudivavila: o que procuraste

Matondo: agradecimento

Kialunda: o que está guardado

Mayamona: o que vi, o que vivi, o que me aconteceu.

Makubu: aquele que tem fama

Mbiavanga: o mal que fizeram

Makuntima: o que está no coração

Salakiaku: trabalha o que é seu

Talakaka: observa só

Xilulu: promessa feita

Xangango: acautela-te ou fica esperto neste mundo

Nzambi Tata: Deus Pai

Ngonbu: aquele que adivinha

Lomba: aquele que veio por meio de um pedido

Sita: estéril, alguém que não concebe

Nioca: cobra

Como se pode observar esses nomes são intraduzíveis em português. O ato de nomear, segundo Cabral (2007), é um dos primeiros momentos de inserção da pessoa numa categoria social de gênero. A inserção do nome feminino ou masculino na menina ou no menino que nasce é a incorporação de uma marca de diferenciação social de gênero que investe de significado a pessoa nomeada, iniciando um longo e complexo processo de feminização ou masculinização que se prolonga no tempo. A atribuição do nome é feita uma semana após o nascimento da criança. É proibido atribuir nome antes do nascimento. Mesmo que os pais tenham a ideia do nome que pretendem atribuir não podem anunciar a ninguém até que a criança nasça. Há um tabu segundo o qual, o anúncio antecipado do nome do feto atrai feiticeiros que podem fazer mal à gestante e de repente nascer um animal que não seja humano.

Considerações finais

O nome Angola se formou a partir de duas palavras da língua kimbundu: da junção de *A'na* que significa *filhos* e *ngola* é o nome do *reino ngola*. O nome foi dado em homenagem ao Rei Ngola Kilwangy Kya Samba. Os nomes fazem parte do cotidiano. Segundo Alves (2017) a atribuição do nome tem a função de particularizar a coisa, objeto ou ser. Em muitos momentos a atribuição segue regras e nos nomes de pessoas é mais minucioso. A cultura entra em jogo nesse

processo. A preservação da cultura Bakongo é percebida em várias vertentes na sociedade angolana, nelas se destaca a forma como são resolvidos os problemas de caráter tradicional, como é o caso do *alambamento* (dote). A língua oficial da cerimônia do *alambamento* é uma das línguas africanas no ambiente rural e português na área urbana.

Existe uma vontade de controle por parte dos mais velhos sobre as novas gerações, porque a sociedade confiou a eles a missão de transmitir valores às novas gerações, esses jovens serão adultos no futuro e assumirão responsabilidades no seio familiar ou no grupo social. Ou seja, a médio prazo, as escolhas culturais feitas pelos jovens em determinado contexto podem encontrar posteriormente um espaço de legitimação, de acordo com os novos papéis que estes assumem no âmbito familiar ou grupal e do status que passam a conquistar.

O nome atribuído por ocasião do nascimento é escolhido de acordo com as circunstâncias do parto. Quando falamos das circunstâncias nos referimos às condições climáticas, do estado do tempo, da saúde da mãe, das condições econômicas da família, da visita de alguém especial, da morte de alguém mais importante na família entre outras circunstâncias nas quais a criança nasce.

Desta forma, descrever uma língua de um grupo étnico é bastante complexo, pois é por intermédio da descrição da língua que se pode conhecer a cultura desse povo. Por exemplo: em kikongo ‘bom dia’ se diz: *Luxíkamene kiambote*, ‘boa tarde’ se diz: *Lunanguini kiambote* e ‘boa noite’ se diz: *luleka kiambote*. Na tradição bakongo, a saudação não envolve o adjetivo ‘bom’, tal como acontece nas línguas europeias: *bonjour*, *good morning*, *buenos dias*, etc. No entanto, quando falamos de língua podemos englobar também a cultura (cultolinguística), pois ambos são conceitos diferentes, mas que se interligam entre si, ou seja, a noção de língua não pode ser compreendida

separadamente da cultura e vice-versa. Como se pode observar, a língua representa culturalmente um determinado povo. Tanto a cultura quanto a língua são construções sociais, pertencem ao social e só existem enquanto existir um grupo social. Tanto a cultura quanto a língua são identidade do grupo socioculturalmente organizado e é na base delas que diferenciamos ou caracterizamos o indivíduo.

Cada palavra da língua kikongo carrega traços socioculturais inexistentes em outras línguas. Isso torna a língua um patrimônio imaterial de humanidade. Muitas línguas angolanas estão em vias de extinção devido a políticas linguísticas malsucedidas desde ao alcance da independência em 1975. Uma vez que o português é a única língua oficial, isto faz com que as outras línguas africanas sejam desprezadas e conseqüentemente não ensinadas nas escolas. Se o kikongo fosse a segunda língua oficial e de ensino nas regiões dos povos Bakongo, estaria mais revitalizada e o número de falantes estaria aumentando. A obra de Ki-Zerbo (2006) mostra que se a educação em África fosse em línguas locais, os índices de aprovação seriam maiores, haveria autoestima dos falantes dessas línguas. O autor afirma que o problema das línguas é fundamental, porque diz respeito à identidade dos povos. E a identidade é necessária, tanto para o desenvolvimento quanto para a democracia. As línguas dizem respeito à cultura, aos problemas da nação, à capacidade de imaginar, à criatividade quando falamos numa língua que não é originalmente a nossa, exprimo-nos de forma mecânica e mimética, salvo exceções (KI-ZERBO, 2006).

Segundo Ki-Zerbo, se as línguas angolanas fossem instrumentos de ensino estariam revitalizadas, seriam importantes e teriam o mesmo valor simbólico que português têm. Ki-Zerbo (2006) é cauteloso ao discutir que é impensável e impossível rejeitar as línguas europeias impostas pelo colonizador, porque elas servem de comu-

nicação com outros povos e com o mundo internacional. Valorizar línguas de contato internacional não significa desprezar a sua própria língua. Os povos africanos são por natureza povos de tradição oral, o que significa que a transmissão dos conhecimentos é feita pela oralidade de geração em geração, partindo dos mais velhos (anciões, idosos, conselheiros) para os mais novos. A importância do mais velho é relevante nas tradições Bakongo porque são eles os detentores de conhecimentos que permitem a continuação do saber das gerações.

Concluimos reafirmando que os nomes nas tradições Bakongo carregam segredos da cultura, dos traços tradicionais daquele povo. A perda desses traços é resultado da aculturação que se verifica nas últimas décadas. Muitos Bakongo saíram das suas zonas de origem para as grandes cidades e já não seguem as tradições. A modernidade é um grande desafio para cultura e povos africanos. A língua kikongo também é menos falada nas zonas urbanas e mesmo os Bakongo que moram na área rural tendem a aprender a língua oficial, o português.

O ‘elemento nome’ nas tradições bantu ou khoisan precisa de estudos mais aprofundados, porque o efeito da sua criação se distancia de tudo o que se vê nas diversas línguas europeias. Os nomes de países também carregam esse elemento cultural. Por exemplo: Namíbia (vem de línguas koi-san e significa ‘lugar onde não há nada’; o nome Sudão vem do árabe *bilad as-sudan* que significa ‘terra dos negros’; O nome Moçambique provem do nome de um sheik árabe Mussá Ben Mbiki; Madagascar provem da língua malgaxe ‘madagasikara’ que significa ‘fim da terra’. Que fique clara a ideia de que o nome do país foi uma ideia colonialista europeia. Para os africanos não interessava o país, mas sim a etnia. O país é a etnia (o membros e o espaço geográfico ocupado). A estrutura social e política se organizava em etnia e os lugares eram conhecidos pelos nomes de líderes desses grupos

populacionais.

Quem atribuiu os nomes dos países africanos foram os europeus na Conferência de Berlim, na partilha de África em 1884/1885. A noção do nome do país (como Angola, por exemplo) não tem significado (nem faz sentido) para as tradições e origens dos povos, mas sim a etnia. A noção do nome do país é artificial e não possui uma identidade única.

Referências

ALVES, Maria José. *A formação de nomes comerciais nas cidades de Palmas (TO) e de Catalão (GO): questões de identidade linguística e cultural*. 2017. 134p. Dissertação. (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade de Goiás, catalão 2017.

ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. Luanda: Assembleia Nacional, 2010.

BAGNO, Marcos. *A norma oculta, língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BARRETO, Luís Filipe. *A aculturação portuguesa na expansão e o lusotropicalismo*. v. 9, p. 478-503. s.d.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Trad. Celso Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CABRAL, João De Pina, VIEGAS, Susana de Matos (Org.). *Nomes: etnicidade e família*. Coimbra: Almedina, 2007.

CALVET, Louis-Jean. Fundamentos de uma ecologia das línguas. In: COUTO, Hildo Honório do et al. (Org.). *O paradigma ecológico pasta as ciências da linguagem: ensaios eco linguísticos clássicos e contemporâneos*. v. 2. Goiânia: Ed. UFG, 2016. p. 351-372.

CAMARA JR. Joaquim Mattoso. Língua e cultura. *Letras*. v. 4, p. 51-59, 1955. Disponível em: revistas.ufpr.br. Acesso em: 21 abr. 2019.

CARMO, Gabriel Egídio do. *Blog Geografia*. Viçosa: UFV, 2014. Disponível em: suburbanodigital.blogspot.com. Acesso em: 27 fev. 2019.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. As origens dos nomes de pessoas. *Domínios de linguagem*. Ano 1, nº1, s.p., 1ºsem. 2007.

COTRIM Gilberto. *Fundamentos da Filosofia*. São Paulo: Eneida C. da Silva Gordo, 2006.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

COUTO, Hildo Honório do; COUTO, Elza Kioko N. N.; BORGES, Lorena Araujo de O. *Análise do discurso ecológica*. Campinas, SP: Pontes, 2015.

CUCHE, Dennys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 1999.

DEREAU, Léon. *Lexique kikongo-français & français-kikongo*. Namur: Maison d'Éditions Ad. Wesmael-Charlier (S.A.), 1957.

DONEUX, Jean Léonce. *Histoire de linguistique africaine des précurseurs aux années 70*. Paris : PUP, 2003.

FARACO, Alberto, Carlos. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editora, 2006.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural II*. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando África?* Entrevista com René Holenstein. Trad. Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MAMONA, Patrício. *Escrita do Kikongo*, 2016. Disponível em: www.kiakongo.com. Acesso em: 17 dez. 2018.

MUFWENE, Salikoko S. *Kituba, kileta, or kikongo? What's in a name? Le nom des langues III. Le nom des langues en Afrique sub-saharienne : pratiques dénominations, catégorisations. Naming Languages in Sub-Saharan Africa: Practices, Names, Categorisations (sous la direction de C. de Féral)*, Louvain-la-Neuve, Peeters, BCILL 124, 2009, p. 211-222.

PÉLISSIER, René Douglas Wheeler. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da

China, 2009.

PEREIRA, Luena Nunes. *Os Bakongo de Angola: religião, política e parentesco num bairro de Luanda*, São Paulo: Serviço de Comunicação Social, 2008.

PEREIRA, Luena Nunes. Religião e parentesco entre os bakongo de Luanda. *Afro-Ásia*, v. 47, p. 11-41, 2013.

RIBEIRO, Maria Josélia; PAWLAS, Nilsa de Oliveira. Causas e consequências da aculturação dos povos guarani na aldeia pinhal de espigão alto do Iguaçu (PR). *Cadernos PDE*. v. 1. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor. 2013.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. Rio de Janeiro: Cultrix, 2006.

TANGA, Lino. *O ensino indígena em Angola e o papel dos missionários*. 2012. 70p. (Dissertação). Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas. Instituto Universitário de Lisboa: Lisboa, 2012.

TIMBANE, Alexandre António. Analisando o léxico nas variedades do português: contornos da cultura moçambicana na língua portuguesa. In: PARRERA ALMEIDA, Fabiola A. Sartin Dutra; DUARTE XAVIER, Vanessa Regina (Org.). *Diálogos e perspectivas nos estudos do léxico e formação de professores*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018. p. 15-44.

TIMBANE, Alexandre António; COELHO, Dayanny Marins. A expansão lexical em produtos alimentícios industrializados no português brasileiro. *Confluências*. n° 54, p. 222-243, Rio de Janeiro, 1º sem. de 2018.

TIMBANE, Alexandre António; REZENDE, Meire Cristina Mendonça. A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. *Travessias*. v. 10, n. 3, 28. ed., p. 388-408. 2016.

TIMBANE, Alexandre António. A lexicultura no português de Moçambique. *Linguagem: estudos e pesquisas*. v. 18, n. 2, p. 43-59, jul. /dez. 2014.

TRIPLOV.COM.ORG. *Mapa Etnolinguístico de Angola*. s.d. Disponível em: www.triplov.com. Acesso em 28 fev. 2019.

Resumo:

H3 sociedades em que o fen3meno linguístico ‘nome’ recebe um grande respeito. Isso acontece porque a atribuic3o do nome 3 cultural e surge da necessidade socioantropol3gica do ser humano. Atribuímos nomes a seres animados e inanimados, visíveis e invisíveis a todo momento (TIMBANE & COELHO, 2018). A cultulinguística estuda as relaç3es entre a cultura e linguística de um povo ou grupo 3tnico. A presente pesquisa visa analisar e discutir a atribuic3o do nome na cultura dos Bakongo de Angola. 3 uma pesquisa bibliogr3fica que, a partir da busca e coleta de informaç3es dos pais, av3s e anci3es, buscou compreender os significados que o nome carrega. Ap3s an3lise concluiu-se que o nome carrega elementos da cultura para al3m de transmitir uma identidade sociocultural Bakongo.

Palavras-chave: Nome; Cultura; kikongo; Bakongo; tradiç3o.

Abstract:

There are societies in that the linguistic phenomenon ‘the name’ receives great respect. This is because attribution of the name is cultural and arises from the socio-anthropological need of the human being. We attribute names to animate and inanimate beings, visible and invisible at all times (TIMBANE & COELHO, 2018). Cultulinguistic studies the relations between culture and linguistics of a people or ethnic group. The present research aims at analyzing and discussing the attribution of the name in the culture of the Bakongo of Angola. It is a bibliographical research that the search for and collection of information from parents, grandparents and elders sought to understand the meanings that the name carries. After analysis it was concluded that the name carries elements of the culture in addition to transmitting a Bakong sociocultural identity.

Keywords: Name; Culture; kikongo; Bakongo; tradition.

Recebido para publicação em 21/04/2019.

Aceito em 04/10/2019.

Albarradas: pertinencia de los saberes ancestrales frente a la colonialidad del desarrollismo

María Fernanda Vallejo Aristizábal

Universidade Estadual de Londrina, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-2850-0958>

fernandavallejo1966@gmail.com

Introducción

En las áreas dominadas por el “Bosque Seco tropical” o ecuatorial se han construido y mantenido los sistemas tradicionales hidráulicos conocidos como “albarradas”. Estas formas de preservar y contener el agua por retención son reservorios de agua artificial de lenta formación que han permitido el abastecimiento de agua en zonas carentes durante casi todo el año, gracias a una tecnología ancestral que desde hace 3.800 años ha concedido la vida al Bosque Seco en la costa pacífica del Ecuador y norte del Perú (MARCOS y BAZURCO, 2006).

Esta aplicación tecnológica constituye una sorprendente muestra de simbiosis ser humano/naturaleza, un ejemplo de metabolismo social que deviene en resiliencia y sustentabilidad, en la medida en que

da cuenta de un complejo sistema de organización social de tipo comunitario para aplicar sistemáticamente un vastísimo conocimiento de los ciclos y vulnerabilidades de un ecosistema tan frágil como estratégico, cuyos servicios ambientales aún hoy son imprescindibles para la preservación de la vida de un sinnúmero de especies endémicas de flora y fauna, pero sobretodo y en consecuencia, de la vida de comunidades asentadas ancestralmente en sus territorios; es más, de su cuidado en la actualidad, dependen tanto la continuidad de los ciclos hídricos subcontinentales, como la prevención de procesos de desertificación.

La depredación, uso irracional e insustentable de estas regiones, viene desde la colonia y está acompañada, además, de procesos de apropiación y concentración de tierras comunitarias; sin embargo, la mayor amenaza al Bosque Seco y a las comunidades ancestrales, tanto por su gran escala y tipo de tecnología utilizada, como por el poder de concentración de tierra y recursos que conllevan, son las grandes represas llamadas “multimodales” que han ocupado casi todos los cursos importantes de agua en el Ecuador.

El sistema de albarradas constituye un ejemplo emblemático de una disputa histórica de territorios y saberes, que la colonialidad capitalista no permite visualizar; un ejercicio perseverante de resistencia frente a los mecanismos autoritarios que tras una narrativa de desarrollo y progreso, configuran un sistema político y jurídico de despojo que invisibiliza, descalifica y deshabilita comunidades y su capacidad auto gestionada de satisfacer digna y plenamente sus necesidades.

Teniendo como telón de fondo ese despojo, concentración y acumulación; la narrativa del desarrollo, aplicada desde el Estado, las agencias multilaterales y las ONG’s, no funge solo como coartada para la aplicación de programas, normas y políticas que niegan dere-

chos ancestrales, desplazan comunidades y rompen ciclos ecosistémicos; es, por otro lado, una clara muestra de ignorancia arrogante de un conocimiento que, no pudiendo mostrarse más eficaz y pertinente, opta por imponerse desde la fuerza coercitiva del Estado, sus leyes, sus mecanismos financieros y sus alianzas con las élites locales.

El Bosque seco ecuatorial y su importancia ecológica

En la costa del Pacífico de Ecuador y Perú se encuentra el Bosque Seco tropical, denominación genérica que describe una zona geoclimática específica en el mundo. Para el área que nos ocupa una designación más exacta es la de Bosque Seco ecuatorial o bosque tumbesino, si bien algunos autores (AGUIRRE Z. et al., 2006) identifican al Bosque Seco desde el sur de la provincia de Esmeraldas, y zonas de la provincia de Loja; una ubicación más específica establece que comprende una faja costera de 100 a 150 km de ancho, desde la península de Santa Elena en Ecuador hasta la cuenca media del río Chicama en el departamento de La Libertad en Perú. La temperatura media anual está entre los 23° y los 24° grados; las precipitaciones ocurren en invierno (enero-mayo), son muy variables y, cuando se produce el fenómeno de El Niño, son excepcionalmente altas. Se ha establecido una media anual de 400 mm/año (AGUIRRE Z. et al, 2006)

Este bosque se caracteriza por una prolongada estación seca, que produce períodos de aridez. La evaporación es muy activa, mientras que los niveles de temperatura y luz permanecen más o menos constantes durante el año. Lo normal son lluvias cerca de los 500 mm/año en la parte norte y 100 mm/año en la parte sur, con unos 9 meses de sequía. Las neblinas matutinas y vespertinas son de gran importancia

para la vegetación. Debido a las escasas precipitaciones, los procesos ecológicos son marcadamente estacionales y la productividad primaria neta es menor que en los bosques húmedos. En esa estacionalidad, los cortos períodos de intensa lluvia son imprescindibles para garantizar una recarga cíclica de los acuíferos subterráneos. La interdependencia ecológica a lo largo de las cuencas hídricas es determinante para el mantenimiento o fragilización de este ecosistema. El llamado Fenómeno de El Niño, aparece de manera cíclica en estas áreas, incrementando dramáticamente la pluviosidad, provocando inundaciones y desbordes de ríos.

Según Madsen et al. (2001), el Bosque Seco es una zona identificada por su valor biológico y alto nivel de endemismo de especies de flora y fauna; es una de las 4 zonas endémicas más importantes del planeta. En el Ecuador los bosques secos tumbesinos originalmente cubrieron el 35% de la costa, pero actualmente la mayor parte ha desaparecido o se encuentran muy degradados. Por su acelerada degradación y deforestación resulta una prioridad global para la conservación.

Ha sido objeto de siglos de procesos extractivos insustentables; sin embargo, es en el Siglo XX cuando se ha intervenido de manera drástica y en gran escala. En la década de los 70 se instalaron fábricas de pescado. En los años 80, se introdujeron piscinas de camarones, producción que disminuyó de manera dramática el manglar. “El acelerado crecimiento urbano debilitó las antiguas formas de producción vinculadas al Sistema de Albarradas, se impuso un nuevo modelo de explotación de recursos y nuevas formas de trabajo asalariado” (MARCOS y BAZURCO, 2006, p. 105).

Un proceso tan sostenido de depredación mostró claramente sus impactos desde la década del 50 con la acentuación de los ciclos de

seguía que, entre 1949 y 1969 provocó un éxodo masivo de población y en consecuencia, muchas albarradas no pudieron seguir manteniéndose. Iniciándose la pérdida de una tecnología que, frente a tanto deterioro ecológico, permitía la continuidad de los ciclos ecosistémicos, principalmente los hídricos.

Las Albarradas como sistema integral de conocimiento.

Las *Albarradas* son humedales artificiales, estructuras complejas que han permitido a comunidades ancestrales durante muchos siglos, la obtención y el uso del recurso agua, de un modo sostenible y equitativo. Su construcción y funcionamiento se basan, por un lado, en la aplicación articulada del saber local sobre diversos elementos del medio ambiente y, por otro, en las formas autóctonas de organización y manejo del recurso. Un conocimiento local de raíces muy antiguas, cuya continuidad tecnológica y de uso por cerca de 4 mil años, constituye parte importante del patrimonio eco-cultural de las Comunas de la Costa y una alternativa sustentable de acceso equitativo al agua para consumo humano, animal y agroproductivo en las zonas áridas del Ecuador.

Según el grupo de investigación del Proyecto Albarradas en la Costa del Ecuador¹, las albarradas son construcciones hidráulicas que se componen de muros de tierra bien definidos e identificados como cabecera y brazos. Las formas de las albarradas son variadas, pueden

1. Esta investigación interdisciplinaria fue conducida durante tres años (2000-2003) por el Centro de Estudios Arqueológicos y Antropológicos (CEAA) de la Escuela Politécnica (ESPOL) de Guayaquil y la Universidad Autónoma de Barcelona. El grupo desarrollo colocó una página educativa en la web: www.albarradas.espol.edu.ec Acceso el 04 de Julio de 2018.

ser: circulares; semicirculares (con forma de herradura, las más comunes); o circular alargada (con cola). En realidad estas formas pueden estar claramente definidas o pueden ser irregulares. En todo caso llegan a formar parte del paisaje y del entorno no “sólo” a nivel estético sino que se complementan con este ecosistema frágil mejorando de manera notable la aridez del suelo con su implementación.

Se llenan mediante un lento proceso de acumulación de agua de lluvia proveniente de las escorrentías o agua de lluvia que corre por la superficie y forma pequeños riachuelos que se forman cuando llueve; y también del agua que baja de las elevaciones cercanas, en pequeños cauces que corren durante la estación lluviosa, localmente se los llama “chorrillos”, “mangas” o “manguitas”. Cuando ocurre exceso de lluvia en el corto período de la corriente de El Niño en la que se concentran fuertes y prolongadas lluvias, las albarradas frenan estos efectos hostiles.

Según Jorge Marcos (2004), al contrario de lo que comúnmente se cree, no son simples sistemas de captación y almacenamiento de agua lluvia en superficie, sus estudios arqueológicos le llevaron a comprender las albarradas como parte de un sistema más complejo, asociado a la recarga de acuíferos en tanto son instaladas sobre areniscas permeables, son resultado de la revolución neolítica que intensificó la agricultura en la etapa Valdivia, durante el período formativo temprano. Es un sistema integral de conocimientos destinado a la gestión del agua tanto en escasez (albarradas) como en exceso (camellones²): pues el ciclo corto de lluvias produce inundaciones, las mismas que se acrecientan con el cíclico Fenómeno de El Niño³.

2. Montículos de tierra diseñados para elevar el nivel de las áreas cultivadas, permitiendo durante los ciclos de inundación, que el agua corra por los lados sin cubrir completamente la superficie y al mismo tiempo favoreciendo el riego en su base.

3. *El Niño* es un fenómeno climático relacionado con el calentamiento del Pací-

Al hablar de *sistema integral de conocimientos* (ALVAREZ, 2005), nos referimos a la ineludible existencia de un sistema social y comunitario que lo sustenta, así como una gestión colectiva de territorios (no una aislada aplicación tecnológica) que demanda un vasto conocimiento de la naturaleza y sus ciclos, así como una estructura social suficientemente organizada, capaz de gestionar la reproducción de su población, garantizando la reproducción de los ciclos ecosistémicos que lo permiten⁴.

Para Marcos (2004), los agricultores antiguos de la península de Santa Elena-Ecuador también atraparon la escorrentía en miles de pequeños reservorios en las cabeceras de microcuencas. Sin embargo, su idea no era el almacenamiento superficial de esa agua; en casi todas las albarradas fueron ubicadas sobre una formación de roca porosa, con el fin de recargar los manantiales aguas abajo, para sobrevivir las sequías prolongadas.

Un hecho que muestra la efectividad de estas infraestructuras ancestrales es que su construcción, uso y mantenimiento han perdurado y se han multiplicado en el tiempo. El manejo por parte de las co-

fico oriental ecuatorial, una irrupción cíclica de aguas superficiales cálidas, ubicadas en el océano Pacífico junto a la costa de los territorios de Perú y Ecuador, debido a inestabilidades en la presión atmosférica localizada entre las secciones Oriental y Occidental del océano Pacífico cercanas a la línea ecuatorial.

4. En esta región sólo llueve una vez al año durante un corto período de tiempo, los ríos son intermitentes y se secan rápidamente por lo que crear una fuente alternativa y estable de agua ha sido muy importante para estas poblaciones. Sin la presencia de esta tecnología distribuida por todo el territorio, se hace impensable concebir la ubicación de los actuales asentamientos humanos y su permanencia en el área desde hace tantos siglos. Estas estructuras requieren del mantenimiento y cuidado de la comunidad puesto que pueden ser destruidas en una época de abundante lluvia por la fuerza del agua. Así mismo, el limo arcilloso que arrastra el agua cuando se deposita en la albarrada puede bloquear el desagadero, o directamente disminuir su capacidad de carga hasta cubrirla completamente. Por estas y otras razones, es necesaria una población organizada y con experiencia en la construcción, cuidado y manejo de estas estructuras para que perduren en el tiempo.

comunidades, del sistema de albarradas ha implicado la aplicación de técnicas específicas para la construcción y mantenimiento de los muros y desagües, y a la vez se han aplicado conocimientos probados al emplear mecanismos de biocontrol, como la siembra de plantas y animales acuáticos escogidos para controlar y mantener la calidad del agua. Así mismo se siembran árboles en los muros para fortalecerlos y dotar de sombra, de modo que las albarradas cumplen adicionalmente una función de sostén para la biodiversidad local. Con estas construcciones los pobladores aseguran su abastecimiento de agua y también inciden en la reproducción de la biodiversidad específica del Bosque Seco ecuatorial.

Los sistemas de albarradas garantizan la disponibilidad, gestión y distribución comunitaria del agua durante casi todo el año, a pesar de la aridez ampliamente descrita del Bosque Seco. Su importancia se debe a que no solo dotan de mejores condiciones de vida a la población, sino que de hecho y dadas las condiciones socio-ambientales, se convierten en el soporte fundamental para cubrir demandas vinculadas a la reproducción social, la supervivencia económica de las comunidades locales y la sustentabilidad del entorno ambiental.

Buena parte de estas estructuras han permanecido en el tiempo gracias al trabajo de los pobladores de comunidades, quienes generación tras generación desde hace más de tres mil años las han conservado y permanecen como evidencias físicas incuestionables de su utilidad para la permanencia de la vida humana y de la biota en la zona.

Desafortunadamente, la avanzada de emprendimientos industriales como las camaroneras o producción ganadera a gran escala, o peor aún, la presencia de un sinnúmero de proyectos hídricos “multimodales” que desarticulan todo el escaso circuito hídrico de una región frágil, junto con el acaparamiento de tierras y el acelerado cambio en

el régimen de propiedad en la región, constituyen severas amenazas tanto para el ecosistema, como para las sociedades que lo han cuidado.

Señoríos Étnicos: rupturas y continuidades históricas

Siguiendo la perspectiva de Galo Ramón V. (2008), las sociedades que se desarrollaron en lo que hoy es el territorio ecuatoriano, sur de Colombia y norte de Perú, desarrollaron agricultura al menos 5.300 años antes de la llegada de los españoles, altamente conocedoras de su entorno, llegando a formar grandes áreas culturales (RAMÓN, 2008) y enfatiza:

[...] los cambios cualitativos operados en estas sociedades, estuvieron fuertemente relacionados con revoluciones agrarias y la intensificación productiva, producidas por el descubrimiento o adaptación de nuevas tecnologías, el manejo de la humedad y de los recursos naturales, y por saltos en la organización social (RAMÓN V., 2008, p. 12).

Los distintos estudios, tanto arqueológicos, como etnohistóricos⁵, de la región costera Norandina, coinciden en señalar la existencia de sociedades crecientemente complejas, tanto por el temprano desarrollo agrícola en regiones de escasez hídrica, así como su estratégico y dinámico rol comercial que se expandió por la vía marítima hacia Mesoamérica y por rutas interandinas hacia el norte del actual Perú y la Amazonía. Un proceso de largo aliento que fue acrecentando la especialización productiva y la jerarquización social, lo que dio lugar

5. Véase ESTRADA, 1979 (1957); HOLM 1982, 1988; LATHRAP, 1980, entre otros.

a la conformación de *Señoríos Étnicos*⁶ que, en el caso de la costa, estuvieron a cargo de *shamanes*. Ellos son encargados del control y la redistribución de riqueza gracias a su fina capacidad de predicción de las lluvias, factor clave para garantizar la producción agroalimentaria, en base a una tecnología altamente pertinente: los jagüeyes o albarradas; cuyo manejo, además de asegurar el acopio de agua durante los largos períodos de estío, permitía recargar acuíferos subterráneos para acceder también a pozos profundos.

Según Ramón V (2008), entre los siglos X al XV se crearon extensas áreas culturales, en las que los grupos compartían el idioma, el desarrollo tecnológico y la cultura, sin configurar una única entidad política. Más adelante, entre los Señoríos Étnicos en la costa del actual Ecuador, el creciente control territorial que les permitía su rol de mercaderes y su tecnología agraria, dio lugar a la conformación de jefaturas y confederaciones que con el tiempo se consolidaron hasta formar sociedades paraestatales. La conquista incaica produjo una ruptura parcial de estos procesos, que dio lugar a la ocupación del Incaico en la región interandina y la ruptura en el flujo dinámico de las sociedades costeras y amazónicas. Siguiendo al mismo autor:

[...] entre las sociedades de *sistemas comerciales en la costa*, habían cinco grandes áreas culturales: el señorío de Salangome o manteños, los huancavilcas, los punaes o lampunas, los tumbecinos y los chonos, cada una de ellas contenía una diversidad de pueblos y etnias que habían sido incorporadas en los procesos de expansión que éstas vivían (RAMÓN V., 2008, p. 12)

Como se puede ver, aunque muy brevemente descritas, se trata de sociedades que alcanzaron un alto grado de desarrollo social, económico, tecnológico, comercial y político, formaciones socio-económi-

6. OBEREM, 1981; SALOMON, 1980; RAMÓN, 1990; ESPINOSA SORIANO, 1988.

cas capaces de satisfacer ampliamente las necesidades de su población, de controlar estratégicamente la circulación de bienes de alto valor simbólico como la concha spondylus (bien ritual y moneda pancontinental); pero también de productos vitales como cacao, maíz, coca, algodón, obsidiana, entre otros, junto con la información y conocimiento producidos en los Andes y en Mesoamérica. Sociedades altamente especializadas, cuya organización social permitió la movilización de gran cantidad de mano de obra para construir, manejar y mantener todos los sistemas hidráulicos que impulsaron una producción de excedentes en condiciones ecológicas poco favorables.

La singularidad histórica de estos pueblos, cuyo estudio aún no consigue respuestas de consenso, a nuestro modo de ver, ha permitido en parte su persistencia en el tiempo, a pesar de la violenta conquista española y las rupturas económicas, culturales, tecnológicas y políticas que trajo la imposición colonial y republicana. Su asentamiento en regiones poco apetecidas por los españoles, podrían ser algunas de las razones por las cuales, los descendientes de esos Señoríos, mantuvieron en parte sus sistemas productivos, sus saberes tecnológicos y su ocupación comunitaria de territorios. Al menos hasta finales del siglo XX.

Estudios etnográficos sobre estos pueblos dan cuenta de poblaciones organizadas en Comunas y Comunidades que, cuando menos hasta la década de 1970, ocupaban importantes extensiones territoriales, en lo que hoy es el sur de la provincia de Manabí y la provincia de Santa Elena. Según Silvia Álvarez, el estudio y levantamiento de albarradas permitió identificar la organización comunitaria que las cobija:

[...] la mayor parte de la población nativa ha mantenido un sorprendente proceso organizativo mediante el cual resistió la etapa colonial

y republicana hasta su actual legalización comunal. Esto significó entre otras cosas mantener la gobernabilidad sobre un amplio territorio étnico que es donde se ubican la gran mayoría de las albarradas registradas (ALVAREZ, 2005, p. 36).

De acuerdo con la autora, el Sistema de Albarradas es un “conjunto articulado y complementario, un patrimonio colectivo y compartido históricamente entre varias comunidades”; y agrega que “su existencia, reproducción y funcionamiento real [...] transcurre dentro del marco sociocultural de las Comunas” (ALVAREZ, 2005, p. 26).

Existiría además, una estrecha interconexión de obras de captura de niebla en regiones montañosas tierra adentro del Litoral, caracterizadas por la presencia de bosques nublados y con el manejo y uso de los manglares en los filos costaneros. Este manejo integrado alcanzado por los Señoríos precolombinos, pese a la interrupción colonial, se mantuvo entre los pueblos asentados en estas tierras, permitiendo una próspera producción agrícola en la zona de montaña y sustentando la vida de poblaciones recolectoras de moluscos en los manglares, hasta casi el final del siglo XX.

Existe un enorme vacío en estudios que den cuenta del devenir de estos pueblos que conquistaron una autonomía negociada frente al incario y lograron, en la primera etapa de la conquista, desalentar las expediciones españolas mostrándose como territorios carentes de oro y metales preciosos; aparentemente, la riqueza que estas sociedades desarrollaron mediante el comercio y los excedentes alimentarios, no llamaron la atención. Sin embargo, los recursos naturales de estos territorios fueron también objeto de extracción y acumulación durante cinco siglos. No es afán del presente trabajo, pero este largo período merece ser más estudiado indudablemente.

De cualquier manera, el siglo XX encuentra a los descendientes de los señoríos manteniendo sus modos de vida y tecnologías ancestrales,

con sociedades organizadas en comunas de hecho y de derecho⁷ (al menos en el sur de Manabí y la actual provincia de Santa Elena), poseionarios de importantes territorios comunitarios, habiendo perdido sus lenguas vernáculas y auto-identificados como mestizos.

En cinco siglos de asedio colonial, los otrora pueblos ricos y autónomos pasaron a formar parte de los territorios de pobreza en el Ecuador. En Manabí por ejemplo, según datos del INEC (2010), existe un 74,8% de pobreza en la provincia, el 47,4% de indigencia, el 39,6% de menores de 5 años padece desnutrición crónica. En Santa Elena, por su parte el 42,46% de la población se encuentra bajo la línea de pobreza y el 30,53% en extrema pobreza. La mayor parte del territorio del cantón Santa Elena es ancestral, y así mismo la mayoría de su población se encuentra en la zona rural 55,2%. Nos referimos a poblaciones asentadas en los que fueron dominios de Señoríos *Salangome* y *Chonos*.

Como señalamos ya, a partir de los años 70 con la construcción y multiplicación de proyectos multimodales, represas y trasvases con fines de riego y producción de energía eléctrica, se han venido constituyendo en una red y un enorme cerco de despojo, que está produciendo una pérdida acelerada de tierras comunales y familiares, el deterioro de sus recursos naturales, y el desplazamiento forzado de poblaciones campesinas que hasta ahora habían sido autosuficientes, productivas y autónomas.

7. Según las leyes de comunas de 1938 y de 2004. Es relevante destacar el carácter inalienable en la primera ley, y la existencia de procedimientos muy claros en la segunda para procesos de enajenación, puesto que gran parte de territorio comunal perdido, como veremos, es fruto de procesos fraudulentos de compra y apropiación. En las actuales disputas identitarias y territoriales, este argumento es vital en la procura de restitución de tierras, cuando es posible.

El desarrollo y la idea de progreso, como coartada para el despojo

Para explicar el saqueo producido desde la segunda mitad del Siglo XX, es menester realizar una breve reflexión sobre la construcción del discurso del desarrollo, pues su clara identificación permitirá explicarnos la ruta seguida fielmente en el país y la gran cruzada de medio siglo para imponer las bases de nuevas formas de acumulación, en nombre del progreso:

hay un sentido en el que el progreso económico acelerado es imposible sin ajustes dolorosos. Las filosofías ancestrales deben ser erradicadas [...]; los lazos de casta, credo y raza deben romperse; y grandes masas de personas incapaces de seguir el ritmo del progreso deberán ver frustradas sus expectativas [...]. Muy pocas comunidades están dispuestas a pagar el precio del progreso económico (UNITED NATIONS, 1951: I, en ESCOBAR, 2007, p.20).

Nacido bajo la premisa fundamental de que la modernización era la única fuerza capaz de destruir supersticiones y relaciones arcaicas, para lo cual eran imprescindibles e inevitables la urbanización y la industrialización, que requerían la inversión de capitales para que juntos generen crecimiento económico, el *desarrollo* se configuró como el discurso único que logró colonizar la realidad a partir del término de la segunda guerra:

[...] desarrollo [es] una experiencia históricamente singular, la creación de un dominio del pensamiento y de la acción, con tres ejes que lo definen: las formas de conocimiento que a él se refieren, a través de las cuales llega a existir y es elaborado en objetos, conceptos y teorías; el sistema de poder que regula su práctica y las formas de subjetividad fomentadas por este discurso (ESCOBAR, 2007, p. 80).

Este discurso definió y designó los problemas y los ámbitos sobre los que el mundo debía actuar en concordancia con la búsqueda del progreso, tales como la *pobreza*, *tecnologías atrasadas*, *servicios públicos inadecuados*, *prácticas agrícolas arcaicas*, la plataforma irrefutable que colocó a las tres cuartas partes del planeta en la categoría de subdesarrollados, concertada sin objeción por todos, principalmente por los así designados. Esta dócil aceptación generó las condiciones óptimas para varios momentos de avanzada colonial, través de los mismos estados, y a través de las ONG's.

Como vemos, se trata de un aparato ideológico de potencia impositiva, que ha desarrollado por más de medio siglo los conceptos, las herramientas y las instituciones necesarias para cercar por completo la vida, las ideas, las instituciones y las relaciones de la mayor parte de la humanidad, ha venido operando libre y sistemáticamente en nuestros países.

En contraste, los pueblos indígenas comunidades locales insisten en el uso apropiado de sus tecnologías que suponen un manejo distinto del tiempo, determinado por los ciclos del entorno, y en el que pasado y futuro están necesariamente presentes. Los pueblos originarios han sido capaces de responder, con sus prácticas y con sus discursos a estas imposiciones, defendiendo la memoria de los territorios. Se trata de un ejercicio sistemático (de tiempo largo) de restitución de sentido y pertinencia a lo que las sociedades tejen en sus territorios, de modo que los saberes puedan seguir operando incluso en los contextos de mayor dislocación como en el caso de la expansión agroindustrial o las multimodales, o en contextos de imperceptible despojo como las leyes de propiedad intelectual, leyes de semillas o tratados de libre comercio.

Es una estrategia de deshabilitación. La ciencia positivista y su téc-

nica, no fueron capaces por sí solas de implementar sistemas de eficacia semejante⁸, de modo que su opción mercantil radica en torcer las reglas para impedir procesos autónomos de producción de alimento propio, como hasta ahora lo hacen. Las corporaciones necesitan del saber indígena y campesino, pero sujeto y condicionado.

Las falsas promesas, las narrativas irrefutables y “sacrificiales”

Es en nombre de ese progreso para todos, de la *irrefutabilidad* de la técnica como portadora del bienestar, que siempre algún grupo (minorizado, invisibilizado) debe sacrificarse en aras del bien general; se viene produciendo durante las últimas dos décadas, un despliegue arrollador de infraestructuras que retienen y violentan los ciclos hídricos en todo el litoral ecuatoriano. Mientras desde las comunidades locales, se enciende una consciencia política, identitaria y soberana, que contrapone discursos y prácticas, que presenta su hacer tecnológico (más barato y eficaz) para confrontar la inexorabilidad de esas infraestructuras. Su disputa es desigual, financiera, política y jurídicamente; sin embargo, su narrativa tiene una carga ética que desenmascara el propósito oculto, lo confronta con su propio discurso de eficiencia y productividad. Ante la insistente modificación de las reglas, la narrativa mediática⁹, el poder estatal para nombrarlas o desaparecerlas, las

8. Para revisión de cifras globales del aporte campesino e indígena a la alimentación global, véase *Quién nos alimentará: ¿la red campesina alimentaria o la cadena agroindustrial?* [S.l.]. ETCgroup, 3ª edición, 2017.

9. Véase por ejemplo:

CEDEGÉ: Presa Baba es obra de interés nacional. *Diario El Universo*. 03 may. 2004. Disponible en: www.eluniverso.com Acceso en 4 jul. 2018; SEIS megaproyectos hídricos ayudarán a evitar inundaciones y sequías. *Diario El Comercio*. 15 ene. 2016. Disponible en: www.elcomercio.com. Acceso en 4 de jul. 2018.

comunidades locales despliegan persistencia y aprendizaje.

Según Álvarez (2005), en Santa Elena –por ejemplo- con 84.336 habitantes que ocupan 407.132 ha, persisten activas 150 albarradas y se conservan 252 albarradas inventariadas entre Manabí y Guayas. Frente a cada inicio de obras, la demanda de derechos ancestrales a los territorios, la demanda del cumplimiento de consulta previa, la presentación de las albarradas como alternativa probada, no encuentran sino represión, imposición y propaganda mediática justificando el despojo.

Todos los proyectos, para iniciar las obras, despliegan una enorme propaganda (que curiosamente no llega a las comunidades afectadas, sino al momento de iniciar trabajos), una publicidad estándar, con estudios técnicos (muchos de ellos cuestionados técnicamente) y promesas más o menos semejantes:

- a) Energía eléctrica para las comunidades, el país y las industrias;
- b) Agua potable para las comunidades;
- c) Agua de riego para la temporada de estiaje;
- d) Impulso a la producción rural;
- e) Reducción de las afectaciones por inundaciones en zonas urbanas y valles.

En suma, *progreso* para todos. Una brevísima revisión de lo acontecido después de instaladas las obras en territorios comunales con albarradas o de influencia de ellas, nos muestra resultados menos que insignificantes, como veremos a continuación en algunas zonas afectadas.

En Santa Elena – Represa Daule-Peripa:

- 42 mil ha proyectadas; 24 mil bajo riego y no más de 6.000 hectáreas están siendo cultivadas, sin ninguna posibilidad de recuperar la enorme inversión (ESPINEL, 2008, p. 51).
- Se calcula que un 90% de las tierras bajo la influencia de los canales de riego fueron vendidas a empresarios y especuladores de tierras, en total no más de 300 propiedades. Según datos censales los comuneros representarían alrededor del 35% de los usuarios, pero poseen no más del 1% del área irrigada, mientras el 10% de usuarios concentra el 66% de la tierra irrigada (ESPINEL, 2008, p. 57)
- Las comunas NO tienen agua potable.
- Sin duda, no se puede pensar el saqueo del agua sin saqueo de territorio. En 30 años las comunas han perdido el 40% de su tierra por efecto de la especulación, y estafa. (ESPINEL, 2008; ÁLVAREZ, 2004).

Chone:

Según datos recopilados por Machado (2011) entre los principales impactos se encuentran:

- Para regar 2.200 ha proyectadas se inundaron 6.000 ha.
- Desplazadas 6.000 personas; 30 comunidades afectadas directa e indirectamente
- Estas comunidades producían: cítricos, cacao, ganado vacuno, porcino y avícola, leche y derivados, yuca, maíz, maní y plátanos. Algunos de sus productos -como la mandarina- se exportaban a Perú, Colombia y Venezuela.

- Esta producción agrícola ganadera de Río Grande generaba más de 4.000 empleos, estimándose en cerca de 20 millones de dólares anuales su aportación a la economía local de Chone
- La capacidad de control de inundaciones, en la actualidad es insuficiente.

Multipropósito Baba:

Para producir 45 megavatios de electricidad, los impactos fueron:

- 4.000 ha inundadas; 29 comunidades afectadas; 1500 familias desplazadas; 1300 aisladas. Aún existen desplazados sin reubicación
- Líderes muertos o criminalizados.
- Según el diagnóstico del Plan de Desarrollo y Ordenamiento Territorial-PDyOT, 2014-2019 del Cantón Baba (GADM BABA, 2014), donde está asentada la represa multipropósito y que fue elaborado en fecha posterior a la culminación de la obra, el 79% del cantón NO tiene agua de riego, el 78% que tiene agua de consumo, la obtiene de pozo, vertiente, río, acequia o tanquero.

Si estos resultados resultan vergonzosos, igual de oprobiosas resultan las acciones “compensatorias” que, a través de micro proyectos de desarrollo, contratados con ONG’s, se desarrollaron muy puntualmente con algunas de las poblaciones afectadas, sobre todo un conjunto de tanques reservorios que pomposamente llamaron “albaradas” (GONZÁLEZ, 2011), muchos de los cuales no resistieron los embates de las fuertes lluvias de El Niño y actualmente están en desuso.

Otro aspecto de gran relevancia es la inexistencia de informes de resultados, por parte de estas obras. Si en sus estudios de factibilidad y planes, señalaban números de hectáreas que serían regadas, números de comunidades beneficiadas con agua potable, entre otras proyecciones destacables, ¿por qué no existen informes posteriores que evidencien el cumplimiento total, o cuando menos parcial de esos planes? No existen tampoco auditorías de resultado por parte del Estado.

Por último, todos los procesos muestran una enorme opacidad en cumplimiento de requisitos básicos para operar como la aplicación consulta previa o presentación de estudios de impacto ambiental. Una revisión de notas de prensa de distintos momentos, muestra que las obras presentan sospechas o denuncias de sobrepagos e irregularidades, incumplimientos de planes y cronogramas, que aparentemente no tuvieron un seguimiento o fiscalización.

Algunas consideraciones finales

Es necesario desenmascarar la narrativa “sacrificial”; o sea: “la necesidad del sacrificio de unos pocos por el bien de muchos”. Si sumamos las comunidades afectadas directa o indirectamente y agregamos las afectaciones de tierra, el despojo y los perjuicios colaterales de camaroneras en nombre del progreso, la población arrojada a la pobreza podría perfectamente representar el tamaño de cualquiera de las ciudades del litoral ecuatoriano.

Hacen falta más estudios históricos que permitan reconstruir la geopolítica de estos territorios (principalmente desde el período republicano hasta nuestros días), sus historias de resistencia, su importancia indiscutible para el país, la relevancia de sus saberes vivos, el papel estratégico de sus organizaciones comunales.

Es interesante y digna de un estudio específico, la narrativa determinista del progreso plasmada en los reportajes, entrevistas y editoriales de prensa y otros medios, que este trabajo apenas mencionó, para contrastarlos con la evidencia posterior.

En su fase avanzada, el desarrollo constituye un instrumental puesto al servicio de una estrategia colonizadora donde “lo público” en colusión con “lo privado” concurre en el desmantelamiento de lo comunitario. Un verdadero desvío de poder del Estado en contra de los pueblos y en favor de la acumulación del capital. Esto transforma a ese tipo de políticas de (mal llamado) desarrollo, en políticas públicas de “lesa humanidad”.

Referências

AGUIRRE, Zhofre, et al. Bosques secos en Ecuador y su diversidad, in: MORAES, et al, (editores). *Botánica Económica de los Andes Centrales*. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés, 2006. p. 162-187.

ALVAREZ LITBEN, Silvia et al. *Comunas y comunidades con sistemas de albarradas*. Descripciónes etnográficas. Tomo I. Quito, Ecuador: Ed Abya-Yala/ESPOL 1ª Edición, 2005.

ESCOBAR Arturo. *La invención del Tercer Mundo*. Caracas: Editorial El perro y la rana, 2007.

ESPINEL Ramón; HERRERA, Paúl. Acumulación perversa: comuneros, agua y tierra en La Península de Santa Elena, in BRASSEL, et al. (editores). *¿Reforma Agraria en el Ecuador?: viejos temas, nuevos argumentos*. Quito: SIPAE, 2008. p. 49-63.

ESPINOSA SORIANO, Waldemar. El Reino de los Chono al este de Guayaquil (Siglos XV-XVII), in: ESPINOSA S. Waldemar (editor). *Etnohistoria ecuatoriana: estudios y documentos*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1988. p. 125-193

ESTRADA, Emilio. *Los Huancavilcas*. Últimas civilizaciones pre-históricas de la costa del Guayas. Guayaquil: Publicaciones del Archivo Histórico del

Guayas, 1979 (1957).

GOBIERNO AUTONOMO DESCENTRALIZADO MUNICIPAL DE BABA. *Plan de Desarrollo y Ordenamiento Territorial del Cantón Baba. Diagnóstico del Territorio por Componentes 2014-2019*. Baba: AOICORP. 2014.

GONZÁLEZ, Claudia. Las Albarradas de la costa ecuatoriana: entre el conocimiento local y las políticas de desarrollo. *Revista Cos Pes na Terra*, Santiago de Compostela, n. 11, segundo semestre 2011. Disponible en: www.verdegaia.org. Acceso en 3 jul. 2018.

HOLM, Olaf. *Cultura Manteña-Huancavilca*. Guayaquil: Museo Antropológico del Banco Central, 1982.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS – INEC. *Pobreza por necesidades básicas en el Ecuador a diciembre de 2010*. Quito, 2010

KASHYAPA Yapa. La represa de Río Grande es la peor solución a las inundaciones en Chone Ecuador. In: *Revista digital La línea de fuego.info*, 18 agosto 2011. Disponible en: lalineadefuego.info Acceso en 5 jul. 2018.

LATHRAP, Donald. *Ancient Ecuador*. Chicago: Field Museum of Natural History, 1980.

MADSEN, J.E, R.L. MIX & BALSLEV H. *Flora of Puná Island: Plant Resources on a Neotropical Island*. Aarhus-Denmark: Aarhus University Press, 2001.

MACHADO, Decio. Río Grande y la resistencia de sus pobladores al megaproyecto Multipropósito Chone, in: *Revista Rebelión*, Ecuador, sept., 2011. Disponible en: www.rebellion.org. Acceso en 5 jul. 2018.

MARCOS, Jorge. *Las albarradas en la costa del Ecuador: rescate del conocimiento ancestral del manejo sostenible de la biodiversidad*. 1ª edición. Guayaquil: Proyecto Albarradas CEAA/ESPOL, 2004.

MARCOS Jorge; BAZURCO Martín. Albarradas y Camellones en la región costera del Antiguo Ecuador, in: VALDEZ, Francisco (editor). *Agricultura Ancestral Camellones y Albarradas. Contexto Social, usos y retos del pasado y del presente*. Quito: AbyaYala. 2006. p. 93-108.

OBEREM, Udo. El acceso a recursos naturales de diferentes ecologías en la sierra ecuatoriana (siglo XVI), in: MORENO, S.; OBEREM, U. (comp).

Contribución a la Etnohistoria Ecuatoriana. Colección Pendoneros 20. Otavalo: Instituto Otavaleño de Antropología, 1981. p. 45-73.

RAMÓN, Galo. *El poder y los norandinos: la historia en las sociedades norandinas del siglo XVI 1990*. Cuadernos de discusión popular. Quito: Centro Andino de Acción Popular, 1990.

RAMÓN V., Galo. Formas ancestrales de almacenamiento de agua en los andes de páramo: una mirada histórica. Humedales del Ecuador. Sistema Único de Información Ambiental-MAE., Quito, marzo 2008. Disponible en: suia.ambiente.gob.ec. Acceso en 4 jul. 2018.

SALOMON, Frank. *Los señores étnicos de Quito en la época de los Incas*. Otavalo: Instituto Otavaleño de Antropología, 1980.

Resumo:

Nas áreas dominadas pela “floresta tropical seca”, na costa do Pacífico do Equador, foram construídos e mantidos sistemas hidráulicos tradicionais, conhecidos como *albarradas*, reservatórios artificiais de água que por 3.800 anos permitiram o abastecimento em zonas carentes durante quase todo o ano. Envolvem para as comunidades, a aplicação de técnicas específicas para a construção e manutenção de paredes e drenos e de mecanismos de biocontrole para a qualidade da água. Eles são o suporte fundamental para a reprodução social, econômica e ambiental da população de floresta seca. O presente artigo quer mostrar como o avanço dos empreendimentos industriais e a presença de projetos “multimodais”, além da apropriação de terras, constituem graves ameaças a um sistema estratégico para a vida camponesa.

Palavras-chave: água; saber ancestral; comunidades tradicionais; desenvolvimento.

Abstract:

In the areas dominated by the “tropical dry forest”, on the Pacific Coast of Ecuador and North of Peru, traditional hydraulic systems known as “albarradas”, artificial water reservoirs, have been built and maintained for 3,500 years. They have allowed water supply in areas that are lacking it almost all year round. The communities are responsible for the application of specific techniques, the construction and maintenance of walls and drains, and for the water quality biocontrol mechanisms. Thus communities are supplied with water and reproduce local agrobiodiversity. They are the fundamental support for the social, economic and environmental reproduction of the population. The advance of industrial undertakings and the presence of “multimodal” projects, together with land grabbing and the change of ownership, constitute severe threats to a strategic system for peasant life.

Keywords: water; ancestral knowledge; peasant communities; development.

Resumen:

En las áreas dominadas por el “Bosque Seco tropical” de la costa pacífica del Ecuador y norte del Perú, se han construido y mantenido sistemas hidráulicos tradicionales, conocidos como “albarradas”. Las albarradas son reservorios artificiales de agua, que desde hace 3.800 años han permitido el abastecimiento de agua en zonas carentes durante casi todo el año. Involucra para las comunidades, la aplicación de técnicas específicas para la construcción y mantenimiento de los muros y desagües, y de mecanismos de biocontrol para la calidad del agua. Son el soporte fundamental para la reproducción social, económica y ambiental de la población. La avanzada de emprendimientos industriales y la presencia de proyectos “multimodales”, junto con el acaparamiento de tierras y el cambio de propiedad, constituyen severas amenazas a un sistema estratégico para la vida campesina.

Palabras-clave: agua; saberes ancestrales; comunidades campesinas; desarrollo.

Recebido para publicação em 28/04/2019.

Aceito em 13/08/2019.

Na América decolonial: crianças ou infâncias? Uma interrogação sobre a teorização da fase inicial da vida

Maira Prieto Bento Dourado

Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-7892-5175>

mairadouradopsi@gmail.com

Introdução

A inspiração para escrever um ensaio sobre a criança é antiga, o tema me intriga a cada dia, ampliando meu interesse e meus pensamentos sobre o período inicial da vida do homem que vive no nosso mundo. O prisma Fenomenológico Existencial contribuiu para a possibilidade de pensar a criança enquanto um ser-no-mundo, aberto para aquilo que se mostra, rompendo com a criança esquadrinhada pela maioria das teorias do desenvolvimento infantil e da psicologia enquanto ciência tradicional, adotando uma postura antinatural diante dos fenômenos. Contudo, percebo ainda a predominância do ensino a partir da atitude natural nas academias, que mantém um único modelo de criança designada pelos teóricos do desenvolvimento humano

que ensinam em áreas como: a psicologia, a medicina, a pedagogia e muitas das ciências que se dedicam ao estudo da criança. O encontro com autores mergulhados nos estudos pós-coloniais e decoloniais propôs o desvelamento do horizonte de sentido histórico no qual estamos desenvolvendo críticas a um modelo eurocêntrico, originadas no interior das crises políticas, econômicas e sociais, libertando-se de uma intelectualidade subalterna. Penso aqui na possibilidade de a criança começar a ser implicada em novas temáticas culturais como gênero, raça e classe, para então poder ser articulada com a proposta da fenomenologia existencial, apostando numa nova postura de investigação para estudar a criança não ocidental. A criança antes tomada como universal começa, neste ensaio, pouco a pouco, a diferenciar-se.

Os estudos da criança, muitas vezes conduzidos ou baseados em teorias clássicas de desenvolvimento humano, parecem revelar uma desconexão da criança de seu mundo; ela é alçada para uma neutralidade que é inexistente. Desconexão que está a serviço de um projeto de Modernidade maior, complexo, violento e dominador, no qual se mantém a relação colonização-colonialidade (DUSSEL, 2005). O historiador Ariès (1978) ressalta algumas diferenças existentes entre culturas na concepção da noção de crianças:

Na savana africana a idade ainda é uma noção bastante obscura, algo não tão importante a ponto de não poder ser esquecido. Mas em nossas civilizações técnicas como poderíamos esquecer a data exata de nosso nascimento, [...] é sempre preciso recordá-la (p. 29).

Entretanto a crítica do historiador francês é sutil, embora seus estudos ainda sejam tomados como um dos mais relevantes, a história da criança ocidental mostra-se reduzida à criança europeia. Estudos mais recentes, como o da historiadora brasileira Mari Del Priori, que reuniu em uma coletânea estudos variados sobre a história da criança

no Brasil (DELPRIORI, 2002), apresentam um apanhado histórico que viabilizam a constituição de uma infância brasileira, a partir da própria história.

Estudiosos da educação e do desenvolvimento infantil iniciaram seus estudos no final da idade média. De fato, antes do século XV, existiam escolas latinas, nas quais as crianças poderiam optar por seguir os meninos mais velhos “partilhando sua vida na alegria ou na desgraça”; a convivência com seus companheiros era reguladora da sua vida cotidiana, tinha um valor moral (ARIÈS, 1978). Com o fim da Idade Média, o modelo baseado em categorias de idades diferenciadas de infância e juventude, antes relacionado à dependência ou à independência, caiu por terra, por ser considerado um movimento desordenado e anarquizado, sendo necessário ser substituído por novos princípios de comando e de hierarquia autoritária, que correspondiam ao momento social e político, do estabelecimento da monarquia autoritarista. Pensadores da época procuravam difundir uma nova ideia de infância e educação que visava a “formar espíritos, inculcar virtudes, educar tanto quanto instruir” (ARIÈS, Op. Cit., p. 179).

As teorias do desenvolvimento infantil surgiram num panorama histórico de padronização e homogeneização, e estavam coerentes com o horizonte de sentido de dominação e controle social da época. Ao longo do tempo, diversos outros manuais foram surgindo e tais teorias foram sendo feitas de base, repetidas e aplicadas sem serem problematizadas e situadas nos novos espaços. Os guias que são referências no ensino da academia foram desenvolvidos num modelo eurocêntrico do século XIX, momento em que a produção intelectual na Europa era crescente, ao tempo em que muitas colônias estavam sendo desocupadas, embora permanesse o desejo por controle, domínio e exploração que não cessava com os movimentos de indepen-

dência que irrompiam. A imposição de modelos a seguir iniciou-se a partir desse viés de dominação moderno, estabelecendo e cristalizando uma relação colono, explorador e superior versus colonizado, explorado e subalterno.

Contribuições de pós-coloniais e decoloniais

Diante de teorias do conhecimento que não representavam as identidades que emergiam nas subjetividades não legitimadas pelo referencial hegemônico à época, notam-se os avanços dos estudos pós-coloniais e decoloniais, nos quais os modelos produzidos por intelectuais que pensavam uma população europeia como centralidade, começaram a ser questionados na sua intenção de englobar o mundo com seus tratados engessados.

Para nós, a “centralidade” da Europa Latina da História é determinante fundamental da Modernidade. Os demais determinantes vão correndo em torno dele (a subjetividade constituinte, a propriedade privada, a liberdade contratual, etc.) são resultado de um século e meio de “Modernidade”: são efeitos, e não ponto de partida. [...] Esta Europa Moderna, desde 1492, “centro” da história mundial constitui, pela primeira vez na história, a todas as outras culturas como sua periferia. (DUSSEL, 2005 p. 29).

Os estudos periféricos, denominados pós-coloniais e decoloniais, apontaram para um incômodo da sociedade não europeia e, posteriormente, não norte-americana, uma sociedade que não se identificava com os modelos propostos pelos colonizadores. Esse incômodo torna-se um grande movimento investigatório nas ciências humanas e sociais, voltado para as particularidades abaixo da linha do equador. Autores pós-coloniais como Bhabha (1988), Spivak (2010), Hall (2003), Said (1990) trouxeram propostas de pensar as problemáticas político-

econômico-sociais a partir dos próprios territórios periféricos, antes ocupados como colônias no oriente e na África. Contudo, os territórios antes colonizados na América Latina apontaram para a necessidade de debater estas problemáticas, também, a partir de uma perspectiva própria. Iniciou-se uma gama de estudos, questionamentos, produção de ciência para pensar a periferia latino-americana a partir dela própria e de seus conflitos, com autores como Grosfoguel (2008), Brah (2006), Dussel (2005), Fanon (2008) e Borda (2015). A proposta destes e daqueles pensadores não pretende abandonar o que já foi escrito, mas, antes, tomar a escrita dos clássicos eurocêntricos partindo de uma finalidade, uma temporalidade e uma espacialidade. O que já está escrito, foi escrito por pensadores/as que viviam numa época sob um panorama político-econômico-social, diferente das periferias, e é no contexto da escrita que seus textos devem ser pensados.

Dussel (2005) discute a modernidade apresentando dois conceitos, contraditórios em essência. O primeiro deles, historicamente sedimentado, é o modelo de modernidade eurocêntrica, pois está calcado em referenciais intra-europeus, iniciado no século XVIII “A modernidade é uma emancipação, uma saída da imaturidade por um esforço da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano” (DUSSEL, 2005, p. 28). O autor considera que a subjetividade moderna tem seu início a partir da Reforma, a Ilustração Alemã e a Revolução Francesa e num segundo momento a revolução industrial. Seu texto propõe um segundo modelo de modernidade que aponta para um sentido mundial, naquilo que consiste a ideia de que a história só aconteceu a partir do momento em que pararam de coexistir impérios e culturas, e na qual existem determinações fundamentais pautadas em ser (Estados, exércitos, economia, filosofia, etc.) o “centro” da história mundial, que se deu após 1492.

Como alternativa epistemológica visando à produção de um conhecimento não ocidental, não europeu, a transmodernidade proposta por Dussel (2005) trata não de um projeto de pós-moderno como negação da Modernidade, pois corre o risco de cair num irracionalismo niilista, mas da possibilidade de assumir uma posição de vítima, para desse modo se descobrir como outro numa relação dialógica. A modernidade inocente, no seu caráter emancipador racional, nega ao outro suas possibilidades, colocando-o num lugar determinado de subjuogo (DUSSEL, 2005).

Segundo Aimè Cesaire (1978), tanto o processo de colonização quanto o processo de descolonização são violentos e autoritários. No período das colonizações, havia um panorama de intencionalidade, no qual o sentimento de superioridade preponderante em algumas culturas, colocavam-nas num movimento de conquista, e esta, por sua vez, se deu a partir do pensamento da época, que julgava existir um modo correto, verdadeiro e civilizado de um lado e um modo bárbaro, selvagem e incorreto de outro lado. Diante da dominação armamentista e sanguinária, expropriaram culturas, dizimaram tradições, eliminaram formas de viver e de pensar.

Sartre, citado em nota de rodapé por Mario de Andrade no prefácio de Discurso sobre o colonialismo (1978) afirma:

De facto a colonização não é uma mera conquista – como foi, em 1950, a anexação da Alsácia-Lorena pela Alemanha-; é, necessariamente, um genocídio cultural: não se pode colonizar sem liquidar sistematicamente os traços particulares da sociedade indígena ao mesmo tempo que se nega aos seus membros que se integrem na metrópole e beneficiem das suas vantagens. *Le Génocide*. Artigo in *Les Temps Modernes*. Dezembro de 1967 (SARTRE, Apud. MARIO DE ANDRADE, 1978, p. 7).

Mesmo diante de tamanho extermínio algo resistiu, algo que nem

sempre aparecia, mas esteve lá como uma resistência invisível, que, diante da partida do colonizador, começou a circular. Uma resistência que hoje aparece nos debates pós-coloniais e decoloniais, nos quais o colonizado de tradições mistas, (para não usar mestiço, pois abre questões epistemológicas que não cabem aqui) busca uma imagem para se espelhar. Seria talvez uma resistência subjetiva de questionamento da sua alteridade ou reivindicação da sua subjetividade, em que não é mais possível acreditar que o modelo de homem ocidental europeu é espelho de povos de múltiplas etnias, culturas, territórios. Povos que, mesmo tendo sido colonizados por um único povo, se mantiveram múltiplos por sua origem, sua etnia ou sua cultura. Suas identidades não podem mais ser impostas de fora, de um olhar estrangeiro. Suas identidades estão sendo construídas e reconstituídas, situadas histórico e culturalmente.

O papel da criança na constituição do projeto de homem moderno

Neste panorama de pensamento decolonial, precisamos também refletir sobre quais teorias humanas e sociais estamos pensando a criança. Estamos ainda nos referindo a filósofos e teóricos que desenvolveram modos de pensar a psicologia, a psicopatologia e as teorias do desenvolvimento infantil baseados em referenciais europeus ou norte-americanos, que apresentam um horizonte historicamente sedimentado e incompatível com regiões periféricas do nosso planeta. Não há um modelo de homem universal, bem como não há uma teoria que seja tão generalista, englobando todos os modos de ser de todas as culturas existentes na Terra.

Necessidades culturais são definidas em termos amplos como inde-

pendentes de outras experiências sociais centradas em classe, gênero, raça ou sexualidade. Isso significa que um grupo identificado como culturalmente diferente é internamente homogêneo, quando esse, patentemente, não é o caso (BRAH, 2006, p. 337).

Inicia-se um grande investimento nos estudos para alcançar este projeto de homem de sucesso, e como todo projeto tem sua etapa inicial, aqui trata-se da primeira etapa da vida do homem: a criança. Segundo Castro (1998), com a predominância econômica do capitalismo, as crianças passaram a ser inseridas num contexto de competição, individualismo, controle e superação. Como afirma Fanon (2008): “O intelectual colonizado aprendeu com seus mestres que o indivíduo deve afirmar-se” (p. 35). Observa-se ainda que, com o advento do neoliberalismo, o contexto competitivo vem se acirrando e este modelo consumido pelas periferias de modo irrefletido.

A partir dos três pilares, a saber, Renascimento, Revolução Industrial e Tecnológica, e Revolução Francesa, a liberdade, a igualdade e a responsabilidade passaram a ter um caráter individual (JACÓ-VILELA, 2004) e, por isso, tanto o fracasso como o sucesso passariam a depender única e exclusivamente do indivíduo e da família (COIMBRA, 1995). No século XVI e, amplamente, no século XVIII surge a ideia de infância, em uma interpretação histórico-social, guiada muito mais por uma necessidade social e econômica do que por qualquer outro motivo (DEL PRIORE, 2002). As autoras apontam para as peculiaridades de períodos históricos que contribuíram para o enaltecimento do caráter individual da liberdade e da responsabilidade; assim, tanto o fracasso como o sucesso passaram a depender do âmbito privado: do indivíduo e da família.

A palavra infância foi construída e sistematizada historicamente e significa abertura e a ausência de fala (ARIÈS, 1978); o que foi considerado infância em períodos históricos do passado recente, ou me-

lhor, no passado da modernidade, não é mais considerado atualmente. Sendo na infância moderna aquela na qual se inicia o investimento para alcançar o sucesso e, diante de tamanha solicitação, a criança e seus pais encontram-se acuados, sem uma saída possível. A infância, período de início da vida do ser do homem, tem em cada sociedade a sua interpretação histórico-social; no Brasil, percebem-se modos de lidar com as crianças paradoxais, contraditórios e, por vezes, conflitantes entre os âmbitos de cultura, classe, gênero e raça. No intuito de contornar essa diversidade de formas de lidar com as crianças, o Estado passou a intervir na forma de leis.

Os estudos sobre e com a criança vêm ganhando cada vez mais amplitude, iniciados com estudos de Freud, Piaget, Vygotsky entre outros. Os pensadores e seus sucessores desenvolveram uma psicologia do desenvolvimento, uma pedagogia, uma sociologia, uma antropologia e muitas outras ciências que contribuíram para um novo modo de olhar para a criança, dando, pouco a pouco, um lugar diferenciado a essa etapa da vida. Diante de tamanha solicitação para o sucesso, a criança encontra-se, muitas vezes, acuada, sem uma saída possível para ela. Na sociedade moderna, a criança é descrita como um ente de caráter especial, que necessita de cuidados diferenciados para percorrer o longo caminho da vida. No desenrolar da história, a criança e suas relações são atravessadas pelo horizonte histórico da época, sendo possível perceber que a etapa de vida denominada infância vem sendo sistematizada histórica e teoricamente, fundamentada no pensamento da técnica moderna.

As investigações atuais continuam tendo como ponto de partida os paradigmas e pressupostos estabelecidos por um pensamento hegemônico, o qual tem a pretensão de falar de todos os seres como se o desenvolvimento fosse linear, no qual um bebê, por exemplo, deve

ter a mesma linha de vida contínua a ser percorrida, e que todos os outros bebês de todos os espaços do mundo devam percorrer a mesma linha do mesmo modo. Desenvolveram-se manuais a partir do modo de pensar as crianças brancas europeias, e mais recentemente americanas, que são vendidos e incessantemente consumidos por outras culturas, embora não representem de modo algum a experiência psicossocio-política nas quais vivem. Levanto a questão: uma criança que nasce na França teria as mesmas etapas do desenvolvimento de uma criança de uma tribo africana? Uma criança nascida num povo indígena brasileiro teria o mesmo desenvolvimento de uma nascida num povo indígena atacamenho, ou num povoado chinês, ou num povoado japonês? Elas deveriam mesmo ter um padrão de desenvolvimento homogêneo como o europeu?

Criança, cultura e fenomenologia

A criança vem sendo pensada alienada da sua cultura, consumindo o que vem de fora, o que os outros permitem que ela consuma, ou mesmo o que é considerado bom e ideal para ela e para o seu desenvolvimento cognitivo. O desenvolvimento idealizado foi teorizado por outra cultura, dominante. Poderíamos aqui descrever as inúmeras particularidades de como cada cultura lida com as suas crianças em cada canto do mundo, mas parece que todas carecem de seguir um manual, um guia criado por estudiosos que não pensaram as crianças em suas origens, pensaram o desenvolvimento da criança desarticulado da cultura e das tradições culturais.

É preciso compreender a criança sob outra perspectiva, já que ela está em pleno desenvolvimento físico, emocional e social, está crescendo em uma cultura, em uma época. Lançada no mundo, a criança

está em contato com os outros seres e entes, podendo, ou melhor, tendo que dar sentido a sua experiência. Percebe-se então que mesmo crianças que vivenciaram o mesmo período cultural e econômico têm na sua singularidade modos próprios de agir, pensar e estar com os outros, não sendo totalmente iguais. Todas estão inseridas no mesmo horizonte histórico dessa modernidade descrita por Dussel, e, diante das demandas da técnica moderna, cada criança pode se apropriar de algumas possibilidades e não de outras. Essa apropriação, por vezes, ocorre de formas consideradas não-comuns para a família, escola ou para o senso comum.

Heidegger (2008) aponta para o questionamento da interpretação da infância: será que isto não acontece para atender as necessidades psicológicas ou pedagógicas de encerrar o *Dasein*, criança em determinada caracterização? Assinala a inclinação atual da busca por um diagnóstico, algo que feche o homem em uma substância que possa ser examinada, medida e tratada baseado em algo pré-estabelecido.

O autor alemão refere-se ao comportamento das crianças, em seu primeiro contato com o mundo, de uma forma diferente do modo tradicional de pensar o desenvolvimento infantil. Ele pontua que o choro ou a agitação, por menos que indique alguma finalidade, significa “estar-direcionado para fora de” (HEIDEGGER, 2008, p. 131), ou seja, significa abertura. Interpretar a criança como algo pré-determinado, seria falar de um *Dasein*, criança que pode ser encerrada em si mesma, o que Heidegger desconsidera completamente. *Dasein*, em qualquer fase da vida humana, é abertura de sentido. O *Dasein* é caracterizado pela possibilidade de poder ser e o poder ser acontece de modo ocasional e posterior, “[...] o ser-aí é, na medida em que existe como ser-aí, na medida em que é desvelado como tal” (HEIDEGGER, 2008, p. 136). De forma nenhuma o poder ser-aí se dá de forma pré-

determinada.

Assim, na perspectiva heideggeriana, a criança não é algo fechado em si mesmo que, repentinamente, diante de um fenômeno pré-estabelecido, como, por exemplo, um momento da fase do desenvolvimento previamente determinado, será trazido para fora. Desde sempre, a criança é *Dasein* - lançada no mundo, para o mundo e com o mundo. Por vezes, a criança revela formas de se comportar diante dos seres, do mundo e dos entes consideradas negativas pelo senso comum, como a aversão, a defesa, a quietude, o sono. Contudo, tais formas estão preenchidas de intencionalidade que revelam seu primeiro momento de entrega ao mundo (HEIDEGGER, 2008).

A perspectiva homogeneizante ocidental eurocêntrica na qual todos os indivíduos são tomados como iguais determina que qualquer desvio tornará desviante um ente marginal. Desse modo o colonizador seria considerado esse a ser imitado enquanto ao colonizado caberia o papel de imitar. Acompanhando o debate sobre feminismo, racismo e cultura trazido por Brah (2006), desloco a questão para a criança. A criança está determinada por um sistema de crenças, contudo sua condição de estar-no-mundo de modo recente e há pouco tempo inserida na cultura, bem como nas suas condições biológicas e fisiológicas não lhe dão uma articulação argumentativa que lhe permita buscar seu espaço; ela não é um sujeito político, encontra-se de início, e na maioria das vezes, sob o cuidado do outro. A criança é tutelada por alguém.

Brah (2006) contribui para pensar essa criança como um sujeito em formação, a partir de uma diferença daquilo que é homogeneizante:

Pensar a experiência e a formação do sujeito como processos é reformular a questão da “agencia”. O ‘eu’ e o nós que agem não de-

saparecem, mas o que desaparece é a noção de que essas categorias são entidades unificadas, fixas e já existentes, e não modalidades de múltipla localidade, continuamente marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas (p. 362).

Considerações finais

A visão Fenomenológico-Existencial traz em seu bojo uma crítica à ciência positivista e ao encapsulamento do ser humano no mundo; considera que este homem deve ser compreendido no seu horizonte de sentido, historicamente sedimentado, no seu caráter mais próprio de poder ser. A invisibilidade da diferença impede de se debruçar sobre o assunto que se revela constantemente, pensar numa criança a partir da sua cultura, direitos humanos regras, políticas públicas.

A constituição do indivíduo na sociedade quando acontece por meio de campos de significação diversos propondo que nas suas relações socioeconômicos e culturais o sujeito inscreve significados concomitantemente ao instante que ele atribui, movimento coexistente que oferecendo sentido às relações cotidianas da existência. (BRAH, 2006, p. 362). A construção cultural e social atravessa as suas percepções e os processos de construção de valores pessoais.

A psicologia tradicional ainda se mostra pautada numa perspectiva cientificista, encapsuladora e determinista, que a afasta do seu objeto de estudo a psique humana, flexível, dinâmica, social, histórica e temporal. A visão de homem está diretamente ligada ao modo de pensar a criança, a qual é atravessada por inúmeros projetos para atingir esse homem que se torna meta. O pensamento decolonial contribui para a pesquisa Fenomenológico-Existencial, naquilo que traz o pensamento crítico de um horizonte de sentido apropriado de sua historicidade e temporalidade, poder se utilizar das teorias do desenvolvimento in-

fantil de bases europeias, sem deixar de lado as particularidades do território no qual a pesquisa é feita.

A criança nasce, cresce, deixa de ser pequena, entretanto, não deixa de ser. Esta criança é constituinte do adulto que irá cuidar, educar e pesquisar a nova geração de infantes. Pequenos seres dotados da carência de cuidado para que possam existir, se criança e cuidado estão intrinsecamente ligados, os modos de cuidados inseridos na cultura são necessariamente parte deste encontro. Ávidas pesquisadoras, as crianças investigam o seu mundo desde a saída do útero. Ao seu modo, com as suas possibilidades e limitações físicas, cognitivas, emocionais, elas compreendem seus mundos, mas são solicitadas a todo instante a serem inseridas num mundo que não é o delas, que é imposto por um outro, muito maior que o cuidador, um outro que não é palpável, mais ainda assim exerce sua dominação, seu controle numa atmosfera de colonialidade.

Por fim, como nasce uma criança, este ensaio veio ao mundo e está aberto aos desdobramentos que o primeiro contato com esse mundo nosso me ofereceu. Como uma criança de olhos bem abertos, pude ver, admirar e meditar um conhecimento que até então não se revelava. O pensamento decolonial emergiu e eu estava aberta. Agora ele já faz parte, não há como seguir sem ele, que se uniu à Fenomenologia Existencial e com a psicologia dando, a cada período, seus próprios passos que só podem ser contados quando a caminhada chega ao fim. Para além do pensamento hegemônico eurocêntrico, a criança aberta ao mundo precisa agora ser vista como a ser-no-mundo-decolonial. Como criança curiosa que não cessa de perguntar, meus questionamentos não findam com este ensaio, continuará a fazer parte desta grande pesquisa que é a vida.

Referências

ANDRADE, Mario de. “Prefácio”. In: CESAIRE, Aimé. *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Liraria Sá da Costa, 1978, p. 5-11.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BHABHA, Homi. *Local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BORDA, Fals. *Una sociología sentipensante para América Latina*. México, D. F. : Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, (26), janeiro-junho de 2006: p. 329-376.

CESAIRE, Aimé. *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Liraria Sá da Costa, 1978.

CASTRO, Lucia. R. (Org.) *Infância e adolescência na cultura do consumo*. Rio de Janeiro: NAU, 1998

_____. *Re-visitando a infância contemporânea: passagens, possibilidades e destinos*. Disponível em: www.proceedings.scielo.br. Acesso em 30 jun. 2011.

COIMBRA, Cecília. M. B. *Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”*. Rio Janeiro: Oficina do Autor, 1995. Cap. 1, p. 01-38.

DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das crianças no Brasil*. 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2002. Apresentação, p. 7-18.

_____. O cotidiano da criança livre no Brasil entre Colônia e o Império. In _____. *História das crianças no Brasil*. 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2002. Cap. 3, p. 84-106.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo in LANDER, Edgardo. *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Ayres: Clacso, 2005.

FANON, Francis. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

FIGUEREDO, Luis Claudio. M. *Matrizes do pensamento psicológico*. 10ª ed., Petrópolis: Vozes, 2003.

GROSGUÉL, Ramón. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade*. Global Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Março 2008: 115-147

HEIDEGGER, Martin. *Introdução à filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HALL, Stuart. *Da diáspora identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SAID, Edward W. *Orientalismo o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Resumo:

Este artigo pretende trazer à cena reflexões sobre o desenvolvimento da criança no horizonte histórico de um Brasil decolonial, utilizando a hermenêutica como prática interpretativa de leitura, e propõe-se um diálogo compreensivo entre o pensamento decolonial e a Fenomenologia. A perspectiva Fenomenológico-Existencial contribui para pensar a criança como ser-no-mundo, rompendo com a criança esquadrihada pelas teorias do desenvolvimento infantil. Estudos pós-coloniais e decoloniais propuseram investigar o sentido histórico, no qual estamos desenvolvendo críticas a um modelo eurocêntrico originadas no interior das crises políticas, econômicas e sociais. A invisibilidade da diferença impede de se debruçar sobre o assunto que se revela constantemente: pensar numa criança a partir da sua cultura promove direitos humanos, regras e políticas públicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento da Criança; Cultura; Decolonialismo; Fenomenologia; Heidegger

Abstract:

This paper intends to bring to the scene reflections on the development of the child in the historical horizon of a decolonial Brazil, using hermeneutics as an interpretative practice of reading, and proposes a comprehensive dialogue between decolonial thought and phenomenology. The Existential Phenomenological perspective contributes to think of the child as being-in-the-world, breaking with the child scrutinized by the theories of child development. Postcolonial and decolonial studies have proposed to investigate the historical sense in which we are developing criticism of a Eurocentric model originated within the political, economic and social crises. The invisibility of difference prevents us from focusing on the subject that is constantly revealed, thinking about a child from his or her culture, promotes human rights, rules and public policies.

Keywords: Child Development; Culture; Decolonialism; Phenomenology; Heidegger

Recebido para publicação em 02/05/2019.

Aceito em 15/08/2019.

Escolaridade e trabalho: juventude e desigualdades

Maria Inês Caetano Ferreira

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-8652-235X>

inesferreira@ufrb.edu.br

André Silva Pomponet

Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-8598-5854>

andrepomponet@hotmail.com

Introdução

Este artigo¹ discute dados da pesquisa de amostragem do IBGE sobre a escolaridade e as formas de inserção de jovens no mercado de trabalho entre os anos de 2006 e 2013. Esses dados apresentados permitem reconhecer processos que impulsionam a continuidade da desigualdade socioeconômica que caracteriza o país. Essa desigualdade se desnuda, entre outros modos, pela inserção precária dos jovens de

1. Duas primeiras versões do artigo foram apresentadas no VIII Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo, Buenos Aires, Argentina, 2016 e no XXI Congreso ALAS, Montevideo, Uruguai, 2017.

menor renda, dos pretos e pardos e das jovens mulheres no mercado de trabalho.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), em 2017, 1% dos trabalhadores com maiores rendimentos recebia, mensalmente, R\$ 27.213,00. Em contraste, a remuneração da metade mais pobre era de R\$ 754 mensais. Estes últimos recebiam 36,1 vezes menos do que os mais ricos. O grupo dos 10% com maiores rendimentos detinham 43,3% da massa dos rendimentos do país; em contraposição, os 10% com menores rendimentos detinham apenas 0,7% dessa massa.

A renda do trabalho é uma das variáveis que explica a profunda desigualdade social que caracteriza o Brasil. A escolaridade pode ser apontada como um dos elementos dessa desigualdade, isso porque uma pequena diferença nos anos de estudo costuma impactar expressivamente na remuneração dos trabalhadores. Esse quadro de assimetria se agrava em períodos de precariedade das relações de trabalho, como no final dessa segunda década do século XXI. Pois, como esclarecem os dados do IBGE, em 2018, havia cerca de 13 milhões de desempregados no país. Vale destacar que alguns grupos sofrem mais do que outros com a crise no mercado de trabalho, como se constata por meio da dessemelhança nas taxas de desemprego no período citado. Se a taxa geral de desemprego no país era de 12,4%, o índice específico para o grupo de jovens entre 18 e 24 anos o índice era de 26,6%. O índice era ainda maior no grupo de jovens entre 14 a 17 anos (42,7%). Ou seja, quanto mais jovem, mais suscetível ao desemprego. A taxa de desemprego das mulheres (51%) superava a dos homens (49%) e a dos pretos (15%) e pardos (14,4%) era mais elevada do que a dos brancos (9,9%). Destaque-se que a taxa dos brancos era inferior

à média dos desempregados no Brasil (12,4%).

Barros e Mendonça (1995) destacam que a maior fragilidade de alguns grupos se explica pela diferente forma de alocação da força de trabalho, a qual não se justifica somente por diferenças na produtividade do trabalhador. Isso porque se podem constatar desigualdades de rendimentos entre trabalhadores com igual capacidade produtiva. A discriminação contra características adscritas explica o fato de trabalhadores com igual escolaridade receberem rendimentos diferentes. Segundo Campante et. al (2004), discriminações externas ao mercado de trabalho engendram condições mais vulneráveis para trabalhadores de grupos que são discriminados.

Este artigo apresenta dados que revelam desigualdades nas oportunidades para indivíduos de determinados grupos de jovens elevarem a sua produtividade por meio da educação. Isso porque as taxas referentes aos anos de escolaridade e aos níveis de ensino são distintas para os diferentes grupos de jovens. Esse contraste resulta em discrepâncias entre os rendimentos dos grupos de jovens trabalhadores. Além disso, os dados também revelam que as desigualdades não se esgotam na capacidade produtiva dos indivíduos, pois grupos com igual – ou superior – capacidade estão sujeitos a formas mais precárias de inclusão no mercado de trabalho do que outros. As discrepâncias nas formas de inserção no mercado de trabalho e nas oportunidades de educação são evidenciadas por meio do cruzamento das informações referentes a quatro marcadores, a saber: idade, sexo, cor e renda.

O estudo apresenta dados de 2006 a 2013, um período especial porque, no seu início, flagra os reflexos de raro período positivo da economia do país, com alta inclusão no mercado formal de trabalho, baixa taxa de desemprego e elevação real do valor dos rendimentos. No final desse período, já se expressam os primeiros sinais de esgota-

mento do modelo de crescimento adotado. Vale apontar que o privilégio da análise de características das relações de trabalho nesse curto período positivo da economia brasileira se correlaciona mais com a possibilidade de descortinar a reincidência de um modelo econômico fundamentado na exclusão e na desigualdade do que na averiguação de novidades de um período mais inclusivo no país. Na realidade, o estudo do período de 2006 a 2013 esclarece um modelo arraigado, ancorado na desigualdade da exploração da força de trabalho, em vez de indicar prováveis alterações inclusivas a favor de minorias. Portanto, mais do que analisar anos passados, os dados aqui discutidos permitem apreender o presente.

A metodologia adotada foi a análise de dados secundários dos modos de inclusão no mercado de trabalho e da escola de jovens, produzidos por estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Organização Internacional do Trabalho (OIT) (COSTA, 2015; COURSEUIL; FRANCA, 2015), a partir de resultados da PNAD, do IBGE. Nos dados analisados, os jovens estão divididos em faixas etárias, a saber: 15 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos. Essa disposição padrão busca apreender características comuns a cada etapa da juventude, considerando que os mais jovens estão sujeitos à maior vulnerabilidade no mercado de trabalho, enquanto os jovens adultos têm melhor forma de inserção, em virtude de já terem mais anos de estudo e conquistado maior qualificação.

O artigo está organizado em três seções, além desta apresentação. Na primeira seção, são apresentados e discutidos dados referentes à escolaridade dos jovens; na segunda, são introduzidas e debatidas as informações sobre modos de inserção de jovens no mercado de trabalho. Na terceira, apresenta-se conclusão dos resultados da pesquisa.

Inclusão escolar: delimitando a expansão

O acesso das famílias trabalhadoras à escola foi marcado por obstáculos durante muitas décadas. Isso é o que Comin (2015) demonstra em sua pesquisa sobre as formas de inserção ocupacional durante o processo de urbanização do país. Nesse período, os migrantes rurais foram inseridos de forma precária no mercado de trabalho dos grandes centros urbanos em virtude da nenhuma ou pouca escolaridade, entre outros motivos.

Algumas vertentes teóricas defendem a elevação da escolaridade como forma de diminuir a desigualdade de rendimentos dos trabalhadores. No período do bônus demográfico no Brasil – entre a metade da década de 80 e início do século XXI – Madeira (2006) pleiteou mais investimentos públicos para a expansão do ensino médio porque essa fase da escolaridade resultaria em efeitos positivos diretos e indiretos para o país. Segundo essa autora, o efeito direto seria o incremento da qualificação do trabalhador, favorecendo a absorção da tecnologia, com consequente elevação da produtividade da economia. O efeito indireto seria a queda na desigualdade de renda.

As oportunidades de acesso à educação básica no Brasil só foram estendidas a partir da década de 90. Ferreira (2016) esclarece que, com a implantação do Fundo Nacional da Educação Fundamental – FUNDEF – o governo federal – junto com estados e municípios – atuou na universalização do ensino fundamental. Essa autora informa que a universalização se deu por meio da criação de vagas e também pela correção do fluxo escolar, substituindo o modelo anterior de reprovação pela aprovação automática de estudantes. Na primeira metade do século XXI foi dado prosseguimento no alargamento da oferta de vagas na escola pública com a integração do ensino médio na educa-

ção básica. Essa integração impactou na elevação de anos de estudo dos jovens brasileiros. Esse fato é exibido nos resultados do estudo do IPEA/OIT (COSTA, 2015), a partir de dados do IBGE, apresentados na tabela abaixo.

Tabela 1: Anos de estudo de jovens, por faixa etária, Brasil, 2006 e 2013

	2006	2013
15-17 anos	7,26	7,73
18-24 anos	9,07	9,83
25-29 anos	8,80	10,6

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

A tabela esclarece a elevação dos anos de escolaridade dos jovens em geral, principalmente para aqueles na faixa de 25 a 29 anos. Nesse período, o governo brasileiro desenvolveu políticas de inclusão social, muitas das quais voltadas para ampliar oportunidades de escolaridade.

Apesar da evolução positiva ao longo dos sete anos contemplados na tabela acima, verifica-se que a média das três faixas etárias foi inferior a 12 anos, período mínimo requerido para a conclusão do ensino básico no país naquela época. Ou seja, a média dos jovens brasileiros não concluiu o Ensino Médio. A taxa da faixa de 15 a 17 anos, especificamente, expõe o fato de que a média desses jovens não concluiu nem mesmo o Ensino Fundamental, o qual requeria nove anos desde o ingresso na escola até a sua finalização. Desse modo, conclui-se que as ações governamentais para inclusão escolar foram insuficientes para que a maioria dos jovens brasileiros pudesse finalizar os estudos básicos.

A Tabela 2 permite observar movimentos relativos às duas faixas

Tabela 2: Evolução da proporção de jovens com ensino médio completo e ensino superior completo, Brasil, 2006 e 2013, em %.

	Faixa etária 18 a 24 anos		Faixa etária 25 a 29 anos	
	2006	2013	2006	2013
Ensino Médio	44,6	55,2	48,9	61,5
Ensino Superior	2,1	3,9	9,3	14,6

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

mais velhas dos jovens, indicando elevação na conclusão da etapa do Ensino Médio. Contudo, os dados sobre o Ensino Superior surgem como destaque, já que houve incremento próximo a 57% para a conclusão na última faixa etária, ao longo desses sete anos. A elevação de casos de conclusão do Ensino Superior parece positiva, mas traz consigo a realidade de que menos de 15% dos jovens entre 25 a 29 anos no Brasil portavam diploma dessa etapa de ensino. Em suma, a oportunidade de frequentar o Ensino Superior no país seguiu sendo exclusividade para muito poucos brasileiros.

Quando se parte para a análise dos números com recorte de sexo, percebe-se que as mulheres apresentam desempenho mais elevado do que os homens, em todas as faixas etárias e em todos os níveis de ensino, como informa a Tabela 3.

Os dados da Tabela 3 mostram que houve incremento nos anos de estudo de ambos os sexos, mas as mulheres investiram mais do que os homens no aprimoramento escolar.

A próxima tabela detalha a distribuição da evolução de ambos os sexos especificamente nas etapas do Ensino Médio e superior, de acordo com as faixas etárias.

Tabela 3: Evolução dos anos de escolaridade, por sexo e faixa etária, Brasil, 2006 e 2013

	2006		2013	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
15 a 17 anos	6,97	7,55	7,45	8,02
18 a 24 anos	8,72	9,42	9,42	10,24
25 a 29 anos	8,45	9,14	9,68	10,42

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Tabela 4: Evolução da proporção de jovens com Ensino Médio e Ensino Superior, por sexo e faixa etária, Brasil, 2006 e 2013, em %

	Faixa etária 18 a 24 anos			
	Homens		Mulheres	
	2006	2013	2006	2013
Ensino Médio	41,5	49,4	51,7	61,1
Ensino Superior	45,1	56,5	52,0	66,2
	Faixa etária 25 a 29 anos			
	Homens		Mulheres	
	2006	2013	2006	2013
Ensino Médio	1,6	2,9	2,6	4,9
Ensino Superior	7,7	12,1	10,9	16,9

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Os dados explicam as razões para – na tabela anterior – os anos de escolaridade das mulheres superarem a os dos homens, pois a proporção de mulheres que finalizam o Ensino Médio e Superior é superior à dos homens nas duas faixas. Destaque-se que a variação da evolução entre os anos foi maior para mulheres do que para homens.

Uma abordagem fundamental para entender as desigualdades na

sociedade brasileira – e, com um recorte mais específico, no mercado de trabalho – relaciona-se ao marcador cor e raça. Na tabela abaixo, referente a anos de escolaridade de jovens segundo cor/raça, podem-se constatar desigualdades em todas as faixas etárias.

Tabela 5: Evolução dos anos de estudos, por cor/raça e faixa etária Brasil, 2006 e 2013.

	2006		2013	
	Branco	Pretos e Pardos	Branco	Pretos e Pardos
15 a 17 anos	7,80	6,79	8,16	7,43
18 a 24 anos	9,90	8,30	10,47	9,32
25 a 29 anos	9,83	7,80	11,01	9,29

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Os dados da tabela indicam que os brancos tinham mais anos de escolaridade do que pretos e pardos, destacando que a distância entre os dois grupos aumentou era maior na última faixa etária. Ou seja, com o avanço da idade, os brancos se mantiveram estudando com o avanço da idade, enquanto os pretos e pardos interromperam os estudos. Essas diferenças em relação aos anos de estudo se refletem no percentual dos jovens que conseguem concluir o Ensino Médio e o Superior, como informa a Tabela 6.

Pelos dados da Tabela 6, verifica-se evolução na proporção de brancos e pretos e pardos das duas faixas etárias mais velhas de jovens que concluíram o Ensino Médio e o Superior ao longo de sete anos. Entretanto, a informação mais contundente da tabela é a disparidade entre as desvantagens dos pretos e pardos em relação aos brancos. O pequeno progresso experimentado pelos pretos e pardos no período apontado é insuficiente para afetar a violenta desproporção de oportu-

Tabela 6: Evolução da proporção de jovens que concluíram o Ensino Médio e o Superior, por raça/cor e faixa etária, Brasil, 2006 e 2013, em %

	Faixa etária 18 a 24 anos			
	2006		2013	
	Branco	Pretos Pardos	Branco	Pretos Pardos
Ensino Médio	58,7	35,4	65,4	47,1
Ensino Superior	35,4	0,8	47,1	2,2

	Faixa etária 25 a 29 anos			
	2006		2013	
	Branco	Pretos Pardos	Branco	Pretos Pardos
Ensino Médio	59,7	38,6	71,6	53,1
Ensino Superior	38,6	3,8	53,1	8,1

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

nidades educacionais entre brancos e não brancos no país.

No clássico estudo sobre raça e oportunidades educacionais, Hasenbalg e Valle Silva (1990) discutiram dados referentes a ingresso e desempenho de crianças e jovens brasileiros, segundo raça e renda, no sistema educacional durante a década de 1980. Os autores verificaram desigualdades de cor na fase de ingresso nas primeiras séries, com desvantagem para crianças pretas e pardas em relação às brancas. Além de as crianças brancas, em geral, ingressarem mais cedo na escola, esses autores constataram que a evolução delas era regular. Em contraste, as crianças pretas e pardas, em média, ingressavam na escola com mais idade, apresentavam trajetórias mais lentas e acidentadas. Por essa razão, as crianças e jovens brancos concluíam o ensino fundamental mais cedo, diferentemente dos pretos e pardos, que eram mais suscetíveis a abandonar a escola. Os dados da Tabela 6 indicam

que, após duas décadas, essas desigualdades não foram superadas.

A distância franqueada na Tabela 6 preocupa, sobretudo, ao se considerar que, em 2013, 50,7% da população brasileira se declarou preta e parda ao IBGE. Pretos e pardos correspondiam a pouco mais da metade da população brasileira. Os baixos índices de escolaridade dos pretos e pardos em relação aos brancos revelam que praticamente metade da população brasileira não tem acesso a investimentos na sua qualificação. Por esse motivo, esses grupos estão mais sujeitos a receberem menores rendimentos no mercado de trabalho. Tal movimento fortalece a perenidade de uma estrutura social marcada pela desigualdade e exclusão. As pequenas – mas significativas – vantagens na escolaridade de pretos e pardos, conferidas na Tabela 6, apontam a necessidade de ações vigorosas e prolongadas para uma reversão significativa no quadro de desigualdade racial de acesso à educação.

A Tabela 7 introduz dados para o marcador renda, os quais possibilitam melhor compreensão sobre o fenômeno da desigualdade no Brasil. As tabelas sobre o marcador renda se dividem em dois grupos, o 1º Quintil (20% com maiores rendimentos no país) e o 5º Quintil (20% com menores rendimentos).

Tabela 7: Anos de estudo segundo renda e faixa etária
Brasil, 2006 e 2013.

	2006		2013	
	1º Quintil	5º Quintil	1º Quintil	5º Quintil
15 a 17 anos	6,10	8,56	6,85	8,63
18 a 24 anos	6,65	11,55	7,89	11,34
25 a 29 anos	5,41	12,21	7,09	12,21

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Os dados da Tabela 7 demonstram que a evolução dos indicadores de acesso à educação promoveu pouca alteração para o grupo de

jovens dos 20% com maiores rendimentos no Brasil. Isso porque os seus índices já eram suficientemente positivos em 2006. Merece destaque o fato de que, na faixa de 18 a 24 anos, ainda em 2006, a média dos anos de estudo do grupo com maiores rendimentos correspondia a praticamente o mínimo requerido para a conclusão da educação básica no país (doze anos). Em contraste, a média do grupo com menores rendimentos correspondia à metade disso (seis anos), indicando que a maioria desse grupo não concluiu a educação básica.

A distância se agravava nas faixas mais adultas. Em 2006, percebe-se que o índice de anos de estudo dos jovens com maiores rendimentos nas duas últimas faixas etárias era duas vezes superior ao dos jovens com menores rendimentos. Essa diferença diminuiu de forma excessivamente incremental em 2013, mas foi insuficiente para ultrapassar a desigualdade social. A tabela 8 detalha as desigualdades segundo etapa de ensino.

Os dados da Tabela 8 anunciam a violenta desigualdade no acesso à escola entre jovens com maiores e menores rendimentos. Em relação à etapa do Ensino Superior, o grupo dos com maiores rendimentos tiveram uma pequena evolução. Entre os com menores rendimentos, apenas uma parcela residual alcançou essa etapa de ensino. Segundo o registro na Tabela 8, pode-se concluir que, no Brasil, o acesso ao Ensino Superior não está franqueado aos mais pobres.

Mais inquietantes são os dados sobre o Ensino Médio, etapa do ensino básico. Praticamente a maioria dos estudantes com maiores rendimentos completam essa etapa. Em contraste, é mínima a parcela daqueles com menores rendimentos que concluem o Ensino Médio. Em 2013, apesar da evolução dos índices, pouco mais de um quarto da população com menor rendimento, nas duas faixas etárias estudadas,

Tabela 8: Proporção de jovens que completaram Ensino Médio e Ensino Superior, por renda, segundo faixa etária, Brasil, 2006 e 2013, em %.

	Faixa etária 18 a 24 anos			
	2006		2013	
	1º Quintil	5º Quintil	1º Quintil	5º Quintil
Ensino Médio	15,5	83,3	25,9	78,4
Ensino Superior	0,1	8,2	0,3	10,0

	Faixa etária 25 a 29 anos			
	2006		2013	
	1º Quintil	5º Quintil	1º Quintil	5º Quintil
Ensino Médio	14,3	86,3	26,3	85,3
Ensino Superior	0,3	31,9	1,2	33,0

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

conseguiram concluir o ensino básico.

Na pesquisa de Hasenbalg e Valle Silva (1990), citada acima, os autores cruzaram informações para grupos de cor com a renda per capita das famílias. Os resultados manifestaram as vantagens das crianças e jovens com melhor renda familiar no ingresso precoce e na velocidade da progressão dentro da escola na década de 1980. Em contraposição, entre as crianças com menor renda, poucas concluíam a primeira etapa do Ensino Fundamental. Os autores ainda destacaram que, inclusive entre as crianças mais pobres, as pretas e pardas enfrentavam mais desvantagens para concluir a, então, 8ª série primária.

As conclusões de Hasenbalg e Valle Silva esclarecem conexões entre as desigualdades educacionais segundo renda com a questão racial. Nessa mesma direção, Andrade e Dachs (2007) estudaram o acesso à educação por faixa etária (de 7 a 24 anos) segundo renda e raça/cor

para o ano de 2003. Andrade e Dachs apuraram que o principal determinante para o acesso à educação e a progressão dentro de padrões adequados – ou seja, na idade previsível – é a renda familiar. Eles sublinham o efeito acumulativo entre atraso e evasão escolar nas camadas de menor renda. Embora acentuem o efeito da renda na probabilidade de êxito na progressão escolar, Andrade e Dachs também apontam a cor como fator vinculado a desigualdades na progressão escolar. De fato, eles afirmam haver sinergismo entre renda e cor da pele em relação à progressão escolar. Segundo esses autores, a desigualdade de renda e cor se eleva ao longo das faixas etárias e das etapas escolares. Desse modo, os autores explicam que, na faixa de 7 a 10 anos, as discrepâncias entre acesso e progressão entre os diferentes níveis de renda e brancos e não brancos são pequenas. Elas aumentam na faixa de 10 a 14 anos e, na de 18 a 24 anos, a desigualdade na progressão escolar atinge condições de profunda disparidade.

Valverde e Stocco (2009) se debruçaram sobre as desigualdades raciais na educação e atestaram que a universalização do ensino básico foi insuficiente para cessar as desigualdades raciais. Particularmente, esses autores atentam para as experiências distintas de brancos e negros no interior do sistema escolar que provocam efeitos diferentes na permanência, progressão e desempenho sobre esses dois grupos. Aqui o destaque é para – em vez de questões sociais exteriores ao espaço escolar – elementos do próprio mundo da escola que provocam desigualdades nas trajetórias de brancos e negros.

Hirata (2014) discorre sobre o conceito de interseccionalidade, explicando tratar-se de proposta para se considerar as múltiplas fontes de identidade. Mais especificamente, o conceito parece chamar a atenção para a imprescindibilidade de se atentar para a complexidade envolvida nas identidades ao longo do processo de construção das desi-

gualdades sociais. Hirata explica que se trata de priorizar os modos de interação das diversas categorias (raça, sexo, idade etc.) na estruturação das desigualdades sociais. Os dados apresentados aqui, neste artigo, permitem reconhecer essa interseccionalidade entre renda, cor e sexo na composição de obstáculos que limitam as oportunidades dos grupos ao acesso e à progressão na educação. Essas limitações às oportunidades promovem impactos nas formas de inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, nos rendimentos dos jovens trabalhadores, como é abordado na seção seguinte. O intrigante é verificar que, após um dos mais dos longos períodos de investimentos em projetos de inclusão educacional no país, as desigualdades entre brancos e não brancos e aqueles com maiores e menores rendimentos sofreram muito pouca alteração.

Mercado de trabalho: o sol não nasce igual para todos

Nesta seção são apresentados dados sobre desigualdade no acesso ao mercado de trabalho entre jovens, com destaque para os marcadores de gênero, raça e cor e renda. Os dados aqui apresentados são resultado de pesquisa produzida pelo escritório brasileiro da Organização Internacional do Trabalho (CORSEUIL; FRANCA, 2015).

De início, são introduzidos números gerais sobre a proporção de jovens que participavam do mercado de trabalho – ocupados ou desempregados – e a distribuição entre empregados e desempregados, desses que participavam.

A redução nos índices de desemprego dos jovens das duas últi-

Tabela 9: Distribuição da participação de jovens no mercado de trabalho, segundo as faixas etárias, Brasil, 2006 e 2013, em %.

	Taxa de participação		Taxa de ocupação		Taxa desempre.	
	2006	2013	2006	2013	2006	2013
15-17 anos	35,9	26,4	26,7	19,6	25,6	25,8
18-24 anos	72,9	69,2	60,0	59,3	17,6	14,3
25-29 anos	81,1	80,3	73,0	73,5	10,1	8,5

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

mas faixas etárias é uma das expressões de um período positivo da economia. Ressalta-se que, apesar da diminuição da participação dos jovens no mercado, o desemprego diminuiu nessas faixas. Em suma, houve queda significativa na oportunidade de um jovem trabalhador ser demitido ou não encontrar trabalho.

Entretanto, a taxa de desemprego dos mais jovens – 15 a 17 anos – permaneceu elevada, pouco superior a um quarto dessa população. A expressiva taxa de desemprego dos mais jovens distingue a fragilidade desse grupo em relação aos mais velhos. Pois, considerando o período de 2013, a taxa de desemprego era muito pouco inferior à da participação, fato que indica que boa parte dos que buscam emprego, não conseguem empregar-se. Os trabalhadores mais jovens geralmente são de famílias de menor renda, dependentes da remuneração do trabalho e ao participarem do mercado, ingressam de forma vulnerável, sujeitos a relações precárias. Castro e Aquino (2008) estabelecem correlação entre a situação dos jovens no mercado de trabalho com a situação de suas famílias. Nesse caso, a alta taxa de desemprego dos jovens até 17 anos, explicam os autores, indica que essas famílias não têm condições de mantê-los na condição de só estudarem. A fragilidade da família demanda a participação do jovem no orçamento doméstico.

A informação de queda na participação dos jovens no mercado de trabalho em todas as faixas etárias, com destaque para aqueles entre 15 a 17 anos – é fato que suscita atenção na Tabela 9. Essa queda na participação só foi menor entre os jovens mais velhos, mas nas duas primeiras faixas, a retração foi significativa.

Baltar e Leoni (2015) explicam esse declínio em virtude da elevação do ganho real nos rendimentos do trabalho, que ampliou a renda das famílias. Com os melhores rendimentos dos pais e familiares mais velhos, alguns jovens puderam dedicar-se exclusivamente aos estudos, adiando o ingresso no mercado. Os argumentos de Corseuil et. al. (2018) seguem na direção de Baltar e Leoni (2015), admitindo que, em períodos de recessão, os jovens se lançam mais fortemente na busca de emprego. Isso porque os seus rendimentos fortaleceriam o orçamento familiar, provavelmente atrofiado.

Tabela 10: Distribuição da participação no mercado de trabalho de jovens, segundo sexo, Brasil, 2006 e 2013, em %.

	2006		2013	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Taxa Participação	77,8	58,1	71,9	55,2
Taxa Ocupação	68,6	46,1	64,3	46,2
Taxa desemprego	11,8	20,6	10,5	16,3

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Como na Tabela anterior, a Tabela 10 evidencia queda na participação no mercado de trabalho em geral. Porém, ela expõe a menor participação feminina em relação à masculina. Em sua maioria, os jovens do sexo masculino buscavam trabalho ou estavam ocupados. Em oposição, pouco mais da metade das jovens estavam no mercado de trabalho.

A participação no mercado de trabalho se relaciona com a possibilidade de autonomia financeira. Os dados para o sexo masculino indicam que eles dispunham de mais oportunidades para essa autonomia do que as jovens mulheres.

A taxa de desemprego remete à desigualdade entre os sexos, na medida em que a taxa feminina é sempre superior à masculina. Portanto, os jovens do sexo masculino se empregavam e se mantinham no emprego com menos dificuldade do que as jovens trabalhadoras. Confere-se, pelos dados, maior fragilidade na forma de inserção das jovens no mercado de trabalho em relação aos jovens do sexo masculino.

Destaque-se que a vantagem masculina se contrapõe às melhores credenciais escolares das jovens trabalhadoras, já que os dados de educação não deixam dúvidas sobre a superioridade da escolaridade feminina em comparação à dos garotos.

Tabela 11: Distribuição da participação no mercado de trabalho de jovens, segundo raça e cor, Brasil, 2006 e 2013, em %.

	2006		2013	
	Branco	Pretos/Pardos	Branco	Pretos/Pardos
Taxa Participação	69,2	66,6	65,9	61,6
Taxa Ocupação	59,3	55,3	58,7	52,5
Taxa desemprego	14,3	16,9	11,0	14,7

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Na Tabela 11, as desvantagens dos pretos e pardos em relação à forma de inserção no mercado de trabalho comparadas às dos brancos ficam óbvias. Houve queda na participação entre brancos e também entre pretos e pardos. A participação dos pretos e pardos foi inferior à dos brancos nos dois períodos estudados. Essa desvantagem

dos pretos e pardos sugere vulnerabilidade. Isso porque a participação se associa à possibilidade de obter rendimentos e, considerando os argumentos da interseccionalidade das identidades, acima apontados, parece plausível considerar a imprescindibilidade desses rendimentos para o grupo de pretos e pardos. Assim, é possível considerar que a desigualdade da taxa de participação de pretos e pardos em relação à dos brancos acomoda aspectos de vulnerabilidade e discriminação.

Outro aspecto que incita atenção é o fato de a taxa de desemprego dos pretos e pardos ser superior à de brancos. Os pretos e pardos participam menos do mercado de trabalho e, quando participam, estão mais sujeitos a não encontrem emprego do que os brancos e, quando encontram, estão mais suscetíveis a perderem esse emprego. Os jovens brancos, por sua vez, experimentam melhores condições de procurar emprego, conseguir empregar-se e, ainda, manter-se no emprego.

Tabela 12: Distribuição da participação no mercado de trabalho de jovens, segundo rendimento, Brasil, 2006 e 2013, em %.

	2006		2013	
	1º Quintil	5º Quintil	1º Quintil	5º Quintil
Taxa Participação	53,8	72,8	37,7	75,4
Taxa Ocupação	38,8	66,5	22,0	71,4
Taxa desemprego	27,9	8,7	41,7	5,2

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Os dados da Tabela 12 patenteiam a profunda desigualdade nas formas de inserção no mercado de trabalho. Apesar do período positivo da economia, os trabalhadores jovens com menores rendimentos enfrentavam condições bastante adversas em relação aos jovens do grupo de 20% com maiores rendimentos. A taxa de participação dos jovens do 1º Quintil era bem inferior ao dos jovens do 5º Quintil,

agravando-se em 2013.

Verifica-se que a taxa de desemprego dos jovens do 1º Quintil (41,7%) é superior às taxas de participação (37,7%) e de ocupação (22,0%). Esses números traduzem de modo exemplar a desigualdade histórica do Brasil. Nem mesmo nesse período de bonança econômica os 20% com menores rendimentos experimentam condição menos negativa no mercado de trabalho. Para os 20% com maiores rendimentos, ao contrário, a prosperidade econômica foi benfazeja: mais ocupações e menos desemprego.

Tabela 13: Distribuição da participação no mercado de trabalho de jovens, segundo etapa de ensino, Brasil, 2006 e 2013, em %.

	2006		
	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo e Médio Incompleto	Médio Completo
Taxa de Participação	59,3	59,6	81,3
Taxa de Ocupação	50,9	47,4	70,0
Taxa de Desemprego	14,2	20,5	13,9
	2013		
	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo e Médio Incompleto	Médio Completo
Taxa de Participação	49,6	51,0	78,0
Taxa de Ocupação	42,1	42,7	69,4
Taxa de Desemprego	15,0	16,3	11,1

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Os dados da Tabela 13 apontam queda na participação para jovens

de todas as etapas de ensino, mas verifica-se que a queda foi inferior para jovens com Ensino Médio completo. Do mesmo modo, a taxa de ocupação sofreu queda ao longo dos sete anos da pesquisa. Contudo, a queda na ocupação dos jovens com Ensino Médio completo foi inferior à daqueles das outras etapas. Por fim, a taxa de desemprego de jovens com Ensino Fundamental incompleto foi a única a apresentar elevação. A taxa de desemprego de jovens com Ensino Fundamental completo e Médio incompleto, assim como a dos que tinham Ensino Médio completo, diminuiu. Esses resultados apontam melhores condições dos jovens com mais anos de escolaridade, principalmente para aqueles com certificado de Ensino Médio. Por outro lado, constata-se a maior desvantagem dos que têm menos anos de estudo. Essas informações confirmam que a escolaridade é uma vantagem para a inserção no mercado de trabalho.

A fragilidade dos jovens com Ensino Fundamental incompleto pode ser compreendida pela reflexão de Ribeiro (2017), segundo a qual, quanto maior o número de trabalhadores educados, mais os indivíduos são instados a investir em educação para preservar sua posição quanto maior. Pois, com a elevação do nível de escolaridade da população, é maior a probabilidade de os empregadores selecionarem candidatos mais escolarizados.

O cotejo das informações da Tabela 13 com as das Tabelas 6 e 8, sobre desigualdades na conclusão das etapas de ensino para pretos e pardos e jovens com menores rendimentos, permite deduzir que os obstáculos para o acesso desses grupos aos estudos impactam negativamente na forma de participação no mercado de trabalho. Isso porque fica evidente que a conclusão do Ensino Médio é crucial para garantir alguma estabilidade para o jovem trabalhador. Aqui se deve frisar que esse argumento é apropriado para o caso do jovem trabalha-

dor no masculino. No caso das jovens trabalhadoras, a escolaridade não produz o mesmo efeito, patenteando a discriminação contra as mulheres, que inibe o efeito da escolaridade como distinção contra a vulnerabilidade.

Tabela 14: Evolução da qualidade do emprego, segundo faixa etária, Brasil, 2006 e 2013

	Rendimentos		Taxa de Informalidade	
	2006	2013	2006	2013
Brasil	768,2	1.070,1	52,1	38,6
15-17	272,3	460,2	87,0	76,6
18-24	659,7	939,3	52,6	38,1
25-29	1.025,5	1.336,0	43,2	32,4

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Os dados da Tabela 14 ratificam a fragilidade a que os jovens de 15 a 17 anos estão sujeitos no mercado de trabalho, já revelada na Tabela 7. Isso porque os rendimentos desse grupo são muito inferiores aos dos outros dois, apesar da evolução constatada em 2013. Do mesmo modo, a taxa de informalidade desse grupo também era superior. A proibição do emprego regular para menores de 16 anos certamente contribui para essa vulnerabilidade. A última faixa etária, daqueles entre 25 e 29 anos, era a mais bem remunerada. Vale destacar que a média da remuneração desse grupo era superior à média geral da remuneração do Brasil. Isso se deve, entre outros motivos, pela maior qualificação desses indivíduos.

A queda na taxa de informalidade de todos os grupos ilustra as observações de Mattos (2015) sobre o movimento de formalização dos postos de trabalho criados e de elevação do poder de compra dos rendimentos do trabalho no período desse ciclo de curta pujança da

economia nacional. Baltar e Leone (2015) argumentam que, mais do que expansão da ocupação dos jovens no mercado formal, o que teria ocorrido é a formalização de emprego nos estabelecimentos onde eles já trabalhavam.

Tabela 15: Evolução da qualidade do emprego segundo sexo, Brasil, 2006 e 2013

	Rendimentos		Taxa de Informalidade	
	2006	2013	2006	2013
Brasil	768,2	1.070,1	52,1	38,6
Homem	825,6	1.137,2	51,6	39,3
Mulher	684,9	978,1	52,9	37,6

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

As informações da Tabela 15 complementam e revigoram os dados das Tabelas 4 e 8, os quais sinalizam a discriminação contra as jovens do sexo feminino no mercado de trabalho. Os empregadores valorizam a escolaridade, premiando com melhores rendimentos os trabalhadores mais qualificados. Porém, as mulheres são penalizadas com rendimentos inferiores aos homens, apesar de seus superiores índices de escolaridade. Constata-se que os rendimentos masculinos eram superiores à média nacional e, a taxa de informalidade, inferior à média, traduzindo a desigualdade de gênero nas formas de inserção no mercado de trabalho.

Bruschini (2007) expõe o fato de que o crescimento da atividade feminina nas últimas décadas tem sido constante. Não obstante, a forma de inserção da média das mulheres no mercado de trabalho brasileiro se caracteriza pela precariedade. A autora informa o predomínio da ocupação nos empregos domésticos ou em atividades não remuneradas ou em trabalho na produção para consumo próprio ou do grupo

familiar. Além disso, as mulheres estão mais suscetíveis ao desemprego.

No caso das mulheres que concluem Ensino Superior, essa autora explica a predominância da escolha de áreas de conhecimento tradicionalmente tidas como femininas, como educação, área de bem-estar etc. Essas profissões costumam ser menos bem remuneradas do que aquelas tidas como tipicamente masculinas. Bruschini ainda acrescenta que, nas profissões mais comumente atribuídas aos homens, o ingresso da média das mulheres, não raramente, se daria em condições mais vulneráveis.

Tabela 16: Evolução da qualidade do emprego, segundo raça e cor, Brasil, 2006 e 2013

	Rendimentos		Taxa de Informalidade	
	2006	2013	2006	2013
Brasil	768,2	1.070,1	52,1	38,6
Branco	937,7	1.253,0	44,4	32,0
Preto/Pardo	600,4	910,4	59,8	44,4

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Os dados da Tabela 16 exprimem a inquestionável desigualdade que afeta os jovens trabalhadores pretos e pardos em oposição aos jovens trabalhadores brancos. Apesar da evolução nos rendimentos dos dois grupos, assim como a queda na taxa de informalidade, as condições dos jovens brancos eram sempre mais positivas. Os rendimentos dos jovens brancos estavam acima da média do país, em oposição aos dos pretos e pardos, abaixo da média. Em 2006, mais da metade da força de trabalho preta e parda se inseria no mercado informal. Apesar da amenização desse dado, quase metade desse grupo se mantinha na informalidade.

Tabela 17: Evolução da qualidade do emprego por renda, Brasil, 2006 e 2013

	Rendimentos		Taxa de Informalidade	
	2006	2013	2006	2013
Brasil	768,2	1.070,1	52,1	38,6
1º quintil	241,12	280,1	68,4	63,1
5º quintil	1.558,7	1.646,0	32,9	25,3

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Na Tabela 17, as informações reiteram o quadro de desigualdade que marca a sociedade brasileira, inclusive em períodos econômicos positivos para os trabalhadores. Isso porque a distância dos rendimentos do trabalho entre os jovens com 20% menores rendimentos em relação aos jovens com 20% maiores rendimentos é abissal. Em 2006, a média da remuneração dos jovens com menores rendimentos correspondia a pouco mais de 10% da média da remuneração dos com maiores rendimentos. Em 2013, a remuneração dos mais pobres correspondia a aproximadamente 17% dos rendimentos dos mais ricos. Constata-se elevação no rendimento dos mais pobres, mas não parece possível concluir que houve queda significativa na violenta desigualdade nos rendimentos do trabalho que separa os mais ricos dos mais pobres.

Os dados da Tabela 18 não deixam dúvidas sobre o valor atribuído ao mercado de trabalho para a escolaridade. Os rendimentos dos jovens que não haviam concluído o Ensino Médio eram bem inferiores aos dos que haviam concluído. Somente os jovens trabalhadores com Ensino Médio completo obtiveram rendimento acima da média nacional.

Reis (2015) estudou a transição do desemprego para o primeiro

Tabela 18: Evolução da qualidade do emprego por escolaridade, Brasil, 2003 e 2016

	Rendimentos		Taxa de Informalidade	
	2006	2013	2006	2013
Brasil	768,2	1.070,1	52,1	38,6
Fundamental incompleto	448,2	689,7	74,4	64,7
F. compl. e médio inc.	563,9	787,9	60,3	49,3
Médio completo	1.074,49	1.292,9	34,1	27,1

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

emprego por meio do acompanhamento de quatro edições sucessivas da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, entre 2006 e 2012. Ele constatou que metade dos jovens que procurava o primeiro emprego estava na escola e, desses, apenas 12% foram absorvidos pelo mercado formal de trabalho, sendo que dois terços dos jovens ingressaram no informal. Segundo o autor, a escolaridade aumenta a probabilidade de o jovem sair do desemprego, principalmente para os que já contam com experiência de trabalho. Para os jovens sem experiência, o estudo se torna muito importante. Os jovens com menos anos de estudo aguardam mais tempo para conquistar um posto no setor formal. Reis explica que os jovens com menos anos de estudo transitam do desemprego para empregos informais, temporários e de período parcial. A inserção precoce de jovens de baixa renda estimularia o abandono dos estudos e, assim, explica Reis, fortaleceria a reprodução do ciclo de inserção precária no trabalho e baixo rendimento.

De modo geral, os dados de todas as tabelas apontam o inquestionável progresso dos jovens trabalhadores de ambos os sexos, cor e raça e renda no período positivo da economia brasileira. Contudo, as vantagens desse progresso foram suficientemente frágeis para não permitirem a superação do quadro de desigualdades que afeta as jovens

mulheres, os pretos e pardos e os mais pobres.

Pochmann (2012) e Comin (2015) explicam que as atuais desigualdades no mercado de trabalho do país guardam conexões com estruturas sociais ainda não superadas do período anterior à urbanização na década de 60. As estruturas do período agrário, informadas pelos tempos da colonização e da escravização, teriam contaminado o modo como se deu a modernização da economia brasileira. Comin (2015) expõe o movimento de expulsão de massas de trabalhadores rurais com pouca ou nenhuma escolaridade para os centros urbanos, compondo um exército disponível para a inserção em posições frágeis como trabalho doméstico, comércio ambulante, ocupações braçais, informais etc. Pochmann (2012) destaca que o avanço do capitalismo no Brasil, com a passagem da sociedade agrária para a urbano-industrial, se ancorou num modelo de economia com baixos salários, com a manutenção da existência de atividades servis, como o trabalho doméstico para os grupos de alta renda. O modelo de desenvolvimento adotado fomentou a existência de um exército que pressionou para baixo os rendimentos no limitado mercado formal. Comin (2015) conclui que o crescimento econômico é relevante para a redução da desigualdade, porém, não condicionante. Isso porque o modelo de crescimento adotado pode – ou não – dar prosseguimento a uma ordem pré-industrial desigual. No caso brasileiro, o processo de industrialização, urbanização e desenvolvimento da economia capitalista não rompeu com o modelo de concentração de renda e desigualdade social da antiga ordem agrária, como bem se reflete na vulnerabilidade que define as relações de trabalho de ampla população de brasileiros.

Esse movimento de urbanização nas décadas de 60 e 70 foi marcado pelo intenso crescimento, com impressionante geração de postos de trabalho, ocupando boa parte dos migrantes oriundos das áreas

rurais. A indústria absorveu muitos deles, mas uma massa de trabalhadores se manteve em ocupações precárias, no mercado informal. Na primeira metade da década de 80, o crescimento desacelerou, provocando queda nos rendimentos do trabalho, retração na criação de postos, elevação de desemprego e alta informalidade (POCHMANN, 2012). A partir da década de 90, houve avanço na crise econômica e perda de liderança da indústria de transformação como empregadora para o setor terciário, com intensificação da precarização dos vínculos trabalhistas. Em contraste, a partir de 2004, a economia do país retomou o crescimento. Mattos (2015) ilustra a pujança do período de 2002 a 2013, com taxa de 17 milhões de empregos criados, forte formalização dos vínculos empregatícios – garantindo maior proteção aos trabalhadores, aumento real dos rendimentos e redução da desigualdade da renda do trabalho. Contudo, Pochmann (2015) relata que a maioria dos postos de trabalho criados no período se deu no setor terciário, ocupando trabalhadores com Ensino Médio completo e remunerando, na média, pouco mais de um salário mínimo.

Pauli *et al* (2012) analisaram as transformações ocorridas no mercado de trabalho no país a partir dos anos 1980. Segundo esses autores, as alterações macroeconômicas provocaram mudanças relevantes na demanda por trabalhadores. A abertura da economia, iniciada nos anos 1980, provocou a desindustrialização do país. Desse modo, os empregos no secundário diminuíram. Em oposição, cresceram os empregos no setor terciário. Nesse processo, a média das remunerações dos trabalhadores foi reduzida.

Concomitante às alterações macroeconômicas, houve avanço no nível da oferta de escolarização dos trabalhadores brasileiros, principalmente nos níveis intermediários, ou seja, Ensino Fundamental e Médio completo, como completam esses autores. Todavia, as mu-

danças estruturais não provocaram a expansão na demanda por esse contingente de trabalhadores com mais escolaridade. E, apesar da elevação dos anos de estudo da força de trabalho, os rendimentos sofreram queda entre 1998 e 2006. Esses autores concluem, então, que o aumento da escolaridade dos trabalhadores, por si só, não provoca efeitos na dinâmica do mercado de trabalho.

Os argumentos de Pauli *et al* (2012) permitem refletir sobre o fato de que os investimentos públicos e individuais na melhoria da educação dos trabalhadores não foram acompanhados por movimentos no setor produtivo, voltados para um modelo de crescimento que englobasse a demanda por trabalhadores mais escolarizados e produtivos.

No caso específico do período de ouro da economia brasileira, Mattos (2015) explana que, entre 2002 e 2013, a ocupação na indústria de transformação caiu, entre outras razões, devido à competição externa, mais especificamente da produção asiática, que estimulou a importação em detrimento da produção interna. Por outro lado, houve expansão no terciário, responsável pela geração de postos de trabalho em empregos de baixo rendimento.

Os movimentos macroeconômicos e, especificamente, no mercado de trabalho, apresentados pelos autores acima, levam à constatação de que a ampliação das oportunidades de escolaridade – embora limitada – ocorrida na primeira década do século XXI não seria capaz de alterar as profundas desigualdades históricas do mercado de trabalho no país. Para tanto, seria necessário – concomitante à elevação da escolaridade dos trabalhadores – a construção de um projeto de crescimento sustentado, voltado para absorver trabalhadores com maior qualificação. Como explica Carvalho (2018), o crescimento econômico ocorrido no país entre 2006 e 2010 se caracterizou por um tipo de consumo que favoreceu a expansão de setores que exigiram mão

de obra menos qualificada. O fato é que com o fim do período positivo da economia, os trabalhadores desses postos criados na pujança econômica se converteram nos primeiros demitidos. Com a recessão, as desigualdades que afetam, sobretudo, as mulheres, os mais pobres e os pretos e pardos se intensificaram.

Conclusão

A análise dos dados apresentados permite constatar a evolução positiva das formas de inserção no mercado de trabalho dos jovens brasileiros no curto período de crescimento econômico entre a primeira década e a metade da segunda década do século XXI. Contudo, essa evolução se ancorou em bases muito precárias, insuficientes para transformar valores que orientam a estrutura social brasileira. Essa fragilidade pode ser constatada ao longo do período de pujança, uma vez que, apesar da melhoria no acesso à educação e na criação de novos postos de trabalho, manteve-se a imensa distância no acesso às etapas mais adiantadas do ensino e no valor da remuneração do trabalho entre alguns grupos. Com o acirramento da crise econômica, a partir de 2014, o desemprego e a contração no valor dos rendimentos afetou os trabalhadores brasileiros em geral, mas, de forma mais contundente, prejudicou os jovens, principalmente do sexo feminino, pretos e pardos e mais pobres.

O conhecimento sobre como se deu a reprodução das desigualdades durante o período positivo da economia permite entender como as vantagens para as minorias são sempre inferiores às obtidas pelos jovens do sexo masculino, branco e com maior renda.

O acesso ao ensino se revelou importante para garantir condições menos vulneráveis no mercado de trabalho. Porém, na ausência de um projeto de desenvolvimento que incorpore verdadeiramente o ganho de produtividade dos jovens trabalhadores, percebe-se que a criação de postos de trabalho se concentra em setores com pouca sustentabilidade. O investimento estatal e individual dos jovens em educação se perde diante da ausência de criação de postos de trabalho que utilizem essa qualificação e, num primeiro sinal de crise, os empregos dos novos incluídos se desvanecem. Isso porque não parece haver compromisso com a superação das desigualdades de sexo, cor e renda que organizam as relações sociais no país. Em tempos de crescimento ou de crise, as formas de inserção no mundo da escola e do trabalho do grupo de homens, brancos e com maior renda é sempre mais positiva do que a de mulheres, pretos e pardos e com menor renda. A hegemonia do grupo dos jovens brancos, com renda mais elevada se desnuda diante da desigualdade em relação às formas de ocupação das jovens mulheres. Isso porque a educação pode operar como credencial para explicar desigualdades nas formas de ocupação dos jovens do sexo masculino branco e com melhores rendimentos em relação aos jovens do sexo masculino, pretos e pardos e os com menores rendimentos. Em oposição, na comparação com as jovens do sexo feminino, essa credencial perde seu valor. A versatilidade da educação como credencial manifesta que, mais do que diferenças, trata-se de processos de discriminação.

Como apontam estudos sobre o transcurso histórico da modernização da economia brasileira, ainda falta transpor a ordem desigual e hierárquica. Resta explorar as consequências das profundas alterações promovidas na legislação trabalhista em 2018, que restringiram as proteções antes garantidas legalmente ao trabalhador formalizado.

Ou seja, talvez as faces da desigualdade estejam, hoje, ainda mais violentas.

Referências

ANDRADE, Cibele Yahn de; DACHS, José Norberto. Acesso à educação por faixas etárias segundo renda e raça/cor. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, n. 131, p. 399-422, mai/ago 2007.

BALTAR, Paulo; LEONE, Eugênia. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 85, p. 53-67, 2015.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. Os determinantes da desigualdade no Brasil. *Texto para discussão*, n. 377. Rio de Janeiro: IPEA, julho de 1995.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, N. 132, p. 537-72, set/dez 2007.

CAMPANTE, Filipe R.; CRESPO, Anna R.; LEITE, Phillippe G. P. G. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. *Rev. Bras. Econ.*, v. 54, n. 2, p. 185-210. 2004.

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. SP: Todavia, 2018.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni. *Juventude e políticas no Brasil*. Texto para Discussão n. 1335. Brasília: IPEA, 2008.

COMIM, Álvaro. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010. In: ARRETCHE, Marta (org.) *Trajétorias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*. SP: Ed. Unesp; CEM, 2015.

CORSEUIL, Carlos Henrique; FRANCA, Maíra A. P. *Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013*. Brasília: OIT, 2015.

CORSEUIL, Carlos Henrique *et al.* *Uma interpretação para a forte aceleração da taxa de desemprego entre jovens*. Mercado de Trabalho 64. Nota

Técnica. Brasília: IPEA, 2018.

COSTA, Joana; Organização Internacional do Trabalho (OIT), Escritório Brasil; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Educação dos jovens brasileiros no período 2006-2013*. Brasília: OIT, 2015.

FERREIRA, Mônica Dias Peregrino. Juventude, escola e trabalho: uma aproximação necessária. *Boletim CEDES*, v. 35, p. 1-7, 2014.

HASENBALG, Carlos H.; VALLE SILVA, Néelson do. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Cad. Pesq.* n. 73, p. 5-12, 1990.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça, interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, Revista de Sociologia da USP. v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

MADEIRA, Felícia Reicher. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.) *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 139-170, 2006.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. *Estudos Avançados*, n. 29, v. 85, p. 69-85, 2015.

PAUKI, Rafael C.; NAKABASHI, Luciano; SAMPAIO, Armando Vaz. Mudança estrutural e mercado de trabalho no Brasil. *Revista de economia política*. v. 32, N. 3, p. 459-478, jul/set 2012.

POCHMANN, Márcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil contemporâneo. *Estudos avançados*, v. 29, n. 85, p. 7-19, 2015.

REIS, Maurício. Uma análise de transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil. *REB*, Rio de Janeiro, n. 69, v. 1, p. 125-143, Jan/Mar, 2015.

RIBEIRO, Marcelo Gomes. Desigualdade de renda: a escolaridade em questão. *Educ. Soc.*, v. 38, n. 138, p. 169-188, 2017.

SAUL, Renato. As raízes renegadas do capital humano. *Sociologias*. v. 5, n. 12, p. 230-73, 2004.

VALVERDE, Danielle Oliveira; STOCCO, Lauro. Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação. *Estudos feministas*, n. 17, v. 3, p. 909-920, set/dez 2009.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferreira de. Capital humano e crescimento econômico. *Interações*. v. 11, n. 2, p. 137-48, 2010.

Resumo:

Este artigo discute formas de inserção e escolaridade de jovens brasileiros entre os anos de 2006 e 2013. O objetivo é investigar mecanismos de reprodução da desigualdade de gênero, raça e de renda, num período positivo da economia para os trabalhadores, por meio das diferenças nas formas de inserção no mercado de trabalho de diferentes grupos de jovens. A metodologia adotada analisou dados secundários produzidos pelo IPEA e OIT a partir da pesquisa por amostragem do IBGE. O período estudado permite identificar processos de renovação da desigualdade, apesar da ampliação de acesso ao ensino e da criação de novas vagas no mercado de trabalho. Os resultados revelam processos de desigualdade que prejudicam jovens pretos e pardos e os de menor renda, com dificuldade de acesso ao ensino e com inserção precária no mercado de trabalho, as jovens trabalhadoras, por sua vez, apesar dos elevados anos de estudo, se inserem em posição mais frágil que homens.

Palavras-chave: Juventude; Mercado de Trabalho; Desigualdade; Raça; Gênero

Abstract:

This study investigates schooling and employment of Brazilian youth between the year 2006 and 2013. The objective is to understand mechanisms that allow the perpetuation gender inequalities, race and classes inequalities in a positive period of the Brazilian economy. Some youth groups have been occupied in precarious jobs, despite the expansion of access to education and low unemployment rates. The methodology used was the study of secondary data from IBGE. Findings show the maintaining of inequalities. Women youth had more years of study but their jobs were more precarious than boys' jobs. Young poor and blacks could not study as white and rich men and they had precarious jobs.

Keywords: Youth; Labor market; Inequalities; Race; Gender.

Recebido para publicação em 23/01/2019.

Aceito em 15/08/2019.

Um mês que não terminou: uma análise qualitativa, com base na história oral, do Movimento Passe Livre (MPL) nas jornadas de junho de 2013, em São Paulo

Edmar Aparecido de Barra e Lopes

Universidade Federal de Goiás, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-9576-510X>

ed.clio@hotmail.com

Considerações iniciais: cidade, neoliberalismo e ativismos

O Estado brasileiro se configurou, nas décadas recentes, como uma democracia representativa pluripartidária e estável, consolidada com a Carta de 1988. Entretanto, uma análise mais detalhada permite-nos constatar uma realidade muito mais complexa e desafiadora, na qual ganha destaque um conjunto de ambiguidades e contradições políticas, econômicas e sociais indicativas de fortes limitações típicas de países de capitalismo dependente, como encontramos em Fernandes (1968, 1973). Limitações essas agravadas por permanências de nosso passado colonial escravocrata e por políticas hegemônicas

neoliberais¹ que aprofundam várias formas de desigualdades existentes (pobreza, desemprego, restrições à participação política, exclusão social etc.) que resultam de reformas econômicas orientadas por essa ideologia.

Esse cenário encontra-se sobremaneira intensificado nas grandes cidades, tendo em vista o contexto atual do capitalismo excludente, que passaram a figurar como epicentro da crise social do país intensificada pelas transformações em andamento, associadas – de forma combinada e desigual, inacabada e contraditória – a processos de globalização e aprofundamento da dualização social das mesmas (SASSEN, 1991; BORJA; CASTELLS, 1997).

Nessa linha, concordando com Preteceille (2003), encontramos, cristalizadas tanto nas estruturas materiais do espaço construído, como nas formas sociais de metrópoles nacionais e regionais de nosso país, permanências históricas na economia e na sociedade que inviabilizam reformas civilizatórias no bojo do capitalismo brasileiro. Tal como ocorrera, conforme Castel (1995), nos países onde se constituiu

1. As reformas neoliberais adquiriram várias configurações. Devemos destacar, entretanto, que alguns elementos estiveram presentes em todas elas, tais como: a remercantilização da força de trabalho, a desmontagem dos sindicatos, a desregulamentação dos mercados de trabalho, a privatização de muitos serviços sociais que estiveram previamente em mãos do Estado (FIORI, 1995). De modo geral, os governos neoliberais propugnam noções de mercados abertos e de tratados de livre comércio. Ainda, a redução do setor público e do intervencionismo estatal na economia e na regulação do mercado (BEYNON, 1998). De tal forma que, conforme Ibarra (2011, p. 242), entre 1975 e 2003, período típico do domínio neoliberal, a taxa de crescimento *per capita* mundial, além de polarizar-se entre as zonas prósperas e regiões atrasadas, caiu, em média, mais da metade em relação ao período de 1950-1975. [...]. Ao mesmo tempo, amplia-se a brecha do atraso da África e da América Latina. Desde a década de 1970, os países da OCDE cresceram a um ritmo médio de 2% anual, enquanto a América Latina apenas o fez a 0,6%, e os países africanos subsaarianos, a -0,7% [...]. Nesse contexto de crise, os países são levados a liberar os mercados, reduzir o papel do Estado, assimilar desigualdades sociais não suspeitadas, desestabilizar a ordem, as hierarquias e as prelações nacionais, em uma palavra a *limitar as opções à ação coletiva* [grifo nosso].

sociedade salarial.

Também nessas cidades, verificamos crescentemente a emergência de lutas contra-hegemônicas ou de formas de resistência urbana. Cenário que nos permite reconhecer as cidades – nesse momento histórico – enquanto campo de batalhas, onde ganham visibilidade novas formas de ativismos² que tem ocupado, especialmente, espaços públicos nas cidades, reinventando métodos tradicionais de ação e protesto.

Paterniani (2016), ao procurar compreender o que seria o ativismo urbano ou ainda o que seriam os coletivos responsáveis pelas ações ligadas a ele, argumenta que tal questão coloca a necessidade de delimitarmos o ativismo. Dessa forma, averiguando as particularidades que o diferenciam de práticas de movimentos sociais do passado e de outras ocorridas no próprio presente³.

2. De acordo com Frúgoli Jr. (2018), o ativismo, com enfoque nas práticas de enfrentamento da crise ligada ao chamado neoliberalismo, emergiu nos últimos anos como novas emergências pelo direito à cidade em abordagens no campo da crítica e da resistência, por exemplo: Harvey (2012), Agier (2017), Velho (1999), Jacobs ([1961] 2003), Ghon (2014, 2017), Certeau, ([1994] 2012), Frehse (2009), Simmel ([1903] 2005), Frúgoli Jr. (2007), Magnani (2009, 2013), Di Giovanni (2015b), Rolnik *et al.* (2014), Judensnaider *et al.* (2013), Novaes e Alvim (2014), Hamburger (2016), Muhale (2014), Saraiva (2017), Damo e Oliven (2014), Arley e Ricci (2014), Cava (2014), Dupuis-Déri ([2007] 2014), Solano e Manso (2014), Vergara (2015), Nascimento e Olivar (2016), Herzfeld (2014), Kanigel (2016) etc.

3. Ghon (2018, p. 120), esclarece que: “[...] os movimentos clássicos, de luta pela terra, por moradia, ou os sindicatos, contam pouco com a participação dos jovens e, usualmente, se organizam de forma tradicional, no rural ou no urbano. Eles têm concepções e estruturas organizacionais mais centralizadas, focalizadas em líderes ou lideranças. Eles também se articulam em redes e usam internet, mas o ambiente virtual é apenas uma ferramenta de apoio e não um vetor ou veículo básico de comunicação e interação. As articulações são mais dirigidas, fechadas, são mais homogêneas, entre pares. Internamente, organizam-se via departamentos ou setores (jovens, mulheres ou temáticas e problemas), mas dentro de uma linha com cultura organizacional homogênea. [...] Desenvolvem formas de solidariedade interna, mas realizam poucas transformações na forma centralizada de operar seus repertórios e de se relacionar com os jovens, com outros movimentos, com a sociedade, ou com

Reflexão encontrada, por exemplo, em Castells (2013)⁴, ao ressaltar que os ativismos urbanos tem como marcas distintivas o fato de: serem formas de ação coletiva fora dos canais institucionais precedentes (partidos, sindicatos, movimentos setoriais) e nas quais a mobilização⁵ emocional é desencadeada pela indignação; de configurarem-se enquanto locais e globais ao mesmo tempo em função de imagens veiculadas no ciberespaço e, ainda, sem liderança ou com forte noção de autogoverno; e de carecem de uma forte ideologia expressa por um programa e fazem uso da internet como fator de mobilização social⁶.

De outro modo, o ativismo no espaço urbano do capitalismo no contexto referido é aqui compreendido enquanto forma de atuação, estratégias e táticas em que atuam coletivos ativistas na cidade, desafiando a lógica da democracia representativa, ao mesmo tempo em que buscam gerar uma nova forma de democracia e reelaboram formas tradicionais de rebeldia. Dessa forma, singularizando seu conteúdo em relação aos antigos movimentos de contestação social.

Reforçando análise de Tilly e Tarrow (2007), segundo a qual, no
governos”.

4. Na mesma linha, Damo e Oliven (2014) e Sales *et al.* (2018) complementam que também fazem parte das especificidades dos mesmos: a) relações horizontalizadas; b) redes descentralizadas e autônomas; c) a pluralidade dos interesses dos seus atores e; d) alternativas táticas e organizativas à ideia de militância; e) dinamismo das movimentações por diversos espaços urbanos – ruas, parques e praças – com forte efeito performático; f) agilidade das convocações, incluindo amplo uso das redes sociais.

5. Destacamos a contribuição de Toro e Werneck (2004) ao chamarem atenção para a compreensão da mobilização social como ato de vontade das pessoas orientadas por propósitos comuns e tendo em perspectiva as contribuições de cada indivíduo em um processo de transformação das suas condições.

6. Ghon (2018, p. 119) chama atenção para o fato de que: “[...] O poder das redes vai além da mobilização. Elas impactam no caráter da ação coletiva desenvolvida. A Internet tem alterado a formação, a articulação e a atuação dos movimentos sociais, gerando impactos e resultados diferentes na sociedade e nos próprios movimentos, segundo áreas territoriais, com impacto maior nas regiões urbanas, dadas as dificuldades de acessibilidade nas zonas rurais”.

mundo globalizado neoliberal de hoje, presenciamos um novo ciclo de protestos com contestações políticas semelhantes aos da década 1960 (quanto aos impactos e efeitos na sociedade e nos governos) e, ao mesmo tempo, distintas no que concerne aos seus temas, formas de mobilização e conjunturas políticas e econômicas, inúmeros autores⁷ tem analisado que as chamadas jornadas de junho de 2013 e a atuação nelas de coletivos juvenis, em várias regiões metropolitanas do país⁸ podem ser tomadas como uma espécie de “divisor de águas” quanto às formas de manifestação política nas cidades brasileiras, com destaque para o Movimento Passe Livre (MPL)⁹.

7. Podemos citar como exemplo: Falchetti (2017), Frúgoli Jr. (2018), Boito (2013), Braga (2013), Singer (2013a, 2013b, 2013c), Maricato (2013a, 2013b), Henrique (2013), Ghon (2014, 2018), Bucci (2016), Gohn (2014), Ortellado (2013), Solano (2014) etc.

8. Para Di Giovanni (2015b *apud* Frúgoli Jr., 2018, p. 77), “[...] Isso também nos remete, em um breve recuo temporal [...], a determinados eventos globais situados entre 2010 e 2011 (Gohn, 2014) que, de certo modo, informam e inspiram as referidas jornadas – como a ‘Primavera Árabe’ (na Praça Tahrir, no Cairo, ou na Praça Mohamed Bouazizi, em Túnis), os ‘Indignados’ (inicialmente em Madrid), ou o ‘Occupy Wall Street’ (em Nova York) –, a partir dos quais se podem enfatizar certas peculiaridades brasileiras”.

9. O Movimento Passe Livre (MPL), “[...] é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. O MPL é um grupo de pessoas comuns que se juntam há quase uma década para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade [...]”. Encontra-se presente “[...] em várias cidades do Brasil e lutamos pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da Tarifa Zero! O MPL foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre. Mas, antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Fatos históricos importantes na origem e na atuação do MPL são a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005)”. Ainda, “[...] em 2006, o MPL realizou seu 3º Encontro Nacional, com a participação de mais de 10 cidades brasileiras, na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Em 2013, impulsionado pela revogação do aumento em mais de 100 cidades, ocorreu o 4º Encontro Nacional” (MOVIMENTO..., s/d). Disponível em: <http://mpl.org.br>. Acesso em: 25 nov. 2018. Outras informações sobre o Movimento Passe Livre

As mobilizações de junho de 2013 e a emergência do Movimento Passe Livre (MPL): contexto e causas, características e objetivos, formas de organização e estratégias

As mobilizações denominadas jornadas de junho de 2013 apanharam desavisadamente grande parte dos analistas sociais de diversas áreas, em particular no concernente à sua amplitude. De outro modo, salta aos olhos as inúmeras cidades onde ocorreram, o grande número de participantes jovens (ou da juventude)¹⁰ e emergentes formas polí-

(MPL), na página oficial (<http://www.mpl.org.br>) ou em seu perfil no Facebook (<https://www.facebook.com/MovimentoPasseLivrempl/info>), nas páginas de coletivos como sua vertente paulistana, o MPL – SP (<http://saopaulo.mpl.org.br/>) ou no perfil no Facebook (<https://www.facebook.com/passelivresp/info>) ou no site <http://tarifazero.org/mpl/>.

10. Ghon (2013b, p. 206), explica que: o “[...] conceito de juventude, associado à condição de ser jovem, aparece na literatura sociológica sob dois eixos articulatórios de questões, problemas e características. O primeiro é decorrente do pertencimento a uma dada faixa etária (onde também não há consenso), com ênfase em aspectos geracionais de uma determinada fase de vida. O segundo destaca aspectos socioeconômicos e culturais determinados pela situação de classe social [...]”. Acrescenta ainda que “[...] alguns autores afirmam que se deve falar no plural, juventudes, porque há múltiplas diferenças. Por sua vez, Braslawsky (1985 *apud* Spósito, 1994, p. 164), sob a ótica geracional, destaca que vários autores: “[...] já apontaram alguns elementos caracterizadores da condição juvenil que merecem ser retomados. A busca de autonomia, em redefinição constante frente aos laços de dependência com a família, e a transitoriedade constituem elementos estruturadores da sociabilidade juvenil [...]. Dimensão que produz, também, situações de liminaridade, traduzidas na contínua possibilidade de escolhas, na vivência de situações limite que podem resultar em alternativas que negam expectativas, regras e modelos dominantes de ordem e normalidade“. Sendo que, conforme Fischer e Schwertner (2012, p 404), tais “situações de liminaridade” são ainda mais extremas no que denominamos juventudes ou condição juvenil, ao constatarem que: “[...] quanto mais se modifica a contagem do tempo, quanto mais precisa ela fica, quanto mais milimetricamente conseguimos controlar e contar o tempo, mais frouxas e menos precisas se tornam a transmissão geracional e a demarcação de lugares entre jovens e adultos [...]”. E, nesse sentido, em concordância com leitura dos mesmos (2012, p. 404). Reforçando leitura do

ticas e organizacionais.

Quanto ao contexto de surgimento dessas mobilizações do MPL, uma análise crítica de Cardoso e Di Fátima (2013) esclarece-nos que as jornadas do mês de junho de 2013, em São Paulo – SP, constituem, na verdade, uma nova temporada de reivindicações do MPL iniciada no começo desse ano, uma vez que foi iniciada em fevereiro de 2013, em Porto Alegre, através do *Bloco de Luta por um Transporte Público* contra o novo aumento do preço da passagem. De toda forma, é necessário destacarmos que, embora os protestos de junho de 2013 do Movimento do Passe Livre (MPL) tenham sido apresentados pela imprensa – em geral – como dos representantes por excelência dessas manifestações, é importante atentarmos para o fato de que o MPL já tinha uma articulação nacional desde meados dos anos 2000, em várias cidades e com ideários políticos coletivamente elaborados por seus participantes.

Reforçando, portanto, a análise de Singer (2013c, p. 32), quando explica que o MPL “[...] inspira-se diretamente em revoltas ocorridas em Salvador (2003) e Florianópolis (2004)”. Destacando ainda que, “[...] na capital de Santa Catarina, o levante juvenil foi capaz de obter a lei do passe livre estudantil [...], [...] um elemento nas mobilizações [...]. Além do caráter anticapitalista [...]” das mesmas.

No que concerne à tentativa de compreensão das principais causas de mobilizações semelhantes ou de tal natureza, alguns teóricos já defendiam, em momento imediatamente anterior às jornadas de junho de 2013 no Brasil, que tais mobilizações tem como principais causas: 1) o questionamento da lógica do sistema capitalista, como encontramos em Tortosa (2011); 2) a questão da luta contra a tomada

historiador Eric Hobsbawm (2008), sobre as juventudes em tempos pós-industriais, com o advento de sofisticadas tecnologias de comunicação e informação.

da política pelo capitalismo financeiro, presente em Harvey (2012); 3) a profunda indignação contra as estruturas políticas partidárias e sindicais no âmbito da democracia atual, analisada por Safatle (2012); 4) a falta de perspectiva da juventude, como força motriz do movimento, explorada por Sandoval (1989); 5) a insatisfação com um Estado que teria se tornado um inútil “sorvedouro de recursos”, como identificamos em Resende (2013); 6) a emergência política de demandas pós-materialistas que tende a suceder a satisfação de problemas materiais, investigada por Inglehart e Welzel (2009); 7) o uso estratégico da internet com efeitos inovadores no que concerne à organização política e à reinvenção do tipo de representatividade e unidade política, interpretada por Cabral (2011); 8) a recriação de usos da internet e das redes sociais enquanto nova dinâmica alimentada pela potencialização da mobilização emocional, novos valores, compartilhamento de significados, troca de informações e perspectivas de transformação do poder instituído, examinadas por Zizek (2011) e Castells (2012); 9) disputa pelo controle do espaço público nas cidades modernas, estudada por Caldeira (2014); etc¹¹.

Ao debruçarmo-nos sobre as principais características das mobilizações do MPL em questão, constatamos que essas são de ordem diversa, por exemplo: políticas, econômicas, espaciais, demográficas e culturais. No que tange aos fatores políticos, em Falchetti (2017) constatamos a abordagem segundo a qual essas jornadas de 2013 configuram um novo tipo de espaço político que tem como pano de fundo uma forte carência de objetivos concretos marcados por uma ampla

11. De acordo com Fontenelle (2016, p. 257), tal “[...] perfil de críticas e reivindicações também compõe grande parte das interpretações acadêmicas sobre as manifestações de junho, mesmo se observadas de diferentes espectros ideológicos (GOHN, 2014; FIGUEIREDO *et al.*, 2014; MARICATO *et al.*, 2013; CALDEIRA, 2014). Destacam-se: a questão urbana e a afirmação do direito à cidade; a má qualidade dos serviços públicos; e a desilusão com a democracia representativa [...]”.

quantidade de pautas que vão do desejo de mudanças nos sistemas social, cultural e político até reivindicações por institucionalização de novos direitos humanos e ampliação de políticas públicas, combinada à emergência de um novo tipo de autonomismo.¹²

Nessa linha, autores como Costa (2013) e Singer (2013c) defendem também como uma característica dessas mobilizações o desdobramento de uma tensão latente¹³ entre jovens da periferia (“passe

12. De acordo com Falchetti (2017, p. 18), relacionado a “[...] uma reinvenção da ação coletiva, em que os formatos são mais fluídos”. Nessa, “[...] importam menos as estruturas fixadas e mais as experiências criadoras, de modo que os movimentos estariam existindo mais na construção coletiva que circula por meio dos atores e práticas, do que nas organizações que formalizam”. Para essa autora, trata-se, portanto, de “[...] uma concepção de ação coletiva no sentido mais literal de movimento, como um fluxo de ideias, causas, práticas, experiências e agentes”. E sintetiza que: “[...] esse talvez seja o sentido da emergência cada vez mais comum de ‘coletivos’ em lugar dos ‘movimentos sociais’ estruturados, uma mudança fortalecida e muito evidente desde junho de 2013 [...]. Especialmente nas grandes cidades do país”.

13. Tensão típica que teria se desdobrado durante as mobilizações de 2013 do MPL, na cidade de São Paulo, com diferentes graus de intensidade e participando como elemento importante na caracterização de diferentes fases das mesmas. Nesse sentido, por exemplo, Singer (2013c, p. 32), analisa esses acontecimentos dividindo-os em três fases, com duração aproximada de uma semana cada uma. Para esse autor, “[...] a ebulição foi iniciada por fração pequena, embora valorosa, da classe média, com mobilizações praticamente circunscritas à cidade de São Paulo nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho [...]”. Sendo que, na primeira jornada (na avenida Paulista), “[...] havia um objetivo específico: a redução do preço das passagens do transporte público. As iniciativas seguiram o modelo adotado pelo Movimento Passe Livre (MPL) em anos anteriores. Convocados pelas redes sociais, os manifestantes percorriam e paralisavam grandes vias públicas por horas a fio, ao final havendo escaramuças com a polícia. O que foi igualmente verificado [...] na segunda jornada (zona oeste paulistana), com a cifra de presentes subindo, ao que parece, de 2 mil para 5 mil pessoas [...]”. Sendo que “[...] Na terceira convocação do MPL, para a terça, 11, outra vez reuniram-se cinco mil pessoas, mas houve verdadeira batalha campal com as legiões da ordem [...]. A repetição e intensificação dos embates levaram o governador paulista, Geraldo Alckmin, a anunciar um endurecimento [...]”. Assim, na quinta (13 de junho), manifestantes marcharam “[...] do centro da cidade até a rua da Consolação, sendo impedidos de prosseguir em direção à avenida Paulista [...]”. A partir daí, “[...] inicia-se repressão violentíssima, [...] tendo a PM atuado sem controle por horas [...] ‘cenas de guerra’ a céu aberto”.

livre”, “pula catraca”) e jovens de classe média (“sem vandalismo”), nas jornadas de junho do MPL, na cidade de São Paulo. Conflito que tem, como pano fundo político fundamental à compreensão de sua dinâmica, entre outras coisas, deficiências nos sistemas de representação atual e limitações à participação efetiva da cidadania. No mesmo sentido, Ghon (2013b) destaca a diversidade político-ideológica e a fragmentação discursiva como outra marca dessas manifestações, destacando ainda as performances violentas de ação direta por parte de alguns grupos.¹⁴

Quanto às características econômicas, encontramos em Singer (2013) fatores como precariedades em relação ao mundo do trabalho, moradia, mobilidade urbana, qualidade de vida etc., além da luta contra o desemprego e por melhores salários, caso de Pinto (2017)¹⁵. No que concerne à característica espacial dessas mobilizações, as mesmas apresentaram uma nova centralidade espacial articulada às redes, particularizada pelas lutas urbanas, encontramos leituras como as de Castells (2000) e Filho (2015). Em relação a fatores demográficos associados às mobilizações, temos, em Scarcelli e Medeiros (2014), que as que ocorreram em 2013 configuraram-se, de imediato, como desdobramento de lutas por transporte em São Paulo e contra a construção de uma cidade segregada. Com Zibechi (2013) e Scherer-Warren (2014)¹⁶, um olhar especialmente voltado para fatores de ordem cultu-

14. Sobre o tema, merece destaque artigo de Dowbor e Szwako (2013), no qual os autores analisam a *performance* do Movimento Passe Livre (MPL), particularmente a dramaticidade da violência e a alta dose de contingência das *performances* públicas, bem como as modalidades organizacionais levadas a cabo pelo mesmo.

15. Também conforme esse autor (2017, p. 129), “[...] em 2013, o Brasil tinha uma taxa de desemprego geral de 5,4% e entre os jovens a taxa era de 13,7%”.

16. Singer (2013c, p. 38-9), na mesma linha de Inglehart e Welzel (2009), analisa que “[...] os protestos teriam evidenciado a existência de uma nova agenda e de uma nova postura [pós-materialista] [...]. A forte presença de uma jovem classe média nas manifestações, como assinali antes, é naturalmente compatível com a

ral e de valores, demandas por reconhecimento, liberdade de expressão, luta contra opressões: de classe e gênero, de raça e geracionais etc.

No que concerne aos principais objetivos das jornadas do MPL de 2013, essas iniciaram-se por conta do aumento tarifário, em São Paulo, de R\$ 0,20, em junho, passando a tarifa de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Entretanto – no curso das manifestações –, foram trazidas à tona pelo movimento outras questões e reivindicações, tais como: mobilidade urbana para a população localizada nas periferias e, sobretudo, para os estudantes, além de críticas à lógica da máquina estatal e às contradições do espaço urbano capitalista; indignação contra a corrupção na política e os limites da democracia burguesa etc. (GHON, 2013b; SCHERER-WARREN, 2014; FRÚGOLI JR, 2018; LOWY, 2014)¹⁷.

ideologia de centro que acabou por ser dominante no auge do movimento [...]”. Embora destaque que, “[...] para trabalhadores de baixa renda ainda está posta uma agenda materialista, diante da qual esquerda e direita têm respostas nítidas: mais Estado, de um lado, e mais mercado, de outro [...]”.

17. Conforme Filho (2015, p. 22-3), as manifestações foram iniciadas e conduzidas, a maior parte, pelo movimento MPL, mas “[...] aos poucos foram se transformando e agregando diversos setores da sociedade e também muitos outros fatores. Assim, a população que inicialmente demonstrou sua indignação com o aumento das tarifas de transporte coletivo passou a destacar também outros pontos em que o país apresentava significativa deficiência sob o discurso dos ‘não são só 20 centavos’”. Desse modo, a indignação das centenas de milhares de pessoas que saíram às ruas passaram a centrar principalmente em questões como: Saúde, demandando mais hospitais e melhorias na infraestrutura e Mais médicos; Corrupção, destacando a alta incidência dessa no cenário político do país; Educação, destacando os inúmeros problemas referentes à precarização do ensino público no Brasil; Moradia, especialmente para aqueles que não a possuem, não conseguem crédito para tê-la, ou não conseguem saldar suas dívidas; Meio ambiente, contra as questões ainda referentes ao código florestal; contra a PEC-37; Cura Gay, manifestando-se contra a ideia de que a homossexualidade fosse uma doença e de que, portanto, necessitasse de cura e contra o Deputado Marco Feliciano, que foi tido como principal representante do projeto; etc. Além desses pontos, alguns fatos, como a precarização das relações de trabalho na educação básica e as muitas greves dos professores, a greve dos bombeiros no Rio de Janeiro, a desocupação de Pinheirinhos, os elevados investimentos para viabilizar a Copa do Mundo etc., também foram lembrados e motivaram as

Ao atentarmos para as principais formas de organização e estratégias de luta constatadas nas mobilizações em questão, identificamos, em várias abordagens, tais como observamos em Judensnaider *et al* (2013) e Ortellado (2018), análises nas quais destacam-se o reconhecimento das seguintes marcas distintivas: a) contra negociações de gabinete e disputa por espaços de poder; b) escolha da ação direta como forma de luta; c) valorização da horizontalidade e da democracia direta; d) criatividade das ações e radicalismo de princípios; e) centralidade da ação política em relação aos resultados práticos; f) forte sentido de tática e estratégia; g) modelo de ação na qual se encontram combinadas a política horizontalista e contracultural etc.

Fundamentação teórico-metodológica para uma análise de entrevistas produzidas com participantes das mobilizações do Movimento Passe Livre (MPL) nas jornadas de junho de 2013, em São Paulo

Estamos de acordo com Alonso (2017) ao analisar que, entre as leituras que apareceram, já em 2013, sobre as jornadas de junho de 2013, em São Paulo, e que continuam recolocando-se, merecem destaque aquelas que procuram compreender esses eventos, conferindo centralidade ao cotidiano e dinâmica dos sujeitos do processo. Dessa forma, buscamos analisar como vão aparecendo novos atores e temas, na medida em que o ciclo do protesto vai se desdobrando. De outro modo, conferindo centralidade à memória¹⁸ do próprio movimento.

peçoas a saírem às ruas.

18. De acordo com Pollak (1992, p. 6), a memória pode ser compreendida como: “um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual como co-

Para tanto, do ponto de vista teórico-metodológico, fazemos uso da história oral¹⁹ para análise de relatos de sujeitos dessas mobilizações, ou seja, entrevistas realizadas com ativistas ou não do MPL²⁰, que participaram com regularidade das mobilizações. A escolha de tal método implicou na produção de 15 entrevistas realizadas presencialmente nos dias 11 e 24 de novembro de 2018, além de 8 e 9 de dezembro do mesmo ano, na cidade de São Paulo. Os depoimentos tiveram duração média de 53 minutos, apesar de 3 deles terem alcançado quase duas horas de duração. As transcrições foram realizadas na segunda quinzena de dezembro de 2018 e janeiro de 2019. Por questões éticas, as pessoas citadas abaixo são designadas apenas pelas iniciais do respectivo nome fornecido pelas mesmas (TOURTIER-BONAZZI, 1998).

A seleção dos(as) entrevistados(as) foi orientada por uma pesquisa prévia em canal oficial de informação do MPL (referido anteriormente) e por conversas exploratórias. A partir daí, foram agendadas as 7 primeiras entrevistas. Sendo que, após a realização de cada uma dessas, com base no procedimento bola de neve (*snow ball*),²¹ foram

letiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.

19. Thomson (2013, p. 04), refletindo sobre a função da história oral na contemporaneidade, esclarece que essa pode ser “[...] compreendida, enfim, como um meio moderno de produção de fonte histórica”, demonstrando sua eficiência na produção de uma história socialmente comprometida, o que demonstra a superação do vínculo apenas acadêmico do fazer histórico. Assim “surgem novas e interessantes maneiras de tirar o máximo proveito das memórias, em benefício da pesquisa histórica e sociológica”.

20. Desenvolveu papel central, tanto no processo de produção quanto no de transcrição das entrevistas, a pesquisadora Claudia Naomi Sakashita. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação (UNICAMP – SP). Mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UNICAMP – SP). Graduação em Psicologia (UNESP – Bauru).

21. Segundo Vinuto (2014, p. 203): “O tipo de amostragem nomeado como bola

solicitadas sugestões de novos indivíduos com quem poderíamos conversar, até produzirmos o conjunto dos referidos depoimentos. Ademais, sem a pretensão de representar o universo dos manifestantes, realizamos 15 entrevistas com mulheres e homens.

Cada entrevista (de forma semidirigida) girou em torno de um conjunto de temas norteadores sobre as experiências e memórias de sujeitos que participaram nas mobilizações em questão, a saber: 1) as principais causas das mobilizações²² do MPL; 2) o papel da grande imprensa brasileira no contexto dessas; 3) a reação da polícia militar de São Paulo; 4) a atuação da prefeitura e do governo de São

de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como *sementes*, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente, o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise. Dessa forma, apesar da aparência relativamente simples da amostragem em bola de neve, há diversas implicações que devem ser levadas em conta ao escolhê-la para o desenvolvimento de uma pesquisa. Nesse sentido, vários autores ressaltam que não se deve lançar mão desse tipo de amostragem se o objetivo da pesquisa estiver relacionado à probabilidade, já que isso não poderá ser alcançado com a bola de neve. Talvez a inexistência de poucos trabalhos sobre a amostragem em bola de neve”.

22. Especialmente, a profunda desigualdade que caracteriza as cidades brasileiras, impondo aos pobres a necessidade de morar nas periferias, em geral, distantes dos centros urbanos e muito carentes de serviços públicos. E ainda, tornando os segmentos de classe trabalhadora que vivem nessas áreas (com destaque para os jovens) extremamente dependentes do transporte coletivo para chegar ao trabalho e ao lazer. (MANOLO, 2004; OLIVEIRA, 2013).

Paulo; 5) as principais táticas e estratégias de organização e luta do MPL nesse contexto; 6) as distintas frentes político-ideológicas presentes no transcorrer dos protestos de junho de 2013; 7) a reação do MPL frente ao crescimento de reivindicações associadas, sobretudo, ao crescimento de demandas conservadoras no âmbito das jornadas de junho de 2013; e 8) os principais sentimentos vivenciados no cotidiano dessas mobilizações. Sendo que a escolha de tais questões está orientada por nosso objetivo de procurar compreender melhor os modos como as experiências cotidianas de indivíduos que participaram no cotidiano das mobilizações em questão permeiam processos de subjetivação e territorialização, articulações entre memória individual e memória coletiva. Ao mesmo tempo, de um lado, problematizando uma memória oficial sobre essa “cidade das letras” (RAMA, 2015) e a ideia dominante do urbano aliada a ela. De outro lado, jogando luz sobre outras memórias associadas a lutas e reivindicações, movimentos sociais e sujeitos, historicamente silenciados no cotidiano da mesma.

As entrevistas foram realizadas na cidade de São Paulo entre novembro e dezembro de 2018 e foram transcritas em janeiro de 2019. Cabendo destacar que nem todos os depoimentos produzidos foram analisados no âmbito desse artigo. No mesmo sentido, procuraremos, na medida possível, atermo-nos apenas ao papel desempenhado pelo MPL nos eventos em questão nas jornadas de 2013, ou seja, não exploraremos seus desdobramentos nos anos posteriores uma vez que isso extrapola nossos objetivos.

A partir dessa etapa, buscamos compreender, a partir das narrativas desses sujeitos (optando em manter as falas como ditas),²³ o modo

23. Esta opção, no âmbito da abordagem qualitativa em questão, deriva da compreensão de que o objeto de investigação social em tela, os sujeitos desse estudo: “[...] são pessoas em determinadas condições sociais, pertencentes a determinado

como – individual e coletivamente – experimentaram essas mobilizações, ao mesmo tempo participando ativamente na construção de um novo paradigma de participação política, reforçando uma memória emergente sobre o urbano e a cidade.²⁴

Uma análise qualitativa do Movimento Passe Livre (MPL) nas jornadas de junho de 2013, em São Paulo, com base na história oral

A história oral tem se afirmado como meio fundamental para recuperação e reflexão sobre a experiência de sujeitos que vivenciaram o cotidiano de movimentos sociais. Nesse sentido, os depoimentos orais assumem centralidade no esforço de ampliarmos as fontes sobre o assunto, proporcionando maior alcance de compreensão sobre aspectos (econômicos e políticos, organizacionais e ideológicos, culturais e subjetivos etc.) da dinâmica de tal fenômeno. Nessa linha, cabe destacar que a opção por tal caminho teórico-metodológico implica em um diálogo entre produção de depoimentos orais e suas articulações com a história oral e a memória diretamente relacionado à intenção “[...] de gerar atitudes políticas instruídas através da experiência das pessoas que viveram processos repressivos ou exclusão social [...]” (MEIHY; HOLANDA, 2011, p. 78).

Assim, concordamos com Araújo Vieira e Khoury (1992, p. 105-6) quando, tal como encontramos em reconhecida literatura nacional

grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados” (MINAYO, 1993, p. 22). Sendo que tais condições são também constitutivas das particularidades de suas falas.

24. De forma complementar e indireta, acessamos também outras fontes, a saber: reportagens publicadas em grandes jornais, no contexto das jornadas de junho de 2013, reunidas pelo Observatório da Imprensa. Embora não tenhamos analisado e/ou citado nenhuma das mesmas, dado que não era nosso objetivo nesse estudo.

e internacional sobre essa discussão²⁵, destacam que pensar a história oral dentro de uma temática definida implica em termos em conta alguns pressupostos, tais como:

[...] o movimento social é construído pelos sujeitos em ação, a partir do modo como [compreendem] sua função na realidade social e a sua própria função nele [...]. A trajetória individual dos sujeitos ilumina uma dimensão dos fatos coletivos, e a experiência realiza-se tanto a partir de escolhas racionais, como de emoções, valores, aspirações [...]. Na coleta de depoimentos individuais, o pesquisador deve atentar para a influência que a experiência presente exerce sobre a narração do sujeito [...] [ainda] o lembrar não é somente reviver o passado ou recuperá-lo, mas reconstruí-lo, repensá-lo com imagens e ideias do presente [...]. [Na prática] de história oral [...] entrevistador e entrevistado tornam-se atores de uma mesma experiência [...]. [A necessidade de termos clareza de que o] documento assim produzido [implica na] impossibilidade de ignorar o elemento memória, ou seja, a atribuição de significados que o depoente acrescenta a sua experiência social, assim como o entrevistador, ao escutar a narrativa e ao sistematizá-la [...].

Essa breve discussão que acabamos de desenvolver teoricamente, sobre produção de fontes orais, história oral e memória, será agora desdobrada. De outro modo, encontrar-se-á configurada enquanto parte constituinte e constituída de nossa prática reflexiva sobre as experiências de indivíduos configuradas no âmbito da atuação do MPL nas jornadas de junho de 2013, em São Paulo. Desse modo, como explicam Araújo Vieira e Khoury (1992), podemos afirmar que os pontos acima elencados influenciam os procedimentos relativos às entrevistas a serem analisadas.

Analisaremos agora, pois, os depoimentos em questão, tomados

25. É o caso de autores como: Bertaux (1981), Thompson (1992); Le Goff (1994), Halbwachs (2004, 2013), Nora (1993), Benjamin (1985), Joutard (1983, 1996); Janotti (1996), Montenegro (1992), Prins (1992), Certeau (2000), Ferreira e Amado (1998), Perrot (1998), Portelli (1997a, 1997b, 1998), Ricoeur (2007).

enquanto saberes práticos – incorporados – de classe (FERREIRA, 2012). A análise parte, nesse contexto, do compósito de constituintes culturais, territoriais e subjetivos desses sujeitos e que nos remetem a uma memória coletiva relativa às mobilizações objeto de nossa análise. Exercício que levaremos a cabo ao problematizarmos a fala de cada um dos entrevistados tendo como referência as questões semidirigidas (anteriormente referidas) que compuseram o norte constitutivo da produção das entrevistas. Nesse sentido, quando perguntamos a J. L.²⁶, uma das ativistas do MPL e protagonista das jornadas do MPL em 2013, em São Paulo, e que esteve envolvida desde o início nessas mobilizações. Sobre as principais causas das mobilizações, ela nos diz:

Ah... inicialmente foi o preço da passagem. Preço da passagem foi de 3 para 3,20 e o MPL, como já mobilizava um tempo, bem antes se posicionou contra isso. Isso foi no início, agora eu não sei [...] depois do dia 15 e 17 [...] outras pautas, foram várias outras [...], mas eu fui mesmo pela questão do passe.

Essa compreensão sobre a causa principal que detonou as mobilizações levadas a cabo pelo MLP em junho de 2013, na cidade de São Paulo, é um elemento recorrente em 12 de 15 das entrevistas realizadas, embora somente 8 dessas sejam alvo de análise e discussão no espaço desse artigo. É o caso – apenas para citar algumas – de A. B. N. C.²⁷, que nos explica: “[...] eu sabia desde o primeiro momento, né? [...] que a luta do MPL era o passe livre né? Uma coisa que eu

26. J. L., nascida em Florianópolis – SC, 31 anos em 10/11/2018 (data na qual foi entrevistada, em São Paulo, capital), 23 anos à época de sua participação nas mobilizações de junho de 2013 nessa cidade. Atualmente, mestre em Ciências Sociais e atendente de cafeteria.

27. A. B. N. C., nascido no Rio de Janeiro – RJ, 33 anos em 10/11/2018 (data na qual foi entrevistado, em São Paulo, capital), 25 anos à época de sua participação nas mobilizações de junho de 2013, nessa cidade. Curso superior incompleto e publicitário.

sabia, que me afetava diretamente [...]. Mas era uma pauta que me interessava, o preço da mobilidade né? [...]”. Algo semelhante também encontramos na fala de R. S. dos R.²⁸: [...] Até o dia 13, era marcante que a pauta era transporte, o valor né? o aumento da passagem [...], mas, no dia 17, ficou bem claro de que a algo tinha mudado. E, a partir daí, eu acho que as causas se diluíram [...].

Na mesma linha, nos relata C. L. P.²⁹: “[...] eu creio que é o descontentamento do povo contra os governantes e contra o abuso né? do preço das passagens [...]. Os aumentos abusivos do transporte né? [...]”. Esses depoimentos expressam uma percepção generalizada entre os atores do MPL sobre a principal causa do conflito, a causa imediata. Embora, de forma menos recorrente, 6 de 15 depoentes citam também o descontentamento com o atual sistema democrático representativo e a corrupção como principais motivações que teriam levado esses jovens a aderirem às mobilizações. É o caso de, por exemplo, de W. M.³⁰, quando afirma: “[...] além disso, né? eu saí pra rua e muita gente também, contra essa corrupção e o comportamento desses políticos [...]”

Passando à segunda questão do conjunto de perguntas dirigidas aos depoentes, quando J. L. é indagada sobre o papel da grande imprensa brasileira nas manifestações em questão, a mesma nos relata:

28. R. S. R, nascido em Londrina – PR, 32 anos em 24/11/2018 (data na qual foi entrevistado, em São Paulo, capital), 24 anos à época de sua participação nas mobilizações de junho de 2013, nessa cidade. Curso superior em Analista de T.I. em Desenvolvimento e desempregado.

29. C. L. P., nascida em Ponte Nova – MG, 39 anos em 24/11/2018 (data na qual foi entrevistada, em São Paulo, capital), 34 anos à época de sua participação nas mobilizações de junho de 2013, nessa cidade. Ensino médio completo e desempregada.

30. W. M., nascida em São Paulo – SP, mora em Higienópolis – SP, 55 anos em 10/11/2018 (data na qual foi entrevistada, em São Paulo, capital), 50 anos à época de sua participação nas mobilizações de junho de 2013, nessa cidade. Curso superior completo em Administração, profissional liberal.

[...] Não tem como negar né? e nem ignorar a importância que a mídia teve em 2013 [...], marcante foi a mudança de postura que a mídia teve no decorrer aí dos protestos né? [...]. Quando os atos começam, lá no dia 9, se eu não me engano, foi dia 9 de junho, coisa assim [...], a imprensa teve uma postura de condenar o protesto [...]. Chamavam as pessoas de vândalo, baderneiros e muito associado também às pessoas que andavam de preto, mas igual black block era uma minoria né? Depois de um tempo, eles responsabilizavam esses pequenos grupos como uma minoria baderneira [...] e começam a valorizar os protestos né? Aí, no dia 15, saiu uma multidão na rua. Aí a postura da imprensa passou a ser outra [...]. Penso que tem muito a ver com a mudança da postura das pessoas nas redes sociais, muitos comentários das pessoas com rejeição à rede Globo e às demais emissoras [...]. É uma opinião minha que ela [a grande imprensa] passa a apoiar [...] os manifestantes, ao mesmo tempo condenando outros [...]. Também dizendo [...]: não é só pelos 20 centavos. Aí teve, assim, essa abertura de pauta e, eu sei, lá teve uma apropriação do movimento [...], pautas foram acrescentadas [...] e [...] teve uma apropriação do movimento.

Sentidos semelhantes são atribuídos ao papel da grande imprensa (televisiva e impressa) no contexto das mobilizações de junho de 2013, em São Paulo. É o que encontramos, por exemplo, na fala de G. F. da S.³¹: “[...] sim, o movimento começa né? com a luta do MPL. Desculpa, com aquela questão dos 20 centavos né? [...]. Na verdade, foi uma espécie de estopim, porque existia uma insatisfação latente, tinha um ódio mesmo ali, guardado né? tava só esperando uma oportunidade para extravasar [...]”. Ou ainda, no mesmo sentido, significados que encontramos no seguinte fragmento de depoimento de W. M.: “[...] então, em relação às causas né? da mobilização do passe livre, era contra o aumento da passagem né? [...], porque tem estudos

31. G. F. S., nascido em São Bernardo do Campo – SP, mora no Capão Redondo, 34 anos em 24/11/2018 (data na qual foi entrevistado, em São Paulo, capital), 29 anos à época de sua participação nas mobilizações de junho de 2013, nessa cidade. Curso superior completo em História e professor de História no município de São Paulo.

que mostram que as passagens podem ser subsidiadas. Então, foi um movimento contra o aumento da passagem aqui em São Paulo [...]”.

Uma novidade política importante nas mobilizações de junho de 2013 do MPL, expressa na maioria das entrevistas realizadas, é a centralidade conferida à ideia de sentir-se parte de grande momento histórico e partilhar as experiências daquele momento com as demais pessoas. De outro modo, uma forte percepção desses sujeitos enquanto atores que podiam contribuir ativamente para transformar o mundo, para ressignificar processos sociais e políticos transformando a rua em um campo de batalhas e possibilidades.

Destacamos, nesse sentido, somente a título de exemplo, a parte da fala de J. L., quando essa relata: “[...] aí, no dia 15, saiu uma multidão na rua, aí a postura da imprensa passou a ser outra [...]”. Na mesma linha, é muito recorrente, nas entrevistas realizadas, a ideia de que junho de 2013 foi experimentado como um novo, grande e incomparável momento de uma luta coletiva que já existia e que dava um grande passo adiante, apesar dos sentimentos de medo e confusão compartilhados. A experiência comum partilhada de junho de 2013, ao mesmo tempo que transforma formas de perceber e estar em público, reinventa modos de sentir, fazer, pensar desses indivíduos (CERTEAU, 2012).

As palavras de J. L. – citada inicialmente – também nos ajudam a compreender melhor questões sobre a reação da polícia militar de São Paulo em relação às mobilizações. A entrevistada sustenta que isso:

[...] teve mudanças né? No início das manifestações teve, especificamente no dia 13, teve muita pancadaria, eu mesma levei gás de pimenta. Aquelas coisas lá, ardido na cara, correndo de polícia, barulho, barricata. Eu me lembro que, nesse dia 13, foi muita pancadaria. A gente ia para um lado, a polícia cercava, aí a gente corria para o outro, a polícia cercava [...], e aí a gente não tinha como correr e eles

batiam [...] aí, no dia 15 ou 17, eles ficavam só olhando.

Tal compreensão sobre a reação da polícia em relação às mobilizações do MPL encontra eco em outras falas, tal como observamos em M. N.³², quando afirma: “[...] o engraçado é que a violência policial a princípio foi mais forte. Depois de uns 3 atos, que começou a pipocar ato no país todo, inclusive em cidade pequena, eles começaram a pegar mais leve né? [...]”. Ou ainda, para nos limitarmos à referência de apenas mais dois casos nessa linha, quando J. A.³³ expõe que: “[...] como toda manifestação, a PM demonstrou violência excessiva, sem preparo para tal acontecimento [...]”. E quando G. F. da S. narra que: “[...] a princípio foi uma reação ostensiva né? [...], foi imposição do medo. Até o dia 14, foi uma violência absurda que eles despejaram sobre os estudantes, sobre nós né? [...], depois começa mudá um pouco né? [...]”. Em muitos desses depoimentos, como é o caso de J. L. e G. F. da S. (além da maioria das entrevistas realizadas), em resposta a essa e outras questões, devemos destacar também um traço recorrente nessas dinâmicas de rememoração, qual seja, um esforço de situar, em geral, através de marcadores temporais, às vezes espacialmente, ou ainda de forma temporal e espacial, a ação coletiva. Ao mesmo tempo, uma forma de afirmação de singularidades no âmbito da experiência comum partilhada em questão.

Ao voltarmos-nos para a busca de compreensão sobre a atuação do prefeito Haddad e do governo Geraldo Alckmin à época, a partir

32. M. N., nascida em Apucarana – PR, atualmente mora em Lorena – SP, 28 anos em 24/11/2018 (data na qual foi entrevistada, em São Paulo, capital), 23 anos à época de sua participação nas mobilizações de junho de 2013, nessa cidade. Curso superior completo em Pedagogia.

33. J. A., nascida em Grajaú – São Paulo, atualmente mora em Campinas – SP, 23 anos em 10/11/2018 (data na qual foi entrevistada, em São Paulo, capital), 18 anos à época de sua participação nas mobilizações de junho de 2013, nessa cidade. Curso superior incompleto de Engenharia Ambiental.

de um olhar centrado nos sujeitos das jornadas de 2013 (particularmente aqueles ligados ao MPL), encontramos, nas palavras de J. L., elementos fundamentais para uma análise crítica das relações entre o MPL e as instituições políticas, quando relata que: [...] tanto o Haddad quanto o Alckmin eles condenaram os protestos [...]. Seguindo o discurso da mídia né?, tanto governo como o prefeito se opuseram às manifestações, inclusive negaram reuniões com os manifestantes em determinados momentos [...], só cederam depois, quando o negócio ficou muito grande³⁴. Ponto de vista que partilha, por exemplo, com O. de S.³⁵, ao falar:

[...] no começo, eles ignoraram completamente [...]. Eles discriminizaram³⁶ o movimento, apontaram os blackblockers, os infiltrados [...]. A partir do momento que eles viram que o movimento ia crescer e que não tinha mais jeito, aí os dois se uniram para revogar o aumento [...]. E aí é importante dizer que dois governos com ideologias opostas, partidos opostos, agiram da mesma maneira do começo ao fim [...].

Ao mesmo tempo, a complexidade do fenômeno das jornadas de junho de 2013, em São Paulo, permite que encontremos compreensões bem diversas entre seus atores no que concerne à relação entre o MPL e o poder instituído – em particular, a atuação da prefeitura à época, representada pelo prefeito Fernando Haddad, do *Partido dos*

34. A depoente, nessa mesma entrevista e no âmbito dessa questão destaca ainda: “[...] durante o evento, a gente começou a publicar tudo que acontecia pelo Facebook”.

35. O. de S, nascido e residente em São Paulo – SP, 39 anos em 24/11/2018 (data na qual foi entrevistado, em São Paulo, capital), 34 anos à época de sua participação nas mobilizações de junho de 2013, nessa cidade. cursando doutorado em Educação.

36. O termo em questão é usado pelo depoente no sentido de discriminação. Ação baseada no preconceito ou racismo, em que o indivíduo recebe um tratamento injusto apenas por pertencer a um grupo diferente.

Trabalhadores – PT. Assim, temos que R. S.³⁷, ativista que participou das mobilizações de 2013, se distancia da compreensão que encontramos nos olhares acima, de J. L. e O. de S., ao explicar que, na sua opinião:

[...] a Prefeitura de São Paulo [...], o Haddad, eu acho que sentiu muito magoado traído, sendo incompreendido [...]. Ele apresentou uma proposta na campanha e ele tava implementando uma proposta que tinha sido aceita pela cidade nas urnas [...]. Além disso, tinha uma dificuldade dele abrir um diálogo e consultar negociações [...]. Também o movimento não estava também a fim de conversar nos moldes tradicionais [...]. Não é assim, tipo, a gente acha que tem que revogar o aumento para ter qualquer tipo de conversa e pronto! [...]. E tem mais, sabe?, [...], à medida que foi havendo maior violência, a própria base histórica do PT foi se incomodando com isso [...]. Muitos militantes da base do PT já participaram de movimentos do Passe Livre, eram a favor do MPL, no começo do movimento [...], mas as contradições internas se afloraram [...]. Agora, do lado do Alckmin, não havia vontade de negociar [...], é o que controla a polícia né? [...], é o que azeda tudo [...], não tinha nenhuma manifestação de vontade de negociar.

Compreensão, de certo modo, compartilhada por J. A., quando narra:

[...] lembro que o Alckmin não queria diálogo e muito menos tirar o aumento, já a prefeitura, o Haddad queria diálogo, porém não tinha muitas opções de tirar o aumento, pois iria influencia no orçamento das creches, tanto que, no fim da gestão dele, ele não conseguiu chegar na meta de creches, mas não teve o aumento da tarifa [...].”

No mesmo sentido, além de R. S. e J. A., quatro outros/as entrevis-

37. R. S., nascido e residente em São Paulo – SP, 33 anos em 10/11/2018 (data na qual foi entrevistado, em São Paulo, capital), 28 anos à época de sua participação nas mobilizações de junho de 2013, nessa cidade. cursando Sociologia e curso de História iniciado, mas com matrícula provisoriamente suspensa, faz “bicos” para sobreviver.

tados/as, de um total de 15, compartilham de tal ponto de vista sobre diferenças que devem ser reconhecidas no que concerne ao relacionamento do governador Alckmim e do prefeito Haddad com o MPL nas jornadas de junho de 2013.

Na busca de uma melhor compreensão relativa às formas como esses sujeitos percebem o que consideram as principais formas de organização e de luta do MPL nas mobilizações de 2013, em São Paulo, outra vez, encontramos, em parte do depoimento de J. L. (considerando que a mesma já havia participado de protestos em anos anteriores do MPL), importante apoio para alcançarmos o que nos propomos. Assim, temos a seguinte resposta dessa narradora diante de tal questão:

[...] ah tá [...] você sabe né? [...] o MPL, desde muito antes, nós já tínhamos muitas questões [...], a gente visitava muitas escolas, íamos para as escolas de periferia né?, nos dividíamos para ir às escolas conversar sobre a questão do transporte; então, nos protestos tinha muitos estudantes secundaristas né?, devido à ação espalhada né?, nas escolas de ensino médio. Então nós discutíamos já a questão do passe livre nesses lugares né? [...].

Essa busca de compreensão que nos leva a colocar tal questão para J. L. também nos aproxima do depoimento do G. F. da S., em particular, quando o mesmo ressalta que:

[...] É, desde 2002, 2003, desde a origem do MPL, que eu comecei a participar no movimento [...], depois de Salvador, de Floripa, Londrina, Vitória [...], foram surgindo grupos do MPL em todos os estados [...] em 2005, chamaram uma plenária para acontecer lá na Unicamp [...]. Eles queriam aprovar a carta de princípios do MPL a nível nacional, uma espécie de fundação do MPL nacional e aí a gente participou né? [...]. A minha corrente é a corrente planetária [...], mas tinha muitas outras correntes, somos bem diversificados [...]. A luta pelo transporte público e pela cidade não começou com

o MPL, começou bem antes [...]. Só que a gente é muito aguerrido no aspecto da defesa da ação direta como método da organização de base [...] Isso nós temos [...], tem também a defesa que fazemos do princípio da horizontalidade, embora nem sempre fácil de pratica [...]. Apesar disso, pra mim, o MPL mostrou muita capacidade de mobilização, de atos grandes né?, intensos [...], tem muita multiplicidade, diversidade no movimento [...], tinha muitas correntes de esquerda participando também, mais no início MPL como eu falei, inclusive de partidos [...].

Na fala desse último depoente, ganha destaque, como um dos elementos centrais do cotidiano das mobilizações de junho de 2013 do MPL, a forte presença da multiplicidade no mesmo expressa em um fragmento da narrativa do mesmo quando afirma “[...], tem muita multiplicidade, diversidade no movimento [...]”, no âmbito da qual emergem inúmeras singularidades, grupos, subgrupos e conflitos inerentes à ação coletiva. Igualmente importante destacar é o reconhecimento, por esse entrevistado, a exemplo de inúmeros outros, do MPL enquanto movimento distinto dos chamados novos movimentos sociais e dos partidos políticos, é o que se encontra registrado quando o mesmo expressa: “[...], tem também a defesa que fazemos do princípio da horizontalidade, embora nem sempre fácil de pratica [...]”. A fala e a trajetória política do entrevistado – mas não apenas do mesmo – contribui ainda para desconstruir a representação muito difundida na grande imprensa (televisiva e impressa), à época, de que tais mobilizações seriam algo pontual e desprovido de organização. Observamos isso, por exemplo, quando diz: “[...] é, desde 2002, 2003, desde a origem do MPL, que eu comecei a participar no movimento [...]”. O que é reforçado, apenas a título de exemplo, pelo seguinte fragmento da fala de J. L., quando essa afirma: “[...] o MPL, desde muito antes [...]] a gente visitava muitas escolas, íamos para as escolas de periferia né? [...], conversar sobre a questão do transporte [...]”.

Conforme a sequência do conjunto de questões semidirigidas que definiram a modalidade de questionário a partir do qual as entrevistas foram produzidas, passemos pois agora a buscar aprofundar nosso entendimento sobre o modo como tais sujeitos – não raramente – elaboram questões relacionadas: a) às distintas frentes político-ideológicas presentes no transcorrer dos protestos; e b) à reação do MPL frente ao crescimento de reivindicações associadas, sobretudo, ao crescimento de demandas conservadoras no âmbito das jornadas de junho de 2013. Em relação à primeira dessas duas questões (sexta questão elencada no conjunto da entrevista), J. L. discorre:

[...] era mais movimento de esquerda, o MPL ele não... não se denomina de nenhum partido, mas ele se posiciona como um movimento de esquerda né?, ou seja, Passe Livre, periferia, enfim [...]. Quem apoiou o movimento no início foram os partidos de esquerda e os partidos menores, muitos partidos né? (tipo grupos do PSTU, PT, PSDB, entende?), presentes na juventude [...]. Eu mesmo não sou de direita nem de esquerda [...] e não tinha tanto essa discussão (eu sou de direita, eu sou de esquerda), a coisa era bem fluida. Mas depois, começô entrá outra coisa estranha, outras frentes político-ideológicas [...], muita gente de direita começou a participar [...]. Eu sei que me associo a isso, não mesmo! [...].

No que tange à segunda das duas questões acima referidas (sétima questão elencada no conjunto da entrevista), a mesma depoente acrescenta:

[...] depois do início, depois da gente né?, muitas outras coisas estranha iam para rua também né?, esse tipo de coisa, de mobilização estranha, inclusive, essa coisa também tomo conta das redes sociais, muita gente do MBL, por exemplo, começo a se manifestá [...]. Aí o movimento, o MPL né?, disse: olha, nós somos apartidários, mas nós não somos antipartidários, a presença de partidos que apoiam nossa manifestação, ela é bem-vinda [...], mas quando a gente conseguiu a revogação do aumento, saímos das rua [...], paramos de organi-

zar [...], saímos. Aí outros processos foram acontecendo, mas não necessariamente organizados pelo MPL [...]. Tipo, me lembro que cresceu as manifestação explícita do MBL [...], do “Vem Pró Rua” [...]. Eu acho também que esses movimentos estavam tomando um rumo meio estranho [...]

A emergência de uma frente conservadora no contexto das jornadas de junho de 2013 é um elemento do fenômeno em análise que perpassa onze das quinze entrevistas realizadas com ativistas e não ativistas do MPL que participaram das mobilizações aqui consideradas. Trata-se de memória experimentada pelos mesmos com certa surpresa e desencanto. É o que observamos, por exemplo, nesse fragmento de fala de M. N.: “[...] é isso, acho que ninguém estava muito preparado pra ver juventude de direita organizada em movimento social, porque isso não se vê no Brasil há algum tempo [...]”. E, com certo tom de desabafo, declara: “[...] eles vieram com uma pauta apolítica e isso deixou muita gente confusa [...], deu uma balançada forte na gente, porque foi despolitizando a massa [...]”. Rememora demonstrando frustração: “[...] ninguém achou que ia vingar muito e esperávamos que logo ia perder respaldo, mas os caras começaram a entrar na política de cabeça e despolitizar fortemente as pautas progressistas [...]”. A depoente, em tom de autocrítica, encerra esse trecho de sua fala com olhar distante e vago: “[...] é isso, acho que o movimento não conseguiu passar um olhar crítico sobre esses grupos [...], enquanto crescia o crédito que a população acabou dando a eles [...]”.

Esses fragmentos de depoimentos de J. L. e M. N. são representativos de vários outros entrevistados. Ao mesmo tempo, nos permitem concluir que a emergência dessa frente conservadora (em um contexto no qual o MPL encontrava-se atravessado por inúmeros tensões e clivagens) estimulou, nesse movimento, um processo de configuração uma percepção e memória compartilhada sobre o significado polí-

tico das pautas reativas, que passaram a ganhar visibilidade e força nesse contexto, agregando milhares de jovens e não somente nas ruas e nas redes sociais. Contribui ainda para um processo de consolidação (nesse contexto) do MPL enquanto uma comunidade política e de valores que perpassam os intensos e referidos conflitos internos político-ideológicos, sem harmonizá-los.

Um último tema foi abordado em cada uma das entrevistas realizadas, por compreendermos que processos de territorialização e subjetivação associados à dinâmica de construção desses sujeitos no âmbito das mobilizações do MPL em junho de 2013 não podem prescindir do reconhecimento da dimensão dos afetos e sentimentos³⁸ no cotidiano dos protestos em questão. Nesse sentido, C. L. P., ao ser questionada sobre quais foram os principais sentimentos e/ou afetos que a mesma sentiu nas mobilizações de junho de 2013, em São Paulo, relembra: “[...] sabe, eu tive muito medo, no início era muito o medo da PM, parecia cenário de guerra, mas depois que a jornalista da *Folha* foi atacada, a imprensa mudou de lado, a PM diminui a violência, então ficou menos pior [...]”. O medo parece configurar-se como um sentimento fronteiro e central entre o poder instituído da cidade e o poder instituinte que emerge do cotidiano das mobilizações da MPL.

38. Para Deleuze (2002, p. 56), “afecção remete a um estado do corpo afetado e implica a presença do corpo afetante, ao passo que o afeto remete à transição de um estado a outro, tendo em conta variação correlativa dos corpos afetantes. [...] Dessa forma, os afetos (alegria/tristeza) dizem respeito a estarmos sujeitos aos aumentos e também diminuições de nossa potência de agir” (DELEUZE, 1978). Acrescentando que: “[...] os afetos que mobilizam um grupo se definem pelas forças de coesão e difusão, que aglutinam tensionam e reorganizam coletivos. A partir de situações, fenômenos e eventos que produzem diferentes sentidos de integração entre seus membros [...]”. Nesse sentido, “[...] uma comunidade produz ora mais ora menos afetos aglutinadores, apoiados tanto em sentimentos de pertença e cumplicidade, construindo experiências de solidariedade, quanto em sentimentos de divergência, tensionando e buscando, de forma mais ou menos bélica, campos possíveis de negociação [...]”, complementam Da Costa e De Castro e Silva (2015, p. 287).

De tal forma que – não coincidentemente – o sentimento de medo figura com forte visibilidade em 12 das 15 entrevistas realizadas, resultante do processo de rememoração de tais experiências por parte desses sujeitos.

Isso reforça a análise de Tarrow (2013), segundo a qual os sentimentos alimentados pela luta são muito importantes no estabelecimento de vínculos entre sujeitos, sentidos provisórios de pertencimento e de comunidade. Ainda, conforme Melucci (1996), a experiência cotidiana de sentimentos como medo, potência e outros mais, já referidos constantes nas narrativas de nossos depoentes, revela, ao mesmo tempo, uma dinâmica de construção de sentimento de solidariedade entre esses sujeitos que perpassam a heterogeneidade do movimento. Mas o medo não foi o único sentimento presente nos relatos desses depoentes durante as mobilizações. Nessa linha, J. A. relembra que:

“[...] tinha uma sensação de confusão misturada com um sentimento de responsabilidade também [...], que tem que sair para rua, de não ficar parado, de poder fazer alguma coisa [...]. É isso que eu senti na época e hoje, vários anos depois, eu ainda me orgulho de ter estado lá, sabe?, de ter feito parte disso, desde o início [...]. [E destaca com grande sorriso e satisfação que:]”[...] também foi bem emocionante porque tinha ainda sentimento de força e adrenalina quando nos juntávamos nas mobilizações, quando ocupávamos, tanto que dava até medo de perde o foco. E, claro né?, era muita sensação de poder também quando, no final dos protestos, eu ia fazê meus próprios relatos nas redes sociais, Facebook, principalmente [...]”.

O sentimento de confusão presente na fala da mesma (e não somente), aponta para uma forte falta de clareza sobre o que desejavam ou sobre os novos rumos que o movimento deveria assumir. Importante também destacar a percepção da participação nas mobilizações de junho de 2013 como uma experiência coletiva marcada pela ideia

e sensação de potência ressignificante de uma memória oficial da cidade-mercadoria, tal como constatamos quando J. A. lembra emocionada que “[...] tinha ainda sentimento de força e adrenalina quando nos juntávamos nas mobilizações, quando ocupávamos [...]”.

Também para essa depoente, como consta no seu relato, outro ponto fundamental é que a luta – a disputa – não ocorra somente nas ocupações e ruas, mas igualmente nas redes sociais. Tal como encontramos na seguinte parte da sua fala: “[...] no final dos protestos, eu ia fazê meus próprios relatos nas redes sociais, Facebook, principalmente [...]”. Atitude que revela uma característica central desse tipo de movimento. Trata-se de um elemento dessas mobilizações, também intimamente articulado à dimensão política cotidiana dos afetos no âmbito das mesmas. Assim, para a entrevistada, suas postagens constituem uma forma de alimentar seu vínculo com a massa de manifestantes e, ao mesmo tempo, afirmar-se subjetivamente.

Considerações finais

A partir de uma análise prévia de bibliografia nacional e internacional especializada, estabelecemos relações entre processos de reconfiguração das mídias e grandes cidades no contexto do neoliberalismo e a emergência de várias formas de ativismos nas mesmas. Nos debruçamos sobre uma forma específica desse “novíssimo” tipo de movimento social, ou seja, as mobilizações do Movimento Passe Livre (MPL) que ocorreram em 2013. Resultou disso a identificação de uma tendência dominante no conjunto das análises sobrerrealizadas, que procurou destacar, em particular, elementos contexto e causas, características e objetivos, formas de organização e estratégias de tais protestos.

Na sequência desse exercício, procuramos discutir as dimensões subjetiva e coletiva desses movimentos sociais no país, tomando como estudo de caso experiências cotidianas de indivíduos que participaram, como ativistas ou não, nas mobilizações do MPL em junho de 2013, em São Paulo. O eixo que guiou nossa análise – tomando como fundamentação teórica e metodológica a história oral – foi a busca de uma melhor compreensão relativa aos vínculos entre processos de subjetivação, identidade e ação coletiva e suas interfaces com dinâmicas específicas da memória individual e coletiva associadas a relações de aceite e tensão com a memória oficial da cidade de São Paulo e uma ideia dominante de urbanidade e cidadania relativa à mesma.

Nessa linha, analisamos 10 entrevistas, de um total de 15, realizadas na cidade de São Paulo, com pessoas que participaram das mobilizações em tela. Exercício que permitiu compreender processos através dos quais esses sujeitos em questão elaboram para si, não apenas sua participação nas mobilizações, mas também dinâmicas de ressignificação da própria ideia de espaço público e cidadania associada à cidade-mercado. Nas entrevistas, também ficou clara a centralidade das experiências coletivas compartilhadas nas ruas e nas redes sociais enquanto elemento central para a compreensão das memórias cidadinas silenciadas ou emergentes, bem como perpassando as configurações de uma multiplicidade de singularidades.

Inúmeros depoimentos também trouxeram à tona o MPL, desde as suas origens no início dos anos 2000, já figurando fortemente marcado pela presença de diferentes grupos, correntes, coletivos, defensores do partidarismo e do antipartidarismo. Falas que contribuem também para reforçar a ideia de que este é profundamente marcado por tensões, conflitos e lutas, indicativas de suas articulações (declaradas e/ou não, de maneira afirmativa e/ou reativa) com diferentes movimentos so-

ciais e partidos, anteriores ao mesmo ou ainda que o apoiaram nos protestos de 2013 em função de afinidades ideológicas.

Outro ponto muito importante que emerge de quase todas as entrevistas realizadas é a dimensão política dos afetos. Medo da violência, sentimento de confusão e de potência, entre outros, figuram muito comumente nas falas enquanto suportes, ao mesmo tempo, de incerteza diversa e conflituosamente vivenciada e, por outro lado, como parte de um compósito vinculado à ideia de fortalecimento do coletivo e de sentimento de solidariedade.

Enfim, as mobilizações de junho de 2013, em São Paulo, levadas a cabo pelo MPL, foram habitadas por uma intensa vontade de transformação, mostrando-se, ao mesmo tempo, ora confusas e imprevisíveis, ora bem orientadas quanto a objetivos imediatos, e, como lembram muitos/as depoentes, reapropriadas por diversos atores sociais. Outro elemento – como ficou demonstrado em muitas falas – que atravessou o cotidiano das mesmas, foi a incerteza. Essa, acompanhada, por outro lado, por uma percepção que se fortaleceu, entre participantes das mesmas e analistas, qual seja, a de que o que estava em questão não era somente o aumento do transporte coletivo, mas o direito à cidade e os limites do atual modelo de democracia. Ademais, em consonância com vários analistas referidos no início desse artigo, reconhecemos que a crise desencadeada em junho de 2013 trouxe muito mais incertezas do que certezas (como observamos em várias falas de entrevistados/as), ou seja, representou o início de um ciclo que certamente não acabou e do qual devemos esperar ainda inúmeras consequências, tanto de médio, quanto de longo prazo.

Referências

AGIER, Michel. Onde se inventa a cidade do amanhã? Deslocamentos, margens e dinâmicas das fronteiras urbanas. In: GLEDHILL, John; HITA, Maria G.; PERELMAN, Mariano (Orgs.). *Disputas em torno do espaço urbano: processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade*. Salvador: EDUFBA. p. 411-26, 2017.

ALONSO, Ângela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 1, p. 49-58, 2017. Disponível em: novosestudios.uol.com.br. Acesso em: 13 nov. 2018.

ARAÚJO VIEIRA, Maria do Pilar; KHOURY, Iara. Movimentos sociais, documentação e história oral. *Projeto História*, São Paulo, v. 8, n. 9, p. 1-70, 1992. Disponível em: <file:///Users/home/Downloads/12170-29166-1-SM.PDF>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ARLEY, Patrick; RICCI, Rudá. *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERTAUX, D. *Biography and society: the life-history approach in the social sciences*. New York: Sage, 1981.

BEYNON, Huw. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. Boitempo Editorial: São Paulo. p. 9-38, 1998.

BOITO, Armando. *O impacto das manifestações de junho na política nacional*. 2013. Disponível em: www.brasildefato.com.br. Acesso em: 20 dez. 2018.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *Local y global*. La gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: United Nations for Human Settlements/Taurus/Pensamiento, 1997.

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 82.

BRASLAWSKY, Cecilia. *Juventud y sociedad en la Argentina*. Santiago, CEPAL, 1985.

BUCCI, E. *A forma bruta dos protestos: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CABRAL, Fernando (ed.). *¡Indignados! 15M*. Madri: Mandala Ediciones, 2011.

CALDEIRA, T. P. do R. Qual a novidade dos rolezinhos? Espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo. *Novos Estudos-Cebrap*, São Paulo, n. 98, p. 13-20, 2014.

CARDOSO, Gustavo; DI FÁTIMA, Branco. Movimento em rede e protestos no Brasil: qual gigante acordou? *Dossiê Mídia, Intelectuais e Política*, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 143-76, 2013. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br>. Acesso em: 23 dez. 2018.

CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1995.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 4a edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Reti di indignazione e speranza: Movimenti sociali nell'era di Internet*. Università Bocconi Editore: Milano, 2012.

_____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVA, Bruno. *A multidão foi ao deserto*. São Paulo: Annablume, 2014.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2012 [1994].

COSTA, Henrique. *O presente e o futuro das jornadas de junho*. 2013. Disponível em: www.cartamaior.com.br. Acesso em: 24 set. 2018.

DA COSTA, Samira Lima; DE CASTRO E SILVA, Carlos Roberto. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade. *Pesq. e Prát. Psicoss.*, (s/l), n. 2, v. 10, p. 283-91, 2015. Disponível em: pepsic.bvsalud.org. Acesso em: 23 dez. 2018.

DAMO, Arlei S.; OLIVEN, Ruben G. A rebeldia festiva. In: _____. *Mega-eventos esportivos no Brasil*. Campinas: Armazém do Ipê. p. 163-85, 2014.

DELEUZE, Gilles. *Aula sobre Spinoza*. 1978. Tradução: Francisco Traverso Fuchs. Disponível em: www.webdeleuze.com. Acesso em: 22 ago 2018.

_____. *Espinosa: filosofia prática*. Trad. Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, 2002.

DI GIOVANNI, Julia R. *Cadernos do outro mundo: o fórum social mundial em Porto Alegre*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2015b.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. Dossiê: mobilizações, protestos e revoluções. *Novos Estud.* – CEBRAP, São Paulo, v. 1, n. 97, p. 43-55, 2013. Disponível em: dx.doi.org. Acesso em: 16 dez. 2018.

DUPUIS-DÉRI, Francis. *Black Blocs*. São Paulo: Veneta, [2007] 2014.

FALCHETTI, Cristhiane. Da institucionalização da participação à emergência do autonomismo: tendências recentes da ação coletiva no Brasil. In: Congress of the Latin American Studies Association. *Anais...* Lima, Peru: LASA, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA; MOLLO; PEREIRA; DA MATA. (Org.). *Tempo presente & usos do passado*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, [1973]1981.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, [1968] 1975.

FIORI, José Luís. *Estado do bem-estar social: padrões e crises*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – USP, p. 1-13, 2013. Disponível em: www.iea.usp.br. Acesso em: 20 dez. 2018.

FIGUEIREDO, R. (Org.). *Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado*. São Paulo: Summus Editorial, 2014.

FILHO, Jose Sobreiro. Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre – SP. *GeoGraphos: Rev. Dig. Estud. de Geog. y Cienc. Soc.s*,

(s/l), v. 6, n. 73, p. 1-29, 2015. Disponível em: dialnet.unirioja.es. Acesso em: 28 dez. 2018.

FISCHER, Rosa Maria Bueno; SCHWERTNER, Suzana Feldens. Juventudes, conectividades múltiplas e novas temporalidades. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 28, n. 01, p. 395-420, mar. 2012.

FONTENELLE, Isleide A. Alcances e limites da crítica no contexto da cultura política do consumo. *Est. Avanç.*, São Paulo, v. 87, n. 30, 2016. Disponível em: www.scielo.br. Data de acesso: 29 dez. 2018.

FREHSE, Fraya. Usos da rua. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério P. (Orgs.) *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, p. 151-70, 2009.

FRÚGOLI JR., HEITOR. Ativismos urbanos em São Paulo. *Cad. CRH*, São Paulo, v. 31, n. 82, p. 75-86, 2018.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. *Cad. CRH: Rev. do Centro de Est. e Pesq. Hum. CRH/UFBA*, Salvador, v. 1, n. 1, 1987.

_____. Os Jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. *Revista Brasileira de Sociologia*, São Paulo, v. 1, p. 205-18, 2013b.

_____. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2014a.

_____. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014b.

_____. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. 2018.

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Trad. Manuel A. Baeza e Michel Mujica. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

_____. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HAMBURGER, Esther. Saímos do Facebook? In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JUNIOR, Heitor (Orgs.) *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Ed. 34/Fapesp, 2016,

p. 293-319.

HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 29, p. 73-89, 2012a. Disponível em: www4.pucsp.br. Acesso em: 10 out 2018.

_____. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nemesis. In: _____. *Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. Boitempo: São Paulo, 2012b.

HERZFELD, Michael. Fronteiras/nódulos/agrupamentos. In: _____. *Antropologia: prática teórica na cultura e na sociedade*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 172-193, 2011.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos*. O Breve Século XX – 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. *Rev. de Econ. Pol.*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 238-48, 2011. Disponível em: www.rep.org.br. Acesso em: 17 jan. 2019.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia*. São Paulo: Francis, 2009.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, [1961] 2003.

JANOTTI, M. L. M. Refletindo sobre a história oral: procedimentos e possibilidade. In: MEIHY, J. C. S. B. (Org). *(Re)introduzindo história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 56-62.

_____. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

JOUTARD, P. *Essas voces que llegan del pasado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

_____. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996, p. 43-64.

JUDENSNAIDER, Elena *et al.* *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

KANIGEL, Robert. *Eyes in the street: the life of Jane Jacobs*. New York: Alfred A. Knopf, 2016.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Ed.

UNICAMP, p. 423-83, 1994.

LÖWY, Michael. *O Movimento Passe Livre*. Trad. Mariana Echalar. 2014. Disponível em: blogdaboitempo.com.br. Acesso em: 29 jan. 2019.

MAGNANI, José G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Rev. Bras. de Ciên. Soc.*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 01 fev 2019.

_____. Etnografia urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério P. (Orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 101-33.

MANOLO, Manoel Nascimento. *Teses sobre a Revolta do Buzu*. [S.l.] 2004. Disponível em: passapalavra.info. Acesso em: 03 out. 2018.

MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013a.

_____. É a questão urbana, estúpido. In: MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013b, p. 24.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MELUCCI, A. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC, ABRASCO, 1993.

MONTENEGRO, A. T. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

MOVIMENTO Passe Livre. *Por uma vida sem catracas! (s/d)*. Disponível em: <http://mpl.org.br>. Acesso em: 25 nov. 2018.

MUHALE, Miguel J. *Lutar, criar poder popular: uma perspectiva etnográfica do bloco de lutas pelo transporte público em Porto Alegre/RS*. 2014. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, UFRGS, 2014.

NASCIMENTO, Silvana; OLIVAR, José M. (Orgs.). Dossiê Narrativas urbanas em tempos perturbadores: uma introdução. *Ponto Urbe*, São Paulo, n. 18, 2016. Disponível em: pontourbe.revues.org. Acesso em: 1 jan. 2019.

NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*.

Projeto História, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 7-28, 1993.

NOVAES, Regina; ALVIM, Rosilene. Movimentos, redes e novos coletivos juvenis. In: LOPES, José S. L.; HEREDIA, Beatriz (Orgs.) *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação*. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Altos Estudos, 2014, p. 269-301.

OLIVEIRA, Lucas. *Está em pauta, agora, que modelo de cidade queremos* – Entrevista com o Movimento Passe Livre, concedida a Maria Caraméz Carlotto. 2013. Disponível em: www.revistafevereiro.com. Acesso em: 29 jan. 2019.

ORTELLADO, Pablo. *L'experiência do MPL eh aprendizado para o movimento autonomo não so do Brasil como do mundo*. (Entrevista a Coletivo DAR e Desinformémonos). 2007. Recuperado em 02 de novembro, 2013. Disponível em: coletivodar.org. Acesso em: 19 dez. 2018.

_____. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, Elena. et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

PATERNIANI, Stella Z. Quem não luta, tá morto: política e vida no centro da cidade. In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JUNIOR, Heitor (Orgs.) *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Ed. 34/Fapesp, 2016, p. 321-47.

PERROT, Michelle. A força da memória e da pesquisa histórica. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 351-60, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova*, São Paulo, v. 1, n. 100, p. 119-53, 2017. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 25 jan. 2019.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-12, 1992.

PORTELLI, Alesandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 103-130.

_____. Forma e significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *Cultura e Representação*. *Projeto História*, São Paulo, v. 1, n. 14, 1997a.

_____. O que faz a história oral diferente. *In: Cultura e Representação. Projeto História*, São Paulo, v. 1. n. 14, 1997b.

PRETECEILLE, E. A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. *Caderno CRH*, São Paulo, n. 36, p. 27-48, 2003.

PRINS, Gwyn. História Oral. *In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992, p. 163-198.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.

RESENDE, A. L. *O mal-estar contemporâneo*. 2013. Disponível em: www.ternuma.com.br. Acesso em: 8 nov. 2018.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François et al. Campinas: UNICAMP, 2007.

ROLNIK, Raquel *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior/Tinta Vermelha, 2014.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. *In: Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. Boitempo: São Paulo, 2012.

SALES, A. L. L. F. *et al.* Para (re)colocar um problema: a militância em questão. *Temas Psicol.*, Ribeirão Preto, v. 26, n. 2, não paginado, 2018. Disponível em: dx.doi.org. Acesso em: 20 jan. 2019.

SANDOVAL, Salvador A. M., A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais, *Educação e Sociedade*, 34 (dezembro 1989) p. 122-30. (xerox)

SARAIVA, Leila. *Não leve flores: crônicas etnográficas junto ao Movimento Passe Livre – DF*. 2017. Dissertação de Mestrado, Brasília, UnB, 2017.

SASSEN, Saska. *The Global City*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1991.

SCARCELLI, O.; MEDEIROS, R. Desdobramentos das “jornadas de junho” na política de transportes de São Paulo. *In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. Anais...*, Vitória, CBG, 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Cad. CRH*, vol. 27, n. 71, p. 417-29, 2014.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito [1903]. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-91, 2005. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 7 out. 2019.

SINGER, André. Esquerda ou direita? *Folha de S. Paulo*, 2013a. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. Flores de inverno. *Folha de S. Paulo*, 2013b. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 18 nov. 2018.

_____. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. Dossiê: mobilizações, protestos e revoluções. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 1, n. 97, p. 23-40, 2013c. Disponível em: dx.doi.org. Acesso em: 28 nov. 2018.

SOLANO, Esther; MANSO, Bruno. Paes; NOVAES, Willian. *M@scAr@-dos: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Blocs*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

SPÓSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social – Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 161-78, 1993.

TARROW, S. *The language of contention – revolutions in words, 1688-2012*. Cambridge: University of Cambridge, 2013.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, A. Reconstituo a memória. Questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, v. 15, p. 51-84, 1997.

TILLY, Charles; TARROW Sidney. *Contentious politics*. Boulder/USA: ParadigmPublis, 2007.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia M. D. *Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

TORTOSA, José María. Sobre los movimientos alternativos en la actual coyuntura. *Rev.de la Univ. Boliv.*, Caracas, v. 10, n. 30. p. 317-38, 2011.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VELHO, Gilberto. Os mundos de Copacabana. In: _____ (Org.) *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 11-23.

VERGARA, Camile. Corpo transgressão: a violência traduzida nas performances do Coletivo Coiote, Bloco Livre Reciclato e Black Blocs. *Cad. de Arte e Antrop.*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 105-23, 2015. Disponível em: cader-nosaa.revues.org. Acesso em: 3 out. 2018.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas-SP, v. 22, n. 44. p. 203-20, ago./dez. 2014. Disponível em: www.ifch.unicamp.br. Acesso em: 3 out 2018.

ZIBECHI, Raúl. Debajo y detrás de las grandes movilizaciones. *OSAL – Observatório Social de América Latina*, Buenos Aires, v. 14, n. 34, p. 16-36, 2013.

ZIZEK, S. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Resumo:

O artigo desenvolve uma reflexão sobre as mobilizações do Movimento Passe Livre – MPL, de junho de 2013, na cidade de São Paulo, enquanto forma específica de ativismo contemporâneo. Inicialmente, a partir de literatura internacional e nacional especializada, analisamos as principais características das mesmas. Em seguida, com base na produção de um conjunto de 15 entrevistas, tomando como fundamentação teórica e metodológica a história oral, buscamos compreender melhor os vínculos entre processos de subjetivação, identificação e ação coletiva e suas interfaces com dinâmicas específicas da memória individual e coletiva em questão, associadas a relações de aceite e tensão relativas a uma ideia e modelo dominantes de cidade e urbanidade, espaço público e cidadania, na ordem urbana neoliberal em tela. Enfim, iniciando um ciclo que certamente não acabou e do qual devemos esperar ainda inúmeras consequências.

Palavras-chave: Ativismo contemporâneo; Movimento Passe Livre (MPL); Ordem urbana; Neoliberalismo; História oral.

Abstract:

The article discusses the mobilizations of the Free-MPL Movement of June 2013, in the city of São Paulo, as a specific form of contemporary activism. Initially, from international and national specialized literature, we analyze the main characteristics of the same. Then, based on the production of a set of 15 interviews, taking as theoretical and methodological foundation oral history we seek to better understand the links between processes of subjectivation, identification and collective action and their interfaces with specific dynamics of individual and collective memory in question, associated to relations of acceptance and relative tension a dominant idea and model of city and urbanity, public space and citizenship, in the neoliberal urban order on canvas. At last, starting a cycle that certainly has not ended and from which we must still expect countless consequences.

Keywords: Contemporary Activism; Free Pass-MPL Movement; Urban order; Neoliberalism; Oral history.

Recebido para publicação em 19/04/2019.

Aceito em 08/08/2019.

Relações étnico-raciais na Argentina: história, desigualdades e resistência

Wlange Keindé

Universidade Federal Fluminense, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-9939-9626>

wlangekeinde@outlook.com

Vitor Rebello Ramos Mello

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-1402-9782>

rebellovitor@gmail.com

Introdução

Una vez ya en la secundaria, cansado de repetirle a mis compañeros que era argentino y de que no me creyeran, le dije a uno de ellos ser cubano a modo de chiste y sin fingir ningún acento, cuando casualmente había visto mi DNI [Documento Nacional de Identidad], confirmé que solo así podía creerme. Esto me hizo caer en la cuenta de que había algo en mis rasgos que no les permitía asumir mi argentinidad (MARTÍNEZ, 2016, n.p.).

Esta declaração feita por Yael Bonga Martínez, referência negra no Ministério de Cultura argentino, ao jornal *Publicable*, desenha a reali-

dade de uma nação marcada por uma identidade excludente. A população argentina convive com uma ideia errônea, porém amplamente disseminada, de que não existem negros no país. Esse mito foi construído historicamente por uma elite branca eurocêntrica em conjunto com a elaboração da própria nacionalidade argentina, formando assim um racismo *sui generis* que se desenvolve primordialmente pelo apagamento. Dessa forma, a crença popular da qual Martínez foi vítima é de que se a pessoa é negra, não pode ser argentina e, se é argentina, não pode ser negra.

Por meio de uma revisão de literatura, este artigo busca mostrar as origens de tal crença e como ela conduz as relações raciais na Argentina, aliada às desigualdades mais comuns de sistemas racistas que preconizam a superioridade branca. Também buscamos comparar a dinâmica das relações étnico-raciais na Argentina com a que se dá no Brasil, considerando as diferenças nos contextos histórico e demográfico. Além disso, mediante levantamento de dados estatísticos, pretendemos apontar os números que desmentem a não existência de afro-argentinos e examinar como o Estado e as organizações civis têm lidado com as questões negras na Argentina ao longo da história e nos dias atuais.

História e desigualdades atuais no contexto étnico argentino

O Estado Nacional argentino foi construído, ao longo do século XIX, através do mito eurocêntrico da superioridade branca e sob um viés de políticas de branqueamento populacional impostas pela elite nacional. Foi um processo que supervalorizava tudo o que se relacionava às matrizes culturais europeias, como a língua, a religião, as

artes, entre outros aspectos. Por outro lado, tudo o que estava relacionado aos negros e indígenas era sistematicamente desconstruído ou tornado invisível (YAO, 2015).

O branqueamento é um processo de miscigenação em que se busca o clareamento, o embranquecimento de descendentes de negros a partir do cruzamento com brancos. Esse processo foi transformado em política de Estado em países americanos após o período escravista, com incentivos à imigração europeia e ao casamento interracial. Alguns países, como Estados Unidos, Canadá, Colômbia e Equador, também chegaram a proibir a imigração de asiáticos, povos amarelos (DOMENECH, 2015), o que evidencia mais ainda que o projeto visava o europeu, encarado como superior. A suposta necessidade das políticas de branqueamento por parte da elite branca pode ser explicada por um certo “ódio narcísico”, como postula a psicóloga Maria Aparecida Bento:

Talvez possamos concluir que uma boa maneira de se compreender melhor a branquitude e o processo de branqueamento é entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios.

O que se vê comprometido nesse processo é a própria capacidade de identificação com o próximo, criando-se, desse modo, as bases de uma intolerância generalizada contra tudo o que possa representar a diferença.

Podemos levantar a hipótese de que, nas relações raciais hierarquizadas, o que ocorre é o oposto, e de certa forma similar, ao que ocorre no amor narcísico. O amor narcísico está relacionado com a identificação, tanto quanto o ódio narcísico com a desidentificação. O objeto do nosso amor narcísico é “nosso semelhante”, depositário do nosso lado bom. A escolha de objeto narcísica se faz a partir do modelo de si mesmo, ou melhor, de seu ego: ama-se o que se é, ou o que se foi, ou o que se gostaria de ser, ou mesmo a pessoa que foi parte de si.

Por outro lado, o alvo de nosso ódio narcísico é o outro, o “diferente”, depositário do que consideramos nosso lado ruim (BENTO, 2002, p. 14).

Dessa forma, na Argentina, a herança europeia passava a simbolizar orgulhosamente a ideia de nação argentina e de um povo dito civilizado, evoluído, racional e inteligente. O caráter branco vinculava-se ao progresso, ao desenvolvimento e à ordem, enquanto os componentes negros e indígenas, em oposição, representavam a barbárie e o atraso de um povo supostamente pré-civilizado. Com efeito, a construção histórica do mito nacional argentino, fundamentada nas teorias científicas hegemônicas do final do século XIX e início do século XX, como o darwinismo social¹ e o positivismo, embasou-se nos pressupostos racialistas e na ideia de hierarquização das raças. Depois da abolição da escravatura (oficialmente em 1813), os afro-argentinos sofreram um processo de aniquilamento, sendo enviados a guerras ou, simplesmente, morrendo através de surtos de febre amarela, como a que ocorreu em Buenos Aires em 1871 (YAO, 2015).

Outro fator histórico relevante para o embranquecimento da população argentina foi, tal como no Brasil, a imigração de grande contingente de europeus. A América Latina surgia como laboratório para estas teorias racialistas, em que supostamente haveria uma comprovação, a partir do embranquecimento da população, da superioridade da

1. Charles Darwin, biólogo responsável pela teoria da evolução das espécies por meio da seleção natural, teve suas ideias refletidas no campo das ciências humanas, a partir do século XIX, por intelectuais elitistas que acreditavam em uma hierarquia das raças humanas. Segundo tais pensadores, entre os quais Herbert Spencer, Francis Galton e Joseph Artur de Gobineau, haveria nas sociedades humanas uma luta natural por sobrevivência em que os mais aptos ganhariam sucesso, poder, riqueza etc. e os menos aptos ficariam abaixo, nesse sentido. Essa crença em raças mais aptas e menos aptas culminou em teorias racistas e eugenistas com base supostamente científica, dando margem a movimentos desde esterilizações em massa nos Estados Unidos até o III Reich alemão ou o Apartheid na África do Sul.

“raça branca” num território antes ocupado por uma “raça inferior”. Baseada em conceitos modernos de eficiência científica, toda especulação abstrata carecia de sentido, de modo que a realidade social era explicada com a mesma previsão das ciências naturais². Como lembra Jean-Arsène Yao (2015), o sociólogo argentino José Ingenieros foi um dos autores que defenderam, no século XIX, a adaptação das teorias europeias à realidade americana e o aniquilamento do que chamava de “raças inferiores” sob o argumento de que a mestiçagem geraria defeitos gravíssimos ao povo argentino, como uma descendência raquítica e simiesca.

O costume de obedecer engendra uma mentalidade doméstica. Quem nasce de servos a traz no sangue, como diz Aristóteles. Herda hábitos servis, e não encontra ambiente propício para a formação do seu caráter. As vidas iniciadas na servidão não adquirem dignidade. [...] Isto se repete em todos os países que tiveram uma raça escrava inferior. É legítimo. É com humilhante desprezo que se costuma olhar para os mulatos e mestiços, descendentes de antigos escravos, em todas as nações de raça branca que aboliram a escravidão; seu afã, no sentido de dissimular a sua descendência servil, demonstra que reconhecem a indignidade hereditária condensada neles. Esse desprezo é natural (INGENIEROS, 2006, p. 112).

Atualmente, o Estado argentino se organiza no tocante às questões raciais sob uma perspectiva dos direitos humanos, numa tentativa de amenizar os conflitos existentes, sobretudo com relação à discriminação dos povos indígenas. Historicamente, o racismo foi um problema negado no imaginário social e político do país, de modo que o Estado demonstrou dificuldades para atender à pluralidade de demandas identitárias existentes. Desde sua formação, o que ele continuamente fez

2. Hoje em dia, as ciências biológicas refutam a ideia de que o ser humano possa ser dividido em raças, sobretudo em raças hierarquizadas. Os genes que controlam a variação da melanina correspondem a apenas 0,016% do genoma humano, não afetando a capacidade intelectual (DIAS; SOUZA, 2017, p. 104).

foi promover um processo de homogeneização e conseqüente “desetnização” – isto é, a negação da diversidade étnica, o abandono da discussão sobre etnicidade devido a essa “pressão do Estado para que a Nação se comportasse como uma unidade étnica” (VÉLEZ; MALUF, 2017, p. 161, tradução livre).

A preocupação em identificar o racismo e as estratégias contra o mesmo começam a ser expressas especialmente nos governos Néstor e Cristina Kirchner (entre os anos 2004 e 2015), por meio de políticas públicas destinadas a articular as ditas minorias sociais, isto é, coletividades “discriminadas e estigmatizadas, consubstanciando um quadro de subordinação cultural, política ou socioeconômica a um grupo de domínio, independentemente do número de sujeitos que a compõem em relação à totalidade populacional” (RONDON FILHO, 2013, p. 269). No caso dos afro-argentinos, trata-se de minorias sociais e numéricas.

A importância outorgada aos direitos no Plano Contra a Discriminação e no discurso dos funcionários de governo e de diversos atores estatais – desde a presidência de Néstor Kirchner até o fim do governo de Cristina Kirchner –, conduz a reflexão sobre o lugar dos direitos nesse momento histórico em particular. Como se expressa no discurso dos funcionários entrevistados, trata-se de uma ampliação dos direitos que superou o previsto no Plano elaborado em 2005, produto do compromisso do país com a Declaração de Durban em 2001. Junto à promulgação de diversas leis, consideradas importantes, mas não suficientes, se estabeleceu um processo de difusão e de conscientização a respeito das implicações das mesmas (VÉLEZ; MALUF, 2017, p. 175, tradução livre).

A III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, realizada em setembro de 2001 pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Durban, na África do Sul, foi um momento histórico para as lutas an-

tirracistas no mundo todo. Antes dela, “o racismo e a discriminação racial, juridicamente proscritos, nunca haviam sido seriamente abordados em sua incidência planetária” (ALVES, 2002, p. 200). Era um contexto de pós-Apartheid na África do Sul, forte engajamento do movimento negro, principalmente brasileiro, na América do Sul e conflitos discriminatórios em várias partes do globo, envolvendo inclusive grupos supremacistas brancos, *skinheads* e partidos políticos de extrema direita associados ao racismo e à xenofobia (ALVES, 2002, p. 200).

A Conferência de Durban gerou uma declaração e um plano de ação a serem adotados pelos países participantes em prol da eliminação do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e de intolerâncias correlatas. Foi com base nesses documentos que os governos Kirchner criaram medidas como o Decreto 184, que transferiu o Instituto Nacional Contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo (INADI), que até então era um órgão descentralizado, para o Ministério de Justiça e Direitos Humanos da Argentina, possibilitando maior aplicabilidade da Lei 23.592 de Atos Discriminatórios, centralizando as questões judiciais sobre discriminação e oferecendo um assessoramento maior para as vítimas³. Outra medida importante foi uma lei de 2013, conhecida como Lei Maria Remédios del Valle, que instituiu o dia 8 de novembro como Dia Nacional dos Afro-argentinos e da Cultura Afrodescendente (BRAZ, 2018).

Justamente, as políticas públicas argentinas, no que diz respeito às relações raciais, desenvolveram-se bastante nos últimos anos. De um regime histórico de “invisibilização”, passou-se para o outro de “hipervisibilização” das diferenças, de modo que, atendendo à demanda

3. ARGENTINA. Institucional – INADI. Disponível em: www.argentina.gob.ar. Acesso em: 29 jun. 2019.

de diversos setores da sociedade civil, sobretudo os representativos de minorias étnicas, o princípio das políticas multiculturais acabou incorporado pela Constituição Nacional. Assim, o Estado Argentino propõe soluções no campo da educação, visando a inclusão de minorias historicamente discriminadas e segregadas.

A invisibilização do racismo constitui um forte desafio para uma pedagogia contra a discriminação por parte do Estado; por isso, os programas de sensibilização levados a cabo apontam para ressignificar e “redescobrir” esse problema na sociedade argentina (VÉLEZ; MALUF, 2017, p. 167, tradução livre).

Com efeito, as políticas contra a discriminação tomam fôlego a partir dos anos 90 e configuram-se como marco de uma concepção de cidadania e de ampliação dos direitos produzidos no contexto do Mercosul, ressignificando a relação entre Estado e sociedade civil, através da recuperação da democracia e da consagração dos direitos políticos e sociais nas próprias políticas públicas. Consequentemente, o aparecimento da “questão da diferença” impulsionou novos movimentos sociais na busca pela representação e diminuição da discriminação racial e étnica, além de discriminações de gênero e classe social. Em resumo, o princípio que antes havia assegurado consistência e unidade cultural e política à nação desapareceu frente às transformações ocasionadas por mudanças políticas e discursivas em âmbito internacional e de realidades e demandas que surgiram em nível nacional.

Paralelamente, no Brasil, também ocorreu uma política estatal de embranquecimento igualmente influenciada pelas teorias raciais europeias, com a abertura do país à mão de obra europeia. Aqui, intelectuais propunham a mescla de brancos e não brancos de modo a conduzir, gradativamente, a uma população brasileira completamente branca (TELLES, 2003), com base numa interpretação de eugenia e

sensibilidade às teorias de degeneração racial – desenvolvidas por autores como Cesare Lombroso, Arthur de Gobineau e Nina Rodrigues, que consideravam os negros e os índios como raças inferiores inclinadas à degeneração física e moral e viam na diversidade de raças a causa do atraso e da decadência de um país (SILVA, 2010).

No entanto, ao contrário da histórica “invisibilização” das matrizes culturais africanas e ameríndias promovida pela Argentina, no Brasil, a partir de meados do século XX, há uma guinada na concepção do mito formador da nacionalidade que passa, então, pelos ideais de democracia racial e exaltação da mestiçagem. O sociólogo Gilberto Freyre, com seu *Casa-grande & senzala* (2003), publicado pela primeira vez em 1933, foi um dos grandes responsáveis pela disseminação desse pensamento:

Em sua obra, Freyre postula que a distância social entre dominantes e dominados é modificada pelo cruzamento inter-racial que apaga as contradições e harmoniza as diferenças levando a uma diluição de conflitos. Ao postular a conciliação entre as raças e suavizar o conflito, ele nega o preconceito e a discriminação, possibilitando a compreensão de que o “insucesso dos mestiços e negros” deve-se a eles próprios. Desta forma, ele fornece à elite branca os argumentos para se defender e continuar a usufruir dos seus privilégios raciais. Estes postulados constituem a essência do famigerado Mito (ou ideologia) da Democracia Racial Brasileira. Esse mito, ao longo da história do país, vem servindo ao triste papel de favorecer e legitimar a discriminação racial (BENTO, 2002, p. 21).

O número de afrodescendentes na Argentina

Na Argentina, o órgão responsável pela realização do censo demográfico é o Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC), fundado em 1968 como órgão dependente do Conselho Nacional de Desenvolvimento (CONADE). Seguindo a lei nacional de periodicidade

para este tipo de levantamento de dados, o INDEC realizou o *Censo Nacional de Población, Familias y Viviendas* nos anos de 1970, 1980, 1991, 2001 e 2010. Este último teve uma pequena alteração no título, sendo denominado *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas*, e foi o primeiro a incorporar dados específicos sobre a população afrodescendente (INDEC, 2018). A inclusão de uma pergunta sobre afrodescendência foi resultado da pressão de movimentos antirracistas argentinos, que serão abordados mais adiante, e da Conferência de Durban.

Assim, em 2010, o INDEC (2012) estimou que a população total da Argentina era de 40.117.096, enquanto o total de pessoas que se declararam afrodescendentes foi de 149.493, isto é, 0,37% da população do país.

Entretanto, é importante considerar que as estimativas do censo partem da autodeclaração e não da análise de características genéticas dos indivíduos. Um estudo da Universidade de Cambridge, realizado em 2011, com uma amostra de 441 argentinos revelou que a ancestralidade genética africana está presente em 4% dos indivíduos, enquanto 31% teriam ancestralidade indígena e 65% apresentariam ancestralidade europeia (AVENA *et al*, 2012). Além disso, em 2002 a *Fundação África Vive*, ONG criada por María “Pocha” Lamadrid e destinada a dar visibilidade para os afro-argentinos, realizou um censo extraoficial que identificou cerca de 2 milhões de afrodescendentes no país, incluindo pessoas de pele clara com ascendência africana (LAMADRID, 2002). Esse número representa 5,51% da população total segundo o censo de 2001 do INDEC.

A disparidade entre os números do INDEC e os das outras instituições citadas pode ser devida à rejeição da identidade negra por parte de muitos afro-argentinos. Em sociedades racistas, é comum que o

Cuadro P42. Total del país. Población afrodescendiente en viviendas particulares por sexo, según grupo de edad. Año 2010			
Grupo de edad	Población afrodescendiente en viviendas particulares (¹)	Sexo	
		Varones	Mujeres
Total	149.493	76.064	73.429
0-14	36.936	18.872	18.064
15-64	101.565	51.920	49.645
65 y más	10.992	5.272	5.720
<p>(¹) Refiere a aquellas personas que declararon ser afrodescendientes o tener antepasados de origen afrodescendiente o africano (padre, madre, abuelos/as, bisabuelos/as).</p> <p>Nota: las Islas Malvinas, Georgias del Sur, Sandwich del Sur y los espacios marítimos circundantes forman parte integrante del territorio nacional argentino. Debido a que dichos territorios se encuentran sometidos a la ocupación ilegal del REINO UNIDO DE GRAN BRETAÑA e IRLANDA DEL NORTE, la REPÚBLICA ARGENTINA se vio impedida de llevar a cabo el Censo 2010 en esa área.</p> <p>Los datos que aquí se publican surgen del cuestionario ampliado, que se aplicó a una parte de la población. Los valores obtenidos son estimaciones de una muestra y por tanto contemplan el llamado "error muestral". Para que los usuarios puedan evaluar la precisión de cada una de estas estimaciones se presenta en el Anexo Metodológico una Tabla de Errores Muestrales, junto a ejemplos de cómo debe ser utilizada.</p>			
Fuente: INDEC. Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010.			

estigma reservado ao negro afete a autoimagem dos indivíduos estigmatizados fazendo com que muitos se definam em categorias mestiças ou até como brancos. Na Argentina, é possível que esse fenômeno ganhe ainda mais força graças ao ocultamento histórico da população afrodescendente e de suas contribuições para a cultura nacional e ao

enaltecimento do europeu como o civilizado e bom, ou seja, a parte da Argentina que a tornaria um país respeitável em meio à América selvagem.

Há um mito da Argentina Branca perpetuado pela historiografia oficial segundo o qual, por causa das guerras, fim do comércio negreiro, doenças, miséria e mestiçagem, os negros teriam sumido do país (YAO, 2002). É verdade que, até o século XIX, a porcentagem de negros na Argentina era muito maior, chegando a 30% da população total na Buenos Aires de 1778 (COWLES, 2007). Mas isso não significa que hoje não existam afro-argentinos, nem que a quantidade existente seja pequena, em termos brutos.

Vê-se que, para os afro-argentinos, é decisivo recorrerem à característica genética para se identificarem, o que configura uma diferença grande em relação à identificação dos negros no Brasil. O próprio fato de, no Brasil, a população preta e parda ser muito maior do que na Argentina já prefigura a diferença na identificação. O antropólogo Kabengele Munanga (2004) afirma que, biologicamente, muitos brasileiros fenotipicamente brancos carregam marcadores genéticos africanos, mas socialmente não podem ser considerados negros, e que os vestígios do ideal de branqueamento ainda fazem com que muitos brasileiros fenotipicamente negros não se identifiquem como tal. Desse modo, ainda mais com a implementação de políticas de ação afirmativa no campo racial, o aspecto político dessa identificação é o que predomina.

No contexto atual, no Brasil a questão é problemática, porque, quando se colocam em foco políticas de ações afirmativas – cotas, por exemplo –, o conceito de negro torna-se complexo. Entra em jogo também o conceito de afro-descendente, forjado pelos próprios negros na busca da unidade com os mestiços. Com os estudos da genética, por meio da biologia molecular, mostrando que mui-

tos brasileiros aparentemente brancos trazem marcadores genéticos africanos, cada um pode se dizer um afro-descendente. Trata-se de uma decisão política (MUNANGA, 2004, p. 52).

Contra o racismo e pela visibilidade

Desde o século XIX, quando se consolidou o processo de apagamento da presença negra na história da Argentina, já havia resistência. Por mais que a lei nacional nunca tenha estabelecido uma segregação racial, existiam estabelecimentos que proibiam a entrada de negros ou os tratavam de forma desigual, e por vezes grupos afro-argentinos se queixavam às autoridades públicas. No entanto, o Estado e a elite branca, alinhados ao racismo institucional, impediam a execução de medidas antirracistas (YAO, 2002).

O campo sociocultural também desempenha um papel importante para repercutir a voz dos oprimidos. Nessa linha, Yao aponta quatro principais focos históricos de resistência e autoafirmação dos afro-argentinos: a música, a religião, a literatura e as nações ou sociedades. Na música, evidencia o *candombe*, que, segundo ele, “constitui um importante elemento da identidade étnica negra. Mais que mero ruído de tambor, tem sua função social.” (2002, p. 10, tradução livre). O *candombe* é um ritmo argentino de matriz africana que combina música e dança em um ritual que valoriza a identidade negra e a memória coletiva. Assim, sua função se relaciona à da religião.

Como no Brasil e em outros países da América Latina, as religiões de matriz africana foram perseguidas e proibidas na Argentina colonial, sendo celebradas clandestinamente e se misturando a símbolos e práticas cristãs. Além disso, os praticantes muitas vezes se reuniam em fraternidades religiosas, ou confrarias – prática que também se deu no Brasil. Unidos geograficamente, os afro-argentinos mantinham ce-

rimônias religiosas disfarçadas de meros bailes ou danças e praticavam medicinas africanas de caráter “sacerdotal” em detrimento da medicina branca. Yao afirma que “esta atitude representou uma resistência cultural.” (2002, p. 10, tradução livre).

Já na literatura, Yao (2002) destaca os periódicos produzidos, a partir da década de 1850, por uma parcela ativa da comunidade negra, assim como a poesia, instrumento de denúncia do racismo dentro da estética romancista que vigorava na época. Essa produção cultural revela, ainda no século XIX, uma parte significativa da comunidade negra que se enxergava como tal e debatia seus problemas, prezando por uma importante inversão de narrativa: a exaltação dos negros ao invés do desprestígio que sofriam recorrentemente, o branco no lugar do selvagem que destruiu o continente africano.

Por último, as chamadas *naciones* começaram, na época colonial, como uma reunião de escravos e libertos originários das mesmas regiões da África. Com o tempo, essas associações se formalizaram e passaram a ser regulamentadas. Seu objetivo era obter recursos financeiros para comprarem a liberdade de seus membros, mas mesmo depois da abolição da escravidão os afro-argentinos continuaram se agrupando geograficamente em pequenas comunidades. Entretanto, por causa do declínio da população afro-argentina durante o século XIX e início do XX e pelo distanciamento da identidade africana por parte de alguns mestiços ou negros que ascenderam economicamente, esses agrupamentos foram se dispersando (YAO, 2002).

Durante quase toda a segunda metade do século XX, a visibilidade dos negros na Argentina foi minúscula. Somente a partir dos anos 1980, como resposta às manifestações culturais de grupos imigrantes afro-cubanos, afro-uruguaiois e afro-brasileiros em Buenos Aires, os afro-argentinos começaram a esboçar um movimento de valorização

da cultura negra e de visibilidade das próprias pessoas negras no país. Já nos anos 90, a luta contra o racismo se institucionalizou primeiro na ONG *Casa de la Cultura Indo-Afro-Americana*, criada por Lucía Molina e sediada em Santa Fé, que tem o objetivo de promover encontros e publicar obras sobre as questões dos afrodescendentes na Argentina e no exterior (YAO, 2002); depois na já mencionada *África Vive*, em 1997.

As atividades da *África Vive* são realizadas em diferentes terrenos ao mesmo tempo: social, cultural, político – determinados principalmente pelos apoios sociais externos que vai conseguindo. Durante os dois primeiros anos de existência, o principal trabalho consiste em robustecer o apoio externo, participando de reuniões internacionais, organizadas por *AfroAmérica XXI* [rede de organizações negras criada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID]. Ao mesmo tempo, Pocha tenta ampliar sua base de apoio local, reunindo-se com membros de sua família e outros integrantes de famílias notáveis da comunidade afro-argentina, tentando persuadi-los a se unirem à organização. Realiza, além disso, apresentações de projetos perante os delegados locais do BID, funcionários públicos, de empresas privadas e ainda embaixadas, para obter apoio financeiro para sua organização, mas sem muito êxito (FRIGERIO; LAMBORGHINI, 2010, p. 161-168, grifos dos autores).

Frigerio e Lamborghini (2010) destacam a *África Vive* por ser a instituição de maior visibilidade entre as similares na Argentina, e declaram que o trabalho da ONG tem tido grande importância para inverter a narrativa da não existência de negros na Argentina e para incentivar outros afro-argentinos a lutarem por seus direitos.

Ainda segundo os autores, a década de 90 foi propícia para o surgimento desses agrupamentos negros de larga expressividade devido tanto ao panorama internacional quanto ao nacional. Exteriormente, com a intensificação do capitalismo global, manifestavam-se organizações latino-americanas que lutavam pelos direitos da população

negra com apoio financeiro de bancos internacionais. Enquanto isso, dentro da Argentina, a cidade de Buenos Aires adotava políticas progressistas e multiculturais que passaram a valorizar mais a diversidade étnica (FRIGERIO; LAMBORGHINI, 2010). Esse contexto permitiu que os militantes afro-argentinos tivessem certa liberdade e confiança para se organizarem.

Conclusões

Por mais que os afro-argentinos tenham conquistado direitos importantes nos últimos tempos, primordialmente o direito ao reconhecimento de sua existência, ainda vivem com pouca representatividade política e midiática em um país que está longe de se livrar do racismo. Em geral, os países da América Latina ainda têm um longo caminho até superarem as desigualdades provenientes da escravidão e do eurocentrismo, que, apesar de terem características diferenciadas em cada nação, possuem em comum o fato de subjugarem os negros.

Em comparação com o Brasil, o racismo na Argentina se apresenta, historicamente, de forma mais explícita e direta, enquanto no nosso país ele geralmente ocorre de forma velada (SANTOS, 1998). Além disso, a composição populacional no Brasil – 50,7% se autodeclaram pretos ou pardos de acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2010) – não dá margem para uma invisibilização dos negros nas relações cotidianas, apesar de também haver, estatisticamente, pouca representatividade na mídia, em cargos políticos e de renome, em cursos superiores etc. Outra semelhança é que, em ambos os países, os setores econômicos mais baixos sempre foram ocupados principalmente por afrodescendentes (YAO, 2002; TELLES, 2003). Um motivo evidente para isso é a ca-

rência de políticas públicas de auxílio para os ex-escravos no período pós-abolição.

No Brasil, medidas como o sistema de cotas para ingresso em universidades (Lei nº 12.711/2012) têm sido aplicadas como reparação histórica. Essa lei, sancionada pela presidente Dilma Rousseff,

[reserva] metade das vagas nas universidades para estudantes oriundos de escolas públicas. Essas vagas são subdivididas entre candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, sendo eles de baixa renda ou não, e também para alunos das classes socioeconômicas mais baixas, independente da autodeclaração de cor ou raça (CARMONA, 2018).

De fato, após a implementação dessa lei e de políticas de assistência estudantil voltadas para permanência, como o Programa de Bolsa Permanência (PBP) em 2013 (VARGAS; HERINGER, 2017), a quantidade de negros nas universidades brasileiras vem aumentando a cada ano. De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, em 2010, os pretos e pardos representavam 40,8% dos estudantes universitários no Brasil (ANDIFES, 2011). Já em 2018, esse número passou para 51,2%, apontando um crescimento de 10,4% (ANDIFES, 2019). É importante notar que, além de auxiliar no processo de superação do imaginário eurocêntrico, o acesso à educação superior é um item de suma relevância para a ascensão social dos indivíduos, visto que possibilita oportunidades de carreiras com maior renda.

Utilizando dados do relatório “*Education at a Glance*” (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016), verifica-se que a recompensa econômica média para os indivíduos com educação superior é duas vezes maior do que para os que só possuem o ensino médio (VARGAS; HERINGER, 2017, p. 6).

Na Argentina, esse tipo de política tem mais dificuldade de ser

incorporada, já que a população afrodescendente é menos expressiva e a militância negra é mais recente. Além disso, existe uma carência de dados sobre o acesso da população afro-argentina às universidades, o que também dificulta o desenvolvimento de políticas públicas nesse sentido. Porém, é notável uma diferença entre o acesso geral às universidades argentinas em comparação com as brasileiras.

Na Argentina, existe uma política de acesso aberto em quase todas as universidades nacionais, com poucas exceções; isto é, os exames de admissão não são obrigatórios, como no Brasil. Cada instituição é livre para estabelecer seus próprios critérios. Esse é um dos motivos pelos quais “a Argentina possui um dos mais altos índices de escolarização superior da América Latina. Os números do Censo Universitário de 2013 apontam que 37,6% dos jovens de 18 a 24 anos frequentavam universidades” (VARGAS; HERINGER, 2017, p. 8). Não sabemos qual é o percentual de afro-argentinos nessa categoria, nem quantos afro-argentinos compõem o contrastante alto índice de evasão, que chega a 60% em alguns cursos ainda no primeiro ano universitário (VARGAS; HERINGER, 2017, p. 8). No entanto, é visível a batalha desses grupos para uma maior representatividade no meio universitário e acadêmico.

Um exemplo desse esforço foi a realização, em 2018, do 5º Colóquio Internacional *Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina – Colaboración intercultural: servicio, investigación y aprendizajes*, com apoio do Instituto Internacional da Unesco para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (UNESCO IESALC). A atividade buscou discutir e construir coletivamente políticas públicas em prol de um sistema universitário mais inclusivo e antirracista (AGRUPACIÓN XANGÔ, 2018). Também há um movimento de união dos grupos afro-argentinos no espaço

político para reivindicarem políticas públicas nesse sentido:

No marco da proclamação do Decênio Internacional dos Afrodescendentes organizado pela ONU, de 2014 a 2024, os movimentos afros e africanos procuram trabalhar em conjunto a fim de conquistar mais acesso no espaço político, além de mais força e mais políticas públicas. Para isso, em 2015 foi formada a Comissão Organizadora do Dia 8 de Novembro, um grupo que conta com a participação de mais de 30 movimentos afrodescendentes e africanos de várias regiões do país. Este grupo é uma nova aposta no trabalho coletivo. É um desafio, porque é preciso driblar as diferenças e as tensões internas em prol de um bem que seja comum à maioria da comunidade afro. Pensando nos benefícios de participação do Decênio, o grupo vem se preparando para o Censo de 2020 e se organizando melhor para reivindicar políticas públicas como: bolsas para estudantes negros, cotas étnico-raciais nos espaços públicos e a construção do Instituto Nacional do Afrodescendente (BRAZ, 2018, p. 372-3).

Assim, espera-se que a Argentina avance cada vez mais no processo de dar visibilidade e acesso a direitos à população afrodescendente do país, e que os afro-argentinos continuem lutando pelo seu reconhecimento e sua dignidade.

Referências

AGRUPACIÓN XANGÔ. Un paso adelante en la educación intercultural. *Blog Agrupación Xangô*, 2 nov. 2018. Disponível em: agrupacionxango.wordpress.com. Acesso em: 29 jun. 2019.

ALVES, J. A. Lindgren. A Conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 45, n. 2, p. 198-223, dez. 2002.

ANDIFES. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras. Brasília, 2011. Disponível em: www.andifes.org.br. Acesso em: 29 jun. 2019.

_____. V pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos (as) gra-

duandos (as) das IFES. Uberlândia, 2019. Disponível em: www.andifes.org.br Acesso em: 29 jun. 2019.

ARGENTINA. Historia, INDEC, 2018. Disponível em: www.indec.gov.ar Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. Censo nacional de población, hogares y viviendas 2010: censo del Bicentenario: resultados definitivos, Serie B, n. 2, 1. ed. Buenos Aires: INDEC, 2012. Disponível em: www.indec.gob.ar Acesso em: 29 jun. 2019.

AVENA, S. *et al.* Heterogeneity in genetic admixture across different regions of Argentina. *PLOS ONE*, n. 7, abr. 2012. Disponível em: doi.org Acesso em: 21 jun. 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2002. p. 25-58.

BRASIL. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: censo2010.ibge.gov.br Acesso em: 25 jun 2018.

BRAZ, Denise Luciana de Fátima. Onde estão os negros na Argentina? *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 10, p. 363-74, jan. 2018.

CARMONA, Elaine. Onde estão os negros nas universidades? *Comunica: portal de notícias da Universidade Federal de Uberlândia*, Uberlândia, 23 nov. 2018. Disponível em: www.comunica.ufu.br Acesso em: 29 jun. 2019.

COWLES, William. Los afro-descendientes de Buenos Aires: mitos e realidades. *Independent Study Project (ISP) Collection*, n. 185, Nova Iorque, 2007. Disponível em: digitalcollections.sit.edu Acesso em: 29 jun. 2019.

DIAS, Marcia Marcelino; SOUZA, Almir Rogério Evangelista de. Políticas afirmativas: uma forma de reparar uma dívida histórica em relação à raça. *Revista de Educação do Vale do São Francisco*, Petrolina, v. 7, n. 13, p. 103-11, ago. 2017.

DOMENECH, Eduardo. O controle da imigração “indesejável”: expulsão e expulsabilidade na América do Sul. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 25-9, jun. 2015.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.

FRIGERIO, Alejandro; LAMBORGHINI, Eva. Criando um movimento negro em um país “branco”: ativismo político e cultural afro na Argentina. *Afro-Ásia*, n. 39, p. 153-81, 2010.

INGENIEROS, José. *O homem medíocre*. São Paulo: Ícone Editora, 2006.

LAMADRID, María. En Argentina no “hay negros”. Entrevista de María Lamadrid. *BBC News*, Londres, 2002. Disponível em: news.bbc.co.uk Acesso em: 21 jun. 2018.

MARTÍNEZ, Yael. Ser negro en Argentina. Entrevista de Yael Martínez. *Publicable*, 2016. Disponível em: www.diariopublicable.com. Acesso em: 25 jun. 18.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil: entrevista de Kabengele Munanga. Entrevistadores: Alfredo Bosi; Dario Luis Borelli. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 18, v. 50, abr. 2004.

RONDON FILHO, Edson Benedito. Polícia e minorias: estigmatização, desvio e discriminação. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 6, n. 2, abr. 2013, p. 269-93. Disponível em: revistas.ufrj.br. Acesso em: 29 jun. 2019.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O que é racismo?* São Paulo: Brasiliense, 1998.

SILVA, Dalva Aparecida Marques. A formação das teorias raciais no Brasil. *O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense*, Estado do Paraná, 2010. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br. Acesso em: 29 jun. 2019.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VARGAS, Hustana; HERINGER, Rosana. Políticas de permanência no ensino superior público em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile. *Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, Arizona, n. 25, 2017. Disponível em: www.redalyc.org. Acesso em: 29 jun. 2019.

VÉLEZ, Fredy Rivera; MALUF, Norma Alejandra. Después de la negación: el Estado Argentino frente al racismo y la discriminación. *Cuadernos del CENDES – Dossier: Argentina durante la postconvertibilidad*, ano 34. n. 95, Caracas, 2017, p. 155-82.

YAO, Jean Arsène. Negros en Argentina: integración e identidade, *Amnis*,

Marselha, n. 2, jun. 2002. Disponível em: journals.openedition.org Acesso em: 25 jun. 2018.

_____. La prensa afroporteña y el pensamiento afroargentino a finales del siglo XIX. *Historia y Comunicación Social*, Abidjã, v. 20, n. 1., p. 137-57, jul. 2015. Disponível em: revistas.ucm.es. Acesso em: 25 jun. 2018.

Resumo:

O estudo a seguir pretende analisar as questões étnico-raciais na Argentina a partir de uma perspectiva histórica e demográfica, como funciona o racismo e a invisibilização dos afro-argentinos e quais medidas o Estado e a sociedade civil têm aplicado em relação a esse problema. Por meio de uma análise da narrativa predominante desde a formação do Estado Nacional argentino e dos fatores que levaram a uma diminuição drástica (mas não a uma extinção) da população afro-argentina, pretende-se entender e desmitificar a ideia de uma “Argentina Branca” e defrontar as questões da desigualdade racial na Argentina e no Brasil.

Palavras-chave: Argentina; relações étnico-raciais; racismo; afro-argentinos; eurocentrismo.

Abstract:

The following study aims to analyze ethnic-racial issues in Argentina from a historical and demographic perspective, how racism and the invisibility of Afro-Argentines work, and what measures the State and civil society have applied in relation to this problem. Through an analysis of the prevailing narrative since the formation of the Argentine National State and the factors that led to a drastic decrease of the Afro-Argentine population (but not to an extinction), it is intended to understand and demystify the idea of a “White Argentina” and to face the issues of racial inequality in Argentina and Brazil.

Keywords: Argentina; ethnic-racial relations; racism; Afro-Argentines; eurocentrism.

Recebido para publicação em 05/04/2019.

Aceito em 09/08/2019.

// Entrevistas

Trajetória de um sociólogo entre os mundos da província e da cosmópolis: entrevista com Paulo Henrique Martins

Jânia Perla Diógenes de Aquino

Universidade Federal do Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-0129-793X>

perladiogenes@hotmail.com

Mariana Mont'Alverne Barreto Lima

Universidade Federal do Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-0335-7123>

barretomariana2016@gmail.com

Mariana Barreto; Jânia Perla Aquino: Paulo¹, dividimos nossas questões em quatro eixos: formação, vida profissional e balanço sobre a sociologia brasileira no presente e suas perspectivas. Iniciemos

1. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque é professor titular de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Saúde Coletiva na mesma instituição. Foi professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará entre os anos letivos de 2017 e 2018. Esta entrevista foi realizada em 05 de abril de 2018 pelas professoras Jânia Perla Diógenes de Aquino e Mariana Barreto.

por sua formação. Como começa seu interesse pelas ciências sociais? Em que momento, digamos, se manifesta sua “vocação intelectual”?

Paulo Henrique Martins: Para se entender minha voca o sociológica   necessário fazer uma rápida retrospectiva do meu imaginário familiar e infantil. Venho de uma família ligada à cana-de-a ugar por parte de pai e de mãe. Passei toda minha primeira infância, até os oito anos, morando numa usina de a ugar e continuei frequentando a mesma todos os finais de semana durante parte de minha adolescência. A Usina Jaboatão foi fundada, ainda no século XIX, como usina colônia, por meu bisav  Ant nio Martins de Albuquerque, conhecido como Coronel Martins. Ficava situada no município de Jaboatão, a cerca de 30 quil metros do Recife, e encerrou definitivamente suas atividades nos anos noventa do século XX depois de uma crise familiar que levou meu pai a se afastar do comando da empresa. A casa onde fui criado era um enorme sobrado do século XVIII, situado no alto do morro do engenho onde aconteceram as reuniões preparatórias de intelectuais sob liderança do legendário Coronel Suassuna e que prepararam as rebeliões de 1801 e de 1817, em Pernambuco. Fui criado andando descalço, pisando em fuligem da chaminé da fábrica (que ficava na planície embaixo do morro), amoitado em cima das árvores da mata atrás do “Sobrado”, correndo atrás de lagartixa com badoque fabricado de galho de goiabeira e tira de câmara de ar, viajando no açude na barca de p s de bananeira que a gente mesmo construía. Meu imaginário infantil misturava também o cheiro permanente do melaço e os apitos das “máquinas”, antigas locomotivas inglesas movidas a forno de lenha, chegando na esplanada para girar as moendas. Além dessas imagens oníricas há outros detalhes importantes que ajudam a esclarecer o despertar de minha voca o sociológica. Meu pai, Guilherme, além de ser o diretor industrial da usina que pertenc-

cia a sua família, era também professor e pesquisador da Faculdade de Química da Universidade Federal de Pernambuco onde tinha instalado um bom laboratório de pesquisa na área de orgânicos e onde gostava de ir trabalhar nos finais de semana. Ele me trouxe a curiosidade intelectual pela ciência. Minha mãe, Ninita, já com 30 anos tinha onze filhos, pois a Igreja Católica, na época, proibia o uso de anticoncepcionais. Eu sou o quinto da fileira. Meu pai, um empresário e professor conservador, minha mãe uma católica humanista ligada a Dom Helder Câmara. Ela me trouxe a sensibilidade humanística para a vida e despertou minha preocupação com o social. Outra pessoa importante no meu universo infantil foi meu avô materno, Antonio de Novaes Filho. Meu avô era fornecedor de cana, tendo sido prefeito do Recife durante o período do Estado Novo, Ministro da República com Eurico Dutra e senador por duas legislaturas entre os anos de 1946 e 1962. Com ele, despertei meu interesse por política e por assuntos internacionais. Por longas horas, ficávamos, ele na rede, eu no chão, ouvindo o rádio para comentar sobre as notícias da conjuntura. Minha preocupação com o social começa a brotar com muita ambiguidade e temor nos anos 60 refletindo as diferenças ideológicas entre meu pai e minha mãe, que refletiam diferenças outras entre a reação conservadora dos usineiros e a militância da esquerda católica da época durante os anos 50 e inícios dos 60. Nos inícios dos anos de 1970, entrando na Faculdade de Direito, precisava de emprego e iniciei minha vida de pesquisador. Comecei a fazer pesquisas no Sindicato da Indústria do Açúcar de Pernambuco auxiliando Gileno de Carli, que foi empresário do setor de exportação de melão e de álcool, ex-presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool e historiador exímio da questão açucareira. Na época, o Sindicato da Indústria criou uma assessoria de pesquisa para acompanhar o processo de modernização da indústria

açucareira, iniciado nos anos 70. Gileno era um homem muito sábio e intelectualmente muito ativo. Eu entrava na sua sala e ele estava com três blocos de papéis. Eu dizia “o que é isso?” e ele respondia “são três livros que estou escrevendo, ao mesmo tempo, sobre a história do açúcar”. Então a minha primeira grande influência técnica foi o Gileno de Carli. Nos anos 70, o perfil das usinas de açúcar era definido, em geral, por pequenas e médias fábricas com produção média de 100 mil sacos de 60 quilos por safra. O Instituto do Açúcar desenvolveu um plano de modernização do setor visto que a produtividade de Pernambuco estava abaixo de outras áreas, sobretudo São Paulo, exigindo medidas de racionalização da produção industrial. Pernambuco tinha, na época, mais de 50 fábricas de açúcar funcionando regularmente. Houve uma importante fusão que reduziu esse número para a metade. Com a modernização açucareira realizada através de empréstimos governamentais gerados por um fundo sobre exportação de açúcar, muitas empresas passaram a triplicar e quadruplicar sua produção industrial. Mas não houve a preocupação objetiva de adequar a produção industrial à matéria-prima agrícola disponível, o que gerou uma crescente disputa entre empresas, abrindo o caminho de muitas falências no setor. Essa experiência com a modernização açucareira em Pernambuco no período foi marcante, sendo a base da tese de doutorado de Terceiro Ciclo que desenvolvi na França entre 1977 e 1981.

J.A./M.B.: O sindicato não era de operários.

P.H.M.: Não! O sindicato era dos usineiros! Aí está uma contradição que tinha que resolver. Por um lado, era pesquisador de uma entidade de produtores de açúcar; por outro lado, me sentia muito atraído pelas questões da cultura popular e do social. Nesse sentido, meus maiores amigos faziam parte da juventude de “esquerda” que questionava o regime político. Nesse período, a sociologia brasileira se

dividia, pelo menos na perspectiva dos estudantes mais críticos do regime militar, entre quem era marxista e quem era liberal. Havia uma confusão de doutrinas e de teorias. Então, quem era marxista tinha, sobretudo, uma afinidade com o pensamento europeu, francês, estruturalista, e quem era liberal, era funcionalista. Diria que as disputas ideológicas da “guerra-fria” entre o bloco soviético e os Estados Unidos e aliados influenciavam o debate acadêmico nacional, revelando certa “colonialidade do saber”, isto é, dificuldades do pensamento crítico brasileiro de pensar os termos da modernização com a própria experiência intelectual.

J.A./M.B.: Você já estava na graduação?

P.H.M.: Minha abertura para temas e atores ligados à crítica social e cultural começou ainda no colegial e se aprofundou na graduação em Direito na UFPE, iniciada em 1971 e concluída em 1975. Em 1970, com 19 anos, já me preparando para o vestibular, fui muito atraído pelos sentimentos difusos de insatisfação da juventude brasileira com o regime militar e com os anseios de expressão cultural, artística e intelectual na busca de libertação de uma nova utopia coletiva. Com alguns amigos com quem mantenho sólidos vínculos afetivos até hoje organizamos algumas atividades culturais e formamos um grupo de estudos para o vestibular. Lembro-me bem das conversas muito instigantes com Antônio Montenegro, advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pai de Antônio Montenegro, um dos nossos colegas, que é professor, hoje, do Departamento de História da UFPE. Montenegro, pai, era um orador vibrante e um homem muito sincero. Seus relatos sobre a situação de vida do trabalhador rural ficaram nas minhas memórias e despertavam certa indignação difusa com o sistema açucareiro.

J.A./M.B.: Isso foi em que ano?

P.H.M: Entre 1969 e 1970, eu estava me preparando para fazer o vestibular e entrar na universidade. Em 1969, conheci um professor de filosofia no Cursinho Torres (que preparava para o vestibular), o Valteir Silva, que, depois, veio a ser professor de Filosofia na UFPE. Valteir era um hegeliano muito competente e suas aulas mexiam com todos nós. Com ele tínhamos um grupo de estudos de filosofia geral refletindo sobre o sujeito e a consciência. Ele ajudou muito a nosso grupo que se preparava para o vestibular, a ter uma visão mais crítica da realidade. Quanto mais me informava do que se passava no mundo, mais meus dilemas pessoais se ampliavam. Era muito difícil encontrar um termo de conciliação interior para curar as fraturas geradas pelas vivências simultâneas de pertencimento a uma origem oligárquica, tradicional, por um lado, e de simpatia ideológica a um grupo de estudantes que questionava o poder conservador e aí incluído o “poder dos usineiros”, por outro. Mas vale lembrar que esse dilema gerado pelo pertencimento a famílias ligadas à cana-de-açúcar é recorrente na história da intelectualidade pernambucana sendo perceptível na formação de nomes reconhecidos como Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre e Manoel Correia de Andrade. A vivência com esse dilema levou-me a tomar decisões importantes no período do Curso de Direito no sentido de não seguir a profissão jurídica e buscar outros caminhos mais ligados ao estudo da sociedade. Assim, ao concluir o Curso de Direito, em 1975, já tinha articulado meu deslocamento para o Rio de Janeiro para fazer um curso de especialização na Fundação Getúlio Vargas. Segui um curso de especialização em economia voltado para administração organizacional e mercado de capitais que apenas confirmou que eu precisava ir mais além no entendimento do social. A sociologia estava chegando. Isso foi entre 1975-77. Após o curso na FGV,

consegui uma bolsa do governo francês para fazer o mestrado e doutorado, na França, na área de cooperativismo. Me inscrevi no Collège Coopératif de France para trabalhar com o Henri Desroche, que era especialista na área de cooperativismo. Duas ilustres figuras foram importantes na viabilização dessa decisão. Um deles foi o geógrafo Manoel Correia de Andrade que me deu uma carta de apresentação para o governo francês. O outro foi o célebre artista plástico Cícero Dias, que ilustrou a obra *Casa grande & senzala* de Freyre. Cícero vivia em Paris quando ali cheguei em 1977 e me apresentou a Desroche.

J.A./M.B.: Como você conseguiu a bolsa? Em qual projeto?

P.H.M.: No Rio, fiz curso de francês e apresentei então minha candidatura a uma bolsa de estudos ofertada pelo governo francês. Isso foi em 1977. O fato de apresentar um projeto que tinha grande atualidade para se pensar as políticas de desenvolvimento foi decisivo. Mas o apoio do geógrafo Manoel Correia de Andrade foi fundamental para legitimar meu pedido. Logo depois, nos inícios dos anos 80, o governo francês suspendeu esse apoio internacional para bolsas de brasileiros. Fazia sentido devido ao fato de que o Brasil aparecia como país emergente e capaz de financiar seus próprios bolsistas.

J.A./M.B.: Você lembra qual era o programa?

P.H.M.: Recebi uma bolsa do Crous de Paris². Cheguei à França num momento de grande turbilhão no meio social e acadêmico: muitos exilados de vários continentes inclusive brasileiros. Fui residir no Quartier Latin, a convivência com estudantes exilados, sobretudo brasileiros e latino-americanos, contribuiu para reacender meus dilemas pessoais. A leitura marxista da luta de classes me fazia sentir de algum modo culpado. Embora no íntimo soubesse que tal grade de leitura,

2. Centre Régional des Oeuvres Universitaires et Scolaires de Paris.

que reduzia a organização dos grupos sociais a interesses econômicos, era insuficiente para dar conta da complexidade dos elementos históricos e culturais de meu grupo de pertencimento familiar. Na universidade, havia muitos brasileiros exilados e também estudantes africanos e árabes, além de franceses, claro. Entre os brasileiros, havia alguns que tinham participado da greve de Osasco em 1968, entre os quais Roque Aparecido da Silva, que liderou a greve. Vários eram operários e sindicalistas, outros tinham participado de algum movimento clandestino. São atores que em seguida à bem sucedida campanha pelo retorno dos exilados ao Brasil, passaram a ter papel de destaque na organização da esquerda democrática e das novas lutas sociais. Este era um contexto muito complexo para um personagem como eu, onde o esquema sociológico dominante na época me colocava fatalmente como um símbolo das classes dominantes. O lado usineiro era questionado pelo lado “esquerdista” e isso me deixava com esse sentimento de vergonha e culpa. Além do mais, a base da formação no Institut d’Études sur le Développement Economique et Social – IEDES, ligado à Universidade de Paris I, era o marxismo. Consequentemente, minha primeira tese de doutorado (fiz duas) foi muito influenciada pelo estruturalismo marxista, o que ressoava profundamente na minha alma despertando um sofrimento psíquico considerável. Mas eu intuía que a questão era muito mais complexa. Isso alimentou a minha busca por entender a complexidade das estruturas oligárquicas em países como o Brasil, que não podiam ser reduzidas a modelos teóricos de classes sociais pensadas para a história europeia. Minha busca existencial e intelectual revelava algumas perguntas ocultas que não tinham a ver com as lutas de classes, mas com um desejo de libertação do pensamento crítico em mim. Mais tarde, vim a entender que esta inquietação refletia uma crítica pós-colonial produzida pela ex-

periféria da periferia do capitalismo mundial estando intimamente conectada com as mudanças epistemológicas e políticas mais gerais que vivia a França e o mundo, em geral. Fui aluno do sociólogo grego Nicos Poulantzas, intelectual renomado ligado ao Partido Comunista Francês. Meu orientador de “Matrêse” foi Michel Gutelman, estudioso da questão agrária, e meu doutorado foi dirigido por Yves Gousault, também ligado ao PCF. Apesar de minha inquietação intelectual difusa minha tese sobre a modernização açucareira se apoiou basicamente no estruturalismo antropológico, com influências das teorias de poder de Poulantzas e de Gramsci. Hoje, certamente, eu incorporaria outro entendimento da realidade do poder. Consideraria seriamente as questões éticas, nacionais e coloniais, que problematizam a questão de classe e deslocam o entendimento do agir coletivo para um campo muito mais complexo de determinações morais, culturais e econômicas. A crítica ao estruturalismo e ao marxismo levada na França pela “French Theorie” ou pelo pós-estruturalismo nos anos 80, deslocou progressivamente o debate e envelheceu o estruturalismo marxista. Mas na época, pelo menos nesses institutos universitários com forte presença de estrangeiros, o marxismo era hegemônico. Por isso foi dura a construção do meu lugar na França, num mundo povoado de esquerdistas que, no entanto, eram em geral ligados à pequena burguesia e às classes médias. O fato é que tentei resolver meu dilema buscando me envolver mais nas atividades de apoio aos exilados, aos direitos humanos. Inclusive, cheguei a trabalhar esporadicamente na construção civil para levantar recursos para apoiar financeiramente o retorno dos exilados ao Brasil. Desse modo, eu também espiava um pouco minha culpa de origem de classe, digamos assim, através do trabalho braçal.

J.A./M.B.: Só voltando um pouco para sua formação. O seu avô...

P.H.M.: O meu avô Antonio de Novaes Filho, como já expliquei inicialmente, foi fornecedor de cana e político representando a categoria nos planos local, regional e nacional. Minha família pelos ramos do Carneiro Leão e do Carneiro de Lacerda tem raízes na tradição açucareira desde a descoberta do Brasil. Dizem que essas denominações de animais para nome de família resultavam da necessidade que tinham os cristãos novos de esconderem suas origens étnicas. Meu pai era um homem curioso e com certeza sua versatilidade influenciou meus rumos na vida. Ao mesmo tempo em que era diretor industrial da usina Jaboatão, era líder atuante no grupo de usineiros. Mas era também professor catedrático da escola de química e um pesquisador reconhecido na área por algumas pesquisas importantes como a da tuberculose. Era também *medium* espírita, mediunidade que descobriu ainda na adolescência. Era, enfim, um homem dividido entre ser filho de usineiro com obrigações de gerir o negócio da família, um cientista vocacionado para a pesquisa científica e um vidente religioso. Minha mãe era outra personalidade. Ela era muito ligada ao Dom Hélder Câmara, na época arcebispo de Olinda e Recife e que foi muito visado pelos militares que o tinham como perigoso religioso da esquerda. Minha mãe Ninita chegou inclusive a dirigir a Ação Católica Brasileira naquele período de conflitos importantes na área rural. Nos inícios dos anos 60, eu era pequeno, mas assistia com muita aflição as notícias sobre greve, queimas de canaviais e conflitos armados na Zona da Mata. Eu assistia o conflito de dentro de casa. Meu pai se reunindo com os usineiros e a minha mãe colaborando para enviar víveres para os operários em greve na usina! Então, eu tinha estes conflitos. Na verdade, a elite oligárquica é marcada por conflitos ideológicos e religiosos que atravessam a questão econômica e tornam a luta pelo

poder um processo cultural e psicológico complexo. Ou seja, a organização do poder e da dominação numa sociedade pós-colonial como a brasileira exige um olhar interpretativo transversal que dê conta da interferência dos elementos étnicos e familiares sobre a representação do econômico. A classe burguesa é um projeto anglo-saxão, ligado ao protestantismo histórico, ao laicismo, à acumulação, à poupança, ao trabalho. É isso. Uma descrição de uma cultura de poder muito marcada pelo protestantismo, pelo ascetismo, pela disciplina do trabalho, que é diferente dessas elites que vêm do mundo ibérico, onde a isso se misturam questões de sangue, honra, nome de família, dignidade e religião. Eu sou fruto dessas contradições das oligarquias.

J.A./M.B.: Continuando no tema do Brasil, você até falou um pouco e deu para perceber que a questão das oligarquias era um tema...

P.H.M.: Central porque temos que repensar a ontologia do poder em sociedades de origem colonial e escravista em que a dominação é um sistema de controle e de reconhecimento que atravessa diferentes esferas: econômica, política, burocrática, militar e religiosa. Essa estrutura de poder gera um estado de base patrimonial que se alimenta do sentimento de pertencimento a uma ordem aristocrática, produzindo práticas de exclusão e de violência que refletem questões étnicas e culturais particulares. Nesse sentido, a adoção de teorias sobre o poder e a sociedade que foram pensadas em sociedades industriais movidas pelos conflitos entre capital e trabalho devem ser adequadas às realidades coloniais. Nesses contextos, as racionalidades técnicas e instrumentais, as ações estratégicas e as decisões sobre o poder não obedecem a uma linearidade simplista causal, mas a uma variedade de dispositivos emocionais e morais que revelam a presença da ordem escravista e colonial na sociedade cosmopolita.

J.A./M.B.: Sobretudo para você, do ponto de vista pessoal. Antes de ir para a França, fazer seu doutorado, qual foi seu percurso no Brasil? Os caminhos de seus temas, objetos de pesquisa?

P.H.M.: Como eu disse, na Faculdade de Direito, eu me vinculava a um grupo de estudantes de esquerda, mas que não era ligado aos grupos que entraram na guerrilha armada. Na Faculdade de Direito havia um clima de muito medo. Vários colegas desapareciam sem deixar rastros. Havia infiltrados do Serviço Nacional de Informação, do Exército. Esse medo já vinha de antes, da época do vestibular. Íamos com frequência para uma casa na praia de Candeias, que era bastante isolada e tínhamos receio de que aquele grupo de estudantes pudesse ser visto como uma célula clandestina. Em 1975, fui para o Rio de Janeiro, depois, em 1977, para a França. Tive outras vivências que marcaram minha trajetória sempre entre dois mundos: um, antigo, em extinção, outro, em expansão. Trabalhava no Sindicato do Açúcar e na Cooperativa dos Usineiros. Muitas vezes, após o final do expediente, tirava o paletó e a gravata e seguia para Olinda para ensaiar a brincadeira do bumba meu boi “Boi da Boa Hora”, que tinha sede na casa de Montenegro, então casado com Vitória, na Rua da Boa Hora. Vivía, no corpo e na alma, a passagem de um mundo para outro, da Casa Grande para a Senzala. Não por acaso, minha fantasia na brincadeira era a do “morto carregando o vivo”. Um boneco interessante cuja estética explora a confusão visual entre dois personagens entrelaçados de modo que não se distingue corretamente, à distância, entre quem é o boneco e quem é o ator. Parece o cruzamento de dois seres: um vivo e outro morto. Não era por acaso que eu tinha escolhido ser este boneco. O morto era aquele que carregava a tradição de poder que remetia à escravidão e o vivo era aquele que estava nascendo em mim, que buscava, através da brincadeira, sair do carma do passado

colonial. O morto carregando uma civilização em extinção e o “vivo” querendo se libertar dessa tradição, desse peso, para abrir outra perspectiva social, moral e espiritual. Essa brincadeira foi marcante para toda esta minha geração. Dali saíram intelectuais e educadores que têm papel importante na cena acadêmica pernambucana hoje, como Antonio Montenegro, Antonio Paulo Rezendo, José Batista Neto, Flávio Brayner e artistas como Antonio Carlos Nobrega e Claudio Ferrário, entre outros. Então, vejo isso em mim: um pouco do “morto”, um membro de uma elite decadente, porque o sistema estava em decadência, e um pouco do “vivo”, um novo, uma nova possibilidade de emancipação e de libertação dentro de mim, que se realizou com meu trabalho de pesquisador. Essa vivência não deixa de revelar, num sentido mais amplo, a passagem do mundo agrário para o mundo urbano no Brasil. No Rio, comecei a me inteirar do debate acadêmico sobre o desenvolvimento e li bons autores. Procurava me informar teoricamente para escrever sobre minha experiência na modernização açucareira dos anos 70. Assim, procurei, nessa primeira estadia na França desenvolver uma tese que foi defendida com sucesso, em 1982, sobre o tema “Estado e Questão Regional no Brasil: uma reflexão a partir do caso do Nordeste açucareiro”. Desenvolvi a tese a partir de uma abordagem marxista-estruturalista tentando observar como a modernização do setor se realizava dentro de um movimento progressista mas conservador. O tema me era muito familiar tanto do ponto de vista pessoal como profissional, justamente por ter trabalhado como pesquisador no Sindicato do Açúcar. Numa perspectiva mais ampla, fui muito influenciado pelas leituras de Celso Furtado e também de Caio Prado Junior. Também fiquei muito tocado pelas reflexões de Francisco de Oliveira, que tinha assessorado Furtado na época em que ele foi diretor da SUDENE. Na França, tive acesso à tese sobre o monopó-

lio do açúcar no Nordeste de Maria Nazareth Wanderley, com quem mais tarde convivi no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Suas reflexões contribuíram muito para meu entendimento teórico do objeto. Ou seja, os temas do agrário, da modernização, das elites açucareiras do Nordeste, foram centrais nesta passagem para a vida acadêmica e para me tornar um estudioso da sociologia do desenvolvimento. Eu diria que esses autores brasileiros eram os que mais me atraíam. Gostava do Celso Furtado, ainda gosto, porque é um autor, um economista, que tem uma visão cultural, digamos assim. Tem uma crítica ao desenvolvimento como ideologia, acho interessantíssimo. Ainda hoje é atual. Gilberto Freyre eu conheci pessoalmente, quando trabalhava na Cooperativa dos Usineiros. O presidente da Cooperativa, Rui Carneiro da Cunha tinha boa relação com ele. A obra de Gilberto em grande medida reflete essa tentativa de resolver os dilemas dos intelectuais que transitam entre a província e a cosmópolis. Já na França, eu também li um pouco do Fernando Henrique Cardoso por causa da teoria da dependência; as discussões sobre dependência e marginalidade eram muito fortes entre os que se preocupavam com a questão do subdesenvolvimento ou do desenvolvimento do “Terceiro Mundo”.

J.A/M.B.: Você pensava em sair do Brasil?

P.H.M.: Minha saída do Brasil foi uma questão de sobrevivência, porque meu sistema familiar era muito fechado. Já na Faculdade de Direito eu planejava ir para o exterior e sobretudo para a França. A desvinculação da fidelidade sentimental com o mundo da cana-de-açúcar não foi fácil e é mesmo, em certo sentido, impossível na medida em que se nasce e se cresce num sistema familiar que marca inevitavelmente nossas personalidades. Os mecanismos de fidelidade atravessam a casa grande, a usina e os sistemas de parentescos. Mesmo no Rio

de Janeiro, já longe das tensões diretas do Recife, percebia como os laços familiares eram intensos. Sentia-me muitas vezes como um traidor, como um infiel. Ao mesmo tempo, eu intuía que aquele sistema estava desmoronando e, em seguida, desmoronou de fato. A modernização em grande parte foi um fracasso e não gerou o aumento de produtividade técnica esperado. Assim, a crise financeira levou à falência uma grande parte das usinas no final do século XX. A monocultura sobreviveu a essa crise do açúcar fazendo brotar uma paisagem de tristezas e misérias. Hoje, muitos do ex-usineiros e ex-fornecedores de cana enfrentam dificuldades e não sabem como sair desta lógica monocultural secular. Há um problema cultural. Muitos jovens foram educados para serem “senhores de engenho”, foram ensinados a mandar e não a obedecer. Isto criou um grupo étnico sectário e com dificuldades para trabalhar em empresas modernas geridas pelo trabalho coletivo. Então, eu tinha essa intuição do fechamento de um ciclo civilizacional e eu queria sair disso. Fui analisar esse sistema na academia. A sociologia surgiu para mim como um campo de trabalho que me permitiria entender essa trama.

J.A./M.B.: Mas esse seu diagnóstico é posterior, uma visão dos fatos passados no presente.

P.H.M.: Digamos assim, que a minha tese já contém uma crítica sobre a incompatibilidade entre a lógica oligárquica de poder e a racionalização técnica pensada a partir do modelo “burguês”. Na primeira vez em que estive na França, entre 1977 e 1981, mergulhei na análise de documentos que me dessem luzes sobre a natureza daquele processo de modernização do setor açucareiro em Pernambuco. Tratei da cooptação do Estado patrimonial pelas elites açucareiras, dos desvios de recursos, das negociatas entre empresários políticos e burocratas, da modernização conservadora; enfim, uma série de questões que

eu conhecia pelo ofício e por dentro do sistema. Minha experiência com o marxismo levou-me a concluir, na tese, que não víamos qualquer modernização efetiva nos anos de 1970 no nordeste açucareiro que pudesse ser claramente explicada em termos de passagem necessária e inevitável de uma ordem tradicional e patrimonial para uma ordem burguesa. Ao contrário. As possibilidades de uma “revolução burguesa” pareciam ser sabotadas por uma organização oligárquica que operava a partir de outros parâmetros, não revelando efetivamente uma mudança de mentalidade na gestão da relação capital e trabalho. A tese, então, já tinha uma crítica que era antropológica e sociológica revelando como o poder se organiza por valores e pactos que não se referem necessariamente à ordem econômica como primeira instância (o que contrariava em certo sentido as teses do estruturalismo marxista). Na França, aproximei-me muito da esquerda que criticava o modelo autoritário e participei de uma das primeiras reuniões para a criação do jornal do Partido dos Trabalhadores. No plano pessoal, esse evento faz parte da tentativa de reordenar meu itinerário, de romper com um destino dado pelas origens oligárquicas para abrir outros caminhos mais propícios para a liberação de minhas experiências intelectuais, morais e afetivas. Na verdade, na tradição do patrimonialismo brasileiro, podemos dizer que é muito complexo esse desafio de reinventar a história pessoal em sistemas de parentescos fechados e fidelizados. No Brasil, várias gerações viveram isso, o desejo de romper com uma estrutura de poder oligárquica e instaurar outra ordem possível na vida pessoal e profissional.

J.A./M.B.: Qual era o contexto político na França, quando de sua chegada?

P.H.M.: Revolucionário. A sociologia dos “exilados” se movia pelo desejo obsessivo de ruptura com a ordem capitalista. Havia mui-

tos intelectuais de diversas origens: do Camboja, da China, do Irã, do Vietnã, todos estavam na França. Todo mundo montou a revolução na França, que era vista por muitos como o berço da revolução mundial, reunindo as faunas mais diversas. Imigrados, fugitivos, exilados, voluntários como eu. Na época, a França vivia grandes mudanças. O Partido Socialista elegeu Mitterand em 1981. Foi uma vitória fantástica. As pessoas saíam na rua distribuindo rosas. A esquerda comunista era muito forte também. O Partido Comunista Francês tinha muita presença, chegando, em certo momento, a ter em torno de 20% do eleitorado francês. Com os socialistas, eles fizeram maioria. Paris era o lugar da revolução mundial, nos anos de 1970 a 1980. Depois mudou. Quando volto, no final dos anos de 1980, já estava diferente. Os exilados tinham em grande parte retornado aos seus países para viver suas glórias e fracassos. Havia um clima de receio dos impactos das guerras no Oriente Médio sobre a Europa, receio que tendeu a se aprofundar nas décadas seguintes, com justa razão.

J.A./M.B.: Na sua volta, você fez uma nova tese de doutorado?

P.H.M.: No primeiro período, entre 1977 e 1981, fiz uma tese de doutorado de terceiro ciclo.³ Este diploma, feito em três anos, não era reconhecido em todas as universidades brasileiras como tese de doutorado. Essa tese foi em ciências sociais, no IEDES. Quando cheguei em 1977, minha intenção era ficar no Collège Coopératif, mas logo percebi que esta instituição não iria responder às minhas inquietações, daí fui para o IEDES. Lá conheci Celso Furtado. Nesse período, na França, havia uma divisão entre a sociologia que se ensinava na

3. Nos anos de 1980, o terceiro ciclo da formação universitária francesa possuía duas etapas: a primeira, primeiro ano da formação doutoral, era sancionada pelo DEA – Diplôme d’Études Approfondies e a segunda, com duração de três anos, correspondia aos trabalhos de pesquisa que se encaminhavam para a defesa da tese e era sancionada pelo Doctorat de Troisième Cycle (Thèse).

Escola Altos Estudos em Ciências Sociais – EHESS, e os vários Institutos, que acolhiam os estrangeiros. O meu Instituto era vinculado à Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne. Ali, líamos e ouvíamos Alain Touraine, Fernando Henrique Cardoso, Samir Amin, Charles Bettelheim, Christian Gros, Michel Gutelman, Maxime Haubert e muitos outros estudiosos do desenvolvimento, da dependência e da questão agrária. Essa era a França colonial, digamos assim, que organizava saberes para os futuros quadros dirigentes das ex-colônias. Os estrangeiros se encaminhavam mais para os institutos de desenvolvimento, onde se ilustravam para retornar aos seus países e participar das burocracias desenvolvimentistas. Minha formação nesse período foi largamente marcada por essa cultura do desenvolvimento capitalista pensada desde a Europa. Sintetizando, fui para a França e me enquadrei na área da sociologia do desenvolvimento, que era muito forte à época, e que marcará minha trajetória. Até hoje estas questões me interessam. Minha entrada no mundo acadêmico se dá na Europa. Antes, eu não tinha vínculos maiores com a sociologia no Brasil. Eu não tinha experiência de sala de aula. Comecei a aprender sociologia quando cheguei à França, quando fiz as disciplinas de sociologia na Sorbonne. Nesse período, como já disse, a discussão sobre o desenvolvimento era fundamental, sobretudo para nós que vínhamos da América do Sul, da Ásia e da África. Nosso modelo ideológico era o de que se o desenvolvimento deu certo nos países centrais, nós das periferias teríamos que ir para lá, aprendermos a ser desenvolvimentistas. Houve então uma mudança na legislação francesa buscando adequar a estrutura do doutorado francês à lógica do Phd. Nos anos 80, creio que em 1984, o governo francês fez uma profunda reestruturação buscando unificar o diploma de doutorado que era questionado em outros países como o Brasil. Assim, retornei à França para fazer um novo

doutorado em sociologia e regularizar minha situação profissional. Na época eu era professor da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco – FESP, que posteriormente se transformou na Universidade de Pernambuco – UPE. Minha nova tese de doutorado mudou qualitativamente de rumo. No início queria retomar o tema inicial, mas logo vi que haviam mudado os contextos históricos e teóricos em menos de dez anos. Conheci e frequentei curso de intelectuais renomados como Touraine, Castoriadis e Caillé. A crítica antiutilitarista e, em particular, a crítica à ocidentalização do mundo desenvolvida por Latouche, assim como as discussões sobre imaginário social, deslocaram meu objeto de estudo. O mundo nordestino do açúcar foi perdendo nitidez em benefício de uma sociologia do poder mais ampla, voltada para a análise do papel dos intelectuais nos processos de modernização.

J.A./M.B.: Nesse período você estava mais envolvido com a geografia, economia, história, e menos com a sociologia?

P.H.M.: Quando retornei da França, em 1981, fui trabalhar no Departamento de geografia da UFPE, onde convivi com professores excelentes como Raquel Caldas Lins, Manoel Correia de Andrade e Mário Lacerda de Melo, entre outros. Entendo que essa aproximação foi normal, visto que meu tema de estudo interessava a parte considerável dos geógrafos do Departamento. Inclusive, minha carta de recomendação tinha sido fornecida pelo Manoel Correia de Andrade. Fiquei como professor visitante entre 1981 e 1985, na UFPE. Na oportunidade também fui convidado para atuar na Pós-Graduação em História, chegando a coordenar aquele curso por um certo momento. Em 1985, fui convidado para trabalhar na Faculdade de Administração da Universidade Estadual, então chamada de FESP, mais precisamente num núcleo voltado para inovação tecnológica e gestão de pequenas e médias empresas. Também prestei assessoria ao Reitor da Universidade

criando um núcleo de pesquisas para prestar assessoria a organizações públicas. Em 1988, retorno à França para fazer o novo doutorado em sociologia, onde permaneci até 1992. Retornando ao Brasil, pedi demissão da Universidade Estadual e fui contratado como professor visitante pela UFPE e, em 1994, prestei concurso público, passando a atuar naquele Programa, convivendo com colegas muito experientes e competentes como Heraldo Souto Maior e Silke Weber. Em 1995, com o colega Breno Fontes, criamos o Núcleo de Cidadania e Processos de Mudança – NUCEM, que passou a se desenvolver no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, realizando pesquisas relevantes nas áreas de cidadania e movimentos sociais.

J.A./M.B: Discutiam-se outras sociologias, por exemplo, a norte-americana, alemã?

P.H.M.: Não, não, não havia diálogo. A sociologia francesa era, nesse momento, muito marcada pelo estruturalismo. A virada linguística ainda estava em curso e não havia contaminado as estruturas curriculares tradicionais. Nos Institutos de Desenvolvimento, preponderavam os estudos marxistas estruturalistas, Althusser, por exemplo. Mas havia uma outra sociologia que corria por fora, dialogando com a linguística, com a filosofia política, repensando os contextos de emergência do sujeito social como vemos nas obras de Bourdieu, Tourraine, Castel e muitos outros autores da passagem dos anos 70 para 80. Esse pós-estruturalismo emergente e difuso ganhou força com a crise do estruturalismo e, em particular, do marxismo estruturalista nessa época. Com a virada linguística os sociólogos franceses começaram a se interessar mais profundamente pelas tradições alemãs e norte-americanas. A crise do estruturalismo, entre os anos 70 e 80, levou a sociologia francesa a se abrir para um diálogo transcontinental. Alguns autores foram fundamentais para esse processo. Bruno Latour, por exemplo,

foi para a Califórnia, nos anos 70, trabalhar nos laboratórios científicos, abrindo um caminho importante para incrementar o diálogo e despertar o interesse dos franceses pelas teses interacionistas. Outro francês que teve muita influência nos Estados Unidos, talvez mais que na França, foi Jacques Derrida, que era mais conhecido nos Estados Unidos do que na França. Então, a discussão se ampliava. Começaram as traduções. No entanto, entre os autores de referência na minha formação, destaco o sociólogo grego Nicos Poulantzas. Ele fazia uma discussão sobre política, sobre a teoria do Estado e do poder a partir do marxismo que parecia muito pertinente para meus estudos. Este autor era uma referência para todos nós preocupados com ditaduras e democracias. De um autor como Foucault, por exemplo, só vou me aproximar quando eu volto para França no final dos anos 80.

J.A./M.B.: Ele já havia estado na USP ?

P.H.M.: O Foucault esteve várias vezes no Brasil, a primeira sendo a convite da USP ainda nos anos 60. Roberto Machado se tornou muito amigo dele. O pessoal da filosofia no Brasil tinha um contato mais próximo com o Foucault que os sociólogos. O pessoal da psicanálise também, mas com algumas resistências. A sociologia, essa sociologia militante, onde eu me encontrava, era bem marxista, marcada por referências marxistas e não lia Foucault. Depois, ela vai sofrendo mutações, a partir do pós-estruturalismo e da crise do estruturalismo marxista; as releituras de Gramsci nos anos 80 constituem parte dos esforços de atualização do marxismo. A leitura de Foucault significou uma guinada importante nos estudos sociológicos e nos estudos pós-coloniais na América Latina, Ásia e África. A linha que chamamos hoje de *decolonial criticism* é muito marcada pelo desconstrucionismo metodológico produzido a partir das críticas do discurso.

J.A./M.B.: Sua volta para o Brasil aconteceu em 1981? Quais foram seus caminhos a partir daí?

P.H.M.: Na volta, eu entrei no Departamento de Geografia da UFPE como professor visitante, convidado por Raquel Caldas Lins, e tendo a oportunidade de me aproximar mais de Manoel Correia de Andrade, autor do clássico *A terra e o homem no Nordeste*, que foi publicado por Caio Prado na Editora Brasiliense. Era um Departamento forte, muito ligado à SUDENE, havia vários técnicos da SUDENE que eram professores na UFPE. Os geógrafos do Departamento tinham muito prestígio e levantavam recursos importantes para pesquisas na área das humanidades naquele momento. O Departamento já tinha uma pós-graduação, um mestrado, depois criaram o doutorado. Como minha tese havia sido sobre a modernização açucareira, ela interessava muito aos geógrafos. Na sociologia, eu tinha apenas contato distante com os colegas. Durante esse tempo, na Geografia da UFPE, eu também atuava na pós-graduação em História. Eles tinham muitas pesquisas ligadas à história do açúcar. Fiquei no Departamento de Geografia de 1981 a 1985 e saí para a Universidade Estadual de Pernambuco, FESP, na época, porque meu doutorado de terceiro ciclo não foi reconhecido como tal. Fui para a FESP a convite de alguns colegas que estavam montando um laboratório sobre inovação tecnológica, dirigido por Sérgio Buarque, irmão do Cristovam Buarque. O grupo trabalhava a questão da modernização tecnológica e da gestão de empresas. Eu tinha alguns interesses, nessa época, pelas questões que envolviam a gestão empresarial. Nesse período, atuamos também em atividades de assessoria no desenvolvimento organizacional de empresas públicas. Era um grupo que pensava questões sobre a reforma administrativa do estado e a modernização das pequenas e médias empresas; atuávamos na reforma do governo do estado e da pre-

feitura. De 1985 a 1988, atuei nessa área, trabalhando com sociologia da administração. Em 1988, consegui uma bolsa do CNPq e voltei para a França para um novo doutorado. Minha agenda de pesquisa se organizava em torno destes temas: planejamento, modernização, açúcar e reforma organizacional. Minha formação se articulava a partir da discussão da modernização açucareira. Minha intenção no retorno a França era inicialmente de retomar o tema da tese anterior, mas novos ventos políticos, acadêmicos e teóricos me levaram a viajar por outros horizontes.

J.A/M.B.: Tendo tido uma parte de sua formação fora do país, como ela aparecerá em seus trabalhos, quais trocas se realizaram com a França em termos da constituição de cooperações internacionais?

P.H.M.: Eu tinha um diálogo com alguns pesquisadores do Instituto de Desenvolvimento, fiz boas amizades com alguns colegas africanos e guardava boa relação com o Centro de Estudos Brasileiros na EHESS através da preciosa figura que é a antropóloga Marion Aubrée. Em termos de cooperação, nesse período, eu não cheguei a estabelecer nenhuma, mas tínhamos boas relações com o Instituto de Geografia. Enquanto professor visitante, não tinha muito espaço para firmar uma cooperação mais permanente. Quando voltei ao Brasil, depois da segunda estadia lá, em 1988, abriu-se um espaço para a constituição de cooperações. Defendi a nova *thesis* sobre “Profetismo econômico e mito do desenvolvimento na América Latina”, em 1992. Em 1994 e depois em 2000, retorno para um estágio de professor visitante, na Universidade de Nanterre, onde desenvolvi alguns projetos que interessavam diretamente a Alain Caillé.

J.A./M.B.: Sua trajetória é muito peculiar, pouco convencional...

P.H.M.: Sou um sobrevivente. Eu tenho um sonho desde pequeno,

um sonho que durou toda a minha adolescência chegando à vida adulta. Eu corria e um abismo se abria atrás de mim. Não é interessante?! É exatamente isso que aconteceu com a economia açucareira. É como eu a percebia nos anos 70. Se eu ficasse ali, ia ser tragado pelo abismo. Aquela história da reforma modernizadora e da racionalização técnica pela fusão de usinas escondia muitas manobras financeiras, muitos jogos de poder voltados para deixar as coisas como estavam; não havia nenhuma modernização técnica de fato, nem mudança na cultura gerencial. Os efeitos negativos dessa modernização problemática se evidenciaram a partir dos anos de 1980, com fechamento de usinas e brigas familiares. A nossa chamava-se Usina Jaboatão. No início se chamava Usina Colônia, em referência ao projeto de colonização com estrangeiros que D. Pedro II tinha pensado para a área e que fracassou. O nome oficial era Indústria Açucareira Antônio Martins de Albuquerque, que era o meu bisavó, coronel Martins, fundador da usina no século XIX. Na República, dizem os boatos, o coronel Martins entrava na fábrica com um chicote na mão. Consta-se que dizia “você são homens livres, mas quem tem o chicote sou eu”. Esse era nosso republicanismo, que sobrevive ainda hoje no Brasil.

J.A./M.B.: E nos cursos de geografia, história, administração, você deu aulas, orientou trabalhos...

P.H.M.: Sim, orientei muita gente na história, geografia, nessa área de planejamento, da modernização agrária. Participei de uma pesquisa muito interessante com o Manoel Correia de Andrade, encomendada pela SUDENE, sobre as origens da ocupação no semiárido pernambucano. Eu descobri mapas dos séculos XVII e XVIII que explicam bem a relação entre a ocupação do interior pela pecuária através dos rios e a fundação das cidades. Assim, os povoados indígenas foram se tornando centros comerciais. A língua indígena se tornou referência

para designação de localidades, rios e paisagens. A gente vê até hoje isso aqui no Ceará. Estudamos as bases dos povoamentos, que se davam pelas proximidades dos rios, por causa da água e da proteção aos exploradores que evitavam as matas onde os ataques dos índios eram mais efetivos. Esse estudo, ainda inédito, descrevia, então, a ocupação do semiárido nordestino pernambucano a partir do Rio São Francisco e do Capibaribe. Outro trabalho importante feito por mim e por uma amiga geógrafa, Jacqueline Pernet Grandjan, foi sobre Suape, o atual terminal de cargas situado cerca de 30 quilômetros do Recife. Muitas famílias foram expulsas de suas terras pelo governo estadual e a imprensa não divulgava isso. Nós fomos lá, fizemos levantamentos das famílias, mapeamos tudo, e saiu até a publicação desse nosso trabalho. Fiz muitas pesquisas interessantes nesse período. A Geografia na UFPE tinha mais proximidade com os franceses e com os alemães, Jacqueline Grandjan, Jean Bitoun, Manoel Correia de Andrade, dentre outros pesquisadores, eram franceses ou tinham feito formação na França. Por sua vez, a sociologia da UFPE, nos anos 80, era vista como um grupo mais fechado, embora reconhecida por reunir intelectuais renomados como Heraldo Souto Maior, Silke Weber, Joaquim Falcão, Sílvio Maranhão entre outros. Somente nos anos 90, quando me integrei ao Programa, pude me beneficiar do convívio com os colegas da sociologia.

J.A./M.B.: Observamos que você é um pesquisador que tem transitado por diferentes temáticas e linhas de pesquisa, quais dessas temáticas você considera mais relevante em sua trajetória de pesquisa?

P.H.M.: Quando retornei à França, em 1988, tinha a intenção de retomar minha tese de doutorado sobre a modernização oligárquica no Nordeste do Brasil, defendida em 1982. Retomei a discussão, passei a ver muitas questões que antes passavam despercebidas. A França

já não era a mesma e o clima político era completamente diferente. O fervor revolucionário tinha passado, o Partido Socialista estava em declínio, o país enfrentava muitas tensões com o Oriente Médio e com os efeitos da questão colonial. Aumentaram as tensões entre franceses e árabes, a guerra entre Israel e Egito, em 1988, repercutiu nas relações interculturais em Paris. Minha impressão da cidade mudou. Não era mais um lugar revolucionário. Parecia um mosaico que refletia os conflitos mundiais, uma metrópole que espelhava as fraturas étnicas e raciais, sobretudo as do Oriente Médio e da África. Agora tínhamos a Paris colonial sofrendo os efeitos da colonização, das lutas coloniais, dentro da cidade. Aconteciam fatos impressionantes. As pessoas se cruzavam com desconfiança nas calçadas. As latas de lixo das ruas de Paris eram vedadas devido ao temor de atentados. No meio intelectual, tudo havia mudado. O marxismo estruturalista que me inspirou na tese de doutorado já não existia mais. Althusser estrangulou a mulher e Poulantzas se suicidou, o Partido Comunista declinava, os socialistas estavam em refluxo e expandia-se um mundo multicultural. A sociologia francesa e os Institutos de Desenvolvimento acompanharam o declínio de tudo isso, tendo em vista que a questão do desenvolvimento perdia força e se colocava a abertura para o multiculturalismo e para o multicientificismo. Aí eu me aproximo de duas linhas de pensamento complementares: uma foi o antiutilitarismo, o Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais – MAUSS, criado em 1980; a outra foi a discussão sobre imaginário e subjetividade que Castoriadis desenvolvia nas fronteiras da psicanálise, da economia, da filosofia e da sociologia. O Movimento MAUSS, que edita ainda hoje a excelente *Revue du Mauss*, faz uma crítica à mercantilização no mundo basicamente a partir de duas linhas de pensamento: a escola francesa de sociologia de Durkheim e Mauss, trazendo a questão da

crítica moral ao capitalismo, e a questão da crítica ao totalitarismo da revista *Socialisme ou Barbarie*, que foi coordenada por Castoriadis e Lefort. Então, na minha formação reconheço a influência crescente, nessa época, da sociologia francesa durkheimiana e maussiana, por um lado, e da filosofia política, por outro. Em particular, é importante lembrar que, entre os simpatizantes do MAUSS, havia alguns intelectuais que desenvolviam teses críticas muito interessantes sobre a ocidentalização do mundo e os limites do desenvolvimento como é exemplo Serge Latouche. Logo, muito do que eu havia aprendido sobre modernização, a partir de uma tradição mais positivista-marxista, passou a ser questionado. E aí conheci o Alain Caillé, fundador do MAUSS, que me abriu um entendimento antiutilitarista amplo da sociedade moderna, o que me estimulou a deslocar a crítica teórica do desenvolvimentismo. Quem fez a minha apresentação a Alain Caillé foi o Pierre Bitoun, irmão do Jean Bitoun, que era meu colega no Departamento de Geografia. Pierre disse, “olha, tenho um amigo, o Alain, que está se casando e vai se mudar para um apartamento mais amplo mas que não quer se desfazer do apartamento porque todos os livros estão dentro...”. Eu fui com o Pierre na casa do Alain Caillé e tivemos um encontro muito cordial. Havia ali toda a coleção do Mauss e livros muito interessantes na abordagem antiutilitarista; tinha até a impressora de produção do boletim do MAUSS (precursor da Revista que nascerá em 1989). A biblioteca do Caillé era ampla e com livros das mais diversas áreas refletindo sua formação em filosofia, economia e sociologia.

J.A./M.B.: É o mesmo momento da aproximação com o Godelier?

P.H.M.: Não, com o Castoriadis. O Godelier conheci porque eu tinha uma amiga que trabalhava com ele. A gente se encontrava, mas não foi alguém com quem convivi. Com o Castoriadis, a história foi

curiosa, eu estava vivendo um difícil processo pessoal e o procurei. Sabendo que ele era psicanalista, escrevi para ele que me respondeu. Na carta dizia que, analisando minha situação, constatava que eu não precisava tanto de uma sessão de psicanálise, mas de um interlocutor para pensar questões centrais da vida hoje e me convidou para ir assistir suas aulas. Foi assim que me aproximei da “instituição imaginária da sociedade”. O acesso ao debate antiutilitarista, à psicanálise, à filosofia, à crítica da modernidade e da democracia mudaram meu entendimento da realidade da modernização no centro e na periferia. Assim, emergiu uma nova problemática, que foi aquela da compreensão da própria ideia de modernização, de desenvolvimento, como uma construção ideológica a partir dos intelectuais. Aquilo que anteriormente aparecia como um processo evolucionista, a modernização, agora se revelava para mim como uma construção discursiva. Assim, passei a analisar a participação dos intelectuais nos grandes momentos de crise e de redefinição dos modelos de desenvolvimento nacional.

J.A./M.B.: Temos duas coisas aí. O debate sobre a modernidade tem uma dimensão ideológica, mas a modernidade também aconteceu.

P.H.M.: Sim. Há uma divisão do trabalho técnico na modernidade ocidental que é inegável. Mas é um erro associar tal modernização a um projeto ético; também é um erro considerar que tais processos são eminentemente marcados por decisões econômicas sem considerar os elementos culturais e históricos que influem sobre os valores dos que tomam decisões. A questão da modernização brasileira se revelou então, para mim, como um caso importante para discutir o lugar da cultura e das ideias na construção de políticas de modernização. Se tomamos a modernização brasileira observamos que houve desenvolvimento técnico, crescimento das cidades etc., mas tudo isto

resultava de um determinado pacto de poder guiado pelas elites, que priorizavam certos investimentos imaginários e negligenciava outros. Isto resultou num modelo excludente e concentrador cuja natureza não é dada por alguma inevitabilidade histórica. O desenvolvimento histórico, enfim, não foi uma necessidade dada *a priori*, mas uma trama forjada pelo pacto de dominação nos limites do contexto do desenvolvimento do capitalismo no plano mundial.

J.A./M.B.: Isso. Tem um debate sobre a modernização, ideológico, evidentemente, mas a modernização aconteceu, independente do debate.

P.H.M.: Certo, mas como disse antes, os rumos dos processos de modernização são variados. A Alemanha não precisaria eliminar os judeus para resolver o problema étnico ou da pobreza, nem os norte-americanos jogar bomba atômica em Hiroshima para ganhar a guerra. Os processos técnicos são influenciados por valores e crenças dos que detêm o poder. Por isso, é importante discutir a relação entre desenvolvimento e cultura. O que quero dizer é o seguinte: de repente há uma produção intelectual sobre o que é desenvolvimento que inspira as decisões práticas em termos de políticas de investimento e políticas públicas, interferindo na redistribuição de renda, no nível de pobreza e de emprego. Não basta dizer genericamente que o capitalismo promove a desigualdade. Se ficamos neste plano abstrato não entendemos porque em certas sociedades prosperam as políticas de bem-estar social e em outras não. O debate, nos anos 50, entre intelectuais próximos da Escola Superior de Guerra e intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros era muito significativo. Há uma palestra do Roberto Campos, por exemplo, uma das figuras centrais da modernização do aparelho estatal, que merece ser registrada. Campos, que era um dos conferencistas mais solicitados da Escola Superior de Guerra,

dizia que o grande dilema do Brasil era a dúvida sobre a produção de mais manteiga ou mais canhão. Tal alternativa assustava os intelectuais de esquerda mais preocupados com a questão social e que tinham dificuldades com essa produção intelectual que justificava uma modernização mais autoritária e pragmática. De certo modo, podemos dizer que o golpe de 1964 foi uma opção pelos canhões. Quero dizer que esses intelectuais não eram apenas especialistas, mas ideólogos que interferiam nas escolhas políticas e na construção do desenvolvimento nacional. Roberto Campos era muito ligado aos militares. Golbery era um intelectual hábil em termos de estratégia de segurança. Dizia que o Nordeste do Brasil, por ser muito próximo da África e da Europa, não podia se tornar vermelho, isto é, ficar vulnerável a influência dos comunistas. A crítica deve ser feita, pois ajuda a entender a relação entre política, ideologia e economia na organização das ações de reformas do Estado e de definição dos caminhos do desenvolvimentismo. Justificou-se a entrada do Estado na produção de armas, na produção de energia, etc a partir dessa visão autoritária e positiva muito presente em certos segmentos da burocracia militar nacional. No outro lado, havia uma abordagem mais keynesiana do desenvolvimento, mais preocupada com processos de modernização nacional que contemplasse geração de emprego e renda e que é representada por intelectuais como Guerreiro Ramos, Celso Furtado e outros.

J.A./M.B.: Voltando para França, quais eram suas intervenções no debate francês, naquele período?

P.H.M. Eu publiquei na *Revue Tiers Monde*, que era uma revista muito boa. Publiquei trabalhos sobre o Plano Cruzado e sobre o papel profético dos economistas que emolduravam as políticas desenvolvimentistas. Considerava a competição entre ortodoxos e heterodoxos muito limitada. Este era um debate que interessava a muitos cientistas

sociais na Europa. Estando na França, fui convidado para um excelente evento no Cairo. Ali descobri que o tema do desenvolvimento estava muito mais ligado aos intelectuais da América Latina que do mundo árabe. Para eles, o tema da relação entre modernização e cultura religiosa era mais importante. O tema do desenvolvimento não se colocava unilateralmente. Na oportunidade, apresentei uma reflexão que foi objeto de publicação posterior sobre modernização e secularização para demonstrar como o patrimonialismo na América Latina consistia num pacto teológico e político com características próprias e diferentes da via burguesa moderna na Europa. Na França, também apresentei e publiquei discussões sobre o tema da modernização açucareira para demonstrar os limites da modernização conservadora guiada por uma elite oligárquica que não se preocupava essencialmente com o lucro mas com as estratégias de ostentação e de apropriação. Tive vários convites interessantes, dentro e fora da França, por ser um crítico da questão do desenvolvimento, dos economistas do desenvolvimento, dos ideólogos do desenvolvimento. Assim, minha nova tese de doutorado, defendida em 1992, passou a ter como título *Profetismo econômico e mito do desenvolvimento na América Latina: o caso do Brasil*, que seguia um caminho muito diferente daquela sobre *Estado e questão regional no Brasil: uma reflexão a partir do caso do nordeste açucareiro*, que tinha defendido em 1982. Mudava a fundamentação teórica, seguindo as novas linhas do debate e do contexto mundial e nacional, assim como os novos ventos do debate sobre modernização na Europa e na França. Passei de uma visão evolucionista do desenvolvimento para um entendimento mais discursivo, político e ideológico, da modernização nacional. Entendi o papel do campo intelectual na produção das ideologias da modernização. De certo modo, minha discussão sobre a natureza do desenvolvimento e sobre o papel dos inte-

lectuais na modernização surgiu num momento inapropriado, aquele do debate sobre globalização no Brasil nos anos 90. Essa tese da globalização foi recebida com aplausos por todos na medida em que respondia a um certo anseio libertário com relação ao subdesenvolvimento e que estava inscrito na utopia do desenvolvimentismo nacional. O fato é que o debate sobre globalização contribuiu para a expansão do neoliberalismo na América Latina e no Brasil nos anos 90, seduzindo tanto intelectuais de direita como de esquerda. Entendiam muitos intelectuais que a crise do estado desenvolvimentista abria espaço para uma desejável globalização. Nesse contexto da sociedade mundializada, o estado nacional aparentemente perdia interesse histórico e prático já que o centro do debate, como sugeriu inclusive Octavio Ianni, deveria passar para uma intermediação política global. Assim, o debate sobre desenvolvimento ficou relativamente esquecido somente sendo resgatado a partir do presente século XXI e com a progressiva constatação que o novo modelo nada tinha a ver com a formação de uma sociedade global mais justa do ponto de vista de circulação dos capitais e de oportunidades. Ao contrário, a hegemonia neoliberal provou o quanto a globalização financeira contribuiu para alargar as desigualdades sociais e a desorganização das instituições sociais.

J.A./M.B.: E hoje, quem são os seus principais interlocutores?

P.H.M.: Quando voltei da França, em 1992, ficou claro que não seria fácil levar minha discussão sobre desenvolvimento num contexto de crise do nacional-desenvolvimentismo, por um lado, e de difusão da ideologia da globalização e do neoliberalismo, por outro. Assim, observei que o debate necessitava ser deslocado para outro plano, o da sociedade civil, para observação do desenvolvimento pelas margens. Parecia-me importante entender as condições de emergência dos direitos de cidadania e sua relação com a democracia para retomar o

tema do desenvolvimento como um processo cultural. De certo modo, desloquei meu interesse das políticas de modernização dos estados nacionais para aquele da produção da sociedade civil e da organização social, considerando os aspectos psicológicos, políticos e jurídicos do processo de formação de identidades. De certo modo, podemos dizer que, somente nesse momento, de fato, fiz meu luto com o tema que me motivou a entrar na vida acadêmica, que era aquele da modernização nacional e estatal. Assim, abri outra área de discussão no meu repertório, que foi a área da saúde, que me permitia fazer uma discussão sobre cidadania. Já tinha observado, na minha tese, que o tema do desenvolvimento reduzia a questão da cidadania às preferências do usuário de serviços públicos e ao consumidor. O tema das identidades políticas tinha tratamento teórico muito limitado e, ao meu ver, este era um problema central para se repensar as perspectivas do desenvolvimento. Havia que se sair do enfoque utilitário dos economistas para se entender a complexidade dos processos de construção das práticas sociais e das identidades coletivas. Na perspectiva dos economistas do desenvolvimento, cidadão era aquele que tinha renda para consumir; mas eu queria ver uma outra coisa da cidadania. Era a sociologia me chamando para ir mais longe que uma sociologia do desenvolvimento, para pensar uma sociologia do pós-desenvolvimento. A questão cultural, a questão da ideologia, já me interessava, mas havia um problema sobre o mundo da vida que eu não conseguia ver somente a partir da crítica aos intelectuais. Na sociologia dos intelectuais do desenvolvimento, eu não conseguia ver o outro lado do espelho e foi aí que eu comecei a me interessar pela vida cotidiana. Junto a isso, apareceram chances para eu trabalhar com o problema do suicídio entre estudantes universitários na UFPE. Nesse período, começaram vários suicídios nas casas dos estudantes, estudantes pobres, e eu fui convi-

dado por eles para trabalhar o tema, tanto na casa feminina, quanto na masculina. Trabalhei o fenômeno da depressão entre eles, o que me levou também a uma aproximação com a sociologia clínica que tem na França referências importantes na obra de Eugène Enriquez e de Vincent de Gulejac. A sociologia clínica me permitiu alargar o interesse pelos estudos do imaginário do Castoriadis e aprofundar o entendimento das perspectivas da crítica antiutilitarista.

J.A./M.B.: É interessante essa narrativa, porque vemos paulatinamente você abandonando essa sociologia econômica e se tornando um sociólogo da cultura a partir do Movimento Antiutilitarista, da aproximação com Castoriadis, tudo isso fomentando seu interesse pela sociologia da saúde.

P.H.M.: É, aí já vou me abrindo para uma aproximação com a psicanálise e com a sociologia clínica. A área da saúde me permitiu conhecer melhor o fenômeno da cidadania. Aí surgem muitas questões relativas ao entendimento da cidadania como construto moral, psicológico, histórico, político, ou seja, a cidadania como uma caixinha preta que abre para uma discussão fantástica entre o direito, o inconsciente, a moral e a política. A pesquisa sobre suicídios me deu muitos elementos para alargar esse entendimento. Funcionou como um recurso para entender o valor da subjetividade humana na organização das práticas sociais. Na verdade, Castoriadis também já tinha me trazido as sementes dessa discussão nas suas reflexões sobre o sujeito social. Minha aproximação com a sociologia da saúde, com os pesquisadores da saúde coletiva foi um processo quase natural. Assim, no Brasil, hoje, no campo da sociologia da saúde me considero um dos pesquisadores que tem contribuído para pensar as políticas públicas em saúde sob outras perspectivas. Aqui, devemos assinalar que os estudos sobre a dádiva de Caillé e Godbout e outros autores foram muito importantes

para minhas pesquisas sobre as práticas dos usuários dos programas de saúde no Brasil. Fiz muitas parcerias com colegas da saúde coletiva de vários lugares.

J.A./M.B.: Curioso que, nesse período, parece que as pessoas procuravam muito o Bourdieu e você vai por outro caminho...

P.H.M.: Tanto Caillé como Bourdieu são herdeiros de Marcel Mauss e trazem discussões sobre a teoria da dádiva. Mas eles tinham divergência sobre os sentidos das práticas. Enquanto Bourdieu dava ênfase ao processo de generalização dos interesses no universo simbólico, Caillé preferia generalizar as perspectivas do dom entre interesse e desinteresse, entre gratuidade e obrigação na explicação dos motivos básicos da ação social. Desse modo, considerando que fazia parte do Movimento Anti-Utilitarista, que tinha Caillé como principal formulador, considere mais conveniente aprofundar a linha de reflexão sobre a dádiva para entender melhor a questão da cidadania. Eu também tinha certa proximidade com o Touraine. Sua discussão sobre os novos movimentos sociais e sobre o *self* me tocaram muito. Assistia suas aulas e apreciava muito sua competência intelectual. A vertente do Touraine pensava a América Latina, a democracia.

J.A./M.B.: Hoje você mantém uma interlocução com quem?

P.H.M.: Essencialmente com o Caillé e os intelectuais que trabalham a crítica antiutilitarista e em particular com o debate sobre a dádiva. Essa discussão vem se ampliando para outros países como a Alemanha (Honneth deu recentemente um curso sobre a dádiva) e para a Itália. Tenho, logo, bons contatos com colegas italianos que fazem parte de uma rede chamada “Social One” e que trabalham os temas do amor, da dádiva e da solidariedade. Mantenho igualmente contatos com colegas em universidades da Alemanha, da Bélgica e de Portugal. Voltei para a França no final dos anos 2000, como pes-

quisador, e organizei com o Caillé uma estratégia de divulgação dos estudos antiutilitaristas na América Latina e no Brasil com o apoio da Editora Vozes. A Vozes publicou alguns livros do Caillé e uma coletânea organizada por mim intitulada *A dádiva entre os modernos*. Também publicou, em 2003, meu livro *Contra a desumanização da saúde*, que foi fruto de pesquisa realizada no Brasil e na França sobre a relação da medicina oficial e os campos alternativos. Nesta pesquisa me apoio numa abordagem antiutilitarista da saúde. Também devo lembrar o apoio da Editora da UFPE, que publicou outros livros nossos incluindo a coletânea que organizei com Roberta Campos sobre “Polifonia do dom”. A *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e a *Sociologias* também abriram espaços para divulgar dossiês sobre o tema. Na verdade, a difusão dos estudos sobre a dádiva já vem de antes. Em 1998, publicamos, na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, dois artigos esclarecedores sobre o assunto: o do Caillé intitulado “Nem holismo nem individualismo metodológico. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva”, e um texto do Jacques Godbout, “Introdução à dádiva”. Também trouxemos Godbout para ser palestrante no Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS, ajudando na divulgação do debate. Godbout publicou com Caillé um livro que é central nesse debate, intitulado *Antropologia do dom*, que foi publicado em 1992, pela L’Harmattan, traduzido, em seguida, pela Editora da Fundação Getúlio Vargas e publicado em 1998.

J.A./M.B.: *Era uma coleção específica na Vozes?*

P.H.M.: Não. Com eles publiquei três ou quatro livros. Para a divulgação do debate maussiano no Brasil, contei com as parcerias preciosas de dois colegas, Brasilmar Ferreira Nunes, da Universidade de Brasília – UNB, com quem publiquei uma coletânea sobre “A nova

ordem social” e Genalto Carvalho, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, que era uma referência na área de gestão de empresas, na crítica antiutilitarista na gestão, trabalhando com microcréditos e as moedas alternativas. Ambos também eram próximos do Caillé.

J.A./M.B.: Era uma forma de discutir a questão da cidadania.

P.H.M.: Também. São colegas com quem a gente começava a formar uma rede organizada de estudos sobre a dívida no Brasil. Organizamos, em 2002, na ANPOCS, um grupo de trabalho sobre o tema, contando com o precioso apoio de Alba Zaluar, que tem importante discussão sobre a reciprocidade. Levei a Alba para conhecer o Caillé em Paris. Fomos ampliando esse movimento que hoje é bem conhecido no Brasil. Orientamos muitas teses de doutorado, artigos e demais publicações. Fizemos uma boa difusão.

J.A./M.B.: Em sua trajetória acadêmica, percebemos que houve alguns engajamentos institucionais e experiências em cargos administrativos, como a presidência da Associação Latino-Americana de Sociologia – ALAS. Atualmente você compõe o comitê científico da área de sociologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Qual a relevância e os principais desafios desses cargos e posições para a comunidade acadêmica e para a trajetória de um professor e pesquisador?

P.H.M.: Sim, fui presidente da ALAS, e também fui diretor da ANPOCS e da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS. Atualmente, estou no comitê científico do CNPq e também já atuei no comitê da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Minha aproximação com a ALAS representou um marco na minha vida acadêmica porque o distanciamento que a sociologia brasileira tinha adotado com relação à sociologia latino-americana prejudicou muito o diálogo intracontinental. A formação da pós-graduação

no Brasil foi muito exitosa do ponto de vista de formação de mestres e doutores por conta dos convênios com universidades da França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, sobretudo. Mas muito problemática em termos da cooperação latino-americana no período. Existiram poucos brasileiros na presidência da ALAS. Na verdade, somos quatro: Theotônio dos Santos, recentemente falecido, Emir Sader, José Vicente Tavares dos Santos e eu. José Vicente foi o grande responsável pela minha entrada na diretoria em 2007. Na verdade, ele teve papel decisivo nesta reaproximação dos estudos sociológicos no Brasil com os do continente. Quando ele anunciou, no encontro da SBS, em Campinas, em 2002, que estava na diretoria da ALAS, algumas pessoas disseram “não existe sociologia na América Latina, você tá louco, sociologia existe na Europa...”. As pessoas desconfiavam. Mas ele realizou um belo congresso, em 2005, em Porto Alegre, e me convidou, na ocasião, para ser coordenador do grupo de trabalho sobre pensamento latino-americano. Em 2007, ele me propôs ser diretor da ALAS e indicou minha candidatura. Eu fui diretor, de 2007 a 2009, na gestão do Alberto Bialakowsky, professor da Universidade de Buenos Aires. Em 2009, me tornei vice-presidente da Associação e, em 2011, organizei o encontro da ALAS em Recife e fui eleito presidente para o período 2011-2013. O encontro do Recife foi muito concorrido com a presença de mais de 2000 pesquisadores não brasileiros. O que demonstrou o despertar notável do interesse pelo incremento do intercâmbio entre brasileiros e pesquisadores da América Latina e Caribe. Desde então, houve um grande investimento de aproximação da sociologia brasileira com a sociologia latino-americana. No Brasil e no Nordeste, tem havido um crescimento significativo de pesquisadores e pesquisas tendo como plano de fundo a América Latina. Também fizemos e apoiamos vários encontros pré-ALAS nestes últimos anos em

Pernambuco e em outros estados visando divulgar a Associação. Enfim, abrimos muitas portas durante este período, ajudando a incrementar contatos, publicações e dissertações e teses sobre América Latina. Recentemente, com a valiosa contribuição de Flávia Lessa, da UNB, foi criada a rede ABLAC, uma rede brasileira de estudiosos da América Latina que vem aparecendo como referência importante na divulgação do debate. Expandimos os eventos sobre a América Latina na SBS e na ANPOCS. Creio que se abriu uma nova perspectiva para as sociologias latino-americanas no Brasil. Do ponto de vista da minha produção, passei a articular as questões do antiutilitarismo e da pós-colonialidade. Então, a maior parte dos meus trabalhos, nos últimos anos, faz uma articulação das epistemologias críticas, pós-coloniais, procurando refletir sobre as mudanças do campo intelectual e a formação de um novo espírito crítico a partir do diálogo Norte Global e Sul Global.

J.A/M.B.: E suas experiências no CNPq, CAPES...

P.H.M.: Quando assumi essas funções pensava que havia mais espaço para negociações políticas, para a construção de uma agenda que possibilitasse a democratização das pesquisas. Depois, vi que a margem para isso era muito estreita. Agora, por exemplo, neste contexto de cortes severos, o que fazemos? Sacrificamos bons projetos, boas solicitações de bolsa de pós-doutorado, pleitos de pesquisadores a bolsas de produtividade, porque não tem dinheiro. No entanto, ao mesmo tempo, é muito importante que a sociologia e as áreas disciplinares em geral mantenham sua presença no CNPq ou na CAPES. É fundamental para garantir algum poder de negociação, embora nossa margem de manobra, nesse momento, seja muito estreita, principalmente para fazer política acadêmica.

J.A/M.B.: Com base nessas experiências institucionais, como você observa a universidade pública no Brasil no que se refere às políticas e estratégias de fomento à pesquisa, formação de pesquisadores, apoiadas e organizadas por estas instituições? Quais suas perspectivas?

P.H.M.: Acompanho todo o ciclo de expansão da pós-graduação na universidade pública brasileira desde os anos 70 até hoje. Lembro que, em 1979, o reitor da UFPB de Campina Grande estava recrutando doutorandos para trabalharem lá, o Renato Ortiz e o Elimar Nascimento foram dois deles. Muita gente que estava exilada, fora do país, foi para Paraíba. Quando da redemocratização, em que a universidade estava se expandindo, houve um significativo recrutamento de estudantes brasileiros para compor os quadros de nossas universidades. O cenário inicial apresentava uma concentração de doutores no Rio de Janeiro, em Brasília e em São Paulo, praticamente. Então, nas últimas décadas, o sistema acadêmico universitário, incluindo a pós-graduação, cresceu muito e se descentralizou. Vejamos, por exemplo, na área de sociologia. Até 1977 tínhamos apenas três programas de pós-graduação, mestrado e doutorado completos. Hoje são mais de cinquenta. Em quarenta anos, aumentou de três para cinquenta e três. Então, imaginemos os investimentos realizados na formação destes mestres e doutores, pensemos na produção de diplomas, hoje, em sociologia, no Brasil. Creio, portanto, que do ponto de vista institucional esse ciclo se fechou. Não há mais dinheiro para financiar estudos fora do Brasil no volume anterior; aliás, não há necessidade de financiar formação de doutores em geral fora do país devido à existência de bons cursos no Brasil. As exceções seriam os casos especiais que necessitam estudos fora do país. Nós temos especialistas em todas as áreas, torna-se difícil identificar uma área ou temática que não esteja

sendo trabalhada pela sociologia brasileira. Para ter uma bolsa fora do país hoje, o candidato precisa dispor de uma temática de pesquisa totalmente inédita, certificar-se de que não tenha ninguém que possa orientá-lo aqui. Do contrário, fará um sanduíche, um estágio. Não há justificativa para fazer fora o que pode fazer aqui. Por outro lado, em uma perspectiva mais crítica, penso que a sociologia no Brasil apesar de seu grande crescimento quantitativo continua muito provinciana. O fato que falamos português ajuda a entender isto. Há outros fatores relativos ao debate avançado sobre temas da atualidade que valorizem abordagens transdisciplinares e novas perspectivas de análise da realidade em crise. A limitada presença de brasileiros nas reuniões da International Sociological Association – ISA é prova disto. Considerando o número de pesquisadores doutores atuando em universidades públicas e privadas e organizações governamentais e não governamentais observa-se que a presença de brasileiros no maior congresso de sociologia é bem restrita. O que explica de fato este provincianismo é tema que merece um bom debate.

J.A/M.B.: Você costuma afirmar que suas questões de pesquisa se integraram tardiamente a um quadro teórico-analítico latino-americano e caribenho e, em alguma medida, imputa tal responsabilidade à formação etnocêntrica que temos no Brasil em nossas graduações em ciências humanas, sociais. No entanto, não existiria uma causa explicativa maior, e mais complexa que esta, cujos efeitos devemos buscar para não reincidirmos no erro, só que desta vez encerrando não só o Brasil, mas toda América Latina e Caribe em seus nacionalismos “puros”?

P.H.M.: Afirmo isso porque os currículos brasileiros eram empobrecidos de estudos americanistas. Uma vez um colega meu de São Paulo disse: “não sei porque você estuda América Latina, porque não

existe sociologia na América Latina, só existe no Brasil”. É claro que isso demonstra um profundo desconhecimento das obras produzidas por parte dos críticos latino-americanos. Desconhecimento e preconceito. Nos anos 60 e 70, havia um bom intercâmbio. De certo modo, os intelectuais exilados ajudaram a formatar esta cooperação. A sociologia na América Latina é muito rica e acho que no momento está começando a haver uma cooperação mais intensa do Brasil com os demais países. Não se trata de valorizar o nacionalismo metodológico como base de construção do pensamento crítico, mas de propor uma sociologia crítica que não se perca em digressões abstratas sem considerar a complexidade dos contextos empíricos dados pelo lugar na construção social e nacional da realidade.

J.A/M.B.: Parece haver um problema anterior, o Brasil não se reconhece como América Latina, a questão do currículo não só reforça, também reflete esta realidade.

P.H.M.: Exatamente. Há ainda uma diferença entre uma tradição lusitana e uma tradição espanhola. Pensar numa sociologia brasileira mais cosmopolita é também pensar na aproximação com os colegas latino-americanos pela prática da própria língua, tendo em vista que o espanhol é a segunda língua mais utilizada no universo acadêmico. Se nos aproximamos, produzimos em conjunto, saímos do Brasil e entramos numa geopolítica internacional luso-espanhola mais intensa. Existe uma produção maravilhosa no México tendo como referência importante a obra de Pablo González Casanova, de Stavenhagen e outros. Também na Argentina, no Perú, no Chile, no Uruguai, na Bolívia, na Venezuela, na Costa Rica, em Cuba, na República Dominicana entre muitos outros países. E todos com suas particularidades: a escola chilena com as suas fortes aproximações com a pesquisa empírica e com a tradição de Luhmann; a escola argentina e sua tradição crítica

entre a sociologia e a filosofia política; a escola peruana com a crítica decolonial herdada de Mariátegui e Quijano etc. Assim quando me refiro ao cosmopolitismo latino-americano é para lembrar a importância de intensificar as trocas de experiências e publicações visando o fortalecimento da sociologia da América Latina em nível global. Evidentemente, também precisamos continuar incrementando as redes e trocas com a Europa, Estados Unidos, mas é fundamental se liberar um pensamento crítico sobre a sociologia global e regional. E isto passa pela expansão das redes regionais.

J.A/M.B.: Talvez um trabalho a ser consolidado pelas novas gerações? Aliás, sobre isso, como você percebe a renovação, observada nos últimos anos, dos quadros profissionais de professores e pesquisadores dentro das universidades públicas brasileiras, para aquilo que se fará em termos de agendas, protocolos de pesquisas, atuação pública destes profissionais etc.? Como lhe parece esta “sucessão geracional” nas instituições e centros de pesquisa Brasil afora? Ainda é possível falar de grandes diferenças entre centros e periferias?

P.H.M.: Sim. Vocês são a geração que está se abrindo para redes maiores, internacionalmente mais fortes. Penso que, de 1970 a 2000, houve muito investimento na formação de pós-graduandos, nas pós-graduações em si, na legitimação de seus processos de distribuição de recursos, de avaliação. Investiu-se muito para estruturar o sistema de pesquisa e pós-graduação no Brasil. Agora, é outro momento, isto é, é um momento de expansão das redes de pesquisas mais horizontalizadas. Há uma produção considerável em todas as áreas e na sociologia que é bem intensa. Há que se trabalhar a autorresponsabilidade dos grupos de pesquisadores na construção de sólidas parcerias nacionais, mas principalmente, internacionais.

J.A/M.B.: No período de abril de 2017 a março de 2018, você foi professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. Como você avalia esta experiência, tendo em vista suas passagens anteriores como professor visitante por outras universidades brasileiras?

P.H.M.: Foi muito prazeroso. Aprendi muito com o convívio com os colegas da UFC. Sou muito grato a Glória Diógenes, querida amiga, de ter feito o convite para vir como professor visitante ao PPGS do Ceará. Também tenho muita gratidão aos amigos Irllys Barreira e César Barreira, que me acolheram com muita fraternidade. Vejo que o Programa tem potenciais enormes com algumas áreas já bem desenvolvidas como aquelas de políticas públicas e violência, subjetividades emergentes, cidades e questões urbanas, cultura, arte e estética, teoria social. Sem dúvidas um dos bons programas do Brasil. Também foi muito gratificante conhecer e participar do projeto do Colégio de Estudos Avançados, dirigido por César Barreria e Álvaro Madeiro. Parece-me uma experiência que se for bem sucedida pode vir a ser o modelo de reforma da universidade pública no Brasil assegurando a emergência de saberes transversais e complexos. Além disso, procurei ampliar minha contribuição através dos meus artigos no *Jornal O Povo*, tratando de temas da sociedade e da política no Brasil. Aliás, esta parceria da universidade com a imprensa deve ser sempre estimulada, pois ajuda a divulgar os saberes acadêmicos na opinião pública.

J.A/M.B.: Muito obrigada. Esperamos voltar a conversar outras vezes.

Jânia Perla Diógenes de Aquino é professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará e do Mestrado em Antropologia da Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Inter-

nacional da Lusofonia Afro-Brasileira. É pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos da Violência – LEV/UFC.

Mariana Barreto é professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. É pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Comunicação e Artes – GECCA/UFC.

Recebido para publicação em 21/08/2018.

Aceito em 21/08/2018.

// Artigos

O Movimento dos Atingidos por Barragens: interpelando o debate do desenvolvimento no Brasil e na Amazônia

Sergio Roberto Moraes Corrêa

Universidade do Estado do Pará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-9477-5485>

sergiorcm2001@yahoo.com.br

A bandeira do Movimento dos Atingidos por Barragem, ela tem um homem crucificado numa torre de energia elétrica, que é o que, na verdade acontece, às pessoas sendo expulsas de suas terras por causa da construção da hidrelétrica em função da energia.

(Negra, integrante do MAB).

Introdução

Se a década de 80 do século XX, do ponto de vista econômico e social, pode ser lida sob o prisma da crise, a denominada “década perdida”, que aprofundou a desigualdade social e exclusão no país, esse contexto, no entanto, pode, também, ser interpretado sob uma outra chave analítica de um novo momento e potencial da cultura política

brasileira – processo de redemocratização – com a entrada em cena de novos atores sociais e políticos, produzindo uma sociedade civil mais heterogênea e complexa, carregada de interesses e correlações de poder entre classes e grupos sociais conflitantes.

É nesse cenário que vai emergindo o MAB, “de baixo”, posicionando-se como resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento e de sociedade e defendendo um “Projeto Popular”. É um Movimento que nasce muito influenciado por Sindicatos de Trabalhadores Rurais e por setores progressistas da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), mas que tem sua particularidade e vai se tecendo sob dinâmicas diferentes e tensas em cada região do país.

Para fins desse texto, procura-se identificar o lugar do Brasil e, em particular da região amazônica, com a emergência do MAB em nível nacional e local frente aos vários projetos hidrelétricos desenvolvimentistas, como a Hidrelétrica de Tucuruí no Estado do Pará. Para isso, procura-se identificar e analisar os saberes e representações sociais oriundos da experiência de luta e resistência do MAB. Como fio condutor de análise, esse texto parte da seguinte questão: sob que perspectiva o tema do desenvolvimento no Brasil, em particular na Amazônia, é interpelado pelos saberes e representações resultantes da emergência e experiência do MAB?

Essa pesquisa teve uma abordagem qualitativa, envolvendo pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Dentre os referenciais usados na pesquisa, esse texto assenta-se na noção de “Ecologia de Saberes” de Boaventura Santos e na noção de “Representação Social” de Serge Moscovici. O *lócus* da pesquisa foi o Município de Tucuruí, no Estado do Pará, onde foi construída a Hidrelétrica de Tucuruí, um dos grandes projetos do modelo desenvolvimentista conservador, que produziu profundos impactos sociais e ambientais e provocou o

surgimento de movimentos sociais de resistência, como o MAB¹.

Além da presente introdução e conclusão, o texto está estruturado em três tópicos, que buscam uma articulação lógica para dar conta da questão e de seus objetivos propostos.

MAB: movimento social popular nascente das contradições do desenvolvimentismo conservador

Em meados dos anos 70 do século XX, o mundo, ainda, se encontrava efervescido pela Guerra Fria, na qual os blocos capitalista e socialista disputavam fronteiras dos continentes e das nações para expandir seus projetos de sociedade. A América Latina, ao mesmo tempo em que vivia a experiência de revoluções de corte socialista em alguns países, passava, predominantemente a ser varrida por uma onda de golpes militares, que implantavam regimes ditatoriais de direita.

Nesse enredo contraditório e conflituoso, a sociedade brasileira vivia e experimentava a trama de um dos momentos mais sombrios de sua história: a ditadura civil-militar (1964-1985). Censuras, perseguições, torturas e mortes compunham o repertório da prática de violência institucionalizada do regime militar, isto é, do Brasil Grande ou Potência e de seu processo de modernização conservadora, que, no afã de se integrar à economia mundial sob a égide do capitalismo

1. A pesquisa de campo foi desenvolvida no município de Tucuruí, por meio de entrevistas semiestruturadas e observações. Os entrevistados apontados nesse texto apresentam nomes fictícios, para salvaguardar sua identidade e são compostos por membros do MAB local e por populações atingidas pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Os integrantes do MAB entrevistados são: Caboclo, Jacó, Maria, Negra. Dentre as pessoas que foram atingidas, mas não integram o MAB, cito Florisbela, Porãnga, Xavante.

urbano-industrial nascente e da modernização agrícola, via revolução verde, não levou em consideração as possíveis consequências sociais e ambientais de tal empreendimento desenvolvimentista (LOUREIRO, 2001; PORTO-GONÇALVES, 2005) e da intensificação de um capitalismo dependente e periférico (FERNANDES, 1987; FURTADO, 1996).

É nesse contexto que a ocupação, domínio, controle, reordenamento e exploração da região amazônica pela política do Estado brasileiro, em íntima relação com os setores do grande capital nacional e internacional, é colocada como dimensão estratégica em nível nacional e mundial (ALVES FILHO, 1999; LOUREIRO, 2001; PORTO-GONÇALVES, 2005). Essa região assume, no cenário geopolítico, econômico e ideológico da Guerra Fria e na política econômica do modelo desenvolvimentista do governo militar, em particular, importante função na expansão da fronteira capitalista, reforçando o lugar periférico e colonial dessa região tanto interna quanto externamente, reafirmando e reproduzindo, por conseguinte, a estrutura social de um Brasil subdesenvolvido marcado por abissais contradições e desigualdades regionais e sociais (FURTADO, 1996).

É nesse cenário e nessa trama, mais precisamente no início dos anos 70, que se encontram as raízes históricas do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem (MAB), que emerge “a partir de focos locais de resistência e mobilização contra a construção das barragens” (MAB, 2005, p. 09). Três foram, segundo registros da história do MAB, os focos principais de resistência, organização e luta que podem ser considerados como o berço do que viria a ser o Movimento mais tarde.

Primeiro na Região Nordeste, no final dos anos 70, a construção da UHE de Sobradinho no Rio São Francisco, onde mais de 70.000

peças foram deslocadas, e mais tarde com a UHE de Itaparica foi palco de muita luta e de mobilização popular. *Segundo no Sul*, quase que simultaneamente, em 1978, ocorre o início da construção da UHE de Itaipu na bacia do Rio Paraná, e é anunciada a construção das Usinas de Machadinho e Itá na bacia do Rio Uruguai, que criou um grande processo de mobilizações e organização nesta região. *Terceiro na Região Norte*, no mesmo período, o povo se organizou para garantir seus direitos frente à construção da UHE de Tucuruí (MAB, 2002, p. 06).

Na Região Nordeste, nos anos 70, no Vale do Rio São Francisco, as barragens de Moxotó e Sobradinho foram, segundo registros da história de luta e de organização do MAB (Parte I), “feitas sem qualquer consideração para os problemas sociais”. Entre Pernambuco e Bahia, no final dos anos 70, no médio do Velho Chico, com a construção da barragem de Itaparica, foi inundada uma área de 834 km² e foram expulsas e expropriadas 40.000 pessoas.

Nesse período, lideranças de sindicatos de trabalhadores rurais começaram a promover reuniões nos municípios, denunciando os riscos e a trágica situação dos atingidos. Essa organização e mobilização nascentes dos atingidos, nessa região, frente a essas barragens concentrou suas reivindicações nas seguintes questões: “terra por terra na margem do lago, água nas casas e nos lotes, indenizações justas das benfeitorias”. Essa organização e mobilização passou a se estruturar e se tornar mais forte com a constituição de uma “coalizão sindical, sob o nome de Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Sub-médio São Francisco”, que se deu, em 1979, a partir de uma primeira concentração de trabalhadores rurais em Petrolândia-PE. Em 1980, também em Petrolândia, ocorre a segunda concentração, reunindo mais de 5.000 pessoas (MAB, Parte I).

Numa demonstração de avanço e maior capacidade organizativa, esses sindicatos, em 1984, conforme registra esse mesmo documento,

com apoio de técnicos, elaboram um documento – “Diretrizes Básicas para o Reassentamento” – no qual reforçam as reivindicações anteriores e introduzem novas questões: “lotes de 25 hectares dos quais seis irrigados, irrigação por aspersão, administração de projetos pelos trabalhadores, melhor escolha das terras, estradas”. No entanto, em razão da “CHESF só conversava” e não apresentar respostas concretas às reivindicações dos sindicatos e não cumprir os prazos acordados, o movimento nascente dessa região se ampliou e radicalizou, promovendo ocupações com apoio de vários setores da sociedade civil e do poder público (MAB, Parte I).

Na Região Sul, na Bacia do Rio Uruguai, o projeto energético, expresso no Plano 2010 da Eletrobrás, “projetava a construção de 23 barragens, que expulsariam 200.000 pessoas nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina”. Nessa região, reside uma questão particular, que, conforme o MAB: “pela primeira vez as populações ameaçadas de deslocamento começaram a se mobilizar e organizar antes do início da obra” (MAB, Parte I).

Em Santa Catarina, mais precisamente em Concórdia, 350 agricultores criaram, em 1979, a Comissão Regional de Barragens, cujo objetivo era “obter junto a ELETROSUL maiores informações sobre o projeto e divulgá-las amplamente, advertindo os atingidos acerca da ameaça que pairava sobre suas vidas” (MAB, Parte I). Com a criação dessa Comissão, pôde-se, aos poucos, promover ações de organização e mobilização com vistas a cobrir a área projetada da região para construção de novas barragens, o que implicava uma maior resistência.

No decorrer dessa caminhada, em fevereiro de 1983, em Carlos Gomes, considerado o distrito mais vigoroso no combate às barragens de Machadinho, 20 mil pessoas se juntaram e se mobilizaram para

participar da “Romaria da Terra”, que tinha como tema central *Águas para vida, não para morte*. Essa frase de efeito veio a se transformar numa das principais palavras de ordem do MAB.

Em 1985, é realizado um Abaixo-Assinado, que traz como questão de fundo “Não às Barragens”. Através da Comissão Regional de Barragens, esse documento consegue um milhão de assinaturas, que foi entregue ao poder público federal na representação do Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários. Inicialmente, essa Comissão centrou suas reivindicações em “indenizações justas e terra por terra”, mas a partir dessas organizações e manifestações mais ampliadas consciente e politicamente, a luta se deu “contra a construção das barragens: Terras Sim, Barragens Não”, outra palavra de ordem que passa compor o repertório de resistência e dar maior identidade ao que viria ser o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB, Parte I).

No Sudeste do Estado do Pará, no município de Tucuruí, é construída a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) no Rio Tocantins. Conforme Documentos do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB, Parte I), em 1978, as famílias a serem atingidas não tiveram nenhuma informação acerca do projeto de Tucuruí e “começaram a ser cadastradas para fins de indenização pela Eletronorte”, empresa responsável pela obra (MAB, Parte I)².

Essa barragem, conforme o referido documento do Movimento, inundou uma área de 2.830 km² e remanejou mais de 25.000 pessoas, atingindo sete municípios à montante da barragem e mais outros à jusante dela³. A despeito disso, em entrevista, Caboclo, uma das lide-

2. Conforme o transcurso histórico traçado pela Eletronorte, no ano de 1974, baixa-se o decreto autorizando a construção da UHT. Em 1975, têm início as obras. Em 1984, é realizado enchimento do reservatório (lago artificial). Neste mesmo ano, entra em operação a 1ª unidade da UHT.

3. Montante fica a cima da barragem da UHT, onde se localiza o grande lago artificial, criado com a construção da barragem. A jusante fica abaixo da barragem,

ranças locais do MAB, relata que, segundo os dados oficiais, foram atingidas 5.700 famílias, mas que esse número foi bem maior. Ademais, defende o reconhecimento das populações à jusante da barragem como “atingidas”.

A gente acredita que é muito maior o número de famílias atingidas. A minha família é uma delas, não reconhecida. São 2.800 quilômetros de lago. Foram sete municípios atingidos diretamente: Tucuruí, Breu Branco, Goianésia, Jacundá, Novo Repartimento, Ipixuna e Cametá. É importante considerar, ainda, os municípios que estão localizados na jusante da barragem, que foram atingidos, também, como: Mocajuba, Baião, Igarapé Miri, que foram reconhecidos no governo atual [federal] como atingidos (CABOCLO).

Para Diegues (1999, p. 52), “como em outros lugares da Amazônia, também nos municípios de Tucuruí, Jacundá, a busca pelo desenvolvimento incluía a exclusão e o empobrecimento de certos setores da sociedade”.

A água e a energia, portanto, passam a ser transformadas mais intensamente, conforme essa lógica de desenvolvimento de modernização conservadora, em *fetiches*. É relevante, contudo, considerar que, se de um lado, as Barragens existentes no país, advindas desse modelo desenvolvimentista, levam a uma “modernização às avessas” (LOUREIRO, 2001) e provocaram um conjunto de danos socioambientais, de outro, os novos atores sociais que entram em cena, como o MAB, assumem uma posição político-ideológica e repertório de resistência e de contestação à ordem social vigente, assinalando a denúncia desse modelo dominante de desenvolvimento, alicerçado em profundas contradições e violações de direitos individuais e coletivos.

parte que ficou mais seca a partir da construção dessa barragem, ambas as dimensões marcadas por fortes impactos socioambientais na área.

Em face do quadro socioespacial, político, econômico, cultural e ecológico anteriormente descrito, os condicionantes são criados para mobilização, organização e insurgência de segmentos sociais populares, principalmente do campo, para iniciar uma resistência e luta em favor das populações atingidas pela barragem da UHT. Em entrevista, uma das lideranças do Movimento fala acerca do surgimento do MAB na região amazônica, destacando o papel dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para a construção da Comissão dos Atingidos, o que é um aspecto, em grande medida, comum em relação às outras lutas e mobilizações que se desenvolveram no Nordeste e no Sul do país. Todavia, a mobilização e luta contra o projeto de Tucuruí só se deu depois de iniciada a obra.

[...] só depois de iniciada a construção e barrado o rio, é que se começou o movimento dos expropriados pela indenização, lote por lote, casa por casa, que isso terminou não sendo conquistado por eles [pelo movimento]. A luta continua até hoje. Então, naquele momento se criaram comissões no Brasil inteiro onde tinha que se enfrentar a construção de barragem. Aqui, se criou a CATHU, que foi a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí. Ela era conduzida pelo sindicato dos trabalhadores rurais e, também, pela CPT. Através dessas comissões, é que foi surgindo, culminando com a criação do MAB no Brasil e na região (CABOCLO).

O fato, contudo, de se ter iniciado a mobilização e organização popular após a construção e barragem do Rio Tocantins diferencia sua história da região Sul do país, onde a mobilização e organização popular de resistência à construção das barragens iniciaram-se antes. Isso pode ajudar a explicar a força que o MAB tem nessa última região de uma forma mais consolidada.

Segundo documento do MAB (MAB, Parte I), em 1981, com apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais locais, constituiu-se o “Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí, que enca-

minhou à empresa ELETRONORTE e a outras autoridades governamentais suas denúncias e reivindicações”. A partir daí, as mobilizações e pressões passaram a ser mais fortes, já que a organização das populações atingidas ganhava corpo e voz.

Como exemplo disso, citam-se os dois acampamentos que o Movimento fez. Um, em 1982, que, durante três dias, ficaram em frente ao escritório da Eletronorte, na cidade de Tucuruí, onde se reuniram 400 pessoas. Nesse momento, o movimento apresentava as seguintes reivindicações: “terra por terra (lotes de 21 alqueires), vila por vila, casa por casa, indenizações justas e ressarcimento pelos prejuízos” (MAB, Parte I).

O outro foi em abril de 1983, durante o qual conseguiram mobilizar e reunir 2.000 pessoas e quando conseguiram reabrir as negociações com a empresa. Nesse momento, uma Comissão Representativa dos Expropriados de Tucuruí foi conversar com a presidência da empresa em Brasília. Enquanto essa Comissão estava em Brasília, o acampamento foi mantido até que se tivesse um acordo, que levasse em consideração as reivindicações do movimento nascente. Para o Movimento: “A luta pelo cumprimento do acordo passou a ser o objetivo geral do movimento” (MAB, Parte I).

Não obstante as pressões ganhassem vigor, Diegues (1999, p. 56) afirma que

[...] as medidas tomadas pela empresa para assentar essas famílias em outras áreas, definidas pelos órgãos que se ocupavam de terras (INCRA e Iterpa), foram arbitrárias e, por isso, recusadas na maioria pelos agricultores. Como desdobramento, foi constituindo-se um sério campo de conflitos. As indenizações, por exemplo, consideradas irrisórias e corroídas pela inflação foram rejeitadas por muitos. Tendo de forma abrupta seus projetos de vida interrompidos, essas famílias experimentaram longos momentos de insegurança devido, sobretudo, à impossibilidade de trabalhar e produzir, dada a instabi-

lidade que envolve um processo de mudança de uma área para outra, agravado pela desigualdade de interesses das partes.

Cabe considerar que a efervescência desse conflito e o fortalecimento do movimento vão se dando num contexto histórico de definhamento do regime ditatorial na sociedade brasileira e ascensão e efervescência dos movimentos sociais e organizações populares do campo e da cidade na sociedade civil⁴. A expressividade do Movimento viria a se fortalecer com a emergência de novos problemas sofridos pelos atingidos remanejados. Em função de toda a má gestão e da negligência da Eletronorte, as consequências dos impactos socioambientais advindos da barragem passavam a se evidenciar de forma concreta e com consequências materiais, subjetivas e simbólicas.

[...] 600 famílias já reassentadas tiveram suas terras tomadas pelo lago: a ELETRONORTE se equivocou na demarcação das áreas a serem inundadas! Em outra trágica demonstração de irresponsabilidade, a margem esquerda do reservatório, onde havia sido assentada a maioria dos expropriados, foi infestada por uma praga de mosquito até então desconhecida na região (MAB, Parte I).

Em 1989, o movimento demonstra ganhar mais força, quando passa a reunir os expropriados de montante e os atingidos de jusante da barragem, criando a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tu-

4. Oliveira (2007) identifica o surgimento do MST, bem como de outros atores sociais (o PT, a CUT etc.), nesse contexto de redemocratização, enquanto uma das marcas da “era de invenção do Brasil. Contudo, os anos 90 assinalam, conforme esse autor, uma transição da ‘invenção’ para a uma ‘era de indeterminação’”. Ao olhar para a emergência de outros atores e atrizes sociais invisíveis, podemos ponderar, em parte, essa tese de Oliveira, assinalando a existência plural e complexa desses outros sujeitos coletivos e demandas diferentes, que expressam outras dinâmicas e exigem o alargamento de nossos referenciais de análise ou um exercício de descolonização, como adverte Boaventura Santos (2005; 2006). Nesses termos, identifico o MAB como um desses novos atores em cena, assim como os povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais.

curuí (CAHTU), para lutar pelos seus direitos, haja vista as problemáticas decorrentes da má qualidade da água, que atingiram a saúde das populações, suas atividades pesqueiras, precarizando ainda mais suas condições e modos de vida e trabalho. Ademais, como destaca Diegues, essa articulação se ampliou e se diversificou, ganhando uma particularidade, ao trazer outros atores sociais invisíveis para a cena do conflito e do debate do desenvolvimento, como os indígenas, também, atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí.

O movimento ganhou amplitude, articulando-se a outros setores organizados da sociedade na luta pelos direitos de cidadania, em que se inclui o respeito às relações tradicionais de uso mantida com a floresta e com o rio. Fizeram, nessa caminhada, aliança com grupos indígenas atingidos pela barragem de Tucuruí (DIEGUES, 1999, p. 60).

Essa composição diversa de forças, assumindo os sindicatos de trabalhadores rurais locais força de vanguarda, ampliou a ação do movimento, sua expressividade diante da sociedade e fortalecimento na região, a fim de construir uma força política e social de resistência para reafirmar a luta pelos direitos dos atingidos. É importante perceber que num primeiro momento esse movimento, assim como os das demais regiões estavam centrando-se em reivindicações que se limitavam a requerer “terra por terra, vila por vila, indenização, ressarcimento dos prejuízos causados pelas barragens” em nível local, sem uma articulação maior, sem uma contestação à matriz política energética e ao modelo de sociedade.

À medida que o Movimento ampliava suas ações de luta e resistência, capacidade de organização, mobilização por direitos e denúncias, ele trazia à baila, nos termos de Boaventura Santos (2004b, 2006a), experiências sociais e saberes com fortes potenciais renovadores de críticas ao paradigma hegemônico de desenvolvimento e de raciona-

lidade instrumental, inscrevendo e pondo em cena, por conseguinte, posições e racionalidades outras e conflitantes com o modelo dominante, demarcando novas possibilidades de interpretar e construir a realidade brasileira, em particular a Amazônica. Isso sugere a ideia de uma *práxis*, que o Movimento vai tecendo no campo dos conflitos, através de sua luta, demonstrando para a sociedade uma outra maneira de agir, de olhar e compreender o Brasil, o que exige um olhar atento e crítico para essas dinâmicas emergentes de baixo, do *Sul* nos termos de Santos (2006; 2010), para renovar as bases de pensamento crítico e construir caminhos alternativos de emancipação.

Nesse caminhar de organização dos povos atingidos, é possível identificar a emergência de novos sujeitos, problemas e temas na cena e na trama dos conflitos sociais na sociedade e no debate do desenvolvimento, novos saberes e representações sociais. Como efeito disso, amplia-se e diversifica-se a resistência ao modelo de desenvolvimento hegemônico, o que ajudava vislumbrar uma contra-hegemonia e fortalecer, em nível nacional, regional e local a idealização e construção de novos horizontes possíveis de sociabilidade.

Nesse processo, o MAB emerge, concebido como um

[...] movimento popular, de massa, que visa organizar e mobilizar toda a população atingida ou ameaçada para lutar contra a construção de barragens e pela garantia dos direitos sociais, colaborando com isto para a construção de um novo modelo energético (MAB, 2002, p. 05).

O MAB tem como missão:

articular os interesses, as necessidades e os direitos dos povos atingidos frente às empresas, ao Estado e a outras organizações que de alguma forma estejam envolvidas na questão, construir uma política energética sob o controle do Estado, lutar contra o modelo capitalista neoliberal e contribuir com a construção do modelo socialista para o

Brasil. A luta é estimulada e organizada num permanente processo de formação e mobilização, onde os atingidos vão compreendendo a realidade, tomando consciência de sua situação, participando e decidindo os rumos da vida coletiva (MAB, 2005, p. 08).

Com base nesses dois parágrafos acima, o MAB, ao se intitular e denominar enquanto movimento nacional popular de massa, define e afirma sua matriz identitária e político-ideológica como movimento social popular, oriundo das e comprometido com as classes e grupos sociais populares, particularmente os *povos atingidos* por barragens. Nos termos de Gramsci (2011), pode-se situar o MAB dentro da sociedade civil como sujeito coletivo – *aparelho privado de hegemonia* –, articulador e organizador dos interesses das populações atingidas excluídas do campo e da cidade, detentor de uma concepção político-ideológica e cultural, que busca construir uma unidade de ação e de consciência de classe com vistas a disputar tanto no terreno da sociedade civil, quanto no terreno da sociedade política por seus direitos e pelo fortalecimento da caminhada na construção de um outro modelo de política energética e de projeto de sociedade para o país. Isso explicita que a sociedade civil e a sociedade política constituem-se em territórios de poder pela hegemonia, atravessados por contradições e conflitos entre classes e grupos sociais antagônicos.

Saberes e Representações Sociais (RS): algumas enunciações conceituais

Em face das transformações sem precedentes na sociedade contemporânea globalizada, conforme Boaventura Santos (2002), os paradigmas epistemológicos da modernidade de apreensão da realidade social e seus objetos de estudos são fortemente interpelados e contestados. O ideário da razão iluminista da modernidade, que colocava

na razão humana o lume para felicidade e prosperidade, é frustrado, desafiado a confronta-se consigo mesmo e com outros paradigmas emergentes no terreno dessas mudanças e no campo da geopolítica cultural do conhecimento (SANTOS, 2001, 2004a, 2005a, 2006a).

Para Santos (2004a, 2005a, 2006a), há uma crítica epistemológica, através da qual o paradigma da ciência moderna – cuja melhor elaboração fora o positivismo, em suas várias tendências –, expressa uma forte crise e recai sobre ele uma grande desconfiança, posto que mostra não dar conta de responder aos desafios propostos e apresentados pela própria modernidade: igualdade, fraternidade, liberdade, justiça, solidariedade e democracia.

Ao problematizar as interpretações da sociedade contemporânea, em particular das sociedades situadas na Região Sul⁵, o referido autor critica a pesada influência desse paradigma epistemológico hegemônico europeu (eurocêntrico), que se proclama e se julga, desde o século XVI com o advento da ciência moderna, o conhecimento do mundo, universal. Santos (2001, 2004a) defende que esse paradigma,

5. No âmbito da nova geopolítica mundial, Santos (2002, 2006a) procura destacar em seus estudos as diferenças e contradições entre a Região Norte (centro, desenvolvida, rica) e a Região Sul (semiperiferia, periferia, subdesenvolvida, pobre). Assim, tomo essa noção do Sul com base nesse autor (2006, 2010). Ele usa a expressão *Sul* não no sentido geográfico, mas sim do ponto de vista metafórico, a fim de designar o “sofrimento humano” provocado pelos sistemas dominantes capitalista, colonialista e patriarcado. Com isso, ele busca evidenciar novas formas de interpretação do mundo e de experiências sociais vindas de baixo, do Sul, chamando atenção para a urgência da reinvenção das teorias sociais críticas e da emancipação social. Contudo, é importante atentar para o “Norte Imperial” e o “Sul Europeu”; o “Sul Imperial” e o “Sul das vítimas”, dos/as oprimidos/as. Por um lado, aqueles detentores do conhecimento eurocêntrico tido como válido pela ciência moderna, por outro lado, aqueles onde seus saberes, culturas e práticas sociais são *invalidados* e *desautorizados* pela racionalidade eurocêntrica dominante, a qual ele denomina de “Razão Indolente” (preguiçosa), que produz lógicas de não-existência social configurando um campo de relações de poder e de disputa estruturalmente desigual e excludente. Assim, as Epistemologias do Sul nascem desse Sul das vítimas e se contrapõem a essa racionalidade eurocêntrica do Norte.

ao se apresentar e se canonizar como o único conhecimento válido para interpretar e explicar o mundo, ele exclui e invisibiliza um conjunto de outros conhecimentos, *epistemes* de outros povos e lugares, da representação de seus modos de existir e intervir no mundo, produzindo, assim, um desperdício de experiências sociais, um sufocamento dos conflitos e empobrecimento da complexidade e dos sentidos plurais de se conceber e produzir o mundo (SANTOS, 2005b, 2005c).

Esse paradigma epistemológico hegemônico expresso na noção de *Razão Indolente*, que produz a “não-existência”, é, portanto, fundamentalmente “totalitário”, visto que exclui e anula outras experiências sociais, o conflito e a diversidade, o que se expressa num processo de colonização da ciência e da perda da diversidade epistemológica, implicando uma injustiça cognitiva, que está articulada às injustiças sociais, econômicas, políticas e culturais (SANTOS, 2001, 2004b)⁶.

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas (SANTOS, 2005a, p. 21).

No curso de sua expansão e desenvolvimento, a sociedade capitalista se consolida hegemonicamente, tornando-se global e globali-

6. Santos (2004b, p. 779 a 788) explica que essa *Razão Indolente* ocorre em quatro formas distintas: a “razão impotente”; a “razão arrogante”; a “razão metonímica” e a “razão proléptica”. Ele centraliza seu estudo crítico nas duas últimas, em especial nesse seu texto, na “razão metonímica” como totalidade e tempo linear, que produz não-existências sociais, estreitando o presente e alargando o futuro. O autor adverte que não existe uma “maneira única ou unívoca de não existir, porque são várias as lógicas e os processos através dos quais a razão metonímica produz a não-existência”. Ele destaca cinco lógicas ou modos de produção da não-existência: i) a *monocultura do saber* e do *rigor do saber*; ii) a *monocultura do tempo linear*; iii) a *lógica da classificação social*; iv) a *lógica da escala dominante*; e v) a *lógica produtivista*.

zando um modelo de racionalidade para apreender e explicar o mundo, fundada nessa matriz de ciência eurocêntrica, que deslegitima os demais modos de se autorrepresentar, de existir e produzir saberes, culturas e formas de sociabilidade. Essa sociedade moderna, ideologicamente, conforme os pressupostos epistemológicos e regras metodológicas do paradigma positivista, é apresentada, metaforicamente como “mundo-máquina”, ou seja, uma ordem social natural imutável.

Nesse cenário de globalização hegemônica neoliberal, Santos *et al* (2005, p. 100) defendem a tese de que o “colonialismo terminou enquanto relação política, mas não enquanto relação social, permanecendo sob a forma da colonialidade do poder”, que é uma consequência da “colonialidade do saber científico” que vigora historicamente na relação entre o centro e as periferias do sistema capitalista, redefinido e reafirmado nessa nova geografia global entre o Norte e o Sul.

Este ataque massivo à diversidade epistemológica do mundo provoca um empobrecimento sem precedentes da experiência social e cultural. Os saberes não-científicos e não-ocidentais ou são suprimidos, ou são reduzidos à condição subalterna de conhecimentos alternativos, uma condição que os desarma epistemologicamente e os torna vulneráveis a serem transformados em matéria prima, como está a suceder com o conhecimento indígena e afro-descendente da América Latina e o conhecimento camponês (SANTOS *et al.*, 2005, p. 100).

Desta feita, essa globalização hegemônica é um olhar particular dos grupos hegemônicos, que impõe uma racionalidade de interpretar, explicar e mostrar o mundo atual seguindo essas lógicas e processos de produção *monocultural*, assumindo a lógica da *produtividade* do mercado um forte imperativo de classificação social e de referência de parâmetro de desenvolvimento das sociedades.

Num contraponto a esse paradigma hegemônico, Santos (2004b,

2006a) defende um “paradigma emergente: Conhecimento prudente para uma vida decente”, que está a emergir a partir do Sul. Na sua proposta de um outro paradigma de conhecimento – “conhecimento prudente”, uma *Razão Cosmopolita* –, ele sustenta a necessidade de superar a fragmentação natureza/sociedade; de (re) colocar a relevância complexa da relação sujeito/objeto; de aproximar as ciências naturais das ciências sociais e destas aos estudos das humanidades, fundando-se numa nova relação entre ciência e ética, substituindo a aplicação puramente técnica ou tecnicista da ciência pela sua aplicação edificante; e de estabelecer uma nova relação entre conhecimento científico e as demais formas de saber, visando a transformar a ciência num novo senso comum; e de assentar-se numa aceção construtivista da “verdade”.

Para tanto, uma das teses defendida por Santos *et al* (2005, p. 97) é a de que: a “diversidade epistemológica do mundo é potencialmente infinita; todos os conhecimentos são contextuais e tanto mais o são quanto se arrogam não sê-lo”. Essa tese se associa à outra, conforme a qual: “Todo conhecimento é parcelar e as práticas sociais só raramente assentam apenas numa forma de conhecimento”.

Esse paradigma emergente, portanto, implica, de um lado, uma contestação e desestabilização do paradigma dominante racionalista e produtivista; de outro lado, ajuda a pensar e criar o caminho à diversidade epistemológica no mundo, a partir da emergência e reconhecimento dos demais saberes e culturas, residindo a relevância do reconhecimento de seus lugares, territórios ou territorialidades do campo e da cidade. Ademais, recoloca e reconfigura a questão do poder de forma ampla, difusa e complexa, reconhecendo nesses lugares terrenos de experiências sociais, de demandas de luta e de resistência local,

nacional, regional e global⁷.

Isso se constitui como pressuposto relevante para emergir com os saberes e culturas, modos de representar o existir dos povos excluídos do campo e da cidade, historicamente colocados na condição marginal e na ausência pela colonialidade do poder e do saber racionalista. É nesse sentido que Boaventura Santos (2004b, p. 790) chama atenção para necessidade de se pôr à vista esses conhecimentos e experiências sociais ausentes e invisíveis, através de uma *Sociologia da Ausência*, tendo como base as cinco Ecologias: Ecologia de Saberes; Ecologia das temporalidades; Ecologia do reconhecimento; Ecologia das Transescalas; e Ecologia das Produtividades e, assim, alargar o presente. É importante, também, trazer à tona, com a emergência dessas experiências sociais, novas perspectivas e abordagens de sociabilidade, por meio de uma *Sociologia da Emergência*, a fim de colocar em evidência o reconhecimento desses diversos saberes e atores sociais em busca de um projeto contra-hegemônico intercultural emancipatório, que busque contrair o futuro.

E aqui, nesse outro momento, reside o desafio de um “trabalho de tradução”.

Para expandir o presente, proponho uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências [...]. Em vez

7. Ao se fazer a distinção entre a “relatividade do conhecimento” e o seu “relativismo”, defende-se: “Nenhuma prática humana poderia ser levada a termo coerentemente se os diferentes tipos de conhecimento que nela intervêm tivessem todos o mesmo peso. Enquanto problema epistemológico, o relativismo incide menos sobre os critérios de validade do que sobre os critérios de hierarquias de validade, ou sobre a ausência deles. Do ponto de vista pragmático da emancipação social, [...] o relativismo, enquanto ausência de critérios de hierarquias de validade, é uma posição insustentável porque torna impossível qualquer relação entre o conhecimento e sentido de transformação social. Se tudo vale e vale igualmente como conhecimento, todos os projetos de transformação social são igualmente válidos ou, o que é o mesmo, são igualmente inválidos” (SANTOS *et al.*, 2005, p. 98).

de uma teoria geral, proponho um trabalho de tradução. Um procedimento capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre as experiências possíveis e disponíveis sem destruir a sua identidade (Santos, 2004b, p. 779).

Esse projeto contra-hegemônico tem como um de seus pressupostos basilares a *Ecologia de Saberes* (SANTOS, 2004, 2006). Ela se constitui como uma posição epistemológica e meio para se pensar e materializar a descolonização de saberes e, por conseguinte, a marcha para “diversidade epistemológica” e “justiça cognitiva global” (SANTOS *et al.*, 2005, p. 100). No tocante a esse conceito, esses autores dizem:

Consiste em garantir “igualdade de oportunidades” aos diferentes conhecimentos em disputas epistemológicas cada vez mais amplas com objetivo de maximizar o contributo de cada um deles na construção de uma sociedade mais democrática e justa e também mais equilibrada na sua relação com a natureza. Não se trata de atribuir igual validade a todos os conhecimentos, mas antes de permitir uma discussão pragmática entre critérios alternativos de validade que não desqualifique à partida tudo o que não cabe no cânone epistemológico da ciência moderna (SANTOS *et al.*, 2005, p. 100).

É importante, contudo, considerar, como advertem Santos *et al* (2005, p. 98), que o “privilégio epistemológico da ciência moderna é um fenômeno complexo que não é explicável apenas por razões epistemológicas”. Para eles, esse privilégio epistemológico do paradigma da ciência moderna envolve, para além da questão epistemológica em si, questões de ordem social, política e econômica, que, ajudam a conformar uma ordem social hegemônica (SANTOS *et al.*, p. 98).

Com isso, defende-se a necessidade de que as pesquisas, debates e políticas públicas possam caminhar para além das desigualdades socioeconômicas, alcançando, também, as desigualdades epistemológicas.

Sob esse ângulo e perspectiva, Santos *et al* (2005, p. 100), sustentam que o processo de “descolonização da ciência” deve se assentar no “reconhecimento de que não há justiça social global sem justiça cognitiva global. A justiça cognitiva global só é possível mediante a substituição da monocultura do saber científico pela ecologia dos saberes”.

Um dos grandes desafios para ciência contemporânea é reconhecer os demais conhecimentos, produzindo a “justiça cognitiva”, que está associada indissociavelmente à luta pela justiça social, cultural, política, econômica e ambiental. Isso implica imprimir e escrever a ciência no terreno, fundamentalmente ético-político e social do humano, da radicalização da democracia, da justiça, da liberdade, da igualdade na diversidade e da responsabilidade e conservação da natureza.

Esse é um terreno de redefinição que desafia os pesquisadores das Ciências Sociais e Humanas a estarem atentos para as novas dinâmicas sociais, problemas e temas colocados pelos movimentos sociais na sociedade contemporânea, em particular a brasileira, face aos desafios dos novos tempos para o debate do desenvolvimento e projetos alternativos.

No que tange ao conceito de “representação social”, é importante, inicialmente, fazer uma aproximação do que se entende por *representação*. Para Moscovici (1978, p. 56-57):

Representar uma coisa [...] não é, com efeito, duplicá-la, repeti-la ou reproduzi-la; é reconstituí-la, retocá-la, modificar-lhe o contexto. A comunicação que se estabelece entre o conceito e a percepção, um penetrando no outro, transformando a substância concreta comum, cria a impressão de ‘realismo’. [...] Essas constelações intelectuais uma vez fixadas nos fazem esquecer de que são obras nossas, que tiveram um começo e que terão um fim, que sua existência no exterior leva a marca de uma passagem pelo psiquismo individual e social.

Esta compreensão de representação está para além da condição de mera reprodução. Ela é entendida como um ato de reconstituição psicossocial que imprime significado às coisas, às interações e às relações sociais concretas expressas pelos indivíduos e grupos sociais, que recriam a realidade social em que se inserem, imprimindo-lhe novos sentidos, significados. Com isso, o conhecimento que os sujeitos têm de sua realidade é um conhecimento construído psíquica e socialmente a partir de sua relação com o mundo e expresso através das representações.

Para Jovchelovitch (1995, p. 77), uma atividade representacional

É exatamente essa capacidade de dar às coisas uma *nova forma* – através da atividade psíquica – que constitui uma representação. A atividade psíquica, assim, envolve uma mediação entre sujeito e o objeto-mundo. Este último reaparece sob forma de representações, recriado pelo sujeito, que por sua vez é ele mesmo também re-criado pela sua própria relação com o mundo.

Com base nesse entendimento de representação, Moscovici (1978, p. 26) explica que a Representação Social (RS) é: “Uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”. E continua dizendo que ela constitui:

Um corpus organizado de conhecimento e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação (MOSCOVICI, 1978, p. 28).

Esse entendimento de Representação Social coloca centralidade no cotidiano e no psicossocial, nas práticas sociais cotidianas dos sujeitos, que na sua interação e comunicação, produzem conceitos e símbolos. Por meio dessas representações, esses sujeitos tornam in-

teligível sua realidade concreta, que suscitam de suas elaborações, comunicações, pronúncias do mundo, a partir de suas interações sociais cotidianas. A representação constitui-se, assim, num fenômeno que é produto e é um processo, que é individual, social e coletivo.

As representações sociais são, portanto, uma *explicação psicossociológica*. Ao se referir a essa perspectiva da Teoria das Representações Sociais elaborada por Moscovici, Pereira de Sá (1995, p. 27-28) aponta para uma compreensão de uma *sociedade pensante*, em que os indivíduos se constituem como “pensadores ativos”, e não “meros processadores de informações”.

Na perspectiva psicossociológica de uma sociedade pensante, os indivíduos não são apenas processadores de informações, nem meros “portadores” de ideologias ou crenças coletivas, mas pensadores ativos que, mediante inúmeros episódios cotidianos de interação social, “produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções específicas para as questões que colocam a si mesmos”.

Moscovici (2003, p. 21), ainda, acentua essa compreensão do conceito de representação social, explicando sua constituição e condição como:

Um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social.

Com base em Bauer (1995), Guareschi e Jovchelovitch (1995, p. 23) explicam que a

[...] resistência como elemento constitutivo das representações so-

ciais é considerada como um fator de diversidade e de heterogeneidade cultural. As relações entre construção simbólica e resistência são especialmente importantes, especialmente se reconhecermos que a construção simbólica está inserida em uma estrutura social em que alguns grupos, e não outros, têm acesso privilegiado à imposição de suas construções.

Ao representarem a Usina Hidrelétrica de Tucuruí como “destruição” ou “monstro engolidor de gente”, as populações atingidas entrevistadas, a partir de suas condições concretas, expressam saberes e representações sociais que suscitam outras leituras e interpretações da sociedade brasileira, em particular amazônica, contrastando e conflitando com a racionalidade e as representações oficiais de “progresso e desenvolvimento”. Isso abre, alarga e pluraliza, nos termos de Santos (2004b, 2006a), a possibilidade para emergência de saberes e novas experiências sociais subalternos, que informam, sob ângulos e perspectivas diferentes, em especial dos “invisíveis”, outros modos de conceber e de se posicionar em face das políticas e dos modelos de desenvolvimento.

Nesse sentido, os atingidos pela barragem, por meio da atividade representacional, como a da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, não apenas recriam a realidade social em que se inserem, mas, também, ocorre uma auto-recriação, isto é, ao recriarem essa realidade, o atingido recria-se num processo constante de interação social com os outros e o mundo, expressando, também, símbolos, “pedaços da realidade social”, que exprimem e imprimem significado no mundo existencial.

O sujeito constrói, na sua relação com o mundo, um *novo* mundo de significados. De um lado, é através de sua atividade e relação com os outros que as representações têm origem, permitindo uma mediação entre o sujeito e o mundo que ele ao *mesmo tempo* descobre e constrói. De outro lado, as representações permitem a existência de símbolos – pedaços da realidade social mobilizados pela atividade

criadora de sujeitos sociais para dar sentido e forma às circunstâncias nas quais eles se encontram (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 78).

Isso implica compreender que esse território do campo na região amazônica, também, é atravessado por saberes e representações sociais que se conflitam e se contrapõem na disputa por seus interesses de classe e de grupos sociais em torno da afirmação e da legitimação de seus projetos na sociedade, que produzem territorialidades conflitivas, em que as construções simbólicas estão inseridas numa estrutura de sociedade desigual, onde os grupos hegemônicos têm acesso privilegiado para realizar suas formas de violência e dominação institucional e simbólica sobre os grupos sociais excluídos e oprimidos. Por isso, reside aqui a importância de identificar e analisar os saberes e representações presentes na experiência do MAB, com vistas a captar sua forma de conceber as noções de desenvolvimento na região amazônica e no Brasil.

Saberes e Representações Sociais do MAB: contribuições para o debate do desenvolvimento

No decorrer da pesquisa de campo, fui percebendo e me dando conta da relevância das representações sociais e saberes, que emergiam do cotidiano desses sujeitos atingidos sobre a Usina hidrelétrica de Tucuruí (UHT), sobre seus impactos, sobre a dramaticidade da experiência existencial vivida por esses povos atingidos, sobre sua história, suas culturas, suas lutas, seus medos e seus sonhos, sobre a construção da simbologia do MAB.

Com isso, afloram-se representações e saberes do MAB, que levantam e sinalizam para novas demandas e temáticas, que, ao mesmo

tempo, contestam o vigente modelo de desenvolvimento e o paradigma societário dominante, e apontam para a proposição de caminhos e rumos alternativos, a partir do protagonismo emergente desse ator social coletivo. Por isso, considero importante destacar, inicialmente, algumas dessas representações e saberes, evidenciando a noção que subjaz aí de desenvolvimento.

Ao explicar o que representou a barragem de Tucuruí, pessoas atingidas e integrantes do MAB a associam à “ilusão e tristeza”; a “prejuízo”, perda de suas terras, de seu trabalho e empobrecimento; à “destruição da natureza”; a um “monstro engolidor de gente” e o lago artificial da barragem é associado a um “cemitério de vidas inundadas”. A UHT é associada, ainda, ao interesse e benefício do grande capital, como as “construtoras”, a “Vale do Rio Doce”, a “Rede Celpa” etc., em detrimento do “povo”; ela é associada ao saque, à “extração” das riquezas da Amazônia; e ao “mal” e à “destruição da Amazônia”.

Tudo ilusão e tristeza! A gente vivia bem melhor antes, onde a gente tava, na nossa terra, à beira do nosso rio, pescando, comendo, vivendo (XAVANTE).

Foi só prejuízo, porque as pessoas pobres que venderam suas terras ficaram mais pobres, passaram a mendigar nas cidades; e a destruição da natureza. Essas pessoas viviam dela: da pesca, da plantação, da fruta. Aí elas foram sentir o quanto elas tinham perdido (PORÃNGA).

Um amigo meu chama a hidrelétrica de “mostro engolidor de gente”, porque, durante o período de sua construção, morreram muitas pessoas. Além dela ter engolido gente, ela engoliu outras vidas: dos animais, das plantas. Esse lago ele é um cemitério de vidas inundadas (FLORISBELA).

A usina só representa milhões para os construtores, para Rede Celpa que vende energia, pra própria Eletronorte. Um significado muito grande pra eles, pra esse pessoal que vive desse acumulo de energia que é vendida, inclusive, pra fora do Estado do Pará. Não tem nada

de vantagem pro povo. [...] Ela só representa a extração das nossas riquezas daqui. A energia de Tucuruí, a Vale do Rio Doce usa isso pra extrair bauxita daqui, pra levar a riqueza da Amazônia. Então, pra tirar o que a gente tem, ela tem uma representatividade muito grande. Agora, pra ajudar os atingidos? Pra ajudar a população? Não ajuda em nada! (NEGRA).

O pessoal fala que a Usina de Tucuruí “é nossa”. Não é nossa usina! Nunca foi e nunca vai ser! Ela representa todo mal possível que a gente pode retratar de forma mais completa. [...] Então, a barragem de Tucuruí representa, pra nós, a destruição da Amazônia! (CABO-CLO).

Ao apontarem a construção da UHT para favorecer e atender os interesses dos grandes grupos econômicos em detrimento das populações locais e excluídas, do “povo”, os entrevistados percebem e denunciam um tratamento desigual e excludente que essa obra ilustra, simboliza, através da política de desenvolvimento do Estado, privilegiando e servindo aos interesses de poucos e para “fora”, fazendo do poder público território dominando pelo poder privado, “dos grandes”. Expressa-se aí uma representação e saber que denunciam tanto a condição de classe e de privatização desse megaprojeto, transgredindo a “ética pública” (CHAUÍ, 2006), quanto a sua dimensão de exclusão e de intensificação de “empobrecimento” das populações atingidas, marcadas pela violação de seus direitos.

Associando-se a esse saber, revela-se o saber do reconhecimento da “extração das riquezas”, isto é, da pilhagem, e da “destruição da Amazônia”, que essa barragem representa, provocando impactos socioculturais, econômicos e ambientais grandiosos. Aí reside um saber humano e ecológico, também, fundamental para ajudar a produzir novos paradigmas de conhecimento, de mentalidade, de valores, de políticas, de praticas e de relações, que expressam concepções e posições conflitantes com o modelo de desenvolvimento dominante, assentado

hegemonicamente sob uma lógica monocultural do saber e da monocultura produtivista e do tempo linear (SANTOS, 2006).

Ao perceberem a “ilusão e tristeza” que essa barragem trouxe, gerando “prejuízo”, “empobrecimento”, “extração das riquezas” e “destruição da Amazônia”, redescobriram, também, o sentido e o valor do lugar, da terra, do trabalho, da vida. Como salienta Xavante, “a gente vivia bem melhor antes, onde a gente tava, na nossa terra, à beira do nosso rio, pescando, comendo, vivendo”. O saber da redescoberta do lugar e do território mostra e evidencia o conflito entre a temporalidade/territorialidade de ontem e a temporalidade/territorialidade de hoje, esta imposta pela dinâmica hegemônica capitalista e colonialista, através dos grandes projetos, que revela perdas materiais e simbólico-culturais e, conseqüentemente, forte dor e sofrimento individual e coletivo. Esse saber e, também, essa representação, manifesta um sentimento de pertença e “reconhecimento de seus territórios – o rio, os igarapés, a mata, o quintal –, e que se expressam como lembrança do lugar” (DIEGUES, 1999, p. 58).

A memória alimenta as continuidades e religa o passado a esse presente que está sendo reconstruído. [...] Essa continuidade encontrada no simbólico dessas populações se expressa, sobretudo, na criação e na recriação do grupo pelo trabalho, ao contrário da exterioridade encontrada no trabalho assalariado e tem um caráter intimamente relacionado com o conjunto da vida (DIEGUES, 1999, p. 58).

Quando explicam sua condição e identidade de *atingido* pela barragem de Tucuruí, expressam:

[...] no caso, eu fui atingido indiretamente pela barragem. Aí pra jusante não tem nem quem dei conta de contar o prejuízo que deu. Imagine pro lado da montante que foram os atingidos diretamente. Muitos castanhais foram inundados, de onde essa população sobrevivia. [...] Isso tudo foi perda. Para mim, tanto para o pessoal da

jusante quanto da montante, a perda foi sem limite, foi significativa (JACÓ).

Representa o rompimento da vida de todo esse povo que perdeu sua terra, sua sobrevivência, suas raízes, suas culturas, suas histórias de vida. Tinha tudo isso por lá, agora eles não têm mais nada disso. 70% da população não recebeu a indenização (NEGRA).

No tocante a essa noção e identidade de atingido, as narrativas acima evidenciam a representação e saberes de grupos sociais inscritos socialmente de forma subalterna, que se veem e se posicionam como vítimas e violentados pela ação política do Estado e do modelo de desenvolvimento daí resultante, que imprimem tanto um processo de territorialização da dinâmica de acumulação quanto de desterritorialização (COSTA, 2004), isto é, desestruturação e precarização de seus modos de vida e de suas condições de trabalho. Como explicam e lamentam Jacó e Negra, respectivamente: “a perda foi sem limite, foi significativa”; “Representa o rompimento da vida de todo esse povo que perdeu sua terra, sua sobrevivência, suas raízes, suas culturas, suas histórias de vida”. Nessa terminologia, dentre os vários saberes que ela reúne e expressa, pode-se destacar o saber que exprime essa condição e sentido de “perda” e “rompimento” material e simbólica da vida do atingido na sociedade, por meio da implementação desse(s) grande(s) projeto(s) e desse modelo de desenvolvimento, e, por conseguinte, do caráter dominante e opressivo, violador de direitos e desigual da sociedade.

No I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragem, em 1989, em Goiânia-GO, o Movimento se autodefine como “atingido”:

Todos aqueles que sofrem modificações nas condições de vida, como consequência da implantação das Usinas Hidrelétricas, independente de ser atingido direto ou indireto. Atualmente, afirma que além destes, fazem parte do Movimento todos aqueles que assumem

a causa dos povos atingidos e lutam pela construção de um novo modelo energético e de sociedade (MAB, 2005, p. 08 e 09).

Ao se referir à “categoria” de “atingido”, Vainer (2004, p. 14) salienta seus sentidos e usos contraditórios e conflitantes, expressos nas correlações de poder na sociedade, inscrevendo posições e concepções divergentes:

Que os movimentos tenham assumido a categoria descritiva com que são designados pelo Setor Elétrico e pelos estudos de impacto não parece incomodar seus militantes e lideranças. Como tampouco lhes cria problema que esta designação venha de uma forma verbal passiva. Ao contrário, via de regra os militantes enunciam com um certo orgulho o fato de serem atingidos por tal ou qual barragem, quando se apresentam nas reuniões. Para o Setor Elétrico, e para os promotores de grandes projetos em geral, a categoria de “atingido” é perfeitamente compatível com uma perspectiva que vê as populações como incapazes de agir e, portanto, designadas por um qualificativo que as associa à passividade. O movimento, ao contrário, pretende justamente impedir que os “atingidos” fiquem passivos. O paradoxo poderia ser enunciado da seguinte maneira: o movimento de atingidos tem como objetivo impedir a existência de atingidos e fazer com que os atingidos não o sejam, ou, na pior das hipóteses, o sejam na menor medida possível.

Porto-Gonçalves defende que o MAB conseguiu demarcar um território contraditório ao conceber e colocar, de um lado, os povos como “atingidos” pela política de desenvolvimento do Estado; de outro, como sujeito, “protagonista” de outras propostas e ações. Para esse autor, o Movimento

indica a contradição diretamente posta pela ação do Estado como protagonista. As populações se colocam aqui claramente como *atingidas*, ou seja, como aqueles que não foram os destinatários da ação do Estado, ao contrário, foram atingidos pela ação deste. No entanto, ao se constituírem como movimento dos atingidos por barragem

colocam-se como sujeitos que, por sua própria ação, desejam ser protagonistas de suas vidas (Porto-Gonçalves, 2005, p. 159).

Nesse horizonte, a identidade de *atingido*, afirmada pelo Movimento, carrega o sentido, também, da representação e do saber da resistência social, da luta, da esperança e do protagonismo dos povos atingidos como sujeitos da construção de um outro modelo de desenvolvimento local e regional e de sociedade. Ao fazer referência à luta do MAB na região amazônica, Negra, liderança local do MAB, explica:

Na verdade, tem um significado muito grande que é conservar o que restou disso, dessa tragédia que foi a construção da barragem. A luta pela terra, a questão da própria Amazônia. Essa luta representa para O MAB trazer uma nova esperança para o povo, que foram atingidos, que não têm terra, que estão perdendo até seus próprios costumes. Trazer isso à tona, lutar por tudo isso, é trazer a esperança pro povo novamente. Fazer o povo ser sujeitos de sua própria história. Isso significa construir um outro modelo de desenvolvimento local, regional e ajudando a construir um modelo de sociedade diferente. [...] Na verdade, a Amazônia é um dos pontos que têm um potencial muito grande. Que agora é estratégico pra eles [os grandes empresários] explorar as riquezas da Amazônia, tirar as riquezas da Amazônia e que pra nós é uma questão de sobrevivência de vida ou morte, está preservando isso, né? Está lutando pela Amazônia contra esse tipo de exploração (NEGRA).

Ao se analisar a Bandeira do Movimento dos Atingidos por Barragem (*ver imagem I abaixo*), identifica-se um conjunto de saberes e de representações com um vigor crítico e contestatório ao modelo energético de desenvolvimento e de sociedade dominante. Identifica-se nele, também, a urgente chamada para construção de um outro modelo energético, de desenvolvimento e de sociedade, sustentado em valores humanos e de responsabilidade ambiental com a participação ativa da sociedade.



Figura 1. Bandeira do MAB.

Fonte: autor da pesquisa.

No que se refere a esse *símbolo* do MAB, integrantes do Movimento explicam, apontando aproximações e diferenças em suas interpretações:

A bandeira do Movimento dos Atingidos por Barragem ela tem um homem crucificado numa torre de energia elétrica, que é o que na verdade acontece. As pessoas sendo expulsas de suas terras por causa da construção da hidrelétrica em função da energia. Essa torre significa as pessoas crucificadas, escravizadas por isso, pela construção da hidrelétrica que gera energia, né? Aí tem o símbolo dos camponeses que é da enxada e da foice, da importância que a enxada e a foice têm para os camponeses, que eles trabalham nos seus roçados. Aí tem o azul da bandeira que são os nossos rios. Tem o vermelho que simboliza o sangue de companheiros que tombaram no caminho, que simboliza a luta. E aí vem o branco da paz. E o

verde que é nossa Amazônia (NEGRA).

Olha, o símbolo da bandeira do MAB significa a nossa condição sofredora de atingido com a construção da barragem, porque ela só atende e beneficia os tubarões, os grandes, e não os pequenos, os peixes pequenos, que somos nós [atingidos]. Olha, na bandeira tem uma pessoa crucificada na torre de energia, que são as populações atingidas, que perderam suas terras, suas roças, suas culturas com a construção da barragem. O azul significa nossos rios. O vermelho significa a nossa luta. A luta do Movimento pela preservação dos rios, da natureza. Sem luta a gente não consegue nada. O branco da paz. O verde das nossas florestas e aí a nossa região da Amazônia. Tem, ainda, a enxada e a foice, que significam nossos instrumentos de trabalho pra ará a terra, fazer nosso plantio de mandioca, de arroz (JACÓ).

[...] o símbolo é tipo uma revolta, uma reivindicação que a gente faz, porque está mostrando a classe trabalhadora como a mais prejudicada, que é a classe mais pobre. O homem que está esticado lá [na bandeira do MAB] é o homem que está crucificado, somos nós que somos crucificados com a construção da hidrelétrica, porque esta hidrelétrica não foi construída pra nós, mas sim pros grandes, como levar energia pra ALBRÁS, pra ALNORTE. Essas outras empresas grandes, então, não foram pra nós (MARIA).

Nessas narrativas, o símbolo do MAB é representado, inicialmente, como a expressão da “condição sofredora” dos povos atingidos em decorrência da “construção da barragem”, como, também, “um tipo de revolta, uma reivindicação”, que o Movimento faz para denunciar, mostrar a classe pobre e trabalhadora como “a mais prejudicada”.

Ao partir dessas representações iniciais, pode-se depreender o sentido, significado, o saber, primeiramente, de uma denúncia profundamente crítica e contestatória à política do modelo energético vigente de grandes hidrelétricas, que gera, de um lado, sofrimento e intensificação da exclusão das populações atingidas, dos “peixes pequenos”, da “classe trabalhadora”; de outro, gera lucros, riquezas para os grandes grupos econômicos, “os tubarões”, evidenciando, assim,

nessa simbologia uma grande e profunda contradição da política do Estado e de seu modelo de desenvolvimento, assentado em relações desiguais e de exclusão. Essa simbologia sugere e evidencia, ainda, a condição de “revolta, de reivindicação”, de subversão, de indignação do Movimento para ilustrar a dominação e opressão sobre a classe trabalhadora e seu protagonismo na sociedade em defesa dos povos atingidos.

A “crucificação” da pessoa na torre de energia elétrica expressa a representação social da “expulsão”, da “escravização” e do “sacrifício” dos povos oprimidos e excluídos da Amazônia, particularmente da territorialidade rural, e da natureza em prol e benefício de uma política e modelo de desenvolvimento excludente, desigual e antiecológico, pensado e materializado por fora e para fora (exógeno) com anuência do colonialismo interno (CASANOVA, 2006), conforme o paradigma da racionalidade instrumental e do sistema capitalista e colonialista (SANTOS, 2002, 2006a), gerando e intensificando a precarização e a dramaticidade das condições de vida e de trabalho desses povos e dos impactos ambientais na região.

Essa representação e saber da “crucificação” dos povos atingidos da Amazônia por esse megaprojeto podem ser desdobrados para explicar e exemplificar a crucificação de outros tantos povos, grupos oprimidos e excluídos na região, no Brasil por outros tantos megaprojetos. Daí essa representação e saber suscitar um forte teor crítico sobre a dimensão socioespacial, vinculada ao sentido do valor do lugar, do território dessas populações rurais. Dimensão inerente à sua condição de existência material e simbólica.

As *Florestas* e os *Rios*, presentes na simbologia da bandeira, denunciam a apropriação e exploração dos recursos naturais por um modelo de desenvolvimento que atende aos interesses dos grupos e clas-

ses dominantes, que objetivam transformar essa biodiversidade em forma de mercadoria e acumulação de capital, um neoextrativismo (ACOSTA, 2016). Nos termos de Santos, esses saberes e representações evidenciam uma crítica ao paradigma produtivista e colonialista. Mas, também, expressam uma representação e saber em defesa da relação do ser humano e da natureza de forma relacional e interdependente, apontando para necessidade da construção de novos paradigmas de racionalidade, de relação e de produção da existência social e humana e da convivência com a natureza.

Isso está expresso na palavra de ordem do Movimento: *Águas para vida, não para morte!*, que traz o sentido e valor ético da água para a produção e reprodução da vida humana e para o reconhecimento e valor das demais vidas, numa relação responsável e solidária de conservação dos recursos hídricos como bens comuns, o que se contrapõe ao sentido e ao significado da água enquanto “morte”, que, conforme o MAB, se exprime na ideia do *hidronegócio*, como marca do modelo energético dominante subordinado a lógica do mercado, da privatização dos bens comuns.

Nessa simbologia, produz-se, assim, uma outra representação, sabedoria e valor da construção de novas formas de uso e de significação dos territórios e dos recursos naturais, da produção de novas territorialidades, o que ajuda a balizar e inscrever modelos alternativos de desenvolvimento territorial na região amazônica, a partir dos modos de vida de suas populações do campo e do protagonismo de seus próprios sujeitos, assentada por esse princípio de bens comuns.

O *Vermelho* e o *Branco* representam símbolos de “luta” e de “paz”, respectivamente do MAB. A *luta*, simbolizada pela cor vermelha, carrega uma representação de valor ético-político e social, por meio da qual, as conquistas dos direitos dos povos atingidos podem ser conse-

guidos, possibilitando-lhes uma condição de vida e de trabalho dignos, onde a *paz* ganha sentido. Isto parece expressar a condição de que a mudança, a justiça se faz com luta política na sociedade: “Sem luta a gente não consegue nada”. Assim, *luta* e *paz* não são apresentadas como dimensões duais e separadas, mas dimensões que coexistem na construção do novo.

Essa matriz expressa a produção e manifestação de uma cultura política democrático-participativa, que inscreve e coloca o exercício da política e do poder para além das esferas tradicionais e oficiais, contestando a política conservadora dominante e suas instituições antidemocráticas e elitistas. Essa matriz aponta para construção, ampliação e disseminação de novos territórios de exercício de poder, de participação, de cidadania e de democracia, ressignificando o sentido da esfera pública, reconfigurando a relação sociedade civil e Estado.

Negra, ao relatar o sentido do *acampamento* como estratégia da luta do Movimento, evidencia a dimensão do seu *saber e representação* como instrumento de pressão, de conquista, de conscientização e de educação do Movimento.

O acampamento a gente faz quando o povo está sendo muito explorado. Com a construção da barragem, não se criou nenhum projeto que viesse dar sustento para essas famílias atingidas. As suas roças estavam de baixo d'água, o peixe estava escasso, bem não tinha mais a produção do peixe como tinha antes. Porque, quando tu vai para o acampamento tu tem um objetivo, tu foi pra lá por alguma coisa. Com isso, se sentiu necessidade, dentro dessa organização do povo dos atingidos por barragem, de se fazer acampamento. Os acampamentos são feitos de acordo com as necessidades do povo. Se a gente está querendo reivindicar algo do governo federal, a gente faz acampamento em áreas federais. Aí tipo a Eletronorte, representante do governo federal, aí a gente faz acampamento em área da Eletronorte. O acampamento é feito com lona, lona preta, o pessoal fica em baixo da lona. É um maior sacrifício que tem, mas é uma das formas que

o movimento tem de está conseguindo a forçar eles a fazer alguma coisa pelo povo! Tem toda uma mobilização. Tem toda uma organização. Tem toda uma conscientização do povo: do porque está indo para lá; do por que está no acampamento, da necessidade de está se lutando por isso. Então, tudo isso já começa de forma educativa! A educação já começa por ai né? (NEGRA).

A *Enxada* e a *Foice* representam a classe/grupos sociais de pequenos (as) trabalhadores e trabalhadoras do campo da sociedade brasileira que se inscrevem socialmente num processo produtivo sob uma lógica e dinâmicas sociais organizativas diferentes em relação ao padrão dominante, demarcando processos de trabalho e de reprodução social em conflito no território. No entanto, essas classes/grupos sociais subalternos, em particular aqui os atingidos, sofrem com a construção das barragens, o que ameaça seu processo de trabalho, de permanência na terra e seu processo de reprodução social. Nesse sentido, a *Enxada* e a *Foice* são expressões de experiências sociais e perspectivas, nos termos de Santos (2004b, 2006b), que assinalam horizontes possíveis de novas racionalidades e sociabilidades, mas que se encontram ameaçadas com a colonização do saber e com a expansão da fronteira capitalista e colonialista.

Conclusões

Ao apresentar essas reflexões, entendo que o símbolo da bandeira do MAB expressa uma metáfora dialética da sociedade brasileira e do seu modelo de desenvolvimento, com um conteúdo-forma fortemente político e crítico, contestatório. Essas representações evidenciam uma sabedoria popular de denúncia ético-política, socioespacial, cultural e ambiental tanto da condição de desumanização dos povos atingidos, quanto da saga dos seus territórios e dos recursos naturais, provocados

por esse modelo de desenvolvimento hegemônico, que figura, nos termos de Santos (2004b, 2006a), com base nas monoculturas do saber, do produtivismo capitalista, do tempo linear, da classificação social e escalar, produzindo não existências e, assim, reproduzindo uma lógica de modernização colonialista.

Nesse sentido, essa simbologia carrega e apresenta um forte sentido ético-político, socioespacial, cultural e ecológico sobre a condição da sociedade humana, particularmente dos povos atingidos, e sobre a relação ser humano e natureza, ajudando a inscrever novas concepções e práticas de usar e significar o território e os recursos naturais, inspirando a necessidade de construção de novas interpretações e experiências sociais contra-hegemônicas (SANTOS, 2004b, 2006a, 2006b) e novas territorialidades (PORTO-GONÇALVES, 2001). Isto é, a luta do Movimento pela permanência em suas terras e pela terra para reassentar e construir novos territórios com dignidade humana e com conservação ambiental coloca em cena novos sujeitos, novas experiências sociais, representações e saberes, contribuindo para jogar luzes sobre novas interpretações e perspectivas de desenvolvimento ou modos de sociabilidade na sociedade brasileira, em particular na região amazônica.

As representações sociais, enquanto “construções psicossociais” de compreensão e interpretação do mundo e de seus fenômenos (MOSCOVICI, 1978), emergentes das experiências e práticas socioculturais cotidianas dessas populações atingidas por barragem possibilitam manifestar e expressar seu pensar, sua voz, sua leitura de mundo, sua construção simbólica de resistência e de diversidade sobre a dramaticidade por elas experienciadas e se contrapor e contestar as construções materiais e simbólicas dominantes, apresentadas como válidas e legítimas para a sociedade.

Ao se referir à relação entre *resistência* e *representação social*, Bauer (1995), Guareschi e Jovchelovitch (1995, p. 23) explicam que a:

[...] resistência como elemento constitutivo das representações sociais é considerada como um fator de diversidade e de heterogeneidade cultural. As relações entre construção simbólica e resistência são especialmente importantes, especialmente se reconhecermos que a construção simbólica está inserida em uma estrutura social em que alguns grupos, e não outros, têm acesso privilegiado à imposição de suas construções.

Isso ajuda a recolocar os conflitos no terreno do tecido sociocultural, simbólico-material, e desconstruir os supostos consensos construídos, social, cultural e politicamente, por cima e pelos de cima com base num discurso universalista, que é fundamentalmente particular (eurocentrado) e, portanto, produtor de invisibilidade e exclusão.

Esses saberes e representações iniciais apresentados, aqui, vão ao encontro da defesa de que a “descolonização da ciência assenta no reconhecimento de que não há justiça social global sem justiça cognitiva global. A justiça cognitiva global só é possível mediante a substituição da monocultura do saber científico pela ecologia dos saberes” (SANTOS *et al.*, 2005, p. 100). Nesse sentido, ao emergir desse quadro de invisibilidade e de conflito, essas representações sociais e saberes do MAB colocam em evidência novas formas de opressão e dominação resultantes do modelo hegemônico de desenvolvimento, e, também, ajudam (re)escrever um outro sentido da história, tanto a partir dos sujeitos, vítimas e objetos de uma história maior e oficial do paradigma dominante; quanto de um território de proximidade e de vínculo histórico-cultural concreto de pertencimento, que suscitem e interpelam novas provocações e interpretações sobre o tema do desenvolvimento e, mais, colocam o desafio de construção de novos

caminhos contra-hegemônicos.

Referências

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: autonomia literária. Elefante, 2016.

ALVES FILHO, A. A Política dos Governos Militares na Amazônia. In: ALVES FILHO, A. et al. *Pontos de História da Amazônia*. Volume II. Belém-PA: Produção Independente, 1999, p. 34-48.

CASANOVA, Pablo G. Colonialismo interno [una redefinición]. In: BORON, Atilio et al (Orgs). *Teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*: Buenos Aires. Clacso, 2006.

COSTA, R. H. da. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CHAUÍ, M. A Ética da Política. Entrevista. In: CHAUÍ, M. et al. *Leituras da Crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo*. [entrevistador: Juarez Guimarães]. São Paulo: Perseu Abramo, 2006, p. 17-57.

DIEGUES, A. C. Modelo Econômico e os Modos de Vida: Confrontos e Alternativas no Sul do Pará. In: DIEGUES, A. C (Org). *Desmatamento e modos de vida na Amazônia*. São Paulo: NUPAUB, 1999, p. 27-94.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3ª ed., São Paulo: Circulo do livro, 1996.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazônia*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades, 2001. In: bibliotecavirtual.clacso.org.ar, acesso em 14 de maio de 2014.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere, v. 3: Maquiavel: notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade,

espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S (Orgs). *Textos em Representações Sociais*. 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 63-88.

LOUREIRO, V. R. Pressupostos do Modelo de Integração da Amazônia Brasileira aos Mercados Nacional e Internacional em Vigência nas Últimas Décadas: a modernidade às avessas. In: COSTA, M. J. J (Org). *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém-Pa: Universidade Federal do Pará, 2001, p. 47-70.

MARTINS, J. S. *A Sociedade vista do Abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MAB. *A Organização do Movimento dos Atingidos por Barragem*. In: MAB. 1ª ed. Brasília-DF: 2005.

_____. Uma História de Organização e Luta. Parte 01. [s.l.: s.n.]. In: www.mabnacional.org.br, acesso em 25 de abril de 2006.

_____. *Ditadura contra as populações atingidas por barragem*. In: MAB. Brasília-DF: Caderno de Formação nº 08 (Secretaria Nacional do MAB), Maio de 2004.

_____. *MAB: Uma história de luta, desafios e conquistas*. In: MAB. São Paulo: Caderno de Formação nº 07 (Secretaria Nacional do MAB), 2002.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. *Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo, 438p.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Trad. por Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

PEREIRA DE SÁ, C. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary J. P. (Org). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 19-45.

SANTOS, B. de S. S; RODRIGUES, C. (Introdução): Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. de S. S (Org). *Produzir para viver: os*

caminhos da produção não capitalista. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 23-78.

SANTOS, B. de S. S; *et al.* (Introdução): Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, B. de S. S (Org). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 21-122.

SANTOS, B. de S. S; NUNES, J. A. (Introdução): Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, B. de S. S (Org). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 25-68.

SANTOS, B. de S. S. Uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: SANTOS, B. de S. S (Org). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006a, p. 93-136.

_____. A Ecologia dos Saberes. In: SANTOS, B. de S. S (Org). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006b, p. 137-166.

_____. *Um discurso sobre as ciências*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

SANTOS, B. de S. S (Org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

SANTOS, B. de S. S. (Org). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005c.

_____. Introdução. In: SANTOS, B. de S. S (Org). *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004a, p. 17-58.

_____. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: SANTOS, B. de S. S (Org). *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004b, p. 777-821.

_____. Os processos de globalização. In: SANTOS, B. de S. S (Org). *A Globalização e as ciências sociais*. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2002, p. 25-104.

_____. *A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2001.

VAINER, C. Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. *In: ACSELRAD, H., et al (Org). Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 1-24.

Resumo:

O presente texto faz parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB. Como recorte, esse texto se propõe a identificar e analisar os saberes e representações sociais oriundos da experiência de luta e resistência do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). Para tanto, essa pesquisa teve uma abordagem qualitativa, envolvendo pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Dentre os referenciais usados na pesquisa, esse texto assenta-se na noção de “Ecologia de Saberes” de Boaventura Santos e na noção de “Representação Social” de Serge Moscovici. Como resultado, verifica-se a contribuição desse Movimento para demarcar posições conflitantes com a lógica dominante e trazer à baila novos temas e atores, que interpelam o debate do desenvolvimento.

Palavras-chave: MAB; Representação Social; Saber; Desenvolvimento.

Abstract:

This paper is part of a master’s dissertation research defended in the UFPB’s Graduate Education Program. As cropping, this text aims to identify and analyze the knowledge and social representations derived from the experience of struggle and resistance of the Brarrage Affected Movement (MAB). Therefore, this study was a qualitative approach involving literature, documental and field researches. Among the references used in the research, this text is based on the notion of “Knowledge Ecology” of Boaventura Santos and on the notion of “social representation” of Serge Moscovici. As a result, there is the contribution of this Movement to mark conflicting positions with the dominant logic and bring up new issues and actors that challenge the development debate.

Keywords: Social Movements; Social Representation; Cultural Knowledges; Development.

Recebido para publicação em 01/08/2018.

Aceito em 16/09/2019.

Um baile de classe: distinção e fronteiras entre elites

Joana Brito de Lima Silva

Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-4686-2792>

joanalib@yahoo.com.br

Placé dans une telle situation, le paysan est conduit à intérioriser l'image de lui-même que forment les autres, lors même qu'il s'agit d'un simple stéréotype. [...] Il n'est pas exagéré de prétendre que la prise de conscience de son corps est pour lui l'occasion privilégiée de la prise de conscience de la condition paysanne. [...] Donner son corps en spectacle, comme dans la danse, suppose que l'on accepte de s'extérioriser et que l'on ait conscience satisfait de l'image de soi qu'on livre à autrui. (Pierre Bourdieu)¹

Se um baile não é feito apenas de dança, música, anfitriões e convidados, o que mais esta combinação pode revelar? Numa primeira

1. “Colocado em tal situação, o camponês é conduzido a interiorizar a imagem dele mesmo que formam os outros, mesmo que se trate de um simples estereótipo. [...] Não é exagero indicar que a tomada de consciência de seu corpo é para ele a ocasião privilegiada de tomar consciência da condição campestre. [...] Entregar seu corpo ao espetáculo, como na dança, supõe que ele aceite se exteriorizar e que tenha consciência da imagem de si deixada por conta de outrem” (BOURDIEU, 2002, p. 117 – tradução minha).

visada, sobressaem-se esses aspectos descritivos, mas um olhar sociológico pode ver, no baile, algo além de um mero encontro de pessoas com afinidades, dispostas num salão qualquer, espaçoso o bastante para a execução de passos dançantes. É assim que o baile se torna um lugar de disputas e de demarcação de hierarquias, conforme mostra Pierre Bourdieu em *Le bal des célibataires – Crise de la société paysanne en Béarn* (BOURDIEU, 2002).² Uma das facetas da crise na sociedade pesquisada por Bourdieu é vislumbrada no momento em que os camponeses dançam e se mostram nos bailes (ou, conforme citação inicial, no instante de *donner son corps en spectacle*): seus movimentos corporais evidenciam a diferença entre o antigo habitus rural, incorporado por esses homens, e os novos padrões urbanos de dança; e essa distinção tem consequências marcantes para tais camponeses. Contudo, não se propõe aqui uma análise de *O Baile dos Celibatários*; esta referência permite situar uma *imagem* a ser evocada no decorrer do artigo: o baile e suas dinâmicas específicas, utilizado enquanto *metáfora* dos movimentos distintivos protagonizados pelas elites; ou seja, as classes dirigentes cercam-se de barreiras protetivas e isoladoras, ao mesmo tempo em que se servem da exibição de si ao

2. [-Na sociedade *paysanne*, minuciosamente pesquisada pelo sociólogo em Béarn (BOURDIEU, 2002), a cultura rural sofre uma crise protagonizada pelos celibatários (os primogênitos solteiros), devido às influências causadas na inserção de modelos urbanos em tal contexto – dentre outros fatores analisados pelo autor. Os bailes frequentados pelos camponeses encenavam a busca por interações duradouras (relacionamentos, matrimônios); e a atuação de cada indivíduo nessas ocasiões definia seus papéis sociais e seus respectivos estereótipos (homens-não-casáveis, aquele-que-não-sabe-dançar, aquele-que-dança-bem, aquele-que-não-pode-dançar etc.), formando uma imagem (ou *stigma*) da qual tais camponeses celibatários não conseguiam se desvencilhar. Consequentemente, essa imagem objetivada socialmente dificultava o andamento das relações sociais, no vilarejo, entre os camponeses primogênitos e os demais membros da sociedade (mulheres, homens da cidade, etc.). Para mais análises a respeito desta obra ver: “O camponês e seu corpo” (BOURDIEU, 2006, PULICI, 2014, MARTINEZ, 2013, dentre outros).

público. Trata-se de pensar o *baile* em andamento nos *salões de festa* das elites: tanto aquele se passa dentro de uma classe, na qual se desenrolam disputas internas por hierarquias, quanto a sua transformação em espetáculo, admirado por quem não pode participar dele. Ou: entre quem domina os passos de dança e os que tentam apreendê-los e, nesta aprendizagem, seus movimentos revelam o quanto não sabem dançar tal coreografia – do mesmo modo que os homens rurais, pesquisados por Bourdieu, ante os novos ritmos urbanos. A partir da metáfora apresentada, interessa compreender o fenômeno que torna as pessoas das classes superiores protagonistas de mídias consumidas por outras classes, e como ocorre a formação da imagem da classe dominante exposta (e imposta) socialmente nos canais midiáticos. Assim, duas perguntas norteiam o artigo: qual é a dinâmica do baile elitista, simultaneamente aberto e interdito ao público? E para que tanta exposição de uma realidade restrita a tão poucos?

Numa espécie de baile entre classes, do lado de fora do contexto elitista o público assiste aqueles que *dançam elegantemente* – a classe dominante, modelo retratado na mídia e publicidade – enquanto que a apropriação legítima desses *passos* ocorre somente para aqueles que foram *convidados a dançar*: pessoas da alta sociedade, ricas e, sobretudo, *naturalmente* elegantes. Pois o ritmo dançado neste baile é propriamente a elegância, uma estilização forjada pelas elites e divulgada nas mídias, que contribuem na legitimação deste modelo. Assim, pretende-se mostrar dois movimentos em curso neste *baile*: a objetivação da imagem da classe dominante (padrão social divulgado e legitimado socialmente) e as suas barreiras segregadoras. Além disso, trata-se de um processo de distinção entre classes e *dentro* de uma classe, isto é, pessoas situadas nas elites econômicas constroem um escalonamento da *distinção elegante* em níveis hierárquicos: da elegância

mais legítima e verdadeira à mais falsa e forçosamente copiada, numa escala cuja metrificação é definida pela própria elite, de acordo com os capitais monopolizados por ela mesma. É por isso que *A distinção: crítica social do julgamento* (BOURDIEU, 2008) – não propriamente *Le bal des célibataires* – e, sobretudo, *La violence des riches: chronique d'une immense casse sociale* (PINÇON, PINÇON-CHARLOT, 2013) serão alguns dos referenciais utilizados, juntamente a autores que evidenciam os processos de violência simbólica empregados nas lutas distintivas.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória sobre um bem imaterial – a elegância e a distinção –, buscou-se analisar discursos das elites disponibilizados ao *público*, evidentemente excluído desse universo da classe alta, mas inserido nele via mídias. A escolha por pesquisar as falas das elites permitiu investigar valores dominantes numa parcela da *esfera pública* formada nos ambientes virtuais;³ para tanto, foram acompanhadas algumas páginas de internet (brasileiras e francesas) com o objetivo de comparar seus conteúdos e analisar os princípios ali defendidos. Desse modo, as publicações selecionadas são representativas da distinção e da exibição das elites: Blog de Val Marchiori, vinculado à Veja São Paulo, Página de Claudia Matarazzo, no portal da Revista Caras, e Coluna semanal de Mônica Bergamo, na versão

3. Para Habermas, a sociedade contemporânea revitaliza as práticas da corte feudal (nobreza prestigiada como um espetáculo admirado pela plebe): “A esfera pública se torna uma corte, perante cujo público o prestígio é encenado” (HABERMAS, 2003, p. 235); é na área da comunicação que a *feudalização* do social ocorre com maior expressividade, pois o crescimento das mídias provoca o aumento do interesse do público por assuntos que retratam a privacidade dos protagonistas destas mídias. Contudo, se “o interesse de classe é a base da opinião pública” (HABERMAS, 2003, p. 108), as publicações sobre as elites evocam interesses classistas (e nunca interesses públicos, no sentido de democráticos e abrangentes a todas as esferas sociais); de fato, através das mídias percebe-se a estrutura social (hierárquica) e a imagem objetivada da classe dominante, seja qual for o tipo de publicação (exibicionistas ou restritivas).

virtual do Caderno Ilustrada, jornal Folha de São Paulo; são três tipos de publicações bem demarcadas: a primeira é de uma emergente, entusiasta da riqueza recém adquirida, a segunda é herdeira de uma família tradicional (rica habituada à classe), e a terceira exerce, em certa medida, o papel de porta-voz de quem habita o topo social, devido aos temas de seus escritos. Porém, a busca de mídias francesas que retratassem as elites de modo semelhante às publicações brasileiras selecionadas conduziu, na verdade, a outra apropriação do exibicionismo elitista, representado por dois portais de internet dedicados à alta sociedade francesa: *Bottin Mondain* e *Who's Who*; ambos apresentam um formato *enciclopédico*, isto é, divulgam listas informativas sobre membros das elites, citando suas origens históricas, seus bens econômicos, atuações profissionais, etc.; a escolha por essas duas mídias permitiu investigar uma forma de exibição regulada pela seletividade, principal lema dos canais, extremamente reservados. Mesmo havendo, na França, outros tipos de mídias dedicadas às elites e à exposição da vida particular de pessoas consideradas públicas (semelhante ao que se vende no Brasil), o aspecto contrastante dos portais citados chamou atenção para dois fatores das lutas distintivas francesas: o isolamento e o princípio discriminatório (segregação).

Nesta abordagem exploratória de parcelas das elites brasileiras e francesas, em vez de se contabilizar exemplos, buscou-se destacar aqueles mais representativos. Desse modo, as páginas e os portais de internet selecionados reforçam justamente a hipótese de que a elegância é reivindicada como o marcador distintivo das elites, enquanto marca de nascimento que sinaliza a origem social e permite o reconhecimento entre pares. Parece que a própria etimologia da palavra elegância induz a associá-la aos hábitos seletivos das elites na medida em que mobilizam capitais raros que adquirem maior valorização so-

cial justamente pela raridade, sendo chamada de elegante a escolha por um estilo de vida seletivo; e esse modelo de conduta surge de escolhas disponíveis a quem pode elegê-las.⁴ A vinculação das elites dominantes ao comportamento elegante permite situar empiricamente as questões discutidas no artigo; busca-se, portanto, abordar o contexto vivido por *aqueles* que exibem (publicamente) uma situação econômica abastada, reconhecidos socialmente por suas condutas *distintas* (e distintas) e que se outorgam o direito de definir o que é ou não é chique e elegante, inclusive para que quem ascendeu economicamente possa copiá-los. Por isso, quando se menciona, aqui, *as elites*, no plural, é uma referência ao topo da sociedade, ao domínio das riquezas econômicas e à manutenção ideológica dessa dominação, exercida não somente por pessoas ricas, mas também na mobilização de capitais doadores de status, conforme será discutido a respeito da mídia servir de porta-voz dessas valorações (Mônica Bergamo, por exemplo, divulga os discursos de quem sabe diferenciar a emergente Val Marchiori da socialite Claudia Matarazzo).

Neste sentido, a opção metodológica usada para abordar o recorte empírico indicado sustenta-se no vínculo etimológico estabelecido entre *elite*, *eleitos* e *elegância*, uma vez que esta vinculação transmite justamente o aspecto de exclusividade e de escolhas exigentes, associado ao estilo elegante-elitista. Evidentemente, o conceito de elite ultrapassa a explicação etimológica apresentada e pode-se ampliá-lo, tendo em vista uma definição mais propriamente sociológica. Através do estudo de Marcelo Ferreira sobre as elites no Brasil, nota-se que

4. “*Eleger*, *elegância* e *elite* vêm todos da mesma fonte: ELIGERE, formada por EX-, *fora*, mais LIGERE, forma combinante de LEGERE. *Elite* é o grupo dos *escolhidos*, *eleitos*. *Eligere*, outra forma de dizer *escolher* em Latim, deu *elegans*, que inicialmente indicava uma pessoa muito *exigente*, que escolhia muito, que não aceitava facilmente o que lhe apresentavam. Depois a palavra passou a indicar ‘escolhas bem-feitas, bom gosto’ [...]” (origemdapalavra.com.br).

“a vasta reflexão sobre o tema converge, em termos relativos, para dois fatores típicos de uma elite: a seletividade e o caráter fechado” (FERREIRA, 2001, p. 144); esta será a chave analítica usada para abordar os ambientes elitistas, a saber, a sua eficaz capacidade de excluir novos membros e de se fechar nela mesma, evitando os “escaladores sociais” (FERREIRA, 2001, p. 144). Neste sentido, o conceito de elite utilizado aqui remete, ainda, a uma discussão em curso desde a antiguidade clássica, contexto no qual rejeitava-se a formação de aristocracias elitistas que deturpavam os princípios democráticos da *polis*: “O argumento central do diagnóstico de Sócrates [contra as elites] diz que no momento em que uma cidade vivencia a luxúria na alimentação, nas vestimentas e nas residências, isto abre caminho ao conflito entre as pessoas” (DALOZ, 2010, p. 08 – tradução minha); aí está em jogo a ameaça aristocrática imposta ao sistema político-social grego; e, nesse âmbito, sentir-se ameaçado pela aristocracia instigava o combate às elites: “Platão considera que o mais grave perigo seria a desunião social, e a busca incessante por distinção poderia claramente levar a tal situação” (DALOZ, 2010, p. 08 – tradução minha); ou seja, combatia-se o grupo interessado em se diferenciar e se distanciar socialmente dos demais através da distinção. As definições teóricas sobre grupos dominantes, seletivos e distintivos justifica o uso do termo genérico *elites*, em sua associação à elegância e a outros atributos da classe dominante, como o consumo de luxo e o monopólio do *bom gosto*. Finalmente, a própria estratificação social indica haver classes dominantes, dirigentes, ocupando o status de elite (nos termos já mencionados), em oposição às demais classes, nomeadas de acordo com suas peculiaridades: pequena burguesia, classes médias ou intermediárias, classes baixas ou inferiores, classe trabalhadora, etc.; porém, o debate mais amplo sobre classes sociais levaria a cam-

pos não explorados na pesquisa apresentada nesse artigo. Em suma, será utilizada a ideia de elite descrita nesta introdução, com o intuito de se referir a pessoas retratadas nas mídias sobre riqueza e conduta elegante, que falam em nome de um estilo de vida admirado publicamente, mas exclusivo a quem domina seu repertório.⁵

Delimitados os objetivos, as justificativas teórico-metodológicas e o recorte empírico trabalhados, cabe retomar a metáfora proposta inicialmente, a respeito do baile elitista; é curioso notar que um dos atributos exigidos neste contexto é a *discrção*, justamente o oposto de se exibir e de aparecer publicamente; e mesmo aqueles que rejeitam a ostentação vivida por seus pares (ou seria mais adequado dizer *pá-rias*) exibem-se, de algum modo, especialmente quando discriminam quem tenta imitar seus passos. De fato, o combate à ostentação aparece nas falas de Claudia Matarazzo e dos entrevistados por Bergamo, nas quais se percebe a hostilidade em relação ao exibicionismo associado a novos ricos, como Val Marchiori (ou seja, a riqueza econômica dela não é suficiente para considerá-la legitimamente elegante). E estas falas marcam a distância em relação aos novos membros, vistos como ameaça à seletividade da classe; a análise do discurso elitista permite, ainda, identificar aqueles que imitam ou repetem de modo *inautêntico* os seus hábitos. Por exemplo, o ritual de apreciar um vinho ou champanhe é a ocasião propícia para mostrar *refinamento* e *sabedoria*, conforme ensina Claudia Matarazzo; ou ostentação e exibicionismo, no caso de Val Marchiori; também pode-se mostrar total desconhecimento e *falta de classe* em tais ocasiões supostamente refinadas, segundo apontam os julgamentos dos *especialistas* consultados

5. Ainda a respeito do conceito de elite consultar: MEDEIROS, Marcelo, 2005. OLIVEIRA LIMA, Diana, 2008. PULICI, Carolina Martins 2010. GOFFMAN, Erving, 1951. GIDDENS, Anthony, 1975. WEBER, Max, 1991, 1999. WRIGHT, Erik Olin, 2003.

por Monica Bergamo. Já nos portais *Bottin Mondain* e *Who's Who* a exibição do estilo *savoir-vivre* acontece discretamente, embora não menos cercada de *glamour*. Nestas publicações, restritas a quem pertence à elite, sobressai-se o ideal de ancestralidade (capital familiar) protegido pelo isolamento socioespacial; as poucas falas publicadas nesses portais ilustram a busca por uma distância social; é no isolamento seletivo que a aristocracia francesa mostra-se endógena, cercada de um circuito fechado, extremamente hierárquico, aberto apenas aos *anfitriões* e *convidados*; e eis aí, exatamente, o papel exercido por estes canais: *convidar* quem pode participar do baile.

Assim, as publicações sobre riqueza e estilo de vida elegante ilustram as questões motivadoras da pesquisa: de que modo as próprias elites se consideram um referencial legítimo de elegância e de bom gosto? E em que medida a sociedade em geral legitima essa percepção? Noutras palavras, utilizando os termos habermasianos (HABERMAS, 2003), a esfera pública e a esfera privada se entrelaçam perfeitamente nas mídias sobre elites, pois os interesses econômicos (via publicidade, por exemplo) e os recursos ideológicos subentendidos nas publicações (naturalização da riqueza e, conseqüentemente, das desigualdades sociais) aparecem como dados neutros, meramente informativos e abertos a quem se interessar e tiver curiosidade em saber o que pensam e fazem tais pessoas; isto é, as notícias divulgadas são, na verdade, assuntos pessoais formatados como se fossem informações impessoais (de interesse público). Por isso, a partir de alguns canais de comunicação (Blogs, redes sociais, páginas na internet, etc.) pode-se visualizar os arranjos sociais que sustentam o baile elitista, isto é, saber quem decidirá a música, o ritmo e a dança, quem poderá participar e quem somente assistirá ao espetáculo.

É possível perceber, analisando as falas das elites nas mídias, que

os interesses classistas se materializam nas páginas, impressas ou virtuais, voltadas a ricos e famosos, nessa espécie de *refeudalização* da sociedade contemporânea (HABERMAS, 2003). Há exemplos de mídias que, embora não utilizados diretamente aqui, reforçam as questões já levantadas: além das famosas revistas brasileiras *Caras* e *Contigo* da Editora Abril, tem-se a *Quem Acontece*, da Editora Globo, e a *Chiques e Famosos*, da Editora Símbolo; todas tratam os protagonistas de suas páginas enquanto modelos a serem admirados e seguidos. Na França, há também um grande mercado midiático em torno dos ricos e famosos, por exemplo, *Riches et Célèbres* (editora *Presse Fr*), cujo título evidencia o interesse em questão, além das revistas *Voici* (*Prisma Presse*), *Nous Deux* (*Mondadori France*), *Gala* (*Prisma Media*), *Public* e *Elle* (do *Groupe Lagardère*), e *Marie Claire* (*Groupe Marie Claire*), todas dedicadas a noticiar a indústria do entretenimento, da moda, os estilos e os padrões de beleza associados a pessoas ricas e famosas; além de seções em jornais dedicadas ao *savoir vivre* elegante, considerado tipicamente francês, como o caderno *Madame*, no jornal *Le Figaro*. Em todos esses canais midiáticos a riqueza é celebrada a ponto de se tornar banal a exibição de mansões, castelos, festas de gala, vestimentas de marcas reconhecidas e demais produtos de luxo. Nesse aspecto, é exemplar uma publicação na *célèbre* revista brasileira dedicada a ricos e famosos: a própria manchete já resume a aclamada notícia, ao dizer que “Chiquinho Scarpa abre a sua luxuosa mansão para Caras”; na reportagem, uma residência é festejada pelo simples fato de pertencer a um *nobre* habitante da capital paulista – ou seja, não se trata de um homem qualquer: ele é um conde, título hereditário, adquirido por ser descendente de europeus aristocratas (italianos), que se instalaram em São Paulo na passagem do século XIX ao XX. A Revista Caras o nomeia de “eterno playboy”,

enquanto descreve o luxo e a demonstração de riqueza do protagonista noticiado: os valores e as marcas de roupas, de champanhes, de móveis e demais produtos utilizados na decoração da casa; a reportagem também menciona o legado de propriedades pertencentes ao *clã familiar* e destaca as suas *heranças* (termos citados no texto). Todavia, o mais espantoso é notar como os leitores reagem entusiasmados ante a celebração da riqueza alheia, quando declaram: “ele é o cara pra mim, eu sou fã dele, abraços”, “que maravilha de mansão”, “que seu merecimento seja aproveitado” e ainda: “Parabéns pela sua riqueza” (CARAS, 2013); são comentários que expressam um curioso *fascínio* exercido pelo universo dos ricos em quem está fora desse ambiente.

Ainda no âmbito de mídias voltadas a riquezas reconhecidas socialmente, cabe mencionar o *reality show* “Mulheres Ricas”, transmitido pela Rede Bandeirantes, de 2012 a 2013 (ver BAND, 2012, VEJA, 2012); o programa tratava do cotidiano de cinco *socialites*, em suas luxuosas rotinas de consumo, festas, viagens e o que se costuma chamar de *futilidades*; o programa, protagonizado também pela emergente citada aqui, Val Marchiori, contribuiu para a criação de um estereótipo vinculado a tais mulheres ricas: estão sempre empolgadas com as possibilidades compradas pela riqueza que possuem, por isso divertem-se com a ostentação de consumir produtos de luxo, promover festas, viajar sem planejamento prévio, etc. A espetacularização da riqueza torna-se um tema comum, exibido sem nenhum vínculo com as condições sociais que geram essas *castas*. Completando o panorama de publicização da riqueza, cabe mencionar que as colunas sociais também cumprem o papel de mostrar o estilo vivido por uma parte da sociedade, notadamente, aquela que usufrui de tempo e recursos para cultivar-se e investir nesse cultivo; desse modo, o *colunismo* é uma seção de jornais e revistas, impressos ou virtuais, dedicada a no-

ticiar as pessoas colonáveis, aquelas *produtivas* e de *destaque* (LIMA SILVA, 2015)⁶; ou seja, retrata-se quem mais se destaca e produz em termos de capitais econômicos, sociais e culturais, sendo essas escolhas motivadas por interesses que mantêm o próprio colonismo em andamento. Em resumo, o estilo elitista insere-se no imaginário social por múltiplas vias (midiáticas) e se torna um espetáculo admirado pelo público, interessado em adentrar, ou ao menos vislumbrar, esse universo fechado e exibido.

Dominação elegante: universalizar o particular

Refinamento, superioridade, conduta etiquetada e postura esnobe são algumas rotulações comuns para caracterizar a elite, e que a associam a um estilo de vida seletivo e distinto⁷. Nas sociedades capitalistas contemporâneas são as elites que representam o papel aristocrático, outrora desempenhado pelos nobres nas cortes, de se distinguir incessantemente das demais classes (ELIAS, 1993). A busca por se diferenciar legitima a elegância como atributo inseparável da alta sociedade, próprio de quem *tem classe*⁸. Ora, quando se afirma, no

6. O colonismo é utilizado para divulgar pessoas *produtivas e de destaque*, conforme afirma um colonista social entrevistado na referida pesquisa; o colonista insiste que suas escolhas “independem de classe social”, porém, ao acrescentar o termo “produtivas” evidencia-se a preferência por noticiar quem produz riquezas (empresários, proprietárias de lojas luxuosas e demais produtores de valores econômicos e simbólicos); mas na fala de outro entrevistado percebe-se o que propriamente move o colonismo social: é o interesse do colonista em retratar colonáveis que, por sua vez, compram espaços na coluna para anúncios de seus produtos, empreendimentos ou serviços, numa simbiose peculiar entre publicidade, notícias, público e consumidores (LIMA SILVA, 2015).

7. Conforme DALOZ, 2010 ; ELIAS, 1993; BOURDIEU, 2008; PINÇON-CHARLOT, PINÇON, 2000, 2013, PULICI, 2010, dentre outros.

8. A respeito da naturalização da elegância e da legitimação desse atributo classista consultar o artigo “Corpo sem classe: elegância natural e teatralidade elegante” (LIMA SILVA, 2016). O artigo citado e este aqui publicado fazem parte de minha

senso comum, que alguém tem classe e por isso é elegante esta associação remete ao *habitus* incorporado numa classe bem específica; noutras palavras: “Uma tal naturalização das qualidades inatas [das pessoas ricas] pode conduzir à ideologia do sangue azul, que fez dos nobres, e hoje da aristocracia do dinheiro, uma humanidade à parte. A ponto de que sua elegância faz dizer que ‘eles têm classe’ ” (PINÇON, PINÇON-CHARLOT, 2013, p. 172 – tradução minha). Então, a referência à classe para caracterizar a elegância situa o lugar social onde o estilo *elegante-de-classe* é naturalizado; as elites o incorporam enquanto *habitus* transmutado em natureza, produto da socialização num contexto específico. É assim que os papéis sociais são cristalizados: *uma vez nobre, sempre nobre* – e o mesmo aplicado aos que não são nem nunca serão pertencentes a esta nobreza (por não serem herdeiros *naturais*); noutros termos, a elite se autodefine e a autodefinição a legitima:

O caráter próprio da imposição de legitimidade é o de impedir que, algum dia, seja possível determinar se o dominante aparece como distinto ou nobre por ser dominante, ou seja, por ter o privilégio de definir, por sua própria existência, que o nobre ou o distinto é, exclusivamente, o que ele é, privilégio que leva precisamente a marca de sua segurança, ou se é somente por ser dominante que ele aparece dotado dessas qualidades e único legitimado para defini-las (BOURDIEU, 2008, p. 88).

A objetivação da imagem das elites como representantes do estilo elegante, facilitada pelas mídias, é uma forma de reforçar as barreiras erigidas no próprio campo elitista: na medida em que pessoas exógenas se aproximam, as elites erguem demarcações que afastam os pretensos novos membros. Formam-se, assim, as lutas distintivas, que se impõem tanto contra quem tem condições financeiras iguais a quem

pesquisa de pós-doutorado na EHESS-Paris (2016).

pertence à classe alta quanto aos excluídos por não serem ricos o bastante, mesmo que se esforcem por parecerem elegantes. Tais lutas são percebidas no esforço da emergente Val Marchiori, em sua busca por *refinamento*, e na certeza de que “estar bem vestida não é uma questão de opção, mas obrigação” (MARCHIORI, 2014), ou até em pessoas comuns, não-famosas, por exemplo, aquelas que buscam os preceitos de etiqueta divulgados por Claudia Matarazzo, a respeito da maneira certa de apreciar um champanhe e demais regras de etiqueta (MATARAZZO, 2014); e, ainda, as lutas erguem barreiras para separar as elites legítimas e ilegítimas, formadas por pessoas “merecedoras do troféu Jecas do ano”, segundo o júri consultado por Mônica Bergamo (BERGAMO, 2005). Nota-se que a divulgação do *habitus* da elegância de classe torna-o um referencial que pode até ser imitado, mas a imitação não obtém reconhecimento e, por isso, a elegância transmutada em imitação *jamais* será legítima ou autêntica.

Assim, quem barganha a entrada na elite é chamado de emergente (são os novos ricos), e carrega o estigma negativo de não-pertencimento aos circuitos elitistas originais. A sentença de exclusão prévia encontra-se no discurso: “porque não foram socializados no código adequado, não foram educados em contato com a arte e não aprenderam a ter uma aproximação estética ao mundo, [os emergentes] jamais poderão pertencer à verdadeira ‘elite’ ” (OLIVEIRA LIMA, 2007, p. 182). Por isso as pessoas em ascensão econômica mobilizam capitais próprios da elite em vista de aceitação social, pois pretendem transformar capital econômico em capitais simbólicos, para reverterem o estigma negativo de não possuírem origem *de berço*. É o que a *socialite* representante do fenômeno emergente brasileiro, Val Marchiori, revela em suas publicações no portal da Revista Veja São Paulo; ela conquistou projeção social com seu jeito irreverente de atuar em

público (no programa televisivo “Mulheres Ricas”, mencionado anteriormente), e jamais fez questão de esconder que seu enriquecimento financeiro não está vinculado a capitais reconhecidos pela alta sociedade; isto é, ela não se enquadra no rol de herdeiros de títulos de nobreza, fortunas e linhagens tradicionais. As declarações da *sociolite* representam uma busca por se distinguir, sustentada na afirmação dos valores dominantes que ela tenta se apropriar; nesse aspecto, através da ostentação do luxo, ela pretende superar o estigma negativo de emergente e a ausência de capitais significativos:

Disseram um dia desses que estou em um momento ostentação porque só posto fotos de viagens, dos meus jantares, do meu champagne, das minhas compras. *Hello!* Nada de ostentação, é só o dia a dia mesmo! [...]. Mas nada como estar elegante em qualquer dia ou ocasião da semana. De Chanel ainda, fica mais fácil. [...]. Não é só uma questão de dinheiro, mas de bom gosto também. [...] Ter uma Chanel ajuda, mas não é tudo. (MARCHIORI, 2014).

As “batalhas pela imposição de um estilo de vida legítimo” (PULICI, 2010, p. 297) mostram que o consumo e a ostentação de objetos associados à riqueza serão os primeiros elementos apropriados pelas pessoas que ascenderam economicamente. Mas esta apropriação sempre será acompanhada de sua justificativa estética: o bom gosto, a elegância. Assume-se o valor simbólico de uma bolsa *Chanel*, por exemplo, para em seguida dissociá-lo do dinheiro investido na compra. Desse modo, o consumo de luxo, primeiro passo para o reconhecimento social, torna-se um ato banal, cotidiano, “só o dia a dia mesmo”, como insiste Marchiori; e esta banalização aumenta a legitimidade dos hábitos elitistas. Ou seja, mais do que padrão social, a imagem objetivada publicamente atribui um caráter de normalidade à riqueza, no sentido de mostrar as práticas da classe dominante como naturais e desejáveis, conforme visto a respeito da mansão de Chiquinho Scarpa.

De fato, o trabalho midiático transforma os interesses particulares (hábitos e *habitus*) das classes superiores em modelo *universal*: dominados e dominantes concordam na aceitação de um modelo de conduta exposto e universalizado – ainda que seja um *particular modo de ser-no-mundo*, próprio de uma parcela da sociedade.

Por esta razão, a elite desfruta do prestígio da excepcionalidade de sua própria existência: a “classe dirigente não pode ser percebida pelas outras classes e por ela mesma senão como um clube dos bem-dotados de inteligências superiores, aqueles que merecem ser destinados às mais altas funções” (PINÇON, PINÇON-CHARLOT, 2013, p. 167 – tradução minha). Segundo a perspectiva meritocrática, a dominação social das elites é transformada em destino; ou seja, encobre-se o fato de que tal domínio se deve a fatores como possuir mais bens e *recursos* (poderes econômicos, políticos, sociais etc.), obtidos à custa de muita exploração e opressão, para se destacar unicamente atributos considerados inatos. Consequentemente, esses indivíduos (ricos) tornam-se “merecedores” da riqueza que possuem porque seriam dotados de qualidades superiores *naturais*; fecha-se, pois, numa circularidade, a justificativa para definir quem participará do “clube dos bem-dotados”, citado acima. Isso ocorre, também, nas escolhas de pessoas que representam a alta sociedade francesa, realizadas pelas organizações *Bottin Mondain* e *Who’s Who*; para ser escolhido ou demandar uma inscrição nos portais citados, exige-se cumprir pré-requisitos somente obtidos via *hereditariedade* (as tais qualidades superiores consideradas inatas): primeiramente, deve-se mencionar os parentes próximos vinculados à organização e apresentar cartas de recomendação de pessoas já inscritas; em seguida, são considerados critérios como prestígio social, valor histórico associado ao sobrenome, atuação profissional e estilo de vida (*art de vivre, savoir vivre*); contudo, os portais dizem que

os títulos de nobreza, a fortuna, as propriedades e o nível de riqueza acumulada não seriam critérios fundamentais – embora estejam, evidentemente, implícitos em tais escolhas dos “eleitos”; após se obter o status de membro inscrito (e de pagar altas taxas mensais/anuais) torna-se possível comprar e consultar os livros – editados no formato de enciclopédias das elites, conforme já mencionado –, nos quais se encontram pequenas biografias de *personalidades* francesas.

Divulgar quem ocupa as mais altas posições sociais reforça o merecimento atribuído à riqueza (meritocracia). Assim, a universalização dos valores elitistas inicia-se pelo reconhecimento social da suposta superioridade de quem possui riquezas; é aí que se invertem causas e efeitos: a classe dominante é superior (distinta) porque nasceu assim, e por isso merece a riqueza e o domínio que tem. Eis o que se denomina, aqui, de *violência dos ricos* (PINÇON, PINÇON-CHARLOT, 2013). É uma violência simbólica atuante em duas frentes: no fascínio de atrair a atenção do público e na intimidação provocada pela *grandiosidade* da riqueza. Trata-se de um poder de fascinação intimidante, ante o qual as pessoas, sobretudo aquelas que não são ricas (mas desejariam ser), sentem-se atraídas. Noutros termos, “para que as hierarquias sociais sejam respeitadas na prática, mesmo que elas sejam ideologicamente contestáveis, é preciso, com efeito, que os dominados sejam intimidados pelo universo dos dominantes” (PINÇON, PINÇON-CHARLOT, 2013, p. 182 – tradução minha). E os autores puderam mostrar o fascínio intimidante *in loco*: Dominique Pinçon-Charlot e Michel Pinçon levaram estudantes de uma escola pública, da periferia parisiense, para conhecerem os *beaux quartiers* da cidade. Com o objetivo de despertar uma atitude crítica em relação às desigualdades sociais, através do choque entre realidades diferentes, a experiência permitiu aos sociólogos observar a interiorização do sentimento de

exclusão diante de um mundo de luxo e riqueza. Após a experiência, os estudantes escreveram suas impressões, nas quais destacam-se o pertencimento a um universo distante dos ricos e uma forma de encantamento, admiração ou repulsão, ante um estilo de vida cercado de privilégios e exclusividades. Os depoimentos mostram o desejo de pertencer à realidade visitada (riqueza), porém, é um sentimento ambíguo, pois ao mesmo tempo em que há atração há rejeição, seja sob a forma de entusiasmo ou de surpresa ante o ritualismo burguês: “A gente tem a impressão de que os burgueses têm um código a respeitar, se não eles não fariam parte dessa classe”, “Logo que a gente entra numa boutique de luxo, e porque a gente não pertence à burguesia, a gente sente um mal-estar”, “é uma amabilidade à qual nós não somos habituados e isso nos incomoda” (estudantes anônimos citados por PINÇON, PINÇON-CHARLOT, 2013, p. 178; traduções minhas).

Assim, a fascinação combina-se ao poder de intimidação gerada por uma realidade da qual a maioria está efetivamente de fora, embora sintam-se *íntima*, graças à divulgação publicitária-midiática; então, o fascínio intimidante da riqueza institui, socialmente, um modelo *legítimo* – tão legítimo que simula a própria popularização através da divulgação pública. Neste sentido, é notável, nas postagens de Marchiori, o intuito de tentar neutralizar sua empolgação com a riqueza, mostrando-se íntima dos códigos mobilizados nas classes abastadas: “Meu figurino do último domingo, que comentaram bastante no *Instagram*: bolsa, saia, óculos, sandália, cinto *Chanel*, e o blazer [sic] *Pucci!* #básico, como eu escrevi” (MARCHIORI, 2014). Em seguida, aproveita para evidenciar o que ela classifica como sendo falta de bom gosto de suas colegas de *reality show*: “É muito melhor acertar no look e ser elogiada do que usar qualquer coisa, vocês podem ter certeza”, e reafirma suas convicções: “Não é só uma questão de dinheiro, mas

de bom gosto também. Vide as participantes do *Mulheres Ricas*, por exemplo: nem todas têm muito dinheiro, mas algumas ali eram campeãs no quesito cafonice” (MARCHIORI, 2014). Nota-se aí, a necessidade de autoafirmação fundada na negação de legitimidade de outras mulheres na mesma condição dela (ricas emergentes): de algum modo Marchiori precisa se diferenciar daquelas que são associadas ao estilo dos novos ricos, pois ela não deseja carregar o estigma de “cafonice”, ainda que as suas atitudes terminem por reforçá-lo drasticamente (segundo outras mulheres ricas – tema a ser retomado). Noutros termos, ela sabe que “Ter uma Chanel ajuda, mas não é tudo” (MARCHIORI, 2014). É assim que o fascínio pela riqueza se consolida: na certeza de que o valor do objeto possuído poderá valorizar quem o possui. Seja no apego a marcas luxuosas, seja despertado ao entrar em butiques de luxo, ou ao folhear páginas de jornais e revistas, nas quais os privilégios sociais são publicados, o fato é que o mercado midiático e a publicidade contribuem para a divulgação dos produtos de elegância e de bom gosto consumidos pelas pessoas *de classe*. E, como resultado, restaria a quem assiste ao baile elitista consumir o mesmo que as elites: mas aí logo entra em cena a intimidação sob a forma da inacessibilidade desse consumo. Afinal, quem realmente pode usufruir do luxo sem previamente pertencer às classes abastadas? E mais, o consumo de luxo garante passar de um estado de não-reconhecimento ao reconhecimento intraclasse Val Marchiori tornou-se ícone da elegância apenas por exibir a sua bolsa *Chanel*? Parece que as ofertas de consumo surgem como uma possível entrada no mundo da riqueza, como se bastasse a imitação da aparência para se obter o status desejado.

Inacessível, devido às despesas de alto custo, e ilegítimo (por não gerar legitimidade, reconhecimento), o consumo por status sustenta a exibição da riqueza oferecida ao público, ávido para consumi-la e

conquistá-la. O equívoco dessa crença é mantido pela ilusão de que a intimidade e o pertencimento ao universo da riqueza poderiam ser vendidos como um simples produto a ser consumido; mas, no mundo das elites, o *status* é conquistado não só no acúmulo de capitais econômicos e no consumo de bens luxuosos. Senão, bastaria seguir recomendações que superariam as restrições materiais e, alterando-se o visual, superficialmente, seria possível ao menos parecer chique. Trata-se, aqui, de uma publicação bastante representativa da percepção *popular* do estilo elegante-elitista, que propõe: “como ser chique mesmo sendo pobre?” e atribui alguns itens necessários para quem deseja imitar a aparência das pessoas ricas; o primeiro diz respeito às posturas corporais:

Por mais linda e bem vestida que a mulher esteja, se andar corcunda ou com as pernas abertas vai ficar horrível, é mais bonito uma mulher andar reta de chinelo, do que uma mulher toda curvada em cima de um lindo salto agulha! Cuide também dos seus gestos e a maneira como fala, uma mulher elegante é delicada e educada (FIGUEIRO, 2013).

Em seguida, volta-se à aparência, numa tentativa de decifrar os códigos da riqueza e transmutá-los em elementos copiáveis e atingíveis: “Para ficar com pinta de rica você deve escolher óculos grandes e neutros sem muitos detalhes. Estes estilos [...] dão um ar de elegância à mulher [...]. Fuja de misturas muito chamativas”; o teor classista revela-se ainda mais gritante na condenação do uso de “Artesanato: [...] Isso vai te deixar com uma cara de pobrinha”, e na conclusão de que o corpo elegante não é aquele que se mostra por inteiro: “Fuja de roupas muito apertadas ou muito curtas, [...], você não parecerá nem um pouco chique”. As estratégias listadas mostram que, de fato, “cada mulher encontra a seu nível econômico os produtos ou os usos para participar da estetização de si” (LE BRETON, 2015, p. 231 – tradução

minha). No entanto, a eficácia simbólica não é a mesma em todos os níveis econômicos e sociais em suas diferentes formas de estetização de si. Por mais que o mercado ofereça alternativas aos consumidores, o alcance da acessibilidade é nulo na maioria dos contextos sociais quando se considera o objetivo de se obter distinção. Eis então como funciona a intimidação elitista no que se refere ao consumo de luxo: ao mesmo tempo em que atrai a atenção do público (fascina) ela o repele, por ser inacessível o valor verdadeiro em jogo nesse ato de consumir; ou seja, não é o produto, mas a aura de quem o consome que vale mais. Ainda assim, conforme ensina a postagem sobre como parecer chique (mesmo sendo pobre), as classes excluídas constroem formas de adentrar o salão das elites e copiar os passos da classe modelar. E, coincidência ou não, Marchiori aparece na postagem citada aqui usando óculos escuros que se enquadram na descrição acima, de quem quer parecer rica, chique e elegante; ora, se ela acertou no visual o que ainda falta a ela?



Imagem 1: "Muita gente se incomoda com o sucesso alheio"

Fonte: Marchiori, 2014.

Na medida em que o estilo vinculado à riqueza pressupõe exclusividade e distinção, popularizá-lo, como se fosse um bem acessível, desfigura seus pilares. Mas é assim, universalizando o particular, que se constrói uma visão de mundo essencialmente *antipopular* e popularizada entre todas as classes, segundo a qual usar assessórios de artesanato causaria a uma pessoa a aparência de *pobrinha* e nada chique. Ao vender a imagem positiva dos atributos chiques e elegantes das elites, o mercado midiático distorce o fato de que esse universo é interdito à popularização. E a interdição atua duplamente para proteger os domínios elitistas: 1) através da violência simbólica e física (basta observar a altura dos muros dos condomínios luxuosos e o número de seguranças rondando nos shoppings mais distintos para perceber alguns atos que mantêm as fronteiras classistas em demarcações bem concretas); e 2) na consagração do fascínio intimidante da riqueza, mobilizado por consumidores, mídias, mercado publicitário, etc. Ou seja, o baile apresentado como espetáculo pode até ser *aberto* a variados públicos, mas a pista de dança está restrita aos convidados, aos *eleitos* elegantes; mas quem não recebeu o convite pode, *desengonçadamente*, tentar repetir os *passos de dança* que assiste e admirar aqueles que dançam *bem*.

Da autoafirmação elitista às barreiras discriminatórias

Além de ter seu modo de vida exibido publicamente, a classe alta raramente é afrontada em relação a suas particularidades, visto que estas se tornam universais e, por isso, *inquestionáveis* (cf. PINÇON, PINÇON-CHARLOT, 2013) – ainda que a universalidade seja mais uma estratégia ideológica do que propriamente um valor universal,

haja vista a diversidade de lutas nos campos sociais contra a desigualdade e a supressão das diferenças (gênero, etnias, etc.). Outro ponto discordante é que a universalização da ideologia da riqueza, porém, não significa uma abertura a novos membros; ao contrário, como verdadeiros guardiões da elite, seus membros criam barreiras distintas que, a cada momento, evoluem no intuito de separar quem é legitimamente elegante daqueles que apenas aparentam sê-lo. Seus códigos internos expressam justamente o diferencial necessário para garantir a seletividade elitista: “uma elegância discreta, mas constante [...], todos esses signos são afirmações da posição social, uma proclamação do pertencimento à alta sociedade” (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2000, p. 104 – tradução minha). Nesse sentido, as publicações de Val Marchiori representam uma visão de mundo em conflito: ela transmite a imagem de quem valoriza essencialmente os bens materiais e as aparências, mas precisa dissimular o apreço pelo dinheiro em vista de uma “distinção sem intenção de distinguir-se” (BOURDIEU, 2008, p. 233); esta sentença bourdieusiana resume a luta dissimulada por dominação social, isto é, não importa o quanto quem assiste ao baile elitista (sem ter sido propriamente convidado) e repita com precisão os passos de dança: mesmo assim, está imitando, e caberá aos dançantes (de posse prévia da coreografia) acrescentar outros movimentos distintivos.

Conforme visto, as classes dominantes partem do apoio midiático e publicitário para defenderem seu modo de ser e transmitirem a noção de normalidade associada a seus hábitos. Dizer que não é exibicionismo nem ostentação, mas utilizar objetos de luxo é o mesmo que considerar-se elegante e separar esta elegância do dinheiro exigido para tanto. Ou seja, a dissimulação das elites esconde que sem dinheiro não é possível ter a *ajudinha* de uma bolsa *Chanel* original;

com isto, publicações como as de Val Marchiori repetem formas dissimuladas de manter inquestionável o universo da riqueza ostentada como um objeto exuberante. Assim, a postura de nova rica, incorporada a ela, objetiva a imagem de um tipo de elite: Marchiori exhibe seu alto poder aquisitivo num deslumbramento com o universo dos ricos. É o que se percebe a seguir, na descrição de sua festa de casamento:

E esses dias ando um pouco saudosista, principalmente vendo as fotos do meu casamento. [...]. Tinha gente que eu nunca imaginei arrasando na pista. Os ricos requebram até o chão também! [...] ser feliz é muito bom! Ao lado de amigos é melhor ainda. E com o amor de sua vida, então? Nem se fala! E tudo isso, com uma taça de champanhe a noite toda — aí a felicidade é completa. [...]. Quem era o elemento mais importante da festa? Porque, quando ele [champanhe] não aparece na minha mão, aparece nas mãos dos outros convidados. Muita gente fala do meu champanhe, mas também adora degustá-lo. É ótimo ter várias opções de bebida em uma festa, mas coloca um bom champanhe gelado passando a noite toda para você ver. Ninguém pede mais nada. [...] Que nunca nos falte o supérfluo! (MARCHIORI, 2014).

Nota-se a incorporação de um gosto considerado legítimo (beber champanhe) que se sobrepõe ao sentido da ocasião (celebrar o casamento); ademais, a publicação expõe hábitos sustentados por elementos materiais que explicitam sua condição de mulher rica. A necessidade de destacar o consumo de marcas famosas, de exibir a própria intimidade e mostrar domínio de um saber associado à riqueza, transforma a visão da socialite numa percepção de *seu* contexto social: pessoas ascendentes que buscam reconhecimento ao assimilarem o bom gosto das elites. Contudo, o esforço daqueles que contam apenas com o capital econômico para obtenção de status reduz-se a *imitar* os passos *coreografados* na *pista de dança*. E ainda que o façam com perfeição (consumindo marcas famosas de champanhe, por exemplo), conti-

nuam subjugados a uma posição secundária na alta sociedade; donde decorre que, nas disputas em torno do bom gosto e da elegância, “a oposição estrutural entre o distintivo e o vulgar permanece vigorosa” (PULICI, 2010, p. 297). Assim, para evitar a acusação de vulgaridade, Marchiori interioriza o gosto legítimo e, contraditoriamente, na tentativa de aparentar naturalidade com o consumo de luxo percebe-se exibicionismo e ostentação em sua postura. Afinal, beber champanhe a noite inteira e requebrar até o chão, em sua festa de casamento, são práticas vulgares, segundo o ideal de discrição ensinado por Claudia Matarazzo, por exemplo, que condena o exagero e o excesso; estas exigências de classe ilustram bem o jogo entre legítimo e ilegítimo presente nas atitudes de Marchiori, inclusive quando ela mesma termina as suas postagens dizendo “Que nunca nos falte o supérfluo”. Não seria mais adequado dizer que nunca falte o dinheiro para barganhar status? Ou a sua maior falta seria a ausência de disposições (*habitus* de classe alta) eficientemente incorporadas? Isto é, nas palavras de Bourdieu,

sendo capital uma relação social, ou seja, uma energia social que existe e produz seus efeitos apenas no campo em que ela se produz e se reproduz, cada uma das propriedades associadas à classe *recebe seu valor e sua eficácia das leis específicas de cada campo*: na prática, ou seja, em um campo particular, nem sempre todas as propriedades incorporadas (disposições) ou objetivadas (bens econômicos ou culturais), associadas aos agentes, são eficientes simultaneamente. (BOURDIEU, 2008, p. 107).

Desse modo, tentar manter as suas posições hierárquicas somente apoiadas no capital econômico será o trunfo dos emergentes, pois já podem, ao menos, *adentrar o baile*. É o que fazem as pessoas ricas não-herdeiras de capitais legítimos, como Val Marchiori, que extraem do consumo luxuoso e da valorização de sua riqueza o status desejado:

para ela, beber champanhe traz a felicidade de festejar a vida com seu amor e amigos, dançando até o chão, ainda que apenas incorpore as disposições associadas à riqueza objetivando-as em bens econômicos. Nesta dança, aqueles que *adentram tardiamente* o baile tentam acumular capitais por meio de festas e bens luxuosos; com isto, frequentam espaços sociais *antes* restritos aos circuitos elitistas e repetem as escolhas legítimas de marcas e práticas de custo econômico elevado – seja usando uma bolsa *Chanel* seja mostrando suas viagens e jantares; desta forma, na postagem de Marchiori é visível a sua fascinação pela riqueza; o fascínio também aparece em suas tentativas de dissimular seus hábitos consumistas: não se trata de ostentação, mas do *dia a dia mesmo*, conforme ela conclui.

Outra maneira de distinção disseminada nas elites encontra-se na autoafirmação de seu modo de vida como único, isto é, enquanto modelo verdadeiro de conduta, cujos parâmetros são conhecidos apenas internamente, embora sejam expostos a toda a sociedade. A partir da postura de *autoridade* em relação ao domínio deste saber, que se concretiza nas regras de etiqueta, por exemplo, membros da elite hostilizam os não-iniciados nos preceitos em voga no universo elitista. Ou, em vez de apenas intimidar quem não dispõe de familiaridade com esse contexto, há quem, *generosamente*, ofereça ao público instruções sobre como *dançar corretamente*, com leveza e elegância. Esta percepção de autoridade numa sabedoria iniciática aparece nas publicações da representante da alta sociedade paulistana, Claudia Matarazzo, no portal da Revista Caras. Quando expõe sua visão de mundo, sobressaem-se os mecanismos usados para distinguir quem é ou não é legitimamente elegante; claro que, nesse contexto, não se trata apenas da distinção entre ricos e pobres, mas da *exigência interna* das classes dominantes sobre o espólio do modelo a ser seguido por todos aque-

les presentes no baile, adentrem ou não o salão. Se a representante dos chamados novos ricos (Val Marchiori) assume a ostentação como um aspecto normal de sua conduta, justificada no gosto dominante, esta outra *socialite* (Claudia Matarazzo) defende a discricção e a fineza *da* classe. Trata-se de mostrar domínio do *savoir vivre* elitista e de falar em nome da elite legítima: “Aprender a gostar de champanhe é fácil: [...]. Mas é muito comum ver pessoas com uma taça na mão, fazendo pose – quando na verdade estão pagando o maior mico”, diz Matarazzo, e continua aconselhando: “se quiser dar um *show de classe* atente para alguns detalhes que, para os entendedores, são considerados verdadeiros sacrilégios. Ok, talvez não tanto, mas certamente uma prova cabal de *deselegância* e falta de traquejo” (MATARAZZO, 2014). São falas representativas de um conhecimento exclusivo de quem *tem classe* e bom gosto para atuar em perfeita concordância às normas dominantes, conforme continua:

Taça certa e taça errada: sabe aquelas taças antigas baixas de boca larga do jogo da sua avó? Não servem mais. [...] champanhe (e outros espumantes) devem ser degustados em *flûtes*, taças altas e estreitas, cujo formato evita que o *pèrlage* – nome dado as bolinhas efervescentes – escape. Aprenda a segurar a taça – ok, eu sei que você sabe que a taça deve ser delicadamente segura pela haste. Beleza. Mas já vi muita gente fazer isso e girar a taça! Nem pense. Só vai fazer com que o vinho se “desarrume” todo desperdiçando inclusive o *pèrlage*... Extraíndo o suspiro da Rolha – nada de estouro, com barulho de tiro e rolha voando rumo ao teto. Quem sabe das coisas aprende a tirar a rolha com jeito [...] Banho de Espuma – Esse tipo de ostentação só funciona em pódio de autódromo – e mesmo assim em frente às câmeras, tá? (MATARAZZO, 2014)

As fronteiras classistas e os preconceitos sociais estão sutilmente apresentados. O primeiro apelo diz respeito à taça considerada certa para beber champanhe, delimitando o alcance da sabedoria relacio-

nada ao consumo de luxo, uma exigência que ilustra bem seu caráter classista: “Se o luxo é um fenômeno de classe, ele não é senão uma manifestação de classe” (LIPOVETSKY, 2003, p. 83 – tradução minha). A sabedoria do consumo pressupõe o conhecimento prévio dos objetos consumidos, pois cada um traz à tona as regras de etiqueta social aplicadas na distinção, ao mesmo tempo em que mostra uma *etiqueta* de preço evidentemente restritiva; por exemplo, comprar uma taça *flûte* [ver Imagem 2, a seguir], tipicamente francesa, é uma decisão motivada mais por capitais culturais que econômicos, embora não prescindia de recursos financeiros para ocorrer – afinal, a pergunta “quanto custa?” pode até não fazer parte do vocabulário elitista, mas parece imprescindível a pessoas de outras classes que, por ventura, queiram consumir produtos de luxo para adentrarem o baile elegante.



Imagem 2: taças indicadas

Fonte: foto postada por Claudia Matarazzo em sua página

Em seguida, na mesma publicação, nota-se que o próprio corpo é o objeto que manifesta a distinção: segurar a taça com *delicadeza*,

saber que não pode girá-la para não perder o efeito *pèrlage*, abrir o champanhe retirando a rolha *suavemente* (não esboçar esforço, *malgré* a pressão provocada pela bebida na garrafa), e controlar-se para não reproduzir o banho de espuma dos vitoriosos (ostentação de autódromo, somente permitida diante das câmeras televisivas) são formas de normatizar a conduta corporal dentro do modelo apresentado por Matarazzo. Cada passo deverá acompanhar a coreografia *antecipada* (sabedoria prévia) daqueles convidados a dançar; pois, se de nada adianta a bolsa *Chanel* sem os conhecimentos para beber o champanhe, no mesmo sentido, sem a possibilidade financeira de adquirir a bolsa, de vestir um traje minimamente à altura em termos de valores investidos e de consumir um *bom* champanhe numa taça *flûte*, não será nem mesmo possível barganhar um *convite* para o baile.

O decreto de que não basta a capacidade econômica de adquirir a taça *flûte* sem a sabedoria para apreciar o champanhe é, todavia, tácito e eficaz: nos procedimentos de consumo e de atuação *corretos* reafirma-se a excepcionalidade das elites (membros do clube dos bem-dotados, conforme afirmam Michel e Dominique Pinçon-Charlot). Assim, o fascínio e a intimidação, discutidos anteriormente, aparecem na exposição da privacidade e dos códigos de conduta das elites como uma autoadmiração intraclasse. A defesa do protocolo associado à riqueza, ensinado nas regras de etiqueta, também aparece de modo intimidante nas discriminações que denunciam os erros de quem copia o estilo elegante-elitista. Nesta perspectiva de autoafirmação e defesa *da classe*, desde as primeiras linhas, a publicação de Mônica Bergamo apresenta um ar discriminatório:

A mocinha toda malhada pega sua bolsa francesa e parte em viagem com o namorado para Trancoso (BA). Eles pousam em Salvador e pegam o helicóptero para chegar ao lugar. Vão jantar. Ele escolhe um

vinho. Chacoalha a taça. Cheira a bebida. E devolve a garrafa, pois o gosto não está lá essas coisas. Acende o charuto e começa a papear. Casal descolado esse. Não? Depende. Eles fizeram tudo de forma aparentemente ‘correta’ e etiquetada. Mas receberiam o troféu de ‘Jecas do Ano’ pelo colegiado que a coluna consultou para eleger as dez coisas que estão na moda, parecem chiques e descoladas – *mas são de um cafonismo monumental para quem, há muitos anos, convive com o que há de melhor* (BERGAMO, 2005 – grifo meu).

Se havia alguma dúvida a respeito dos *guardiões* da elite (sua existência concreta, em atuação) a escolha dos especialistas citados na publicação nomeia alguns: “A coluna consultou o seguinte colegiado para esta reportagem: Cosette Alves, Costanza Pascolato, Danuza Leão, Lily Marinho, Marília Pêra, Aguinaldo Silva, Guilherme Guimarães, Ocimar Versolato, Raul Cortez e Rogério Fasano” (BERGAMO, 2005). São pessoas de nomes e sobrenomes reconhecidos e associados a bom gosto e riqueza (socialites, atores globais, consultores de moda, proprietários de restaurantes aclamados pela classe alta, etc.). Os especialistas que formam este colegiado falam em nome dos ideais cultuados nas elites; neste caso, não para mostrarem suas vidas particulares, ou no intuito de transmitir um modelo de conduta, mas para reafirmarem fronteiras discriminatórias. Afinal, as fronteiras entre quem tem ou não tem classe, é ou não elegante, e se pertence à elite *verdadeira*, são delineadas por quem, desde sempre, domina este *savoir vivre*. É assim que a reificação do estilo elitista-elegante naturaliza a ideia de que usufruir “o que há de melhor” é somente para “os melhores”, isto é, àqueles que assim se automeiam melhores (ou seja, os eleitos para frequentarem os clubes e os bailes das elites).

As opiniões de especialistas da alta sociedade a respeito de comportamento subjetivo-corporal, de consumo, de preferências de lazer, etc., expressam preconceitos classistas, pois julgam pessoas, notadamente, advindas de outras classes que imitam as práticas elitistas.

Quando esclarecem suas opiniões, os convidados de Bergamo reforçam as fronteiras entre o que é “chique e elegante de verdade” e o que é “cafona e brega”; ou seja, mesmo custando muito caro, ir de helicóptero até a praia, escolher um vinho, fumar um charuto, exibir a bolsa francesa e um corpo “malhado”, estas seriam atitudes que comprovariam a *falta de classe* de quem as desempenha, justamente porque não pertencem à *classe* dominante e, por isso, não seguiram os passos corretos. Esses especialistas não podem impedir os novos ricos (ou qualquer outro grupo social) de adentrarem o *salão*, mas estarão sempre vigilantes para colocar à mostra os *erros* na coreografia e os inevitáveis desequilíbrios daqueles que estão *pouco habituados* à classe. E a discriminação estabelece a diferença entre universalizar um estilo particular e a particularidade de praticá-lo com eficácia, pois, nas falas dos especialistas, percebe-se que o fracasso na imitação é inevitável – os tradicionais passos de dança, após repetidos competentemente, sofrerão o acréscimo de algum novo movimento, conhecido apenas internamente ao grupo. Além disso, identificar o fracasso de quem reproduz tais práticas sem o aval de reconhecimento da própria elite é um recurso da classe dominante para demarcar seus espaços físicos e simbólicos:

Bolsa de marca – Com a palavra, Danuza Leão [...]: ‘O que é brega? Bolsa Louis Vuitton. Só dá para usar quando não tem aquela marquilha na bolsa toda, sabe? A qualidade é excelente. Mas as coisas no Brasil se tornam bregas: todo mundo TEM que ter uma Louis Vuitton. Virou coisa de emergente, de mulher de jogador de futebol’, diz ela. ‘E isso vale para todas as marcas. Chique é aquilo que o dinheiro não compra. É saber do endereço da lojinha em Saint Germain, Paris, que vende os xales mais lindos do mundo e que os cafonas de SP e do Rio não têm’. ‘Chique é tirar a etiqueta da camiseta Chanel antes de usá-la’, diz Cosette Alves. ‘É gostar da qualidade, e não do que ela comunica aos outros’. Lily Marinho, viúva de Roberto Ma-

rinho, usa Ungaro e Chanel, mas acha ‘horrível, horrível, horrível’ ostentar grifes (BERGAMO, 2005).

Notadamente, o cuidado em não revelar os gastos financeiros é um verdadeiro tabu dos preceitos elegantes: é necessário conhecer e valorizar as marcas de luxo, mas escondê-las em absoluto – trata-se da distinção sem intenção de se distinguir, dissimulação ou denegação (BOURDIEU, 2008). A pergunta parece óbvia, mas definitivamente não é quando se trata de distinção: se o objetivo é tirar a etiqueta (ou escondê-la), por que razão pagar o preço de uma peça *Chanel* e não procurar outra qualquer, com a mesma qualidade? Mas a possível resposta, de uma socialite, a essa indagação (aliás, conforme dizem as próprias entrevistadas de Bergamo) começaria por insistir que não há outras peças com a mesma qualidade, nem mesmo semelhante, pois o que se busca na marca é justamente a tal qualidade exclusiva. Evidencia-se, nesta atitude, que o código relacionado aos objetos luxuosos se torna mais eficaz se decifrado somente entre aqueles já *iniciados*. Por isso, é importante dissimular o uso de marcas luxuosas como se não se importasse com elas, ou melhor, mostrando *naturalidade* e não entusiasmo diante dessas aquisições, embora permaneça necessário que o objeto distintivo *seja de marca*. É uma atitude que nega aquilo que se quer afirmar: critica-se a ostentação de bens materiais, mas depende-se de tais bens para sustentar a própria posição social. Quando as especialistas citadas afirmam ser mais importante notar a qualidade da bolsa *Louis Vuitton* ou *Chanel* do que a etiqueta estampada no produto, elas ressaltam a diferença entre dominar um conhecimento partilhado na elite ou reproduzi-lo na *aparência*. Neste ponto, desenvolvem-se duas posturas opostas no que diz respeito às lutas distintivas: enquanto os (possíveis) novos membros da elite extraem do consumo (capital econômico) uma forma de positivar seus estig-

mas negativos (como Val Marchiori e sua exaltação do *supérfluo*), os habituados à classe (Matarazzo e as pessoas escolhidas por Mônica Bergamo, por exemplo) preocupam-se em ofuscar a importância do consumo e mesmo do dinheiro investido para manter seus padrões de vida. As falas a favor do consumo de luxo sem ostentação transformam suas *extravagâncias* financeiras em banalidades (tornam-se *normais*); nesse contexto, a discrição é assumida para se diferenciar dos emergentes *consumistas* vulgares, e delimitar as fronteiras dentro das mesmas práticas de consumo de luxo. Assim, nesse baile, os *pa-res* que dançam melhor (os que *sabem* consumir, por exemplo) *são escolhidos previamente* e tudo o que fazem na pista de dança serve de modelo aos demais dançantes (consumidores ávidos por objetos de luxo), que serão *coagidos* a copiá-los, caso queiram permanecer no salão (desde que escondam as etiquetas de suas bolsas francesas, claro).

Assim, o monopólio da *verdadeira* elegância e do gosto legítimo mobiliza as lutas distintivas: os ricos dominam os códigos de conduta e agem *naturalmente* nesse domínio, até que percebem a imitação de suas práticas; no momento em que perdem suas exclusividades reelaboram seus hábitos para que se tornem, novamente, *inalcançáveis*. Desse modo, as barreiras funcionam para atribuir maior raridade a seus privilégios, antes exclusivos: “Férias em Trancoso (BA) – O paraíso descolado está virando cafona, de acordo com os consultores da coluna. E por quê? Justamente porque está deixando de ser um paraíso. ‘Na temporada fica lotado. Falta água, falta gelo, é um mico que não tem tamanho’, diz Fasano” (BERGAMO, 2005). Ou seja, quando o lugar perde sua aura de exclusividade, deixando de ser o paraíso elitista, torna-se comum ou popular. Noutros termos, tornam-se locais de estrutura precária, onde falta água e demais confortos habituais aos

ricos: locais bem mais adequados a pobres, segundo esta lógica de pensamento classista. Logo, tamanha transformação deixa o local desinteressante às pessoas privilegiadas, que possuem a distinção como um objetivo de vida. Bourdieu define por *intolerâncias* as atitudes da educação burguesa que, em nome da raridade, promovem mudanças incessantes para sempre se manterem *à distância*:

A busca por distinção não tem, portanto, necessidade de aparecer, nem de afirmar-se como tal, e todas as *intolerâncias* [...] inculcadas por uma educação burguesa são suficientes, quase sempre, para determinar as mudanças de terreno ou de objeto que, tanto no trabalho como no lazer, orientam para os objetos, lugares e práticas mais raros em determinado momento (BOURDIEU, 2008, p. 233 – grifo meu).

De fato, a distinção se manifesta nas atitudes de afirmar o próprio julgamento estético enquanto único possível – e impossível de ser imitado, embora seja invariavelmente copiado por pessoas de outros contextos sociais; nesse caso, a expressão “isso é coisa de novo-rico” (BOURDIEU, 2008, p. 60), empregada pelas elites tradicionais, descarrega todo o rancor evocado para depreciar atitudes dos emergentes sociais. Mais um exemplo listado por Bergamo ilustra com exatidão as atitudes burguesas intolerantes: “Fumar charuto: ‘é totalmente pseudochique, o maior símbolo de status à toa’, diz Rogério Fasano”, declaração que demarca a diferença entre ser chique de verdade ou não, sabedoria que Fasano, membro da elite tradicional, domina sem hesitar. A colunista cita ainda outro membro do colegiado consultado por ela, que “definiu o uso do charuto de forma ostensiva como ‘defumador de pobreza’, que a pessoa fuma não por prazer, mas para mostrar que subiu degraus na escala social. ‘Não existe nada mais cafona que acender charuto em restaurante. É irritante’, diz o ator Raul Cortez” (BERGAMO, 2005). As falas contribuem para consolidar as hierar-

quias (classistas) de gosto, quando *classificam* positivamente quem se autoneia membro da alta sociedade tradicional e *ridicularizam* os que barganham esse título. Nas disputas por espaços e hábitos exclusivos, as elites condenam os modismos populares, falando sempre em nome da *classe* (no duplo sentido empregado aqui), do bom gosto e da elegância; e isto garante sua união interna, fundada na disposição estética distintiva, que une e separa: “une todos aqueles que são o produto de condições semelhantes, mas distinguindo-os de todos os outros [...], já que o gosto é o princípio de tudo o que se tem [...] e de tudo o que se é para os outros, daquilo que serve de base para se classificar a si mesmo e pelo qual se é classificado” (BOURDIEU, 2008, p. 56). Trata-se mesmo de um princípio classificatório que permite apontar até quem fuma um charuto por (bom) gosto ou sem gostar (para aparecer e mostrar que ascendeu socioeconomicamente, mesmo sem sentir prazer no ato). Isto é, está em jogo uma decisão supostamente subjetiva-individual (acender ou não um charuto) que carrega sentidos sociais cujas interpretações dependem de um conhecimento hermético (acessível unicamente pelos iniciados-eleitos): saber verdadeiramente desfrutar das sensações provocadas por fumar um charuto (além de saber escolher o tipo certo a ser consumido).

Em contraste aos exemplos já mostrados, de entusiasmo, fascínio, deslumbramento e intimidação relacionados à riqueza, no contexto francês, ainda que haja mídias de conteúdos semelhantes ao que se vê sobre as elites brasileiras, são dois canais midiáticos, extremamente reservados e endógenos (*Who's Who* e *Bottin Mondain*), que representam a maior seletividade e o isolamento da alta sociedade. Neste caso, o baile acontece *entre quatro paredes*, com uma *única porta* de entrada, bastante vigiada para entrarem apenas os *convidados*, pois o convite é obtido na *exclusiva* aceitação de pares. Declaradamente,

“para ser um grande burguês é preciso merecê-lo e prová-lo, e quem confere essa chancela é o próprio grupo, que coopta seus membros constantemente” (PINÇON-CHARLOT, PINÇON, 2001, p. 03). Se a imagem da elite-elegante é objetivada por meio de fascínio e intimidação provocados diante do luxo e dos privilégios da riqueza, nota-se que essa dominação também se exerce na defesa territorial e simbólica dos espaços elitistas – ainda mais quando escrita e publicada em livros.

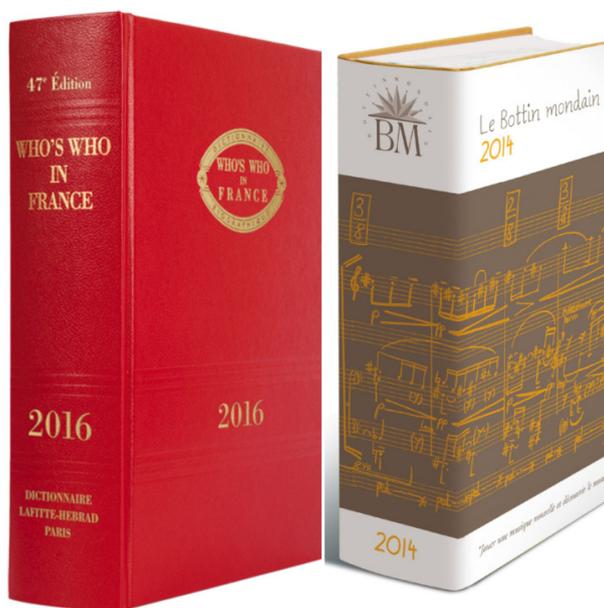


Imagem 3: livros *enciclopédicos* dos portais citados

Fonte: Who's Who e Bottin Mondain

A chancela outorgada internamente à classe materializa-se nos canais citados, nos quais são exibidos os nomes e as qualidades de quem representa a *excellence française*; no caso do Who's Who as pessoas são escolhidas através de um “comitê anônimo benevolente e regularmente renovado [para realizar] uma seleção rigorosa de novos

membros representantes da excelência francesa em todos os setores de atividade”. Mas, trata-se de uma exibição muito particular, pois são acessíveis exclusivamente a quem é inscrito neste circuito elitista (conforme comentado no início do artigo). O mesmo ocorre em relação ao anuário publicado no *Bottin Mondain*, que permite conhecer os representantes da *art de vivre* escolhidos por um comitê julgador *imparcial*; nessas escolhas, “a fortuna ou o snobismo não são em caso algum um critério de seleção. Toda menção deve somente relacionar-se ao testemunho de uma referência histórica ou cultural de outrora ou atual”, afirma o editorial da organização⁹. Curiosamente, a *excelência francesa* e a elite dominante (social, cultural e economicamente) coincidem nestas publicações: as famílias divulgadas nos livros, suas qualidades e propriedades, pertencem a uma tradição (burguesa, nobre, aristocrática) herdada e transmitida ao longo de gerações. O apreço à linhagem familiar proporciona à elite uma demarcação explícita de seu lugar no alto da hierarquia social; nesse contexto, os *convidados* nem mesmo permitiriam a outros grupos – por mais ricos que sejam – repetir seus passos de dança, visto que a maneira correta de se portar no baile é conhecida e divulgada exclusivamente entre pares (aqueles que receberam os convites). Uma vez que os personagens publicados e publicáveis nas listas pertencem ao mesmo *milieu*, a seletividade praticada internamente à classe torna-se implícita, no sentido de ser uma decisão prévia dos participantes consultarem os livros para conhecerem e escolherem as pessoas com as quais convivem, conforme afirma um dos membros do portal *Who’s Who*: “como todos os profissionais focados no ser humano, o médico precisa conhecer de maneira objetiva e eficaz aqueles com os quais deve se encontrar. O grande livro

9. Ref.: www.bottin-mondain.fr; (também sem data; consultado em agosto de 2016; traduções minhas)

vermelho de biografias fornece informação segura e confiável dentro dos parâmetros de discricção”¹⁰. Neste caso, conhecer de maneira *objetiva* significa orientar-se pelas indicações *confiáveis* das *autoridades* no assunto (ou seja, a elite que se autoclassifica, define-se e nomeia-se a si própria, conforme visto em Bourdieu, 2008). Os critérios discriminatórios são dissimulados e a ausência de discriminação explícita reforça a seletividade do grupo:

De fato, os grupos mais seletivos preferem evitar a brutalidade das medidas discriminatórias e acumular os encantos da ausência aparente de critérios; desse modo, os membros do grupo alimentam a ilusão de uma escolha baseada na singularidade da pessoa, assim como as certezas da seleção que garante o máximo de *homogeneidade* ao grupo (BOURDIEU, 2008, p. 156).

A seletividade discriminatória ocorre tanto quando o baile é aberto aos olhos curiosos daqueles que não possuem riqueza, quanto no esforço por distinguir, dentre os dançarinos no salão, aqueles que *sabem* dançar melhor e aqueles que *imitam sem saber o ritmo* da dança. Mas um aspecto não muda nessas exhibições encenadas socialmente: as escolhas e o modo de ser e fazer da classe dominante *é o modelo*, um particular que – escondendo as desigualdades econômicas, opressões e explorações sociais – pretende-se universal, e *universaliza-se*, graças ao suporte midiático-publicitário.

Assim, a divulgação da *excelência francesa* em livros comercializados internamente à classe é um instrumento para estabelecer demarcações hierárquicas e sustentá-las ao longo dos tempos. São essas hierarquias que constroem os vínculos sociais forjados no isola-

10. “O grande livro vermelho”: *le gros livre rouge*, no original, uma referência à cor das capas dos livros publicados pelo canal, conforme vê-se na imagem 3. (ref.: www.whoswho.fr); sem data de publicação; consultado em agosto de 2016 – traduções minhas)

mento seletivo da alta sociedade. Percebe-se tal postura endógena no depoimento citado e nas demais falas publicadas no portal *Who's Who*. Nota-se aí que a imagem de excelência e de superioridade da classe dominante objetiva-se nas páginas do *grande livro vermelho*: é a consagração da elite impressa em publicações acessíveis e acessadas, fundamentalmente, por ela mesma. E o aspecto mais revelador é a forma como as lutas distintivas se apresentam revestidas de *objetividade*: pode-se excluir (discriminar), objetivamente, quem não possui o nome listado dentre as biografias, visto que as razões para tais escolhas discriminatórias se fundamentam na suposta *neutralidade* das eleições (dos eleitos), realizadas por esses canais. Neste sentido, ao escolherem as pessoas com as quais interagem e estabelecem vínculos sociais, as elites francesas consultam livros *restritivos*, que configuram um tipo de *convite* exclusivo e intransferível. E a listagem de personalidades é, efetivamente, um modo de conservar as práticas endógenas das elites: “O *Who's Who* não é mais que indispensável. Sabe-se que suas informações foram verificadas e validadas. Há mais de 60 anos, sobre o papel ou on-line, [...] ele ganhou confiança” (ref. já indicada). A distinção obtida ao pertencer às listagens publicadas nesses canais é conquistada, notadamente, via capital familiar; isto é, o reconhecimento social decorre da valorização da memória e da história individual, publicadas nesses livros: “O *Who's Who* é um lugar de memória profissional e pessoal marcante” (idem). Nota-se que o livro materializa os capitais familiar, social e cultural acumulados enquanto *herança*, conforme define Bourdieu a respeito da certificação de pertencimento a uma estirpe duradoura:

os bens de família têm como função não só certificar fisicamente a antiguidade e a continuidade da linhagem e, por conseguinte, consagrar sua identidade social, indissociável da permanência no tempo,

mas também contribuir praticamente para sua reprodução moral, ou seja, para a transmissão dos valores, virtudes e competências que servem de fundamento à filiação legítima das dinastias burguesas (BOURDIEU, 2008, p. 75).

No mesmo sentido, de acordo com Pinçon e Pinçon-Charlot, “um dos privilégios das classes dominantes é poder permanecer ao longo dos tempos e das vicissitudes históricas, como se sua excelência não pudesse jamais cair em obsolescência” (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2000, p. 48 – tradução minha). Assim, a valorização da estirpe elitista mobiliza tais postagens, nas quais prevalece o cultivo do capital familiar enquanto forma de manter e legitimar os privilégios e as posições valorizadas na sociedade. Percebe-se, então, que o comportamento endógeno é estratégico nos contextos por onde circulam as elites, afinal, “As famílias nobres e burguesas são grandes, pois suas alianças se entrecruzam, sendo necessárias para manter a linhagem, multiplicar os laços entre seus diferentes membros” (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2000, p. 56 – idem). Desse modo, as famílias das elites garantem a multiplicação de suas riquezas através dos laços cultivados internamente à classe, no perfeito *casamento* entre capitais familiares e econômicos. Consequentemente, naturaliza-se, também, a origem da própria riqueza, visto que ela estará fundada na ancestralidade: ela será um dado legítimo e legitimado ao longo dos tempos e gerações. E, uma vez publicada em caráter oficial nas mídias especializadas, torna-se inquestionável.

Há, ainda, outro expediente empregado no isolamento social da referida excelência francesa: o *militantisme* burguês (PINÇON-CHARLOT, PINÇON, 2007), que protege seus espaços sociais e de poder. Essa *militância* burguesa consiste em associações da alta sociedade francesa, que se refugia em bairros praticamente exclusivos ou em propriedades isoladas (castelos, casas de campo, de praia, mansões);

nesse movimento, as pessoas anfitriãs do baile isolam o salão de dança que pertence a elas e *escolhem a dedo seus convidados*. Com isto, o espaço elitista expressa seletividade para agregar e segregar a partir de barreiras geográficas e simbólicas; são maneiras tácitas de reconhecimento entre iguais e de distinguir-se dos que não pertencem ao mesmo *lugar-origem* social. É assim que os mecanismos de autoafirmação, autorreferência e autoclassificação empregados pelas elites (brasileiras e francesas) não apenas *refletem*, mas confirmam a escala hierárquica socialmente dominante, seja num baile *aberto ao olhar público* (extravagâncias de Marchiori, dicas de Matarazzo e repreensões do colegiado consultado por Bergamo) seja naquele *entre quatro paredes*, restrito a convidados (listas de *Who's who* e *Bottin Mondain*).

Considerações finais: dominação sobre corpos e classes

A exibição do universo luxuoso e elegante da riqueza torna *público* um estilo particular que, embora amplamente divulgado (nas mídias, propagandas etc.), não é nada *popular*; ao contrário, trata-se, efetivamente, de um modo de vida monopolizado pelas elites. É curioso notar que as tentativas de popularização exercidas por intermediários culturais (colunismo social, como faz Bergamo) ou mesmo encarnadas na própria pele (como fez Marchiori, representando a si mesma na televisão ou internet) reforçam a aversão dessas elites ao que é popular. Assim, o fascínio intimidante da estilização elitista, exercido sobre os consumidores potenciais deste modelo, faz com que a elegância e o bom gosto passem de peculiaridades restritas a uma classe para se consagrarem como um atributo particular-universalizado. Instaure-se aí o controvertido processo de universalizar particularidades classis-

tas e, simultaneamente, discriminar quem pode ou não adentrar este universo. Eis o que se nomeou, aqui, de lutas distintas e violência simbólica, mobilizadas pelas elites (consideradas tradicionais) contra quem demanda a entrada no *baile de classe*. Portanto, a legitimação dos papéis de anfitriões, convidados, pares e párias, nessas disputas, é facilitada pelas mídias de três modos, conforme visto ao longo do artigo: 1) quando uma representante das elites fala em nome das regras de etiqueta próprias de seu contexto e tenta ensiná-las a pessoas não habituadas à classe (Claudia Matarazzo), 2) fazendo-se de porta-voz de um *colegiado* (termo empregado na coluna social citada) apto a falar das práticas típicas de sua classe, indevidamente apropriadas por pessoas *sem classe* (falas dos entrevistados de Monica Bergamo), e 3) declarando explicitamente quem pertence à elite social, cultural, política e histórica de um território (*Who's who* e *Bottin Mondain* com as suas listas dos eleitos representantes da excelência francesa). Do outro lado, mas também no espaço midiático-elitista, encontra-se a emergente Val Marchiori, personificando aqueles que têm riqueza, mas não possuem títulos e capitais suficientes para adentrarem a classe portadora da distinção.

Nota-se que o ponto em comum a todos os participantes da disputa é a consagração de um estilo de vida exclusivo a poucos e almejado por muitos. De fato, a riqueza exibida nas mídias fascina o público interessado no assunto, ao mesmo tempo em que o intimida, impondo-se como desejável e inacessível. A intimidação efetua-se justamente nas falas que exaltam a distinção própria de quem é habituado com “o que há de melhor” porque incorporou o *habitus* da classe. É por isso que as pessoas emergentes estão fadadas à imitação dos passos daqueles que dominam, desde sempre, o ritmo coreografado pelo *habitus* incorporado; trata-se de “um princípio gerador e unificador que retraduz as

características intrínsecas e relacionais de uma posição num estilo de vida unitário, isto é, um conjunto unitário de pessoas, bens, práticas” (BOURDIEU, 1994, p. 23). A partir da perspectiva do *habitus* incorporado (classe inscrita no corpo) torna-se possível responder a questão levantada anteriormente, a respeito do que faltaria a Val Marchiori para ser aceita dentre as pessoas legitimamente elegantes; ela representa uma parcela da elite brasileira em busca de aceitação na alta sociedade, através do acúmulo de capitais econômicos e sociais, conquistados principalmente na exposição de seus hábitos de consumo e de lazer (festas regadas a champanhe, viagens, compras de luxo). Mas por que esta mulher *rica* não esconde as marcas de suas roupas, bolsas e demais acessórios, conforme ensinam as entrevistadas de Bergamo (Danuza Leão, Lily Marinho, dentre outras)?

Ora, Claudia Matarazzo responde a indagação acima, ao declarar, numa publicação justamente a respeito de Marchiori e de suas colegas do reality show já citado, que, assistindo ao programa televisivo, se sentiu “ultrajada como espectadora, como mulher e como mulher rica”; e ainda acrescentou: “Esse festival de mau gosto, com aviões particulares e grifes manjadas, é coisa de gente sem imaginação, pobre de espírito e ignorante” (VEJA, 2012a). A declaração é emblemática para ilustrar as conclusões deste artigo, afinal, Matarazzo desempenha o papel de autoridade em classe e elegância porque domina os códigos de seu próprio meio social e os apresenta a pessoas que queiram se adequar ao estilo. A indignação de Claudia Matarazzo expressa, portanto, o critério último para diferenciar quem é ou não é de classe, quem possui tal essência única e impagável: esta marca valiosa é a familiaridade *natural* com os ambientes elitistas. Eis o que falta a Val Marchiori e a suas colegas igualmente ricas e hostilizadas pelas mulheres ricas *de verdade* (conforme reportagem citada). É o único bem

que o dinheiro não compra: a origem de berço. Trata-se de uma propriedade marcada no corpo, que se torna a comprovação *encarnada* das *marcas* e *grifes* distintivas incorporadas, pois o corpo “manifesta diferenças e desigualdades que são vividas como naturais, já que elas revelam o lugar ocupado na sociedade” (PINÇON, PINÇON-CHARLOT, 2013, p. 172 – tradução minha). A ausência da marca de nascimento explica porque Marchiori se deslumbra tanto com a própria riqueza: a empolgação indica não haver a familiaridade necessária para lidar com o mundo ao qual adentrou; falta a *naturalidade* própria dos ricos (atitude típica de quem vive a riqueza no dia a dia mesmo) inserida em suas práticas e não apenas no discurso ou em postagens nas quais se afirma o quanto se possui um visual “#básico” (MARCHIORI, 2014). Sobretudo, é notável a não-familiaridade da nova socialite com o *habitus* e o *habitat* em questão quando ela afirma: “que nunca nos falte o supérfluo” – item que nem ao menos faz parte do vocabulário de quem não contabiliza gastos por considerar tudo *necessário* (conf. Bourdieu, 2008). É precisamente o exibicionismo e a ostentação que denunciam a *origem* social da nova rica: a fascinação com a riqueza mostra o quanto ela não está acostumada com tanto luxo; e a necessidade de exibir-se ao público evidencia a ascensão socioeconômica vivida por Marchiori. Se a sua riqueza não é de berço, o *estigma* associado a ela cresce na medida em que ela demonstra, em seus atos, que não tem a *classe* naturalmente incorporada, o que a impede de reproduzir o bom gosto e a elegância considerados autênticos no *baile de classe*.

Neste sentido, por mais que existam canais midiáticos voltados a ensinar os modos típicos do *habitus* elitista (regras de etiqueta, toques de elegância etc.), trata-se apenas de divulgação, visto que *tentar* aprender a se portar como as pessoas ricas engendrará uma postura estigmatizada por falsa, inautêntica, mera imitação. Notadamente, o

que está em jogo no baile de classe é a familiaridade com o ambiente elitista. E o júri convocado por Mônica Bergamo é perito em reconhecer quem pertence naturalmente ao aclamado clube elitista, isto é, quem está, há tempos, acostumado com o que há de melhor, como ela mesma descreveu seus entrevistados; conforme visto, seus convidados não estão nas mídias para ensinar as práticas e os modos adequados a uma pessoa *de classe*, mas para julgar os erros cometidos por quem os copia; assumem, portanto, a distinção discriminatória para identificar posturas *(des)elegantes*, falando em nome da *classe*. E o resultado da discriminação será consagrar um estilo unitário, fascinante, intimidante, e a conseqüente exclusão de quem não pertence previamente a ele. Em resumo, trata-se de um direito adquirido *por natureza*, herdado, transmitido e bem conservado por aqueles que o protegem, especialmente quando minimizam a condição econômica necessária para mantê-lo.

Assim, o baile das elites consagra a celebração do luxo e da riqueza, tornando-se “normal que no alto da sociedade se deseje sempre mais iates, castelos, aviões particulares e dinheiro” (PINÇON, PINÇON-CHARLOT, 2013, p. 153 – tradução minha). A indiferença em relação aos custos financeiros do estilo de vida escolhido pelos *eleitos*, que se percebe quando afirmam não ser importante o preço de uma bolsa *Chanel* ou mesmo de uma taça *flûte*, é também uma estratégia para naturalizar as fortunas e benesses aos olhos de quem não participa dessa realidade, mas a admira de longe. Assim, as elites dominantes elegem-se, via mídia e publicidade, como o modelo geral – e não apenas em relação aos novos ricos, pois caberia também à mulher pobre que deseja *parecer chique* escolher seus óculos escuros (mesmo se comprados num camelô) num formato elegante, de cor neutra e com poucos detalhes, semelhantes àqueles vendidos aos ricos

em lojas exclusivas; e se nessa estilização os objetos de artesanato, por exemplo, são absolutamente interditos torna-se mais clara a dimensão classista da elegância e da distinção das elites. Noutras palavras, sem possuir um nível mínimo de riqueza pode-se tão somente *ver* o baile e, sem adentrar o salão, ensaiar a dança do lado de fora. Ademais, se a ascensão econômica permite comprar objetos de luxo, é necessário ser dissimuladamente indiferente a tais despesas e retirar as etiquetas famosas dos produtos, preferindo objetos nos quais a grife não seja percebida, senão por pessoas também ricas, chiques e elegantes (isto é, a bolsa de qualidade, exaltada nas falas das convidadas de Bergamo, não pode ter *aquela marquinha* visível da loja *Louis Vuitton* ou *Chanel*). Consequentemente, o tratamento dado aos que tentam copiar as elites ilustra bem a controvérsia a respeito da valorização do dinheiro, camuflada sob o discurso de apenas valorizar aquilo que o próprio dinheiro não compraria: além do berço de ouro (impagável), é a sabedoria aplicada a usar a bolsa e os óculos, a fumar o charuto, a segurar a taça de champanhe, etc., que se valoriza mais do que o valor de custo de cada produto. Portanto, os *imitadores* são combatidos e rejeitados quando se espelham na imagem da classe dominante porque não dominam esta sabedoria. Saber consumir determinado objeto e frequentar locais exclusivos, como fazem as pessoas entrevistadas por Bergamo, é exibir o privilégio da originalidade e raridade de suas condutas, algo que jamais pode ser imitado com exatidão, precisamente para não contrariar o princípio distintivo. Desse modo, a distinção permite classificar os indivíduos que estão de fora do universo elitista (ainda que sejam igualmente ricos) de acordo com suas práticas ilegítimas, por serem cópias distorcidas do original. Ocorre que a imitação das práticas elitistas provoca exatamente o que a elite mais abomina (segundo as suas falas publicadas nas mídias): a popularização de seus hábitos,

que torna comum o que deveria ser sempre repleto de raridade e exclusividade; noutras palavras, saber diferenciar “o raro, o distinto, o escolhido, [...], por um lado, e, por outro, o comum, o vulgar, o banal, [...], é uma das dimensões fundamentais [...] do léxico da moral e da estética burguesa” (BOURDIEU, 2008, p. 388). Isto é, os agentes sociais (Claudia Matarazzo, Monica Bergamo, Danuza Leão, Raul Cortez, Rogério Fasano, Constanza Pascolato, Lily Marinho, e demais) produzem as classificações e, simultaneamente, reproduzem os elementos classificatórios em seus atos. Tornam-se, então produtores dos esquemas de *di-visão* de mundo (BOURDIEU, 2001), incorporados em suas atuações e, dessa maneira, instituem fronteiras distintivas entre as classes e internamente à classe alta.

A distinção dentro e fora do universo da riqueza remete, ainda, ao movimento que se irrompe na sociedade pesquisada por Bourdieu em *Le Bal des célibataires*, a saber, a imposição da imagem da classe dominante sobre as demais classes. Isto é, na *objetivação*, as elites moldam a imagem que servirá de modelo a elas mesmas e, por sua dominação econômica e ideológica, essa imagem é projetada sobre todas as classes: “Dominados até na produção de sua imagem do mundo social e por consequência de sua identidade social, as classes dominadas não falam, elas são faladas” (BOURDIEU, 2002, p. 255 – tradução minha). No estudo de caso do sociólogo, trata-se da imposição de um *destino social* aos camponeses cujas identidades sociais desmancham-se nos novos ares urbanos; eles, enquanto *paysans*, estariam destinados a representarem o passado de uma sociedade em mudança (BOURDIEU, 2002, p. 257). De tal modo *excluídos do baile*, esses herdeiros primogênitos (celibatários), em reação ao novo modelo vigente (burguês/parisiense), assumem suas condutas como inadaptação social; ou seja, assim como todos que não são da elite aristocrática, os campo-

neses passam a ver o baile estaticamente ou a dançar de modo *irremediavelmente* deslegante; carregam um estigma e se isolam socialmente pois, conforme o mostra Bourdieu, a sina de quem não dança conforme a música dominante será alguma forma de exclusão social. No caso das elites brasileiras, há maneiras de, ao menos, passar pelo meio do salão para admirar o baile: as mídias cumprirão esse papel de intermediários culturais e sociais, divulgando a coreografia elitista; enquanto que, numa estratégia de isolamento da alta sociedade francesa, percebe-se um baile *fechado e aberto* somente aos convidados cujos nomes constam nos anuários das elites (embora existam, no contexto francês, outras formas de divulgação midiática de seus ricos e famosos, conforme indicado na introdução do artigo).

Se a crise vivenciada pelos *célibataires* na sociedade *paysanne* revela que as lutas distintivas remetem à submissão ou à resistência diante da imagem da classe dominante (no caso, a identidade rural em oposição à urbana), pode-se dizer que semelhante situação se repete na objetivação do modelo elitista-elegante, divulgado publicamente a todas as classes em diferentes sociedades. A objetivação do estilo de vida ligado à riqueza é bastante opressora, visto que, na prática, dificilmente pode-se assimilá-lo com veracidade. No recorte empírico pesquisado, a imagem objetivada de uma classe é divulgada publicamente (conforme visto nos elogios à riqueza, ao luxo, à elegância e ao bom gosto), mesmo que o público interessado nesses assuntos esteja em posições e condições desiguais em relação aos protagonistas ali retratados. E percebe-se que, nas tentativas de incorporação das práticas chiques e elegantes, revela-se o pertencimento de classe, uma vez que o modo como o indivíduo se apropria dos códigos de conduta da alta sociedade (gestos, posturas, linguagem, vestimentas, alimentação, etc.) depende de seu contexto social de origem. Ademais, ouve-se,

aqui, nas vozes das elites e de seus apoiadores, o apelo para que todos a admirem: não apenas como classe dominante, mas como a imagem objetivada de um estilo *superior*, situado no mais alto grau hierárquico, processo “fundado no reconhecimento unanimemente acordado aos valores dominantes” (BOURDIEU, 2002, p. 226 – tradução minha). É por esta razão que “os mandatários dotados de *plena potentia agendi* podem ser e sentir-se autorizados a falar em *nome* dela [da classe]” (BOURDIEU, 1989, p. 159-160); ou melhor, falar para ela mesma e para todas as classes que a ouvem. Eis aí o baile das elites, no qual a mistificação construída em torno da riqueza e da conduta vinculada a ela é *um* dos aspectos da objetivação das classes dirigentes; trata-se de um processo que envolve mídias, publicidade, mercado, bens e consumidores, como fios que se tornam inseparáveis nas teias da dominação. A partir daí torna-se possível fechar o baile *entre muros* ou servir-se dele para elevar à universalidade um modelo particular que se impõe sob os singelos e absolutamente *neutros* termos: bom gosto, classe e elegância. Nesses eufemismos, o estilo da classe alta aparece como um objeto a ser apreciado *à distância* pelo público em geral, pois a peça chave do circuito elitista é o ato de discriminar ao se distinguir (afinal, ela constitui um espaço de autoafirmação e isolamento discriminatório).

O baile será público ao olhar de todas as classes, restrito às condições econômicas de alguns que adentram o salão, e exclusivo àqueles que *nascem* herdeiros de sobrenomes e fortunas seculares – condição que permite dominar, com leveza e naturalidade *únicas*, a dança elegante. Desse modo, as desigualdades socioeconômicas facilitam a imposição do modelo da elite e a sua distância em relação a maior parte da população; mas, para manter a superioridade de seu estilo, ela precisa, também, separar-se *endogenamente* e impedir que o acú-

mulo de riqueza se torne um meio de adentrar o baile; ou seja, pessoas em ascensão social que possuem um alto nível de riqueza não são necessariamente *convidadas*, mesmo que tentem participar, assimilando a coreografia executada no salão. Assim, as lutas distintivas protagonizadas pelas elites são lutas de classes que se desenrolam dentro e fora de seus domínios; e a esfera pública não é apenas o palco sobre o qual se encenam os conflitos: é uma vitrine de produtos oferecidos aos consumidores, pois as mídias *vendem* a imagem positiva da classe dominante, intimidando e fascinando o público-alvo que passará a defendê-la e elogiá-la, como visto com os admiradores de Chiquinho Scarpa, ou, ao menos, tentará admirá-la com desconfiança e curiosidade, como relataram os estudantes no experimento sociológico de Pinçon e Pinçon-Charlot, citado anteriormente. Ou seja, o modelo *eleito* é divulgado como um bem *universal* a ser consumido em larga escala – ainda que seja *na aparência* (no caso dos óculos escuros de camelô, na tentativa de parecer chique, ou de usar uma bolsa *de marca* falsificada, prática bastante comum, seja na França ou no Brasil, e em todos os lugares abastecidos por produtos falsificados *made in China*)¹¹. Sem espaço, nas mídias, para seus leitores questionarem as condições que mantêm a riqueza *exuberante*, os discursos ideológicos publicados veiculam os hábitos (*habitus*) elitistas como se fossem

11. Não é novidade noticiar a venda de produtos falsos que, apesar de criminalizada, acontece livremente nas ruas de cidades como Paris e São Paulo; mas é inusitado quando ela ocorre pela internet (lojas virtuais) e, até mesmo, em lojas físicas onde bolsas que copiam as marcas famosas são vendidas a preços equivalentes àqueles dos produtos verdadeiros, conforme as reportagens consultadas; pois, evidencia-se aí o anseio por consumir as marcas valorizadas, ainda que não sejam verdadeiras; é mais uma demonstração do fascínio exercido pela riqueza em pessoas que não possuem os pré-requisitos exigidos para participarem desse universo luxuoso. Ref.: www.midilibre.fr (Publicado em janeiro de 2012, consultado em julho de 2018). vejasp.abril.com.br (Publicado em junho de 2016, consultado em julho de 2018).

um *toque de classe inalcançável*, independentemente do poder econômico e dos capitais investidos na estilização da vida. E, na medida em que o estilo e os hábitos vinculados à riqueza *fascinam e intimidam*, as elites excluem *elegantemente* de seus territórios e salões de dança quem não pode adentrá-los, pois se o estilo universaliza-se, no sentido de ser público; quem o domina pertence a um universo muito particular e distante de toda forma de popularização. O baile segue: os pares *convidados* dançam no meio do salão, ditando os passos a serem reproduzidos por aqueles *recém-chegados* que insistem em dançar. Aos demais apresenta-se o espetáculo: o ritmo fascinante com o qual a elite (classe e elegância corporificadas) – alheia a problemas, desigualdades e conflitos sociais de seu país (em qualquer parte do mundo) – dança.

Referências

BOURDIEU, P. Le Bal des célibataires : crise de la société paysanne en Béarn. Paris : Éditions du Seuil, 2002.

_____. “O camponês e seu corpo”. Tradução de Luciano Codato. Revista de Sociologia e Política. N. 26, pp 83-92, junho, 2006.

_____. A Distinção: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

_____. “Espaço social e gênese das classes” in: O Poder simbólico, cap. VI. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Raisons pratiques: sur la théorie de l’action. Paris: Éditions du Seuil, 1994.

DALOZ, Jean-Pascal. The Sociology of Elite Distinction: from Theoretical to Comparative Perspectives. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização (Volumes I e II). Trad. Ruy Jungmann; Apresentação de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

FERREIRA, Marcelo. “Permeável, ma non troppo? A mobilidade social em setores de elite, Brasil, 1996”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, 2001. Disponível em: www.scielo.br

GIDDENS, Anthony. *A estrutura de classes nas sociedades avançadas*. Tradução de Márcia B. M. L. Nunes. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GOFFMAN Erving. “Symbols of class status”. *The British Journal of Sociology*, v. 2, n. 4, London, 1951. www2.southeastern.edu

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LE BRETON, David. *Antropologie du corps et modernité*. 7a. Edição. Paris: Presses Universitaires de France, 2015.

LIMA SILVA, Joana Brito de. “Hierarquias simbólicas e marcadores distintivos: um estudo exploratório da sociedade juiz-forana”. Tese de doutorado em Sociologia. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2015.

_____. “Corpo sem classe: elegância natural e teatralidade elegante”. *Campos – Revista de Antropologia Social*. UFPR, Ed. 17.1, 2016

LIPOVETSKY, Gilles. *Le luxe éternel*. Paris, Gallimard, 2003.

MARTINEZ, Diego Amoedo. “El baile de los solteros. La crisis de la sociedad campesina en Bearne. Barcelona, ed. Anagrama, 2004, Pierre Bourdieu”. *Resenha. Temáticas*, Campinas, 21 (41), pp 239-247, jan/jun, 2013.

MEDEIROS, Marcelo. “Estudo dos ricos no Brasil”. *Econômica*, v. 7, n. 1, p. 99-128, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: www.uff.br

OLIVEIRA LIMA, Diana. “Ethos ‘emergente’: as pessoas, as palavras e as coisas”. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 175-202, jul/dez. 2007

_____. *Sujeitos e objetos de sucesso: antropologia do Brasil emergente*. Rio de Janeiro: Garamont/Faperj, 2008.

PINÇON, M; PINÇON-CHARLOT, M. *Sociologie de la bourgeoisie*. Paris: La Découvert, 2000.

_____. *La violence des riches : chronique d’une immense casse sociale*. Paris: La Découvert, 2013.

_____. Les Ghettos du Gotha: comment les bourgeois defendent leurs espaces. Paris, Seuil 2007.

PULICI, Carolina Martins. O charme (in)discreto do gosto burguês paulista: estudo sociológico da distinção social em São Paulo. São Paulo: Tese de doutorado em sociologia, FFLCH-USP, 2010.

_____. “Os atentados ao ‘bom gosto’: regras da ‘arte de viver legítima’ na capital paulista”. REVISTA USP, São Paulo, n. 81, p. 148-160, 2009.

_____. “Apresentação de ‘Observações preliminares sobre a percepção social do corpo’”. Pro-posições, vol 25, n. 1, pp 241-246, 2014.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva (Volume I). Trad. Regis Barbosa e Karen E. Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Ed. UnB, 1991.

WRIGHT, Erik Olin. “Social Class”. Department of Sociology University of Wisconsin, Madison, 2003.

Páginas de internet consultadas e citadas:

BAND, 2012. “Estreia do reality show Mulheres Ricas” entretenimento.-band.uol.com.br (publicado em dezembro de 2012, consultado em agosto de 2016)

BERGAMO, Monica (2005). “Ser Jeca é”. Coluna no Caderno Ilustrada, Folha de São Paulo folha.uol.com.br (publicado em janeiro de 2005; consultado em julho de 2016)

BOTTIN MONDAIN: www.bottin-mondain.fr (sem data)

CARAS, 2013. “Chiquinho Scarpa abre sua luxuosa mansão para Caras” caras.uol.com.br (publicado em janeiro de 2013; consultado em julho de 2016).

FIGUEIRO, Elisandra. “Como ser chique, mesmo sendo pobre!”. Diário de Glamour (Blog independente, sem vínculo com as grandes mídias) diariodeglamour.blogspot.fr Publicado em março de 2013; consultado em agosto de 2016.

MATARAZZO, Claudia (2014). “Etiqueta sem Frescura. Champanhe: entenda a sensação”. Página vinculada ao portal da Revista Caras. www.claudiamatarazzo.com.br (publicado em novembro de 2014; consultado em julho de 2016)

MARCHIORI, Val (2014) “Estar bem vestida não é uma questão de opção,

mas obrigação”. Blog vinculado ao portal da Revista Veja São Paulo vejasp.abril.com.br (publicado em setembro de 2014; consultado em julho de 2016)

VEJA, 2012. “Val Marchiori: ‘virei a vilã da história’. Uma das protagonistas do reality show ‘Mulheres Ricas’, socialite assume que exagera no programa para criar um personagem” vejasp.abril.com.br (publicado em janeiro de 2012, consultado em junho 2018)

VEJA, 2012a, fala de Claudia Matarazzo. “As ricas na mira das ricas: paulistanas de famílias tradicionais se irritam com o programa ‘Mulheres Ricas’, que consideram uma caricatura injusta da elite da cidade”. vejasp.abril.com.br (publicado em janeiro de 2012, consultado em junho de 2018)

WHO’S WHO: www.whoswho.fr (sem data)

Imagem 1: Val Marchiori

MARCHIORI, Val (2014) “Estar bem vestida não é uma questão de opção, mas obrigação”. vejasp.abril.com.br (publicado em setembro de 2014; consultado em julho de 2016)

Imagem 2: taça flûte

MATARAZZO, Claudia (2014). “Etiqueta sem Frescura. Champanhe: entenda a sensação”. www.claudiamatarazzo.com.br (publicado em novembro de 2014; consultado em julho de 2016)

Imagem 3: enciclopédias da alta sociedade

Montagem a partir das imagens das capas dos livros, disponíveis em: Capa Bottin Mondain 2014: p0.storage.canalblog.com e capa Who’s who 2016: www.whoswho.fr (sem data)

Resumo:

O artigo analisa as lutas por distinção, protagonizadas pelas elites, levadas a público via canais de comunicação. No recorte empírico pesquisado (mídias que retratam o *habitus* de classe alta), as disputas distintivas serão discutidas através da metáfora de um baile elitista. Trata-se de uma imagem evocada a partir da obra *Le Bal des célibataires*, de Bourdieu; isto é, como em um baile entre classes, do lado de *fora* do contexto elitista, quem assiste a *dança elegante das elites* pode até ensaiar a *coreografia*, mas não adentra o *salão*; e, de dentro, o baile *de classe* é restrito aos *convidados*, legítimos membros da alta sociedade. Neste *baile*, objetiva-se publicamente a imagem das classes dominantes, que demarcam seus territórios em relação às demais classes e dentro da própria classe alta. Nota-se, enfim, que as publicações divulgam um estilo *seletivamente* interdito à popularização, mas *ostensivamente* exposto ao público.

Palavras-chave: Distinção; violência simbólica; elites; *habitus* de classe.

Abstract:

The article analyzes the struggles for distinction carried out by the elites, brought to the public by communication channels. In the empirical research (medias that portray the upper-class habitus), the distinctive disputes will be discussed through the metaphor of an elitist dance. It is an image evoked from the book *Le Bal des célibataires*, by Bourdieu; that means, such as in a dance between classes, outside the elitist context, those who watch the elegant dance of the elites can, at least, rehearse the choreography, but do not enter the hall; and inside, the class ball is restricted to guests, legitimate members of high society. In this ball, the image of the ruling classes is publicly objectified, which demarcate their territories in relation to the other classes and within the upper class itself. Finally, it is noticed that the publications divulge a style selectively interdicted to the popularization, but ostensibly exposed to the public.

Keywords: Distinction; symbolic violence; elites; upper-class habitus

Recebido para publicação em 28/09/2018.

Aceito em 07/03/2019.

Diminuir as despesas militares e impulsionar o desenvolvimento humano: argumentos contidos nos relatórios publicados entre 2006 e 2014 do PNUD/ONU

Maria José de Rezende

Universidade Estadual de Londrina, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-3426-910X>

mjderezende@gmail.com

Introdução

Ao buscarem-se, nos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) divulgados, anualmente, desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os argumentos em favor da contenção dos gastos militares, foram encontradas muitas ambiguidades, hesitações e dúvidas relacionadas à possibilidade de que isso possa ocorrer nos próximos anos.

Havendo já sido trabalhado com os relatórios da década de 1990 e com os seis primeiros do século XXI sobre a temática da redução das despesas militares, neste momento, as investigações darão maior peso

aos relatórios editados a partir de 2006 e que se dedicam, com maior ênfase, a construir argumentos favoráveis tanto à redução da quantidade dos recursos direcionados às áreas militares quanto ao direcionamento das verbas economizadas com a diminuição das “despesas do Ministério da Defesa e outros departamentos no recrutamento e formação do pessoal militar” (PNUD/RDH, 2001, p. 254) para as áreas (educação, saúde, moradia, saneamento básico) que impulsionam o desenvolvimento humano.

Assinale-se que o debate sobre desenvolvimento humano é extenso nas Ciências Sociais (Ul Haq; Sen, 2006; 2010; 2011; Furtado, 1999; 2002; Therborn, 2001; Giddens, 2007; Nussbaum e Sen, 1993) e tem influenciado muitos debates políticos e propostas como a dos RDHs, os quais têm, segundo Fukuda-Parr (2002), como moldura a abordagem das capacidades desenvolvidas por Amartya Sen¹, que assegura

“A expansão dos serviços de saúde, educação, seguridade social etc. contribui diretamente para a qualidade da vida e seu florescimento. Há evidências até de que, mesmo com renda relativamente baixa, um país que garante serviços de saúde e educação a todos pode efetivamente obter resultados notáveis da duração e qualidade da vida de toda a população. [...] As recompensas do desenvolvimento humano [...] vão muito além da melhora direta da qualidade de vida” (Sen, 2010, p. 191).

Os diagnósticos e prognósticos sobre as possibilidades de atrelar o desenvolvimento humano à diminuição das despesas militares serão lidos à luz do livro *A condição humana* (1991), de Norbert Elias, no qual consta que a expansão das despesas militares, da belicosidade

1. “A perspectiva da capacidade aponta para a relevância central da desigualdade de capacidades na avaliação das disparidades sociais, mas não propõe, por si mesma, uma fórmula específica para as decisões sobre políticas” (Sen, 2011, p. 266) que devam ser implantadas.

e da corrida armamentista não se explica somente por razões² racionais³, uma vez que existem muitas irracionalidades⁴ que orientam não somente as ações e os procedimentos dos detentores do poder de mando e de decisão, mas também as atitudes de muitos grupos populacionais que enxergam como adequada a militarização crescente e o aumento dos gastos militares.

Em *A condição humana* (1991), Norbert Elias destaca o papel das irracionalidades no processo de legitimação de governos e práticas autoritárias, destrutivas e belicosas. Há segmentos sociais que, por motivações racionais e irracionais, são apoiadores dos processos de ampliação do poderio militar que garante a projeção de muitos países, no âmbito internacional, pelo potencial de violência que ostentam.

Quanto mais armados, até mesmo de aparatos nucleares, mais esses países teriam o potencial⁵ de impor suas decisões no cenário mun-

2. Há diversos estudos acerca desses elementos e seus efeitos econômicos e políticos. Ver: (Mills, 1981; Sweezy e Baran, 1966; Sweezy, 1973; Herrera, 2006; Lins e Wacquant, 2003; Dagnino, 2008; Dagnino e Campos, 2006; Soares e Mathias, 2002; Szymanski, 1973).

3. As razões racionais podem ser entendidas como razões objetivas capazes de orientar um país para que escolha, de modo calculado, investir o montante x ou y em armas, programas nucleares, pesquisas científicas relacionadas à indústria bélica, em ajudas estratégicas a países que têm algum papel na manutenção de certos interesses possivelmente militares, econômicos e políticos, entre outras razões.

4. Razões irracionais, tais como: desejos de se sobrepor a todos os outros povos e grupos sociais, sentimentos de superioridade étnico-racial e cultural, medos infundados de populações inteiras, expectativas de ter preponderância sobre grupos e países em recursos e poder, perspectivas de construir espaços territoriais inalcançáveis a alguns grupos sociais, receios de perder posição de mando e de decisão nas políticas internacionais, sentimento de que os países ricos estariam perdendo as suas posições de poder, bem como a capacidade de controle da violência)

5. Não é possível, neste artigo, entrar no debate sobre as diversas formas de emprego da noção de potência. Tão pouco é possível dialogar com os teóricos, conforme fez Devin (2009), que lançam mão de tal noção para caracterizar ora as capacidades operacionais dos Estados, ora as relações de forças entre nações e os seus recursos de poder. Este artigo não tem como entrar também no debate sobre a diferença entre poder real e poder potencial. Sobre isso, ver: (Devin, 2009).

dial⁶. Tal potencialidade de poder e de domínio tem força, muitas vezes, para angariar apoio de camadas populacionais expressivas. Tal apoio, diz Elias, não se explica somente por motivos racionais, mas também por sentimentos infundados de medo, por fantasias coletivas de superioridade e de pertencimento a grupos distintos e preponderantes.

Tendo-se como referência essa (1991) e outras obras de Elias (1994; 1994a; 1998; 1999) pode-se dizer que os formuladores dos RDHs fazem as suas prescrições a partir da pressuposição de que a redução dos gastos militares pode ser perseguida, pelos diversos países, em razão, segundo eles, de uma obviedade que salta aos olhos: a necessidade de conter as despesas bélicas e investir os recursos economizados em políticas que levem ao desenvolvimento humano. Eles entendem que deve ser tomada uma decisão com base em cálculos racionais.

O mundo todo ganharia com o combate à pobreza, à miserabilidade e aos entraves que obstam ao não-acesso à saúde, à educação, combate que deveria ser travado em todas as partes do planeta. Ao pensar o mundo como um todo integrado, os autores e encampadores dos RDHs clamam contra os muitos gastos em armamentos para guerras e belicosidades de modo geral, e o muito pouco em políticas capazes de levar ao desenvolvimento humano.

O objeto deste estudo são as narrativas e os argumentos prescritivos de práticas, ações e procedimentos, constantes nos RDHs publi-

6. O físico Marcelo Gleiser (2016, p. 3) afirma que são vários os países (EUA, Rússia, Grã-Bretanha, França, China, Israel, Índia e Paquistão) que, certamente, possuem, hoje, armamentos nucleares. Ele diz que isso está envolto em muitos segredos, mas é grande, na atualidade, o risco de explosão de guerras em que se poderiam utilizar armas nucleares com potenciais destruidores imensos. Seria ilusão supor que a era dos confrontos nucleares teria ficado para trás, definitivamente, com o fim da guerra fria.

cados entre 2006 e 2013, que versam sobre a possibilidade de que sejam tomadas decisões, decididamente calculadas, em favor do desenvolvimento humano. São construções argumentativas que põem em evidência (im)possibilidades de uma outra forma de organização da humanidade.

Os formuladores dos RDHs (2001; 2002; 2005), ao proporem a diminuição dos gastos militares estão semeando expectativas de que novos caminhos sejam abertos para frear a corrida armamentista, o que parece a eles possível, desde 1990, com o fim da guerra fria. Seriam, então, propostas de ações e de procedimentos que poderão ser levadas a cabo com o esforço coletivo dos vários Estados.⁷

Este artigo pretende verificar os tipos de argumentos e o modo como eles se desdobram em sugestões de ações e de procedimentos diversos quando se têm em conta as especificidades dos diversos países e regiões do mundo. Parte-se da hipótese de que algumas prescrições ganham maior visibilidade por meio das sugestões que visam alcançar decisões racionalmente voltadas para a contenção das despesas militares e para a ampliação das chances de que o desenvolvimento humano possa ser expandido. Outras se mostram mais acanhadas e tímidas e se baseiam na constatação de que é difícil que ocorram reduções expressivas das despesas militares. Ao examinarem-se os documentos, parte-se da constatação de que os argumentos contidos nos RDHs *não* contemplam os elementos irracionais (medos, fantasias, de-

7. O Instituto Internacional de Estudos para a Paz (SIPRI), sediado na Suécia, publicou, no livro intitulado *SIPRI Yearbook: armaments, disarmament and international security* (2015), muitos dados sobre as despesas militares no mundo, hoje. O capítulo 9, o qual trata especificamente de tais gastos, mostra que, em muitas partes do mundo (Oriente Médio, África, Europa Oriental), os dispêndios militares cresceram e/ou permaneceram idênticos em razão das guerras, conflitos internos e violências diversas. No cômputo geral, no ano de 2014, os gastos militares diminuíram 0,4% em relação ao ano de 2013.

sejos) infundados, ou não, que jogam também um papel relevante na constituição de dificuldades de expansão, contínua e duradoura, dos processos políticos de frenagem dos gastos militares.

Em síntese, o problema de pesquisa pode ser posto da seguinte forma: De que maneira as *narrativas e os argumentos* estão orientados, nos RDHs, a ponto de serem capazes de destacar as possibilidades e as dificuldades de mobilizar decisões, racionalmente acordadas entre Estados e organismos internacionais, favoráveis à contenção dos gastos militares?

Este artigo faz parte de uma pesquisa documental mais ampla que tem como fonte os Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) encomendados e editados, anualmente, desde 1990. Como toda pesquisa documental que abarca materiais extensos, neste trabalho, especificamente, foi selecionada somente uma parte dos relatórios. Ou seja, aqueles que foram divulgados entre 2006 e 2014. Por que este recorte? Esclarece-se: ao iniciar a pesquisa acerca das sugestões das Nações Unidas, sistematizadas no seio desses documentos do PNUD, para diminuição das despesas militares, constatou-se que era impossível, em um único artigo, cobrir todo período de 1990 a 2015, o que se deve ao volume de dados e informações que orientam os diagnósticos e prognósticos presentes nesses relatórios. Os RDHs foram, então, divididos em três blocos: os da década de 1990, os da primeira metade da década de 2000 e os referentes ao período de 2006 a 2014.

O procedimento metodológico assenta-se num tipo de abordagem externalista⁸ e internalista⁹ (Medina, 1982; Pontes, 1996) ao mesmo

8. Teórico-metodologicamente “el objetivo de la historia y la sociología de las ciencias externalistas estribaría en relacionar esos contextos cognitivos, tan estrechamente como se pueda, a las circunstancias culturales y materiales dentro de las cuales se desarrollan” (Medina, 1982, p. 63).

9. Do ponto de vista epistemológico, pode-se dizer que “El internalismo asume que los procesos de producción y validación del conocimiento están libres de influ-

tempo¹⁰, mas com ênfase maior, no que diz respeito aos procedimentos analíticos, às razões externas e aos jogos configuracionais (Elias, 1994; 1994^a; 1994b) que orientam tanto os diagnósticos quanto as prescrições presentes nos RDHs. Os documentos pesquisados são analisados com o intuito de desvendar as estratégias argumentativas que se convertem em estratégias políticas e, nesse caso, faz-se necessário transitar dos aspectos internos (as narrativas, as visões de mundo, os símbolos, as crenças, os valores, as ideologias), que constituem o texto, para os aspectos externos, ou seja, os embates políticos, sociais e econômicos que orientam a feitura de conexões entre a expansão do desenvolvimento humano e a diminuição das despesas militares.

Parte-se do pressuposto de que a compreensão das razões externas passa pelo desvendamento dos jogos configuracionais entre Estados, organismos internacionais, organizações da sociedade civil (especialmente as que se ocupam das questões relacionadas com a contenção de despesas militares, armamentos e belicosidades de modo geral).

Enquanto procedimento metodológico, a análise documental¹¹ não tem como se esquivar da análise textual, daí a relevância da constituição das narrativas que estão presentes nos relatórios. “A linguagem ocupa um papel central. [...] E [ela é] situada. [...] Tudo o que é dito, é dito para alguém em algum lugar” (Melucci, 2005, p. 33) e em algum momento histórico. Portanto, entender o que é dito, de que forma é dito – ou seja, todas as estratégias narrativas – é realizar uma aná-

ências externas, y su estudio compete únicamente a la historia de las ideas y a la filosofía de la ciencia” (Medina, 1982, p. 55).

10. Esteban Medina (1982) faz uma ampla discussão sobre as flexibilidades teórico-metodológicas que tornam possíveis a junção das abordagens internalistas e externalistas. Há também inúmeras recusas e rechaçamentos de tais combinações.

11. Tim May (2004) e André Cellard (2012) têm demonstrado a relevância da pesquisa documental para as Ciências Sociais, bem como os desafios presentes na sua realização.

lise interna ao próprio texto. Constituem-se uma abordagem externa tanto o entendimento das ações dos agentes receptores das mensagens quanto o desvendamento do contexto social e político no qual os argumentos são construídos em vista dos jogos de poder envolvidos nesse processo.

Enfim, os argumentos e as narrativas, presentes nos relatórios, não são tomados como dotados de vida própria (Santibáñez, 2012), muito menos como autônomos. Parte-se do pressuposto teórico-metodológico de que eles têm de ser decifrados à luz do contexto sócio-histórico e dos jogos configuracionais que estão na base de suas formulações. Os RDHs estão situados “em um contexto político e social mais amplo. [...] O que as pessoas [que elaboram e encomendam esses documentos] decidem registrar é informado pelas decisões que, por sua vez, relacionam-se aos ambientes sociais, políticos e econômicos dos quais são parte” (May, 2004, p. 213).

O tipo de material utilizado na construção deste artigo é categorizado como documentos públicos e abertos, seguindo classificação feita por John Scott (1990). São assim ordenados pelo fato de estarem disponíveis para consulta de modo irrestrito. São documentos que lidam com dados qualitativos e quantitativos; todavia, a análise realizada, nesta pesquisa, é de natureza qualitativa, já que pretende compreender e decifrar o significado das práticas sociais e discursivas (May, 2004). São muitas as estratégias políticas envolvidas no ato de planejar e de decidir quais são os argumentos e os dados (quantitativos e qualitativos) que comporão os RDHs. São documentos com o “potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo¹² [...]. Eles nos falam das aspirações e intenções [...] e descrevem lugares e relações sociais de uma época”

12. Sobre isso, ver: (Scott, 1990).

(May, 2004, p. 203).

Esclarece-se, então, que este artigo, num primeiro momento, ressaltará a tentativa dos elaboradores dos RDHs para construir um conjunto de argumentos capazes de apelar para os motivos racionais que os Estados, governos, organizações internacionais, entre outros agentes, teriam para apoiar a diminuição das despesas militares e dos conflitos belicosos no mundo, hoje. Por meio de muitos argumentos, eles alertam para a necessidade de investimentos políticos substanciais para dissuadir governantes e Estados de suas crescentes militarizações. Num segundo momento, serão elencadas e discutidas, à luz do contexto social e político atual, as prescrições, contidas nos RDHs de 2006 a 2014, de ações e de procedimentos que teriam o potencial de diminuir os gastos militares. Visa-se apontar, no último item deste artigo, o quanto a ligação entre a diminuição das despesas militares no mundo, hoje, e a expansão dos gastos sociais é, sem sombras de dúvidas, uma das mais espinhosas postas ao *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD).

Os formuladores dos RDHs e os componentes racionais das dificuldades de contenção das despesas militares?

Com inspiração em Norbert Elias (1991), parte-se do pressuposto de que é muito difícil capturar as dimensões racionais e irracionais das dificuldades de construir uma agenda de políticas internacionais voltadas à disponibilidade para acatar, ainda que minimamente, as prescrições postas nos RDHs sobre a contenção das despesas militares. Suas orientações ressaltam que toda luta por um mundo mais voltado à paz, ao esvaziamento das ameaças, à diminuição dos conflitos, das

guerras, dos aparelhamentos bélicos e das corridas armamentistas irá confrontar-se com tarefas duríssimas.

Isso se deve ao fato de que a tradição militar e bélica, os processos de busca por hegemonia e preponderância política¹³ e os jogos de poder, acoplados a uma férrea luta armamentista (Elias, 1991), têm prevalecido ao longo da história da humanidade e têm-se constituído em nossa condição humana e em nosso destino (Elias, 1991). “As guerras pertencem a uma sólida tradição da humanidade. Estão arraigadas nas suas instituições sociais, assim como no *hábitus* social¹⁴, na imagem coletiva dos homens, mesmo dos que mais amam a paz” (Elias, 1991, p. 14).

Sabendo-se disso pode-se perguntar: Por que os formuladores dos RDHs têm tentado, ao longo de duas décadas, dissuadir os Estados, os governantes, as lideranças políticas de aplicar tantos recursos em despesas militares? De todos os empreendimentos constantes nos RDHs talvez seja este o mais difícil de ser alcançado. Uma coisa é tentar convencer a todos os que têm poder de mando e decisão a investir um pouco mais de recursos em políticas voltadas ao desenvolvimento humano, o que já é muito difícil em várias partes do mundo. Outra é estabelecer ligações entre os exorbitantes recursos direcionados aos gastos militares e os poucos recursos destinados à melhoria da renda,

13. Para Norbert Elias (1991), a hegemonia é um processo de luta constante pela preponderância política e pelo controle do poder, o qual é tomado sempre em correlação com as demais forças políticas, dotadas também estas de potencial e recursos de poder. A Inglaterra foi a força hegemônica preponderante no século XIX, os EUA e a URSS foram as duas forças hegemônicas no século XX. Muitas vezes, as populações desses países que ocupam ou ocuparam posições hegemônicas cultuam sonhos de permanecer em tais condições.

14. Hábitus social em Elias pode ser definido como *ethos* nacional. São valores, desejos e fantasias coletivas que os povos e grupos sociais partilham. É o que se acredita ser em relação aos demais. O hábitus social pode assentar-se tanto na certeza de superioridade que pode ser racial, étnica, cultural, identitária, quanto no sentimento de inferioridade.

da educação, da saúde e da moradia adequada.

Nos argumentos expostos nos RDHs, as narrativas fazem referência às despesas militares: 1) dos países ricos que gastam somas exorbitantes; 2) dos países pobres que não exageram nesses gastos; e 3) dos países que despendem montantes enormes a ponto de consumir quase toda verba pública em favor de projetos de poder dos dirigentes. Nesse caso, os que monopolizam posições de mando e de decisão consomem muitos recursos em guerras e armamentos.

No que se refere às recomendações feitas aos países ricos que despendem altíssimas somas para fins militares, os autores dos relatórios, produzidos após o ano 2000, prescrevem um conjunto (PNUD/RDH, 2002; 2005) de ações e de procedimentos sugerindo-lhes que destinem parte dos recursos direcionados aos programas belicosos para ajudas internacionais que objetivem alcançar as metas postas na *Declaração do Milênio* (2000). Já na década de 1990, os formuladores dos relatórios chamavam a atenção dos governantes dos países ricos para que verificassem o que era feito, pelos governantes e dirigentes de modo geral, com as doações que recebiam. Estas não podiam estar direcionadas somente para os seus aliados estratégicos que faziam, muitas vezes, o que bem entendiam com os recursos externos obtidos.

Doadores deveriam administrar suas ajudas externas e lidar com “problemas políticos profundos” (PNUD/RDH, 1991, p. 33), com a possibilidade de os países receptores destinarem os recursos obtidos de programas de ajuda e de cooperação internacional às guerras internas, à compra de armas, ao pagamento de milícias armadas, entre outras atividades belicosas¹⁵. Isso seria um desperdício de fundos de

15. Há, nas Ciências Sociais, alguns estudos e debates na área de Sociologia Militar que se ocupam da temática das despesas militares e suas implicações no mundo atual. Ver: (Azzellini, 2012; Baltasar, 2000; Brustolin, 2009; Carilho, 2007, Guzzi, 2016).

ajuda, razão por que os países desenvolvidos deveriam estar mais atentos ao destino dado a sua ajuda e recursos. Ou seja, deveriam calcular melhor os efeitos práticos de sua ajuda, de suas doações (PNUD/RDH, 1991).

Os produtores dos RDHs, desde a década de 1990, insistem que as ajudas e cooperações sejam feitas a partir de decisões aquilatadas. Os países doadores deveriam exigir melhor destinação para os seus fundos. E em que consistiriam tais exigências? Que os governantes dos países que recebem fundos, ajudas e doações realizem melhorias nas diversas áreas do desenvolvimento humano. Eles desejam criar um sistema de contrapartidas que pode ser explicado da seguinte maneira: Quanto mais empenhados fossem os líderes governamentais dos países receptores no combate às disparidades econômicas, políticas e educacionais, mais ajudas e cooperações deveriam receber. Diferentemente seriam tratados os governantes dos países pobres que se mostrassem despreocupados com a situação social e interessados somente em utilizar as doações em despesas com armas e guerras.

Em seus cálculos, os produtores do RDH de 1991 buscam demonstrar, matematicamente, os resultados positivos que obteriam os países ricos com a redução dos gastos militares. Lançam percentuais imaginários e fazem contas da economia que disso resultaria e como tais cifras poderiam ser aplicadas nas políticas de desenvolvimento humano dos países mais pobres. Em vários momentos da década de 1990 ficava evidenciada uma tentativa de atestar a racionalidade de seus cálculos, isto é, o que se ganhava com o congelamento e/ou a diminuição dos gastos militares no mundo.

Mas, como já foi dito anteriormente, não é possível supor que, através de uma engenharia social e/ou de uma engenharia política, no que diz respeito à contenção das despesas militares, tudo será resolvido.

O exame das narrativas acerca dessa questão dá, muitas vezes, a impressão de que tudo poderia ser resolvido mostrando-se com clareza aos líderes políticos dos países ricos, doadores, partícipes dos projetos de cooperação internacional, os desperdícios e as negligências no cuidado com o desenvolvimento humano e com os povos mais pobres. Tais esclarecimentos levariam a uma melhor destinação e designação de recursos em favor de metas que têm sido acordadas internacionalmente, como os ODMs (Objetivos do Desenvolvimento do Milênio).

“Cerca de US\$50.000 millones anuales un 2% del PNB de los países en desarrollo podrían asignarse a propósitos más productivos. La mayor parte de esta suma podría obtenerse de la congelación de los gastos militares, que absorben el 5.5% del PNB del mundo en desarrollo. En algunos de los países más pobres, se gasta el doble en asuntos militares que en salud y educación, como es el caso de Angola, Chad, Pakistán, Perú, Siria, Uganda y Zaire” (RDH, 1991, p. 24).

Os formuladores dos relatórios apostam numa posição antibelicosa utópica. O apoio, com recursos financeiros, de países ricos a países pobres está, muitas vezes, associado à manutenção de controles bélicos sobre regiões inteiras. E eles mesmos chamam, nos RDHs da década de 1990, a atenção para o fato de que há países ricos muito preocupados em ajudar financeiramente países que lhes são aliados militarmente ou estrategicamente. Consta no RDH de 1994 essa preocupação, uma vez que “con frecuencia, la ayuda se ha destinado más a los aliados estratégicos que a los países pobres” (PNUD/RDH, 1994, p. 67). Existem alguns dados que mostram o quanto essas ajudas estratégicas prevalecem. “El Salvador recibió de los Estados Unidos 16 veces más ayuda por habitante pobre que Bangladesh” (PNUD/RDH, 1994, p. 84).

Não se deve esquecer que quem formula os relatórios está tentando

gerar um *cópus* de argumentos dirigidos a Estados militares que têm dado provas de que persiste, em suas instituições, a preponderância de práticas e ações pautadas na defesa, a qualquer custo e preço, dos seus interesses. Insinuar ou mesmo indicar ser viável que tais Estados diminuam seus dispêndios militares é um desafio colossal a que os autores dos relatórios estariam se propondo. Norbert Elias afirma em *A condição humana* (1991) que os Estados se organizam como Estados militares, ou seja, a partir de seu poderio e de suas forças militares. Certamente, os EUA estão organizados dessa maneira, mas quase todos os outros países também estão. Os equilíbrios e desequilíbrios de poderes entre os Estados são medidos pela força militar.

É razoável refletir, em vista das preocupações que constam nos RDHs, sobre as enormes dificuldades que as propostas contidas nos relatórios tendem a enfrentar. Quando se propõe aos diversos países (pobres ou ricos) a contenção das despesas militares, está-se dirigindo a líderes de Estados militares que têm na sua essência uma tradição armamentista. Somar a difícil luta pela redução dos gastos belicosos à outra luta, também extremamente difícil, a voltada para o desenvolvimento humano, é bastante desafiador. Por isso, tais lutas têm um significado extremamente relevante no mundo atual.

Fica registrado nos documentos do PNUD que, para direcionar o mundo rumo às melhorias na seguridade humana, tem-se de lutar com Estados que se organizam militarmente. Portanto, a tarefa é gigantesca e se resume na seguinte questão: Como implorar, para que diminuam seus gastos militares, aos Estados que se organizam militarmente, com instituições moldadas militarmente, com um modo de agir tradicionalmente sintonizado com as ideias e convicções de que os conflitos devem ser resolvidos pelas armas e pela violência?

As equipes produtoras dos RDHs tentam mostrar aos Estados mili-

tares, através de vários cálculos, a examinarem, detidamente, como direcionam uma parte expressiva de seus recursos para despesas militares. Sugerem que reorientem o orçamento público em favor de outras finalidades, o que quer dizer que eles podem construir outro caminho para a humanidade, o do desenvolvimento humano e o da segurança humana, que só existem se as pessoas não estiverem mergulhadas na pobreza, na miserabilidade, no analfabetismo, na violência e na injustiça¹⁶.

Com base no texto de Norbert Elias, escrito em 1985, por ocasião do quadragésimo aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, pode-se dizer que posicionamentos como esses que são visíveis no interior desses documentos tenderiam a ser cada vez mais frequentes nos anos e décadas seguintes pelo fato de que se teria chegado, no final do século XX, a um dilema que pode ser resumido da seguinte maneira: ou se criam outros caminhos para a humanidade ou pereceremos todos.

À luz dos escritos de Norbert Elias (1991; 1998; 2001) pode-se dizer que o intento que move os formuladores dos RDHs a falar de redução de gastos militares a Estados (pobres ou ricos) militares é uma tarefa da mais alta importância. O problema é que raramente isso daria algum resultado, porque a humanidade, ao longo da história, teria deixado evidente sua dificuldade em produzir mudanças através de aprendizados coletivos; suas mudanças ter-se-iam dado muito mais em razão de “amargas experiências” (Elias, 1991, p. 75).

Racionalmente, pelos dados levantados e cálculos efetuados, é de se imaginar que os autores dos RDHs estejam pressupondo que as

16. A noção de segurança humana, utilizada pela primeira vez no RDH de 1994, é distinta da noção de segurança nacional. Seu foco é a melhoria da vida humana de modo geral, o que só poderá ocorrer com a contenção continuada da violência, dos conflitos e das guerras. Ver sobre isso: (Ballesteros, 2014).

lideranças políticas e os governantes teriam razões suficientes para apostar, simultaneamente, na diminuição dos gastos militares e na expansão do desenvolvimento humano. O modo como as agências, fundos e programas das Nações Unidas tentam falar aos governantes, lideranças políticas, organizações da sociedade civil e instituições diversas está baseado, significativamente, na convicção de que há, no mundo atual, elementos mais do que suficientes para que se aposte em aprendizados coletivos tornados possíveis por força de amargas experiências. Os *Relatórios de Monitoramento Global das Metas Educação para Todos* da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura) englobam, também, esse tipo de entendimento e de empreendimento.

Os apelos para uma racionalidade orientadora das decisões estariam evidenciados no modo como tais documentos indicam saídas e soluções para os problemas sociais do presente. Os produtores dos RDHs comunicam fórmulas otimistas com narrativas que mostram a possibilidade de haver mudanças substantivas no que diz respeito à diminuição dos gastos militares e à aplicação de tais recursos, poupados, em políticas de desenvolvimento humano.

O modo de expor tais dificuldades não deixa dúvida de que existem dissimulações e ideologias concernentes a uma possível ocorrência, nas próximas décadas, de uma melhor reorientação desses recursos aplicados, hoje, mais em armas e guerras. É ideológico visto passar, em algumas ocasiões, uma visão idealizada sobre a possibilidade de que tais mudanças ocorram. É o, ainda, pelo fato dos diagnósticos e prescrições desviarem-se, continuamente, da seguinte questão: “[...] a maneira como está tradicionalmente organizada a maioria das sociedades estatais do mundo” (Elias, 1991, p. 74) impulsiona, indubitavelmente, a belicosidade e a militarização.

Deve-se destacar que os elaboradores dos RDHs não estão, por certo, sugerindo ações e procedimentos que quebrem a tradição militarista orientadora dos Estados modernos¹⁷. Os documentos do PNUD, em análise, contêm sugestões para a diminuição dos gastos militares, o que não significa, de modo algum, a quebra da tradição militarista e armamentista.

As equipes produtoras e encampadoras dos RDHs ocupam-se, essencialmente, das escolhas feitas pelos dirigentes dos Estados que, muitas vezes, optam, em meio a situações trágicas de pobreza, miserabilidade e abandono, por direcionar montantes enormes de recursos para áreas militares. No RDH de 2001, eles criticam o modo como muitos países acabam se decidindo a investir em tecnologias de guerra quando não há investimento algum em outras tecnologias, que poderiam favorecer o desenvolvimento humano nas áreas de saúde e educação. Assinale-se que o relatório de 2001 tem como objetivo central indicar de que maneira os avanços tecnológicos poderiam ser direcionados a pessoas e não a guerra.

“[...] às vezes o problema não é falta de fundos. Em 1999, os governos da África Subsaariana dedicaram sete mil milhões de dólares às despesas militares. Seria essa a escolha certa das prioridades, para um continente com necessidades tecnológicas tão urgentes noutras áreas” (PNUD/RDH, 2001, p. 101).

Ao usar-se a palavra escolha, nota-se que há o entendimento de que existe uma racionalidade orientadora das decisões dos dirigentes que reafirmam, continuamente, a imprescindibilidade da belicosidade e da militarização. Esse é o caminho escolhido, conforme aponta o documento, mas não é o único. Seria possível pegar outros rumos. Ou

17. As cidades-estados no mundo antigo e os Estados absolutistas anteriores às formas de Estado que tomaram corpo a partir do século XVIII também foram, essencialmente, militaristas.

melhor, escolher outros investimentos que favorecessem, de fato, a maioria da população.

Todavia, não se deve esquecer que há dois movimentos simultâneos no interior das narrativas formadoras dos relatórios. De um lado, é visível a preocupação com a diminuição dos gastos militares, da belicosidade, da corrida armamentista, mas, por outro, há, em alguns casos, a defesa de ações militares e belicosas. Isso é visível quando os formuladores dos RDHs de 2005 discutem, por exemplo, a situação do Congo e de Ruanda. Eles dizem que os acordos de paz não têm funcionado e que as forças de outros países continuam a operar além de suas fronteiras e isso levaria a problemas militares, econômicos e políticos de grande monta.

O que fazer nesse caso? A solução dada por eles era a militar, a beligerante, ao invés de insistirem no aprofundamento das tentativas de encontrar soluções não-violentas. Situam suas propostas no âmbito da tradição bélica, militar. Veja-se abaixo:

“As forças armadas de outros países ainda operam largamente na República Democrática do Congo, juntamente com grupos rebeldes. A região leste tornou-se uma base militar das Forças Democráticas para a Libertação da Ruanda (FDLR) – rebeldes hutus ligados ao genocídio de 1994. [...] Desarmar as FDLR, expulsar as forças armadas de Estados estrangeiros e pôr a exploração mineral sob controle efectivo do Estado são necessidades imediatas para criar verdadeira segurança” (PNUD/RDH, 2005, p. 157)

As prescrições de contenção das despesas militares nos relatórios a partir de 2006

Nos RDHs da segunda metade da primeira década de 2000 há uma preocupação em associar as noções de desenvolvimento humano e de

segurança humana – tal associação pode ser vista desde o relatório de 1994 que inaugura a aplicação da noção de segurança humana (Purza, 2009; Cravo, 2009) – como forma de contrapô-las a outras duas muito em voga na segunda metade do século XX: desenvolvimento econômico e segurança nacional. Os produtores dos relatórios procuram assinalar que os tempos são outros e que é preciso “[...] olhar mais além das estreitas percepções da segurança nacional, definida em termos de ameaças militares e da protecção de objectivos estratégicos de política externa, em direcção a uma visão de segurança enraizada na vida das pessoas” (RDH, 2006, p. 11).

Este é o ponto de partida das recomendações, postas nos relatórios, para a diminuição dos gastos militares. Ao ter como elemento central a premência de superar a obsessão por segurança nacional, as diversas equipes, que têm preparado os RDHs, lançam-se na defesa da conveniência de os países olharem para além de suas fronteiras e de suas metas de ampliação de suas potencialidades de aparelhamento bélico. Olhar para além de seus domínios territoriais significa que é necessário ajudar a criar fundos e recursos para o investimento nas políticas de desenvolvimento humano dos países extremamente pobres. Tais ajudas e cooperações devem ser acompanhadas de perto para que os que recebem tais montantes não os utilizem para o financiamento de guerras e conflitos, de modo geral.

Os argumentos passam a tecer uma teia de sugestões que vão se encaixando. Baseados no fato de que há uma interdependência econômica, social e política entre as diversas nações e povos do mundo, os relatórios supõem que há hoje, mais do que em outros momentos, uma forte ligação de interdependência¹⁸ entre as várias decisões que

18. Claude Lefort (2000, p. 4) faz uma reflexão sobre o modo como as Nações Unidas e os seus fundos, agências e programas constroem uma narrativa dirigindo-se aos diversos povos do mundo. Grosso modo, isso significa que “de uma parte,

são tomadas no âmbito de cada país¹⁹. Eles desejam trazer a público, para uma discussão mais ampliada, as razões pelas quais é tão difícil, aos diversos países, ricos e pobres, dar maior transparência aos altos investimentos em gastos militares.

As distorções dos orçamentos públicos são pesadas na balança que mostra o quanto perdem, de fato, as populações mais pobres, com o direcionamento de uma parte expressiva dos recursos para armas e guerras. No RDH de 2006, ocupado prioritariamente em demonstrar que é primordial ampliar, para as populações mais pobres, o acesso à água potável e ao saneamento, consta que “[...] muitos países, com elevadas taxas de mortalidade infantil causada por diarreia, despendem menos de 0,5% do PIB em água e saneamento, uma fração do valor que afectam os orçamentos militares” (PNUD/RDH, 2006, p. 37)²⁰.

Nessa mesma linha de raciocínio, as equipes que produziram o RDH de 2007/2008²¹ também comparavam os gastos com políticas protetoras do meio ambiente e os gastos militares. As ações para “...estabilizar as emissões de CO2 [Dioxido de Carbono] (RDH, 2007/2008, p. 68) não se encontram à altura do problema que tal composto químico tem gerado para o meio ambiente. E qual seria a dificuldade,

os indivíduos, considerados iguais [como] homens, qualquer que seja o Estado no qual vivam, dispõem dos mesmos direitos, direitos que são, portanto, universais. De outra parte, cada comunidade denominada ‘povo’ se vê reconhecida universalmente como igual às outras”.

19. Agnès Lejbowicz (1999) indaga sobre a possibilidade das Nações Unidas falarem simultaneamente aos Estados e aos povos, de modo geral? Quais seriam as implicações, do ponto de vista dos direitos, desse esforço de falar, ao mesmo tempo, para os seus signatários (os Estados) e para os diversos povos?

20. Esclarece-se que o *Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento* (IPAD) e o *Instituto Camões de Língua e Cooperação* fazem as traduções, para o português, dos RDHs que estão sendo trabalhados neste artigo. Por isso, nas citações, aparecem algumas diferenças entre o idioma empregado em Portugal e o em uso no Brasil.

21. Esse RDH englobou dois anos. Há um único documento para os anos de 2007 e 2008.

segundo os líderes e técnicos de diversos países, em tentar frear tais emissões? O custo disso. Os formuladores desse relatório afirmam que o custo da inércia seria altamente destrutivo para as populações mais pobres que são sempre as mais afetadas pelo desequilíbrio climático global originado da concentração de CO₂ na atmosfera²². Com qual outro gasto os elaboradores dos relatórios indicam que o custo de redução do CO₂ deveria ser comparado? E respondem: Com os gastos militares.

“A percentagem de 1,6 do PIB global para alcançar os 450 ppm de CO₂ representa menos de 2/3 das despesas militares globais. Nos países da OCDE, onde as despesas governamentais representam geralmente 30 a 50% do PIB, os objectivos de mitigação mais rigorosos dificilmente parecerão inoportáveis, especialmente quando os gastos noutras áreas – tais como no orçamento militar e nos subsídios para a agricultura – podem ser reduzidos” (PNUD/RDH, 2007/2008, p. 68)

Sempre voltados para a construção de argumentos fundados em cálculos compreensíveis para um público, o quanto possível maior, os elaboradores dos relatórios têm como objetivo falar não somente para técnicos e lideranças governamentais, mas também para os diversos segmentos organizados da sociedade civil. Tendo isso em vista, os elaboradores do relatório de 2007/2008 procuram demonstrar que, no caso de investimentos para evitar catástrofes ambientais e climáticas, “[...] os países desenvolvidos teriam de mobilizar cerca de 0,2% do PIB em 2015 – aproximadamente um décimo do que actualmente mobilizam em despesas militares” (PNUD/RDH, 2007/2008, p. 196).

Note-se que os gastos militares passam a ser um parâmetro de medida para outros gastos. A intenção dos elaboradores dos documentos

22. Santos Pacheco e Marcondes Helene (1990) são autoras de um texto esclarecedor sobre os efeitos do CO₂ na atmosfera.

era deixar evidenciado que as alegações de falta de verbas para combater problemas diversos (ambientais, climáticos, agrícolas), que afetam as chances de efetivação do desenvolvimento humano, não tinham qualquer fundamento se fossem confrontadas com o que os países vinham empregando em despesas armamentistas. Há reconhecimento de que existe, hoje, no mundo, uma demanda ingente de aplicação de recursos vultosos para a efetivação de políticas que levem ao desenvolvimento humano, mas tais somas devem ser comparadas com os montantes gastos para várias outras finalidades, tais como: armamentos, socorros a bancos, subsídios, etc.

“As verbas necessarias são claramente avultadas, ainda que incertas. Todavia, sao inferiores às despesas actuais com a defesa, às recentes ajudas ao sector financeiro e aos subsidios perversos, [o que indica] espaço de manobra para reavaliar prioridades. Em 2009, as despesas militares globais aproximaram-se dos 3% do PIB mundial, enquanto alguns países gastaram muito mais, incluindo os Estados Unidos (4,7% do PIB) e a Federacao Russa (4,3% do PIB)” (PNUD/RDH, 2011, p. 97).

“As ajudas na sequência da recente crise financeira ascenderam a quase 700 mil milhões de USD nos Estados Unidos, ao abrigo do Programa de Apoio aos Activos Toxicos, ao passo que os compromissos da UE [se aproximaram de] 1 bilhão de USD (cerca de 6% do PIB anual em ambos os casos). [...] O Usbequistao, por exemplo, gasta acima de dez vezes mais em subsídios ao consumo de combustiveis fosseis do que na saude (32% do PIB contra 2,5%), enquanto o Irão gasta 20% do PIB em subsidios ao consumo de combustiveis fosseis [...] [e] menos de 5% na educação” (PNUD/RDH, 2011, p. 97).

Pode-se perguntar: Qual é o impacto, efetivo, desse tipo de argumento que procura sempre comparar as várias despesas? Os produtores dos relatórios objetivam causar impactos políticos ao demonstrar que a alegação da falta de recursos para a expansão de políticas de

desenvolvimento humano é falaciosa. Em última instância, tentam assinalar que é necessário conter a corrida armamentista, mas não só.

No RDH de 2011 aparecem também outros gastos que consomem milhares de dólares e beneficiam grupos específicos, geralmente mais abastados, e não a população mais empobrecida. Pode-se perguntar o seguinte: É possível, nas condições atuais, conter tais gastos a fim de direcioná-los ao desenvolvimento humano? Norbert Elias (1991) diz que, na segunda metade do século XX, expandiu-se tanto a corrida armamentista que é de se indagar se é mesmo possível reverter tal processo.

Os que produzem e encomendam os RDHs parecem obstinados em demonstrar que é possível reverter esse quadro. Ser possível não significa ser provável, uma vez que toda decisão nesse sentido esbarra em muitos interesses políticos sedimentados. Na verdade, consta nos relatórios que a humanidade, no presente momento, não teria qualquer outra saída, senão a de potencializar o desenvolvimento e a segurança humanos.

De qual setor poderiam ser retirados recursos para se empregarem nas áreas de desenvolvimento humano? Do setor militar, por certo. Mas não somente dele. Pois há também que combater desperdícios e corrupções responsáveis pelo desvio de recursos que deveriam ser empregados em políticas de melhoramento social. Ainda que os autores dos RDHs não falem disso, convém destacar que o redimensionamento dos gastos e dos investimentos, para tornar possível expandir o desenvolvimento humano, exigiria, conforme assinala Norbert Elias (1991, p. 84) “instituições estatais mundiais”.

Todavia, a “hegemonia dos Estados Militares” (Elias, 1991, p. 85) não permitiria nem sequer o florescimento de instituições estatais, no modelo das Nações Unidas. Segundo Elias (1991, p. 85), as singu-

laridades e as diversidades nacionais criariam obstáculos enormes a qualquer tentativa de criação de organizações internacionais capazes de intrometer-se na forma de os países utilizarem seus recursos e orçamentos. No que tange às despesas militares, as coisas tendem a ser ainda mais complicadas.

Por essa razão, ao comparar os enormes montantes de verbas direcionados às despesas militares com os exíguos recursos encaminhados ao desenvolvimento humano, os elaboradores dos RDHs tocam em questões ultracomplexas, que envolvem muitas configurações (Estados, governos, organismos internacionais, entre outras) interdependentes. Mostra-se como muito penosa, nos anos vindouros, a tarefa de combater a miserabilidade e a pobreza multidimensional (de renda e de acessos à saúde, à educação, à moradia, aos direitos, à justiça).

Talvez, como diz Norbert Elias (1991), a humanidade ainda não esteja preparada para tamanho desafio. Há que haver um longo aprendizado para que seja possível compreender a importância de projetos de enorme valor social como este de diminuir os gastos militares e empregar os recursos economizados em políticas de melhoramento da vida social como um todo.

O RDH de 2010 traz uma discussão que torna possível verificar a complexidade das prescrições cujo objetivo é conectar desenvolvimento humano, segurança humana e diminuição das despesas militares. “A segurança humana²³ exige atenção a todos os riscos do desenvolvimento humano, não apenas a situações de conflito e pós-conflito e a Estados frágeis. Abrange a protecção contra ameaças crô-

23. “O novo paradigma da segurança humana desloca a unidade de análise dos territórios para as pessoas que neles vivem e analisa as diversas ameaças que podem minar-lhes a segurança, a dignidade e a subsistência. [...] Também toma em consideração as compensações entre investimentos na área militar e investimentos na sobrevivência, na subsistência e na dignidade das pessoas” (PNUD/RDH, 2010, p. 32).

nicas, como a fome, a doença e a repressão [...]” (PNUD/RDH, 2010, p. 32).

O conteúdo do relatório de 2010 se tornou um marco importante ao insistir que os altos padrões de desigualdades, e não só de pobreza, devem ser considerados impeditivos de avanços rumo ao desenvolvimento e à segurança humana, ele insiste na imprescindibilidade de que os Estados, governantes, lideranças políticas de modo geral, organismos internacionais e sociedade civil façam um balanço mais adequado dos resultados dos investimentos em políticas que garantam avanços rumo à segurança humana.

Isso pode ser feito comparando-se o que se investe nessas últimas e o que se investe em gastos militares. Para a humanidade, como um todo, parece óbvio que o investimento em educação, saúde, saneamento, água potável e moradia, além de consumir cifras muito menores que aquelas consumidas em despesas militares, resultaria em algo que, no longo prazo, beneficiaria a todos os povos das diversas regiões do planeta.

Por essa linha de raciocínio, os argumentos em favor da subtração das despesas militares e do aumento dos gastos na área social potencializadora do desenvolvimento humano caminham no sentido de reiterar o que já havia sido fartamente discutido no RDH de 2000: o combate à pobreza e a todas as formas de privação extrema era uma maneira de expandir a garantia dos direitos humanos e a “proteção da vida das pessoas” (PNUD/RDH, 2010, p. 32). Por isso, em todos os RDHs, a partir de 2000, ficava mais evidente, “que a comunidade dos direitos humanos se envolve[ria] com maior eficácia no desenvolvimento” (PNUD/RDH, 2010, p. 32-3).

Exigir a expansão da cobertura dos direitos humanos era, então, exigir que a pobreza, a violência, a guerra e a corrida armamentista

fossem combatidas com afinco cada vez maior²⁴ (PNUD/RDH, 2000). No RDH de 2013 (p. 23) consta que não basta melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mantendo e/ou expandindo as “desigualdades de rendimento, os padrões insustentáveis de consumo, [as] despesas militares elevadas e uma fraca coesão social²⁵”.

Ao analisar a expansão da corrida armamentista na segunda metade do século XX, Norbert Elias (1991) enfatizava a importância da defesa dos direitos humanos como uma forma de fortalecer a consciência humana e combater a apatia em relação aos povos que vivem mergulhados em toda forma de sofrimento.

Em muitas passagens dos textos que compõem a sua coletânea *A condição humana* fica evidente que a corrida armamentista, a guerra e o ódio pelo outro tanto produzem processos de extermínio em massa quanto criam, pelo conflito, pela violência e pela miserabilidade, uma consciência desumanizadora e destituidora de qualquer simpatia, qualquer compaixão pelas pessoas que vivem em determinados países e regiões, pertencentes a alguns grupos étnicos raciais e/ou que possuem certos hábitos e cultura.

A defesa dos direitos humanos está assentada justamente na expansão da empatia por pessoas que não pertencem a um mesmo grupo social, econômico, étnico, racial, religioso e cultural e, principalmente,

24. Tais processos seriam já possíveis, uma vez que “as convenções e os protocolos internacionais, bem como as codificações associadas nas legislações nacionais, [que] deram um estatuto legal às pretensões normativas” (PNUD/RDH, 2010, p. 32), já davam subsídios para isso. No entanto, entre as pretensões normativas e a efetivação de tais direitos, existe ainda uma longa distância.

25. Os formuladores do RDH de 2013, mais do que os elaboradores dos RDHs anteriores, parecem colocar a falta de coesão social no centro de suas preocupações, o que deve ser lido à luz do contexto sociopolítico prevaiente no chamado eixo sul. As explosões das manifestações que ficaram conhecidas como Primavera Árabe em 2011 e a eclosão dos conflitos, da violência, das migrações e das guerras que expulsaram milhares e milhares de pessoas para a condição de refugiados foram retratadas, no RDH de 2013, como consequência da falta de coesão social.

por aqueles indivíduos que não têm qualquer poder (Elias, 1994b). A defesa dos direitos humanos tem de alcançar, segundo ele, justamente estes últimos.

Os RDHs tocam, de modo muito particular, em algumas dessas questões na edição de 2013, cuja preocupação central era exaltar certas melhorias que haviam ganhado corpo no Hemisfério Sul, no limiar do século XXI. Esse documento é um dos que se fixou mais detidamente na seguinte indagação: Por que os Estados, os governantes, os líderes políticos investem em algumas prioridades e passam ao largo de outras? De certa forma, fica subentendido que o potencial de poder de determinados agrupamentos é definidor das prioridades definidas pelos Estados e governos.

No entanto, por ser esta uma questão – das diferenças de poder entre os grupos humanos (Elias, 1994b) – extremamente espinhosa, visto remeter ao núcleo central do debate sobre desigualdades, os formuladores dos RDHs esbarram a todo momento nela, mas não há um real enfrentamento de suas consequências no mundo atual, uma vez que demonstrando que os países podem mudar suas prioridades orçamentárias, mas não o fazem, em muitos casos. Os caminhos para a redefinição de prioridades seriam facilmente detectáveis, segundo eles.

Todavia, tais caminhos não são, de fato, escolhidos. Acompanhando-se o conjunto de narrativas elaborado fica-se com a impressão de que os governantes e os Estados simplesmente descartam a escolha das prioridades sociais. Sabe-se que a razão de tais escolhas é a diferença entre os que têm poder e os que não o têm, entre os grupos que tomam as decisões e os que são afetados por elas. As decisões sobre o que é mais e o que é menos prioritário assentam-se em relações de poder.

Há algo de fundo que vem à tona, ainda que não seja esse o objetivo dos documentos: a dificuldade de mudança das prioridades orçamentárias tem a ver com o *quantum* de poder possuem, no âmbito nacional, os que serão contemplados pela destinação dos recursos. Este não é o núcleo dos argumentos postos nos RDHs pelos que se incumbem de elencar as prioridades contempladas e não se sabe até que ponto estas possuem, ou não, potencial favorável ao desenvolvimento humano. As relações de poder e suas complexidades são pouco exploradas nos relatórios.

“Em todo o mundo, as despesas militares ultrapassaram 1,4 bilhão de dólares em 2010, mais do que [a soma do PIB] dos 50 países mais pobres do mundo. Mesmo nas situações em que a consolidação orçamentária é necessária, não é forçoso que [ela] exija cortes nos serviços sociais. A consolidação efetuada através de uma maior eficiência e da redução de subsídios aos combustíveis fósseis, por exemplo, poderia permitir deixar praticamente intocadas as despesas sociais” (PNUD/RDH, 2013, p. 22).

Fica claro que aqueles que prescrevem, no RDH de 2013, a revisão das distorções orçamentárias não enfrentam os desequilíbrios de poder que, nos processos de escolha, definem algumas prioridades favoráveis a determinados grupos e políticas. No trecho acima é visível que eles tentam conciliar as condições existentes com algumas melhorias. Não se trata, exatamente, de uma mudança de rumo das orientações de prioridades, busca-se apenas ajeitar as coisas de modo a contemplar também os gastos sociais. É isso que deixam evidente os formuladores dos relatórios quando lidam com a questão dos subsídios aos combustíveis fósseis no trecho acima mencionado.

No entanto, parece haver um enfoque diferente quando se trata das despesas militares. A orientação relacionada a essa questão aparece, nos RDHs, como, indubitavelmente, equivocada, uma vez que

ainda se vê a segurança como algo dependente da força militar. Haveria, assim, um erro de concepção e de percepção destoante do momento atual. “É preciso que as perspectivas sobre a segurança abandonem uma ênfase errônea colocada na força militar em benefício de um conceito equilibrado centrado nas pessoas” (PNUD/RDH, 2013, p. 40).

Ao dizer que é necessário abandonar uma perspectiva de segurança nacional e territorial assentada na militarização, na belicosidade, na violência e na guerra, e construir outro quadro mental e intelectual em que as pessoas estejam no centro do que se entende por segurança, estariam os autores e encampadores dos RDHs indicando que “a segurança de um Estado já não é alcançável, na situação atual, pelos meios da escalada armamentista, ou mesmo da guerra”? (Elias, 1991, p. 100).

O Relatório de 2013 e também os demais deixam isso, praticamente, explícito, em alguns momentos. Todavia, há em suas narrativas formas de contornar essa própria constatação, porquanto se sabe que derivam dela problemas difíceis de resolver, já que os Estados nacionais, ricos ou pobres, se organizam como Estados militares. Norbert Elias diz que o desafio que se coloca para a humanidade, neste momento, é gigantesco, justamente porque o problema da segurança não pode mais ser alcançável por meios bélicos. Portanto, apostar muitas fichas nas despesas militares, em detrimento de outras despesas voltadas para o desenvolvimento humano e a segurança humana, parece um despropósito. Na verdade, é isso que os RDHs da 1^o e 2^o décadas do III milênio estão registrando.

Como um documento encomendado e encampado por um programa das Nações Unidas, os elaboradores dos RDHs, no que diz respeito à defesa da diminuição dos gastos militares, estão acenando para o se-

guinte desafio: “Os povos da terra encontram-se, hoje, perante a tarefa alternativa de contribuir gradualmente para a renúncia às instituições bélicas tradicionais, ou mediante a sua autorrestricção voluntária ou e, eventualmente, também pela subordinação voluntária à arbitragem da humanidade” (Elias, 1991, p. 100). Em *A condição humana*, Elias afirma:

“Talvez a massa dos homens e, em particular as camadas dirigentes dos Estados, possam evoluir muito gradualmente até esse nível civilizacional. Todavia, em face à dura hostilidade, à aversão tenaz e selvática, ao desrespeito infundado, que determinam hoje com bastante frequência, aberta ou encapotadamente²⁶, a conduta de membros de Estados diferentes nas relações entre si, a tarefa de uma pacificação da humanidade [...] assente em decisões voluntárias, começa por afigurar-se insolúvel” (Elias, 1991, p. 100).

A diminuição das despesas militares e a aplicação dos recursos economizados em políticas de desenvolvimento humano aparecem, nos RDHs, como algo que tem de ser acordado entre as diversas forças sociais. Tais acordos ao mesmo tempo que estariam assentados em decisões voluntárias, deveriam ser, arduamente, construídos por processos de decisões capazes de envolver os Estados, os governantes, os organismos internacionais, a sociedade civil, entre outros. E por que, para Elias, essa tarefa é inexequível no momento atual? Pelos desequilíbrios de poder que inviabilizam ações de tamanha monta. Questão pouco enfrentada no interior dos relatórios, conforme já foi dito.

Norbert Elias (1991, p. 101) faz uma consideração, que pode nos ajudar a ler as sugestões postas nos RDHs para a diminuição das despesas militares, a de que tal contenção pressuporia um aumento da

26. A palavra encapotadamente é aqui empregada no sentido de subrepticamente.

confiança entre os Estados. Isso seria algo factível mais à frente, mas, naquele momento, a desconfiança imperava de modo absoluto, daí a dificuldade de fazer avançar acordos internacionais que conseguissem restringer, mais e mais, os enfrentamentos fundados em ameaças belicosas. Os elaboradores dos relatórios estão a propor, no plano objetivo, acordos e, no plano subjetivo, a geração de uma disposição para um agir não-violento. Tarefa das mais difíceis e desafiadoras no mundo hoje.

“Os conflitos Pós-Guerra Fria fizeram mais de 5 milhões de vítimas, 95% delas civis. Na Ásia do Sul, por exemplo, os nove países experimentaram, todos eles, conflitos internos nas duas últimas décadas, e o número de vítimas resultante ultrapassou o dos conflitos interestatais. Além disso, desde 2001, o número de conflitos é maior nas regiões mais pobres desses países do que noutros lugares” (PNUD/RDH, 2010, p. 41).

Conquanto os conflitos se tenham concentrado nos países pobres, as despesas militares mundiais estão sendo altíssimas, é o que dizem os autores do relatórios da década de 2010, em todas as regiões do mundo. E, de acordo com levantamento de dados em 104 nações, verifica-se que houve aumento das despesas militares nos países com alto, médio e baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Os Estados que têm mais recursos têm maiores despesas militares, todavia, proporcionalmente, tais gastos têm aumentado, enormemente, nos países de índice de desenvolvimento humano médio e baixo. “Em 2010, as despesas militares mundiais relativas aos 104 países, [a respeito dos] quais existem dados disponíveis, foi superior a 1,4 bilhão de dólares americanos, ou seja, 2,6% do PIB mundial²⁷.

27. As despesas militares são, geralmente, calculadas em relação ao PIB (Produto Interno Bruto). “As despesas militares [são calculadas] em percentagem do PIB” (PNUD/RDH, 2013, p. 41).

A maioria das despesas foi contraída por países com IDH muito elevado” (PNUD/RDH, 2013, p. 41). Os elaboradores do RDH de 2013 acrescentam:

“Contudo, à medida que as economias de outros países cresceram, especialmente nos países com IDH médio, as suas despesas militares foram aumentando. Entre 1990 e 2010, as despesas militares mais do que triplicaram nos países com IDH médio, aumentando quase 50% em países com IDH baixo e 22% em países com IDH muito elevado, e diminuindo praticamente 47% em países de IDH elevado²⁸” (PNUD/RDH, 2013, p. 41-2).

Esse documento de 2013 tem um significado fundamental no debate sobre o controle dos gastos militares por levar mais longe, do que os demais, as discussões sobre as formas possíveis de economizar recursos que são gastos na área militar. Os produtores desse RDH chegam a destacar a importância, para o desenvolvimento humano, dos países que não possuem Forças Armadas²⁹. Eles dizem:

“A Costa Rica, por exemplo, não tem exército desde 1948. Não possui despesas militares e, dessa forma, conseguiu canalizar mais recursos para os programas e investimentos sociais. Em 2009, investiu 6,3% do PIB na educação e 7% na saúde. Essas escolhas contribuíram para o seu progresso no IDH, passando de 0,621 em 1980 para 0,773 em 2012” (PNUD/RDH, 2013, p. 42).

Pode-se indagar se os produtores do RDH de 2013 não estariam sugerindo a diversos países e regiões que deixassem de ter suas próprias Forças Armadas. Mas, quais seriam tais países? Por certo, não seriam os Estados militares mais poderosos como os Estados Unidos,

28. Observe-se que o relatório faz distinção entre países com IDH elevado e países com IDH muito elevado.

29. “Hoje, cerca de 20 países não têm forças armadas, ou apenas dispõem de forças armadas exíguas. Tendem a ser países de territórios pequenos, e muitos deles dependem de forças externas para a segurança nacional” (PNUD/RDH, 2013, p. 42).

a Rússia, a França, a Inglaterra entre outros. Provavelmente, esse tipo de sugestão seria dirigido a países de baixo IDH porque seriam eles, segundo indicam os relatórios, os que mais necessitariam de economizar recursos empregados na área militar para aplicar nas políticas de desenvolvimento humano.

No que concerne a tal situação, os formuladores do documento de 2013 reiteram ter ciência de que “nem todos os países possuem condições prévias propícias para concluir a desmilitarização, mas a maioria tem margem de manobra para proceder a um abrandamento substancial das suas despesas militares” (PNUD/RDH, 2013, p. 42).

Note-se que a sugestão seria para um abrandamento, tido como possível, da aplicação de recursos nas áreas militares. Se isso, já parece ser difícil de realizar – basta ver os dados trazidos pela SIPRI (Instituto Internacional de Estudos para a Paz – Suécia) onde se constata que, no ano de 2014, os gastos militares no mundo tiveram uma diminuição de somente 0,4% – imagine-se o quão difícil seria o mundo caminhar para um processo contínuo e duradouro de desmilitarização.

Considerações Finais

Ao tentar mostrar o que os povos do mundo perdem com as políticas que mantêm distorções enormes nos orçamentos públicos, já que direcionam mais recursos para aparatos bélicos do que para o desenvolvimento humano, os formuladores dos RDHs demonstram que, de modo racional, calculadamente pensado, no que diz respeito a perdas e ganhos, não seria difícil trabalhar com metas para cuja consecução os Estados e governos distribuíssem os recursos dos investimentos em prol das políticas de desenvolvimento humano. Considere-se que os

produtores (equipes de técnicos, intelectuais e especialistas em várias áreas do desenvolvimento) e os encampadores (PNUD) dos relatórios partem da premissa de que os países ricos devem contribuir para a viabilização do desenvolvimento humano nos países com menos recursos econômicos.

Os formuladores e divulgadores dos RDHs produzem um conjunto farto de argumentos e de narrativas que insistem no seguinte: todos os povos, pobres e ricos, seriam beneficiados com novos redimensionamentos das despesas públicas, nas quais houvesse um montante cada vez maior para as políticas de desenvolvimento humano e um montante, paulatinamente, menor para os gastos militares. Não se deve esquecer que os RDHs podem ser lidos como portadores de uma série de indicações de que hoje se

“atingiu um período em que os homens, pela primeira vez, se encontram perante a tarefa de se organizarem globalmente, ou seja, como humanidade. [...] A tarefa de desenvolver uma ordem de vida em comum que abranja toda a humanidade coloca-se hoje, efetivamente, aos homens, quer se tenha consciência dessa tarefa quer não. Ninguém pode prever quanto tempo a humanidade precisará para realizar essa tarefa” (Elias, 1991, p. 67).

As recomendações de redimensionamento dos gastos militares aos diversos países do mundo, não somente aos ricos, mas também aos pobres, podem parecer sugestões fantasiosas, dadas as dificuldades atuais de frear, de maneira substantiva, tais despesas; todavia, não é nesse sentido que estão sendo feitas as análises dos diagnósticos e dos prognósticos contidos nos relatórios.

Parte-se do pressuposto de que é visível, nesses documentos, um empenho em construir um *cópus* de recomendações para que os Estados, as sociedades civis organizadas, os governantes, as lideranças políticas, de modo geral, se empenhem em pautar políticas que levem

em conta as condições de insegurança humana total em que vivem muitos povos do mundo. Daí ser indispensável que haja um direcionamento crescente de recursos ao desenvolvimento humano, o que somente pode ser feito corrigindo-se as distorções orçamentárias que canalizam quantidades enormes de recursos para os gastos com armas e guerras.

As sugestões, feitas nos RDHs, para que se diminuam as despesas militares, apostam na possibilidade de os Estados nacionais reverem, de modo racional, suas decisões referentes aos gastos públicos prejudiciais ao desenvolvimento humano. No entanto, observa-se que os seus elaboradores têm uma enorme dificuldade para enfrentar as irracionalidades (não só de governantes, mas de grupos populacionais inteiros) justificadoras de corridas armamentistas e belicosas assentadas em medos (de que outros povos possam destruir sua vida, suas expectativas de estabilidade econômica e de emprego), sonhos (de grandeza, de soberba e de superioridade) e fantasias coletivas acerca da conveniência de aniquilar todas as ameaças.

Norbert Elias (1991, p. 102) afirma que é impossível pensar em mudanças substanciais nos processos de militarização, sem “criar uma confederação pacífica dos Estados [no âmbito] mundial, assente na união voluntária destes e que possua órgãos eficientes para a resolução de conflitos entre Estados e para a penalização daqueles que desrespeitem a paz. Ela é a alternativa à corrida aos armamentos [...]”.

Tal solução parece muito distante quando se examinam os diagnósticos e prescrições dos RDHs, uma vez que mesmo o abrandamento da militarização é algo pouco provável na atual conjuntura mundial. Os diagnósticos e prescrições contidos nos RDHs, referentes à diminuição da belicosidade, já indicam o quão distante se está da criação e da sobrevivência de uma confederação pacífica de Estados, a qual pode-

ria atuar não só para a contenção das despesas militares, mas também para a expansão das políticas de segurança humana.

Não se deve esquecer que um dos complicadores significativos nas discussões sobre desmilitarização e contenção das despesas militares é a falta de dados, de informações seguras e de transparência na utilização dos recursos públicos e privados. Muitos partícipes nos diversos conflitos belicosos são atores não-estatais. Não se sabe, ao certo, quanto é gasto com eles. “Os dados relativos às despesas militares referem-se exclusivamente às despesas estatais, deixando de fora as despesas dos atores não-estatais” (PNUD/RDH, 2013, p. 132).

E, por último, deve-se destacar que, segundo o RDH de 2014 (p. 52), nem a militarização nem os altos gastos armamentistas proporcionam segurança alguma, já que “potencializa[m], e não diminuem, a vulnerabilidade que há no mundo”, hoje. Pode-se perguntar: Em que a militarização, a belicosidade e os aparatos bélicos ajudam para a diminuição da pobreza e das desigualdades? Em nada. Pelo contrário, fazem-nas aumentar na medida em que recursos que poderiam ser investidos em serviços sociais básicos são empregados em gastos militares. De uma forma ou de outra esse raciocínio desenvolvem-no os muitos RDHs aqui analisados.

O IDHAC (Informe sobre Desarrollo Humano para América Central) é parte de um conjunto de Relatórios Regionais para a América Latina. Nele é discutido um Marco Regional denominado *Consenso de Costa Rica (2008)*, enfatizado, nesse relatório regional, por propor a valorização das ações daqueles países que conseguissem reduzir os gastos militares e empregar os recursos economizados em políticas públicas e sociais. Seria muito proveitosa, para este tema da diminuição das despesas militares, uma discussão – não-possível no âmbito deste artigo – sobre como os relatórios regionais (América Latina, Europa,

Ásia, África)³⁰ do desenvolvimento humano têm tratado essa questão.

Referências

AZZELLINI, Dario. América Latina y la privatización de la guerra. *Cuaderno de Marte: Revista Latino Americana de Sociología de la Guerra*, Buenos Aires, n. 4, p. 247-262, jul. 2012. Disponível em: www.iigg.sociales.uba.ar Acesso em: 24/02/2016.

BALLESTEROS, Jesús. Segurança humana, direitos e políticas públicas. *Direito & Justiça*. Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 30-38, jun. 2014.

BALTAZAR, Maria da Saudade. "O Estado das relações civis-militares em democracia. *Anais do IV Congresso português de sociologia*. Coimbra, 17 a 19 de abril de 2000. Disponível em: www.aps.pt. Acesso em 12/02/2016.

BRUSTOLIN, Vitelio M. *Abrindo a caixa preta: o desafio da transparência dos gastos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado defendida na UFRJ/IE/PPED, 2009. Disponível em: www.ie.ufrj.br. Acesso em 20/02/2016.

CARILHO, Maria. Principais tendências na Sociologia Militar. 2007. Disponível em comum.rcaap.pt. Acesso em 16/02/2016.

CELLARD, André. A análise documental in Poupart, J et al (orgs) *A pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2012. P. 295-316.

CRAVO, Teresa de A. O conceito de segurança humana: indícios de uma mudança paradigmática? In Nasser, R. M. (org.) *Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões*. São Paulo: Unesp, 2009. P. 67-88.

CONSENSO de Costa Rica (2008): Perspectiva costarricense hacia el consenso de Costa Rica: desarrollo como un imperativo ético. Diálogo Regional sobre vFinanciamento al desarrollo y deuda externa en vísperas de la reunión de alto nivel de la ONU encargada de examinar la aplicación del consenso de Monterrey. Doha, 2008. Disponível em: www.sela.org. Acesso em 24/08/2016.

30. Além dos relatórios globais do desenvolvimento humano, há também os relatórios regionais e os por países. Todos são encomendados e encampados pelo PNUD/ONU.

DAGNINO, Renato (2008). Em que a Economia de Defesa pode ajudar nas decisões sobre a revitalização da Indústria de Defesa brasileira? *Okos*, Rio de Janeiro, n. 09, p. 113-137.

DAGNINO, Renato e CAMPOS FILHO, Luiz A. N. Análise sobre a revitalização da Indústria de defesa brasileira. *Anais do Encontro de Administração Pública e governança*. ANPAD, 2006, p. 1-6.

DEVIN, Guillaume. *Sociologia das relações internacionais*. Salvador: UFBA, 2009.

DECLARAÇÃO DO MILÊNIO (2000). Assembleia Geral das Nações Unidas. ONU. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt>. Acesso em 07/05/2016.

ELIAS, Norbert. A condição humana: considerações sobre a evolução da humanidade por ocasião do quadragésimo aniversário do fim de uma guerra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994^a.

ELIAS, Norbert. *Conocimiento y poder*. Madrid: La Piqueta, 1994b.

ELIAS, Norbert. Modelos de Jogo. In *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999. p. 77-112.

ELIAS, Norbert. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, Norbert. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FUKUDA-PARR, Sakiko. Operacionalizando as ideias de Amartya Sen sobre capacidades, 2002. Disponível em: www.soo.sdr.sc.gov.br. Acesso em 11 dez 2015.

FURTADO, Celso. A reconstrução do Brasil. *Praga: estudos marxistas*. São Paulo, Hucitec, n. 8, p. 9-13, ago. 1999.

FURTADO, Celso. *Em busca de novo modelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

- GIDDENS, Anthony. A questão da desigualdade. In. *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: Unesp, 2007. P. 253-268.
- GLEISER, Marcelo. Ainda podemos nos autodestruir: Risco de holocausto nuclear continua a assombrar o mundo. *Folha de S. Paulo*, 14 de ago. 2016. Caderno Ilustríssima, p. 3.
- GUZZI, André. Forças armadas em Moçambique: identidade quase étnica em uma instituição dominada pela FRELIMO? MATHIAS, Suzeley K. e ZIRKER, Daniel (orgs.). *Militares e democracia: estudos sobre a identidade militar*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016
- HERRERA, Rémy. O renascimento neoliberal da economia do desenvolvimento. *O Diário.Info*. 06 nov. 2006. Caderno Atualidade, p. 1. Disponível em: www.galizacig.gal. Acessado em 05 jul. 2016.
- LEFORT, Claude. O direito internacional, os direitos do homem e a ação política. *Tempo Social*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 1-10, maio 2000.
- LEJBOWICZ, Agnès. *Philosophie Du droit international*. Paris: PUF, 1999.
- LINS, Daniel e Wacquant, Loic (orgs.) *Repensar os Estados Unidos: Por uma sociologia do superpoder*. São Paulo: Papyrus, 2003.
- MAY, Tim. *Pesquisa social*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MEDINA, Estebán. La polémica internalismo/externalismo en la historia y la sociología de la ciência. *REIS*, Madrid, v. 23, n. 83, p. 53-75, 1982.
- MELUCCI, Alberto. *Por uma Sociologia reflexiva*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MILLS, Wright. A ascendência militar. In *A elite do poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. P. 237- 288.
- NUSSBAUM, Martha C; SEN, Amartya (ors). *The quality of life*. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- PNUD/IDHAC – Informe sobre Desarrollo Humano para América Central (2009/2010): Abrir espacios para la seguridad ciudadana y el desarrollo humano. PNUD/ONU, 2009/2010. Disponível em: www.latinamerica.undp.org. Acessado em: 08/08/2016.
- PNUD/RDH (1991): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Financiamento do Desenvolvimento Humano*. PNUD/ONU. 1991. Disponível em: hdr.undp.org. Acessado em 02/02/2016.

PNUD/RDH (1994): Relatório do Desenvolvimento Humano: Um programa para a cúpula mundial sobre desenvolvimento humano. Disponível em: hdr.undp.org. Acessado em 20/01/2016.

PNUD/RDH (2000) – Relatório do Desenvolvimento Humano 2000: Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano. Disponível em: www.pnud.org. Acessado em: 11/08/2016.

PNUD/RDH (2001): Fazendo as novas tecnologias trabalharem para o desenvolvimento humano. Disponível em: www.pnud.org. Acessado em 02/06/2016.

PNUD/RDH (2002): *Relatório de Desenvolvimento Humano/2002*: Aprofundar a democracia num mundo fragmentado. PNUD/ONU. Disponível em: www.pnud.org. Acessado em 02/07/16

PNUD/RDH (2005): Cooperação internacional numa encruzilhada. PNUD/ONU, 2005. Disponível em: www.pnud.org. Acessado em: 08/07/2016.

PNUD/RDH (2006): Além da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água. PNUD/ONU. 2006. Disponível em: www.pnud.org. Acessado em: 27/02/2016.

PNUD/RDH (2007/2008). Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008: Combater a mudança do clima: solidariedade frente a um mundo dividido. Disponível em: www.pnud.org. Acessado em: 11/11/2016.

PNUD/RDH (2010): Relatório de Desenvolvimento Humano: A verdadeira riqueza das nações: caminhos para o desenvolvimento humano. PNUD/ONU. 2010. Disponível em: www.pnud.org. Acessado em: 11/06/2016

PNUD/RDH (2011). Relatório de Desenvolvimento Humano: Sustentabilidade e equidade: um futuro melhor para todos. PNUD/ONU. 2011. Disponível em: www.pnud.org. Acessado em: 11/07/2016.

PNUD/RDH (2013): A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado. PNUD/ONU. 2013. Disponível em: www.pnud.org.br. Acessado em: 20/08/2016.

PNUD/RDH (2014): Sustentar o progresso humano – reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. PNUD/ONU. 2014. Disponível em: www.pnud.org.br. Acessado em: 24/08/2016.

PONTES, Heloísa. *Círculos de intelectuais e experiência social*. 1996. Disponível em: www.anpocs.org.br. Acesso em 06 jan. 2018.

PUREZA, José Manoel. Segurança humana: vinho novo em odores velhos? In Nasser, Reginaldo M. (org.) *Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões*. São Paulo: Unesp, 2009. P. 21-33

SANTIBÁÑEZ, Cristián. Teoria da argumentación como epistemologia aplicada. *Cinta de Moebio*, Santiago (Chile), n. 43, p. 1-6, marzo 2012.

SANTOS PACHECO, Maria Raquel P. e Marcondes Helene, Maria Elisa. Atmosfera, fluxos de carbono e fertilização por CO₂. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 4, n. 9, p. 202-219, jun. 1990.

SCOTT, John. *A matter of Record: documentary sources in social research*. Cambridge: Polity, 1990.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. *El valor de la democracia*. Madrid: El Viejo Topo, 2006.

SEN, Amartya. A ideia de justiça. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

SIPRI YEARBOOK (2015). Military Expenditure. Disponível em: www.sipri.org. Acessado em 05 ago. 2016.

SOARES, Samuel A. e MATHIAS, Suzeley K. Forças armadas, orçamento e autonomia militar. *Perspectiva*, São Paulo, n^os 24 e 25, p. 85-113, 2002.

SWEEZY, Paul & BARAN, Paul. *Monopoly capital – an essay on the american economic and social order*. New York: Monthly Rewiew Press, 1966.

SWEEZY, Paul. Comments on Szymanski's paper "Military spending and economic stagnation". *American Journal of Sociology*, n. 79, p. 109-110, nov. 1973.

SZYMANSKI, Albert. Military spending and economic stagnation. *American Journal of Sociology*, n. 79, p. 1-14, july, 1973.

THERBORN, Goran. Globalização e desigualdades: questões de conceituação e esclarecimentos. *Sociologias*, Porto Alegre, vi, n. 6, p. 122-169, dez. 2001.

UL HAQ, Mahbub. *Reflections on Human Development*. Nova York: Oxford University Press, 1995.

Resumo:

Nos 20 Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) já publicados, há centenas de diagnósticos e prescrições. São muitas as tentativas de indicar caminhos para a implantação e expansão de ações e de procedimentos nas áreas que envolvem a educação, a saúde, o meio ambiente, o saneamento, a moradia adequada, entre outras. Por meio de uma pesquisa documental, busca-se compreender o significado social e político da defesa que os autores e encampadores desses materiais, editados a partir de 2006, conferem às escolhas e às decisões racionalmente voltadas tanto para a redução dos gastos militares quanto para a sua utilização na implantação do desenvolvimento humano. A partir de uma perspectiva teórico-metodológica que pressupõe a necessidade de fazer uma contextualização histórica das narrativas e dos argumentos em favor da diminuição dos gastos militares, verifica-se que os relatórios, ainda que não tenham elementos para uma crítica substantiva à tradição militarizada que sustenta os Estados nacionais, sugerem que se diminuam os exorbitantes recursos destinados aos setores militares, uma vez que há falta crônica de verbas naquelas áreas que poderiam levar ao cumprimento dos pactos mundiais em favor do desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Despesas militares; desenvolvimento humano; Estados; Nações Unidas.

Abstract:

In 20 Human Development Reports (HDRs) already published there are hundreds of diagnoses and prescriptions. There are many attempts to indicate ways for the implementation and expansion of actions and procedures in areas involving education, health, environment, sanitation, adequate housing, among others. Through documentary research, we seek to understand the social and political significance of the defense, on the part of the authors and those who took over these materials edited from 2006, of choices and decisions rationally oriented both to reduce military spending and to use such saved funds in the implementation of human development. From a theoretical and methodological perspective that assumes the need to make a historical context of narratives and arguments for the reduction of military expenditure, it appears that the reports, although they do not have elements for a substantive critique of militarized tradition that supports the nation states, suggest a decrease in the resources addressed to military sectors, since there is a chronic lack of funds in those areas that could lead to the implementation of the global agreements in favor of human development.

Keywords: Military expenditure; human development; States; United Nations.

Recebido para publicação em 18/07/2017.

Aceito em 13/06/2019.

A presença de grupos religiosos conservadores nos espaços públicos da contemporaneidade

Celso Gabatz

Faculdades EST, São Leopoldo, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-2844-1751>

gabatz12@hotmail.com

Introdução

O debate acerca do lugar da religião na sociedade brasileira contemporânea vem consolidando a interação e o protagonismo de diversos sujeitos. Essa perspectiva sugere a ampliação do diálogo no qual as instituições religiosas são convidadas a repensar valores, posicionamentos, atitudes (GUERRIERO, 2006). A regulação das sexualidades pelas diretrizes religiosas fundamentalistas, por exemplo, implica na recusa de modelos igualitários de gênero, exacerba a difusão de uma mensagem sexista e emoldura visões estigmatizadas (MACHADO; PICOLO, 2011).

É importante compreender os sentidos da rejeição de políticas inclusivas e das reivindicações por direitos das minorias para perceber

os dilemas e incoerências que conectam homofobia, convenções e valores sociais e religiosos. As prerrogativas que suscitam o discurso legitimador da homofobia religiosa, que almeja a cura da homossexualidade com sucessivos apelos à conversão acompanhados de exortações teológicas fundamentalistas, revelam uma preocupação em “poder usufruir” da bondade divina e não ser “condenado” (LOURO, 2007).

Os evangélicos neopentecostais, em particular, têm ocupado um lugar de destacada relevância e de grande visibilidade no cenário religioso nos dias atuais. Essa inserção não decorre apenas de um proselitismo bastante incisivo, mas em grande medida pela sua atuação na esfera pública, com destaque para a mídia e a política (EMMERICK, 2013, p. 21-78). São, portanto, atores que contribuem para amplificar as tensões da modernidade e dar à religião um lugar estratégico.

É preciso salientar que os desafios, demandas e possibilidades da contemporaneidade, reforçam a articulação de grupos “conservadores” que embasam as suas ações sublinhadas pelo entendimento de que a modernidade fez emergir a decadência moral, social, cultural e política (MARTELLI, 1995). Essa decadência estaria diretamente ligada a um “liberalismo teológico” dos movimentos de esquerda, à suposta subversão promovida pelo feminismo, ao crescimento da “libertinagem sexual”, à ameaça das facções políticas “comunistas”, ao afrouxamento das autoridades, das leis, da punição a infratores e ao aumento da criminalidade. (SAFFIOTI, 2004).

A atuação dos grupos conservadores faz com que a arena política torne-se um espaço de disputas reforçando a pergunta pelos limites aceitáveis da liberdade religiosa nem sempre associada à plena conformidade dos direitos humanos a todos os grupos sociais (VANEI-GEM, 2004). O exercício de direitos envolve as liberdades pessoais

que, por sua vez, estimulam a perspectiva das obrigações sociais. Estas envolvem o âmbito público, uma vez que é o Estado que deve garantir as condições adequadas e capazes de assegurar que os direitos sejam exercidos de maneira segura e equitativa por todos os seus cidadãos e cidadãs.

Intolerância, fundamentalismo e regulação da(s) sexualidade(s)

Se, ao longo da história, houve diversos movimentos importantes pela produção de novos valores, por mudanças de mentalidade, influenciando a transformação das instituições e reordenando a vida social (CASTELLS, 2013), contraditoriamente, o ativismo religioso conservador busca a manutenção de condutas, valendo-se da autonomia de comunicação que a sociedade em rede permite.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2014), para além do uso das redes móveis para coordenar ações, outro componente do processo comunicativo é a construção de um espaço público no espaço urbano. Algo que é perseguido pelos coletivos religiosos, que ocupam postos e lugares simbólicos, conseguindo colocar contingentes substanciais em protestos nas ruas e conquistando a adesão para suas comunidades mesmo de quem não tem filiação religiosa.

A atuação incisiva de lideranças evangélicas para atuar nos espaços decisórios do Estado brasileiro reflete algumas questões importantes para o debate democrático e para os direitos das minorias LGBT (CUNHA; LOPES, 2013). Caberia perguntar acerca da possibilidade de conciliação entre a garantia da laicidade e a defesa e proteção dos direitos humanos e também a efetivação dos direitos fundamentais através da pregação de lideranças evangélicas investidas ou não de

mandatos parlamentares (BEATY, 2014). As opiniões deveriam influenciar os debates relacionados às políticas públicas e à elaboração legislativa em um Estado laico?

Ao se opor a leis que incidam sobre a discriminação de pessoas em razão da sua orientação sexual ou identidade de gênero, os argumentos utilizados pelos pastores e parlamentares evangélicos são diretamente derivados de sua leitura bíblica e da moral de suas igrejas. Não há uma preocupação em sustentar essas posições em termos laicos ou universalizáveis para o conjunto da população que não compartilha da mesma fé religiosa (MACHADO, 2012).

É salutar aprofundar o debate e compreender com maior perspicácia se argumentos do âmbito pessoal no tocante à moral religiosa deveriam ser considerados de forma tão incisiva para o reconhecimento de direitos em um Estado laico? Cabe observar que a moral de uma sociedade democrática deveria ser crítica e não estar apenas apoiada em determinadas tradições, ainda que majoritárias. Como indicado por Roger Raupp Rios:

A convicção religiosa alheia, não pode, portanto, privar de direitos um grupo social que não se recusa a cumprir os deveres gerais da cidadania. Além de serem livres para crer, os cidadãos brasileiros são livres para não serem privados de direitos por grupos religiosos terem feito leis fundadas em suas convicções religiosas. Dizer, portanto, que não se estendem a certos grupos (como gays e lésbicas) direitos que existem para outros pela “índole religiosa” da maioria ou pelo “direito natural” de caráter revelado ou pseudocientífico [...] é contrariar diretamente o direito constitucional (RIOS, 2011, p. 39).

Interessante perceber que o ideal buscado por algumas lideranças religiosas é a representação do cristão combativo, cuja vida deve ser um testemunho para a sociedade. Este não deveria dobrar-se às tentações do mundo e aos “modismos” da igreja. Algo semelhante à ideia

desenvolvida por Karen Armstrong sobre a religiosidade fundamentalista como guerreira e combativa que cria uma contracultura não utópica para opor-se à sociedade secular (ARMSTRONG, 2001, p. 9-17).

É inequívoca a posição assumida no sentido de aceitar, acolher e amar para tentar “corrigir”, “reorientar”, “ajustar”. A proposta é “curar” segundo determinados “valores” e “verdades”. Trata-se de uma visão tutelar, de correção moral (FOUCAULT, 1988). Sustentando a ideia de que, assim como o fenômeno da delinquência atenta e prejudica a sociedade, os homossexuais, sendo um fato social, existem, mas precisam ser corrigidos para que não causem dano ou mal à família, aos bons costumes, à ordem religiosa.¹

A denúncia de uma suposta agenda oculta do movimento pelos direitos civis da população LGBT também é algo a ser combatido. É uma tática que visa dar legitimidade aos argumentos, retratando ideias, princípios e táticas nascidas do protestantismo de extrema direita norte-americano.

Não se engane, a estratégia homossexual é um plano tático para a guerra. Não se trata de uma reunião política pública ou de uma estratégia de marketing: a estratégia que tem sido disseminada pelo lobby homossexual é uma de natureza militar. [...] Esta não é uma batalha contra inimigos estrangeiros, mas contra um inimigo ainda maior: as forças das trevas e legiões de gays e lésbicas furiosas e determinados a abolir a virtude cristã e o julgamento moral de qualquer forma (SHELDON, 2012, p. 267).

1. O Pastor Silas Malafaia, por exemplo, engajou-se pessoalmente na tradução, divulgação e promoção do livro do pastor norte americano Louis Sheldon, denominado *The agenda*. Traduzido para o português como *A estratégia – o plano dos homossexuais para transformar a sociedade*. O livro foi vendido no catálogo de uma popular empresa de cosméticos, o que ensejou uma campanha de boicote e denúncia por parte do movimento LGBT. Disponível em: www.cartacapital.com.br. Acesso em: 22 maio 2016.

Os fundamentos da retórica beligerante evidenciam a caracterização negativa do “estilo de vida” dos homossexuais como algo doentio e na suposta tentativa dos mesmos de instalar uma sociedade submissa aos seus ditames – algo como um verdadeiro “império homossexual”, como denunciou recentemente o senador evangélico Magno Malta (PR-ES), em discurso na tribuna da câmara dos deputados.²

A suposta piedade e compreensão amorosa acabam sendo, com efeito, mais estratégias retóricas para a normatização pastoral e sexual. São aludidas de forma contínua e abundante diversas questões inerentes a concepções de gênero, família e sexualidade que acabam não sendo amparadas do ponto de vista do conhecimento científico e também no âmbito da vivência social, dadas as transformações culturais, sociais, jurídicas e históricas das últimas décadas (GIDDENS, 1993).

Importante destacar que, de acordo com Pierre Bourdieu (1998), a religião forneceria justificativas para a existência humana por produzir um sentido para a vida. Mas esse sentido, necessariamente, precisaria estar contextualizado. Isso porque a produção operada na religião só é considerada pela sociedade ao desempenhar um papel significativo e estruturante, aceito ou admitido por determinado grupo.

A religião reveste o social com uma aura sagrada e faz a correspondência entre a ordem social e a ordem simbólica. Esta particularidade lhe outorga uma função política estruturante (BOURDIEU, 1998, p. 33). Na perspectiva de Oro (1996), a realidade contemporânea tem suscitado premissas de cunho fundamentalista também pela decorrência da vulnerabilidade social enquanto efeito da globalização e da modernidade.

Zygmunt Bauman, por sua vez, mostra que “o fascínio do funda-

2. Disponível em: www12.senado.gov.br. Acesso em: 10 jun. 2016.

mentalismo provém de sua promessa de emancipar os convertidos das agonias da escolha” (1998, p. 228). Segundo o autor, o fundamentalismo tornou-se um remédio radical contra o veneno da sociedade de consumo. É possível afirmar que os indivíduos encontram respostas do que pensar, dizer ou fazer. Seria quase um resgate de valores das tradições ancestrais; algo capaz de fornecer sentido à vida e propiciar uma sensação de controle sobre a incessante chegada do novo (BERGER, 2017).

O discurso com base em algumas diretrizes naturalistas e jurídicas acaba sendo explorado de forma mais enfática (LOREA, 2008). São formulações que incorporam parcela dos princípios dos direitos humanos, realçando ambivalências do ideário dos movimentos sociais (BAJOIT, 2006, p. 251-76) e que motivam itinerários dados pelos “limites” das prerrogativas contidas na proposta de criminalização da homofobia (LEITE, 2014).

O grande desafio que se impõe é o de valorização da autonomia diante do reconhecimento de que os indivíduos não possuem as mesmas condições para acessar e exercer os direitos, pois são condicionados por processos históricos de opressão, discriminação, dominação e exploração, moldados por diversas questões de ordem cultural, étnica e religiosa (LE GOFF, 1995). Compete ao Estado e, portanto, às instituições do Poder Público, a garantia para que todas as pessoas possam exercer livremente seus direitos situados no marco normativo político e conceitual dos direitos humanos (MORI, 1997).

O filósofo e sociólogo alemão, Jürgen Habermas (2007), conhecido pela defesa das teorias da racionalidade comunicativa e da esfera pública, reitera que, na sociedade contemporânea, o Estado regido pelo constitucionalismo democrático deveria garantir a sua sustentação com base na participação simétrica dos indivíduos enquanto

atores e, ao mesmo tempo, destinatários das leis. Refere que os resultados da participação política deveriam ser aceitáveis pelo conjunto dos cidadãos e cidadãs.

O procedimento democrático extrai sua força geradora da legitimação de dois componentes, a saber: da participação política simétrica dos cidadãos, a qual garante aos destinatários das leis a possibilidade de se entenderem, ao mesmo tempo, como autores; e da dimensão epistemológica de certas formas de uma disputa guiada discursivamente, as quais fundamentam a suposição de que os resultados são aceitáveis em termos racionais. As expectativas e os modos de pensar e de se comportar dos cidadãos, que não podem ser simplesmente impostas mediante o direito, podem ser, no entanto, explicitadas a partir desses dois componentes da legitimação. As condições para uma participação bem-sucedida na prática comum de autodeterminação definem o papel do cidadão no Estado: os cidadãos devem respeitar-se reciprocamente como membros de sua respectiva comunidade política dotados de iguais direitos, apesar de seu dissenso em questões envolvendo convicções religiosas e visões de mundo (HABERMAS, 2007, p. 136).

A inserção dos grupos conservadores na esfera pública reforça a perspectiva de negação do pluralismo. A defesa de uma premissa religiosa de forma unilateral implica em um aviltamento de outras compreensões morais, e, sobretudo, uma transgressão do poder público no princípio de neutralidade do Estado com respeito aos distintos credos, um requisito da democracia (MARTI; GANIEL, 2014, p. 34-56).

O conservadorismo religioso no Brasil tem conseguido atuar politicamente, na maioria das vezes, não como participante ou promotor de um debate entre distintas forças políticas e cidadãs, mas muito mais no sentido de alcançar determinadas demandas arbitrárias³ às instituições democráticas. Há uma intervenção aberta através da eleição de

3. A proposta legislativa nº 478/2007, conhecida como *Estatuto do nascituro*, é um reflexo da persuasão política dos grupos conservadores na Câmara Federal. A proposta incide sobre a vida desde a sua concepção, ao criar deveres ao Estado, à

representantes em posições legislativas e executivas (COSTA, 2008).

O efetivo exercício de direitos abarca uma transformação da lógica na qual está baseado o sentido das leis. Uma transformação que possibilite um deslocamento da lógica da prescrição e controle para o princípio da ética e da liberdade. As políticas públicas orientadas para as demandas de direitos deveriam estar pautadas com vistas à concretização da justiça social (CORREGIDO, 2004). Nesse sentido, necessitam ser formuladas e executadas levando em conta as desigualdades de gênero, de classe, de raça e de expressão sexual.

A visão propagada pelo conservadorismo religioso reforça o ideal de que o legislativo é um espaço no qual os diferentes grupos vão sendo representados na defesa de seus interesses, mas onde as normas legais serão definidas em função dos sistemas de valores da maioria ali representada que é, no caso brasileiro, cristã. Mesmo que se incorpore no debate parlamentar argumentos de natureza jurídica, psicológica, médica e de outros campos do conhecimento, tais argumentos estarão a serviço da convicção de que a sociedade brasileira não deve alterar as normas legais criadas a partir do modelo heterossexual de família.

família e à sociedade no sentido de garantir a inviolabilidade da vida e proibir o aborto, institucionalizando o controle sobre a vida e os corpos das mulheres. Contradiz os direitos da mãe contemplados no Código Penal ao tratá-los como questão de política criminal, ao invés de entendê-los como problema de saúde pública. Com clara influência religiosa, o estatuto afronta o princípio da laicidade do Estado ao difundir uma determinada concepção religiosa acerca do início da vida, seu valor, a autonomia das mulheres, a liberdade e a igualdade (ANGELIN, 2015, p. 182-98).

Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidades(s)

As *identidades conservadoras*⁴ articulam-se no lastro de algumas premissas de restauração de um movimento mítico original, quer seja, a “cristandade”, a “sociedade”, as “comunidades autênticas” ou a “igreja fiel ou heroica” (BEATY, 2014). Também faz alusão à emergência de ditaduras totalitárias que levariam à perseguição e ao martírio dos cristãos, dos “homens e mulheres de bem”. Daqueles e daquelas que “sentem-se chamados” a defender a “verdadeira família” (MALAFAIA, 2012). Uma defesa intransigente com rescaldos de belicosidade.

A articulação de grupos *conservadores* nas últimas décadas é uma referência imprescindível para compreender os contornos das sensibilidades religiosas contemporâneas na perspectiva dos direitos (CATROGA, 2006). A multiplicação dos espaços de atividades religiosas, o espetáculo das massas, a penetração de agentes religiosos em todos os níveis do Estado, acabou por criar novas demandas em relação à força persuasiva da imagem do Brasil como nação católica, além de

4. Mesmo conhecidos por utilizarem critérios bíblicos, por vezes, literais, para sustentar suas posições, as referências a estes grupos são cada vez mais seculares. É comum o uso de terminologias ligadas ao direito, economia, ciências médicas e biológicas. Percebe-se que não há tanto empenho em argumentar publicamente com base apenas em razões teológicas, mas muito mais a partir de um sentido de preservação moral e dos bons costumes. É um discurso que apela mais para os valores civis e a democracia, ainda que esta seja interpretada de forma bastante particular. A pesquisadora Jaris Mujica refere que: “O ativismo conservador que defende as tradições, [...] penetrou estrategicamente no secular. Isso obriga a pensá-lo de maneira diferente e a repensar a figura do fundamentalismo religioso. É preciso considerar que o olhar que se teve sobre o fundamentalismo criou imagens essenciais desses grupos e evitou o registro de suas práticas e estratégias, gerando estereótipos. Diante dessa situação, o uso da categoria ‘grupos conservadores’ aponta a uma posição compreensiva [...] e permite entender as referidas estratégias práticas à luz das transformações” (MUJICA, 2011, p. 94-5).

conferir novos instrumentos de poder e de influência na formação da opinião pública, modificando a percepção sobre o que corresponde ao interesse coletivo (SANTOS, 2003).

Cabe ressaltar que a realidade brasileira contemporânea tem repercutido inúmeras situações marcadas pelos dilemas das diferenças. O aparecimento de reivindicações com base na diferença traz à tona uma reflexão e uma disputa, muitas vezes veemente, sobre o lugar, os direitos, as representações, a vez e a voz das minorias. A diferença não pode ser compreendida apenas como conceito filosófico ou semântico (SEMPRINI, 1999, p. 11). A diferença é antes de tudo uma realidade concreta, um processo humano e social que insere os indivíduos em suas práticas cotidianas a partir de um processo histórico. É, pois, necessário pensar, entender, refletir a partir da diferença assumindo uma nova postura.

O indivíduo ou o grupo não são sujeitos quando pairam sobranceiros acima das condutas práticas. O sujeito é mais forte e mais consciente de si mesmo quando se defende contra ataques que ameaçam sua autonomia e sua capacidade de perceber-se para reconhecer-se e ser reconhecido como tal [...]. O sujeito não é apenas aquele que diz eu, mas aquele que tem a consciência de seu direito de dizer eu. É por isso que a história social é dominada pela reivindicação de direitos: direitos cívicos, direitos sociais, direitos culturais, cujo reconhecimento é exigido hoje de maneira tão premente que constituem campo mais delicado no mundo em que vivemos (TOURAINÉ, 2006, p. 112-13).

A “epistemologia multicultural”⁵ traz à tona as contradições da so-

5. Importa destacar que *multiculturalismo* tem sido empregado para indicar o caráter plural das sociedades ocidentais contemporâneas. Compreende-se enquanto resposta aos desafios impostos à sociedade, à medida que inclui a formulação de definições conflitantes de mundo social, decorrentes de distintos interesses econômicos, políticos e sociais. Em tal formulação, as relações de poder desempenham papel relevante, auxiliando a confrontar a maneira como os indivíduos, grupos e

cidade brasileira que tantas vezes se professou universalista e igualitária,⁶ mas que, diante dos questionamentos, descobre-se profundamente marcada pelas desigualdades. Em última instância, o que está em jogo nessa dinâmica é o projeto de uma sociedade construída de acordo com as premissas da globalização e da modernidade. Infelizmente a “análise monocultural [...] garante que a verdade existe e que é possível conhecê-la, que existe uma solução para cada problema e que é a ciência quem dará tal solução” (SEMPRINI, 1999, p. 89).

A consolidação de parâmetros para uma convivência que motive a pensar na perspectiva da inclusão remete para o exercício da compreensão e do respeito mútuo. Se a convivência se encontra centrada na dominação cultural de um grupo ou de uma corrente ideológica, será preciso perceber o multiculturalismo como o caminho para reconhecer a alteridade e o direito à diferença dos grupos que se sentem excluídos do processo social. Ao se defender a existência de uma verdade imposta a toda coletividade, mesmo sabendo que existem direitos absolutos, princípios jurídicos muito relevantes são desconsiderados (EMMERICK, 2013, 278-79). Os direitos somente podem ser garantidos com a proibição de imposições de moralidades religiosas

instituições tencionam consolidar suas identidades. O *multiculturalismo* questiona a afirmação de que a realidade existe independente do sujeito e da linguagem utilizada. Afirmar que a realidade é uma construção e que está fortemente ligada ao sujeito e à linguagem é uma oposição direta à suposta objetividade científica preconizada na modernidade (MCLAREN, 1997).

6. Gilberto Freyre foi um dos pioneiros do “mito da democracia racial” apregoando que existiria, no Brasil, a igualdade de oportunidades para brancos, negros e mestiços. A disseminação desse mito permitiu esconder desigualdades raciais, que ainda podem ser constatadas nas práticas discriminatórias de acesso ao emprego, nas dificuldades de mobilidade social da população negra e que recebe remuneração inferior à do branco pelo mesmo trabalho e tendo a mesma qualificação profissional. A falta de conflitos étnicos não caracteriza ausência de discriminação, mas este silêncio favorece o “status quo” que, por sua vez, beneficia a classe dominante (FREYRE, 2001).

hegemônicas.

A forte atuação de grupos religiosos *conservadores* no parlamento brasileiro busca garantir algumas prerrogativas morais e teológicas na regulação jurídica no tocante aos direitos relacionados a família, sexualidade, reprodução e aborto. O reconhecimento da sexualidade e da reprodução como direito humano ainda é algo bastante recente. Tal fato redonda em uma prevalência do senso comum e de tabus na sociedade em geral.

O crescimento dos movimentos feministas e os ganhos na criação de leis que regulamentam o aborto e a implementação de políticas públicas referidas a direitos sexuais e reprodutivos, ao lado da expansão dos direitos das mulheres indicaram que novos valores se fazem presentes na sociedade contemporânea (MACHADO, 2008, p. 243).

O grande desafio é o de pensar a religião no contexto dos conflitos contemporâneos. Compreender que a cultura e as identidades acabam se articulando de forma estratégica com a democracia, a diversidade e os direitos (BOFF, 2006). A religião acaba sendo parte da emergência de uma cultura e condicionada pelos embates e conflitos decorrentes do pluralismo, da intolerância e da consolidação de políticas democráticas.

A questão não é mais, pelo menos num futuro próximo, se ‘a religião’ deve estar presente na esfera das instituições públicas, mas como dar sentido a esta presença, como perceber suas diferentes modalidades, impactos e fontes e como avaliar as distintas implicações das relações entre esses atores (e mesmo projetos) religiosos e seus interlocutores e adversários não religiosos (BURITY, 2008, p. 93).

É preciso sublinhar que a reconfiguração da democracia no Brasil, ainda que de forma incipiente, produziu avanços e gerou modificações importantes no âmbito das estruturas políticas. Houve mobili-

zação e abertura para que surgissem novos agentes. Nesse contexto, foram sendo demarcados fluxos, instaurados intercâmbios e ampliados domínios. Foram surgindo vozes que estenderam a repercussão de temas concernentes à diversidade de gênero, sexual, cultural, ética e, também, souberam repercutir as demandas pela garantia de políticas de convivência e alteridade, consolidação de direitos e tolerância (SORJ, 2001).

As mudanças ocorridas no âmbito do processo político brasileiro com modificações nas estruturas do Estado induzindo para uma relativa descentralização dos capitais, a expansão da democracia e dos direitos humanos forçou os grupos conservadores a construir um discurso público tendo como premissa os ideais em torno da *defesa da vida*. Houve uma mudança estratégica de ação e discurso que tem consolidado:

A participação de novos atores políticos [...]. Um interesse dos meios de comunicação no tema dos direitos, exclusão, democracia, justiça em que as formas clássicas de exclusão [...], apesar de ser uma prática que não foi eliminada dos imaginários e das relações sociais, já não são legitimados pelos discursos políticos. Produz-se uma fenda na correlação entre as elites, isto é, entre o controle dos grupos conservadores e o Estado. [...] Novos atores, novos processos e um sistema diferente, diante do qual tem de elaborar novas maneiras de penetração e controle (MUJICA, 2011, p. 91).

Há uma efetiva preocupação não apenas em relação ao discurso, mas, sobretudo, com estratégias práticas e ações efetivas nos espaços de interação social (HERVIEU-LÉGER, 2008). Dessa maneira, o que ocorre é uma permanente e obstinada busca por influir no espaço público visando consolidar determinadas leis, subjugar políticas públicas de inclusão das minorias, criticar materiais educacionais produzidos pelo Estado de modo a garantir e ampliar o horizonte dos direitos constitucionais.

Em suma, os grupos conservadores se transformaram. Reconstruíram-se politicamente em uma reação diante da secularização. No entanto, esta transformação não foi única. Esses grupos têm [...] reconstruindo seus discursos e seus conceitos para se adaptarem às mudanças políticas e econômicas nos últimos séculos [...]. A inserção na política partidária, nas direções, nos movimentos político-sociais de base mostra que são grupos dinâmicos, diferentes das sociedades herméticas que se têm imaginado regularmente. O ativismo conservador inseriu-se no debate da democracia formal utilizando seus procedimentos. Nessa inserção formou agrupamentos laicos e aprendeu a ser estrategicamente secular. O assunto é que é preciso reconhecer que o ativismo conservador também é parte da democracia, de seus procedimentos e de seus mecanismos de demanda (MUJICA, 2011, p. 95-6).

Essa adequação contextual dos grupos conservadores traz à tona um deslocamento dentro da sociedade civil organizada. Consolida-se uma agenda de trabalho e de incidência pública através de grupos profissionais especializados e de forças políticas que embora não se valham explicitamente das referências do conservadorismo religioso, manifestam-se contrários a temas como os relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos.⁷

A defesa da vida aparece como uma estratégia política e discursiva moralmente efetiva, mas tem problemas quando se aproxima da prática concreta das pessoas. Não pode superar o problema da mortalidade materna, os problemas de debate sobre a vida digna, a demanda no uso de contraceptivos, a tendência à descriminalização do aborto (MUJICA, 2011, p. 98).

A percepção e a magnitude do ativismo conservador por parte da-

7. É comum a superação da formalidade partidária ou da dicotomia ideológica entre direita e esquerda. Os partidos não determinam as demandas conservadoras e nem delimitam temas. Os grupos conservadores têm ampliado sua estratégia através da criação de associações formadas por profissionais especializados, como, por exemplo, de médicos, engenheiros, profissionais liberais, professores universitários e advogados. Disponível em: www.anajure.org.br. Acesso em: 12 jun. 2016.

queles e daquelas que lutam em favor dos direitos sexuais e reprodutivos se deve, em grande medida, pelo fato de que são atores que ocupam vários espaços de maneira individual, em situações estratégicas de decisão política, mas também pela expressiva utilização dos espaços da tecnologia virtual, maximizando pautas.

Sinteticamente, o que se percebe é que [...] tem como objetivo principal combater as ações [...] que visam avançar na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como barrar toda e qualquer ação ou projeto de lei que afronte os princípios morais e religiosos sobre a vida e a família. [...] tem posicionamentos divergentes no que diz respeito aos mais diferentes temas, mas, em relação às temáticas relacionadas ao aborto, tem um posicionamento convergente, ou seja, se opõem a toda e qualquer ação que vise descriminalizar ou aumentar os permissivos legais do aborto, por considerar que a vida inicia-se no momento da concepção (EMMERICK, 2013, p. 214-15).

Portanto, a inserção de grupos religiosos conservadores no espaço público brasileiro tem sido acentuada em decorrência da reconfiguração de algumas premissas teológicas, pela militância incisiva, pelo engajamento e afirmação de espaços deliberativos e estratégicos em uma contínua elaboração de discursos pautados na defesa da “moralidade” e da “vida”. Talvez a grande disputa na construção dos direitos no espaço público brasileiro nem seja a reafirmação da neutralidade das instituições republicanas, mas a constituição de meios adequados para incorporar os conflitos inerentes às lógicas culturais e religiosas nos debates públicos (ROSADO-NUNES, 2008, p. 67-81).

Essa “guerra santa” contra o reconhecimento dos direitos das minorias tem muito a ver com os direitos de reconhecimento, nos termos de Nancy Fraser (2001) e com a noção de justiça social, pois se trata de erradicar conceitos relacionados aos grupos sociais historicamente discriminados. Ou seja, não basta perseguir a igualdade de renda ou garantir políticas sociais (os direitos de redistribuição): é também pre-

ciso enfrentar preconceitos e promover positivamente determinadas populações em um processo de valorização cultural e combate a estigmas (GOFFMANN, 1989). Um ideal antagônico à crença e à prática de lideranças conservadoras.

Em certa medida, líderes religiosos têm o direito de expressar as posições da forma como considerarem adequado. A dificuldade surge quando se defende uma visão conservadora confundindo liberdade religiosa e de expressão com uma espécie de guerra contra a diversidade (MARTI; GANIEL, 2014, p. 162-75). São ações que alimentam a intolerância, monopolizam uma determinada “verdade” e abrem as portas para uma religiosidade eivada de ódio e repleta de incompreensões.

Considerações finais

No Brasil, nos últimos anos, vive-se um momento de redefinição e reformulação da agenda de direitos humanos, em que são incorporados temas como os direitos econômicos, sociais e culturais, ao lado dos tradicionais direitos civis e políticos. Nesse cenário, com base nos parâmetros internacionais e constitucionais, é imprescindível atentar para extremismos religiosos que subjugam a tolerância, limitam o diálogo e descaracterizam o mútuo aprendizado entre os diversos protagonistas que articulam o debate (BATISTA e JÁCOME, 2014).

O argumento da “liberdade de crença” oculta estratégias insidiosas de construção da superioridade moral da heterossexualidade e desqualifica a diversidade sexual, na maioria das vezes colocando-a no âmbito dos desvios, das patologias, das aberrações (NATIVIDADE, 2006). A homofobia religiosa se expressa na reprodução de estereótipos que desqualificam a diversidade sexual realçando o seu caráter “pecaminoso”, “hostil” e “perigoso”.

Importante observar que, sob a perspectiva sociológica, essa relação acentua a produção de assimetrias sociais, desigualdades de oportunidades, diferenças de status, obstrução de direitos, estereótipos negativos. O conservadorismo e a intolerância religiosa fortalecem-se quando operam discursos baseados em valores que realçam táticas plurais de desqualificação e controle (LUCKMANN, 2014). Essa retórica não se manifesta somente nas percepções e juízos morais, mas envolve formas de atuação em oposição à visibilidade e reconhecimento de minorias, tanto na esfera pública como na privada.

As controvérsias suscitadas chamam a atenção para o papel do Estado e para o ativismo político de grupos religiosos na configuração do campo religioso brasileiro, no reconhecimento público das diferentes organizações religiosas, na regulação da ocupação religiosa de espaços públicos e na concessão de benefícios (FISCHMANN, 2008). Também, lança luz à existência de múltiplos sentidos da laicidade em um país que permite aos seus muitos agentes a luta por demarcar, subjugar e manipular a laicidade do Estado através de muitas fronteiras (LEITE, 2014).

É preciso reconhecer que um mercado religioso, como no caso brasileiro, tem impactado no recrudescimento das disputas religiosas que opõem denominações com desdobramentos na esfera pública, especialmente na arena política e na mídia eletrônica. A prerrogativa constitucional apesar de balizar a atuação política de grupos religiosos, ao que parece, não dispõe ainda de grandes artifícios jurídicos ou políticos para auxiliar nos processos de consolidação da diversidade (FONSECA, 2013).

A atuação de atores religiosos no espaço público em relação a temas controversos do ponto de vista da moralidade religiosa tem sido paradoxal e ambígua. Numa sociedade diversa, multicultural e demo-

crática como a brasileira, a participação de diferentes grupos na consolidação de políticas públicas e na regulação jurídica pode ser legítima e positiva, desde que sejam estabelecidas regras nas quais os argumentos religiosos sejam traduzidos para o âmbito constitucional de modo a orientar a defesa e a preservação dos direitos humanos (SARMENTO, 2006).

Para não ser subjugado pela retórica do preconceito e a violência simbólica, é necessário exercitar a crítica pública. É com ela que talvez seja possível encontrar caminhos para vivenciar a alteridade, a consciência de direitos humanos, a tolerância, o entendimento e a convivência mais fraterna em uma esfera pública ainda muito refratária ao preconceito.

Referências

ANAJURE. *Associação Nacional de Juristas Evangélicos*. Disponível em: www.anajure.org.br. Acesso em: 12 jun. 2016.

ANGELIN, Rosângela. Direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres: avanços e desafios na construção da democracia. *Coisas do Gênero*. Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião (EST). v. 1 n. 2. p. 182-98, dez. 2015.

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus – o fundamentalismo no Judaísmo, no Cristianismo e no Islamismo*. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

BAJOIT, Guy. *Tudo muda*. Proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ijuí: UNIJUI, 2006.

BATISTA, Carla Gisele; JÁCOME, Márcia Laranjeira. Conservadorismo no Brasil: modos de atuação e estratégias ofensivas aos direitos sexuais e direitos reprodutivos. In: OROZCO, Yury Puello. (Org.) *A presença das mulheres nos espaços de poder e decisão*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2014. p. 93-102.

BAUMAN, Zigmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro:

Zahar, 1998.

BEATY, David M. *A essência do Estado de Direito*. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

BERGER, Peter L. *Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BOFF, Leonardo. *Virtudes para um outro mundo possível*. Convivência, respeito e tolerância. Petrópolis, Vozes, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva: 1998.

BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. *Tempo Social* (Revista de Sociologia da USP), v. 20, n. 2. p. 83-113. 2008.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. São Paulo: Zahar, 2013.

CATROGA, Fernando. *Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil*. Coimbra: Almedina, 2006.

CORREGIDO, Maria Dolores Juliano. *Excluídas y marginales*. Madrid: Cátedra Instituto de La Mujer, 2004.

COSTA, Maria Emília Corrêa da. Apontamentos sobre a liberdade religiosa e a formação do Estado Laico. In: LOREA, Roberto Arriada (Org.). *Em defesa das Liberdades Laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 97-116.

CUNHA, Christina Vital; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

EMMERICK, Rulian. *Religião e direitos reprodutivos*. O aborto como campo de disputa política e religiosa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FISCHMANN, Roseli. *Estado Laico*. São Paulo: Memorial da América Latina, 2008.

FONSECA, Francisco Tomazoli da. *Religião e Direito no Século XXI: a liberdade religiosa no Estado Laico*. Curitiba: Juruá, 2013.

FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

- FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática hoje*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *A Transformação da Intimidade*. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.
- GOFFMANN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- GUERRIERO, Silas. *Novos movimentos religiosos*. O quadro brasileiro. São Paulo, Paulinas, 2006.
- HABERMAS, Jürgen. *Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.
- HERVIEU-LÉGER, Daniele. *O peregrino e o convertido – a religião em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HOMOFOBIA. Disponível em: www.cartacapital.com.br. Acesso em: 22 maio 2016.
- LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- LEITE, Fábio Carvalho. *Estado e religião*. A liberdade religiosa no Brasil. Curitiba: Juruá, 2014.
- LOREA, Roberto (Org.) *Em defesa das liberdades laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- LUCKMANN, Thomas. *A religião invisível*. São Paulo: Olho d'água/Loyola, 2014.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciências Política* 7, 2012. p. 25-37.
- _____. Religião e as assimetrias de gênero na América Latina. In: ORO, Ari Pedro (Org.). *A latinidade da América Latina: enfoques sócio antropológicos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 241-64.

- MACHADO, Maria das Dores Campos; PICOLO, Fernanda Delvalhas. *Religião e homossexualidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.
- MAGNO MALTA e a criação de império homossexual. Disponível em: www12.senado.gov.br. Acesso em: 10 jun. 2016.
- MALAFAIA, Silas. *Minhas experiências de vida*. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel, 2012.
- MARTELLI, Stefano. *A religião na sociedade pós-moderna: entre secularização e dessecularização*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- MARTI, Gerardo; GANIEL, Gladys. *The deconstructed church. Understanding emerging Christianity*. Oxford: University Oxford Press, 2014.
- MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1997.
- MORI, Maurizio. *A moralidade do aborto: sacralidade da vida e o novo papel da mulher*. Brasília: Editora UnB, 1997.
- MUJICA, Jaris. Os grupos conservadores na América Latina. Transformações, crises, estratégias. In: JURKEWICZ, Regina Soares (Org.). *Quem controla as mulheres? Direitos reprodutivos e fundamentalismos religiosos na América Latina*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2011.
- NATIVIDADE, Marcelo Tavares. “Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 21, n. 61, São Paulo: EDUSC, 2006.
- ORO, Ari Pedro. *Avanço pentecostal e reação católica*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- RIOS, Roger Raupp; GOLIN, C.; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. *Homossexualidade e direitos sexuais: reflexões a partir da decisão do STF*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. Direitos, cidadania das mulheres e religião. *Tempo Social (USP)*. v. 20, n. 2, p. 67-81, nov. 2008.
- SAFFIOTI, Heleith. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.) *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2014.

SARMENTO, Daniel. *Livres e iguais: estudos de direito constitucional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SEMPRINI, Andréa. *Multiculturalismo*. Bauru: EDUSC, 1999.

SHELDON, Louis. P. *A estratégia (The Agenda): o plano dos homossexuais para transformar a sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel Ltda., 2012.

SORJ, Bernardo. *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.

VANEIGEM, Raoul. *Nada é sagrado, tudo pode ser dito: reflexões sobre a liberdade de expressão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

Resumo:

A lógica que configura a composição do quadro doutrinário religioso conservador na contemporaneidade brasileira, supõe uma cartografia discursiva marcada pela fragmentação das subjetividades. A religiosidade conservadora se articula e amolda, em grande medida, com base em um discurso acusatório que deriva dessa sua capacidade de tocar, atingir, incorporar e reorientar alguns elementos presentes no universo simbólico de referência da população brasileira. O artigo pretende aprofundar a perspectiva dos direitos humanos, as questões inerentes às minorias e grupos vulneráveis, o preconceito suscitado pela violência simbólica e a retórica do preconceito alicerçado pela crítica pública com nuances fundamentalistas.

Palavras-chave: Grupos Conservadores; Intolerâncias; Sexualidades.

Abstract:

The logic that sets up the composition of the framework doctrinal religious conservative on contemporary brazilian, assumes a new discursive mapping marked by the fragmentation of subjectivity. The conservative religious is organized and shaped, to a larger extent, upon an accusatory speech that derives from its capacity to touch, reach, incorporate and redirect some elements found in the symbolic universe of reference of the Brazilian population. This paper intends to deepen the perspective of human rights, the issues inherent to minorities and vulnerable groups, the prejudice raised by symbolic violence and the rhetoric of prejudice supported by public criticism with fundamentalist nuances.

Keywords: Conservative Groups; Intolerance; Sexualities.

Recebido para publicação em 06/07/2016.

Aceito em 29/08/2019.

// Resenhas

RESENHA

Sobre etnicidades e infâncias quilombolas

MATOS, Wesley Santos de; EUGENIO, Benedito.
Etnicidades e infâncias quilombolas. Curitiba: CRV,
2019.

Alexandre de Oliveira Fernandes

Instituto Federal da Bahia, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-1556-4373>

alexandre.pro@gmail.com

O primeiro livro do jovem pesquisador Wesley Santos Matos, “Etnicidades e Infâncias Quilombolas” acaba de ser lançado, resultado de pesquisas realizadas durante seu Mestrado em “Relações Étnicas e Contemporaneidade” na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, sob a orientação do professor Benedito Eugenio, que também assina a obra.

Dividido em três partes, o corpo do texto discute conceitos como “comunidades quilombolas”, apresenta os caminhos metodológicos da pesquisa e propõe um “ser quilombola” atravessado por complexa fronteira entre etnicidade, educação e reconhecimento de si. Problematiza a legislação referente à educação quilombola, a exemplo do

Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 e da Lei 10.639/03, esta votada no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Delata a invisibilidade dos quilombos no Brasil como efetivamente produzida, ou seja, como um violento projeto de apagamento, sancionado/legalizado por dispositivos diversos – jurídicos, midiáticos e acadêmicos – que consolidaram uma representação perversa: os quilombolas teriam sido extintos, relegados a um passado escravocrata. O que está por detrás disso? A não garantia de direitos e cidadania.

Contam-nos os autores que, se por um lado o aparato normativo atual envidou esforços para descolonizar os currículos, por outro lado, não trouxe qualquer menção às comunidades quilombolas. Trata-se de mais do que um semicídio¹, uma violência, pois, para além de exclusão de um vocábulo, a legislação, dúbia e vacilante, não favorece que as políticas educacionais cheguem às comunidades e aos sujeitos para os quais, supostamente, foram pensadas.

Não à toa, discorrem sobre o* *modus operandi* *do currículo praticado nas comunidades quilombolas, o qual se interessa mais por apagar as diferenças do que por fortalecer a cultura em que a escola está inserida. Além do que, não se furtam à crítica social e política e nos lembram do menosprezo e do repúdio com que são tratadas as comunidades quilombolas por parte das autoridades e da população branca em geral. Chegam a citar discursos reacionários do então Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro (PSL – RJ), hoje Presidente da República, denunciando seu desrespeito, a abjeção e o desejo de privar aqueles sujeitos de seus direitos.

O texto de Matos e Eugenio problematiza a forma como se configura o processo de construção do “ser quilombola” entre os moradores de uma comunidade, bem como se ocupa de compreender como práti-

cas educativas desenvolvidas na escola contribuem para o reconhecimento das crianças enquanto quilombolas. Estas complexas questões implicam a etnicidade como não estanque ou inata, senão produzida, como um discurso, uma tomada de posição política frente a estigmas e marcas distintivas. Talvez, por isso, entreguem ao público um livro que aponta para uma tomada de posição, a saber, aquele momento em que se responde à interpelação discursiva muitas vezes agressiva e estigmatizada, em que um grupo étnico por meio de agrupamentos independentes ou com interesses e reivindicações comuns se organiza e dá origem a movimentos que demandam reconhecimento.

Trata-se então de um estudo delicado acerca da Escola Quilombola “Caminho da Boa Esperança” e da comunidade quilombola “Nova Esperança”, situadas na cidade de Wenceslau Guimarães, Bahia. É de modo respeitoso que os autores nos apresentam a escola e a comunidade, esta certificada pela Fundação Palmares em 2008, resultado de reivindicações e lutas dos moradores. Uma história que se embaraça a Faustino José dos Santos, um dos fundadores do lugar.

Em seu livro, os autores denunciam certo ocaso que a Educação lega às crianças quilombolas quando inseridas em escolas do meio urbano. Ora, e as crianças quilombolas e as crianças negras de zona urbana não têm subjetividades, desejos, interesses diferentes? Mesmo que a fronteira seja tênue, há que se atentar para as diferenças a despeito do Estado que, historicamente, esforça-se por controlar e apagar identidades e diferenças.

Isso não quer dizer que este estudo se apoie em fronteiras étnicas fixas ou numa dicotomia capaz de reforçar etnocentrismos. Sua aposta está no fluxo de pessoas, contudo asseveram que travessias, mesmo que impliquem exclusão e incorporação, não são capazes de derrubar distinções significativas e relações sociais resistentes, haja vista que

um grupo étnico se reforça exatamente na reafirmação contínua de suas diferenças em relação aos outros.

Matos e Eugenio criticam estudos cujas perspectivas adultocêntricas produziram representações sobre as crianças e a infância, reforçando estereótipos. Apoiando-se em Alan Prout, renomado estudioso da Infância e da Sociologia, nos dão conta de uma visão acadêmica equivocada sobre as crianças e, na contramão, convidam a deslocar o olhar, tornando-nos nós as crianças, sem querer vê-las de fora. É importante adentrar às suas brincadeiras, sentir o mundo com elas, rir com elas, conviver.

Não à toa, o estudo que agora chega às mãos do leitor interessado no assunto, é etnográfico, tendo como técnica a observação participante. Não separa pesquisador e colaboradores, antes, resguarda a excelência da pesquisa, subvertendo o positivismo e sua metodologia clássica. Realizou então, entrevistas com oito crianças, buscando compreender o trabalho executado na escola, o que pensavam sobre si e como concebem a comunidade.

A questão “o que significa ser quilombola” foi lançada a “Beija-flor”, “Andorinha”, “Papa Capim”, “Sete cores”, “Bem-te-vi”, “Co-leira” e “Canário”. Também foram convidadas a produzir desenhos que foram analisados a partir de uma abordagem sócio-histórica, ou seja, pautando-se em Márcia Gobbi e Maria Isabel Leite, deu valor ao contexto e às condições de produção dos desenhos. As crianças foram levadas a sério, solapando certo descaso com sua visão de mundo.

O livro nos conta da felicidade das crianças em estar naquela comunidade, sendo marcante sua relação com a natureza e a consciência de serem quilombolas e negras. Outro aspecto destacado é a relação com a família, que tem forte significado para as crianças. A pesquisa, contudo, não romantiza a visão das crianças. Sabe que sua visão do

ser quilombola está atrelada a características negativas associadas ao negro e a uma sociedade estruturalmente racista, o que afeta, evidentemente, a subjetividade que os indivíduos têm de si.

Ideias como: ser quilombola é “morar na roça”; “trabalhar e ser batalhador”, por um lado apontam para uma leitura factual, empírica, molhada de experiências e, por outro lado, denotam certo esforço dos sujeitos para se diferenciarem do que pregam os discursos hegemônicos, a saber, que negros são preguiçosos, violentos, mau caráter. As falas das crianças dão a ler mais do que o sentimento do indivíduo, haja vista que a experiência (supostamente individual) não se aparta do coletivo e do social, logo, concluem Matos e Eugenio: é motivadora de lutas por reconhecimento.

O estudo aponta que a escola prossegue reforçando estereótipos construídos sobre os negros, atrelando “quilombos” a “passado de sofrimento” e “escravidão”. Não à toa, as crianças podem rejeitar um pertencimento quilombola, haja vista que este se remete a características pesarasas. A escola, entre o consentimento e a ignorância, corrobora com as assimetrias sociais, envida poucos esforços para uma Educação das Relações Étnico-raciais e fomenta práticas racistas.

Segundo Matos e Eugênio, os desenhos coletados durante a pesquisa evidenciaram que as crianças relacionam o ser quilombola com os aspectos raciais. Ora, se a escola reproduz o discurso de que ser quilombola está associado a uma África mítica, escravizada, reforçando estereótipos, nada mais sequencial do que a reelaboração deste discurso pelos estudantes.

Formando a subjetividade das crianças, nessa malha complexa que evoca aquilo que somos (não como um ente ou substância, mas aquilo que está na mediação entre reconhecimento, etnicidade e educação para o estudo ora resenhado), os autores também perceberam uma

fronteira entre a religiosidade desenvolvida na comunidade e as questões de gênero. Todavia, esta aparece sinalizada nas considerações finais do trabalho, muito mais, parece-me, como um provável desejo de pesquisa futura.

Os autores se apoiaram na antropologia de Fredrick Barth e nos estudos do Direito de André Videira de Figueiredo para conceituar os quilombolas como grupo étnico. De Barth coletam a importância da classificação endógena, ou seja, aquela que os indivíduos tomam para si, em oposição a classificações externas e, de Figueiredo, dando um giro na linha interpretativa tradicional do Direito, entenderam que o grupo étnico é um sujeito coletivo de direitos, o que, para além da salvaguarda jurídica, convoca o Estado a fomentar políticas públicas, práticas e ações que visem à garantia da cidadania.

À Eliane O'Dwyer devem aprofundamento da categoria quilombola como mais do que relativa ao território. Coadunada com certo modo distinto de ser, o “ser quilombola” é aquilo que os diferencia daqueles de fora da comunidade. O pensador Axel Honneth contribui nesse estudo para a compreensão do sujeito coletivo quilombola (ou indivíduo) como aquele que luta por reconhecimento pleno. Este autor será detidamente discutido ao longo do terceiro capítulo que trata da tese central dos autores – “o ser quilombola” entre a etnicidade, a educação e o reconhecimento de si –, atravessada pela histórica negação dos direitos dessas comunidades.

Logo, este trabalho deve interessar à Sociologia da Infância, à Antropologia, à Educação e aos estudiosos dos Direitos Humanos e das Relações Étnico-raciais, especialmente levando-se em conta que os estudos sobre crianças negras e quilombolas ainda são tímidos, senão marcados por certo rechaço que lega esses sujeitos à invisibilidade inclusive na Academia. Quem se aventurar por “Etnicidades e Infân-

cias Quilombolas” encontrará uma escrita rigorosa, uma pesquisa generosa e que num momento tão reativo de nosso país, toma partido por comunidades historicamente silenciadas e invisibilizadas. Isto não é nenhum demérito para o livro, ao contrário, aliado dos novos sujeitos (que paradoxalmente sempre estiveram aí) solicita reconhecimento e direitos às comunidades quilombolas. Aí está sua força, exatamente ao se embaraçar ao grupo como uma pesquisa que trabalha desde dentro, sem assepsia e constrangimentos puristas.

Publicado pela editora CRV, equivoca-se apenas em um detalhe, a capa do livro poderia ter sido um dos desenhos das crianças. Ao leitor dessa resenha arrendo o desempate da escolha.

Resumo:

Trata-se da resenha de *Etnicidades e infâncias quilombolas*, de Wesley Matos (CRV, 2019).

Palavras-chave: Etnicidades; Infâncias quilombolas; Educação.

Abstract:

This is the review of *Etnicidades e infâncias quilombolas*, by Wesley Matos (CRV, 2019).

Keywords: Ethnicities; Quilombola childhoods; Education.

Recebido para publicação em 24/04/2019.

Aceito em 10/09/2019.